MINISTERIO DA MARINHA

MINISTROS DA MARINHA

(NOTAS BIOGRAPHICAS)

(1808 - 1840)

PELO

CAPITÃO DE FRAGATA

Lucas Alexandre Boiteux

Da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, da Academia de Lettras de Santa Catharina e dos Institutos Historicos Brasileiro, do Ceará, Espirito Santo, Paraná, Santa Catharina, Ouro Preto, etc.

IMPRENSA NAVAL —— RIO DE JANEIRO —— 1933

MINISTERIO DA MARINHA

MINISTROS DA MARINHA

(NOTAS BIOGRAPHICAS)

(1808 - 1840)

PELO

CAPITÃO DE FRAGATA

Lucas Alexandre Boiteux

Da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, da Academia de Lettras de Santa Catharina e dos Institutos Historicos Brasileiro, do Ceará, Espirito Santo, Paraná, Santa Catharina, Ouro Preto, etc.

BIBLIOTECA AGLIBERTO XAVIER

IMPRENSA NAVAL —— RIO DE JANEIRO —— 1933

OR
923.581
B685m
1933

INDICE

Prefácio.....pg. III

I — D. João R. de Sá e Menezes, Conde de Anadia 1
II — D. Fernando J. de Porutgal e Castro, 2º Marquez de Aguiar..... 17
III — D. João de Almeida Mello e Castro, 4º Conde das Galvêas..... 27
IV — Antonio de Araujo de Azevedo, 1º Conde da Barca 37
V — João Paulo Bezerra de Seixas..... 51
VI — Thomaz Antonio de Villanova Portugal, Desembargador..... 57
VII — D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos 67
VIII — Joaquim José Monteiro Torres, Almirante..... 81
IX — Manuel Antonio Farinha, Conde de Souzel..... 89
X — Luiz da Cunha Moreira, 1º Visconde do Cabo-Frio 103
XI — Pedro José da Costa Barros, Tenente-coronel.... 117
XII — Francisco Villela Barbosa, 1º Marquez de Paranaguá..... 129
XIII — D. Francisco Mauricio de Souza Coutinho, 1º Marquez de Maceió..... 153
XIV — Diogo Jorge de Brito, Almirante..... 165
XV — João Carlos A. U. de O. e Grevenberg, 1º Marquez de Aracaty..... 175
XVII — Miguel de Souza Mello e Alvim, Almirante..... 185
XIX — José Manuel de Almeida, Marechal de campo.... 199
XXII — Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaborahy..... 205
XXIII — Bento Barroso Pereira, Brigadeiro..... 223
XXIV — Antéro José Ferreira de Brito, Barão de Tramandahy..... 231
XXVII — João Paulo dos Santos Barreto, Tenente general.. 255
XXVIII— Joaquim Vieira da Silva e Souza, Conselheiro 269
XXIX — José Pereira Pinto, Chefe de Esquadra..... 276
XXX — Manuel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruhy 287
XXXI — Salvador José Maciel, Marechal de Campo..... 311
XXXII — Tristão Pio dos Santos, Vice-Almirante..... 295
XXXIV — Jacinto Roque de Sena Pereira, Chefe de Divisão.... 327

PREFACIO

Em Julho de 1925 iniciei nas acolhedoras paginas da "Revista Maritima Brasileira" a serie de biographias, que uma parte neste volume se enfeixa, dos titulares que occuparam em o nosso paiz o elevado cargo de Ministros da Marinha.

A redacção da "Revista", constituida então pela trindade estudiosa, erudita e incansavel de Vinhaes, Livramento e do saudoso F. Pereira, ao estampar o meu primeiro artigo, o fez com esta amavel e sobremodo benevola apresentação: — "Iniciamos no presente numero da Revista uma serie de artigos sobre as personalidades que occuparam a pasta da Marinha, desde a vinda da côrte portugueza para o Brasil até os nossos dias. Bastará dizer que são da lavra do nosso distincto collaborador Capitão de Corveta Lucas Alexandre Boiteux, que tanto tem abrilhantado as nossas paginas com seus substanciosos artigos, como ainda ultimamente com os subordinados ao titulo "A TACTICA NAS CAMPANHAS NAVAES NACIONAES" para desde logo se aquilatar da sua transcendental importancia.

"Estudo de grande folego e em que vibra o ardoroso sentimento patriotico que tanto distingue o seu illustrado autor, operoso e indefesso pesquizador de nossas glorias e nossos homens do passado, sobre os quaes se externa com desassombro e a isenção de animo de um verdadeiro historiographo, ha de forçosamente fixar a attenção e attrahir justos louvores de quantos sentem pulsar no peito um coração amante do nosso maravilhoso torrão natal".

O "Jornal do Commercio", fidalgo decáno da nossa imprensa, achou que o desalinhavado estudo a que me dedico

devia ser animado e, em Agosto de 1930, deu-lhe honrosa guarida em suas columnas.

O Exmo. Sr. Vice-Almirante Protogenes Guimarães, Ministro da Marinha, dignou-se autorizar a publicação da primeira parte do meu trabalho, que comprehende o periodo de 1808 a 1840, pelo que me confesso agradecido.

A' critica, pois, equanime e honesta, dos cultores e leitores desta classe de estudos entrego mais este fructo das minhas locubrações nas horas de lazer que a ardua profissão militar-naval nos proporciona.

E no mais: — "Coragem! Para frente sempre para frente!"

Rio, 31-3-1933.

Lucas Alexandre Boiteux
Capitão de Fragata

I

D. JOAO RODRIGUES DE SÁ E MENEZES

1.º *Conde de Anadia*

(Retrato suppositicio)

(M. Naval)

I

D. JOÃO RODRIGUES DE SÁ E MENEZES

Conde de Anadia

Qual d'entre as rôtas, naufragas cavernas
Do lenho, que abriu, desfez nas rochas
Colhe afanoso deploravel nauta
Reliquias tenues com que a vida estêe
Em erma, ignota praia, a que abicaram
E onde a custo o remiu propicia antenna

BOCAGE

Já bem estirada anda a serie de personagens que, a começar da transferencia da profuga Côrte portugueza para o nosso hospitaleiro rincão (1808), até os dias que fluem têm occupado, com mór ou menor merecimento, capacidade e destaque o elevado cargo de Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha.

Pena é que, até agora nenhum dos nossos historiadores, especialmente os navaes, se tenha occupado com o estudo circunstanciado dessas figuras, informando a geração presente do valor, aptidão e mentalidade de cada uma dellas e da particular actuação que tiveram nas correntes da politica nacional e, accentuadamente, em a nossa politica naval quando á testa da administração da nossa Marinha Militar.

Existem, é bem verdade, de bom numero dessas individualidades, discretos esboços biographicos, mais ou menos longos e coloridos necrologios e elogios funebres de accordo com o matiz politico e a sympathia dos autores e das publicações que os estamparam, onde se poderão colher preciosos dados, sem entretanto, a particularização a determinado periodo de sua vida publica, no exercicio de certo cargo, que no nosso caso, por exemplo, só diz respeito á Marinha.

De outras, por esquecimento, descaso ou falta de merito bastante, muito pouco, infelizmente, se encontra coordenado: apenas, referencias superficiaes, fugaces, esparsas em tal ou qual livro, jornal ou revista, que só com muita paciencia benedictina, trabalho moroso e fatigante, se poderá reunir e ordenar, para lhes dar corpo e fórma apresentaveis.

O nosso proposito será, pois, neste desalinhado tentame, aproveitando materiaes até aqui carreados, fazer, *sine ira ac studio* uma tentativa de resurreição, bem canhestra é de vêr, á falta de engenho e arte,

dessas figuras do passado que, á testa da nossa administração naval têm orientado e pilotado a Marinha de Guerra Nacional no mar ora bonançoso d'aguas quasi estofas, ora revolto e escachoante de uma existencia já centenaria.

Que "o julgamento dos homens publicos, só póde ser feito pela analyse dos seus actos publicos", não contesto. Mas, verdade é, tambem, que episodios sisudos e mesmo grotescos, anecdotas e outros incidentes que pontilham e colorem seus actos e passos na vida publica e mesmo particular (a historia é, como sabemos, severa syndicante), com "rigoroso cunho de veracidade" por historiadores e chronistas insuspeitos têm valor inestimavel, pois pintam, definem, estereotypam e resaltam quasi sempre o caracter, as inclinações, o genio, a psyché, enfim, desses individuos.

Com o aproveitar, moderada e criteriosamente, taes successos de importancia secundaria não se foge, julgo eu, "ao verdadeiro criterio de formular juizo seguro sobre os homens publicos" que a pasta da Marinha geriram.

Com os fracos, esparsos e variados documentos que venho colligindo sobre as referidas personalidades espero, pois fazer "com robusta sinceridade" um trabalho consciencioso de perfeita e meticulosa joeira, de bôa fé e de intensa e sincera convicção, formando conceito definitivo, (sem esquecer a relatividade) a um tempo severo e imparcial".

"Lento foi o renascimento da Marinha portugueza depois da restauração, — demonstra-nos Oliveira Freitas — e, força é confessar, desde então ficou reduzida a um papel secundario".

Esse tristissimo e deploravel estado de cousas, á mingua de um pulso firme que o sustasse, prolongou-se até o reinado de D. José, o *Reformador*.

O preclaro e notavel estadista que foi o Marquez de Pombal (em cujas veias, é preciso que se diga, corria sangue brasileiro e em cujo governo os nossos patricios puderam alcançar merecido destaque) com a energia ferrea, inquebrantavel que o caracterizava, alliada á alevantada visão patriotica e, ainda, graças ao ouro que as inexhauriveis minas do Brasil lhe proporcionaram, tentou com trabalho e esforços sobrehumanos soerguer do marasmo em que mergulhara a gloriosa e desprezada Marinha dos seus maiores.

Além de imprescindiveis reformas dos differentes ramos do serviço naval, soube aproveitar-se dos muitos estaleiros espalhados pelo dilatado littoral brasileiro, das inegualaveis madeiras de construcção e de muitas outras materias primas encontradas em profusão em nossas exuberantes florestas e dadivoso solo, para recompôr e ampliar o deficiente e já obsoleto material fluctuante.

Quando largo passo havia dado na consecussão de seus promissores projectos, a morte d'El-Rei D. José que lhe dava braço forte, veio afastal-o irremissivelmente do poder, impellindo-o a expiar no desterro, qual um reprobo, o crime inaudito de ter sonhado resuscitar a antiga grandeza e poderio do velho Portugal.

"Logo que a morte do rei condemnou o Ministro ao exilio — conta-nos Oliveira Martins — rebentaram do chão os cogumelos a adornar o throno de uma rainha a quem nunca sobrou juizo e que veio a morrer doida."

Um dos collaboradores do passado governo, depois seu inimigo rancoroso e accusador, Martinho de Mello e Castro, chamado a reger a pasta da Marinha no reinado de D. Maria I, pretendeu continuar a obra encetada do resurgimento militar naval. Foram baldados seus ephemeros esforços, pois, além do mais, faltava-lhe a vontade dominadora, a tempera inflexivel, o pulso ferreo, a intelligencia esclarecida, a visão arguta e o patriotismo ardoroso e sadio do seu egregio antecessor.

Ainda mais, e esse era o mais complexo problema a resolver; não se estimula a fibra de um povo amollentado, esgotado pelo desenfreiamento de paixões resultantes de riquezas faceis; não se acorda a alma de uma raça entorpecida por impenitente absolutismo fradesco com panacéas inuteis...

A Marinha de guerra lusitana como o "imperio portuguez tinha em si mesmo o morbus que a havia de levar á sepultura".

E vamos vêr quem foi, talvez, o seu inconsciente coveiro.

Em Julho de 1792 a acerbação da insania de d. Maria I, a *Clemente*, determinou o seu afastamento definitivo da administração do Reino portuguez, assumindo então, a regencia do throno o principe D. João, o *Piedoso* (1), mancebo apathico, falho de educação e de instrucção, inexperiente, sem qualidades, enfim, para assumir a gestão dos negocios publicos em uma epoca assaz agitada, tormentosa.

Sua mocidade "foi toda passada nas delicias e encantos das cerimonias sacras". Aconselhado por uma "serie de ministros moribundos", assediado e "contrariado por funestas camarilhas secretas", iniciou elle seu desastrado governo.

---

(1) Tão fradescos eram o ambiente e a mentalidade dos aulicos, que chegaram a ir pedir á *Salvé-Rainha* o epitheto da soberana e do principe-regente. Só faltou aos bajuladores chamarem á d. Carlota Joaquina, *Vida e doçura*, como chamariam, mais tarde, ao infante D. Pedro *Esperança nossa*...

"Serviram-lhe, desde logo, — diz-nos o Dr. Max Fleiuss erudito Secretario perpetuo do Instituto Historico — de ministros e conselheiros em negocios do Estado e na vida privada, os mesmos que governavam o paiz durante a interdicção da rainha D. Maria I. — homens incapazes, rotineiros avessos a todo o espirito liberal e reformador..."

Logo no anno seguinte (1793), foi arrastado pela Espanha a combater os francezes. A campanha do Roussilon, que durou tres annos, muito embora iniciada com relativo exito teve desastroso termino, trazendo á Portugal "pela inepcia com que ia sendo governado", graves sacrificios pecuniarios além da perda de preciosas vidas. A paz, assignada em 1797, foi assaz onerosa e não conseguiu attenuar a má vontade do governo francez.

"O ouro do Brasil, observa outro escriptor, não chegava, agora, para comprar tratados vergonhosos e adhesões humilhantes ao decoro nacional, como o de reconciliação com a França, negociado em 1797, pelo conde da Barca a peso de dinheiro, e que Portugal não ractificou porque a Inglaterra não lh'o consentiu".

Os fermentos resultantes da passada campanha foram habilmente aproveitados por Napoleão ao lançar fundo dissidio entre as duas corôas da peninsula.

A guerra explodiu e Portugal foi constrangido a assignar o funesto tratado de Badajoz (1801).

Em Outubro de 1807, finalmente, pelo tratado de Fontainebleau, entabolado entre o imperador dos francezes e o rei d'Espanha, era o territorio portuguez tripartido e a familia dos Braganças riscada do rol das dynastia reinantes na Europa.

Para cumulo de tantos desmandos e infortunios, a 17 de Novembro do mesmo anno, um exercito francez, sob as ordens de Junot, invadia o reino e, a marchas forçadas, esmagando pequenas e inuteis resistencias, batia ás portas de Lisbôa.

O ministerio quasi todo filiado á politica ingleza, em cujas mãos inhabeis e interesseiras o Regente era ridiculo titere, após demonstrar a nulidade de sua acção politica e diplomatica no sentido de aniquillar, distrahir ou mesmo modificar as intenções sinistras de Napoleão; incapaz de reunir elementos, que nunca tomára a serio, nem se lembrára ou soubera d'antemão e cautelosamente preparar, para oppôr-se com dignidade á invasão extrangeira, appelou em desespero de causa para o expediente mais vil e vergonhoso, que só a ineptos e pusilanimes lembraria: — a fuga.

O Principe-regente, na sua adiposa moleza, não se mostrára muito disposto a attender ao reclamo plangente dos seus fracos ministros e desligar-se de suas comodidades, de Mafra, de suas quintas, dos *laus-perennes;* tanto assim que declarára certa vez e em publico que, se

em vez de Junot viesse Lannes ("o embaixador que fez soffrer grandes humilhações ao governo portuguez"), nada o poderia decidir a abandonar o reino".

O ministerio em colicas, apoiado, afinal, pela Inglaterra e colleado á camarilha impudente e apavorada, alcançava dissuadir D. João de sua teimosia e resolver definitivamente o abandono da Patria infeliz, especinhada já pela arrogancia gauleza.

Então, nesse momento tragico e solemne appellou-se para a Marinha, para a desprezada e desmantelada Marinha, cujo material fluctuante vivera, desde longo tempo, entregue ao busano, á carcoma e á incapacidade e incuria administrativas de um fidalgo futil e cortezão.

D. João Rodrigues de Sá e Menezes, Visconde de Anadia, nascido no Aveiro em 11 de Novembro de 1755, era, então, o gestor da pasta da Marinha e Ultramar.

Segundo o historiador Pereira da Silva, o ministro, que era fidalgo de linhagem "passava *apenas*, por um varão agradavel no trato, jovial na conservação, estimado nas relações particulares e intimas, attencioso nos modos, regular no procedimento e bemquisto na côrte pelo respeito fino de *perfeito cortezão* com que ganhára as bôas graças do principe, e sabia conservar-lhe a estima e o affecto".

"Anadia — diz-nos Oliveira Lima — podia dizer-se uma utilidade, sobre ser homem culto". E a esposa do General Junot, posteriormente Marqueza de Abrantes, que o conhecera quando o seu esposo representava a França naquella côrte (1805), qualifica-o em suas "Memorias" como "um desses homens de que a gente se sente feliz em fazer conhecimento".

Das citações que acabamos de fazer, vê-se que o fidalgo titular, nos trajes, maneiras, ademanes e labias, era um requintado gentil-homem capaz de fascinar mulheres e embevecer a côrte de D. Carlota Joaquina.

Graças, pois a esses futeis predicados e ás suas estreitas ligações palacianas, como Camarista do Principe-regente, alcançára a nomeação de Ministro Plenipotenciario em Berlim, o titulo de Conselho, o viscondado, as grãs-cruzes de Christo e da Torre e Espada e, finalmente, a importante pasta da Marinha e Ultramar, em 6 de Janeiro de 1801.

Posteriormente, em Dezembro de 1803, sobraçou interinamente as pastas da Guerra e das Relações Exteriores.

Na gestão, porém, desses departamentos, ao que sabemos, nunca demonstrou qualidades que o recommendassem como organisador seguro e adiantado ou mesmo como habil administrador.

A Marinha, que Pombal, com notavel visão e energia, procurara levantar do abandono injustificavel, criminoso e anti-patriotico em que jazera, cahida novamente em declinio com Mello e Castro e Souza Coutinho (futuro Conde de Linhares), não lográra alcançar em Anadia o arrimo á sua fraqueza nem o remedio aos seus ingenitos e antigos males.

A incuria do Ministro era notoria; o material fluctuante dia a dia mais se arruinava á falta de zelo e conservação. O pessoal, da mesma fórma, ante o descaso da administração superior e a sordida economia ia pouco a pouco e mui naturalmente enchendo-se de descrença, despreoccupando-se de seus deveres, abandonando a actividade. Entretanto, tremendos acontecimentos precipitavam-se. E a fuga havia sido resolvida.

O Visconde de Anadia fôra scientificado da necessidade de se apparelhar com a maior presteza toda a frota para transportar o soberano, sua côrte e copiosa camarilha ás longinquas plagas brasileiras.

"O Ministro pomposo e decorativo — conta-nos o escriptor Raul Brandão — o Ministro imponente, logo de manhã corre ao Arsenal a dar *ordens e contra-ordens* ansiosas. Faltava agua aos navios e mantimentos, que ainda na vespera se procuravam em terra. Na esquadra faltava tudo, tinham-se, *não se sabe como*, esgotado as provisões dos navios, os toneis de aguada estavam seccos. Tudo nessa hora suprema é confusão e espanto..."

Num atropelo sem exemplo, numa desordem indescriptivel são apparelhados criminosa e imperfeitamente vinte vasos, naus, fragatas e brigues, escolhidos entre os cascos que se achavam em relativas condições de navegabilidade e segurança, acervo de velharias bichadas e calhambeques ancorados no Tejo ou amarrados ao esbarrondado cáes do antiquado Arsenal.

E Rei, côrte, generaes, almirantes e a desfibrada progenie dessa aristocracia, que não tivera animo — como nos descreve A. Braga, historiador luso, — de acompanhar D. Sebastião na conquista da adusta Africa, que se vendera torpemente ao invasor em 1580, tomados todos de terror panico atiraram-se de tropel e de mistura com sordidos trastes no bôjo lugubre das veneraveis e atamancadas reliquias de um brilhante e glorioso passado naval, a fugir vergonhosamente em demanda de seguro e hospitaleiro asylo neste arredado e vilipendiado Brasil, terra "de mulatoides, de capoeiras, de sargentos pardos, de officiaes ngaloados até aos cotovellos e talvez primeiros oradores em clubs", que até hoje (aqui não vae *bello sermão, nem tiro ao alvo*, mas unicamente, *pandega moderada*) continua com infinita liberalidade a receber, nutrir e proporcionar "riqueza, conforto e seguro amparo na velhice", a centos, a milhares de esses profugos e famelicos "Marinheiros de Portugal", carinhosamente descriptos pelo Sr. *Almirante* d. Bernardo de Mesquitela...

A 29 de Novembro de 1807, fazia-se de vela a ronceira frota. "Mas o vendaval brusco, — prosegue R. Brandão — não deixa sahir os navios *onde continua a dar-se pela falta de provisões necessarias. A' meia noite do dia 28, ainda se procurava em terra...*"

Para estereotypar a desorientação administrativa do momento, basta dizer-se que o decreto ordenando o aparelhamento da esquadra (parece mentira!) só foi recebido, já no Rio de Janeiro, *um anno depois!*

No mar, longe dos fuzis francezes, mais calmos e acommodados, notaram as falhas irreparaveis: toneis de aguada vasios em varios barcos, falta delles em outros, carencia de boticas e de dietas, de lenha, cabos, cêra, merlim, linha de barca, e outros sobresalentes: faltava grão de bico, cebolas e azeite para as bacalhoadas das sextas-feiras, etc., etc.

Appelou-se, então, para a esquadra ingleza que vinha de escolta.

Tal a inopia, a incapacidade, a criminosa desidia, a incuria do empavonado ministro; tal a falta de ordem e organização dos serviços os mais elementares na Marinha!

Escoltados por quatro possantes naus inglezas, com 54 dias de uma viagem fatigante e accidentada, alcançavam os primeiros navios da frota fugitiva o porto da Bahia, emquanto outros, com 49 dias de cruzeiro, surgiam na estonteante bahia de Guanabara.

O Principe-regente, desembarcado na cidade de Salvador, a 24 de Janeiro de 1808, aconselhado pelo visconde de Cayrú e assediado pela politica ingleza, pela carta regia de 28 abria os portos brasileiros ao commercio das nações amigas. Um mez transcorrido partia para o Rio de Janeiro, onde desembarcou a 8 de Março com a disposição de criar entre nós um novo Imperio.

Agradecido á corporação que o salvára das garras rapinantes do Corso genial, galardoou a todos os officiaes da esquadra e os da Brigada real de Marinha que o haviam acompanhado, com um posto de accesso.

"Abrira, então, por desfastio o Annuario de Lisboa e copiára a lista das instituições da mãe patria para reproduzir em sua nova capital, aquellas que aqui não existiam: *sem cogitar das condições differentes da terra e sem corrigir os vicios do organismo de Portugal*".

O estado de ruina em que se encontrava a esquadra, o atabalhoado do seu equipamento para a longa travessia, a situação de abandono, desordem e desorganização observados durante a viagem, levantaram acerbas e justas criticas e impiedosas queixas, levadas á presença do soberano contra o Ministro, indifferente e incapaz, e forte trabalho se fez para arredal-o de um cargo de tamanha responsabilidade.

D. João, em principio, ante a verdade evidente e a insistencia das accusações, mostrou-se inclinado a dispensar seus serviços, tanto

assim que alguns amigos de Anadia, logo que aportaram ao Rio, aconselharam-no a exonerar-se antes de passar pelo fundo dissabor de ver-se demittido. O manhoso aulico, porém, fez-se de desentendido; e com tão maneirosa habilidade soube insinuar-se junto do Regente que este, sem forças para reagir contra a incapacidade e desleixo administrativo de seu auxiliar, accedeu a que elle continuasse a sobraçar a pasta de Secretario d'Estado.

Diz Moreira de Azevedo: "... e sabendo servir-se dos recursos que a politica ensina a seus adeptos, poude conservar-se na pasta que occupava..."

Eis o decreto que o manteve no cargo: — "Attendendo ao *zelo, honra e intelligencia* com que me tem servido o Visconde de Anadia do Meu Conselho d'Estado: Hei por bem ordenar que *continue a servir* o emprego de Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos, entre os quaes se não devem compreender, acualmente os que pertencem ao Estado do Brasil. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Março de 1808".

Com a nomeação do Ministro, é de ver, ficou creada a respectiva Secretaria e, em seguida, successivamente, transplantaram-se outras repartições navaes della dependentes em Portugal, assim: Conselho do Almirantado, Conselho Supremo Militar, Archivo, Intendencia, Contadoria, Quartel General, Brigada Real, Fabrica de Polvora, Imprensa-Régia, Academia de Marinha e Bibliotheca, todas ellas "com o mesmo espirito de rotina burocratica e o mesmo pessoal indolente e cupido... com as mesmas falhas e vicios...", como, com muita verdade, nos aponta Oliveira Lima. Ve-se dahi que o Ministro Anadia nada criou nem innovou; cingiu-se apenas a referendar, pachorrentamente, os decretos que transplantavam, temporariamente, para o Brasil antigas e bolorentas repartições portuguezas.

Por isso não podemos atinar com os titulos de benemerencia outorgados, muito aereamente, por escriptores nossos a D. João e seus ministros por haverem estabelecido entre nós repartições imprescindiveis ao funccionamento regular da machina administrativa do reino.

A verdade é que aquella casta de ministros incapazes armou aqui, apenas, á guisa de circo d'aldeia, a carangueijola gasta, poida, carunchosa e nunca assaz remendada de uma antiquada organização naval.

Sobre esse innominavel desmantelo, com a precipitação, premencia do momento e á falta de outra, os abnegados proceres da nossa emancipação politica foram constrangidos a cimentar, bem a contra-gosto de Cochrane e de outros officiaes de merito, a estructura do nosso edificio militar naval.

Dahi, como testemunhamos ha cerca de trinta e cinco annos, suas constantes e repetidas remodelações e, como consequencia, esse penoso, exhaustivo trabalho de Sysipho em busca de uma estabilidade orga-

nica e de uma hegemonia jamais alcançadas; dahi, essa evolução irregular, aberrante, desconforme, saltuaria, quando devera elaborar-se methodica, equilibrada, progressiva e naturalmente avigorante. Do exposto, pois se comprova mais uma vez a apoucada capacidade, senão desleixo completo, reprovavel, criminoso de Anadia por um dos ramos mais importantes da administração politica.

Fosse elle outro homem, patriota, dedicado, de mais longo descortino, mais occupado com o futuro da patria do que com as futilidades da côrte, não encontraria occasião mais propria para soerguer a Marinha, insuflando energias novas e um espirito mais adiantado e progressista no organismo recem-transplantado para um meio ainda não eivado dos vicios e rotinas da metropole.

Nada fez; nem um passo ensaiou para manter activo, treinado, efficiente o pessoal, e apparelhado e equipado o material fluctuante salvo, no Rio de Janeiro, do grande cyclone que devastava a metropole, terra dos seus sonhos e das suas saudades.

Mal chegados ao Rio, os navios foram desguarnecidos, desarmados e atirados, soberbo pasto ao cupim, á carcoma, ao buzano, no fundeadouro de sotavento entre a ilha das Cobras e o Arsenal, que da mesma forma não mais construia.

Da officialidade, os protegidos, os aulicos e cortezãos, alcançaram logo pingues logares em terra, outros foram transferidos para o Exercito, os demais, descrentes e desanimados ante a indifferença ministerial, começaram á cata de outras occupações extranhas á profissão, que lhe proporcionassem proventos melhores que a ridicula, miseravel e tardia paga recebida do real-erario.

Livres dos francezes, deslembrados da patria infeliz, tudo cahiu na mesma untuosa pasmaceira.

A Marinha fôra um movel usado, bolorento e capenga, que, apenas por extrema necessidade se mudara de sitio sem a mais ligeira reforma ou limpeza, com os mesmos paranhos e a mesma poeira.

Salvos das unhas de Junot, della não mais careciam, jogaram-na desapiedadamente ao monturo. Afinal, para que Marinha?... Não estavam no poço quatro possantes naus inglezas, do grande alliado, a garantir com suas formidaveis baterias o beatifico somno da realeza bragantina?

Para isso se lhes pagava o consumo das munições de bocca; para isso expulsava-se da ilha das Enxadas o seu proprietario e nella se estabelecia uma enfermaria para os marujos inglezes; para isso fôra permittido ao Almirante britannico arvorar na ponta do Cajú, nos aros da quinta da Bôa-Vista, vivenda d'el-rei, um posto semaphorico afim de corresponder-se com seus vasos; para isso recebera o chefe inglez o regio presente de uma bella chacara, de uma linda espada e de um precioso annel, dadiva de D. Carlota Joaquina...

Demonstrava-se assim ao antigo fiel e sempre *desinteressado* aliado a gratidão de que lhes eram devedores Portugal e o seu soberano pela escolta que solicitamente haviam dado a esquádra fugitiva e pelo fornecimento aos "navios portuguezes do muito indispensavel".

Por isso os inglezes "mereciam tudo... em tudo entram... em tudo são ouvidos, tudo conseguem", como melancolicamente dizia um chronista do tempo.

Para que marinha?... E com isso folgava o ministro Anadia

A 1 de Maio de 1808 lançava D. João, instigado pelo celebre conde de Linhares, longo e retumbante manifesto, protestando contra a politica franceza; e, a 10 de Junho, declarava guerra áquelle governo.

Nenhuma providencia, entretanto, havia tomado o ministro; nenhum preparativo preliminar se havia feito para a campanha. Mandou-se, apenas, ordem ao Capitão-general do Pará para que invadisse a Guyana franceza e se apoderasse da sua capital.

O governador daquella longinqua capitania viu-se em serios embaraços para dar cumprimento ás ordens da côrte, pois os cofres publicos estavam em penuria e os elementos militares de mar e terra eram lamentavelmente difficientes ou estavam ainda por crear.

A força naval estacionada na provincia constava de tres arruinadas e desarmadas canhoneiras, a refletir a incuria da administração de Anadia.

E assim, "sem auxilio algum do governo geral, teve de valer-se de todos os recursos que lhe suggeriam as circunstancias do momento, para poder fazer face ás despezas da expedição".

Foi obrigado o governador a concorer com suas parcas economias, a lançar mão dos cofres de mão-morta, de defuntos e ausentes e, ainda, a um emprestimo de particulares para poder equipar nove pequenos barcos e pôr em pé de guerra a tropa", cuja maior parte pertence a classe indiana"... pois "não tem hoje quasi outros soldados senão os desta casta".

O governo central, como vemos, não se movia, e o Ministro da Marinha, por sua vez, era indifferente, mudo e quedo.

Conhecendo de sobra os poucos prestimos de seu Secretario dos negocios da Marinha, chamou D. João para junto de si ao seu sobrinho e genro, o infante espanhol D. Pedro Carlos de Bourbon; e, querendo dar-lhe uma authentica demonstração de particular apreço" e tendo presente os seus "naturaes talentos, applicação e conhecimentos" creou-lhe a 13 de Maio o "posto privativo de Almirante-General da Marinha com toda a jurisdicção e autoridade até então attribuidas aos *Capitães-Generaes dos Galliões d'Armada real de alto-bordo do mar*

Oceano e aos Inspectores de Marinha", tendo além disso jurisdicção militar sobre os Arsenaes, córtes de madeira, etc., "em todo o continente do Brasil, ilhas adjacentes e dominios ultramarinos"... devendo exercer tal posto junto ao soberano "*immediatamente sem interposição de outra qualquer autoridade*, percebendo o ordenado annual de 9:600$000.

Como vemos, diante do decreto referido, Anadia ficou completamente annulado, passando a medalhão simplesmente decorativo, á verdadeira *figura de proa* como dizem os marujos.

Entretanto, por achado não se deu o fidalgo cortezão; e, sem mostrar-se melindrado nem diminuido continuou, fleugmaticamente, a sobraçar a pasta e... nas horas vagas, que eram muitas, a tocar rabeca, instrumento a que era sobremodo affeiçoado, dizem as chronicas.

Não fôra elle uma dessas figuras ôcas, fatuas, interesseiras e commodistas, encontradas frequentemente nos circulos e bastidores palacianos e politicos, e que, graças ao seu pouco ou nenhum escrupulo e muita desbrez, logram occupar, preterindo homens de valor, altos cargos politicos, administrativos e technicos, sem, todavia, deixarem de sua passagem o menor signal de um acto de benemerencia publica ou o mais apagado traço de um empreendimento proveitoso, util...

O Infante, Almirante-General, desabuzado rapazola de 21 annos, chamou para seu secretario o illustrado e proficiente Chefe de Divisão Dantas Pereira, director da Academia de Marinha, e, deixando completamente de parte o velho Anadia, começou com a desenvoltura propria da idade e da posição que occupava a manobrar á vontade, com applausos do seu real tio e sogro e grande satisfação da camarilha palaciana.

De toda a esquadra concentrada no Rio, encontravam-se apenas em condições dois brigues, que despachados foram a auxiliar a conquista da Cayenna, levando em sua esteira (não se compreenderia de outra forma...) uma corveta ingleza.

Os britannicos como homens praticos, nunca mettem prego sem estopa. Sua coadjuvação, muito aleatoria aliás, rendeu-lhes 8.000 libras esterlinas afóra o producto dos saques realizados e boa parte das presas feitas naquellas aguas.

O Visconde de Anadia, posto assim á margem, não dava, pelo menos ostensivamente, a menor demonstração de sensibilidade, de resentimento.

Escreve o historiador portuguez Rocha Martins: — "Constantemente o espicaçavam ante o seu feitio chasqueador, mas sentia-se tão agarrado ao poder que, mesmo depois de terem collocado superiormente na sua pasta, de Ministro da Marinha o infante D. Pedro Carlos, elle continuava no gabinete. Porém um momento devia chegar em que o Almirante se sentiria offendido por certa frase onde entrava a palavra, *temerario*, e isso seria bastante para *dicidir o fidalgo a largar o cargo*",

reputando-se "muito feliz e pago d'alguns serviços que posso ter feito, se o Principe-regente N. S. me conserve a sua protecção e benevolencia, *concedendo-me a minha demissão* que peço para socego de meu espirito attribulado sempre *com a responsabilidade de um ministerio para o qual eu conheço que não tenho nem as luzes nem aquella prudencia para evitar e para taes comprometimentos*".

Muito tarde comprehendeu a sua nulidade!...

Continuou, então, a ser como sempre fôra, "no Rio, um solitario, quasi um misanthropo, soffrendo — explica-nos O. Lima — com as desgraças da patria ausente, *pouco sympathico a patria de refugio*, sem esperança de assistir um futuro melhor, procurando consolar-se das amarguras do presente, que prognosticara, com os encantos das artes, das quaes cultivava com esmero uma, a musica."

O patriarcha da nossa imprensa, Hyppolito J. da Costa, no "Correio Braziliense", que se publicava em Londres, fazendo um retrospecto geral da acção dos ministros de D. João, referia-se aos Condes de Linhares, Aguiar e Anadia, comparando-os, com muita propriedade, a "tres relogios desconcertados"; um adiantava-se muito, outro atrazava-se cada vez mais, e o terceiro (Anadia), cuja administração era apagada, rotineira "estava irremediavelmente parado". Nessas condições como é natural, muito pouca valia tinha no governo.

Do exposto em largos traços, facil é perceber que a passagem do Conde de Anadia (elevado a este titulo pela munificencia regia a 17 de Dezembro de 1808) pela pasta da Marinha, nenhum beneficio ou progresso trouxe a Portugal e á sua armada e muito menos ao Brasil e á nossa marinha, esgalho daquella.

Entretanto, nos dous annos de sua administração no Brasil (1808-1809) foi dispendida a avultada somma de 1.688:270$413 e isso levando-se em conta a "diminuição em que por agora se acha a Marinha real".

Vimos Anadia como aulico, politico e administrador; vamos, agora, mostral-o por uma face não menos interessante: a sua ojeriza ao Brasil, aos seus naturaes e aos seus productos.

Conta-nos Moreira de Azevedo: — "Tinha esse fidalgo ojeriza ao Brasil; o que era da terra americana não lhe agradava; tudo que aqui havia era repugnante, mau e selvagem; só era appetitoso, agradavel e bello o que provinha do velho Portugal".

Já nos certificou disso a citação de Oliveira Lima, linhas acima, quando o descreve como "pouco sympathico a patria de refugio".

Confirma tal aversão o Dr. Max Fleiuss, quando diz: — "perfeito typo de gentilhomem, cultor da musica e um tanto misanthropo, *apparentando desdem por tudo que era do Brasil*"[1].

Conta-nos Rocha Martins: — "Vivia espicaçado por saudades da patria, *detestava os brasileiros e não perdia occasião de lhes mostrar os seus desdens com faltas de educação e remoques*".

Attesta-o, ainda Mello Moraes na passagem seguinte: — "Este Anadia *era grande inimigo do Brasil*. Só gostava do que fosse de Portugal.

Sendo convidado pela familia do Dr Antonio Francisco Leal, primeiro medico do Hospital Militar, a passar algumas horas em um sarão em sua casa, onde se reunia a melhor gente de então, na occasião do chá, além de muitas iguarias, viera um bolo, conhecido pela denominação de *Mãi-benta;* e o louvando elle pelo sabor, lhe perguntou umas das filhas do dono da casa, se S. Ex. conhecia a materia de que era feito o bolo que estava comendo, e com muito prazer saboreava, ao que respondeu com affirmativa, dizendo que era feito de farinha de trigo. A senhora disse-lhe que não, que era feito de gomma de mandioca. O indiscreto fidalgo, isto ouvindo, para mostrar a sua repugnancia, fez jogo do resto do bolo que comia, pela janella, mostrando-se arrependido de o haver comido, e cuspindo como enjoado".

Não é nosso proposito, ao citar este ultimo facto, extranhar ao fidalgo titular "uma incompatibilidade incoersivel" do seu delicado estomago, por iguarias a que estava elle, talvez, desacostumado", mas que, no emtanto as ingeria com garbo e apetite, emquanto na ignorancia de serem preparadas com um producto brasileiro. Estranhavel é, no emtanto, a "rude maneira, o grosseiro gesto" do titular impropios em qualquer pessoa de mediana educação e com mais forte razão em um fidalgo de linhagem, apontado como perfeito typo de gentilhomem e lidimo representante da aristocratica reinicola.

Vê-se que a sua aversão ao Brasil era de tal ordem que o cegava, tornando-o inconveniente, fazendo-lhe esquecer a sua posição e até as mais comesinhas regras de civilidade.

Eis como, muitas vezes, um acto, um gesto irreflectido estereotypam o caracter, as qualidades moraes e affectivas, as paixões, a educação emfim de um individuo. Mas, passemos adiante.

Mello Moraes e Max Fleuiss nos informam ainda que "apesar do Visconde de Anadia mostrar-se sempre desaffeiçoado ao Brasil, devemos-lhe um grande beneficio, que foi a introducção da vacina entre nós, pelo Aviso de 1 de Outubro de 1802". Sobre o caso tenho a ponderar o seguinte: Em officio ao Instituto Historico Brasileiro, de Agosto de 1859, o Sr. Antonio Mendes Ribeiro offerecia á consideração dessa douta sociedade varios documentos, provando que, já em 1798, o pai do remettente, Cirurgião-mór Francisco Mendes Ribeiro de Vasconcellos, havia introduzido no Rio o beneficio da vacina.

Nomeada uma commissão de eruditos socios para estudar o assumpto foi ella de parecer que o brasileiro Marquez de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes, havia sido o verdadeiro introductor da vacina

no Imperio, em 1804, e que o referido cirurgião fôra quem, em 1798, ensinára no Brasil a innoculação da bexiga. Anadia enviára, apenas, a 29 de Março de 1806 ao Governador da Bahia 40 boletins com instrucções sobre a vacina. Vê-se, pois, que nem esse beneficio devemos ao pedante e profugo fidalgo.

A 17 de Dezembro de 1808 alcançava elle da munificencia real a sua elevação ao Condado, de cujo titulo afinal não gozou por longo tempo, pois veio a fallecer de uma febre, diz-nos Max Fleuiss, a 30 de Dezembro do anno seguinte, sendo sepultado no Covento Santo Antonio.

Sahiu o enterro da casa de sua residencia, á rua dos Barbonos, em frente ao chafariz das Marrecas.

Ainda morto não deixou de aproveitar-se da celeberrima e revoltante lei das aposentadorias, assignalada pelas iniciaes P. R., que o povo sempre satyrico traduzia por — *ponha-se na rua* — No referido convento existia a sepultura perpetua do antigo Ouvidor do Rio de Janeiro fallecido em 1627, Diogo de Sá da Rocha, em cuja lousa achavam-se gravadas as armas do proprietario, sua mulher e herdeiros. Pois bem, após quasi duzentos annos de suave quietude foram as ossadas do antigo magistrado e seus descendentes arrancadas do jazigo para dar logar aos despojos de um intruso, o Ministro Anadia.

E a terra deste Brasil tão grande e tão magnanima guarda até hoje em seu seio placido as cinzas daquelle que em vida foi seu gratuito desaffecto.

Em Portugal, seu berço natalicio, Anadia é um illustre esquecido ou, melhor, desconhecido, pois foi em vão que procuramos conhecer-lhe a detalhada folha de serviços. Nem a "Encyclopedia" de Lemos, nem os "Diccionarios" de Pinheiro Chagas e de Innocencio lhe assignalalam o nome e o titulo.

Ao que parece, foi um inutil sybarita e, ao que sabemos, passou pelo mundo sem deixar um filho, sem plantar uma arvore, sem escrever um livro.

O bosquejo biographico que aqui fica conseguimos com grande fadiga catando achegas, aqui e ali em variadas fontes, principalmente nacionaes que, diga-se a verdade, mais que as portuguezas, maior interesse demonstram pelo estudo do reinado de D. João VI.

O "Instituto dos Docentes Militares", com o alevantado e nobilitante fito de commemorar *o primeiro centenario da nossa Independencia* (leia-se bem) resolveu criar uma medalha de ouro, como premio a ser conferido, annualmente", ao alumno da Escola Naval e da Escola de Guerra, que com maior brilhantismo e distincção completa o curso academico. A idéa não podia ser mais feliz e merecedora de applausos.

Todavia triste e lamentavel é que, uma instituição de alto saber, em cujo quadro social figuram brilhantes professores, eruditos historiographos, etc., indiscutivelmente e por dever de officio conhecedores emeritos da nossa historia politica, administrativa e militar, amparada pela congregação da Escola Naval, haja escolhido muito aéreamente para patrono do referido premio o Conde de Anadia cuja vida e serviços acabamos de gisar.

Em Portugal, como dissemos, é um illustre esquecido, senão desconhecido, pois nada fez de util em beneficio do seu torrão natal. O Brasil nenhum serviço lhe deve: antes, sofreu-lhe a malquerença.

Morto em 1809, de modo algum, mesmo indirectamente, concorreu para o movimento da nossa emancipação politica.

Como, pois, poderá estar "mais em destaque de quantos *naquella época* (da independencia, vejam bem) exerceram funcção elevada na alta administração naval?!" *Quandoque bonus dormitat Homerus...*

Foi um grave erro, que é preciso reparar quanto antes, foi uma lamentavel injustiça ás figuras masculas e immoredouras dos próceres e batalhadores da nossa gloriosa independencia antepôr-se a ellas a sombra dubia, esvaecente de um estranho e inepto ministro, aulico e cortezão.

Ainda uma duvida me acabrunha. A medalha criada traz a effigie do seu infeliz patrono. Onde a foram buscar os gravadores? Sobre que estampa ou retrato foi calcado o cliché que figura no folheto distribuido pela referida associação em 1922? No Rio, que eu saiba, nenhum retrato verdadeiro se encontra de Anadia. Foi em vão a minha procura no Archivo Publico, na Bibliotheca Nacional, no Instituto Historico e no Gabinete Portuguez de Leitura.

Em o Museu Naval, na collecção de Ministros da Marinha, existe um que se me afigura suppositicio; fui encontral-o no Museu Historico, na Galeria dos Ministros da Guerra, como sendo o do Conde das Galvêas.

Faz-se mister esclarecer este ponto, pois estou quasi a garantir que o tal retrato é o do marquez de Marialva pela semelhança que apresenta com a estampa deste titular appensa á obra de O. Lima sobre D. João VI no Brasil.

Para terminar. A personalidade do Conde de Anadia, de um desvalimento deploravel, não deve nem pode servir de paradygma á nossa mocidade naval.

É preciso não esquecer que esta, amanhã, tomará sobre os hombros os destinos da Marinha e, por isso, temos obrigação de proporcionar-lhe á meditação e á imitação exemplos fortes de sadio patriotismo, de alta comprecensão do dever, de inflexivel disciplina, de espirito de classe, de amor á profissão.

Já de sobra temos soffrido a acção delecteria de ineptos e falsos administradores!... Sempre é tempo de reparar uma injustiça. Sejamos brasileiros, nacionalistas, antes de tudo.

Que se transforme, pois, o ouro daquella medalha em o nobre, éreo e masculo perfil de um dos pró-homens da independencia, porque, embora a patina dos tempos amoraes de hoje o tome, não o demerecerá por certo, e com maior relevo e belleza apresentar-se ha ás gerações do porvir.

D. FERNANDO JOSÉ DE PORTUGAL E CASTRO

1º Marquez de Aguiar

(Inst. Hist.)

II

D. FERNANDO JOSE' DE PORTUGAL E CASTRO

2.º Marquez de Aguiar

Com a morte do Conde de Anadia, assumiu, interinamente, o cargo de Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, D. Fernando José de Portugal e Castro, 2º Marquez e 1º Conde de Aguiar, seu collega de gabinete e, até então, detentor das pastas do Reino e Erario.

Foi empossado em o novo posto a 30 de Dezembro de 1809 e exerceu-o até 7 de Janeiro do anno seguinte.

A sua permanencia á testa da administração naval foi curtissima; apenas de oito dias. Todavia, nem por isso deixaremos de algo dizer de uma individualidade de longa data conhecida e ligada á historia administrativa do nosso paiz, aproveitando para isso as parcas notas a ella referentes, colhidas em variadas fontes nacionaes, já que as portuguezas são geralmente omissas.

Pertencia elle á nobre casa dos Marquezes de Valença e era o oitavo filho dos terceiros Marquezes deste titulo e nonos Condes de Vimioso, D. José Miguel João de Portugal e Castro, Presidente da Mesa da Consciencia e Ordens e Deputado da Junta dos tres Estados (1706-1775) e D. Luiza de Lorena (1712-1794).

A familia gozava das honras de parente do Rei como descendente de D. Affonso I, o primeiro marquez de Valença (o primeiro que houve no Reino, 11-X-1451) e segundo Conde de Ourem, filho primogenito dos primeiros Duques de Bragança, D. Affonso e D. Brites Pereira, e irmão do segundo Duque D. Fernando, progenitor da casa reinante. Foram tambem Marquezes e senhores de Aguiar, Machico, de Bastos e de Monte-longo.

D. Fernando nasceu em Lisbôa a 4 de Dezembro de 1752. Após os estudos de humanidades, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde se formou em leis.

Iniciou sua vida publica na Relação da cidade do Porto, sendo posteriormente nomeado Desembargador aggravista na Casa de supplicação de Lisboa.

Após ter desempenhado esse e outros cargos na magistratura da metropole e na côrte, foi escolhido, em recompensa aos seus serviços, Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia.

A 18 de Abril de 1788 assumiu o novo posto (foi o 50º governador) e "durante a sua diuturna administração, mostrou quanto era habil e capaz de satisfazer o logar que lhe confiara" o soberano.

Não foram poucos nem modestos os melhoramentos introduzidos por D. Fernando na cidade do Salvador: abriu varias vias de communicação, reparou outras, reformou alguns edificios publicos, levantou fortificações e estabeleceu, no antigo Collegio dos Jesuitas, um Hospital Militar, e reparou a cadeia publica.

"Comtudo — diz o chronista Accioli — foi objecto a que deu grande importancia, a construcção naval, estabelecendo optimos regulamentos para conservação e córte de madeiras." "Fez construir a nau *Principe-Real* e reformou a repartição do Arsenal de Marinha, em virtude da Carta-regia de 11 de Março de 1797, que mandou fossem os respectivos Intendentes tirados da classe dos officiaes de Marinha, sendo o Capitão de Mar e Guerra João Francisco Perné o primeiro Intendente e o que organisou no mesmo Arsenal o systema de administração praticado em Lisboa. Serviços não menos valiosos foram o levantamento da planta hydrographica da Capitania, a perseguição systematica aos corsarios que infestavam a costa e o expurgo do sertão de tremendas maltas de salteadores e assassinos.

Em obediencia a ordens regias enviou para a metropole variados exemplares da nossa flora de valor medicinal, industrial e economico.

Durante sua trabalhosa gestão foi o porto da Bahia visitado por varias frotas metropolitanas e inglezas e pela do Almirante francez d'Entrecasteaux, enviado á procura do seu malogrado irmão d'armas e distincto navegador La Perouse. O navio e a officialidade franceza receberam da parte do Governador, em obediencia ás ordens reaes, fidalga recepção sem, todavia, descurar "toda a vigilancia e cautela, em evitar a introducção dos principios revolucionarios que se tinham desenvolvido na França".

Agitava, naquella época, os póvos um forte e sadio espirito de liberdade. Sua poderosa e fecunda semente germinava de longa data no seio patriotico de innumeros brasileiros. Não havia muito, Tiradentes, o nobre e abnegado militar tomando sobre si a responsabilidade de uma conjura urdida por pusilanimes, pagara na forca o grande crime de almejar a patria livre.

Na Bahia e na vigencia do governo de D. Fernando alguns brasileiros, tendo á frente a figura sympathica do notavel agitador e patriota Cypriano Barata de Almeida, reuniram-se em conciliabulos secretos, propugnando pela nossa emancipação. Distinguiam-se os conjurados "por um busio pendente da cadeia do relogio." Appareceram denuncias (a casta dos Silverios dos Reis é inextinguivel) dessas reuniões que, segundo diziam, terminavam sempre com "vivas á liberdade e a Bonaparte".

Certo dia, a 12 de Agosto de 1798, appareceram affixados aos muros de varios pontos da cidade papeis sediciosos. Encheu-se de sustos e temores o futuro Conde de Aguiar e, muito embora fosse dotado, segundo diziam, de "genio contemporizador", mandou abrir devassa, fazer prisões e tomar outras medidas de segurança. E o resultado de tudo isso foi, por instigação do futuro Conde de Linhares (a quem se cunham hoje medalhas de ouro), então ministro, o enforcamento impiedoso, cruel, de tres modestos e nobres brasileiros, a 8 de Novembro de 1799.

Afóra esse imperdoavel excesso criminoso, filho do receio de não cahir no desagrado do soberano e de um zelo doentio no "cumprimento dos seus deveres officiaes", sempre foi tido por homem bom, avisado e prudente, porventura timorado e pacato, sem altos planos de governo, como nos informa O. Lima", gozando de "caracter de probidade".

D. Fernado considerava "o povo em geral *formado para uso da Familia real e da nobreza;* e, ainda que lhe custasse a vida, elle não faria uma cortezia, para responder ao homem *não nobre*, que lhe tivesse saudado."

No fim de sua administração, na Bahia, elevou á categoria de villa dois povoados e criou uma aula de geometria na Capital.

Como galardão aos seus serviços e, provavelmente, ao exemplar castigo applicado aos patriotas brasileiros (acto que tornára execrada sua memoria) foi contemplado com a nomeação para o alto cargo de Vice-rei e Capitão-general de mar e terra do Brasil, por patente de 9 de Maio (21 de Março, diz Accioli) de 1800.

Deixou a presidencia da Bahia a 23 de Setembro do anno seguinte (5 de Abril de 1802, diz Mello Moraes), quando embarcou em a nau *D. João de Castro* para a nova commissão. Foi empossado no Rio, a 14 de Outubro, succedendo ao 5º Vice-rei, Conde de Rezende.

O historiador Fernandes Pinheiro, bordando commentarios sobre a pessoa e gestos de D. Fernando Portugal e Castro, diz: — "Sempre lhano, affavel e conciliador, mais occupado com os deveres de magistrado do que com os da milicia... "Desde o tempo de Luiz de Vasconcellos que não viam os povos na cadeira do Vice-rei tanta benignidade, tanta doçura de maneiras, tanta frieza no trato caracteristico de quem se tenha affeito a mimoscar os primores da literatura antiga e moderna". De facto: buscando util desenfado nas boas lettras, traduziu e deu á estampa nesta cidade o "Ensaio sobre a critica" do notavel escriptor inglez Pope, "que enriqueceu de notas, patenteando o seu gosto litterario", completa Moreira de Azevedo.

O periodo de sua administração na capital brasileira correu com relativa calma e serenidade, sem que nenhum acontecimento extraordinario viesse perturbal-a, muito embora na Europa rugissem os vendavaes desencadeiados pela revolução franceza.

"Que era, porém, o Vice-rei — segundo o autor citado — capaz de energia e dedicação pela causa publica, vê-se na actividade que desenvolveu quando no anno de 1805 alguns salteadores deitaram fogo á "Casa dos contos", onde funccionava a Junta da Fazenda. A' sua vigilancia — confessa Monsenhor Pizarro — e disposição deveram os cofres ficar salvos e livres do menor desfalque". Por isso quando reedificado o predio, aproveitaram-se os cortezãos do tempo (casta difficil de extirpar) para nelle applicarem uma placa commemorativa ao facto e em que D. Fernando era chamado "varão sabio, prudente e justo, amador da lei, do rei e da grey".

Aqui no Rio, contrahiu nupcias com uma sobrinha D. Maria Francisca, filha de D. Affonso Miguel de Portugal e Castro, 4° Marquez de Valença 11° de Vimioso e de D. Maria Telles da Silva, nascida a 24 de Setembro de 1782. Foi ella Dama da rainha D. Maria I e da Ordem de Santa Izabel e Camareira-mór da nossa Imperatriz Leopoldina. Dessa união não houve filhos.

Apeou-se da Vice-realeza a 21 de Agosto de 1806, deixando saudades, dizem os chronistas. Sobre sua partida conta-nos Moreira de Azevedo o seguinte caso. O commandante do navio, que o devia transportar á metropole, ao notar seu barco assaz carregado, foi ao Vice-rei e perguntou-lhe: — "V. Ex. ainda tem muita carga que embarcar? — Se tenho! — retrucou o fidalgo — ainda não enviei nada para bordo". No entanto, o navio estava carregado de presentes offerecidos pelo povo ao Vice-rei D. Fernando de Portugal.

Chegado a Lisboa foi logo escolhido para presidir o Conselho Ultramarino, em attenção á sua dedicação ao Soberano, fundo desinteresse e grande conhecimento e pratica da administração colonial.

D. Fernando, segundo o "Correio Braziliense", passava por "homem de conhecimentos e leitura",podendo-se presumir, ainda que não houvesse provas, de que teria estudado economia politica.

No anno seguinte foi distinguido com o titulo de Conselheiro de Estado (1807); acompanhou a Familia real na sua fuga precipitada para o Brasil, e, na Bahia, sustentou o expediente dos negocios publicos.

Na organização ministerial feita por D. João ao chegar ao Rio de Janeiro, foi distinguido, a 12 de Março de 1808, com a pasta do Reino, a presidencia do Erario Real e o cargo de Ministro assistente ao despacho, o que equivalia ao de primeiro ministro, com precedencia sobre os collegas e conhecimentos dos assumptos de todas as pastas, como nos informa O. Lima no seu precioso livro sobre D. João VI no Brasil.

Caracter maduro, sisudo, vacillante mas não destituido de argucia. Ninguem seria capaz de dizer mal desse "parfait honnete homme", na opinião do ministro francez Maller. Todavia não se descobria nelle o conjunto de dotes de espirito e de conhecimentos indispenssaveis

para a sua alta posição official. Estava abaixo dos deveres do seu cargo.

A darmos credito á opinião de Marrocos, era Aguiar o paralysador de tudo e para tudo tinha obstaculos e duvidas. Mostrara-se sempre insensivel aos empenhos; todos, em seus negocios e pretenções, preferiam falar ao diabo a entenderem-se com D. Fernando. No entanto, segundo outro chronista, o Marquez mettido em um mandrião ou bática de chita e lenço á bahiana na sua Exma. cabeça, em sua casa estava prompto a assignar de cruz tudo quanto lhe apresentava um Tarsini, o famigerado Barão de São Lourenço.

Por decreto de 17 de Dezembro de 1808, foi-lhe concedido o titulo nobiliarchico de 1º Conde de Aguiar.

Quanto á administração era elle o relogio "muito atrazado" do que nos fala Hyppolito da Costa, o patriarcha dos nossos jornalistas, em o "Correio Braziliense".

Continuando seus sensatos commentarios, diz o illustre jornalista: — "... parece daqui que os males publicos se attribuem, no Brasil, a indole e caracter dos que governam. O governo do Brasil arranjou-se exatamente pelo Almanack de Lisboa, *sem nenhuma attenção ao paiz em que se estabeleceu.* Mas, remediar-se-ia isto, mudando os actuaes relogios? e substituir-lhes outros? A nossa opinião é que não; porque a substituição seria dos mesmos elementos, isto é, escolher-se-ia para Ministros homens da mesma classe que *são conhecidos sómente por serem cortezãos e não por seus talentos , como estadistas;* porque os homens de sciencia e não cortezãos, não têm modo algum de serem conhecidos, e chamados para o governo do seu paiz..." "Os logares do Governo são uma especie de monopolio. Os naturaes do Brasil, quando viuham a Portugal, eram olhados como estranjeiros pelo governo, e como *macacos* pela plebe... Agora está o Governo no Brasil... mas nem um só dos compatriotas do Brasil tem sido promovido ao Conselho de Estado do paiz; *estranjeiros em sua casa, e estranjeiros fóra della;* isto prova são cégos... O systema de empregar os funccionarios publicos sómente nesses monopolizadores..." Continúa o patriota: "...os Brasileiros não são cégos... O systema de empregar os funccionarios publicos sómente por suas protecções, e sem attenção ao merecimento pessoal, foi uma das principaes causas da ruina de Portugal, e é agora origem de fataes consequencias ao Brasil..."

E termina: — "No meio disto dirão que Sua Alteza é bem servido por seus ministros: que a Nação deve estar contentissima com os empregados; e é um turbulento quem se atreve a reflectir na miseria nacional".

Entretanto a "molle natureza dessa lesma coroada", mantinha-se indifferente aos conselhos, á voz avisada do patriarcha da nossa imprensa. Teimava em chamar os mesmos aulicos, como Aguiar, cheio de "temor pueril da responsabilidade, incapaz de suggerir ao rei qualquer

determinação que a sua propria natureza não tinha aptidão para formar" — como nos explica Oliveira Lima.

Chamado a reger a pasta da Marinha, embora por pouco tempo, entrava a empavonar-se D. Fernando de Portugal com mais um titulo decorativo, pois, diante da prepotente autoridade centralizadora do principe d. Pedro Carlos, Almirante-General, nenhuma providencia util, nenhuma medida administrativa ser-lhe-hia facil tomar. De algum tempo já não se olhavam com muita sympathia o Principe e o Ministro de Estado. Ao assumir o seu posto, o Infante espanhol encontrara, em consequencia do descaso do conde de Anadia, as repartições de Marinha com os vencimentos em atrazo.

Com a violencia propria de sua situação, do seu temperamento e da sua falta de educação, enviára elle, a 29 de Maio de 1809, ao Marquez de Aguiar, então Presidente do Erario-real, o officio abaixo, que transcrevemos do "Correio Braziliense": — "Conde de Aguiar, honrado amigo e parente. Ha mais de um mez que o Pagador da Marinha não recebe cousa alguma para as despezas desta Repartição... "Qual é a repartição com quem se tem praticado outro tanto? Quem é aquella a quem se não deo porção alguma dos trezentos mil cruzados transportados na náo *Conde?* e isto apezar de dizer na minha Secretaria o vosso thesoureiro-mór, que mandava completar o pedido de Dezembro. E' aonde pode chegar o excesso por um lado, e a falta de contemplação pelo outro. Transportar a Marinha o pagamento para as outras repartições, e não ser attendida nem com um real desse transporte, e não ser attendida nem ainda mesmo depois de se haver preferido, o que deixo dito, quando aliás tendo-se diminuido as despesas navaes, não obstante o acrescimo do armamento e da maioria dos preços dos generos, se observam augmentados outros ramos de despesas, consequencia innegavel do progresso das rendas publicas. Que não se mandasse dar á Marinha tudo o que se lhe deve effeito das actuaes circumstancias, é como tal supportavel; que nada se lhe dê, quando ella merece a preferencia, e quando as mais estão recebendo, é um facto contrario áquella imparcialidade e justiça, que se divisam no vosso caracter. Que a Marinha merece uma certa preferencia é cousa que facilmente se próva. Com effeito ella acaba de salvar o Estado e a Familia real portugueza, e acaba de salvar a vós mesmo.

Ella é commandada por mim, sem ella não ha communicação com Portugal, com as colonias e com os outros portos do Brasil; sem ella estes portos jamais se izentarão de um enxovalho e a defensa será muito precaria; sem ella o commercio perecerá por falta de comboio, pois repetir-se-ha o honroso facto acontecido ao navio *Carrasca,* e os mercantes serão todos tomados e queimados na fórma das barbaras instrucções dadas aos commandantes francezes. Ora, sem commercio ou com elle diminuto, quanto cahirá o rendimento das alfandegas, a quanto por consequencia o do Estado? Em summa, sem navegação e sem Ma-

rinha que proteja, cahiremos de todo nas mãos dos estranjeiros, os quaes em tal caso não deixarão de vir-nos a tratar assim como tem sido, e são sempre, as nações indolentes e fracas.

Amigo Conde; perguntará eu, — donde vem á Inglaterra o poder que tem? e donde nos veio o que já tivemos? Donde as conquistas deste immenso e preciosissimo Brasil, nosso actual refugio? donde emfim nos poderá resultar outro igual, outr mair poder? Cumpre-me ainda reflepoderá resultar outro igual, outro maior poder? Cumpre-me ainda reflemento destes pagamentos, inferiores aliás aos correspondentes na praça, encontro difficuldades cada vez maiores, em conservar artistas, que são obra do trabalho de muitos annos e uma vez distribuidos ou perdidos é quasi impossivel restaural-os. Vós sabeis os esforços que fez Alben para attrahil-os e conserval-os; escuso ponderar-vos as inevitaveis, grandes e pessimas consequencias, que devem resultar-nos, se praticarmos o contrario. Ora, de mais a mais as monções vão passando e os comboios da Europa e Asia não podem partir por falta de pagamento; vae acontecer, o mesmo ao correio que me requisitastes, outro tanto deverá succeder á fragata de que se carece no Pará, no Pará aonde a nossa Marinha acaba de praticar o que todos sabem, no Pará e Cayenna, que não podem deixar de ser agora um incentivo mais forte para as attenções de um inimigo como Bonaparte. Nestes termos não estranheis que exija de vós uma resposta, por escripto, a tantas cartas que sobre este objecto vos tenho dirigido, e uma resposta, não em termos geraes, mas sim a mais satisfactoria, positiva e concludente, que vos fôr possivel dar-me, na intelligencia de que os pagamentos demorados quasi duplicam as despesas; e a falta delles, experimentada até a presente, tem sido a mola real dos movimentos violentos, que me tenho visto precisado a empregar, para adquirir e sustentar braços, e forças, e artes navaes; mas agora vae suspender-se o proprio pagamento do *capim* (?), e até será impossivel concertar a nau *Conde*, na fórma da expressa e Real vontade, de meu muito amado e presado Sr. e tio o Principe do Brasil, e irá parar ás lamas; a *Principe-real* ficará quasi inutil, a *Meduza*, o *Golphinho* e a *Invencivel* jamais servirão. Quartel General, etc."

Não ha duvida que as "considerações meio descabel'adas, mas cheias de razão sobre o papel e importancia da Marinha", talvez fossem improprias de um moço a um ancião encanecido no serviço publico; mas, a verdade é que eram assaz justas e opportunas em face do descaso a que estava estregue uma corporação da qual sempre dependeram a segurança, a integridade e o valor da patria. Pena é que iguaes arautos não se façam ouvir sempre e continuamente aos ouvidos moucos de impenitentes pacifistas.

"No entanto — prosegue O. Lima — era de tal ordem a condição das coisas navaes que, tendo partido a concertar á Inglaterra (nota-se bem que tinhamos arsenaes no Rio, Bahia e Pará e outros de menor importancia), logo a chegada da familia real ao Rio de Janeiro, uma

náu, uma fragata e um brigue, a náu perdeu-se em Cadiz, a fragata deu á costa em Cabo-Verde e o brigue, com a primeira tempestade que apanhou, deitou a artilharia ao mar porque lhe tinham mettido a bordo peças de calibre mais pesado do que o devido. D'outra feita — continua o mesmo autor — mandaram do Rio uma nau a Bahia e Pernambuco buscar dinheiro e viram, depois, que foi maior a despesa da viagem que a somma transportada. Os naufragios e perdas por capturas occorriam tão frequentemente que Hyppolito, em 1810, dizia"... brevemente nos pouparão o trabalho de noticiar mais perdas desta natureza, porque já não haverá esquadra em que falar".

Eram os fructos da malsinada administração do Conde de Anadia, a quem nos tempos de hoje se cunham medalhas de ouro para premio aos Guardas-Marinha!

A 28 de Janeiro de 1812 o Conde Aguiar recolheu ainda a herança do fallecido Conde de Linhares, morto de desgosto, dizem as chronicas, por haver recebido uma bastonada do seu real senhor. Passou assim a gerir a pasta da guerra e estranjeiros.

No ministerio sempre opinou pela volta do soberano para Portugal, contrariamente ao seu collega de gabinete o Conde da Barca.

Além desses cargos passou a accumular o de presidente do Conselho de fazenda e Lugar-tenente immediato á real pessoa, a presidencia da Real junta do commercio, navegação, e de Provedor das obras da Casa-real, etc.

D. João, que tinha por este seu ministro particular estima e nelle depositava illimitada confiança galardoou-o, por decreto de 17 de Dezembro de 1813, com o titulo de 1° Marquez de Aguiar. A amisade que lhe dedicava o soberano era forte e sincera, tanto assim que o abraçára a corar ao vel-o "reapparecer na côrte após um mez de ausencia por doença". Velho, enfermo, com suas forças physicas assaz alquebradas, carecia de "energia para impulsionar a ronceira engrenagem de uma antiquada machina administrativa; por isso todos "os negocios se arrastavam".

Os olhares da côrte portugueza voltavam-se de novo para o Prata. D. João... "proclamou sempre que reconhecia como inevitavel, para pôr seus Estados a coberto das perniciosas visitas dos insurgentes, levantar uma barreira segura, justa e natural, entre elles e o Brasil e d'ahi, e diante dos disturbios e das aggressões de Artigas, a expulsão deste caudilho para além do Uruguay e a occupação do territorio que elle tinha sob seu inquietante dominio. "Foi com este fundamento que se prescreveu nas instrucções reservadas ao general Lecór, em 4 de Junho de 1816, firmadas pelo marquez de Aguiar, que devia occupar a praça de Montevidéo, como o territorio aquem do Uruguay e formar com elle uma Capitania com governo separado e interino, emquanto conviesse á segurança das nossas fronteiras" — escreve o coronel Souza Docca.

Faleceu o Marquez de Aguiar, "esse patriarcha tão raro quão veneravel, e o coração mais nobre e o mais leal", — segundo as expressões do ministro da França — aos 24 de Janeiro de 1817, em extrema pobreza, sem legar á viuva nem uma choça, nem uma mobilia decente, sem ter dinheiro para o funeral.

Além dos referidos titulos, herdara o marquezado de Valença, era gentilhomem da real-camara e gran-cruz das ordens de São Bento de Aviz, da Torre e Espada, e da ordem espanhola de Isabel, a catholica. Em homenagem ao Ministro morto a nau *"Rainha"* desamantilhou as vergas, poz a bandeira em funeral e deu a salva regulamentar de quarto em quarto d'hora. Seu enterramento teve lugar ás 5 horas da tarde do dia seguinte (a 26, diz Mello Moraes), formando, para render-lhe o ultimo preito, uma brigada de infanteria, um regimento de cavallaria e um parque de artilharia que salvou por tres vezes. Jaz o Marquez de Aguiar na igreja de São Francisco de Paula.

O nosso Museu naval não possue na galeria dos Ministros o retrato desse titular. Sei da sua existencia. Figurou na Exposição de historia e geographia do Brasil, organizada pelo Dr. Ramiz Galvão. Foi expositor o Sr. Pedro Paulino da Fonseca. E' possivel se encontre hoje entre os descendentes desse cidadão.

III

D. JOÃO DE ALMEIDA MELLO E CASTRO

4º Conde das Galvêas

(M. Naval)

III

D. JOÃO DE ALMEIDA MELLO E CASTRO

4.º Conde das Galvêas

Aos 7 de Janeiro de 1810 foi chamado pelo Principe-regente, depois D. João VI, para administrar a repartição da Marinha e Dominios ultramarinos o já maduro mas requintado fidalgo D. João de Almeida Mello e Castro, 4º Conde das Galvêas.

Nascido na metropole, a 23 de Janeiro de 1756, manifestará desde muito moço decidido pendor pela carreira diplomatica, "á qual se radicou logo na flôr da idade", cabendo-lhe representar seu paiz junto ás côrtes de Haya, Roma e Londres. Posteriormente, em 1799, foram seus serviços aproveitados em missão á Russia. Na organização ministerio de Janeiro de 1801, viu-se distinguido com a escolha para gerir a importante pasta da Guerra e Estrangeiros; mas por circunstancias alheias á sua vontade, não chegou a ser empossado.

Afinal, a 1º de Julho do referido anno, coube-lhe tomar parte na administração do paiz, á testa daquella repartição.

Inclinado como sempre se mostrára á tradicional politica ingleza, não conseguiu mantêr-se por longo tempo no governo, do qual foi constrangido a afastar-se, em 1802, em virtude da forte pressão do embaixador de França, Marechal Lannes, junto á pessôa do Principe-regente.

Com a invasão do reino, em 1807, pelas tropas napoleonicas capitaneadas por Junot, o "Corypheu anglophilo" acompanhou na fuga para o nosso paiz a côrte portugueza. Logo de chegada ao Rio foi nomeado Aposentador-mór.

"O Conde das Galvêas — conta-nos Rocha Martins — era quem dispunha de todas as moradas do Rio de Janeiro, como Aposentador-mór e dahi por diante uma anarchia começou. Elle, endoidado, extravagante, *de má sombra contra os brasileiros*, mandava-os sahir dos prédios, lançava-os á rua só com intimações rapidas, laconicas, afim de servir á matulagem, que até as alugava depois aos antigos cobiçadores de bôas moradas e á fidalguia de sua parentela".

Dahi o traduzir o povo com muita graça e não menos indignação as iniciaes P. R. (propriedade real) pintadas ás portas dos predios a serem despejados, por *ponha-se na rua*.

Mostrava-se D. João de Almeida no meio das fatuas, postiças e requintadas sociedades que frequentara um "indifferente e libertino", e,

aqui no Rio, não modificou seus habitos e inclinações, com verdadeiro escandalo da burguezia honesta.

A darmos credito ao historiador nacional Pereira da Silva, "não merecia o lugar de Ministro, se attendermos á mediocridade de seus talentos naturaes e da illustração de seu espirito. Possuia vontade tenaz e energica, caracter rixoso e susceptivel e um orgulho excessivo, que não admittia superioridade".

Em razão do seu genio irriquieto e colerico e de sua pretenciosa empafia, começou por indispor-se com o seu collega de gabinete, D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, "essa fantasia, inclinada a projectos gigantescos".

A vida dissoluta do fidalgo titular não era segredo para ninguem neste Rio de Janeiro, pois até a princeza-real D. Carlota Joaquina, que não lhe ficava a restar em moralidade, com o despejo que lhe era peculiar, ao ter conhecimento de certos vicios repugnantes do novo Ministro, alcunhara-o "El-Pastorino", appellido esse que, aportuguezado em "Dr. Pastorinha", ganhou notoriedade.

A administração do Conde das Galvêas na pasta da Marinha não sobrepujou nem poderia destacar-se da dos seus antecessores, educados todos na mesma escola rotineira sordida e fradesca.

"Para taes lugares não basta a representação da nobreza; é necessario que haja estudos e talentos nos individuos" — dizia o patriarcha do nosso jornalismo, Hyppolito J. da Costa.

Mesmo que mais atilado e progressista se tivesse manifestado, a vontade desmandada e autoritaria, a embófia ridicula e intoleravel e o genio irascivel de D. Pedro Carlos, o Almirante-General, seriam á sua administração formidavel entrave. Aulico e cortezão, afim de manter-se no alto posto a que fôra guindado, e não cahir na desgraça do soberano, procurou sempre, mui maneirosamente, evitar qualquer attrito com o ignorante principe espanhol.

Sua aristocratica susceptibilidade, nesse caso, não alcançava, afinal, ao extremo de resentir-se, embora apparentemente, com o papel pouco honroso, subalterno, que representava ante a Corporação de que era a mais alta autoridade.

Amoldara-se bem, qual figura ôca, convencional, decorativa, ao nicho dessa frontaria archaica, combalida, que encobria o desmantelo criminoso de um passado naval digno de nota e merecedor de especial carinho.

Lógo após a posse do Conde das Galvêas foi referenciado o nefasto tratado de "amizade e alliança" com a Inglaterra, de 19 de Fevereiro de 1810, o "mais lesivo e o mais desigual — na sensata opinião de Palmella — que jamais se contrahiu entre duas nações independentes".

Por elle concedia-se ao Governo britannico o direito exclusivo de "comprar e fazer cortar no Brasil as madeiras necessarias para a construcção dos seus vasos de guerra" em quaesquer bosque, florestas e

mattas, com excepção unica das florestas reaes conservadas para uso da Marinha portugueza, "podendo fabricar as suas embarcações nos lugares da nossa costa onde lhe conviesse" e, além, disso, "consentindo-se na permanencia em portos brasileiros de mais de seis navios inglezes", não podendo fazer o mesmo as demais nações".

Pois bem: ao que sabemos, o conde das Galvêas, Ministro da Marinha, por sua notoria indifferença, ignorancia, descaso ou, talvez mesmo, em razão de seu enthusiasmo pelos inglezes ou, ainda, pelo extremecimento de relações entre elle e o collega que referendára o iniquo tratado, não soube ou não quiz fazer valer os seus conselhos de patriota, seus avisos de administrador ati'ado e sagaz junto ao soberano ou em reunião ministerial sobre assumpto de tanta gravidade e de consequencias bem funestas não só para o paiz mas para o ramo da administração que lhe estava affecto.

"Como resultado e ainda dos peores — diz Oliveira Lima — devia-se registrar a grande devastação das mattas do littoral por effeito da permissão dada aos inglezes no tratado, de nellas cortarem madeiras de construcção para as suas embarcações. A madeira carregada para a Inglaterra o foi não sómente para uso nos estaleiros, como para todas as applicações possiveis no paiz de destino e outros paizes". E os navios da mesma nação "que em outro tempo foram de pinho" e outras madeiras fracas e pouco duraveis, agora já eram de vinhatico, pão d'arco e semelhantes madeiras fortes e duradouras".

No entanto, por esse tempo houve quem, chamando a attenção do Governo para o momentoso assumpto, escrevesse uma "Memoria", existente no archivo do Ministerio do Exterior, estudando as vantagens e inconvenientes ao Brasil da venda de madeiras de construcções ás nações extrangeiras, e se havia abundancia entre nós das referidas madeiras, que se pudessem vender sem damno ou falta das mesmas para a Marinha militar e do commercio.

Mas tão funestas consequencias viriam reflectir-se mais longe, determinando a decadencia dos nossos estaleiros não só officiaes como particulares e, ainda, do proprio commercio maritimo portuguez.

A marinha mercante nacional e o movimento commercial dos nossos portos que, com a sua abertura ás bandeiras das nações amigas, haviam alcançado notavel surto, encontraram no referido tratado uma barreira quasi insuperavel ao seu progresso.

A construcção naval, cujo maior centro era a Bahia, não só pela circumstancia de offerecem suas mattas preciosas madeiras, como tambem pela existencia de habeis carpinteiros da ribeira e o baixo preço da mão de obra, só apresentara em 1810 doze navios novos: 2 galeras, 5 bergantins, 3 escunas e 2 sumacas.

Tudo porque se tornara mais facil e lucrativa a industria da extracção das madeiras para vendel-as aos inglezes, que pagavam bem, á vista e pontualmente, e livres das chicanas a calotes dos beleguins reaes,

do que a construcção naval cuja mão de obra ainda nessas condições não poderia competir com a extranjeira e, principalmente, a ingleza.

Semelhante tratado, pois, negociado e referendado pelo famigerado Conde de Linhares, "representava para Portugal uma capitulação e para o Brasil uma inferioridade" — como demonstra o criterioso historiador do reinado de D. João VI.

Os inglezes mostravam-se, então, insaciaveis diante da fraqueza do soberano e da inercia tolerante, accommodaticia do Ministerio portuguez. Não satisfeitos com as vantagens alcançadas pelo convenio referido, demonstravam veleidades de se estabelecerem no littoral brasileiro, em Santa Catharina.

Como não dispuzessem de uma base naval no Atlantico sul, haviam feito duas tentativas no Rio da Prata contra Buenos-Aires e Montevidéo, frustadas ambas graças ao patriotismo e á energia e sangrenta repulsa dos nossos vizinhos austraes. Tenazes, os inglezes não perderam a esperança. Procuraram, então, fazendo valer seus serviços na protecção á fuga da familia real e outros mais na peninsula, alcançar do antigo e fiel alliado uma base ou porto-franco em Santa Catharina, ponto estrategico de primeira ordem.

Não sabemos, infelizmente, até hoje qual a causa ou razão determinantes da suspensão das negociações a tal respeito. Quer-nos parecer que foi devida á morte do Conde de Linhares, em 1812. Não descansavam, todavia, os britannicos: em Janeiro de 1833 apossaram-se violentamente das Malvinas, e, até hoje, têm protelado a sua entrega aos seus legitimos senhores, os argentinos. Mais o seu plano ainda não havia sido realizado, qual o de cingir o orbe com uma forte e estrategica cadeia de apoios ás suas frotas. Em 1895, traiçoeiro bote foi lançado contra a Trindade. Felizmente, porém, o nosso direito não deixou de ser reconhecido, graças aos bens officios do Governo portuguez, e a ilha voltou ao nosso dominio. Mas, deixemos os inglezes e continuemos a historiar a vida e a actuação do Conde das Galvêas como Ministro da Marinha.

Como temos apontado, nos manejos dos negocios publicos tudo era rotina. "Poz-se de parte até o pensar nos grandes planos que as urgencias mais vitaes da monarchia exigiam se combinassem com descrição, e se puzessem em pratica sem perda de tempo". E era assim o governo desse decantado D. João; para elle nada podia ir melhor, tudo corria ás mil maravilhas; os cofres exhauriam-se, as delapidações e perculatos augmentavam dia a dia e a corrupção escandalosa espraiava-se sem termos nem limites... O *deficit* crescia de anno em anno e nenhuma providencia era tomada para pôr um paradeiro ao descalabro.

"D'aqui vem — dizia o "Correio Braziliense" — que se não tomam para a esquadra... Aos officiaes da esquadra devem-se-lhes *dez mezes* de soldo e á maruja muito mais...".

Entretanto, em 1810, gastaram-se com as repartições de Marinha 741:365$832 réis e com os comestiveis da esquadra ingleza, guarda-costas do Soberano, 13:040$458 réis.

O movimento da esquadra fôra inapreciavel; haviam dado entrada no Rio treze vasos de guerra nacionaes, emquanto se notava a de 12 navios militares extrangeiros. Medidas administrativas muito poucas e de valor insignificante.

O serviço mais importante e util prestado pela Marinha em 1810 foi o levantamento hydrographico da bahia do Rio de Janeiro, trabalho executado por um grupo de officiaes sob a chefia do Capitão de Corveta Diogo Jorge de Brito, official de muito merito e illustração.

Em Maio de 1810 rebentára em Buenos-Aires a revolução emancipadora e com isso a sediça côrte portugueza sobresaltou-se.

Todas as attenções voltaram-se dest'arte para os graves acontecimentos que se desenrolavam nas colonias espanholas e que, fatalmente, abalariam as nossas raias ao sul. Iniciaram-se preparativos militares tendo em vista proseguir na politica expansionista do passado, agora estimulada pela ambição da princeza real D. Carlota Joaquina.

Era facil reunir terrestres e concentral-as na linha fronteiriça. Não se dava o mesmo, todavia, com as forças navaes. Como temos mostrado, o material fluctuante á falta de renovação e de reformas estava reduzido á meia duzia de calhambeques poidos e muito mal guarnecidos. Mesmo que, com sacrificio, fossem construidos e fabricados, ou adquiridos e incorporados á esquadra alguns novos navios, havia abso'uta carencia de marujos para collocal-os em pé de guerra e em condições de operarem com a efficiencia desejavel e necessaria.

O systema até então empregado para completar as guarnições era o do recrutamento forçado, violento, entre a gente que tripulava os vasos mercantes. Tal processo, porém, como é natural, vinha aggravar ainda mais a situação já de si precaria, quasi afflictiva, do movimento commercial maritimo, pois determinava notavel e damnoso retrahimento dos que trabalhoso e ingrato, abraçando a carreira maritima.

Aos Ministros da Marinha, no entanto, tão arredados e desinteressados andavam das necessidades da corporação, e surdos aos reclamos da officialidade, nunca occorrera o alvitre da formação de um viveiro ou mesmo de um corpo de marujos onde os navios e estabelecimentos navaes se refizessem de pessoal adequado e apto.

No entretanto, já em 1794, o illustrado sacerdote brasileiro J. de Azeredo Coutinho, em seus preciosos "Ensaios economicos", provavelmente nunca lidos e meditados pelos pseudos e enfatuados estadistas coevos, lembrava e aconselhava com patriotismo o desenvo'vimento da Ma-

rinha mercante não só da colonia como da propria metropole, o activamento da industria da pesca e o aproveitamento nesta do elemento indigena como um meio de civilizal-o e desse modo pudesse a Marinha militar contar com elementos de mór valia nas occasiões precisas.

Reconhecendo-se o pessimo resultado das iniquas e violentas medidas postas em pratica, procurou-se, então, voltar atraz. Desse recuo temos uma prova no documento abaixo, colhido no archivo do governo de Santa Catharina. Por esse Aviso ministerial, datado de 1 de Fevereiro de 1809, mandava-se declarar a todas as pessoas maritimas, "que não se prenderão mais", na côrte do Rio de Janeiro, "marinheiro nem gente alguma das embarcações" que fossem com mantimentos para aquella côrte e que com essas embarcações se usaria do "*particular favor*" (!!!) de não serem *recrutados* para a Marinha "pessoa alguma, visto a grande necessidade que ha de animar a particular especie deste trafego, "que ainda procede á grande utilidade de fazer um grande armamento maritimo".

Faço meus os seguintes commentarios do chronista J. G. dos Santos Silva: "He ludibriosa a redação de dizer "particular favor" — o não lhes fazer mal, emquanto se empregassem em remediar-lhes a necessidade que os apurava; he favor de que já Esopo nos deixou typo no que recebeu o Grou, de tirar incolume a cabeça da bocca do lobo ou leão, que assim soccorreo, para tirar-lhe o osso que o engasgava". Processo mais expedito foi então applicado: formar as dotações dos navios com a escoria das ruas; malsinado systema que durou até aos nossos dias.

Temos ainda esta prova em uma carta do secretario do Almirante-General ao governador de Santa Catharina, datada de 14 de Junho de 1808. Dizia-lhe que havendo grande precisão de grumetes e "sendo mais que possivel que no districto do governo de V. S. exista *gente ociosa e vadia*, a qual perturbando o socego publico e a marcha do governo "pode servir aliás para bordo, e talvez corrigir-se com grande proveito do Estado; espero que V. S. ordene as cousas de tal sorte, que em todas as occasiões possiveis envie recrutas dessa gente para o sobre mencionado serviço".

E' provavel que nos archivos de outros dos nossos Estados se encontrem officios identicos. Aqui está porque ao Almirante-General occorrera a idéa bem antiga aliás, de mandar-se cortar, para corrigil-os, uma das orelhas aos desertores d'Armada; lembrança tão extravagante que determinou a sarcastica proposta de D. Carlota Joaquim, para que o castigo começasse pelo tosamento de ambas as conchas auditivas do Principe espanhol, por ser elle o chefe da corporação... (1)

Como ainda não tivessem alcançado numero sufficiente de marujos para o equipamento da esquadra, houve, afinal, necessidade de uma

(1) Baseava-se o Almirante-General na "Ordenança Catalan" do seculo XIV que, no Capitulo XXX, resava: Admiral pot fer justicia de "toldre orrelles"... (de cortar orelhas). etc.

medida aconselhavel e indulgente; e, por isso, foi baixado o decreto de 28 de Fevereiro de 1810 concedendo-se perdão aos desertores d'Armada.

Os operarios dos Arsenaes, da mesma forma, eram obrigados ao trabalho, apezar de não lhes pagarem pontualmente os minguados salarios.

Mas esses ridiculos e illusorios processos, então em voga, não se referiram sómente ao pessoal. Para conseguir-se o material necessario, o systema era identicamente humilhante e vergonhoso. Aqui apresentamos uma prova.

Pelo aviso de 26 de Abril de 1809, ao Governador da Capitania de Santa Catharina, mandava-se "appreender todas as madeiras e taboados que se achassem pelos armazens dos differentes particulares", remettendo-os em variadas embarcações para o Rio de Janeiro e entregues á ordem do Intendente dos Arsenaes reaes. Era, como vemos, a rapina despudorada, o assalto á propriedade particular levados a effeito por ordem emanada dos representantes directos do soberano. E fossem reclamar....

Que se abram os nossos vetustos archivos, que delles se exhume sua documentação preciosa, para que a geração de hoje conheça a nossa verdadeira historia; para que a *claque* de escribas assalariados se envergonhe dessas lôas descabidas e ridiculas aos responsaveis directos de um passado ominoso e de um presente utilitarista mercantilizado!

Ainda em 1810, sem que, entretanto, o Ministerio Galvêas tivesse qualquer ingerencia ou comparticipação, foi assignada, a 19 de Fevereiro, a conveção para o etabelecimento de uma linha de paquetes entre os portos inglezes e os do Brasil. Pelo artigo 4º os paquetes seriam "embarcações inglezas", reservando-se, no emtanto, o governo luso o direito de estabelecer, "para o futuro, paquetes *brasilienses* ou portuguezes"!!!

Uma clausula util, bem pensada, foi nella estabelecida (naturalmente lembrança ingleza), qual de ser isenpta de taxas a correspondencia dos marinheiros e soldados; projecto até hoje não alvitrado ainda entre nós por qualquer esclarecido deputado em beneficio dos militares.

Foi tambem nesse anno, em Agosto, que se recebeu, procedente de Santa Catharina, certa copia de linho canhamo para o serviço da cordoaria do Arsenal de Marinha, producto de cultura experimental, mandada desenvolver nas capitanias do sul. Pelo Alvará de 6 de Outubro do mesmo anno mandava-se adquirir para a Marinha e o Exercito artefactos produzidos no Brasil de preferencia aos estranjeiros. Só aos ignorantes ou desconhecedores dos variados alvarás prohibindo a tecelagem e outras incipientes industrias fabris e manufactureiras, entre nós muito a medo estabelecidas, alvarás e cartas regias reflectindo o temor mesquinho, egoistico, da concurrencia aos monopolizadores vorazes da ridicula producção da metropole, a referida medida poderá impressionar bem, parecendo uma demonstração do zelo e interesse da administração superior pelo progresso e desenvolvimento do nosso paiz.

Puro engano! Continuava-se a pagar, propositalmente, mal e a depreciar a producção brasileira, o que era afinal *da terra*, para que tudo, como dantes, continuasse a vir do *reino*.

Mas, passemos adiante. Com os horizontes bem toldados ao sul, houve necessidade de intensificar um tanto o trabalho dos Arsenaes, principalmente o da Bahia que, em 1811, conseguiu lançar ao mar a fragata "D. Pedro", um brigue, duas barcas canhoneiras, duas escunas, um hiate e duas lanchas de guerra, e bater a quilha de dous brigues, uma escuna e duas lanchas.

Vemos que já se não cuidava do fabrico de navios de linha, razão explicavel pela politica então seguida de subordinar a defesa do remo e colonias á tutela ingleza, pela falta de numerario esbanjado sem conta nem medida ao capricho da realeza, pela carencia de madeiras apropriadas, despovoadas como iam sendo sem dó nem piedade as nossas florestas littoraneas pela ganancia anglo-bretã.

Bem escassas foram as medidas administrativas com referencia a Marinha tomadas em 1811. Encontramos, apenas, dous alvarás de Março; um, collocando a frente dos Hospitaes militares uma commissão medico-cirurgica, e, outro, creando um lugar de capellão no Arsenal do Pará.

Entretanto as despezas com este ramo da administração alcançaram a somma de 706:220$237 rs. e mais 10:860$073 das comedorias fornecidas á divisão ingleza estacionada como guarda-costas no porto do Rio de Janeiro.

De accôrdo com os desejos de D. João VI, o Conde das Calvêas, em Março de 1811, mandou buscar em Gôa mudas de mangas, que lhe foram enviadas em Dezembro do mesmo anno pelo Conde de Sarzedas.

Em 1812, com o fallecimento do seu desaffecto, o conde de Linhares, assumio o ministro Galvêas as pastas da guerra e dos extrangeiros.

Dest'arte tomou sobre os hombros fardos assaz pesados para suas mesquinhas forças, carregando até a morte a responsabilidade de tres pastas.

Distinguido assim com a confiança do soberano, orgulhoso pelo legado que alcançara, pretendeu impôr sua vontade aos que o cercavam. Encontrou logo pela frente a contrariar-lhe os propositos o Almirante-General.

Começaram, então, a jogar as cristas, conforme se deprehende do trecho seguinte de uma carta do tempo: "... e anda (Galvêas) em contestações com o Infante e Almirante-General da Esquadra subtil, querendo que as nomeações dos Intendentes de Marinha pertençam á sua secretaria e não ao Infante, e nem o Infante tem energia para representar ao Principe como deve, nem este para resolver..." Pouco durou, porém, a contenda.

Aos 26 de Março do referido anno a morte, arrebatando o joven Principe espanhol, arredou o apparente impeço á administração naval do conde das Galvêas. Entretanto, manda a verdade que se diga que, apezar de seus defeitos e erros, o Principe sempre muito maior interesse demonstrou pela classe do botão d'ancora do que os tres titulares da pasta, Anadia, Aguiar e Galvêas.

O Vice-Almirante Quintella ficou, interinamente, á testa da secretaria do Quartel-General até que, pelo decreto de 3 de Novembro de 1812, determinou-se que os negocios da Marinha voltassem ao estado em que se encontravam antes da nomeação do Almirante-General.

O indifferente Galvêas liberto das peias que o Principe lhe applicava, não demonstrou, ao que sabemos, outros meritos nem melhores iniciativas na gestão do ramo naval.

"Os secretarios d'estado — dizia Hyppolito da Costa pelo "Correio Braziliense" — tem occupação bastante na rotina ordinaria do despacho de sua respectivas repartições; e como o não tem que dar conntas a ninguem, pelo que deixam de fazer ou lembrar a bem do Estado, fica tudo sepultado no esquecimento e coberto com o nome do rei, envolto no mysterioso segredo do que se chama governo.

A não ser o decreto de 16 de Dezembro de 1812 mandando estabelecer para o Curso de Marinha uma aula de desenho, continuamos a vêr como nos retrata outro trecho da referida carta"...immensos Almirantes, Vice-Almirantes, Chefes d'esquadra, etc. O soldo está na tinta, e com razão pois a esquadra portugueza deve chamar-se "esquadra subtil". O Estado-Maior é hoje estado infinito, tambem nada de soldo, só o cobram aquelles que estão em exercicio..."

E nessa voga larga e descansada caminhou a Marinha até 18 de Janeiro de 1814, as 10 horas e 30 minutos da manhã, quando falleceu o Conde das Galvêas, "com molestia de nervos e com continua febre, tudo causado pelos excessos de..." — diz ainda a carta acima referida.

Sua casa de residencia era em Mataporcos. Foi sepultado no dia seguinte com as honras devidas ao seu alto cargo, na igreja de São Francisco de Paula.

Herdou-lhe os titulos seu irmão d. Francisco de Almeida Mello e Castro. Além dos cargos já apontados fôra o Conde das Galvêas Inspector-Geral dos Correios e postas, Couteiro-mor da real tapada de Villa-Viçosa e das mais Coutadas da Serenissima casa de Bragança, Gran-cruz das Ordens de S. Bento de Aviz, da Torre e Espada, commendador de S. Pedro das Alhadas da ordem de Christo e da de Portancho na ordem de Santiago. Seu retrato figura na galeria dos Ministros em o nosso Museu Naval.

IV

ANTONIO DE ARAUJO DE AZEVEDO

1º Conde da Barca

(M. Naval)

IV

ANTONIO DE ARAUJO DE AZEVEDO

1.º Conde da Barca

Em Portugal, no termo de Ponte de Lima nasceu, a 14 de Maio de 1754, o titular que foi o 4º Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos, após a transferencia da côrte lusitana para o Brasil.

Foram seus progenitores, o fidalgo da Casa real e cavalleiro da Ordem de Christo, Antonio Pereira Pinto de Araujo de Azevedo Fagundes, e D. Marqueza Francisca de Araujo Azevedo.

Muito joven, aos onze annos de idade, transferiu-se para a cidade do Porto, hospedando-se em casa de um seu tio, official general do Exercito, afim de iniciar os estudos de humanidades

Completados estes com grande aproveitamento, passou a Coimbra em cuja Universidade se matriculou; não chegou, porém, a terminar o curso de philosophia, que fôra de sua escolha. Voltou, então, ao Porto, dedicando-se com grande affinco ás mathematicas e aos estudos historicos e literarios.

Devido, porém, á sua constituição franzina e á uma saude mui delicada voltou aos seus penates afim de retemperar-se.

Ali não ficou ocioso nem inactivo, pois, em 1779, organizou uma sociedade destinada a fomentar a agricultura, a industria e o commercio, e a desenvolver a criação do bicho da seda. Em seguida atirou-se á ardua e difficil empresa de desobstruir e canalizar, tornando-o navegavel, o rio que banha e dá o nome ao seu berço natalicio.

Graças aos seus merecimentos intellectuaes, variada e notoria instrucção, influencia de parentes e amigos, alcançou da Côrte, em Julho de 1787, um posto na carreira diplomatica, sendo representante de Portugal junto á Côrte da Hollanda. Todavia, só tomou posse do cargo dois annos após (1789), tendo aproveitado esse intervalo em percorrer a França e a Inglaterra.

Dotado de "larga e variada cultura", de genio affavel e communicativo e "qualidades exteriores de seducção, não lhe foi difficil fazer conhecimento e grangear sympathias e mesmo a amisade dos homens mais representativos na politica, nas letras e, nas artes.

Desse convivio requintado tornou-se um perfeito homem de sociedade. "Portuguez algum do seu tempo — diz O. Lima — o foi de mais fino quilate, com seu perfume afrancezado".

Era o futuro Conde da Barca "de physionomia expressiva, insinuante e attractiva e de trato muito ameno; exprime-se com summa facilidade e muita graça", e "falava fluentemente as linguas franceza, ingleza e italiana".

Taes predicados permittiram que sua actuação em Haya, apesar da época tormentosa por que atravessava a Europa, fosse encaminhada com firmeza e sem grandes tropeços. Mercê do tino, ponderação e habilidade demonstrados na missão que desempenhava, foi Antonio de Araujo encarregado pelo governo do estabelecimento das bases de um tratado de paz com o Governo francez, em Agosto de 1797. Não lhe foi facil, durante a negociação, correspondendo sempre á confiança de seu Governo, modificar a notoria má vontade da chancelaria franceza. O ajuste do tratado de conciliação foi, no entanto, considerado sobremodo oneroso, sendo negociado, segundo voz corrente, a peso de ouro, e, mesmo assim, não logrou a ractificação do Governo portuguez porque o gabinete inglez a isso se oppôz.

Tal negociação mereceu ser taxada de imbecil por Souza Coutinho, futuro Conde de Linhares, então Ministro da Marinha, que viria a ser o mais dedicado serviçal e agente das pretenções inglezas.

O Directorio francez, estomagado pela não ractificaço do convenio, resolveu entregar os passaportes a Antonio de Araujo. Esse, fiado, naturalmente, nos seus conhecimentos e antigas amisades, deixou-se ficar em Paris; foi logo preso e encarcerado na torre do Templo (1798), onde amargurou durante quatro longos mezes.

Alcançando a liberdade, retirou-se para a Allemanha, sendo, então, escolhido para Ministro junto ao Governo da Prussia (1799). Ali, nos seus momentos de ocio, entregou-se prazeirosamente aos estudos das sciencias naturaes para os quaes demonstrara assignalado pendor.

Em 1800 foi transferido para a Hollanda e, no anno seguinte, enviado em missão secreta junto ao primeiro Consul da Republica franceza.

Não logrou, todavia, o almejado exito, muito embora seus desaffectos assoalhassem que elle só procurava comprazer a Napoleão. O facto é que o partido francez em Portugal contava muitos adeptos e que a maioria dos homens de valor do tempo militava nesse campo, como nos assegura O. Lima.

"Faço o que posso — costumava dizer Antonio de Araujo — mas não posso o que desejo".

Em 1801, tendo D. João de Almeida Mello e Catro, Conde das Galvêas, "um dos corypheus anglophilos", deixado o Ministerio, foi chamado para substituil-o o nosso biographado.

Como dissemos, o futuro Conde da Barca era de complexão fragil e de saude assaz delicada; entretanto, taes percalços não eram para elle impedimento, desde que se tratasse do serviço da patria ou do soberano.

Assim, é que, deixando o Ministerio em que pouco se demorara, acceitou, em 1802, a designação de representante de Portugal junto á Côrte da Russia.

Aproveitou-se dessa circunstancia para, de passagem, visitar a Dinamarca e a Suecia. Em 1804 regressou a Lisboa; e 6 de Julho do referido anno, apesar de ser taxado de pouco inteiriço e superficial nas opiniões, foi chamado a gerir as importantes pastas dos Estranjeiros e da Guerra. Explica-se tal facto pela notavel ascendencia alcançada na Côrte pelo gabinete francez e Antonio de Araujo ter-se mostrado sempre "por indole e educação um liberal" e um dedicado partidario da politica franceza.

Nesse posto o conheceu a embaixatriz de França, Mme. Junot (futura Marqueza de Abrantes) que fixou "nas recordações que escreveu a impressão do seu olhar esperto e espirituoso e da sua intelligencia encantadora", como nos diz O. Lima. "Indolente no agitar-se pelas coisas publicas... essa especie de indifferença sceptica mais do que sobranceira... realçava-o sua natural distincção que tudo nelle contribuia para modelar, porque era instruido sem ser pedante, sagaz sem ser velhaco".

Todavia, apesar de seus naturaes defeitos, segundo a opinião de Loureiro, citado pelo historiador acima, "não o devemos confundir com os pessimos Ministros, que vierem depois de Pombal".

Antonio de Araujo, pouco depois, passou tambem a sobraçar a pasta do reino. O momento europeu era, então, de fundas e tremendas aprehensões. Napoleão, coroado imperador dos francezes, espraiava a larga envergadura de suas aguias dominadoras por todos os recantos da Europa combalida.

No taboleiro do continente jogavam-se partidas fataes. Rolavam thronos, riscavam-se dos mappas antigas nacionalidades, exercitos sobre exercitos, em entrechoques e pugnas sangrentas e memoraveis disputavam com sanha feroz a liberdade perdida e o direito postergado. Só a Inglaterra, escudada no seu formidavel e agerrido poder naval, resistia ainda á vontade dominadora e aos dictames ambiciosos do maior genio militar dos tempos modernos.

Com o firme proposito de arruinar o commercio anglo-bretão e abalar o predominio maritimo de sua infatigavel rival, Napoleão, em 1806, decretou, de Berlim, severas medidas, fechando todos os portos do continente ao intercambio commercial da Gran-Bretanha.

Portugal devido á sua fraqueza, determinada por seus maus governos, soffria todos os dias, como nos demonstra O. Lima "humilha-

ções e vilipendios dos governos estrangeiros". Nessas condições sem meios para manter uma perfeita neutralidade na contenda, entrou na senda estreita e perigosa das contemporizações. Napoleão, todavia, não se comformou com essa politica dubia, fallaz; e, unindo-se á Espanha, apresentou ao governo portuguez celebre ultimatum cujas clausulas se resumiam em declarar guerra á Inglaterra dentro de vinte dias, prender os subditos inglezes domiciliados no reino, sequestrar-lhes as propriedades e, ainda, incorporar a frota portugueza ás forças navaes da França. "Antonio de Araujo — commenta O. Lima — cuja situação era afflictiva mesmo porque apesar de todas as providencias e accidentes, o tratado de Fontainebleau constituia uma surpreza para a imprevisão nacional, pretendeu ainda continuar a politica forçada de tergiversão, propondo que se adherisse ao sequestro, indemnizando-se porem, ás occultas, os inglezes que delle fossem victimas". O erario publico, todavia, estava exhausto, não comportava tão forte sangria. Amigo dos francezes, enleiado nessa tenebrosa e inflexivel teia, luctando contra a formidavel pressão e preponderancia inglezas, tentou o futuro Conde da Barca executar as propostas franco-espanholas.

"E ao expedir as ordens para o sequestro dos bens britannicos que elle aliás projectava de facto illusorios, chegou, queimando os ultimos cartuchos diplomaticos, a despachar para Paris " um emissario com propostas a Napoleão.

Era demasiado tarde. Os exercitos francezes marchavam sobre o reino. O gabinete de Saint-James não ficara inactivo diante da hostilidade portugueza; foi determinado o bloqueio dos portos do reino, bem como a occupação da ilha da Madeira. Tal medida seria para Portugal a fome, a miseria, a ruina.

Baixavam os titulos, crescia a confusão, alarmava-se o povo. Os partidarios da Inglaterra atacavam o governo e pediam a guerra. A situação era desesperadora. Premido pela angustia de uma situação que não soubera prevenir, evitar ou contornar, voltou-se, então, o ministro para a Inglaterra, implorando que acceitasse, para salvar o throno e a dynastia portugueza, a guerra que apparentemente lhe faziam. A dignidade ingleza repelliu tão extravagante proposta.

E D. João, o principe-regente, na sua adiposa indifferença, andava completamente alheio ao temporal tremendo que se armara e estava prestes a desabar sobre sua familia e seus dominios. Diante do rapido e incontido avanço das tropas francezas, mandou-se, de tropel, cotinuar os preparativos, sempre começados e continuamente interrompidos, dos parcos elementos navaes.

Não occorria outra lembrança, não se encontrava outro salvaterio áquella situação desesperada, senão a fuga para o Brasil, aconselhada pelo proprio gabinete inglez. O general Junot invadia as fronteiras do reino.

E o ministro Antonio de Araujo, agarrado á ultima taboa de salvação que lhe restava para livrar a dynastia do grande naufragio, poude afinal convencer o Principe real e a Côrte. Espavorida, arrastando comsigo uma immensa cauda de desfibrados, atirou-se a familia-real, de permeio a trastes velhos, á varredura dos solares, no bojo das naus.

Gritava-se contra o ministro, responsabilizando-o pela invasão franceza, "denunciando-o como nimiamente affeiçoado ás idéas liberaes, que o Imperio symbolizava "como, mais tarde, haviam de accusal-o de traidor, "pretendendo seus desaffectos fazel-o partilhar do absoluto desfavor..."

Antonio de Araujo, ante a opposição que se levantara contra as medidas aconselhadas, temendo a colera popular insuflada pelos seus rivaes, esperou a noite para embarcar-se em a nau "Medusa". Amante das letras, das artes, da historia e das sciencias naturaes, "verdadeiramente estudioso" e ninguem mais que elle "profissionalmente amigo da leitura", não se comformara em abandonar ás mãos rapinantes do invasor sua preciosa livraria, sua magnifica collecção iconographica, seus instrumentos de physica e chimica reunidos com carinho e pacientemente, em demoradas viagens. Para isso, com antecedencia e os devidos cuidados, os fizera encaixotar, mandando-os para bordo juntamente com uma typographia que, no Rio, serviu para a creação da Imprensa régia.

A nossa Bibliotheca Nacional é hoje depositaria dos preciosos livros, estampas e gravuras reunidos pelo erudito titular portuguez.

A viagem para as nossas plagas, apezar de longa e enfadonha, correu-lhe menos mal. Vencera a politica ingleza. Assentada a côrte no Rio de Janeiro, oa ser reconstituido o primeiro gabinete ministerial, foi Antonio de Araujo posto de lado. Diz Rocha Martins no "Ultimo vice-rei do Brasil": — ...não havia maneira dos politicos se entenderem nessa hora de renovações. Todos se sentiam aptos para governar contra Antonio de Araujo e Azevedo, accusado de ter machinado a partida do principe D. Pedro para o Brasil, deixando o resto da familia real em Lisboa, afim de a entregar aos soldados de Junot. Accusavam-no de francezia, de inimigo dos inglezes, que tinham sido os conselheiros e os conductores daquella jornada. Tornava-se necessario pôl-o de parte e assim aconteceu".

Entretanto, continuou como Conselheiro d'Estado e obrigado a assistir ás sessões. Antonio de Araujo não se manteve inactivo, embora temporariamente arredado da alta administração. Soube applicar com proveito suas largas horas de lazer politico em estudos e locubrações litterarias, historicas e scientificas, sem comtudo fatigar sua saude mui preciosa e sempre delicada.

Traduzia odes de Dryden, hymnos, odes e elegias de Gray e Horacio, editava opusculos politicos como nos informam seus eru-

ditos biographos Menezes Brum e O. Lima. Em sua residencia, á rua do Passeio, estabelecera um bem montado laboratorio de chimica, distrahindo-se com experiencias de alcance utilitario. Do mesmo modo occupava-se com afinco da agricultura, possuindo um viveiro de horticultura onde se alinhavam cerca de 1.400 plantas indigenas e exoticas. Fomentou entre nós o plantio do chá e de outros vegetaes uteis.

E, "sem ruido nem ostentação", propagava o ensino, estimulava o fabrico de louças, montava serrarias, protegia as artes. "Mecenas sem se dar ares de protector, antes aspirando a pertencer á grey profissional".

Pela carta régia de 17 de Março de 1810, o Principe-regente, "tendo muito presente os seus merecimentos e os distinctos serviços que, com zelo, honra e acertos feitos, assim nos importantes cargos que occupara, como no cumprimento e execução de muitas, laboriosas, arriscadas e criticas commisões de maior importancia de que fôra encarregado, correspondendo á justa confiança que sempre lhe mereceu", concedeu-lhe a Gran Cruz da Ordem de Christo, na commenda de S. Pedro do Sul, que já tinha.

Em 1811 fallou-se com insistencia na sua volta ao ministerio, apezar da má vontade e opposição do representante da Inglaterra, Lord Strangford, cujas exigencias descabidas ao embarcar a Familia Real para o Brasil haviam sido repulsadas com dignidade por Antonio de Araujo. Dahi não se olharem com bons olhos o ministro e o diplomata.

Com a morte do Ministro da Marinha, conde das Galvêas, em 1814, muito a contragosto do ministro inglez que como sabemos, gozava no paço de formidavel ascendencia, foi Antonio de Araujo chamado para reger a referida pasta.

Assumiu o novo cargo a 18 de Janeiro do referido anno. O facto é que, "elle, Linhares e Palmella, cada qual em seu campo formavam, segundo O. Lima, a trindade dos mais distinctos homens d'Estado portuguezes no primeiro quartel do seculo XIX". Dizia o "Correio Braziliense":— Antonio de Araujo, é sem duvida o homem mais capaz de que S. A. Real podia lançar mão nas circumstancias actuaes; e visto a cabala, que se tinha armado contra elle, é evidente, que não se deve a sua nomeação aos peditorios de nenhuma potencia estrangeira, e que portanto poderá administrar os negocios de Portugal, segundo o seu patriotismo e suas luzes dictarem, sem que tenha as mãos atadas pela gratidão a influencia estrangeira, que o houvesse promovido áquelle emprego".

Os ministerios politicos voltaram assim a actividade mercê ao "descortino de Barca, como é sabido, abertamente favoravel, em opposição aos alliados, ao collega Aguiar e ao partido de fidalgos portuguezes, a conservação no Brasil da séde da monarchia".

Ao assumir a nova pasta, encontrava Antonio Araujo deploravel a situação militar-naval. Desde 1812 que, de quando em quando, se fallava no regresso da familia-real para Lisboa. Tal noticia se propagava quando se intensificavam os trabalhos de reparação dos navios nos arsenaes de Marinha do Rio de Janeiro e da Bahia.

Um informnte dizia para Lisboa, em 1812: — "...algumas embarcações estão-se atamancando, para poder navegar para a Bahia, afim de se apromptarem; entre ellas a fragata **Carlota**..."

Em 1814, escrevia o portuguez Marrocos: "...no Arsenal de Marinha trabalha-se em aprestos para as embarcações de guerra; estas estão se concertando e apparelhando; dos differentes pontos deste Estado tem chegado aqui varias embarcações com 40 officiaes de machado para ajudarem os poucos que aqui ha; tem-se comprado bom numero de pipas para a Ribeira; e ha um edital para se comprarem quantas appareçam; ouvi dizer que se manda prender gente para a marinhagem aqui; e por todos estes portos, Lisboa e ilhas, donde tambem virão todas as embarcações, que não tiverem carga e destino; que da Inglaterra vêm todos os marinheiros portuguezes que alli agora se lhes dá baixa".

Só assim se lançava um olhar piedoso sobre o triste acervo de velharias, que representava todo o poder naval portuguez de então.

Antonio de Araujo, um civil alheiado com sempre andava ás necessidades navaes de seu paiz, não se mostrou, á testa da administração, o Ministro da Marinha que se esperava de seus naturaes talentos e comprovada illustração.

O seu feitio, a versatilidade de seu espirito amoldavam-se melhor e mui naturalmente ao manejo das tricas e teias politicas da vida artificiosa do diplomata, do que ao estudo profundo e ponderado de qualquer problema attinente a alta administração naval.

Não conhecemos, infelizmente, de sua passagem pela Secretaria de Marinha nenhum acto, resolução ou mesmo providencia, concorrendo para a efficiencia, o progresso e florescimento da desprotegida corporação, com o cunho assignalado de sua capacidade administrativa.

Poderia ter sido elle um **dilettanti**, mesmo um **dilettanti** genial em outros ramos de conhecimentos, menos do naval, por mais arido, technico e de maior complexidade, talvez.

Do primeiro anno de sua administração só dous decretos encontramos, ambos referentes ás necessidades da marinha mercante; o primeiro, de 18 de junho, determinando que, desde então não se impedisse a entrada nos portos nacionaes aos navios de qualquer nação, nem se embaraçasse a sahida das embarcações portuguezas que se destinassem aos portos estrangeiros; segundo, do mez seguinte, no-

meando uma Commissão de officiaes d'Armada para a realização de melhoramentos no porto do Recife. Alguns preparativos se fizeram nos navios da esquadra "o que deu que fallar a muita gente". De facto, diante da estagnação em que vivia a Marinha, o caso era para commentarios.

Em Março de 1815 fez-se um pequeno augmento nos vencimentos dos officiaes de apito.

A acção mais notavel praticada por Antonio de Araujo a favor da nossa patria foi, incontestavelmente, o ter empregado toda a sua influencia e forte valimento junto ao Principe-regente para que o Brasil fosse levado á categoria de Reino Unido.

Portugal, como sabemos, era então classificado entre as potencias de segunda ordem e, como tal, seus representantes no celebre Congresso de Vienna não podiam assistir as sessões nem tomar parte nos debates.

Diante desse papel secundario, queixaram-se os deputados lusos ao famoso e atilado ministro francez Tayllerand. Este, correspondendo-se com Antonio Araujo, alvitrou-lhe a incontestavel vantagem da elevação do Brasil a reino, pois só assim poderiam os delegados portuguezes tomar parte nas resoluções do referido Congresso.

Antonio de Araujo abraçou com enthusiasmo a referida idéa e defendeu-a victoriosamente junto de D. João que, aproveitando seus talentos diplomaticos, o encarregou das instrucções que deviam guiar os plenipotenciarios portuguezes em Vienna. Desse modo o Brasil, pela carta regia de 16 de Dezemdro de 1815, foi elevado a reino-unido.

No dia seguinte Antonio de Araujo e Azevedo, como galardão aos serviços prestados, obtinha o titulo nobiliarchico de **Conde da Barca.**

E' provavel que tivesse recebido tambem do soberano algum premio em dinheiro, pois nesse mesmo anno adquiria por 45.000 cruzados duas novas propriedades, além de continuar, com certo luxo, os reparos de sua residencia.

Desde 1812 — escreve O. Lima — "o problema platino foi deixado dormitar", não pela vontade de D. João e de seus ministros, mas pelo "apoucado dos recursos de defesa e a inferioridade dos instrumentos de ataque..." Relativamente á Marinha, como temos apontado, os elementos que apresentava eram antiquados, improprios e obsoletos. Os Arsenaes pouco trabalhavam á falta de operariado,

sempre mal pago, e na carencia de materia prima, principalmente de madeiras de lei, carreadas pelo funesto Tratado de 1810 para os estaleiros inglezes. Havia extrema falta de marujos. Os nacionaes fugiam da vida do mar temerosos dos terriveis e deshumanos recrutamentos e dos risiveis e tardios vencimentos.

Estes foram "os motivos principaes da politica vacillante do Principe-regente em relação á incorporação da Banda Oriental".

Da mesma forma, "não se antolhava á luz da logica maior contrasenso do que querer pacificar fronteiras atiçando a guerra", como com superior criterio nos demonstra o referido historiador.

Em Abril de 1812, pelo "Correio Braziliense" o noso patricio Hyppolito da Costa com atilado espirito de observação chamava a attenção do governo para os perigos da intervenção intentada. Escrevia elle: — "Mas se continuarem no mesmo, dizemos, que procuram trazer á sua casa, os males que estavam em casa de seu vizinho. Falando claro: se não desistirem, e continuarem na guerra com as colonias hespanholas do Paraguay, hão de trazer ao Brasil os principios revolucionarios das colonias hespanholas; e não hão de poder abafal-os, quando os quizerem fazer. Agora é tempo de remediar o mal; e se o não fazem agora, não o poderão fazer depois. Este é o portuguez mais claro que podemos falar; e se melhor não poderemos explicar o fariamos; o tempo mostrará se, dando este conselho, somos ou não amigos da traquillidade e socego do governo do Brasil".

Não decorreriam muitos annos para realizar-se completamente o prognostico do atilado jornalista patricio.

O tardo D. João, de parceria com seus poucos sagazes ministros, não acompanhava, como nos diz o historiador tantas vezes citado, o passo do vertiginoso progresso dos tempos. "A guerra do sul contribuiu para por o Brasil no diapasão do espirito de rebeldia".

Entretanto, de nada serviu o aviso que de longe lhe enviava um patriota e brasileiro esclarecido. O Principe-regente e o Conde da Barca, ligados pelo desejo de dilatar no continente as raias da dominação portugueza em detrimetro das possessões espanholas, resolveram aproveitar o ensejo que se apresentava para levar a segunda invasão á Banda Oriental do Uruguay.

Prevalecendo-se da agitação naquella região reinante em consequencia das tropelias de Artigas, sob o pretexto de proteger nossas fronteiras do temivel contagio revolucionario e castigar actos de hostilidade praticados pelo turbulento caudilho contra subditos e fazendas luzitanos, praticar-se-hia a occupação daquelle territorio.

Para isso fez-se vir de Portugal uma Divisão aguerrida do exercito; intensificou-se o trabalho dos Arsenaes no reparo dos velhos e na construcção de novos navios. Approvou-se o estabelecimento

particular de uma fabrica de polvora em Villa Rica, devendo todo o producto ser vendido á real-fazenda.

Sobre a organização das forças navaes que deviam operar de combinação com o exercito nas aguas do Prata, ouçamos a voz insuspeita do almirante portuguez Celestino Soares: — "Quando se organizou essa frotilha, composta de **navios mercantes armados**, lembrou-se o governo de mandar construir alguns ligeiros navios de guerra; porém, para occorrer á necessidade momentanea, comprou quanto dos outros lhe pareceu, patenteando-se nesta acquisição ignorancia ou maldade, pois que foi buscar cascos estranjeiros que não comportavam artilharia, logo incuria e maldade, porque sabendo-se que esses cascos não poderiam servir regularmente naquella commissão, claro estava o comprimettimento da Marinha. O mesmo se deu quanto ao pessoal, pois a marinha ficou cheia de paizanos."

E era assim, graças a ministros ignorantes desleixados e incapazes que, dia a dia, mais se desmoralizava e ingloriamente declinava o antigo poder naval portuguez.

"Em torno ao Principe iam escasseando os homens de entendimento e honestidade, nascidos na metropole. D. João nunca se lembrou de preparar auxiliares para a politica, a diplomacia e a administração, nem de chamar para o governo nenhum dos brasileiros dignos e capazes, apezar dessa sua tão proclamada magnanimidade e dessa abemolada sympathia pelo Brasil e seus naturaes.

E assim, nessas condições, o Conde da Barca, apezar da pouca sympathia ingleza foi, aos 24 de Janeiro de 1816, sobrecarregado com a pasta da Guerra e dos Estranjeiros. Estava a nova funcção muito de accôrdo com o seu dilettantismo intellectual e sua politica de largos horizontes, muito embora sentisse a saude cada vez mais abalada.

No entanto, seus bajuladores teciam-lhe lôas:

"Desenvolve Araujo sobre as plagas
Do extenso Brasil, teu vasto genio
Que da fama do Luzo aos amadores
Cantarão teus louvores"...

Como sabemos, existia funda animadversão entre o representante da Inglaterra e o nosso illustre biographado.

Conta-nos C. G. nos seus "Elementos de historia nacional", que Lord Strangford, logo que foi nomeado o novo ministro pediu-lhe dia e hora para uma conferencia. "A' hora aprazada compareceu effectivamente o lord, mas em vez de trajar com a seriedade propria do acto a que ia, appareceu vestido de **niza, botas de canhão e chicotinho de montar**. O Conde da Barca, entrando na sala, mediu com a vista o lord, e, sem tomar assento, disse-lhe, pouco mais ou menos, o seguinte:

— "Eu emprazei para uma conferencia ao ministro de S. M. Britannica. Comvosco nada tenho a tratar". Ditas estas palavras, deu-lhe as costas e retirou-se".

"Cada ministro — informa O. Lima — governava por si, sem solidariedade de programma". Barca, intelligente e desordenado, soube imprimir, segundo o referido historiador, ás secretarias que encabeçava "o cunho de sua superioridade um tanto negligente e de seu talento não tão activo quanto vesatil".

Pela secretaria de Marinha parece que as coisas não haviam ganho mais com o novo ministro, continuando tudo como dantes. Nas diversas secções "grande confusão de papelada na qual, homens de espadins á cinta e cabelleira empoada, gatafunhavam rangendo as pennas de pato. Era a transplantação do systema velho, a rotina, a mesa sofraldada de vermelho, o tinteiro de lata com a campainha e o canudo para as ramas, o reposteiro de baeta avivada e a nobreza installada nessas officinas de preguiça" — como, com fiel observação, nos descreve o escriptor portuguez Rocha Martins.

A centralização a mais estreita e suspeitosa fôra estabelecida. Nada se fazia, não se tomava a mais innocente medida, que não fosse o Ministro ouvido ou consultado. Seus auxiliares eram verdadeiros titeres ou bonifrates sem a menor liberdade de acção dentro dos estreitos limites de suas funcções.

Toda aquella engrenagem burocratica, antiquada e pesada só se movia com lentidão e rangidos aos impulsos intermittentes e cada vez mais fraquejantes do ministro enfermiço.

O certo é que, em virtude do seu estado valetudinario o Conde da Barca, nos ultimos tempos da sua administração já não demonstrava, segundo observação do representante da França, "as idéas que na Europa lhe valeram uma reputação de homem de espirito e de luzes".

Encontrava-se, então, cercado de intrigantes e servia de joguete aos subalternos. "A doença que acaba de padecer — commenta o referido diplomata — enfraquecera suas faculdades e apenas lhe deixou a paixão de intrometter-se em todas as questões, e, como nem mais póde assignar papeis, parce sómente empenhado em impedir seu collega de concluir negocios, que com pezar vê collocados fóra de suas attribuições".

Precisamos não esquecer que ao seu gosto e refinado sentimento artistico devemos ainda um grande beneficio. Foi elle, com o contracto em França de uma brilhante missão, o fundador da nossa actual Academia de Bellas Artes.

Os vaticinios de Hyppolito da Costa realizavam-se desgraçadamente.

Rebentara em Pernambuco, em 1817, a revolução republicana. A 25 de Março apresentava-se á barra do Rio de Janeiro uma escuna com bandeira desconhecida.

Alvorotou-se a cidade e encheu-se de sustos e aprehensões o ministerio. Dentro em pouco tinha-se conhecimento da sublevação no Recife pela propria bocca do governador deposto, passageiro do navio, que por ordem superior fora recolhido preso á ilha das Cobras.

Emquanto na Bahia o Conde dos Arcos, com uma grande actividade e uma fereza injustificavel e sanguinaria castigava os revolucionarios que lhe cahiram ás mãos e enviava soccorros a Pernambuco, na capital do reino brazilico um azafama desconhecido se estabelecida nos Arsenaes, quarteis e depositos da marinha e do exercito. Reuniam-se, atamancavam-se calhambeques obsoletos para a formação de uma força naval.

"Apezar de moribundo — conta-nos O. Lima — foi Barca, o supposto jacobino, o braço da reacção de que era o monarcha a cabeça: dando impulso a tudo e ao mesmo tempo que simulava indifferença pela sublevação e apparentava confiança extraordinaria na establilidade do throno". "O conde — escrevia Maller — tudo disfarça, affectando tratar a causa como um acto de loucura".

Tanta actividade, tão grande somma de esforços, deviam fatalmente, abalar aquelle organismo velho e bem alquebrado já.

Em a noite de 13 para 14 de Junho de 1817, quando as ruas do Rio estrugiam aos festejos do popular e milagroso Santo Antonio seu onomastico, foi o Conde da Barca, acommetido de um ataque de paralysia.

Sua molestia — confessa O Lima — reflectiu-se logo em toda a vida publica, sustando o expediente, immobilizando os negocios correntes Ninguem fôra autorizado a assignar o expediente. Tudo estagnou. Era o resultado funesto do systema centralizador.

Após alguns dias de soffrimentos, pelas 3 horas da tarde do dia 21 do referido mez, expirou. Contava o Ministro da Marinha 65 annos, 1 mez e 7 dias de idade, alcançados graças ás cautelas com que vivia, sendo de resto frequente o regime prolongar inesperadamente á existencia do doente".

Com as honras compativeis ao seu alto cargo foi, no dia seguinte, sepultado na igreja de S. Francisco de Paula. De todo o corpo diplomatico acreditado junto á côrte do Rio de Janeiro só compareceram ao sepultamento do Conde os ministros da França e dos Estados Unidos.

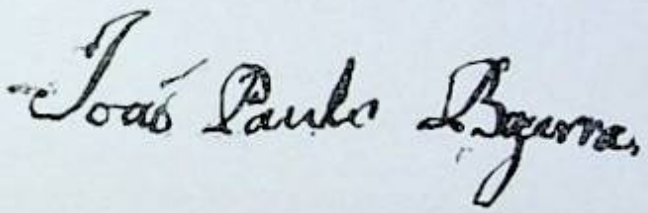
Varias commendas adornavam-lhe o peito da farda; gran-cruzes de Christo, da Torre e Espada, de Isabel a Catholica, de Espanha, e da Legião de honra da França. Era presidente do Tribunal e junta do Commercio e socio honorario da Academia de sciencias de Lisbôa, O Jornal "Patriota", de Lisbôa, ao noticiar seu passamento, entre outros commentarios aos seus serviços, disse:—

"Os dois maiores erros do seu ministerio foram a louca e funesta expedição de Montevidéo, (ainda agora os nossos se acham encurra-

lados, como o haviam previsto) **e o systema prodigo de destruir Portugal para augmentar o Brasil. Deus lhe perdôe**. O seu illustrado biographo, Dr. J. Menezes Brum, oppôz ao commentario referido as seguintes linhas que, com prazer, transcrevemos: — "Deus lho pague! — dizemos nós, os brasileiros, em resposta a esta expressão do publicista portuguez (Loureiro) em relação ao Brasil, seguro ainda as doutrinas retrogradas da antiga politica de Portugal para com o Brasil".

Seu retrato figura na galeria dos Ministros da Marinha do Museu Naval.

V



Autographo de

JOÃO PAULO BEZERRA DE SEIXAS

(Arch.ª de Marinha)

V

JOÃO PAULO BEZERRA DE SEIXAS

O trespasse do conde da Barca, em 1817, determinou a reorganização do Gabinete ministerial.

Nessa occasião a administração da Fazenda foi separada da pasta dos negocios do Reino para constituir uma nova secretaria, que foi confiada ao então Presidente do Real-erario, o alquebrado magistrado e antigo diplomata João Paulo Bezerra de Seixas.

Coube-lhe tambem gerir, embora interinamente, a pasta da Marinha e ultramar, de cujo cargo tomou posse a 24 de Junho de 1817.

Assás escassas são, infelizmente, as noticias que conseguimos colligir e ordenar relativas á vida desse aulico da côrte de D. João VI, e á actuação que teve na politica e na administração publica, tanto aqui como na metropole.

Sabemos ter nascido o novo Ministro da Marinha em Portugal, aos 27 de Junho de 1750. Contava, pois, 67 annos completos, idade assaz avançada para encabeçar com firmeza e desembaraço duas Secretarias d'Estado em uma época muito anuviada e cheia de aprehensões e de surprezas.

Completado seu curso de humanidades, matriculou-se na afamada Universidade de Coimbra onde se formou em leis, passando, então, a occupar no reino varios cargos na magistratura.

Mais tarde, alcançou de D. Maria I ser despachado para o Brasil com a nomeação de Ouvidor de Villa-Rica, na importante Capitania de Minas-Geraes.

De regresso a Lisbôa, muito embora nunca demonstrasse "notavel talento", mas graças aos laços de amizade que o ligavam á familia do futuro Conde de Linhares, muito influente na côrte, logrou ser aproveitado na carreira diplomatica. Nessas condições occupou a representação de Portugal junto aos governos dos Estados Unidos da America do Norte (1801), dos Paizes-Baixôs (1802-09) e, por fim, da Russia no reinado de Alexandre I.

Dizem as chronicas que fôra homem "energico, honrado e... rabugento". Conta-se que, sendo varão de incontestada probidade, fôra posta á testa do Erario-real afim de cohibir os abusos e maroteiras do celeberrimo Targini, thesoureiro-mór. O fato é que o futuro barão de S. Lourenço, apontado pela voz publica como peculador, soube com tanta habilidade captar as bôas graças do severo Ministro, que este foi obrigado a mudar de parecer.

Era o nosso biographado possuidor de grande erudição, *si vera est fama*... e de apreciaveis qualidades poeticas. Apaixonado bibliophilo deixou em suas estantes bôa copia de livros preciosos e raros.

João Paulo Bezerra era coxo e este defeito physico deu origem á seguinte anecdota, registrada por Moreira de Azevedo, D. Francisco de Almeida, depois 2º conde das Galvêas, ia de carro com um seu amigo, quando, vendo passar um pobre, atirou-lhe com uma moéda de ouro.

— "Por que déste áquele mendigo uma esmola tão avultada?" — perguntou-lhe o companheiro.

— "Porque é coxo — redarguiu, D. Francisco — e agora devemos agradar aos aleijados porque podem chegar a Ministros d'Estado".

Além desse defeito, consequencia de uma paralysia, a gota e outras enfermidades aggravaram sua velhice, reduzindo-o, por fim, a verdadeiro invalido, á "uma nullidade com quem se não devia contar".

Diante da velharia physicamente incapaz, que era o ministerio de D. João, o ironico representante da França tinha a impressão seguinte, apontada por O. Lima: — "Parece que o systema da côrte brasileira (aliás portugueza) se funda na crença de que os Ministros mais invalidos são os mais capazes"...

O certo é que o commodista D. João acariciava a formula — *après moi le deluge*" — pois de outro modo não se concebe o descaso na procura de elementos novos para formar uma escola de diplomatas e administradores.

"Nunca el-rei precisou tanto, como naquellas circumstancias, de ter um Ministerio completo, composto de Ministros habeis e activos que de perfeito accordo se empregassem assiduamente, não só em elevar o Brasil ao gráo de prosperidade de que as suas circumstancias physicas o fazem susceptiveis, mas em consolidar por meio de mutuos interesses politicos e commerciaes. Infelizmente não succedeu assim. Treze annos que S. M. esteve no Brasil nunca houve Ministerio que merecesse esse nome. Só no principio pareceu querer-se formar um ministerio completo; mas no pouco tempo que durou, os ministros que o compunham não obraram de concerto, não havia conselhos regulares, *não se tratava senão de negocios de rotina, pois de outros nem se queria ouvir falar*. "Poz-se portanto de parte até o pensar nos grandes planos que de urgencia mais vitaes da monarchia exigiam se combinassem com discreção e se puzessem em pratica sem perda de tempo"... "Seguiu-se uma serie de *ministros moribundos*, que se succediam uns aos outros encarregados alem das suas, das pastas interinas das outras repartições"... e ... "que interessados em perpetuar a sua influencia, enganavam el-rei, fazendo-o crer que a administração publica não podia ir melhor, que os negocios se faziam muito bem com os portos interiores, que um ministerio unido e regular seria perigoso, pois daria a lei e ataria as mãos soberanas, etc...". (1)

(1) Vide "Considerações sobre o estado de Portugal e Brazil" in Revista do I. H. e G. Brazileiro, tomo XXVI de 1863.

O esclarecido Jornalista e patriota brasileiro, Hyppolito da Costa, director do "Correio Braziliense", combatendo esse systema, dizia: — "E' preciso confessar que a escolha de Ministros d'Estado se tem cada vez feito mais e mais difficultosa em Portugal pela falta de educação publica, da leitura de livros e jornaes politicos e pela negligencia de fazer viajar com caracter diplomatico pessoas de instrucção e talento, que aprendam praticamente nos paizes estranjeiros o systema do governo e as formas administrativas da Europa e da America".

Escolhiam-se então, "pessoas de acanhadas idéas, que desejam continuar com os systemas velhos no meio de um mundo moral novo".

Não se arredando desse malsinado systema, apezar do deploravel estado physico e da avançada idade de João Paulo Bezerra, o Principe Regente delle não se apiedou; atirou-lhe sobre os hombros fraquejantes a pasta dos estranjeiros e da guerra, até que o seu proprietario, o conde de Palmella, regressasse da Europa por onde perambulava em comissão diplomatica ou tratando dos seus interesses particulares.

Bezerra, "já com o pé na sepultura", não quiz preencher os lugares vagos na representação diplomatica do reino. De combinação, todavia, com a condessa de Linhares, viuva do seu protector, e de sua camarilha, empregou a todos os seus amigos e afilhados.

Combatendo esse condemnavel processo, posto em pratica pelo ministro "gotoso e paralytico, mas sem notavel talento", dizia Hyppolito da Costa: — "E' da mesquinha sorte dos portuguezes serem governados por um Club de Secretarios d'Estado, cujo fim é fazer um partido de seus parentes e adherentes".

E era esse o "novo fantasma que collocavam a frente dos negocios" da Marinha e dominios ultramarinos, quando se tinha que abafar as ultimas labaredas da revolução pernambucana, quando se estava a braços com a intervenção na Banda Oriental, quando um enxame de piratas varria nossos mares depredando o commercio e difficultando os communicações com o exterior".

Não demorou muito que não apparecesse naquelle organismo velho e enfraquecido um novo achaque, uma hemorrhagia que o levou ao leito e quasi á morte, afastando-o de um posto de grande responsabilidade.

Por isso, com muita razão, dizia o representante da França: — "Um departamento que foi dirigido, interinamente, durante annos, pelos senhores de Aguiar Araujo e Bezerra, não pode senão resentir-se longamente do langor e enfermidade desses tres ministros".

A Marinha portugueza da época, para cuja direcção foram buscar "individuos de todas as classes, suppostos competentes e até proprios para reformadores desse especialissimo ramo da sciencia, como nos informa Celestino Soares, e, além do mais velhos enfermos, não poderia ser senão o reflexo vivo dessa decadencia physica e moral".

— "Teriam criado uma poderosa Marinha?" pergunta o referido diplomata. "Não; deixaram unicamente apodrecer as oito naus que transportaram o rei e a sua familia para estas regiões e de ha treze annos para cá *só se construiu uma nau* e esta mesmo em Lisbôa e não no Brasil".

"Essa asserção merece, como sabemos, impugnação" — aparteia O. Lima. Que me perdoem os manes do erudito e sempre muito bem informado historiador patricio; mas penso que o representante francez não fugiu á verdade, pois nem uma só *nau* foi construida no Brasil durante a estadia de D. João em nossas plagas. Para comproval-o temos o testemunho do almirante portuguez Celestino Soares, que nos diz: — "No Brasil, desde 1810 até a sua independencia, com tanta riqueza de metaes e madeiras construiram-se apenas *sete vasos*, que foram as fragatas *D. Pedro, Diana, Real-Leopoldina, União*, corvetas *Dez de Fevereiro* e lugre *Maria Thereza*".

Entretanto o avisado jornalista do "Correio Braziliense" não deixava de chamar a attenção do governo para a necessidade indispensavel e inabalavel de uma forte Marinha Militar.

Ao tratar das finanças do paiz, assim se manifestava, — "A extensa costa do Brasil requer indispensavelmente uma Marinha de Guerra, já para protecção dos portos em tempo mesmo de paz, já para vigiar os contrabandos, já para comboiar os navios de commercio, e já, finalmente, para ter um fundo de Officiaes para o caso de alguma guerra. Porém não consiste a conservação dessa Marinha em ter um Estado-maior excessivo e uma lista de Almirantes, Vice-Almirantes, Capitães de Mar e Guerra, etc., etc., absolutamente desproporcionada aos vasos de guerra que tem o governo. Esse gasto superfluo deve diminuir-se e nelle pode recahir grande economia". Temos repetidas vezes dito que o Brasil deve ser uma potencia Maritima, e portanto é necessario que possua uma grande esquadra: mas isto não é dizer, que deve ter um grande numero de Officiaes de marinha sem emprego. Em tempo de paz a Marinha de guerra não pode ter outro emprego senão nos paquetes, nos guardas-costas e numa esquadra contra os piratas do Mediterraneo. Para este serviço não é preciso officiaes de alta graduação; e os de menor graduação até 1° Tenente devem ter permissão de ir commandar navios mercantes de certa grandeza e contando-se-lhe no entanto a sua antiguidade".

Em 1816, influenciado pela leitura do Relatorio da Marinha Norte-Americana, nasceu ao patriota brasileiro o desejo de bordar novos commentarios a respeito das necessidades da Marinha real.

Dizia elle: — "Consideremos primeiro a necessidade, depois, a possibilidade de obter uma Marinha de Guerra, em ambos os paizes. Os interesses dos Estados Unidos estão precisamente na mesma direcção dos do Brasil, portanto, se o Brasil se tiver munido de uma esquadra com tempo, e a unir no que necessario fôr, com a America, para de-

fender a sua neutralidade, conseguirá fazer-se respeitado; porém sem essa esquadra, serão obrigados os brasileiros a fiar-se na protecção de amigos, cujos interesses serão oppostos á neutralidade; ou de que venderão essa protecção o mais caro que puderem; como é de razão que cada ministro faça a favor de seu paiz".

"Vejamos agora — prosegue o atilado jornalista — se o Brasil pode construir essa esquadra de que tanto necessita, pelas razões que ficam ponderadas. O Ministro da Marinha dos Estados Unidos diz que tem no seu paiz todo os materiaes necessarios para essa construção. Faltarão elles, ao Brasil? "Madeiras tem o Brasil, melhores que a dos Estados Unidos; o linho canhamo do Rio Grande do Sul é superior ao da America; assim saiba o governo do Brasil fomentar a sua util producção; as fabricas de lona e cordoaria, são abundantes nos Estados Unidos, porém a sua producção é tal facil, que se o governo do Brasil souber o modo de manejar este negocio em muito pouco tempo terá quantas fabricas desta natureza forem necessarias para o consumo da esquadra; ferro tem o Brasil em abundancia, se o quizerem tirar das minas de S. Paulo. "Nestes termos restariam alguns artigos de menor monta, que importar do estranjeiro; taes como cobre (que o ha no Brasil) que nos Estados Unidos possuem, e que constituem a unica vantagem, que elles podem ter sobre o Brasil, para reconstruir a sua esquadra. A maior difficuldade que ha para o estabelecimento de uma esquadra, é a dos mestres constructores e artifices, que sempre é difficil obter do estranjeiro, e que quando ainda se alcançam mal se conformam, na construcção dos vasos, com os desejos dos marujos do paiz, porque temos geralmente ouvido aos estranjeiros intelligentes da materia, que os vasos de guerra portuguezes, *construidos nos estaleiros do Brasil*, tem toda a ponta de perfeição que lhes é necessario, *e são em muitos respeitos superiores mesmo aos Inglezes*"...

Como vemos encontrava-se sempre alguem a propugnar pela necessidade de uma forte esquadra, pelo soerguimento do poder naval da metropole. E era um brasileiro!...

O patriota, porém, pregava no deserto, aos ouvidos moucos dessa velharia desfibrada, que era o esteio do governo de D. João VI.

O soberano, por sua vez, só procurava amealhar dinheiro para distribuil-o aos validos, aos cortezãos e aos parasitas que vicejavam ao redor do seu carunchoso throno.

Para que empregar dinheiro em novas construções, na renovação da esquadra, se havia dinheiro nas arcas do thesouro para comprar tratados vergonhosos, para tapar a bocca dos *gargantuas* de todos os tempos...

E' ali, no quadro dos navios militares, no chamado poço, não se enfileiravam as naus do solerte e interesseiro alliado?!...

No entanto, a guerra no Rio da Prata proseguia morosa, infindavel. Os corsarios artiguenhos ou, melhor os desabusados norte-americanos com cartas de marca do bronco caudilho uruguayo varejavam audaciosa-

mente não só os nossos mares e os escaninhos da nossa estirada costa como os europeus a rapinar e a depredar o commercio portuguez. O justo clamor dos prejudicados mal chegava aos pés do throno desse rei surdo e cégo ás necessidades e rogativas de seus suditos.

"Da guerra e posse de Montevidéo — confessa Celestino Soares — resultou tambem côalhar-se o mar de piratas, que apresaram centos de navios do commercio, sendo necessario acudir a este immenso prejuizo armando-se e dando-se cartas de marca; os officiaes delles obtiveram graduações militares, ficando por fim alguns effectivos á imitação de Pernambuco; e d'aqui a segunda invasão aniquiladora e interessada, como a primeira, em desacreditar a theoria dos militares, engrandecendo a pratica dos rotineiros adquirida nos navios de praça. Desse modo foi desapparecendo a Marinha de guerra, seu material desfez-se atraz de S. Bento e na Prainha, seu pessoal passou para o Estado-maior e infantaria, entrevendo o resto, que foi substituido por Pilotos praticos".

E era assim, com essas insensatas e iniquas medidas que os valentudinarios e ignorantes Ministros da Marinha de S. M. Fidelissima propugnavam pelo corporação de que eram chefes, pela qual competiam, se fossem dignos e patriotas, carinhosamente zelar.

João Paulo Bezerra, todavia, para mostrar sua solicitude pelo serviço publico e não perder as graças do seu real amo, fazia das tripas coração, como dizemos em linguagem vulgar, pois, apezar dos seus continuados achaques, estes "não impediram o serviço das assignaturas de effectuarem-se com grande zelo e diligencia, e o gabinete, "na sua impotente fraqueza, activando os esforços e a mandar para o theatro da guerra", com grande parcimonia, os elementos insistentemente reclamados.

Foi J. P. Bezerra de Seixas quem referendou a convenção addicional ao Tratado de Janeiro de 1815 sobre as indemnizações ás perdas de vassalos portuguezes no trafico de escravos.

Era, afinal, assaz demasiado o trabalho de tres Secretarias d'Estado para um velho combalido pela idade e continuos achaques. Não resistiu por longo tempo á exhaustiva tarefa.

Assim é que, um insulto apopletico o fulminou aos 29 de Novembro de 1817, no dia seguinte á assignatura da convenção que restituia á Cayena aos francezes. No dia 30, seus restos mortaes foram dados á sepultura no mosteiro de Santo Antonio com as honras inherentes ao seu elevado cargo.

D. João, como premio aos desinteressados serviços de João Paulo Bezerra de Seixas, concedeu á sua viuva, D. Izabel Sell, por decreto de 3 de Maio de 1810, o titulo de Viscondessa de Itaguay.

Não sei da existencia de algum retrado deste Ministro. A collecção do Museu de Marinha é falha a este respeito.

Desembargador

THOMAZ ANTONIO DE VILLANOVA PORTUGAL

(M. Naval)

VI

THOMAZ ANTONIO DE VILLANOVA PORTUGAL

Na sequencia natural dos Ministros e Secretarios d'Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos, no reinado brasileiro de D. João VI, occupa o sexto logar o magistrado Thomaz Antonio da Villanova Portugal, classificado como "o derradeiro ministro do absolutismo".

Em Thomar, cidade cheia de tradições, aos 18 de Setembro de 1755, nasceu elle, sendo filho de um modesto advogado de provincia, "de pouca fortuna, mas de grande consideração por sua probidade e reconhecidas virtudes sociaes", diz-nos o historiador Mello Moraes.

Conta-se que escapára, milagrosamente, ás funestas consequencias do terrivel terremoto, que destruiu Lisboa, nos braços de sua progenitora que, na occasião, o amamentava. Teve elle mais dous irmãos: um, Alexandre, poeta de merecimento, membro da Academia de Sciencias e Provedor da casa da Moeda de Lisboa; o outro, Innocencio, terminou seus dias como bispo do Algarve.

Thomaz Antonio passou a meninice simples e descuidosa ás margens pitorescas do Nabão, a ouvir, com assiduidade e proveito, as lições de um dos Mestre-escola da cidade. Terminado seu curso de humanidades, Coimbra o attrahiu e naquella afamada Universidade tomou gráo em leis. Moço cheio de vida, de fé robusta e de aspirações, atirou-se ao trabalho.

O solido preparo adquirido, alliado a outros dotes e predicados naturaes, deu-lhe facil entrada na magistratura do reino, passando a exercer varios cargos, entre os quaes o de Corregedor de Villa-Viçosa.

Alli escreveu dous subtanciosos estudos sobre a sciencia do direito, que lhe deram discreto renome e foram premiados pela Academia de Sciencias com medalha de ouro.

Villa-Viçosa, cidade em cujos aros se levantam o solar, o palacio e a celebre tapada dos Duques de Bragança, era frequentemente visitada pela Familia-real, que se distrahia em folguedos e caçadas.

Em uma dessas visitas o Principe-regente D. João conheceu o circunspecto moço Villanova Portugal e a elle se affeiçoou. Graças, pois, a essa feliz circumstancia logrou Thomaz Antonio a nomeação para o lugar de Desembargador da cidade do Porto, de onde, pouco depois, foi chamado para o posto de Fiscal do Erario-real. Nessa commissão, de grande responsabilidade, conseguiu Thomaz Antonio, graças á probidade, vigilancia, tino administrativo e deligencia demons-

trados, reduzir de modo apreciavel todas as despesas e augmentar mais lisongeiramente a receita dos cofres publicos.

Como galardão a serviços tão relevantes passou para a Casa de supplicação de Lisboa onde não havia dantes lugar effectivo, e, finalmente, foi nomeado Desembargador do Paço, por vontade do Principe-regente, "para ter sempre ao seu alcance, quando lhe convinha, um parecer judicioso e desinteressado sobre assumptos" — como nos informa Oliveira Lima.

Magistrado de apreciavel talento, sem ambições, seus dizeres entravam na cerebração do Regente como os de um oraculo e assim — diz Rocha Martins — "tornou-se mais que nunca o seu apoio, o seu arrimo".

A amizade do soberano valeu ainda a Thomaz Antonio a commenda da Torre e espada e a nomeação de Deputado á Junta do Commercio. mercio.

Assim, pouco a pouco, Villanova Portugal se insinuava cada vez mais no animo e no coração do adiposo D. João, que acabou seu intimo e confidente.

Simples, respeitoso, sempre circunspecto, sem ambição e "nada ganancioso, contentava-se em possuir a confiança do seu principe sem pretender exercer acção directa e pessoal no estado". Apezar de demonstrar nessa previlegiada situação o mais louvavel escrupulo, e uma prudencia digna de nota, não lhe poupavam os zoilos.

Dotado de discretas luzes, letrado, estudioso e versado na jurisprudencia e em economia politica, escreveu conscienciosas memorias acerca da preferencia dos mercados ás feiras, sobre morgados, e descreveu alguns districtos de Portugal, trabalhos estes estampados pela Academia real de sciencias, segundo nos informa o historiador Varnhagen.

Thomaz Antonio era um homem de bem, credor de toda a estima, pessoalmente honestissimo, mas explorado pela roda que o cercava; tinha, porém, varios defeitos por desgraça sua, que o tornavam, até certo ponto, antipathico, malquisto.

Era um irredutivel *pé de boi*, extremamente apegado ás sediças praxes forenses, de um portuguezismo intransigente, irritante mesmo, "de idéas absolutas e mesquinhas em desharmonia com as do seculo", contrarias ás necessidades sociaes coevas, mostrando-se "inferior ás circumstancias com que tinha que arcar". Oliveira Lima gisa com mão de mestre o seu retrato nestas linhas: — Villanova "dir-se-hia a imagem do velho Portugal, de calções, capote, chápeo redondo, sem ampla visão politica, muito escrupuloso, cheio de gravidade e formalismo, confiado com os aduladores, honesto, resingueiro com os ambiciosos". São estas, pois, as opiniões condensadas de alguns chronistas e historiadores do reinado de D. João VI a respeito da figura e caracter do novo titular da Marinha, cuja biographia debuxamos.

Quando, sob a formidavel pressão diplomatica e dos exercitos napoleonicos, o governo portuguez assoberbado, discutia as vantagens e desvantagens da transferencia da côrte para o Brasil, Thomaz Antonio esteve a pique de perder para sempre o seu precioso valimento. Aconselhara elle a D. João que se transferisse de Mafra para Lisboa e que mandasse para o Brasil o Principe da Beira juntamente com as infantas, para aqui no Rio de Janeiro prepararem a apresentação da côrte. Tal medida em que transparecia o velado proposito de sacrificar o Regente, salvando a realeza, chocou profundamente timorato e desconfiado D. João que nella via, instigado pelos desaffectos de Villanova, dolorosa perfidia do seu valido.

Sensibilizado com a desconfiança do soberano, Villanova, retrahiu-se; e, quando foi resolvida a transferencia da familia-real para as nossas plagas elle, embora arredio da côrte, achou-se no dever de acompanhal-a ao nosso hospitaleiro paiz.

Elle foi, pois, desse "lastro de gananciosos, de timidos, de inuteis, entre os quaes afloravam homens de valor atirados sobre um paiz novo, que mal conheciam para o governar", que as naus portuguezas despejaram neste rincão.

Quando já no Rio, com surpreza, recebeu pelo correio a ordem para retirar do Erario as quantias necessarias ao fornecimento completo da esquadra, que devia transportar para o Brasil a familia-real!!!

Aqui chegado, installou-se modestamente em uma pequena chacara, no afastado bairro de Catumby, continuando a dedicar a mesma admiração respeitosa, a mesma amizade firme e desinteressada ao desditoso Principe-regente, que já sentia falta do convivio e conselhos de Antonio Thomaz.

D. João, afinal, reconhecendo a sincera e leal dedicação do seu subdito e verdadeiro amigo, passou de novo, embora secretamente, a cartear-se com elle consultando-o sobre assumptos politicos e administrativos; deu-lhe uma morada á rua dos Invalidos para tel-o mais perto de si, e nomeou-o Chanceller mór do Reino.

Com o fallecimento do conde da Barca foi, a 24 de Junho de 1817, modificado o gabinete ministerial. Villanova Portugal, muito a contragosto seu, foi chamado para reger a pasta dos negocios do Reino e Erario, com o titulo de Ministro assistente ao despacho.

Graves queixas se levantavam então contra o Thesoureiro-mór, o famigerado Targini distinguido posteriormente com o titulo de Barão de São Lourenço, accusado de crime de peculato. Thomaz Antonio, que o não tolerava, alcançou de D. João separar da pasta do reino a administração da fazenda, formado com ella nova secretaria, a cuja testa foi foi collocado João Paulo Bezerra de Seixas, varão de inatacavel probidade, desaffecto do Thesoureiro-mór, afim de fiscalizar os tortuosos passos deste.

Fallecendo Bezerra, em Novembro do mesmo anno, por signal já congraçado com o celebre Targini, Thomaz Antonio tomou a si a nova

secretaria no firme proposito de acabar de vez com as fraudulentas operações do Thesoureiro-mór.

Procurou pôr em ordem o thesoureiro, que soffria graves embaraços; organizou os orçamentos, determinando que, semanalmente, lhe fosse apresentado um balancete dos movimentos realizados. Tudo parecia ter entrado nos devidos eixos graças ás medidas energicas do Ministro. Esquecera-se, todavia, Thomaz Antonio de computar as elevadas despesas da casa-real, pois era nellas, segundo se dizia, que o refinado Targini fazia a sua *roça*... naturalmente protegido por D. João. O certo é que, tempos volvidos, Villanova Portugal tornara-se amigo e defensor de Targini; e este, com grande falta de compostura, referindo-se ao Ministro que soubera conquistar, propalava que "nunca vira poltro mais bravio tornar-se cavallo mais manso..." E a satyra popular zurzia ferina:

"Excelso rei,
Se querer viver em paz,
Enforca *Targini*...
E degreda *Thomaz*...

O fallecimento do velho e paralytico Bezerra determinou nova reorganização ministerial. Thomaz Antonio continuou na pasta do Reino e Erario, o conde de Palmella foi nomeado para gerir a pasta de Estranjeiros e Guerra e o Conde dos Arcos para a pasta da Marinha e Ultramar.

Como estes dous ultimos estivessem ausentes, o primeiro na Europa e o segundo na Bahia, Villanova Portugal viu-se obrigado a sobraçar todas as pastas.

Assim, "ficára nesse ministerio anormal, o homem de confiança de D. João.

Assumiu a gestão da Marinha em 29 de Novembro de 1817, para tres mezes após, a 5 de Fevereiro de 1818, entregal-a ao seu proprietario.

Em tão curto espaço de tempo, é de ver, Thomaz Antonio por melhor boa vontade que demonstrasse muito pouco poderia fazer em beneficio da sempre descurada Marinha.

No entanto a guerra do sul, fracamente impulsionada, proseguia; e as forças navaes em operações no Prata e rio Uruguay, quasi esquecidas e abandonadas, representavam na sua modestia preponderante papel naquella diuturna campanha.

Ao que sabemos, cingiu-se a sua administração na pasta da Marinha em mandar elaborar um Regimento, como o fizera para o Exercito, que não chegou a por em execução, e em outros projectos que se malograram. Timorato, sem o habito da responsabilidade, de restricta visão diplomatica, sua influencia sobre a marcha da administração, foi, todavia, benefica, segundo o julgamento de O. Lima.

"Si não se distinguiu por uma ampla visão politica, recommendou-se pelo escrupulo". Integro, mas rodeado de velhacos e delapidadores, — diz Alfredo Varella — queria effectuar o bem e não produzia senão o mal".

Para outros, Thomaz Antonio "infiltrava mais irresolução no espirito do soberano", do que idéas uteis, praticas, proveitosas.

Emquanto o Duque de Palmella perambulava pela Europa, tratando de interesses particulares e preparando seus planos politicos, e o Conde dos Arcos continuava na Bahia a libar sua obra de vingança e crueldade praticada contra os patriotas pernambucanos, Thomaz Antonio, o valido de D. João, aliciava sua policia secreta, que havia de encher de sobresaltos e apprehensões ao timorato Principe-regente, ao informal-o da filiação á Maçonaria de seus antigos ministros e seus proprios creados.

E o proprio Thomaz Antonio, com fundo desgosto, não escapou á intriga e á ambição de uma das suas creaturas, embora, "concentrando em si todo o mechanismo administrativo, tornando-se o ministro universal de um rei absoluto".

De Fevereiro de 1818 até 1821 foi seu companheiro de ministerio o celeberrimo Conde dos Arcos: mas, de accôrdo com a aguda observação do representante do governo francez, emquanto Villanova "era muito ministro o seu collega o era muito pouco".

A parelha ministerial não puxava certo, nesse canal torturoso, e cheio de abrolhos, que era a administração superior, a sirga da nau de Estado. Um era soldado rude e autoritario; o outro, bacharel timido e manhoso.

O primeiro, desde muito moço, habituara-se ao mando directo, a terçar armas ás claras, arcando com a responsabilidade de seus actos, a administrar com largueza e autoridade; o segundo, ao contrario, vivera sempre apegado a sediças praxes, a tricas forenses, sempre timorato, sem larga iniciativa propria, com horror á responsabilidade, estimando astutamente fazer as cousas por detraz da cortina ou por intermedio da pessoa real, cuja amizade e confiança desfructava. Pouco a pouco, o despeito e o ciume mais fundo cavavam a desintelligencia entre os dous auxiliares do governo de D. João.

Thomaz Antonio desapprovara as medidas violentas, deshumanas, posta em pratica pelo seu duro collega e o famigerado Luiz Barreto contra os revolucionarios de Pernambuco, e muito se batera junto ao soberano por uma amnistia ampla aos transviados.

Aproveitando-se da amizade e valimento, que lhe dispensava D. João, o que de modo nenhum acontecia com o seu collega, Thomaz Antonio para não ficar na dependencia deste na parte que dizia respeito a Marinha, chegou ao ponto de iniciar a organização de uma força naval particular, que attendesse ás necessidades e serviços do seu ministerio. Com este proposito mandou construir os navios *Successo* (que veio a ser

a nossa lendaria *Nictheroy*) e o Conde de *Peniche*. Da mesma fórma mantinha correspondencia directa, não só a particular como official, com o commandante da esquadra em operações no Rio da Prata, almirante Rodrigo Lobo, que, subservientemente, o informava de tudo.

E numa troca constante de hostilidades se empenhavam os dous ministros quando graves problemas administrativos e politicos dependiam de solução.

E foram sempre assim os Secretarios de Estado do governo joanino...

Muito embora nem todos os ministros de D. João se exhibissem desprovidos de talentos, não possuiam, todavia, nenhum conhecimento do Brasil para que se occupassem com exito, em cicatrizar as chagas abertas pelo terrivel systema colonial, como claramente nos demonstrara A. Varella.

Diz-nos um chronista antigo: — "O observador sem prevenções que reflectir no estado das Capitanias antes do acto da nossa emancipação politica, verá por toda parte a imagem da desolação. E entretanto essas pobres colonias... tanta riqueza tinham prodigalizado do seu seio para gloria e esplendor das quinas portuguezas"!...

No governo, a preoccupação maior de Thomaz Antonio era fazer economias, para encher o mealheiro do seu avaro soberano; no entanto, — segundo O. Lima — "foi pouco energico, fechando os olhos a muitos abusos".

A expedição ao Rio da Prata custava ao thezouro, mensalmente, cerca de um milhão e meio de francos e as despesas com a casa real alcançava somma respeitavel...

O Ministro Villanova, em todo caso, "apesar dos seus 63 annos, era quem, por menos que se fizesse na opinião dos diplomatas estranjeiros, acudia a tudo nos fins do anno da revolução de Pernambuco e da occupação de Montevidéo", declara o historiador já citado. Muito embora, approvasse e com afinco estimulasse a politica de expanção para o sul não ligou grande importancia á devolução da Cayena aos franceses. Penso que elle assim procedendo estava com a bôa razão; mais proveitosos seriam para a nossa economia os campos de criação da Banda Oriental do que o territorio malsão, embora metalifero, da Guyana.

Thomaz Antonio, como temos visto, não era um homem do seu tempo, nem foi o ministro que a occasião requeria. Entretanto, apezar de seus graves defeitos e dos innumeros (alguns bem graves) erros que commetteu, deve merecer a nossa justa sympathia, pois mostrou-se sempre muito affeiçoado ao Brasil e aos filhos deste grande paiz. A estes, muito a contra-gosto dos encanzinados reinóes e vencendo a repugnancia de D. João, procurou associar a administração do reino e a distinguil-os

com cargos politicos e titulos nobiliarchicos. Escrevia elle ao soberano: — "Outro conselho desejava eu dar a Vossa Magestade. Desejava que V. M. visse que os brasileiros já estão muito esclarecidos para serem exclusivamente governados pelos portuguezes. Eu aconselho e peço a V. M. de dividir o governo com os brasileiros; são tres os ministros, que seja um ao menos nascido no Brasil, e isto os unirá ainda mais em amor a V. M. Aconselharia tambem de dar titulos de nobreza aos brasileiros, que já estão em estado de repararem que desses titulos, na monarchia portugueza, só os nascidos em Portugal é que tem gosado e estão gosando".

Afinal, para não desgostar o seu delicado conselheiro e secretario, annuiu o *magnanimo* (!!!) D. João, no dia de sua acclamação e coroação, galardoar *tres* (grande liberalidade!) brasileiros com titulos nobiliarchicos.

"Hesitou, porém, — como declara Rocha Martins — em fazer ministros os nativos embora arranjasse um meio termo, a *ajudancia* de Thomaz Antonio"...

Este, amigo de José Bonifacio, convidou o illustre brasileiro para auxilial-no na administração; mas, não só a Regencia de Portugal se oppóz, "por lhe parecer correr perigo a paz publica se José Bonifacio voltasse ao Brasil", como o futuro patriarcha da nossa independencia declinara do convite por não o achar condigno e não sujeitar-se a uma subalternidade.

Foi official de gabinete de Thomaz Antonio um brasileiro de alto patriotismo, Vasconcellos Drummond, que grande destaque teve, depois, no movimento da nossa emancipação. Propugnando pela abolição do trafico de africanos, e partidario da colonização estranjeira, começou Thomaz Antonio, embora contrariado pelo Conde dos Arcos, pelo estabelecimento de um nucleo de colonos suissos e allemães em Morro-queimado, hoje Nova Friburgo. Foi o fundador do Museu Nacional e, em S. Christovão, fez plantar amoreiras, afim de incentivar a criação do bicho da seda.

Suas vistas, no entretanto, voltavam-se para as capitanias do sul onde, muito bem comprehendia, encontrava-se o fulcro e as razões da nossa politica continental. Santa Catharina com ser "o porto avançado do Rio de Janeiro no Rio da Prata, é incontestavelmente a chave do Brasil meridional. Os catharinenses amam a vida do mar e são bons marinheiros"; por isso, o "ministro Thomaz Antonio — diz-nos Drummond nas annotações á sua biographia — tinha em vista fazer de Santa Catharina um grande Arsenal maritimo... e elevar aquella provincia a um grau de grande prosperidade".

E dizer-se que, só agora, após a creação da Escola de Guerra Naval, é que a maioria dos nossos officiaes, que pelos seus bancos passaram, tem a verdadeira percepção e se capacitou do valor politico e estrategico do littoral catharinense! Oxalá tivesse aquella o poder e a felicidade de em-

brechar no cerebro dos homens de responsabilidade em nosso paiz a salutar doutrina que tem sabido incutir em seus alumnos.

Iniciando o seu projecto, Villanova Portugal como Ministro da Marinha creara, a 14 de Dezembro de 1817, a Intendencia da Marinha de Santa Catharina nomeando para dirigil-a o illustrado Capitão de Fragata Miguel de Mello e Alvim, encarregando-o ao mesmo tempo do estabelecimento de uma Colonia de pescadores na enseada das Garoupas (hoje Porto-Bello) — futuro viveiro de marujos — e da escolha de local conveniente para o estabelecimento do projectado Arsenal. Fez vir da povoação da Ericeira, em Portugal, a bordo da *Successo*, os colonos pescadores. Sobre esta tentativa lemos em Saint-Hilaire; — "Pouco tempo antes de eu chegar a Santa Catharina (1820), o Ministro d'Estado Thomaz Antonio de Villanova Portugal acabava de estabelecer ás ribas da enseada das Garoupas (Porto-Bello), uma colonia de pescadores chamada *Nova-Ericeira*, nome de uma povoa portugueza de onde haviam sido retirados aquelles homens; vi mesmo, na residencia do governador da provincia, um moço protegido do ministro (V. Drummond) encarregado da fiscalização e execução dos seus planos; os habitantes da "Nova-Ericeira" dispersaram-se sem duvida logo, pois, não se fala desse povoado em nenhum dos livros que se publicara sobre Santa Catharina, posteriormente a 1820".

Sobre o local mais adequado ao assentamento do Arsenal, Mello e e Alvim, em relatorio que aprezentou, mostrou-se inclinado, com boas razões, ao porto da Armação da Piedade, na barra norte de Florianopolis.

Da mesma fórma tratou de fundar ás margens do rio Itajahy um estabelecimento colonial e uma cidade, encarregando desse serviço o mencionado V. Drummond, que lá fixou 100 soldados do 12º batalhão, estabeleceu serrarias e deu inicio á construcção naval.

Não escaparam ao dedicado ministro as vantagens das aguas thermaes do Cubatão na referida capitania catharinense, aguas cujas virtudes haviam sido constatadas por numerosas curas em soldados e marujos, que se destinavam á campanha da Banda Oriental, atacados de rheumatismos e molestias do estomago e intestinos. Ordenou, pois, que ali fôsse estabelecido um Hospital.

Esse seu interesse pelas cousas do Brasil, procurando o seu progresso, cuidando de sua defesa, esforçando-se por mantel-o extreme das idéas revolucionarias que escaldavam a Europa, batendo-se contra os projetos de Palmella de fazer regressar o rei para Lisboa, sustentando a opinião de que era preferivel perder Portugal do que o Brasil, faziam-no odiado dos seus compatriotas açulados pela inveja e despeito dos palacianos, que não logravam da intimidade e valimento do soberano. E a satyra feroz não o poupava:

"Es infeliz, Portugal,
Pois promette abrir-te a cova
Quem comtigo se appellida
Antepondo Villanova"...

Em Dezembro de 1820 chegava ao Rio o duque de Palmella, que logo alliviou Thomaz Antonio da pasta dos Estranjeiros e da Guerra.

As novidades trazidas pelo titular encheram D. João e seu valido de graves apprehensões. Thomaz Antonio, cheio de puras intenções, mas sem a menor idéa do estado politico da Europa, encontrou desde logo em Palmella um formidavel contradictor aos seus planos e projectos.

O rei, sempre vacillante, pendia ora para um ora para outro dos seus auxiliares de governo, em lucta aberta de competição pessoal.

Rebenta se não quando, inesperadamente, um movimento sedicioso na Bahia consequencia da revolução do Porto; Thomaz Antonio clama por providencias immediatas de força para abafal-o, a não permittir o seu alastramento. Os seus collegas fazem-se de desentendidos; o conde dos Arcos aparentava ser "favoravel ás reivindicações populares"; Palmella, que classifica Thomaz Antonio "o mais inepto e lisongeiro dos homens", impugna as pretenções de resistencia ao movimento, allegando que o governo não pode contar com o Exercito" — diz-nos Gomes de Carvalho.

Thomaz Antonio "não enxergava nas revoluções que encaminham os povos para o regimem representativo mais que os excessos, principalmente as violencias contra os soberanos. Não reconhecia que, em consequencia do desenvolvimento da instrucção, a doutrina da origem divina da realeza cedia por toda a parte ao principio de que os reis não passavam de delegados do povo, e deviam-lhe portanto contas dos actos". Foi vencido afinal.

A revolução de 26 de Fevereiro de 1821 o apeou do poder. Afastado do governo, resolveu Villanova quedar-se no Brasil, dedicando-se á advocacia.

Ao retirar-se de bordo, onde fôra despedir-se do seu grande amigo e protector, D. João VI, em Abril de 1821, que se retirava para a Europa teve, com grande surpresa, seus passos tomados por um official que, em nome do sobrerano, o intimava a ficar a bordo, para o que se lhe havia reservado alojamento. Mal poude dar suas ordens para terra; afim de munir-se do indispensavel para a viagem. No dia seguinte fazia-se de vela a esquadra e "forçadamente voltava para a metropole esse grande fanatico do Brasil" — diz R. Martins.

Ao chegar a Lisboa foi Thomaz Antonio degredado para Thomaz, seu berço natalicio. Dissolvido o Governo constitucional, foi nomeado Conselheiro d'estado. Na questão do reconhecimento da nossa Independencia, votou elle, singularmente, para que se não fizesse guerra ao Brasil e que se reconhecesse a sua independencia pura e simples, immediatamente, com a distincção apenas que ficasse de fora o Estado do Maranhão, que não fazia parte do Principado do Brasil — informa-nos Mello Moraes. Aconselhou tambem a retirada das tropas da Bahia para concentral-as no Maranhão.

Por intermedio do seu grande amigo, o riograndense Antonio Soares de Paiva, Villanova Portugal aconselhou ao Principe-real que não abandonasse o Brasil. Paiva confiou a carta a seu genro, João José de Andrade Pinto, guarda-roupa e mantieiro da Casa-real, que insistiu junto a D. Pedro para que acceitasse o alvitre do experimentado ministro.

"Do longo tempo de sua preponderancia conservava dividas e a pensão de quatro contos conferida pelo rei, o governo de Lisboa reduzira a metade — conta-nos Rocha Martins.

Isolado, esquecido, chorando a perda de seu grande amigo el-rei D. João, vivia Thomaz Antonio a soffrer, resignadamente, a sua pobreza e a ingratidão dos homens. Assim o foi encontrar o seu amigo, Vasconcellos Drummond, que procurou minorar-lhe a sorte. Falleceu Thomaz Antonio de Villanova Portugal em Lisboa, contando 84 annos de idade, "em estado pouco menos que miseravel", a 16 de Maio de 1839.

Conta-nos Innocencio que "um *maçon brasileiro* (elle que referendara o famoso Alvará de 30 de Julho de 1818 no Rio, contra a Maçonaria), José Antonio da Camara, foi, segundo o testemunho do Dr. João Francisco Tavares, quem nos seus ultimos annos o soccorrera e amparara, pagando-lhe assim a protecção pessoal que n'outro tempo lhe devera, e dando com este procedimento um exemplo de generosidade, que nem sempre terá tido imitadores".

E assim desappareceu um varão recto, probo e honrado que, desfructando a amizade e o valimento de um rei absoluto e enfeixando durante quatro annos nas mãos o governo do seu paiz, nunca acceitou um titulo, nunca abusou da confiança e nunca de sua familia advogou a menor causa.

Foi um exemplo vivo e raro de honestidade e desinteresse.

Figura o seu retrato na galeria dos Ministros da Marinha em o nosso despido Museu Nacional.

Tenente-General

D. MARCOS DE NORONHA E BRITO

8º Conde dos Arcos

(M. Naval)

VII

D. MARCOS DE NORONHA E BRITO

8.º Conde dos Arcos

Descendente dos Villanova da Cerveira, "os primeiros Viscondes do reino" (1476), cuja avita linhagem tinha um dos troncos no celebrado D. Fernando Ayres de Baticela, audaz cavalleiro mediévo, nasceu D. Marcos de Noronha e Brito, em Lisboa, a 7 de Junho de 1771.

Seu pae, D. Manuel José de Menezes e Noronha, pertencia á casa dos denodados Marialva e Castanhede e, tambem, a dos Condes de Obidos.

O destino fel-o sangrento heroe, rasgado e estripado pelas aspas e pelas patas de um toiro real, na funesta corrida realizada em 1778, em Salvaterra de Magos, e cujo tragico fim nos descreve Rabello da Silva em paginas de um colorido magistral.

Sua progenitora, D. Juliana Xavier de Noronha, era filha unica de D. Marcos de Noronha, (1714-65), Sexto Conde dos Arcos, que foi governador de Pernambuco e Goyaz e Vice-rei do Brasil (1756-60). Herdeira da casa e do titulo paterno, D. Juliana, ao casar em 1766, transmittira-os ao esposo.

Por morte do pae, em 1778, coube ao jovem D. Marcos, portador do nome avoengo, o titulo de oitavo Conde dos Arcos de Val-de-Vez.

Sentindo-se attrahido pela carreira das armas, em que varios dos seus antepassados se haviam feito notaveis, verificou praça no Exercito, em Setembro de 1790, aos 19 annos de idade.

Em 1796, aos 18 de Dezembro, vieram ornar-lhes os punhos do uniforme os galões de Capitão.

Aggregado ao Regimento de Cavallaria d'Elvas, passou a servir como ajudante de ordens de seu tio, o Tenente-general D. Francisco de Noronha.

A vida de provincia, todavia, não se coadunava com seu genio, inclinações e anceios; enchia-se de enfado e tedio e passava o tempo entretendo-se com os livros e a rimar merencorios e alambicados versos.

Graças ao "seu melhor amigo", o futuro conde de Anadia, então Camarista do Principe Regente, alcançou ser chamado á côrte, onde passou a servir e a receber seu calido bafejo.

Não tendo acceitado, por conveniencia propria, o Almirante Rodrigo Pinto Guedes a governação da capitania brasileira do Gran Pará e Rio Negro, foi o nome de D. Marcos lembrado e insinuado ainda por interferencia do seu dedicado amigo, e escolhido, a 2 de Março de 1803, para occupar o importante cargo.

Partiu para o Brasil, tomando posse do governo, em Belem, a 22 de Setembro do referido anno.

Foi o 26° governador e capitão-general daquella vasta circumscripção administrativa. Ao receber o bastão de mando das mãos do seu antecessor, fez sentir, em breves e energicas palavras, que vinha com firme proposito de procurar a segurança e a felicidade do povo.

Era D. Marcos "dominado de sentimentos cavalherescos e tambem de boas intenções, posto que essas vagas e indefinidas", ao parecer de Palmella.

Refere Mello Moraes que conseguira um nome distincto no governo do Pará.

Preocupou-se com o saneamento da capital, fazendo dreinar varios pantanos abrindo ruas e estradas; deu nome ás ruas e numeração ás casas. Como militar interessou-se pela efficiencia da tropa, preenchendo os claros existentes e fardando-a convenientemente.

Amante das letras, incrementou a instrucção publica, creando varias escolas primarias, estabelecendo uma cadeira de Philosophia e installando a Escola de Praticos, creada por alvará de 4 de Fevereiro de 1804.

O sentimento artistico do povo encontrou nelle um estimulador na creação de uma Casa de recreio (theatro) e com a introducção de modas e figurinos. A catechese dos selvicolas foi, tambem, uma de suas preoccupações, pois para isso determinou e promoveu o estabelecimento de varias missões.

Sua trabalhosa gestão no Pará prolongou-se por dois annos, cinco mezes e vinte e oito dias.

Procurava-se, então, um substituto para D Fernando de Portugal e Castro, futuro marquez de Aguiar, na vice-realeza do Brasil.

Achava-se mais ou menos assentado que seria o marquez d'Alorna, quando foi descoberto que elle se achava compromettido em uma conjura contra o governo. Fazia, então, parte do ministerio o nosso assaz conhecido conde de Anadia, grande amigo de D. Marcos de Noronha que, "protetor solicito não deixava de salientar aos olhos do principe regente a intelligencia, energia e a habilidade patenteadas na administração", por seu protegido.

Não é de extranhar, pois, que lembrado fôsse o nome do nosso biographado. Pela portaria de 15 de Agosto de 1805, foi distinguido com a nomeação de 7° Vice-rei do Brasil, "o lugar mais proeminente a que podia aspirar um portuguez fóra da metropole".

Tal nomeação devera ser para elle uma risonha surpresa, pois não contava ainda sua fé de officio serviço capaz de merecer como galardão tão alta investidura. D. Marcos partiu de Belém em Abril de 1806 e só chegou ao Rio a 9 de Agosto, assumindo o cargo no dia

21 do referido mez das mãos de D. Fernando de Portugal e Castro, posteriormente Marquez de Aguiar e titular da pasta da Marinha, como vimos.

"Depõe a tradição em seu abono, diz Fernandes Pinheiro, que fôra imparcial na administração da justiça; acerrimo inimigo dos contrabandistas; e que á semelhança do seu illustre antecessor soubera adquirir geraes sympathias pelos seus modos delicados e cavalherescos".

Um dos seus primeiros cuidados no Rio foi estabelecer feira-livre em S. Christovão. A respeito della conta-nos Moreira de Azevedo esta anecdota: — Certo traficante portuguez tinha encalhada em casa bôa copia de apitos. Lembrou-se um dia de levar os alcaides á feira. Aconteceu ser esta visitada naquella occasião pelo Vice-rei que, ao passar pela barraca do galégo, deu fé dos apitos, e tomando um delles poz-se a atormentar os ouvidos dos circumstantes. Foi um verdadeiro successo a figura rubicunda do representante d'el-rei, de bochechas inchadas a soprar o sibilante instrumento... Os cortezãos que o acompanhavam muniram-se tambem de apitos, com grande alegria do tratante, que os vendeu todos a bom preço.

Em razão dos acontecimentos politicos que se desenrolavam na Europa, recebeu ordens o conde dos Arcos para que "se preparasse para a guerra que estava imminente, ou com a Inglaterra, em obediencia ás insinuações da França, ou com esta ultima potencia se prevalecesse nos conselhos da corôa lusitana o antigo predominio britannico".

Como vemos, os ministros portuguezes nunca souberam bordejar ou capear: corriam sempre com o tempo, segundo a giria maruja.

Metteu mãos á obra com a diligencia e o desembaraço de que era capaz; mas não foi pequena a sua surpresa ao apontar á barra ronceira esquadra a transportar a espavorida côrte portugueza para o Brasil.

"Por essa occasião — continúa o citado chronista — não teve duvida o vice-rei em *sujeitar a população da cidade a grandes vexames* para arrancar commodo alojamento para os soberanos, fidalgos e adherentes que deixavam Portugal em consequencia da invasão de Junot",. E o bando sinistro de gafanhotos vorazes, qual praga damninha, abateu sobre a pacata e simples cidade colonial, tudo empolgando, tudo contaminando, tudo corrompendo.

"O antigo regime — diz Luiz da Veiga—póde ser resumido em cinco palavras repulsivas e aviltadoras: despotismo, servilismo, fatuidade e obscurantismo. Taes foram as cinco arvores exoticas e genuinas que os portuguezes transplantaram de seu decrepito reino para o conquistado Brasil e que aqui deviam dar seus fructos despreziveis e malditos, como os da *Asclipias procúra* do lago Asphaltite. Os treze annos de governo directo de D. João VI no Brasil foram apenas treze annos de desvelada cultura daquellas cinco arvores da sciencia da negação do homem pelo homem".

"Desde a chegada da côrte real ao Rio de Janeiro os *habitos de venalidade* se inveteraram em todas as classes" — confirma-o Saint-Hilaire.

A cidade do Rio de Janeiro, esta então, teve bem a paga daquelles que "leal e hospitaleira acolheu, elevou e nutrio por tantos annos". Ella viu-se onerada de impostos mal applicados e novos no paiz, *sem Marinha*, sem commercio e sem numerario, com uma côrte que ostentava um luxo asiatico... — commenta outro autor. E D. Marcos de Noronha, apesar de toda a sua actividade, prepotencia, dilligencia e esforços em preparar a recepção e a installação condigna da côrte e de seus nullos e enfatuados patricios, foi apeado da governança da terra a 7 de Março de 1808, com a extinção do Vice-reinado, e posto á margem.

"Não consta — diz G. de Carvalho — que se queixasse então o conde. Parece, porém, que a sua ambição insoffrida se manifestou em doestos aos que iam preenchendo na alta administração as vagas abertas continuadamente pela morte de servidores de idade avançada ou que não resistem á mudança de clima ou de habitos..." Morrera o Conde de Anadia seu grande amigo e protector.

"Emquanto se davam cargos a homens cheios de annos e da achaques, os quaes não podiam acudir ás necessidades de um paiz em formação, falto dos melhoramentos mais elementares, negligenciava-se a actividade do ex-Vice-rei, malbaratadas as suas forças em funcções que o tolhiam de dar expansão ao seu genio administrativo. A injustiça era em verdade, por demais flagrante para não attrahir ao astuto preterido sympathias".

Alfim, após dois annos de incomprehensivel ostracismo, "julgou acertado a corôa, para enfraquecer, talvez o partido dos descontentes, seu nome fazer voltar á tona com a nomeação, em Setembro de 1810, para Governador e Capitão-General da Bahia. Embarcou-se logo e a 30 do mez seguinte, assumia as redeas administrativas daquella florescente capitania.

Moço ainda, assaz ambicioso, cheio de vontade, com discretas cultura e erudição, dotado de vistas mais largas do que a maioria dos seus pares e regular pratica administrativa, "manifestou-se um daquelles homens capazes de felicitar os povos sugeitos á sua jurisdição, distinguindo-se por seu genio vasto e creador" — segundo a opinião assaz benevolente de um dos seus biographos.

Sua gestão na Bahia, incontestavelmente, teve marcado brilho; entretanto, a bem da verdade, é preciso que se diga que foi este tristemente empanado por varios actos de prepotencia e crueza, que a historia e o sentimento brasileiros nunca poderão perdoar-lhe. Seu nome encontra-se entre os dos mais frios e crueis verdugos do nosso povo e das suas mais nobre aspirações, e por isso terá a execração dos verdadeiros brasileiros.

Na Bahia, uma de suas primeiras preoccupações foi a difusão do ensino. Assim é que mandou abrir varias aulas primarias; creou uma

cadeira de grammatica em Valença (1811); uma aula publica de commercio (1809); approvou e auxiliou o estabelecimento de uma Bibliotheca publica, iniciada por Gomes Ferrão (1811); fundou uma typographia de onde sahiu o primeiro jornal bahiano; isemptou os estudantes do recrutamento militar e distinguiu a literatura. A efficiencia militar de sua importante jurisdição mereceu tambem muita attenção, pois creou um Regimento de milicias, em Valença, outro em Cayrú e dois em Sergipe; levantou o reducto da Jequitaia, reparou e melhorou outras fortificações, estabeleceu uma fundição militar, distribuiu varios destacamentos para evitar as incursões selvicolas e levantou, na capital, uma luzida Companhia de voluntarios, que denominou *Guarda-costas do Principe D. Pedro*, e de que se arvorou em Coronel.

O commercio e a agricultura mereceram do mesmo modo o seu patrocinio. Abriu estradas ligando o sul de sua capitania a de Minas Geraes, applicou 300 forçados na construcção de outra via de communicação entre o Rio Vermelho e S. Pedro; fez levantar o caes da Alfandega, estabeleceu a praça do Commercio em 1814, dotando-a de edificio condigno (1817), estimulou as primeiras operações do Banco do Brasil na praça do Salvador; estabeleceu um correio terrestre para o Maranhão (1813), protegeu a colonização, fomentou a agricultura, introduzindo o motor a vapor nos engenhos de assucar.

O aspecto e a architectura da capital bahiana soffreram tambem notavel modificação no governo do Conde dos Arcos, pois além dos edificios já apontados, fez reedificar as antigas casas do Noviciado e nellas installou varias repartições publicas, levantou o theatro S. João (1812), onde passaram a dar-se concertos nocturnos; creou o Passeio Publico e nelle fez erguer uma pyramide commemorativa ao desembarque d'el-rei (1815); acabou em as rotulas e aformoseou a cidade. No ramo naval a sua administração foi de um intenso trabalho e apreciavel progresso. Estabeleceu uma fundição onde, além de outras peças e ferragens, se fundiram bombas e uma officina de armeiros. O material fluctuante da esquadra real foi avigorado com a incorporação de duas fragatas, tres corvetas, tres brigues e doze escunas e barcas-canhoneiras. Os estaleiros praticulares tambem ganharam merecido incremento, embora sacrificados pelo funesto tratado de 1810.

D. Marcos, para facilitar a pequena cabotagem, e bem assim o trafego do porto, deu cmeço á abertura do canal do Papagaio (1816) e promoveu a navegação nos rios Belmonte e Jequitinhonha.

Precisamos, todavia, assignalar, que muitos dos melhoramentos, que acabamos de nomear, foram determinados pelo governo do centro e outros executados após approvação real. As excellentes qualidades administrativas que fizemos resaltar, enumerando os seus principaes e mais apreciaveis serviços, eram no conde dos Arcos, até certo ponto, eclipsadas por defeitos graves. "O que o singularizou dos seus semelhantes — observa um dos seus biographos — era o gosto desenfreado

do mando, para satisfazer o qual não receiava diante dos excessos mais reprovados". Longe das vistas da côrte, amparado em amisades valiosas, tendo seus actos pouco fiscalizados, deixava correr á larga seus instinctos autoritarios e bastas vezes descaroaveis, crueis.

A cega ambição que o atormentava era alcançar de qualquer forma as graças e o valimento do soberano para realizar então seus sonhos de grandeza e de mando. Em 1813, como era commum no tempo, irrompeu no interior da Bahia um movimento de negros escravos contra a deshumanidade dos senhores de engenho. Ao encalço dos sublevados enviou o Conde dos Arcos um destacamento militar com ordens severas e terminantes. Tão brutalmente foram castigados os miseros escravos, que, El-Rei disso informado, mandou censurar o Conde por haver obrado sem ordem, empregando armas contra os miseraveis". Todavia, não deixou de ser promovido a Coronel em 30 de Julho de 1813.

"Com a elevação do Brasil á dignidade de Reino, pela carta regia de 10 de Dezembro de 1815 — conta Mello Moraes — deu o Conde dos Arcos as mais evidentes provas de regosijo *porque elle afagava a ideia de sua independencia*".

Não sei em que base esteiou-se o historiador referido para avançar tal proposição, que me repugna acceitar pois o Conde dos Arcos sempre se mostrara antipathico ás idéas liberaes. E elle era tão bom portuguez quanto seus pares. O Brasil era, afinal, como ainda é, uma inexgotavel mina em exploração...

Quem dizia, em carta, que "*o amor da patria falta-me totalmente no Brasil*, e persuade-me o meu amor proprio que elle me sobeja em Portugal... "não podia pensar nem alegrar-se com a emancipação do Brasil. Depois, sejamos francos... elle, como o Almirante Rodrigo Lobo, como Louzã e tantos outros, era amigo do celebre Anadia; todos da mesma escola, da má vontade e despreso pelo Brasil e seus naturaes. Nesse sentido andavam bem endoutrinados, afinados.

A 1 de Maio de 1816 recebia o Conde dos Arcos a grã-cruz da ordem da Torre e Espada como galardão aos seus serviços. No entanto apezar dos seus rapapés e zumbaias ao governo, ia D. Marcos perdendo pouco a pouco a confiança do soberano. "Receioso de perder o governo da Bahia por causa do desfavor crescente do Rei, a sua inquietação confinava com o delirio aos 3 de Março de 1817. E rasteiro, lamuriento, escrevia a um dos seus amigos: — "sou coberto de afrontas e sou até ameaçado de castigo no tremendo nome de el-rei Nosso Senhor. Oh! meu Deus"!...

Poucos dias após, aos 15 de Março, teve noticias do levante republicano e separatista de Pernambuco, "com cujas idéas estava de accôrdo e entre os conjurados se encontrava" — segundo insinuam alguns chronistas sem, todavia, apresentarem provas.

Os brasileiros não podiam mais soffrer a supremacia dos portuguezes nos empregos, a sua jactancia, a sua filaucia. Contra tal prepotencia

rebelavam-se os pernambucanos. Melhor occasião não se podia apresentar a D. Marcos, "para angariar os favores do Rei, suspeitoso da sua fidelidade, e a, quem mais tarde por traças chegou a amedrontar — informa-nos o Barão de Studart.

E assim para "assegurar o mando ecaptar as bôas graças e o reconhecimento do Soberano, tomou logo a iniciativa de conglobar elementos de mar e terra, afim de abafar o movimento, que tendia a alastrar-se.

Diz Mello Moraes, assaz benevolente, — "e sciente de tudo o Conde, *não querendo comprometter* (!!!) todos os indigitados, *lançou mão de medidas violentas* para evitar maiores males"(!!!) Na cegueira de seus ambiciosos propositos não olhou conveniencias nem mediu respeito; tributou o commercio, recrutou ferozmente, dispendeu discricionariamente, *extorquiu navios a particulares, equipou-os e armou-os em guerra, arvorou* em officiaes da Armada uma sucia *casca-grossa* de pilotos e mestres charrueiros e sumaqueiros. Atopetando esses vasos de tropas, despachou-os para o Recife com ordens de uma severidade inacreditavel. Mas o chacal farejava sangue... A 26 de Março, ao pretender saltar em terra *foi preso o Padre Roma, um dos emissarios dos revolucionarios. .O Conde dos Arcos empavanou-se logo com a presidencia de uma commissão* militar para julgar o grande patriota. Tres dias depois era o sacerdote covardemente fuzilado. Em todos os brasileiros, farejava o sanguinario titular lusitano perigosos revolucionarios.

Conta-nos o "Correio Braziliense", da epoca, o seguinte caso, passado entre o fidalgo e um negociante bahiano, supposto conspirador, chamado á sua presença: — "Eu sei, senhor, — disse-lhe Arcos — que vos attendeis mais á *politica* do que ao commercio; porém, tomae cuidado, *porque a vossa vida depende de mim*". — "Governador, — retrucou-lhe dignamente o bahiano — minha resolução, ha muito tempo, que está além do alcance de vossas ameaças; eu não tenho feito nada contra o governo; porém se vós tendes escolhido a minha cabeça, para dar uma prova de vossa coragem, eu estou prompto; um pouco mais cedo ou mais tarde sei que hei de morrer, *e em politica o assassinio é coisa mui facil*"...

Nas proclamações que lançou e nas ordens arbitrarias que transmittiu, dando mostras de seus instinctos canibalescos, da perversidade de seus sentimentos, resumbrava odio feroz aos brasileiros patriotas. Ameaçava-os com fuzilamentos, com o arrazamento da cidade, com o passar tudo á espada. *A todos — proclamava — é licito atirar-lhes á espingarda como a bandidos*".

Era assim o caracter desse fidalgo portuguez que, para a'cançar as graças ephemeras de uma lesma coroada e satisfazer sua morbida ambição, esquecia toda a avita nobreza dos Marialvas e não trepidava tomar sobre si a tremenda responsabilidade de frios assassinios politicos.

"Não lhe importava as leis da humanidade e as garantias da defesa, contanto que alcançasse, tanto mais brilhante quanto mais rapida para estar na graça do soberano" — confessa um dos autores citados.

A 9 de Junho chegava ao porto a corveta "Carrasco" com 72 presos, cobertos de grilhões e algemas. Dentro em pouco seu numero elevava-se a 434. "Ribombavam as salvas, estouravam foguetes, havia luminarias para acclamar o Conde dos Arcos, o salvador do Throno minado..." — diz-nos o Professor J. Serrano.

As tabernas portuguezas vasavam nas ruas a caixeirada impudente, a cantar:

"Bahia é cidade
Pernambuco, é grota:
Viva o Conde dos Arcos,
Morra o patriota!..."

Novos arcabuzamentos, novos morticinios, mandados executar pelo tribunal maldito, presidido pelo famigerado Conde, "que envolveu os derradeiros annos de D. João VI no Brasil no rumor lugubre de forcas que se levantam, de grilhões arrastados, de soluços e de miserias de centenas de victimas" — mostra-nos Gomes de Carvalho. Os cadaveres dos nobres patriotas foram "tratados com o maior desprezo", deixados em triste abandono.

Diz Mello Moraes, com uma simplicidade surpreendente, que Arcos ..."não abusou do poder(!!!); que, depois dessas execusssões "procedeu em tudo o mais com *brandura e moderação, não prendendo mais ninguem!!!*

Pudera! se a féra carniceira já estava farta... e o coração bahiano se agitava pedindo clemencia e exprobando as violencias!

Por aviso de 9 de Abril, a decantada magnanimidade real dignou-se approvar as medidas tomadas pelo seu logar-tenente na Bahia. E o Conde dos Arcos, radiante, esperava o galardão aos seus relevantes serviços na matança e castigo dos brasileiros. Este não tardou. Com a morte do Conde da Barca, em Junho de 1817, foi chamado para occupar o logar vago de Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha.

Retido pelas circumstancias no governo da Bahia, foi interinamente, substituido por João Paulo Bezerra de Seixas e Thomaz Antonio de Villanova Portugal.

Aos 26 de Outubro do mesmo anno, era promovido ao posto de Brigadeiro. Os portuguezes domiciliados na cidade do Salvador e alguns brasileiros de escasso sentimento civico, agradecidos ao fidalgo e ao seu governo, fizeram pintar a oleo o seu retrato e collocaram-no na sala onde ao que parece, como escarneo, ainda existe na Praça do Commercio. Não é para admirar, se brazileiros de hoje, (1932) integrados no espirito revolucionario, consentem que se levante estatua a esse chacal portuguez... Offertaram-lhe, em acções do Banco do Brasil, um

vinculo de 100 contos e compraram-lhe um palacete no Rio de Janeiro (antiga séde do Senado Federal e hoje Departamento Nacional do Ensino).

Deixou o governo da Bahia aos 26 de Janeiro de 1818, embarcando-se logo para o Rio de Janeiro afim de occupar o elevado posto para que fôra designado.

No dia 5 de Fevereiro de 1818, D. Marcos de Noronha Brito assumia a pasta da Marinha, de que era proprietario, das mãos de Thomaz Antonio de Villanova Portugal. Apezar de galardoado por D. João VI, não logrou a confiança nem as bôas graças do soberano tão ansiosamente esperadas.

Como Secretario de Estado "era muito pouco ministro", vivendo arredado da privança do soberano e completamente "alheio aos segredos do gabinete (o que reforça a crença de que os seus serviços extremos na Bahia resgatavam um pensamento de deslealdade) — observa Oliveira Lima. "Novato nos conselhos regios, não iniciado nos sombrios mysterios do gabinete, não se pejava de perguntar ao Ministro francez que lhe explicasse que significava a guerra do Rio da Prata, cuja politica e os fins eram tão enigmaticos para elle como os movimentos de Lecór."

Como não conseguisse o valimento do soberano, logrado por seu collega Villanova Portugal, procurou habilmente captar as sympathias do Principe-herdeiro e insinuar-lhe no animo.

Os secretarios de Estado — explica-nos G. de Carvalho — se não julgavam então obrigados á lealdade mais elementar para com os collegas e hostilizavam-se mutuamente sem outra preoccupação que o interesse da repartição".

O Conde dos Arcos e Thomaz Antonio, que haviam desapprovado seus arbitrarios actos na Bahia viviam a jogar as cristas, "beliscavam-se a bico de pennas e alfinetadas oratorias" — mostra-nos O. Lima.

A sua passagem pela Secretaria da Marinha, na opinião de autor já citado, "não deixou, todavia, traços dignos de menção." No entanto, a guerra na Banda Oriental proseguia, ameaças partiam da Hespanha e o espirito de liberdade propagava-se em todos os sentidos.

"No meio de tão grandes contendas — bradava o jornalista Hypolito da Costa — cujas consequencias para o Brasil deveriam ser da mais alta consideração... o ministerio brasileiro dorme a somno solto..." "A mantença de uma boa Marinha de guerra — continuava o "Correio Braziliense' — é a medida mais importante, que póde ter em contemplação a corte do Rio de Janeiro não só para as circumstancias actuaes, mas tambem para as conveniencias, que as combinações politicas estão evidentemente demonstrando.

A 6 de Julho de 1818 correu a noticia da vinda de uma esquadra espanhola, transportando de 4.000 a 5.000 praças de desembarque. Deante disso, o governo tratou de convocar um conselho de officiaes experimentados, — informa-nos ainda O. Lima; expediram-se navios para

Santa Catharina e Montevidéo com soldados e munições. Nesse conselho o Almirante Rodrigo Pinto Guedes, futuro barão do Rio da Prata, em parecer de 29 de Agosto, opinou pela independencia do territorio de Montevidéo.

A esquadra nessa epoca, segundo informações não mui seguras de Lucock, se achava "*muito augmentada*, pois desde 1813 se lhe tinham aggregado importantes unidades construidas no Rio e na Bahia. Tinham sido reparados os velhos, remodelado o Almirantado, etc.". Provavelmente o augmento que menciona o autor citado, refere-se ás unidades construidas na Bahia na vigencia do governo do Conde dos Arcos e na incorporação por elle feita e pelo governo do Rio de alguns vasos mercantes extorquidos a particulares e sem nenhum valor militar.

"A maior difficuldade estava na Marinha, pela falta de pessoal, tornando-se até por este motivo impossivel equipar varios navios a um tempo. O serviço maritimo, mal remunerado, era muito pouco procurado, melhor dito evitado, e, como se não contavam numerosos, antes escassos os navios mercantes, faltava então como hoje o natural viveiro de marinheiros para os navios de guerra. As embarcações de cabotagem empregavam escravos como tripulantes. Em Portugal o pagamento não era melhor nem muito maior a inclinação pelo serviço, sendo forçado o recrutamento; mas ainda assim apparecia menor a mingua de gente, posto que tão grande fôsse a miseria naval alli que, segundo as informações mandadas por Lesseps (1819), um corsario de Artigas, mais precisamente um corsario americano com pavilhão oriental, armado de 24 canhões e tripulado por 200 homens, fundeara durante dois dias consecutivos na barra de Lisboa quasi sob o fogo do forte de S. Julião da Barra, ao passo que outro cruzava ao largo e tres mais estacionavam no cabo de S. Vicente, entregando-se todos á commoda e lucrativa pilhagem de navios que iam do Brasil" — escreve o autor assaz citado.

Avaliamos pelas linhas acima o interesse que se tomava pela Marinha militar. O Conde dos Arcos procurou, de certo modo, mas sem grande proveito, melhorar as condições da marinheiragem da esquadra. Pelo decreto de 4 de Maio de 1819 mandava criar um Corpo de 400 marinheiros voluntarios a bordo da náu "Rainha de Portugal". Os marujos mais habeis ou 1.ºs marinheiros venceriam 8$000 por mez e os outros 6$500. Em Novembro do anno anterior mandava-se estabelecer em Alagoas um pequeno estaleiro de construcção naval, onde, tempos depois, se bateu a quilha de uma corveta.

Eram estes os preparativos que se faziam para receber a falada expedição espanhola. Sobre o assumpto dizia mui naturalmente o representante da França: — "Tudo quanto aqui se fez, só póde ser considerado como uma apparencia de querer fazer alguma coisa e eu, emquanto não vir armar os navios todos e construir barcas-canhoneiras, persisto em pensar que o governo brasileiro julga impossivel a chegada a estas paragens da expedição de Cadiz".

Foi ainda na administração naval do Conde dos Arcos que, por iniciativa particular de um brasileiro, o Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro Marquez de Barbacena, se inaugurava na Bahia a navegação a vapor.

E pelos minguados serviços acima apontados, foi D. Marcos de Noronha, a 13 de Maio de 1819, promovido a Marechal de campo.

Rebentára a revolução liberal do Porto de 1820. Encheu-se D. João de receios e sobresaltos. "No ministerio não havia mais concordancia do que na massa confusa dos conselheiros effectivos e improvisados".

Thomaz Antonio preoccupava-se sobremodo em "acautelar o Brasil do fogo revolucionario", emquanto o Conde dos Arcos, "pouco ouvido, parecia favoravel ás reivindicações populares, sem se conhecer o seu plano".

Com a chegada do Duque de Palmella, para assumir a pasta da guerra e dos estranjeiros, a gravidade da situação ficou mais bem esclarecida e tratou-se, desde logo, de tomar as necessarias medidas para a solução do grave caso politico que a todos preoccupava. Foi lembrada então, a partida do Principe-herdeiro para Lisboa acompanhado do Conde dos Arcos. "Tal proposta encontrou resistencia... A chamma revolucionaria propagava-se já no Brasil; o Pará e a Bahia começavam a abrazar-se.

Ao Conde dos Arcos repugnava o projecto de Palmella, porque fazia partir o principe-herdeiro, com quem pretendia ficar no Brasil *para realizar os seus sonhos de gloria*" — explica Gomes de Carvalho.

Aos 26 de Fevereiro de 1821, os corpos da guarnição do Rio de Janeiro exigiam o juramento da constituição promulgada em Lisboa e a demissão do Ministerio. O rei cedeu a imposição da tropa, e o Conde dos Arcos foi substituido na pasta da Marinha pelo Almirante Joaquim Monteiro Torres.

A 7 de Março de 1821, D. João resolvia partir para a Europa deixando como regente o principe D. Pedro.

Reunira-se a Assembléa dos eleitores das comarcas, discutindo-se nella, com calor os problemas de que dependeriam a liberdade e o bem estar do nosso povo. Pedia-se que fosse adoptada a constituição espanhola emquanto as côrtes geraes não organizassem a que devia reger a nação.

Os partidarios de D. Pedro e do Conde dos Arcos protestaram. O rei, a contragosto, acceitou o pedido do povo por decreto de 21 de Abril. "O descontentamento dos cortezãos e de algumas pessoas da familia real com a outorga da constituição hespanhola se estendera e se transformara na mais vehemente indignação, conhecida a intimação dos fortes", proposta por um dos eleitores, "para não deixar sahir embarcação nacional ou estranjeira, mercante ou de guerra, até que fossem deferidos os votos da Assembléa" — conta-nos G. de Carvalho.

Foram de parecer unanime os ministros para que se refreassem os atrevimentos da assembléa; divergiram, entretanto, no processo a applicar. O facto é que forças militares, desobedecendo as instrucções dadas a Silvestre Pinheiro, invadiram a assembléa descarregando as armas, assassinaram tres pessôas, feriram diversas, e prenderam e maltrataram outras.

" O Conde dos Arcos julgava conveniente enforca-los "*para exemplo!*" Não deixava esse bruto fidalgo de mostrar seus instinctos sanguinarios!

"Attribue-se esta carnificina — diz João Ribeiro — a manejo de D. Pedro e seu favorito Conde dos Arcos que queriam o regresso de D. João para subirem ao poder..." "Declara-o Silvestre Pinheiro, e a analyse de semelhante confissão revela não ser infundado o sentir dos contemporaneos, que faziam D. Pedro e o Conde dos Arcos responsaveis da carnificina da Bolsa e do quasi perjurio do soberano para com o Ministro da Guerra e para com os eleitores" — declara o autor acima citado.

Partira D. João para Lisboa e ficára na regencia do Brasil o principe D. Pedro auxiliado no governo por dois ministros e dois secretarios.

O pouco sincero e esperto Conde dos Arcos "que estava com o principe no maior auge de valimento, sobraçava a pasta do Reino e dos Estranjeiros e "contava reger o Brasil como governara a Bahia esquecido de que as circumstancias haviam mudado. Agora não preoccupavam o povo os melhoramentos materiaes, mas sim o empenho de limitar a acção do poder e fixar as suas relações com os cidadãos e de dar a estes parte activa na direcção dos negocios publicos".

D. Marcos sentia-se feliz e satisfeito; iam realizar-se seus sonhos de mando illimitado. Empolgando o poder, não admittia a sua fatuidade receber suggestões "acerca do governo do Brasil, que pretendia conhecer melhor que todos "como veterano da administração colonial por propria conta".

Embalado na doce illusão julgava com sua actividade e medidas administrativas alcançar a sympathia e o applauso populares dos brasileiros e de boa parte dos reinóes estabelecidos aqui, que fartos se mostravam do absolutismo, da prepotencia desses fidalgos broncos, gananciosos, sanguinarios.

O Conde dos Arcos, entre seus collegas de gabinete encontrava um rival terrivel, o Conde de Louzã, ferrenho inimigo do Brasil e dos seus naturaes.

Com a chegada das bases da constituição jurada em Lisboa, o Conde dos Arcos foi de parecer que se não devia jural-as antes que dellas chegasse copia authentica. Seus desaffectos enxergaram nessa proposta o "empenho de dilatar a regencia arbitraria". O Conde de

Louzã aproveitou-se disso para annular o seu contendor, insuflando contra elle as tropas, fazendo perfidamente propalar que Arcos "encaminhava o Brasil para a independencia".

A soldadesca metropolitana, cheia de rancor, poz-se em armas e exigiu a demissão de D. Marcos, que foi logo substituido. Não se contentaram com isso os reinóes. Os militares invadiram-lhe o palacio, varejaram-lhe os aposentos e, sem o deixarem vestir decentemente, o levaram, no meio de uma escolta, para o Arsenal de Marinha. "A seu lado, entre as bayonetas, caminhava sua filha, banhada em lagrimas"— conta-nos Rocha Martins. Embarcado á força no brigue de guerra *Treze de Maio*, fez-se de vela a 10 de Junho de 1821. Ao tocar na Bahia, a Junta governativa não permittiu o seu desembarque, considerando-o preso e, ainda, o accusou junto as côrtes como tendo planejado a nossa independencia.

O populacho fez-lhe grande manifestação de desagrado. Ao chegar á metropole foi, por ordem das côrtes, mettido na prisão, onde amargurou alguns mezes.

Pagava, assim, mui levemente, é bem verdade, o que praticara contra os patriotas de 1817. Elle, certamente, deveria lembrar-se no transe por que passava, das palavras que lhe dirigira o Padre Roma: "Hoje é a minha vez; a vossa bem depressa chegará".

Requereu livramento mas não foi attendido. Padecia o seu estado de saude. O coração generoso dos deputados fluminenses condoeu-se da sua sorte; os pernambucanos, entretanto, mui dignamente, delle se desinteressaram. Afinal, recuperou a liberdade, recolhendo-se á sua quinta de Olivaes, a penitenciar-se dos seus erros e dos seus crimes.

Em 1826 foi nomeado membro da Regencia, que deveria governar o reino por morte de D. João VI. D. Pedro IV nomeou-o Par do reino, Tenente-General do Exercito, Gentil-homem da Camara de D. Maria II e deu-lhe a gran-cruz de Aviz.

O Conde dos Arcos foi casado com D. Maria Rosa Caetana da Cunha e Lorena, nascida a 10 de Janeiro de 1769 e fallecida a 31 de Julho de 1795, segunda filha dos 6° condes de S. Vicente. Dessa união nasceram um filho, D. Manuel de Noronha e, uma filha, D. Luiza de Noronha. Teve tambem uma filha natural, que reconheceu, D. Anna Joaquina de Noronha.

Aos 6 de Maio de 1828, na casa de sua propriedade, á travessa das Monicas, em Lisboa, expirava o ultimo Vice-Rei do Brasil, sendo sepultado no convento de S. Pedro de Alcantara.

E assim extinguiu-se esse fidalgo portuguez que, para satisfazer uma cega e doentia ambição de poderio e de mando, e alcançar as boas graças de um fraco rei, calcou todos os sentimentos de humanidade, obliterando sua folha de serviços, empapando-a no sangue nobre e generoso de um

pugillo de abnegados brasileiros. Deixou, por isso, entre nós execrada memoria.

Figura seu retrato na galeria dos Ministros da Marinha existente no Museu naval. O livro de Rocha Martins — "O ultimo Vice-Rei do Brasil", traz boa reproducção de um retrato a oleo pertencente aos seus descendentes em Portugal.

VIII

Almirante

JOAQUIM JOSÉ MONTEIRO TORRES

Portugal, desde que a côrte joanina, tomada de pavor panico, abandonou-lhe ingrata e descaroavelmente as plagas invadidas pelas tropas francezas, e os portos do Brasil passaram a ser frequentados pelas bandeiras commerciaes de todas as nações amigas, cahira completamente prostrado, começando a experimentar verdadeira penuria, que beirava já a extrema pobreza.

Com as arcas do Erario publico esgotadas e o funccionalismo sem a devida paga, a machina administrativa arrastava-se lenta e penosamente.

A industria, "atrophiada por tres seculos de monopolio e parasitismo", mostrava-se incapaz e impotente para arcar com a formidavel concurrencia estranjeira. O Exercito Nacional e os remanescentes de uma desmantelada Marinha, mal pagos e nutridos, soffriam a dolorosa humilhação de encontrarem-se sujeitos a prepotentes chefes alienigenas.

Esse vil e affrontoso systema de sonegar e desconhecer aos militares, naturaes do paiz, qualidades guerreiras e talento e capacidade bastantes para organizarem e dirigirem as classes e instituições armadas e proverem a defesa nacional, desmoralizando-os, abafando-lhes criminosamente o incentivo ante os olhos dos estranjeiros e da opinião publica, não era novo na antiga metropole. Era já habito profundamente inveterado. E tal vezo, deprimente e vexatorio, digamos aqui á puridade, não deixou de figurar no acervo de erros, falhas, e vicios, do triste legado que nos coube.

Entre nós só se dá valor ao que é estranjeiro!... O governo portuguez entregára-se de mãos atadas á Inglaterra. Era chefe do seu Exercito, em Lisboa, o marechal Beresford, e á testa das Forças navaes estava o Vice-Almirante Berkeley!... E, no emtanto, o quadro de officiaes-generaes era immenso. Ao que parece, desconheciam os desfibrados ministros de S. M. Fidelissima o profundo conselho de George Washington ao despedir-se de seus amigos: — "...Deveis — dizia elle — ter sempre em vista que é loucura o esperar uma Nação *favores desinteressados de outras, e que tudo quanto uma Nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte de sua independencia...* Não póde haver maior erro do que esperar favores reaes de uma Nação a outra..."

Que o conselho, ao menos, nos aproveite. Tenhamos sempre em vista que a *prata de casa*, embora não tão vistosa e rutilante, é de lei e extreme de artificios enganadores...

Diante, pois, do estado miserando em que mergulhára o reino lusitano, um grupo de homens de idéas mais avançadas, cheios de fé em um futuro melhor e animados pelo resultado da revolução espanhola, colligou-se á tropa, fazendo explodir na cidade do Porto, em Agosto de 1820, um movimento liberal regenerador.

A 12 de Outubro, pelo brigue *Providencia*, chegava ao Rio a noticia da insurreição. No primeiro instante, d. João VI, seus ministros e a camarilha palaciana sentiram forte sobresalto, mergulhados como andavam nesse lago de aguas turvas e estofas que era o governo da Nação. Passado o primeiro abalo tudo cahiu na habitual pasmaceira, persuadidos todos que, sem mais arruido e incommodos, tudo volveria ao beatifico torpor.

Quando porém se soube que o movimento, qual recalmão violento, espraiava-se por todo o reino portuguez e, atravessando o Atlantico, interessava já o norte do Brasil, o susto do monarcha e os receios dos ministros se evidenciaram claramente aos olhos do povo. D. João, preoccupado com a sorte de sua dynastia e do seu reino, pedia conselhos a todos que se achegavam á sua real pessoa.

Os ministros, um rabugento e outro velho, havia muito, como era notorio, não andavam de accordo. Emquanto Villanova Portugal procurava acalmar a excitação nervosa do soberano, encontrando poucas probabilidades na victoria dos liberaes e tomando inocuas medidas para acautelar o Brasil do contagio revolucionario, o seu collega Conde dos Arcos, ministro da Marinha, muito de calculo, mostrava-se assaz discreto, retrahido e reservado.

A inquietação dos espiritos, no entanto, era profunda e geral. Com a chegada do Duque de Palmella para assumir a pasta da guerra e estranjeiros, que lhe fôra reservada, esclareceu-se perfeitamente a situação politica do reino europeu.

Com as medidas urgentes e liberaes por elle propostas esperava-se conjurar a tremenda crise. O rei, entretanto, sempre dubio, sempre vacillante e contemporizador, não se animava a applicar com a energia devida os remedios heroicos aconselhados para modificar a situação, que, dia a dia, mais se agravava.

Afinal, após mil temores e sobresaltos, resolveu muito a còntragosto deixar o Brasil afim de atender aos reclamos, quasi plangentes, dos modestos e pouco exigentes revolucionarios portuguezes. Tinham saudades do seu rei e mostravam-se, enciumados porque elle vivia no Brasil!... Contestavam-se, afinal, com muito pouco; pediam a presença do saudosa soberano e o restabelecimento das antigas côrtes.

A 26 de Fevereiro de 1821 a guarnição do Rio levantou-se exigindo o juramento das bases da Constituição, que as côrtes reunidas em Lisbôa promulgassem e, ainda, a demissão do ministerio. Sob a pressão das bayonetas o velho rei capitulou. Da pasta da Marinha e dominios ultramarinos foi então apeado o sanguinario Conde dos Arcos e chamado para substituil-o o apagado Vice-Almirante Joaquim José Monteiro Torres.

Pela primeira vez, após treze annos de governo no Brasil, lembrava-se D. João de escolher e nomear para gerir a pasta de sua corporação um Official da Armada.

Escassas, infelizmente, são as notas biographicas que alcançamos colher sobre a individualidade do novo titular.

Sabemos que o Vice-Almirante Monteiro Torres nasceu em Portugal na segunda metade do seculo XVIII e que, desde tenra idade, abraçára a laboriosa mas assaz attrahente vida do mar. Vemol-o embarcado em a nau *Vasco da Gama* já no posto de Capitão-Tenente. Em seguida, passou acommandar a nau *Bom-Successo*.

Em 1797, já no posto de Capitão de Mar e Guerra, encontrava-se no commando do brigue *Cysne*, pertencente á escolta de um trem destinado aos portos brasileiros. Em 1800, no commando da nau *Medusa*, fez uma viagem ás ilhas do Cabo-Verde, Benguela, Angola e varios portos do Brasil.

Quando a familia real embarcou, fugida, para as nossas plagas, Monteiro Torres, elevado ao posto de Chefe de Divisão, assumiu na esquadra, a bordo da nau *Principe-real*, o alto cargo de Ajudante-general. Ao chegar ao Rio, mercê das relações que mantinha com o celeberrimo Conde das Galvêas, nomeado Aposentador-mór, alcançou, com a vexatoria lei das aposentadorias ou do *ponha-se na rua*, despejar um proprietario brasileiro de sua ampla e confortavel casa de residencia e nella installar-se regaladamente.

Do aluguel dos commodos, que lhe sobravam, fazia ainda o esperto Almirante bôa achega aos seus vencimentos... Provavelmente, quando embarcou para o Brasil, com a chusma que acompanhou el-rei, trazia já bem architectado o projecto de explorar a nossa dadivosa terra e os seus hospitaleiros naturaes... Era da massa do sangue...

Aos 17 de Dezembro de 1813 passou pelo desgosto de perder sua esposa, D. Anna Victoria Gomes de Abreu.

Durante a longa permanencia da côrte no Rio de Janeiro, Monteiro Torres, qual damninho cupim, passou a roer calado e manhosamente o fructo do suor dos brasileiros, vivendo afastado da actividade naval, enchendo avaramente o mealheiro, completamente desinteressado do progresso da terra e da sua propria corporação. Mal presentiu, porém, os primeiros rumores dos aprestos para o regresso, deitou a cabeça de fóra e criou azas...

A victoria alcançada graças ao concurso da soldadesca amotinada encheu de immenso jubilo aos liberaes portuguezes. As fortalezas salvaram. O partido da independencia começou, então, a corporificar-se.

D. João como dissemos, resolvera, afinal, deixando seu filho, o Principe D. Pedro, na regencia do Brasil, voltar para Lisboa, satisfazendo a vontade das côrtes.

Monteiro Torres, já Ministro da Marinha, fôra de parecer e um dos propugnadores, "com considerações ponderosas", dessa idéa no conselho ministerial realizado no dia seguinte á organização do gabinete.

Ficara então resolvido que partisse para Lisboa no dia 27 de Fevereiro a corveta *Maria da Gloria*, levando a noticia ás côrtes da resolução real. Ao mesmo tempo recebeu o Ministro ordens para que fizesse aprestar a esquadra, que devia transportar a familia real.

De ha muito — informa-nos Gomes de Carvalho, baseado no relatorio apresentado ás côrtes por Fernandes Thomaz — a Marinha, que no meiado do seculo 16º desfraldava as quinas por todos os mares, perdera o esplendor, mas agora se afundava no abysmo da miseria. Falleciam-lhe barcos de guerra, em virtude da penuria do Thesouro não permittir a renovação dos que se estragaram ou desappareciam no fundo das aguas, e as raras embarcações mercantes, escapadas por milagre á pirataria, apodreciam nos ancoradoures, incapazes de disputar os carregamentos do ultramar aos forasteiros, por causa de encargos impostos pela rotina administrativa ao levantarem ferro".

Com graves embaraços luctava o Ministro. Não havia em caixa numerario bastante para attender ao apparelhamento da esquadra. Todo o dinheiro amoedado existente no Erario, as barras de ouro, os diamantes, *os dinheiros da Misericordia, dos orphãos*, tudo fôra aferrolhado avaramente por ordem do soberano.

A rapacidade, "a cupidez mais activa e previdente" d'el-Rei não perdia occasião de sugar o Brasil. Desse modo, varrendo tudo que representava valor, D. João, ao volver a Portugal, "levou 50 milhões de cruzados". E não havia dinheiro para se apparelhar meia duzia de cascos velhos, que seria a ridicula esquadrilha que o transportaria. Entretanto, em 1820, a despesa com a casa real alcançava a bella somma de 1.700 contos e constava haver-se gasto com a Marinha 1.035 contos de réis.

Nesse tempo — segundo Maler, representante da França, citado por O. Lima — "os 52 contos mensaes attribuidos ao Ministerio da Marinha *não eram pontualmente entregues, antes muitas vezes desviavam para outras applicações*, sendo até com aquelle dinheiro pago um *picadeiro* que o principe-real (Dom Pedro) mandou construir perto de São Christovão". Assim se fazia administração naquella época... e os exemplos se multiplicaram pelos tempos além.

Em 1821, até a partida d'el-Rei, isto em quatro mezes, despenderam-se com a casa-real 456::724$000 e com a Marinha 603:854$000.

"Para promover os aprestos da esquadra, retardados com o pretexto da falta de dinheiro, recorreu (o Principe D. Pedro que, dizia-se, almejava vêr quanto antes o pae pelas costas) á bolsa do Visconde de Asseca, presidente da Junta do Commercio" — informa-nos G. de Carvalho. Accrescentam outros chronistas que o emprestimo fôra de 300 contos, sendo o prestamista o Visconde do Rio Secco.

Como vemos, D. João "deixava tudo no mesmo pé de incuria", de relaxação, de miseria moral.

Atamancado o material fluctuante, formou-se com elle a esquadrilha ridicula que devia transportar a côrte aos seus antigos penates.

Doze navios (1 nau, 1 fragata, 3 charruas, 1 corveta, 1 brigue, 1 hiate e 4 transportes) constituiam a referida Força naval. Era um verdadeiro mostruario naval!... Bem reduzida e mesquinha pela sua heterogeneidade e fraqueza era ella comparada com a que treze annos antes salvara o rei e a familia das garras napoleonicas. A decadencia, como vemos, era flagrante e assás humilhante. Afinal, aos 26 de Abril, rei, côrte, ministro e 4.000 parasitas eram levados de torna viagem, para Portugal. Folgavam os *cariocas*, livres de tão damninhos e incommodos chupões e, estamos certos, muita gente repetiu o verso do poeta: — Pudesse uma só nau contel-os todos..."

O Vice-Almirante J. J. Monteiro Torres, deixando no Brasil como Secretario da Marinha, o Chefe de esquadra Manuel Antonio Farinha, futuro Cande de Souzel, acompanhou el-Rei. Em viagem, pela manhã de 28 de Abril, foi chamado por D. João, que com elle desejava aconselhar-se, "acerca do acerto e conveniencia de aportar á Bahia com o fim de despedir-se e dispôr o animo dos habitantes com relação ao filho que ficava. Monteiro Torres mostrou-se contrario á arribada, "declarando que assim pensava, *porque S M. corria o risco de não ser pelos bahianos recebido...*" desmentindo, afinal, a opinião do seu collega Silvestre Pinheiro, que confiava na doçura e caracter daquêlle povo" e aconselhava que se lhe desse uma tão grande prova de deferencia" — diz o historiador R. Pombo.

Chegado a Lisboa, na modificação ministerial realizada em Julho de 1821, continuou Monteiro Torres na pasta da Marinha.

Velho, achacado, de poucas luzes, não procurou pôr em ordem as coisas e melhorar a situação deploravel de sua classe; cingiu-se, automaticamente, em manter os mesmos processos rotineiros na administração, sem interessar-se ao menos pelo restabelecimento de determinados serviços suspensos ou desorganizados por variados motivos decorrentes da situação anormal por que passara o paiz.

Apresentamos, como exemplo, o serviço de communicações com a capitania do Pará, aquella que as côrtes tinham em alta conta por ter sido a primeira a adherir ao movimento constitucionalista, desde muito em completo abandono.

A talentoso e desabuzado patriota paraense, Felippe Alberto Patroni M. Maciel Parente, diante do descaso do Ministro da Marinha em relação á sua terra natal, pediu e obteve, a 22 de Novembro de 1821, uma audiencia d'el-Rei D. João, lendo, então, o seguinte libello accusatorio contra Monteiro Torres: — "Todo o mundo sabe que o actual Ministro da Marinha é inhabil. Sua velhice, seu fallar, seu geito, seu andar, tudo inculca o repouso proprio de quem está chegado á vida futura. Todos sabem que Torres não é capaz de occupar o laborioso cargo de Secretario d'Estado. Seus collegas no ministerio o confessam abertamente, e todavia nada dizem a V. Majestade; e, entretanto, os povos padecem e o Pará está desesperado! Os Ministros d'Estado e os conselheiros deviam já ter dito a V. Majestade que Torres deve ser demittido; elle já tem sido accusado no Congresso por anti-constitucionalista, por incapaz em uma palavra; é velho, e frouxo, não tem energia. Dê-lhe V. Majestade sua demissão e ponha em seu logar um homem cheio de patritotismo, seja de que classe fôr; um carpinteiro que seja intelligente, honrado e energico póde ser Secretario d'Estado; não é preciso que seja Almirante nem Conde, nem commendador, nem Bispo. Faça S. Majestade responsabilizar todos os seus Ministros e conselheiros, quando não fallarem a verdade, e lhe não insinuarem tudo quanto fôr a beneficio da Nação. Em qualquer negocio, seja de que natureza fôr, um Secretario d'Estado não póde desculpar sua omissão, porque não é de sua incumbencia..."

Não poude, infelizmente, proseguir na sua patriotica catilinaria, pois os aulicos que cercavam a real pessoa, escandalizados, com as orelhas em fogo, convidaram-no a retirar-se. Assim, erectos, sobranceiros cheios de hombridade e civismo, falavam os brasileiros de cem annos atraz ante o throno de reis poderosos e mal sahidos do absolutismo. Como mudaram os tempos!...

Preoccupados com o rumo que tomava o sentimento brasileiro arrastado pela volumosa corrente liberal, os homens de governo da metropole começaram a tomar certas medidas de segurança. Assim é que Monteiro Torres, em officio de 26 de Outubro de 1821, determinava ao Chefe d'Esquadra Manuel Antonio Farinha, Ministro da Marinha do governo do Brasil, que fizesse apromptar com "todas as possiveis diligencias e com presteza as náus *Vasco da Gama, Martim de Freitas e Affonso de Albuquerque* para regressarem a Lisboa, levando como lastro a artilharia das náus e fragatas com o competente carretame, o que se torna de absoluta precisão". De accordo com a resolução do Principe D. Pedro, foi-lhe respondido, em 17 de Dezembro do mesmo anno, que se mandara

fazer todos os reparos "que as circumstancias actuaes permitem na continuação do fabrico da náu *Martim de Freitas* (que veio a ser a capitanea da esquadra da independencia com o nome de *Pèdro I*) a qual já se acha muito adiantada, para depois se passar a uma das duas que restam".

Em Janeiro de 1825, após curta ausencia, voltava Monteiro Torres a occupar de novo a pasta da Marinha e, em seguida, a da Guerra e Estranjeiros.

Os seus serviços foram galardoados com a promoção ao posto de Almirante e, ao que parece, com um titulo honorifico (?). Adornavam-lhe o peito varias condecorações. Não me foi possivel encontrar a data do seu fallecimento, nem conheço o seu retrato.

E assim, desappareceu mais um do "enxame de aventureiros, necessitados e sem principios" — como observa Armitage — que de modo algum se preoccupavam com a prosperidade e progresso do paiz", sendo seu unico intuito "enriquecer á custa do Estado, tendo effectivamente e preferencialmente sido encarregados da administração publica em varios de seus ramos".

IX

Almirante

MANOEL ANTONIO FARINHA

Conde de Souzel

Rendendo-se á vontade imperiosa das côrtes de Lisboa, o adiposo e sorrateiro Dom João VI preparava-se, bem a contragosto e com o coração alanceado, para abandonar de vez a deliciosa vida, pacata e fradesca, que a complacente e hospitaleira capital do Brasil lhe proporcionara durante treze annos; e volver aos antigos penates para, despojado de sua avita caracterização absolutista, servir de ridiculo joguete ás mãos de politiqueiros liberaes sem tino nem escola.

Triste destino de um monarcha tarado e infeliz!...

Antes da partida, de accôrdo com os aulicos e a camarilha interesseira que o assediava, resolveu, pela provisão de 22 de Abril de 1821, nomear seu primogenito, o Principe D. Pedro, regente do Reino do Brasil, outorgando-lhe poderes que só vigorariam até que promulgada fosse a Constituição portugueza já em debate no rotineiro, atrazadão e intolerante congresso lisboeta.

Para auxiliar o governo do principe regente foram escolhidos e nomeados quatro Secretarios de Estado, cabendo a gestão do ramo naval ao Chefe de Esquadra Manuel Antonio Farinha, então Major-General da Esquadra, em substituição ao Almirante Quintella, chamado ao Ministerio.

No dia 24 de Abril do referido anno, "ao cahir da noite, Dom João VI esgueirou-se para bordo no silencio tragico da cidade", emquanto a sua esposa, a feia e luxuriosa hespanhola D. Carlota Joaquina, esperava o claro sol do dia seguinte.

Conta-se que a rainha, louca por volver á Europa, ao chegar a bordo descalçara-se e, atirando os surrados chapins pelo borda fóra, dissera desdenhosa: — "Não quero levar nem poeira desta terra de negros!..."

Começara o governo de D. Pedro. Antes, porém, de algo dizermos da sua regencia, vamos passar ligeira vista de olhos sobre a fé de officio do seu Secretario dos Negocios da Marinha.

O excellente trabalho "Os nossos almirantes", da lavra do Sr. Almirante Henrique Boiteux, será neste particular, a melhor e mais copiosa fonte onde iremos nos abeberar.

O Almirante Manuel Antonio Farinha nasceu em Portugal no ultimo quartel do seculo XVIII e, é de suppôr, na villa de Souzel, cabeça do Conselho de Portalegre, em vista de encontrar-se ella ligada ao titulo nobiliarchico com que, posteriormente, foi elle agraciado pelo Imperador.

Depois dos estudos preliminares, obteve matricula na Real Academia de Guardas-Marinha de Lisboa. Completado o curso mathematico de Bezout, foi, a 3 de Junho de 1793, embarcado com a graduação de Voluntario da Armada na fragata *Cysne* do commando do Capitão de Mar e Guerra Oxford, um dos muitos oficiaes inglezes que, nesse tempo, á falta de confiança na capacidade profissional de seus subditos, o desfibrado governo de Lisboa, enchera a Marinha nacional.

Triste do governo que lança mão desses processos vexatorios e desmoralizadores! Triste da corporação que se vê assim diminuida, e obrigada a supportar tamanha affronta!...

Em tirocinio de mar seguiu o nosso biographado para a Madeira de onde regressou, seis mezes decorridos, em conserva da nau *Vasco da Gama*, trazendo um barco francez naquelles mares apresado.

A 16 de Dezembro do mesmo anno recebia os galões de 2° Tenente da Armada. Encontrava-se embarcado em a nau *Conde Dom Henrique* quando, a 10 de Setembro de 1795, obteve a promoção de 1° Tenente. Sua dedicação pela vida que abraçara, alliada a conhecimentos profissionaes, a severa e inflexivel disciplina e, principalmente, a uma peculiar habilidade de insinuação e cortezania, fizeram-no merecedor de novo accesso, recebendo as divisas de Capitão-Tenente em 20 de Outubro de 1796. Passou, então, a servir a bordo da fragata *Carlota* em 18 de Maio de 1799, de onde foi transferido para bordo da nau *Maria I* aos 5 de Agosto de 1800. Regressou a 19 de Setembro de 1804 para bordo da referida fragata, fazendo nella uma commissão aos portos brasileiros. Promovido a Capitão de Fragata, em 17 de Dezembro de 1806, passou a servir a bordo da nau *Principe do Brasil*.

A nação portugueza passava por uma crise terrivel. Tropas francezas invadiam e assolavam o reino. A esquadra fôra mandada aprestar com a maxima urgencia para trazer ao Brasil a familia-real.

Nas vesperas da partida, a 25 de Novembro de 1807, foi o Capitão de Fragata Farinha mandado embarcar como immediato da nau *Martim de Freitas* que, com o nome de *Pedro I*, viria a ser a capitanea da esquadra da independencia.

Bem podemos avaliar a somma de esforços, de trabalhos, de fadigas e aborrecimentos experimentados por Farinha, embarcado a ultima hora e diante do indiscriptivel atropelo e falta de organização existentes, apparelhar o seu navio para uma longa e penosa viagem... Que o digam os camaradas que me lêem, discipulos que fomos até bem pouco tempo, como elle, da mesma serodia escola... E os exemplos ahi estão, e innumeros...

O seu navio, todavia, ao que sabemos, portou-se de modo satisfatorio, embora pejado de gente completamente avessa á disciplina e vida de bordo, sendo um dos primeiros a tomar porto no Rio de Janeiro. Aqui chegado, um lamentavel acontecimento veio dar-lhe, abruptamente, em 30 de Janeiro de 1808, o commando da velha nau. D. Manoel de Menezes, seu commandante, ao descer a escada de bota-fóra, embaraçou-

se na espada que carregava, precipitou-se no mar e, pereceu afogado. Nesse commando interino conservou-se até a chegada de D. João; e, em consequencia da promoção estabelecida por decreto de 8 de Março do referido anno, para galardoar os officiaes da esquadra que transportara a familia real, foi o commandante Manuel Antonio Farinha contemplado no posto de Capitão de Mar e Guerra. A 26 do mez seguinte passou a commandar a fragata *Minerva*, e, a 17 de Novembro, assumiu o commando da nau *Affonso de Albuquerque*.

Aos 2 de Março de 1815 foi transferido para o commando da poderosa e bella nau *S. Sebastião*, obra prima do Arsenal do Rio de Janeiro, que passava por uma reforma radical, afim de levar duas infantas noivas aos portos da Espanha.

Preparado o navio com todo o luxo e conforto, juntamente com a fragata *D. Pedro*, nellas embarcaram, com suas comitivas, as infantas Maria Theresa, viuva do Almirante-General D. Pedro Carlos, que contratara segundas nupcias com seu cunhado D. Carlos de Bourbon, pretendente ao throno espanhol, e D. Maria Isabel que ia casar com o Rei d,Espanha Fernando VII.

Essa commissão de destaque e de grande representação proporcionou a Farinha os bordados de Chefe de Divisão aos 9 de Dezembro de 1816. Passou, então, a commandar a fragata *Perola* (nesse tempo os Chefes de Divisão ainda commandavam navios isolados) a 16 de Janeiro do anno seguinte.

Negociado na côrte da Austria, pelo Marquez de Marialva, o casamento do herdeiro da corôa portugueza com a Princeza Dona Maria Leopoldina, mandou o governo apparelhar dois navios para escoltarem a divisão que deveria transportar aquella que viria ser a dedicada paladina da nossa independencia e futura imperatriz do Brasil.

Dentre o grande numero de officiaes generaes da armada portugueza, a camarilha de D. João insinuou o seu valido para commandar a referida divisão. Assim é que, pouco depois, desfraldava o Chefe Farinha a sua insignia a bordo da nau *D. João VI*. Acompanhado da nau *S. Sebastião* velejou para a Europa.

A 14 de Agosto de 1817, escoltando as fragatas austriacas *Augusta* e *Austria* e algumas embarcações menores, partia do porto de Livorno; e, depois de fazer escala na ilha da Madeira, aportou ao Rio de regresso, a 5 de Novembro, com a princeza Leopoldina. Dez dias após, em recompensa da honrosa commissão que acabara de desempenhar, era Farinha graduado no posto de Chefe de Esquadra.

A 4 de Junho de 1818 arriou seu pavilhão de bordo da referida nau e foi esperar commodamente em terra que lhe apparecesse commissão identica.

Pelo que temos visto era o Chefe Farinha um dos felizardos afilhados do governo ou, melhor, da camarilha secreta do rei, pois, emquanto seus camaradas, entre soffrimentos e privações, com os minguados venci-

mentos em atrazo, expunham a vida enfrentando os revolucionarios de Pernambuco e, na campanha da Banda Oriental, as balas artiguenhas, era o nosso biographado um dos poucos escolhidos para as commissões rendosas, commodas e de destaque, logrando com isso ajuda de custo, gratificações para representação, promoções e commendas...

Não tinha outros prestimos... Era dos taes que, egoisticamente, seguem o preceito de "viva eu quente e môa-se a gente". Aulico e cortezão, fazia carreira á custa da dedicação e esforços dos seus companheiros de armas. Era essa, pois a sua escola.

Com a chamada do Almirante Quintella para reger a pasta do reino e estranjeiros na ultima remodelação ministerial feita no Brasil por D. João VI passou o Chefe Farinha a substituil-o no cargo de Major General da esquadra, a 22 de Fevereiro de 1821. Nessas condições teve elle que se haver com os aprestos da esquadrilha que devia transportar a familia real para Lisboa.

A esquadrilha que conseguiu organizar a custo de grandes esforços era um amontoado de velharias, verdadeiro mostruario naval; 1 nau, 1 fragata, 1 corveta, 3 charruas, 1 brigue, 1 hiate e 4 transportes, demonstrando eloquentemente o estado de decadencia a que chegara a Marinha de Guerra Portugueza.

Ao 22 de Abril de 1821, assumia o cargo de Secretario de Marinha da regencia de D. Pedro no Brasil. No ministerio não tinha voz activa, pois, como nos informa Rocha Martins, "acaudilhava o collega da secretaria da guerra", o conde de Louzã, portuguez dos mais ferrenhos inimigos do Brasil e de seus naturaes. "Deixava-se levar, cheio de indecisões ou ficava na sua eterna dependencia". O governo do principe, muito embora procurasse tomar variadas e criteriosas medidas em beneficio do povo alliviando-o de certos tributos, começou a encontrar desde logo fortes empeços e resistencias, principalmente da parte da tropa reinol. Tendo chegado ao Rio a noticia da promulgação da constituição em Lisboa, o conde dos Arcos, em reunião ministerial, opinou para que se esperasse communicação official do feito, antes de se tomar qualquer medida para a sua execução entre nós. Tal suggestão desagradou sobremodo ao seu collega de gabinete e ferrenho rival, o balofo conde de Louzã, que se aproveitou dessa circumstancia para chamar a animosidade da tropa contra o conde dos Arcos. A soldadesca insuflada pelos intrigantes amotinou-se a 6 de Junho e, de armas em punho, exigiu o prompto juramento da Constituição e a demissão do referido titular, algoz dos revolucionarios pernambucanos.

O principe D. Pedro, submetendo-se a imposição da tropa, fez jurar a constituição e sem dó nem piedade, alijou do ministerio o seu dedicado amigo e mentor. O ministro Farinha, por sua vez, conservando-se impassivel diante do sacrificio do seu collega, dava ordens expressas para que fosse apparelhada uma embarcação afim de transportar o destituido ministro ás praias lusitanas.

A revolução portugueza apezar das medidas tomadas pelo Governo de D. João VI viéra atiçar em nossas plagas o brazido da liberdade, até então dormente sob as cinzas dos martyres do Recife e da Bahia.

E as impoliticas côrtes de Lisbôa com sua intolerancia, uma insolencia e uma brutalidade só concebiveis entre mentalidades tacanhas, retrogadas e de restrictos horizontes, aos applausos de uma ralé vil e abjecta, encanzinava-se por nos impôr novamente o jugo afrontoso do mais hediondo colonato.

Nem compreendia aquella pandilha de fatuos e estrabicos legisladores, contra a qual se defrontava um pugilo de brasileiros destemerosos, que o fogacho da revolta maior calor e intensidade alcançava ao sopro comburente de seus inconsequentes propositos.

Em Outubro de 1821 enviava ao Rio o celeberrimo congresso um punhado de decertos vexatorios e entre elles o que determinava a retirada do Principe regente para Portugal. Suspeitavam as côrtes que D. Pedro patrocinava as aspirações liberaes dos patriotas brasileiros.

No entanto, a darmos credito á lealdade desse principe, vemos que elle não estava disposto a auxiliar a nossa nobre causa, pois, em carta ao pae, datada de 4 de Outubro, dizia-lhe: "*A independencia* tem se querido cobrir commigo e a tropa; com nenhum conseguiu nem conseguirá, porque a *minha honra, e a della é maior que todo o Brasil*" (!!!)

O *Reverbero*, jornal do Rio, com dois denodados brasileiros á frente, J. Cunha Barbosa e Gonçalves Ledo, abriu patriotica campanha contra os projectos recolonizadores, fazendo vibrar a opinião nacional. Afim de deliberar sobre a execução dos decretos recem-chegados reuniu-se o Ministerio. O Principe regente desejava ouvir a opinião de seus secretarios de Estado sobre a attitude que lhe cumpria assumir. "A discussão — informa-nos P. da Rocha — foi prolongada; *todos* os Ministros entenderam que o Principe regente devia curvar a cerviz aos decretos das côrtes, *abandonar o Brasil á recolonização projectada e os brasileiros á servidão da gleba*".

Ao chegar ao conhecimento do publico as medidas iniquas do Congresso de Lisboa manifestou-se logo o espirito de repulsa e reacção, "acordando do somno de boa fé o amadornado Brasil" e fazendo-o "encarar a independencia como unico antidoto contra a violencia portugueza" — confessa Antonio Carlos.

Das provincias meridionaes choveram protestos, no Rio, o Senado da Camara deliberou levar ao Principe uma representação escripta por alguns milhares de patriotas para que permanecesse no Brasil, D. Pedro, ferido no seu formidavel orgulho e amor proprio, abalado pelos reclamos e conselhos de amigos, mudava de parecer; a 9 de Janeiro de 1822, rompia formalmente com as determinações das côrtes e, discordando completamente da opinião dos seus Ministros, resolvia permanecer no Brasil. No entanto, o Ministro da Marinha já se havia apressado em dar ordens para que fosse apparelhada a fragata *União* afim de transportar o

Principe para os patrios lares. O Ministerio coherente com o seu modo de pensar, solicitou exoneração, "insistiu a 11 e reclamou-a no dia 12; era impossivel aos Ministros de então a permanencia no desempenho da tarefa politica, de que estavam investidos" — diz-nos o referido autor.

Diante da desobediencia de D. Pedro ás ordens emanadas das Côrtes, a tropa portugueza encheu-se de indignação e de accôrdo com a officialidade, deliberou fazel-o embarcar mesmo á força, na fragata *União*. O commandante das referidas tropas, General Avilez, que por motivos muito particulares andava com D. Pedro atravessado na gorja, collocou-se á frente dellas, no dia 11, e tomou posição ameaçadora no morro do Castello. Os brasileiros, que olhavam para aquella soldadesca petulante com funda antipathia, presto correram ás armas e firmemente a assediaram. O arrogante sargentão luso mal conservou dois dias o seu entono; diante da resolução inabalavel dos patriotas, cheio de vergonha, *manso como um cordeiro*, capitulava e era confinado com suas tropas na Praia Grande sob a vigilancia de uma esquadrilha organizada ao mando do Chefe de Divisão Rodrigo Antonio de Lamare. A 16 de Janeiro o Principe regente formava o seu ministerio composto de tres portuguezes e um só brasileiro. "A escolha do Principe — commenta conceituado escriptor nacional — não foi mesmo muito acertada. O antecedente portuguez predominava ainda no seu animo; e infelizmente esse ascendente, mais ou menos pronunciado, nunca mais o abandonou. O novo ministerio que devera ser composto na totalidade ou pelo menos na maior parte de brasileiros, foi pelo contrario composto de portuguezes, entrando nelle um só brasileiro. Se ao menos aquelles portuguezes fossem homens de alta capacidade intellectual de relevantes serviços, ainda essa preferencia podia ter uma explicação; mas não acontecia assim, porque nenhum delles estava neste caso.

D. Pedro era portuguez: "não queria a independencia, desejava manter a união do Brasil com Portugal; sentia que em torno da sua autoridade *rondava a alma brasileira anciosa de liberdade e soberania;* conservar a monarchia no Brasil e o throno para a sua dynastia era o seu ideal, fôra o ultimo conselho de seu pae ao embarcar de regresso a Lisboa — explica-nos bem o Dr. P. da Rocha.

Por felicidade nossa, á testa do ministerio foi collocado o notavel paulista José Bonifacio, que havia pela sua intelligencia, sua visão superior, seu pulso inflexivel de dominar, desde logo, a situação e relegar para o segundo plano a trindade lusa, que infinitamente distanciada andava dos "candelabros de ouro dos asteroides e lascas de mundos que se haviam resfriado" — segundo a sesquipedal comparação do referido escriptor, visceralmente enamorado de Portugal, sinão dos seus homens...

Pela primeira vez ia um brasileiro occupar um dos mais altos postos na administração do paiz.

A 23 de Janeiro, em carta ao pae, explicava D. Pedro o succedido: — "Dou parte a V. Magestade que mudei tres ministros: o Conde de

Louzã, por me haver pedido; o Vieira e o Caulla *por serem medrosos* e não convirem ao serviço da nação, nas actuais circumstancias". Diz, no entanto, Pinto da Rocha, que o ministerio, pedindo demissão, procedia com inteira nobreza e com isenção de animo; demittia-se, *não por medo*, mas por imposição da logica..."

O certo é que o Chefe de Esquadra Farinha, não se mostrando temeroso da situação e fugindo á solidariedade que devêra manter com seus collegas, conservou-se calado e na moita; e assim, naturalmente, muito de accôrdo com *a logica de suas conveniencias*, conseguia ser mantido na gestão da pasta da Marinha.

Nesse tempo o ordenado de um ministro de Estado, era, de conformidade com o decreto de 2 de Julho do anno anterior, de quatro contos de réis annuaes.

Ora, para quem tinha de soldo mensal, desembarcado, 50$, magrissimos, não seria de admirar que, por uma razão de somenos, abandonasse, com patriotico desprehendimento, a tentadora propina. O Almirante Farinha servia ao seu principe, não servia á patria, muito menos á sua corporação...

Por essa epoca, na Bahia, irrompiam os primeiros e sangrentos dissidios entre os patriotas e as tropas de occupação, ao mando do cruel Madeira de Mello.

Ao chegarem ao Rio essas graves noticias, propoz José Bonifacio enviar áquelle porto duas fragatas com tropas afim de obrigar a desvairada soldadesca metropolitana a tomar o mesmo rumo que as tropas do General Avilez.

D. Pedro, entretanto, certamente após ter ouvido o parecer do Ministro da Marinha, discordou de tal alvitre sob o pretexto de "não nos enfraquecermos".

Dias depois, a 5 de Março, apontava á barra do Rio de Janeiro, uma esquadra portugueza com tropas do exercito, sob o mando do chefe de Divisão Francisco Maximiliano de Souza. A' testa da pequena força naval fiel ao Principe-regente e como commandante do porto encontrava-se o chefe de Divisão Rodrigo Antonio de Lamare, que, ao avistar os navios suspeitos demandando a barra, mui naturalmente tomou todas as medidas ao seu alcance de prevenção, e defesa, e de morrões accesos esperou a esquadra lusa, intimando-a para que désse fundo entre a sua divisão e a ilha da Boa-viagem. Por ter tomado estas acertadas providencias teve o desgosto o digno chefe De Lamare de "ser reprehendido pelo Ministro Farinha". Dava com isso o Ministro uma demonstração bem clara, evidente, dos seus arraigados sentimentos infensos a causa e ideaes brasileiros.

José Bonifacio, atilado e bom psychologo, acompanhava de perto as attitudes e os actos do seu collega de gabinete, e, por essa e outras razões mui sensatamente o classificava de "indolente e duvidoso".

E a esquadrilha infensa, sem dar a menor demonstração de vitalidade, de repulsa, veio lançar ancoras no sitio que lhe fora designado. Tiveram, então, o seu chefe e o commandante das tropas embarcadas, licença para baixar a terra e conferenciar com D. Pedro, que desejava "conhecer dos seus intentos".

"Ou por prudencia, ou por convicção de não poder a esquadrilha forçar a barra — conta-nos Gomes de Carvalho — os officiaes protestaram, por escripto obedecer ao Regente e não intervir nos negocios politicos".

Estava ganha a partida. Exultavam os patriotas com o aviltamento dos elementos militares contra nós mandados pelas detestadas côrtes, emquanto os portuguezes rilhavam os dentes de indignação, de desespero e de vergonha ante o papel ridiculo representado pelos seus compatriotas. "Resguardado da expedição — continua o mesmo autor — entendeu o conselho da Regencia indemnizar-se do sobresalto que ella lhe causára, e Dom Pedro teve um alvitre que divertiu os deputados brasileiros, exasperou os regeneradores.

Encorporou na armada da America a fragata "Real Carolina", uma das joias da flotilha"...

De facto, a 16 de Março, o Ministro da Marinha, talvez com velado sentimento, officiava ao chefe da esquadrilha portugueza, declarando ter o Principe resolvido incorporar ao Departamento Naval do Rio de Janeiro o referido navio, por assim exigir o serviço nacional. Era assim que o nosso grande patricio, José Bonifacio, ia quebrando as investidas das côrtes e preparando os elementos que, dentro em pouco, nos dariam a liberdade e a autonomia desejadas.

No dia 23, paga de seus vencimentos e com os ranchos bem fornidos, a humilhada e desfalcada esquadrilha regeneradora fazia-se de torna viagem. E o chefe Francisco Maximiliano, cheio de vergonha, triste, macambuzio, diminuido, ante ás guarnições, ia, ao perpassar dos dias, ruminando sua desdita e alinhando os pontos de sua defesa para o retumbante conselho de guerra que o esperava. Todavia, nem por isso deixou elle, pouco tempo volvido, de ser chamado para occupar o alto cargo de Ministro da Marinha do reino portuguez.

Tivesse elle procedido de accôrdo com a honra e o pundonor militar, seu nome jámais chegaria á evidencia que chegou no scenario politico da sua patria...

Velejada a esquadrilha portugueza, D. Pedro partiu para Minas Geraes.

Em principios de Abril, aproveitando-se da ausencia do Principe, o partido recolonizador procurou desforrar-se da derrota vergonhosa que acabara de soffrer.

O Ministro da Guerra, General Oliveira Alvares, de parceria com o velho e trefego Almirante Pinto Guedes, varios officiaes do Exercito, magistrados e negociantes, todos portuguezes e hostis ao movimento emancipador, entrando em conspiração para alijar do poder José Bonifacio,

o preclaro estimulador do espirito nacionalista, e, senhores da situação, procuraram desviar o curso dos acontecimentos em proveito proprio e em favor das côrtes.

Não podemos garantir fizesse parte dessa conjura o Ministro Farinha. Portuguez como era, e, apenas, servidor do Principe, provavel é que estivesse ao par e sympathizasse com a projectada bernarda; mas, cauteloso e finorio, manteve-se em discreta penumbra. O sagaz paulista, entretanto, que não perdia de vista os menores movimentos dos conjurados, em dado momento, poz-lhes a ridicula calva á mostra, desmoralizando seus sinistros projectos.

De volta de Minas, onde conseguira apaziguar os animos e criar sympathias e dedicações, a attenção de D. Pedro fôra attrahida para o norte do paiz, onde se desenrolavam graves acontecimentos. A 15 de Junho baixava uma carta-régia determinando ao General Madeira que se retirasse com as suas tropas para Portugal. A esse respeito escrevia, no dia 12, ao pae: — "O Madeira, na Bahia, tem feito tyrannia: mas eu vou já e já pol-o fóra ou por bem ou á força de miseria, fome e mortes feitas de todo modo possivel, para salvar a innocente Bahia".

Ordens expressas foram transmittidas ao titular da Marinha para que fizesse, com a maior brevidade, apparelhar os elementos navaes disponiveis, afim de serem transportados para a Bahia tropas de desembarque e estabelecerem o bloqueio daquelle porto.

Nessa mesma occasião era nomeado Commandante da força naval, expedicionaria, desfraldando sua insignia na fragata *União*, o Chefe Rodrigo A. de Lamare, filiado já ao "Grande Oriente", sociedade secreta organizada com o nobilitante feito de propugnar pela nossa emancipação politica.

O duvidoso Ministro Farinha, premido pelas circumstancias e sopitando seus sentimentos regeneradores, docil escravo dos caprichos e manejos do Principe, sem vontade propria, não tinha outro remedio senão obedecer, cumprir ordens.

E assim, quasi automaticamente, ia referendando todos os actos referentes á importantes pasta, que displicentemente dirigia.

Procurava, todavia, dar andamento aos aprestos navaes: mas, infelizmente, com a indolencia que lhe era peculiar e já de sobra reconhecida e apontada pelo activo e atilado chefe do gabinete.

A 12 de Julho partiam de sua secretaria as instrucções pelas quaes o Chefe de Lamare devia guiar-se na assaz espinhosa missão, que á sua capacidade profissional e aos seus sentimentos civicos havia sido confiada. Quem, naturalmente, de animo sereno, sem caso pensado, tiver a curiosidade de penetrar á essencia das referidas instrucções, notará logo, com surpresa e repulsa, quanto de malicia, de capcioso, de má fé, nellas vertera o espirito machiavelico de quem as elaborára. Era terrivel torniquete do qual não havia fugir sem desaire: era o sacrificio,

o fracasso certo, a humilhação dolorosa impostos, a um camarada de classe, a um companheiro de armas que tivera coragem civica de abraçar, ostensivamente, a causa dos brasileiros...

A organização da esquadrilha foi iniciada sem o menor criterio: atamancaram-se navios, não se fizera uma necessaria selecção no pessoal embarcado.

A 14 de Julho, a divisão de Lamare, composta de quatro vasos com 300 homens de desembarque e apetrechos bellicos destinados aos patriotas da Bahia, fazia-se ao mar.

Fracos de mais eram esses elementos para se contraporem com vantagem aos que os portuguezes, tinham concentrado em Salvador. O Chefe de Lamare, manietado pelas capciosas instrucções, a braços com elementos escassos, frageis e duvidosos, temendo a responsabilidade, sentia-se incapaz de encontrar uma deliberação prompta e segura.

A 1 de Setembro, escrevia José Bonifacio a D. Pedro, que se encontrava em São Paulo: — "Da nossa esquadrilha da Bahia não temos noticias officiaes: porém, a sua conducta *é pelo menos equivoca,* por isso parte agora uma embarcação com novas ordens com que hontem assentámos.".

Após innumeros contratempos, máos encontros, motins a bordo, etc., regressára a divisão naval ao Rio sem ter alcançado realizar completamente o pensamento do governo. "O fracasso da commissão de De Lamare á Bahia reflectia-se — commenta o Almirante H. Boiteux — sobre o Ministro, que não se sentindo com forças bastantes para arcar com as enormes difficuldades encontradas naquelle periodo de desorganização, de lutas e de intrigas, foi vencido". Era natural, não podia ser de outro modo. O Ministro Farinha sempre fôra um aulico, um verdadeiro cortezão; portuguez da velha estirpe, velho, achacado, conservador de quatro costados, não poderia mostrar, como não demonstrou, vivo enthusiasmo pelo movimento de emancipação, que estava nos peitos brasileiros.

Por isso, com muita razão diz P. da Rocha: — "De todos os *grandes* homens que entraram na organização primitiva e nas compozições successivas do Ministerio de 16 de Janeiro de 1822, parece ter sido Manuel Antonio Farinha o *de menos valor politico*".

Feita a independencia, coróado o Imperador, o Ministro Farinha foi exonerado do cargo por decreto de 22 de Outubro de 1822, sendo substituido pelo brasileiro nato, Capitão de Mar e Guerra Luiz da Cunha Moreira.

Em attenção aos seus "serviços, prestimos e intelligencia", foi o Chefe d'esquadra Farinha, no anno seguinte, por decreto de 24 de Fevereiro, nomeado Conselheiro do Supremo Conselho Militar.

Os vencimentos militares no Brasil, de accôrdo com a herança mesquinha dos ominosos tempos, sempre foram supinamente ridiculos. Além do mais, ao militar foi sempre defesa, por ordenanças severas, a appli-

cação de sua actividade em outro qualquer mistér, que lhe pudesse proporcionar o discreto bem estar a que faz jus e os governos sempre lhes têm negado. Deve, pois, a *classe parasitaria*... (de accôrdo com certa classe de patrotas) contentar-se com o escarnado osso, que lhe atiram, qual piedosa esmola... E, no geral, essa paga ridicula e mesquinha vem sempre gravada com impostos, descontos, sellos, com toda sorte, emfim, de extorsões indignas, ideadas e praticadas pela veracidade impudente de um fisco vesgo e insaciavel. Por isso, afim de occupar e representar *com a devida descencia*, o alto cargo com que fôra distinguido, viu-se o Almirante Farinha na contingencia de appelar para o governo, pois não dispunha de bens patrimoniaes nem recebia nenhuma pensão do Thesouro publico.

O Imperador, por decreto de 16 de Março do mesmo anno, concedeu-lhe a gratificação mensal de 80$000, e a 9 de Agosto de 1824 a graduação no posto de Vice-Almirante.

Como temos visto, durante a luta da independencia como da Confederação do Equador, manteve-se o nosso biographado em commissão completamente extranha á campanha naval em que se jogava a sorte do Brasil. Nenhum desses successos, ao que parece, abalara os sentimentos civicos do velho marinheiro portuguez. Conservava-se, de parceria com outros seus patricios e camaradas tão duvidosos quão interesseiros como elle, afastado da actividade naval, na espectativa de melhores dias, quando passada estivesse a epoca de agitação e perigos, e arredada fosse a oficialidade estranjeira que enthusiastica accudira ao nosso appelo" — como mui judiciosamente nos observa o Almirante Boiteux.

Nessa occasião opportuna, então saberia pôr-se em evidencia a auferis commodamente todos os proventos della decorrentes. Official de tantos meritos e de tão alta capacidade, poderia ser esquecido para chefiar forças navaes em operações de guerra?!... E' extranho... A verdade, no entanto, é que se mostrara sempre prompto para commissões de representação, em que sua figura de palaciano e de cortezão era posta em destaque e seus serviços mais bem aquinhoados, preterindo assim camaradas muito mais cheios de reaes serviços, mas muito menos aulicos que elle. Senão, vejamos. Davam-se na cidade do Salvador da Bahia factos de certa gravidade. A abatida facção portugueza, constituida de traficantes apatacados e letras gordas pretendeu de novo alçar o collo, empolgar a situação e espesinhar os nacionaes. Estes, sempre briosos e altivos, reagiam dignamente, não permittindo, como hoje acontece, que o argentario estranjeiro, que o plutocrata adventicio, cupido e isolente, tivesse voz activa e jactanciosa, e audaciosamente se intromettesse nos negocios publicos como se faz hoje, procurando até reunir-se em congresso e na vida politica da nacionalidade. O certo é que naquelle tempo cantava patrioticamente o "piquiá..." e era agua na fervura.

D. Pedro que, então, se mostrava todo inclinado pela mãe patria e seus negocios, mandára preparar uma divisão naval para transportal-o

á Bahia, sob o mentiroso pretexto de visitar o berço da gloriosa luta da independencia.

O seu intento era, todavia, salvar os seus petulantes patricios da colera dos bahianos, procurando desanuviar aquelle céo assaz tempestuoso. Aos 31 de Janeiro de 1826 fazia, uma proclamação aos fluminenses, annunciando-lhes sua partida. Constituida a divisão naval da nau "Pedro I" e fragatas "Piranga" e "Paraguassú", foi chamado para commandal-a, a 13 do referido mez, o Chefe de esquadra Farinha, galardoado já com o titulo de Barão de Souzel. Nessa divisão naval embarcou-se D. Pedro acompanhado da Imperatriz, da Princeza D. Maria da Gloria e de uma brilhante e numerosa comitiva de 281 pessoas, na qual figurava, como um escarneo á sociedade, a celeberrima Marqueza de Santos, amante ostensiva do Imperador.

Aos 9 de Fevereiro, no mesmo dia em que no estuario do Prata se feriam os dois encontros navaes de Corales entre brasileiros e argentinos, fazia-se de vela, envolta na fumarada das salvas, nos sons das musicas e no vozeio das ovações populares a divisão do Chefe Farinha.

Em meio á viajem de regresso, a 26 de Março, o Imperador promovia-o á effectividade do posto. A 1 de Abril chegavam ao Rio; e, uma semana após, desembarcava o Chefe da esquadra para reassumir o seu burocratico cargo em terra.

Pouco depois, a 12 de Outubro, seu titulo de nobreza era engrandecido com a dignidade de um condado. No geral, como é sabido, o Imperador costumava, antes de agraciar qualquer dos seus subditos, consultal-o sobre o nome que preferia fosse imposto ao titulo nobiliarchico que ia receber. Notamos que os sentimentos affectivos e mesmo politicos do Almirante Farinha relativamente a Portugal não se haviam modificado de nenhum modo com a sua permanencia no Brasil, com os cargos que vinha occupando e com o acceitar a nacionalidade e o titulo de nobreza que Dom Pedro lhe offertára. Sua escolha a respeito da denominação do baronato e depois condado, recahiu em um villorio portuguez — *Souzel*, perdido lá pelo Alemtejo. E' bem verdade que na longinqua provincia do Pará e, se não nos falha a memoria, em Alagoas, existiam já nesse tempo logarejos homonymos daquelle, mas cuja existencia, provavelmente, passaria despercebida aos conhecimentos corographicos do agraciado. O Almirante Farinha pagou sómente os novos direitos da carta de conde, mas não saldou os direitos velhos e sellos do titulo.

Como se prolongasse a guerra do Rio da Prata sem um resultado decisivo, o Imperador resolveu partir para o Rio Grande afim de estimular as energias dos nossos Generaes, e, dar calor as operações terrestres. Nova divisão naval foi aprestada e para commandal-a, é facil de imaginar, foi chamado o Vice-Almirante Farinha a 10 de Novembro de 26. O leigo em assumptos politicos e militares perguntará surpreso, se o Almirante Farinha era o unico official do nosso quadro activo; ou se o

unico, pelo menos, com capacidade bastante para commandar uma divisão naval. Almirantes, nesse tempo, tinhamos até de sobra, deste o alijado e imperterrito Cochrane até o bravo Pedro Nunes; uma boa duzia delles, na mór parte com apreciaveis requisitos profissionaes. Nem todos, porém, faziam parte da commandita reinol que assediando D. Pedro, attrahido já pelo throno portuguez, empolgara o poder e procurava por todos os meios afastar a officialidade estranjeira e os filhos do paiz das posições mais em evidencia. E' preciso que digamos que na Marinha, pelo menos até a guerra contra o tyranno do Paraguay, sempre existiram duas fortes correntes a se interferir e até a se hostilizar; a dos portuguezes dos Pinto Guedes, dos Rodrigo Lobo, dos Sena Pereira, dos Inhaumas e Barrosos; e a nacionalista, dos Cunha Moreira, dos Barroso Pereira, dos Tamandaré, dos Gama Rosa e dos Torres Alvim. Pouca gente tem attentado para esse ponto, muito digno de observação.

Mas, voltando ao nosso biographado, diremos que sob o seu commando partiu a divisão com o Imperador em demanda de Santa Catharina, a 10 de Novembro, lá chegando com vinte dias de viagem. D. Pedro seguio por terra para o Rio Grande de onde regressou á toda pressa em vista do triste e prematuro fallecimento da Imperatriz, "a palladina da nossa independencia", como com muita propriedade a cognominou o erudito historiador Dr. Max Fleiuss.

Aos 15 de Janeiro estava a divisão de volta ao porto do Rio de Janeiro, e, dois dias após, era arriado o pavilhão do seu commandante o Vice-Almirante Farinha. Com o passamento de D. João VI foi o Imperador acclamado Rei de Portugal e como não lhe fosse possivel attender ao governo de ambos os paizes, D. Pedro, depois de outorgar ao reino europeu uma Constituição liberal, abdicou de sua corôa em favor de sua primogenita, a princeza D. Maria da Gloria, a 2 de Maio de 1826. Seu irmão D. Miguel, que consentira em desposar a sobrinha, foi nomeado Regente de Portugal. Nessas condições D. Maria da Gloria devia partir para a Europa. Afim de transportal-a juntamente com a sua comitiva foram mandadas apparelhar as fragatas "D. Francisca" e "Imperatriz". A' frente desses dous navios foi posto o insubstituivel Vice-Almirante Farinha. De vela se fizeram as vasos imperiaes a 5 de Julho de 1828, chegando em Setembro a Gibraltar onde tiveram a desagradavel noticia de haver D. Miguel se declarado rei absoluto e rompido com todos os compromissos que o ligavam ao irmão, o Imperador.

Assim sendo, o Almirante Farinha resolveu partir para a Inglaterra e lá esperar ordens do nosso governo. Estacionou em seus navios em Falmouth.

Nesse tempo as negociações para o segundo enlace de D. Pedro estavam quasi concluidas. Realizados os desponsorios, regressou a divisão ao Rio, trazendo a nova Imperatriz do Brasil, a Sra. D. Amelia de Lechtenberg.

Foi a ultima commissão que realizou no mar o chefe Manuel Antonio Farinha. Como galardão aos seus serviços obteve a graduação de Almirante e foi condecorado com a commenda da Ordem da Rosa.

Veio a abdicação em 1831. Tão inesperado acontecimento foi para os aulicos e para a facção portugueza tremendo desbarato. "O almirante conde de Souzel, que como vimos só á pessoa de D. Pedro prestára serviço, pois em commissão alguma outra, que não servil-o pessoalmente, se dedicava"... "cahiu logo na penumbra". Diante disso, pois, achou mais acertado retirar-se á vida privada. Solicitou reforma, que lhe foi concedida em virtude da Resolução da Consulta do Conselho Supremo Militar de 18 de Setembro de 1832.

Juntamente com o Chefe d'esquadra Miguel d'Oliveira Pinto e Capitão de Mar e Guerra F. Bibiano de Castro, apresentou, em 3 de Dezembro de 1833, a "Instrucção relativa ao Processo Penal para a Marinha Militar do Imperio do Brasil". O Dec. n. 49 de 6 de Outubro de 1835 approvou a tença de 300$ que lhe havia sido concedida.

O Almirante Manuel Antonio Farinha, Conde de Souzel, derradeiro Ministro da Marinha aqui deixado por el-rei D. João VI, veio a fallecer aos 27 de Maio de 1842, sendo sepultado no dia seguinte na Igreja de São Francisco de Paula.

Deixou descendencia entre nós. Até hoje, por mais pesquisas que tenhamos feito, não nos foi possivel descobrir um retrato a oleo que delle dizem existir no poder dos seus herdeiros.

X

Almirante

LUIZ DA CUNHA MOREIRA

1.º *Visconde do Cabo Frio*

(M. Naval)

X

Almirante

LUIZ DA CUNHA MOREIRA

1.º Visconde de Cabo-Frio

Na esquadra que transportou para o Brasil, em 1807, a fugitiva Familia Real portugueza, como commandante da fragata "Golfinho" — celebre navio que, em 1791, trouxera a famigerada Alçada para julgar os Inconfidentes Mineiros e que, de torna-viagem levara para Lisboa alguns dos conjurados, — vinha o distincto Capitão de Fragata Luiz da Cunha Moreira, antigo Piloto e Commandante de navios mercantes da carreira das Indias e portos do Brasil.

Era natural de Vianna do Castello, em Portugal, e filho de Antonio da Cunha Moreira, natural do Porto, e de D. Benta Gonzalez Peña, nascida na villa de Guardia, provincia de Ponte-Vedra, na Espanha.

Esse bravo e brilhante official, sagrado heroe em ferrenho e porfiado combate contra uma forte fragata franceza, casara-se na Bahia, com D. Joaquina Maria de Sant'Anna, filha do Tenente-Coronel Manuel Germano da Motta, natural de Lisboa, e D. Joaquina Maria do Rosario, natural da Bahia.

A respeito do combate naval apontado, conta-nos Celestino Soares: — "Navegavam em conserva os bergantins *Minerva*, commandado pelo Primeiro Tenente Luiz da Cunha Moreira e *Espadarte*, pelo Inglez Woolf, quando foram caçados por uma fragata franceza de trinta peças. Concertaram o modo de defesa e prepararam-se para o combate. No entretanto a fragata approximou-se e Woolf, que devia receber os primeiros tiros, arribou para sotavento do *Minerva*, que, apesar da sua inferioridade, sustentou a posição, não imitando a manobra do navio de maior força, commandado por official mais antigo. O combate era desigual, pois se as duas embarcações poucas probabilidades tinham de resistir á fragata, como poderia uma só medir-se com ella? Porém, Luiz da Cunha vendo a bandeira nacional enxovalhada na presença dos francezes pela fuga do *Espadarte* que botara á pôpa, quiz mostrar-lhe que esse acto não era de portuguez mercenario. Costado com costado, bateu-se a fragata, que nem que fosse do mesmo lote della; tres horas durou a briga, perdendo successivamente uma cousa após outra, panno, cabos, mastros, borda e parte da gente. O bergantim cheio de rombos e meio dagua ia submergir-se, poucos momentos restavam áquella invencivel guarnição para decidir-se; ou morrer ou arriar bandeira e ser salva pelos vencedores; ninguem se resolveu a isso: quizeram morrer! Quarenta pessoas, das noventa e duas que tripulavam o *Minerva* iam ga-

lharda e honrosissimamente imitando o seu audaz Commandante, ser submergidas com elle...! O inimigos não puderam deixar de admirar tanta tenacidade e heroismo, foram generosos; correram aos escaleres e soccorreram estes valentes, que ao subirem o portaló da fragata, viram mergulhada nas ondas, mas não abatida a sua bandeira, a bandeira das quinas, dos sete castelos".

Por decreto de 5 de Novembro de 1800, foi elevado ao posto de Capitão de Fragata. Falleceu elle no Rio de Janeiro, no posto de Chefe de Divisão, aos 12 de Agosto de 1813.

Do seu consorcio nasceu-lhe, na cidade do Salvador da Bahia, a 1 de Outubro de 1777, um filho que, na pia baptismal da igreja de Santo Antonio d'Além do Carmo, no dia 10, tomou o nome paterno. Foi este o nosso biographado. Aos 7 annos de idade o pequeno Luiz foi forçado a deixar o berço natal e seus brincos de criança para, na companhia dos paes, ir viver em Lisboa.

Alli começou a frequentar as aulas primarias e, mais tarde, as de Grammatica latina, Rhetorica e Philosophia. Matriculou-se em seguida no Collegio dos Nobres, de onde passou, a 5 de Outubro de 1795, a ter matricula na Real Academia de Marinha, levado por verdadeira vocação que afinal, vinha ao encontro dos desejos paternos. "O homem que adopta a profissão paterna — commenta E. Faguet — experimenta como que a sensação de ter casado com sua familia. A vocação por habito é o casamento de amor-amisade, como quem esposa uma prima ou uma amiguinha de infancia". — observa com muita justeza o referido autor.

O sympathico adolescente sentia que o mar era o seu elemento, que só a farda gloriosa do botão d'ancora fôra talhada para adornar os risonhos anseios de aventuras e de glorias que elle se mostrava capaz. Atirou-se, pois, com afinco, aos estudos academicos. Terminando com real proveito os cursos de mathematicas e de observações astronomicas, foi-lhe passado o competente diploma com a graduação de Guarda-Marinha, a 2 de Julho (data que era uma promessa), de 1798. De accordo com a portaria do Conselho do Almirantado, de 11 de Outubro do mesmo anno, embarcou no brigue de guerra "Gavião", com a graduação de Voluntario. Com o desarmamento do referido navio, a 11 de Janeiro de 1799, foi o joven marinheiro, já iniciado nas lides oceanicas, designado, cinco dias após, para servir na fragata "Venus". Por decreto de 20 de Abril e patente de 18 de Maio do mesmo anno, recebeu os galões de 2º Tenente da Armada, sem prejuizo de sua antiguidade. Sahiu em viagem no navio acima para os portos do Maranhão e Pará. Chegando a Belém, em cumprimento de ordem do Capitão-General da capitania, D. Francisco de Souza Coutinho, desembarcou em Agosto, afim de assumir o commando da charrua "S. João Magnanino", e conduzil-a á metropole.

O navio cahira recentemente ao mar e coube ao joven official armal-o e apparelhal-o para a viagem de experiencia. Bem podemos avaliar do

carinho e esmero empregados por elle na promptificação do navio, que era o seu primeiro commando. Com madeiras e generos para o Arsenal de Lisboa fez-se de vela.

Em lá chegando, desembarcou a 15 de Fevereiro de 1800; e, por determinação do Almirantado, em 12 de Março, passou a servir a bordo da náu "Medusa", do commando do Chefe de Divisão Joaquim J. Monteiro Torres.

Sahiu em viagem com destino ao Brasil, tendo tocado em Cabo Verde, Benguela e Angola. Chegado ao Rio de Janeiro foi, a 13 de Janeiro de 1802, designado por ordem do commandante das forças navaes, o chefe de divisão Donald Campbell, para embarcar no cutter "D. Rodrigo de Souza", afim de capturar uma escuna norte-americana, que se entregava ao contrabando na ilha de S. Sebastião. No dia 20 do referido mez, era ella apresada e o Tenente Cunha Moreira, assumindo o seu commando, recolhia-se ao Rio. Aos 6 de Março voltou ao commando do referido cutter até que, um mez após, foi mandado transferir para a fragata, que devia recolher-se ao reino. Desembarcou desse navio por desarmamento em 4 de Agosto.

No anno seguinte, em 12 de Março, foi designado para embarcar em a náu "Vasco da Gama", do commando do Capitão de Mar e Guerra James Scharnecke. Dois dias após foi graduado no posto de 1° Tenente e, na mesma data, mandado passar para a fragata "S. João do Principe", que se destinava ao Pará. Em lá chegando, desembarcou a 1° de Outubro, afim de servir de Ajudante de Ordens do Capitão-General da provincia, que era então o Conde dos Arcos. A 29 de Dezembro, deixou o cargo para assumir o commando do brigue "S. José Espadarte", e levar á metropole importantes communicações a respeito das Guyanas. Por desarmamento do navio, desembarcou em Lisboa a 28 de Março de 1804. Destinando-se ao Pará a charrua "Princeza da Beira", foi, por determinação do Ministro da Marinha, de 17 de Abril, mandado nella servir.

Tocou no Maranhão onde se conservou até 19 de Junho, seguindo então, por ordem do governo local, no hiate "Livramento" para Belem. A 27 do referido mez chegava ao seu destino, reassumindo o cargo de Ajudante de Ordens.

Tendo sido o Conde dos Arcos nomeado Vice-Rei do Brasil, o 1° Tenente Cunha Moreira embarcou na fragata "Carlota", a 8 de Março de 1806, acompanhando o referido titular até o Rio de Janeiro. Por decreto de 13 de Maio de 1807 foi promovido a effectividade do posto. Seguiu em commissão para Lisboa, desembarcando a 7 de Julho do mesmo anno. O Conselho do Almirantado, a 5 de Setembro, designou-o para servir a bordo da nau "Principe-Real". Por deliberação do mesmo Conselho, de 13 de Outubro, entrou no exercicio de 2° Ajudante do Major-General da esquadra, que era então o seu antigo commandante Monteiro Torres.

Nessa commssão acompanhou a Familia Real portugueza ao Rio de Janeiro. A grande promoção determinada pelo Principe-Regente D. João, a 8 de Março de 1808, como premio aos officiaes da esquadra que o arrebatáram ás garras napoleonicas, veio dar a Cunha Moreira os galões de Capitão-Tenente.

Pelo decreto de 21 de Dezembro do mesmo anno foi agraciado com o habito de cavalleiro da Torre e Espada. Temos visto como o joven e distincto brasileiro ia firmando seus creditos de profissional competente e experimentado. Cumpridor exacto de seus deveres e dedicado como poucos á profissão, disciplinado e disciplinador, activo e trabalhador, não fugindo nunca ás tarefas que lhe eram impostas por mais arduas que se apresentassem, impunha-se deste modo á estima dos seus chefes e á consideração de seus camaradas, que nelle viam um bello exemplo a ser imitado.

Resolvida que foi a occupação da Guyana franceza, como represalia á attitude de Napoleão, foi Cunha Moreira apontado para o commando de um dos navios que lá deviam operar de concerto com uma corveta ingleza. Aos 13 de Março desembarcava de bordo da nau "Principe-Real", sendo dispensado do cargo que, com brilho, vinha desempenhando na esquadra. A 25 de Junho foi então nomeado commandante do brigue "Infante D. Pedro", seguindo logo para o norte com escala pela Bahia e Maranhão. Chegado ao Pará em 29 de Outubro, juntamente com uma corveta ingleza e outro brigue de guerra nacional, esperou o apparelhamento da expedição terrestre, que devia marchar sobre a colonia franceza.

Aos 7 de Dezembro desembarcavam as forças luso-brasileiras em territorio inimigo e iniciavam os primeiros investimentos ás posições fortificadas.

Cunha Moreira, que chegára com o seu navio no dia 13, pôz-se logo á testa de um destacamento naval composto de brasileiros e inglezes. No dia seguinte dava-se o ataque victorioso de Aproague, recebendo o intrepido official, ao levar os seus bravos ao assalto, um tremendo golpe de sabre, "cuja cicatriz gloriosa lhe vincou durante a vida a fronte alta e espaçosa" — diz um dos seus biographos, o Dr. Manuel Barata.

Refeito do grave ferimento, continuou elle com o mesmo enthusiasmo e comprovada valentia á frente dos seus galhardos marujos até a capitulação das tropas francezas. Em recompensa aos seus meritos e serviços foi designado para escoltar até Morlaix os transportes que levavam o Governador da Cayena e os prisioneiros francezes, a 3 de Março de 1809.

O General Manuel Marques, chefe da expedição, em officio de 6 de Maio, communicava ao governo que "o Capitão-Tenente Luiz da Cunha distinguiu-se no desembarque de Aproague e serviu com muita actividade até o fim da campanha e depois della". Aos 2 de Agosto

do referido anno encontra-se elle já de volta ao Rio de Janeiro e prompto para o serviço. O governo em attenção ao correcto desempenho de suas commissões promoveu-o, a 31 de Outubro, ao posto de Capitão de Fragata. Pouco depois recebia tambem a medalha de prata conferida aos bravos da rapida e gloriosa campanha. No mesmo navio que commandava realizou varios cruzeiros e outras pequenas commissões a diversos portos do nosso dilatado littoral.

Reaes e ininterruptos serviços havia elle prestado á patria como militar nas arduas lutas oceanicas e nas crespas refregas do campo de batalha. Fazia jús agora a felizes dias de bonança junto a alguem que o coração lhe embalava e cuja esbelta figura fugacemente revia e acariciava nos raros momentos que o dever lhe proporcionava. Assim é que, a 5 de Junho de 1810, unia seus destinos a D. Maria Rita, filha do Chefe de Divisão José de Santa Rita e D. Luiza Maria de Santa Rita, em o oratorio particular do Tenente-Coronel Antonio Corrêa que, com o pae do noivo, foi um dos padrinhos.

Como vemos, até no amor foi elle buscar uma filha de marinheiro, pois comprehendia que aquella que seria sua terna e carinhosa companheira tinha por escola um lar honrado, severo e bonançoso, onde a resignação serena ás continuas e prolongadas ausencias do chefe, contingencia ligada á vida do mar, era um culto e um dever respeitosamente cumprido.

Continuou elle embarcado em o brigue "Infante D. Pedro" até que, em 3 de Dezembro de 1811, passou com toda a guarnição para bordo do brigue "Gaivota".

Desembarcou em 26 de Fevereiro de 1813. Em 5 de Setembro do anno seguinte teve a familia enlutada pela morte do sogro, que foi sepultado na igreja de S. Francisco de Paula. Pela Secretaria de Marinha foi designado, a 5 de Abril de 1815, para ir a Lisboa e servir sob as ordens do Chefe de Divisão Rodrigo J. Ferreira Lobo. Em cumprimento de tal ordem embarcou em a nau "Medusa", que, a 22 de Julho, se fazia de vela para o reino. Devido ao mau estado do navio houve necessidade de arribar á Bahia. Cunha Moreira, diante desse contratempo e para não demorar a sua missão, tomou passagem á sua custa em um navio de commercio, apresentando-se ao governo da metropole a 5 de Janeiro de 1816.

Por determinação do Almirantado embarcou no dia 9 do referido mez em a nau "Vasco da Gama", capitanea da escolta ao trem que transportava uma divisão do Exercito portuguez para a conquista da Banda Oriental. Chegou o comboio ao Rio de Janeiro a 30 de Março e após tres mezes de refresco, rumou para Santa Catharina onde foram desembarcadas as tropas. A escolta seguiu para o Rio da Prata a reforçar os elementos navaes lá concentrados.

"Necessitando o chefe Rodrigo Lobo — diz o Almirante H. Boiteux no seu precioso livro "Os nossos Almirantes" — de um official

para desempenhar arriscada commissão em terra, para como emissario reconhecer dos movimentos de nossas tropas e do modo pelo qual estavam dispostas as populações, offereceu-se galhardamente Cunha Moreira para desempenhal-a; assim é que, por duas vezes, o fez com pleno exito".

Em sua communicação official assim se manifestava o Almirante Lobo: — "...encarregado por mim de hir a terra como emissario, para que se offereceo com bastante galhardia, sendo assaz arriscada aquella commissão...".

No bloqueio que se seguiu aos portos da margem oriental do estuario platino "muito se desvelou o notavel official".

Fazendo-se mister praticar um desembarque á viva força na povoação de S. Fernando de Maldonado, foi Cunha Moreira posto á frente de um contingente de marujos e numa investida audaz e brava alcançou tomar pé no littoral, domando a furia inimiga e plantando o pavilhão real sobre a conquista alcançada pela sua valentia.

De regresso á côrte, foi-lhe dado, a 27 de Março de 1817, o commando da fragata "Thetis", capitanea da Força Naval, que, sob as ordens de Rodrigo Lobo, seguia para Pernambuco a abafar a revolução nativista que lá irrompera.

Fez-se a vela a 2 de Abril e chegou ao Recife no fim do mez, estabelecendo-se então o effectivo bloqueio do porto. A 20 de Maio retiraram-se os patriotas da cidade. Desembarcou Cunha Moreira e reunindo em terra os dispersos e fieis ao governo guarneceu com elles os fortes abandonados, deu outras providencias para segurança da cidade e fez então signal á esquadra, que se encontrava ao largo, para que se approximasse. Só então desembarcou o emproado Almirante Lobo, para dar expansão á sua sanguisedenta furia contra os patriotas brasileiros. E Cunha Moreira, "o valente e glorioso brasiliense", com a alma profundamente conturbada, ia ser "testemunha da brutalidade com que o seu chefe castigaria a alma nacional que protestava em Pernambuco contra os vexames de tres seculos."

Elogiando os serviços de Cunha Moreira, informava o Almirante Lobo: — "... e na restauração *que acabo de fazer* da Capitania de Pernambuco foi o primeiro official que mandei com ordens do que se havia de fazer e de tudo deu prompta execução assim como no arduo o rigoroso bloqueio que fiz no porto daquella Capitania, e além do referido e muito subordinado e de muito bons costumes e por todos estes motivos o considera digno de contemplação que S. Mag. quizer ter com elle". Por seus serviços no Rio da Prata e Pernambuco foi Cunha Moreira *graduado* em 12 de Outubro, no posto de Capitão de Mar e Guerra, ao passo que o seu Chefe e outros officiaes eram condecorados e obtinham dous accessos.

Não fôsse elle brazileiro!... O brioso official não se conformou com a injustiça clamorosa que lhe faziam e, mui respeitosamente, re-

presentou a El-Rei pedindo identicas graças. Em seu requerimento explicava: — "O supplicante, Senhor, não só desempenhou em cada huma das expedições os deveres inherentes ao seu cargo, mas foi duas vezes como parlamentario a Maldonado arriscando a sua vida para com um povo que não respeitava o direito publico e das gentes. O supplicante foi o primeiro que teve a coragem de desembarcar no Recife de Pernambuco... desprezando todos os riscos que a prudencia receava da conducta dos revolucionarios; convocou a gente de mar com que guarneceu as fortalezas fazendo os signaes com que da esquadra, certificado dos successos, desembarcou então o commandante. V. Mag. reconheceu então os duplicados serviços do Chefe, premiando-o além das insignias de honra com *duplicados postos*. O supplicante mostra os seus livres e relevantes serviços naquellas expedições pela attestação de seu chefe junta e a vista dos motivos ponderados..."

Afinal, a 21 de Fevereiro de 1818, foi seu requerimento despachado favoravelmente, sendo effectivado no posto de Capitão de mar e guerra.

Voltou para o Rio da Prata ainda no commando da fragata *Thetis*, desembarcando, por doente, a 17 de Dezembro Completamente restabelecido, embarcou para o sul no bergantim *Atrevido*, afim de reassumir, por determinação de 11 de Junho, o seu antigo commando, que fez em 3 de Setembro (a 5 de Outubro, diz M. Barata) de 1818. Continuou a prestar os seus serviços até a terminação da guerra.

Em Agosto de 1820 rebentou em Portugal, na cidade do Porto, uma revolução liberal. O espirito de liberdade agitava todos os corações, principalmente dos brasileiros, fartos já de supportar o mais nefando e abominavel captiveiro.

Do Pará ao Rio de Janeiro as rajadas sadias da brisa regeneradora alvorotava os espiritos patriotas. Cunha Moreira, amando com extremo sua terra natal, não podia esconder por longo tempo os nobres sentimentos que se aninhavam em seu peito de marujo e de patriota. Ao chegar a Montevidéo a noticia da revolução, as tropas se levantaram exigindo o juramento da Constituição. Cunha Moreira e um grupo de Officiaes da Armada mostravam-se partidarios da regeneração politica. A respeito do que se passou na esquadra e principalmente a bordo da capitanea, a fragata *Thetis*, do commando do nosso biographado, temos um officio esclarecedor do Almirante Lobo que, manhosamente, esperava que se elucidasse a situação para então tomar o melhor partido. Nessa communicação particular ao Ministro da Marinha, dizia que "á noite o capellão da *Thetis*, Fr. Bernardo, chegou a bordo da fragata e fez que dessem vivas á Constituição e se illuminasse o navio" e tudo isso sem que se dessem ordens, nem ser eu sabedor o que lhe prova bastante dos animos de todos os Officiaes, que lhe não embaraçaram aquella determinação..." Dizia, que o commandante e o seu immediato não estavam a bordo e pedia ao Ministro para serem rendidos o capellão e varios Officiaes, informando que "o com-

mandante (Cunha Moreira), o commissario e o Capitão de Artilharia Maximiniano A. da Silva Leite (preso a bordo por ter representado contra elle almirante) "andavam em conventiculos..." E terminava: — "Portanto rogo a V. Ex. sejam rendidos estes individuos, "e tambem o Commandante" Luiz da Cunha Moreira, ou então não respondo pelo que pode acontecer para o futuro em uma embarcação "onde ha uma facção de individuos com tanta falta de caracter e subordinação". Seria assaz interessante ver a expressão physionomica desse almirante poltrão, verdugo dos pernambucanos, adhesista da ultima hora, quando se viu na presença de Cunha Moreira elevado, dentro em pouco, ao alto cargo de Ministro da Marinha do novo Imperio!... No final do seu officio, Rodrigo Lobo, pedia reserva sobre a opinião de falta de subordinação, "afim de que tal noticia não chegue até á esquadra..." Por ordem superior, Cunha Moreira foi afastado do commando da *Thetis*, a 20 de Abril de 1821, seguindo para o Rio encarregado de varios serviços e com officios do General Lecor para o governo.

A 19 de Maio desembarcou, já não encontrando el-rei, que havia partido. Como sabemos, a partida da familia real portugueza para seus saudosos penates, marcou para os nacionaes uma grande ephemeride. Livre de uma côrte sediça, sordida e voraz, deixaram os brasileiros, oppresos, de respirar uma atmosphera confinada e malsã. As lufadas da brisa libertadora vinham vigorosamente varrendo todos os recantos e escaninhos da vasta officina brasileira em que obreiros activos, desinteressados e de grande coração iam moldar em metal puro e nobre o arcabouço viril de nova e pujante nacionalidade. Entre esses artifices devotados encontraremos o nosso biographado. "Luiz da Cunha Moreira, mostra-nos Pinto da Rocha, fôra um dos que primeiro se inscreveram entre os puritanos sonhadores e realizadores da Independencia".

Viéra do sul apontado como elemento pernicioso pelos retrogrados, commodistas e interesseiros chefes portuguezes e que não tardariam muito a se bandear para não perderem grossas propinas...

Que lhe importava o juizo mesquinho e vil desses vultos seródios, sem vontade, sem ideal, de mentalidade curta e lastimavel, de idéas tacanhas e sentimentos pequeninos, se elle nunca fugira á linha recta do dever, da honra e do patriotismo?

Marujo da nova e alevantada cruzada, a ella dedicou com o maior enthusiasmo suas energias. Expulsas as incommodas e irritantes phalanges metropolitanas do General Avilez, assumiu Cunha Moreira o commando da Corveta "Maria da Gloria"", a 30 de Abril de 1822. Fazendo parte de uma commissão de patriotas, foi agradecer ao Principe o seu comparecimento ás exequias mandadas proceder pelas victimas da furia da soldadesca portugueza na Bahia.

Fazendo-se mister expurgar os elementos de terra e mar, infestos a nossa independencia, mandados concentrar no porto da Bahia pelas Côrtes de Portugal, resolveu o governo nacional enviar áquellas para-

gens uma esquadrilha a hostilizal-os sob o commando do Chefe de Divisão Rodrigo A. de Lamare. O navio de Cunha Moreira foi a ella incorporado. A 14 de Julho velejava a divisão nacional. Não nos deteremos em descrever as peripecias nem as vicissitudes por que passou a Força Naval, tripulada como estava, em sua totalidade, com elementos senão abertamnete hostis, pelos menos indifferentes á sagrada causa de nossa emancipação politica.

Embora redundasse em quasi completo fracasso a missão do Chefe de Lamare, manda a justiça que se destaque, dentre a officialidade, o Commandante Cunha Moreira que, com uma energia ferrea, uma vigilancia constante e um patriotismo ardoroso, soube manter a sua tripulação sempre dentro das rigidas normas da ordem e da disciplina militar, muito embora o espirito de rebelião e de vinganças rugisse surdamente e agitasse o animo da maruja bronca, insuflada por secretos agentes das detestadas e mesquinhas côrtes portuguezas. A 29 de Setembro, quando já se havia declarado a independencia, regressava ao Rio a abalada esquadrilha. Diante dos lamentaveis successos desenrolados a bordo de alguns navios da divisão, resolveu o governo reunir nova força naval, expurgando-a de todos os elementos suspeitos. Por officio de 5 de Outubro, o Ministerio da Marinha determinava ao Commandante Cunha Moreira que passasse para bordo da fragata "União" e constituisse a guarnição da mesma "dos officiaes, tropas e marinhagem que achar mais confiança, tanto da dita fragata como da corveta "Maria da Gloria", preferindo na escolha (em quanto a marinhagem) os naturaes do Brasil".

Substituiu Cunha Moreira o Chefe de Lamare no commando da referida fragata e no dia 7 do citado mez, passou a commandar a "Paraguassú". Em cumprimento da ordem recebida, communicou na dia 8 ter organizado a guarnição da "União"; quanto, porém aos officiaes, "não houve escolha entre brasileiros e europeus".

Reorganizando-se o Ministerio com a retirada dos irmãos Andradas, do Chefe de Esquadra Farinha e de Caetano de Montenegro, foi Cunha Moreira, a 28 de Outubro, chamado a reger a pasta da Marinha. Dous dias após referendava elle o decreto imperial que reintegrava no Ministerio os titulares acima com excepção do Chefe Farinha. "Coube, sem duvida, a Luiz da Cunha Moreira — como nos informa o Almirante H. Boiteux — na pasta da Marinha, importantissimo papel, pois com a retirada de D. João os serviços ficaram todos desorganizados e nos Arsenaes nada ficou de aproveitavel; tudo que havia de util foi embarcado nos navios, inclusive a mestrança e os melhores operarios; a tudo tinha que attender organização e preparo das expedições, afim de expulsar do norte e da Cisplatina os portuguezes que, emperrados, não se decidiam a abandonar o paiz. Ao lado de José Bonifacio não descançava Luiz da Cunha Moreira, em busca de elementos que faltavam no paiz". Ao seu trabalho herculeo, á sua dedicação e devotamento

pela causa nacional, á sua ferrea energia e grande perseverança devemos em grande parte a organização dos elementos navaes que, sob as ordens do bravo Cochrane, lograram abater, expulsar e perseguir o poder maritimo e militar portuguez e alcançarmos assim a independencia e a integridade de nossa estremecida patria. Seus serviços foram inquestionavelmente de extraordinaria relevancia.

"Cochrane, em sua "Narrativa de serviços", não se mostra muito sympathico ao titular da pasta da Marinha, pois queixa-se de haver Cunha Moreira procurado, regateando, que os serviços delle Almirante "se pudessem obter por preço mais barato possivel", de querer dar-lhe o soldo de um Almirante portuguez "notoriamente o peor soldo do mundo"; desejar collocal-o na escala em posto subalterno aos medalhões adhesistas, Pinto Guedes e Rodrigo Lobo, procurando ainda desgostal-o enviando-lhe sua patente lavrada em "folha de papel ordinario de cartas"!

Na verdade, o sentimento e a mentalidade do nosso illustre patricio Cunha Moreira não era de nenhum modo differente da totalidade dos seus collegas e contemporaneos; nascido e criado entre portuguezes, tivera a mesma escola e calçava, portanto, pela mesma fórma... O espirito sordido, mesquinho, *unha de fome*, entre nós, é typico, proverbial, profundamente inveterado. E' congenito á mentalidade naval. Está na massa do sangue. Por isso, ha cem annos, já dizia Cochrane: — "A peor sorte de economia, a falsa economia evidentemente se havia estabelecido na administração naval brasileira".

O referido Almirante ao visitar as unidades da esquadra, dizia que "algumas das quaes me agradaram muito, como prova demonstrativa dos esforços que em pouco tempo se deviam ter feito para apresental-as em tão recommendavel condição. Grande cuidado se via bem haver-se posto em preparar a "Pedro I"... achei, portanto, razão de ficar satisfeito com a minha provavel capitanea". Louvava ainda os "esforços da administração para pôr a sua Marinha em posição que lhe dava honra quanto aos vasos..." Não dizia o mesmo quanto ás guarnições, compostas da "peor classe de portuguezes... cuja fidelidade á causa nacional era duvidosa" e "com quem a porção brasileira da gente mostra evidente repugnancia de misturar-se..."

Foi, de facto, gravissimo mal conservar-se a bordo da esquadra marujos portuguezes. Muito embora estivesse o nosso Thesouro em franca penuria, varrido pela ganancia d'El-Rei D. João, poderiamos, embora com maior somma de sacrificios, ter alijado toda a suspeitosa chusma inimiga que só serviu para nos causar sérias apprehensões e dissabores, substituindo-a por inglezes, norte-americanos ou outros mercenarios. Afinal, meditando-se sobre o caso, acode-nos logo a pergunta: se não nos foi possivel, no momento, livrar-nos de um Principe portuguez, como poderiamos nos ter desembaraçado da multidão de parasitas

inveterados que, quaes larvas damninhas, fervilhavam pelo Brasil immenso?!

Como sabemos, a profissão maritima foi quasi completamente defesa aos brasileiros durante o hediondo colonato; dahi a carencia quasi absoluta de gente adequada aos mistéres maritimos. Cunha Moreira tinha necessidade premente de guarnecer a esquadra, sem, entretanto, sacrificar a navegação mercante. Marujos estrangeiros em quantidade sufficiente não havia no paiz e principalmente, no Rio de Janeiro. Nessas condições, o Ministro da Marinha procurou, embora seleccionando, aproveitar a maruja lusitana que mostrava desejos e disposições de permanecer no Brasil. Não era nem poderia ser possivel aos egregios patriotas, fatores da nossa independencia, organizar todos os elementos de ataque e defesa sem as faltas naturaes e decorrentes da premencia das circumstancias e de um estado de coisas eivado de falhas e de vicios de longa data enraizados. Graças, porém, ás providencias energicas tomadas a tempo e os elementos com difficuldade accumulados, Cunha Moreira teve a grande satisfação de ver o nosso estirado littoral, do Pará ao Rio da Prata, varrido das tropas inimigas, graças á bravura e galhardia de João das Bottas, Cochrane, Grenfell, Taylor, Pedro Nunes e seus abnegados subordinados.

Além do exposto, grande numero de medidas administrativas poz Cunha Moreira em pratica, procurando regularizar os serviços da nossa incipiente Marinha militar, como a remodelação da Secretaria d'Estado, a organização do Livro mestre dos officiaes, a nomeação de lentes para a Academia de Marinha, etc.

A 1 de Dezembro de 1822 houve modificação ministerial, continuando Cunha Moreira na pasta. No dia 5 do referido mez foi nomeado para Presidente de uma commissão destinada a tratar de todos os objectos referentes á Marinha e a investigar da lealdade e adherencia dos officiaes á causa nacional.

Para fiscal da commissão encarregada de angariar donativos para augmento da nossa Marinha foi elle nomeado a 24 de Janeiro de 1823. Por alvará de 18 de Fevereiro do mesmo anno foi-lhe feita a mercê do fôro de Fidalgo cavalleiro da Casa Imperial, e, por Decreto de 12 de Outubro, obteve a promoção ao posto de Chefe de Divisão e a nomeação de official da Ordem do Cruzeiro.

A 12 de Novembro, D. Pedro desferindo um golpe brutal contra os verdadeiros sentimentos nacionaes e só para agradar a sanguinaria soldadesca portugueza, dissolvia a Assembléa constituinte. Cunha Moreira, o dedicado patriota, não concordára como semelhante acto de prepotencia; pediu exoneração do cargo no mesmo dia, deixando no seguinte de fazer parte do gabinete.

O illustre official, entretanto, continuára a merecer do Imperador elevado conceito pelo seu caracter firme e leal e pelos relevantes serviços prestados á causa nacional. Assim é que, pelo decreto do dia 19,

em attenção "ao prestimo zelo e actividade" com que servira diversas commissões em que fôra empregado, fez-lhe D. Pedro mercê do lugar de Vogal do Conselho Supremo Militar.

E como não tivesse "sufficientes meios para poder exercer o seu logar com a decencia devida", por decreto do dia 20, foi-lhe concedida a gratificação de 80$000 mensaes. Pela carta imperial de 3 de Dezembro do mesmo anno foi-lhe feita a mercê do titulo de Conselheiro de Estado.

Em 12 de Outubro de 1826 foi graduado no posto de Chefe de Esquadra. O decreto de 7 de Fevereiro de 1827 nomeou-o Inspector do Arsenal de Marinha da côrte, entrando em exercicio a 12 do referido mez. Nessa commissão organizou o "Regulamento do A'moxarifado". Em 12 de Outubro do mesmo anno alcançou a effectividade do seu posto. Por Decreto de 26 de Abril de 1828 deixou o Arsenal, sendo nomeado para director da Companhia de Guardas-Marinha e respectiva Academia. Por aviso de 18 de Dezembro do mesmo anno teve embarque na fragata *D. Francisca* afim de acompanhar os Guardas-Marinha nos exercicios praticos de navegação. Fez-se de vela do Rio de Janeiro, a 29 do referido mez, regressando a 19 de Fevereira de 1829, e desembarcou no dia seguinte.

Exonerado a 12 de Dezembro, assumiu o cargo de Intendente de Marinha do Rio de Janeiro no dia 19 do referido mez. "Nesse cargo se manteve até 16 de Outubro de 1830, quando foi dispensado pelo decreto de 8. Pela carta-imperial de Abril de 1831 a Regencia em nome do Imperador distinguiu-o com a nomeação para presidente do provincia do Pará, de cuja honra pediu escusa, sendo nomeado então no seu logar o visconde de Goyana. Sendo, por decreto de 15 do referido mez e anno, nomeado pela segunda vez Intendente de Marinha foi, por aviso de 6 de Julho, suspenso do referido cargo, deixando o lugar no dia seguinte.

Por accórdão da Relação foi julgado na forma do direito sem culpa; e por isso de nenhum effeito a pronuncia que havia tido — explica-nos seu illustrado biographo. Por decreto de 2 de Agosto foi, a pedido, dispensado do citado cargo. "Por immediata resolução tomada sobre consulta do Conselho Supremo Militar de 7 de Fevereiro de 1832 se lhe mandou contar o tempo de serviço desde 8 de Outubro de 1795, em que principiou os estudos de mathematica".

Tendo-lhe sido concedida pela carta de lei de 1 de Outubro de 1834 uma gratificação addicional, a Regencia por aviso de 24 de Novembro do mesmo anno, mandou que se lhe fosse abonada. Por decreto de 30 de Julho de 1836 voltou a occupar o cargo de Inspector do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, que deixou por decreto de 29 de Agosto do anno seguinte. Foi graduado no posto de Vice-Almirante por decreto de 2 de Dezembro de 1839, sendo-lhe passada a respectiva patente aos 13 de Janeiro de 1840. No anno seguinte, ainda por de-

creto da mesma data, natalicio do Imperador, alcançou a effectividade do posto. Foi agraciado com o habito de cavalleiro da Ordem da Rosa por decreto de 5 de Maio de 1844. Terminou o illustre marinheiro e devotado patriota sua longa carreira activa, sendo reformado a pedido no posto de Almirante, por decreto de 4 de Agosto de 1849 e patente de 27 de Setembro do anno seguinte.

Continuou, todavia, no exercicio de Conselheiro de Guerra. A gran-cruz da Ordem de Aviz veio adornar-lhe o constellado peito do uniforme por decreto de 2 de Dezembro de 1854. O Imperador D. Pedro II, "em reconhecimento aos seus longos e relevantes serviços prestados com toda a dedicação a patria, tanto na paz como na guerra, por decreto de 10 de Junho de 1858 e carta-imperial de 15 do mesmo mez e anno, concedeu-lhe o titulo nobiliarchico de *Visconde de Cabo-Frio* com honras de grandeza.

O segundo Imperio pagava assim os inestimaveis e assignalados serviços prestados ao Brasil na época tormentosa de sua independencia pelo honrado, probo e valoroso marinheiro.

Durante sua longa e trabalhosa carreira escreveu Cunha Moreira varias memorias e relatorios. Dentre elles destacaremos uma "Memoria sobre a conquista da Cayena" e um "Parecer sobre o Regulamento dos Arsenaes de Marinha do Imperio" que foi publicado em 1836.

Deixou de existir o illustre homem de mar e guerra brasileiro a 28 de Agosto de 1865, quando, no sul, seus galhardos irmãos d'armas se cobriam de louros e de gloria, em Salto, Paysandú Corrientes, Riachuelo, Cuevas e Mercedes nas cruentas guerras contra Aguirre e contra o torvo despota do Paraguay.

Seu trespasse deu-se á rua do Lavradio n. 152, predio nos ultimos tempos demolido para a abertura da Avenida Mem de Sá, segundo nos informa o Dr. Barata..

"Seu corpo foi no dia seguinte conduzido em carro da Casa Imperial, ladeado de seis moços estribeiros, de tochas accesas, para o cemiterio de S. João Baptista, onde foi sepultado". No jazigo de familia, que tem o n. 29-C acham-se encerrados seus restos mortaes, cobertos por uma campa de marmore, com a seguinte inscripção: *Visconde e Viscondessa de Cabo-Frio e seus descendentes*".

O "Correio Mercantil" de 29 de Agosto de 1865, ao noticiar o seu passamento, disse: — "Os serviços importantes que prestou ao Imperio, e a honestidade com que caracterisou sempre seus actos, o tornaram credor da veneração que bem mereceu dos seus concidadãos". Deixou o illustre e grande marinheiro os seguintes filhos: Vice-Almirante Luiz da Cunha Moreira, casado com sua prima D. Anna Luiza de Brito, de que nasceram dois filhos e uma filha; Vice-Almirante José da Cunha Moreira, que falleceu solteiro; o doutor em medicina Henrique da Cunha Moreira, fallecido em Santos; D. Maria Izabel Cunha, casada com Herculano Eugenio de Sampaio; D. Joaquina Emi-

lia da Cunha, casada em primeiras nupcias com Vicente da Costa Dias, e, em segundas, com Manuel Joaquim da Silva; D. Emilia Carlota da Cunha, casada com o Capitão de Mar e Guerra Theotonio Raymundo de Brito, filho do chefe de esquadra Diogo Jorge de Brito, que foi o bravo commandante da *Amazonas* no combate do Riachuelo. O seu retrato figura na galeria dos Ministros da Marinha em o nosso museu naval.

Eis, em linhas geraes e sem atavios, a biographia do illustre marinheiro, que foi o primeiro Ministro da Marinha do Brasil independente.

Peço encarecidamente a todos que a leram, façam um parallelo entre os serviços deste brasileiro nato e os prestados á nossa patria pelo Conde de Anadia, primeiro Ministro da referida pasta no reinado de D. João VI no Brasil.

A Associação dos Docentes militares, creando uma medalha de ouro para galardoar o alumno da Escola Naval, que mais se distinguir durante o curso academico, em vez de escolher para patrono desse bello e significativo premio, um do grande numero de brasileiros natos e mesmo de estranjeiros, que batalharam pela nossa emancipação, teve a infeliz idéa de exhumar a figura inespressiva, obliterada já pelo juizo severo e sereno dos tempos e da historia, do titular portuguez Conde de Anadia, personagem hostil á nossa patria e aos nossos concidadãos, desapparecida do scenario politico quasi tres lustros antes do movimento emancipador, sem ter concorrido, mesmo indirectamente, para a grande realização sonhada por tantos martyres, esquecidos hoje, mas muito dignos da nossa veneração e do nosso reconhecimento.

Cunha Moreira é uma dessas serenas figuras dignas de uma medalha.

Mais uma vez, aproveitando o ensejo, como nacionalista, como militar e Official d'Armada, protesto contra a homenagem posthuma, e immerecida a um titular estranjeiro, que ao Brasil nunca prestou o menor serviço. Desse aulico e cortezão pouco polido, soffreram o Brasil e os brasileiros toda a sua má vontade e todo o seu despreso. Protesto, pois, em nome dos brios da nossa nacionalidade e da corporação do botão d'ancora; protesto contra o impatriotico esquecimento dos grandes vultos, dos verdadeiros fautores do Brasil independente! Não! Os Guardas-Marinha do Brasil não podem, não devem carregar ao peito, onde se aninham todos os estos, todas as esperanças de um Brasil forte, unido e glorioso, a falsa effigie do conde de Anadia, de um estranjeiro inimigo da sua terra e da sua gente e infeliz gestor da corporação a que pertencem!

XI

Tenente-Coronel

PEDRO JOSÉ DA COSTA BARROS

Como Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, no curto periodo de 15 a 19 de Novembro de 1823, encontramos o Tenente Coronel Pedro José da Costa Barros.

Quatro dias, apenas, a gerir uma importante pasta e em momento de grave agitação politica!... Que poderia ter realizado de util e vantajoso em beneficio da nobre corporação do botão d'ancora, elle que tambem, de certo modo, á classe se achava ligado pelo uniforme da Artilharia de Marinha, em tão mesquinho lapso de tempo, mesmo como é de suppôr-se, demonstrasse notavel proficiencia e a melhor bôa vontade em servil-a? Nada, positivamente... Resumira-se sua acção, mui naturalmente, á assignatura de um expediente massudo, talvez banal.

Fôra apenas, o élo provisorio applicado á cadeia administrativa para que nella não houvesse solução de continuidade.

Em todo caso, como foi titular da pasta e brasileiro de relativo merecimento, pois occupou com destaque varios cargos de nomeação e de eleição, não podemos deixar de algo dizer de sua agitada vida publica, como temos feito, aliás, com penna canhestra e uma talvez forte mas mui necessaria severidade, de seus illustres antecessores. Nós brasileiros, no geral, aos mortos, após a piedosa pá de cal e o *requiescat in pace*, abandonamos ao completo olvidio, com receio de profanar-lhes as cinzas. Devendo ser, no entanto, a Historia a mestra e a bussola da vida daquelles que procuram ser os orientadores da opinião publica e os guias ostensivos das collectividades, mistér se faz que ella seja uma implacavel exhumadora do passado, rebuscando-o nos menores detalhes; e, severa nos seus juizos, procure, principalmente, mais que as virtudes, que por si rescendem, os erros dos homens e das gerações d'antanho afim de que os da presente, mais bem orientados e esclarecidos, não venham nelles lamentavelmente incidir. Dessa maneira comprehendemos a Historia.

A carencia de documentação sufficiente, entretanto, torna impossivel bastas vezes projectar a luz necessaria sobre vultos e factos de um passado não muito remoto, como vae acontecer com a personalidade que agora nos preoccupa.

Assim sendo, o nosso juizo poderá bem ser modificado com o correr do tempo. Difficil nos foi a collecta dos parcos informes que

aqui vamos apresentar sobre a movimentada existencia do Tenente-Coronel Costa Barros; dessa sorte não nos será dado esboçar-lhe a biographia com a clareza e desenvolvimento minucioso que merece.

Sabemos ter nascido este distincto brasileiro em Aracaty, no actual estado do Ceará, aos 7 de Outubro de 1779. Era filho do Mestre de campo, portuguez, Pedro José da Costa Barros, natural da Ponte de Souza Braga e D. Theresa Joaquina, naturaes da ilha de São Miguel dos Açores, Pelo lado paterno era neto de José da Costa e D. Anna da Rocha, originarios de Ponte de Lima, em Portugal, segundo explana o erudito Dr. Studart.

Dedicou-se desde os verdes annos á nobilitante carreira das armas. Aos 7 de Outubro de 1803, verificou praça no Regimento de Artilharia n. 1 do reino, sendo promovido a Cabo de esquadra aos 9 de Dezembro do mesmo anno. A 14 de Setembro de 1805, teve as honras de Cadete e, a 30 de Agosto de 1811, foi promovido a 2° tenente e mandado servir no Regimento de Artilharia de Pernambuco.

No anno seguinte foi promovido a Capitão e, a 17 de Dezembro de 1813, recebeu os galões de Sargento-mór e nomeação para o Regimento de Milicias da sua terra natal. Em 1814, aos 25 de Julho, foi nomeado commandante do 1.° Batalhão do referido Regimento. De accordo com a Resolução de consulta do Conselho Supremo Militar, de 24 de Julho de 1818, foi transferido no mesmo posto para o Estado-Maior do Exercito. No anno seguinte, a 29 de Julho, foi transferido para a Brigada Real d'Artilharia de Marinha, assumindo o logar de Ajudante de Ordens do Tenente-General Commandante.

A revolução liberal do Porto, em 1820, determinando a convocação das côrtes em Lisbôa, nas quaes as capitanias brasileiras deviam ser representadas, veio pôr em notavel destaque o valor e o movimento de muitos dos nossos compatriotas até então obscurecidos pelo vulto pedantesco e futil dos letras gordas da metropole. Assim é que nas eleições que se realizaram para a representação do Ceará no referido parlamento, apparece na primeira plana o Major Costa Barros (1821). Sem declinar da honra nem fugir á confiança e á sympathia demonstradas por seus patricios no suffragio do seu nome, Costa Barros não tomou assento na cadeira que lhe fôra designada, deixando-se ficar no Rio de Janeiro, onde se desenhavam já, nitidamente, os podromos do nosso movimento emancipador. "Posterguei — declarou elle — estes dois idolos, *o ouro e a representação* só para ter parte nos destinos da minha Patria e servir ás ordens de S. Majestade Imperial por quem tudo troquei" (Informação por elle prestada á Camara dos Deputados, segundo o autor citado).

Como bom militar e patriota acompanhou, sempre na estacada, os primeiros successos desenrolados no Rio em favor da independencia nacional, fazendo parte da sociedade secreta "Club da Resistencia".

Segundo os nossos mais abalizados chronistas e historiadores, foi na casa de residencia de um distincto official de Marinha, e fervoroso patriota, o Capitão de Mar e Guerra Domingos de Athayde Moncorvo, á rua dos Andradas (então do Fogo) e canto de Theophilo Ottoni (no tempo, rua das Violas) que a 4 de Junho de 1821 se installava a Loja Maçonica "Commercio e Artes", a primeira organizada após a tenaz perseguição ás sociedades secretas, determinada pelo assustadiço Ministro Villanova Portugal, por alvará de 1818.

A 24 de Junho, dia de São João Baptista, padroeiro da Maçonaria, realizava-se a sessão magna de reabertura com a presença de selecto numero de filiados.

Foi nessa Loja, secundada, depois, pelo "Grande Oriente", que se discutiram e planejaram os primeiros movimentos civicos, que determinariam a nossa feliz, embora tardia, emancipação politica.

O Sargento-mór Costa Barros, inflammado pela chamma patriotica, não podia manter-se estranho áquella caravana de lidadores de um grande e nobre ideal. Filiou-se, como era natural, ás referidas officinas, do mesmo modo que haviam feito e fariam outros portadores do botão d'ancora a começar pelo Chefe de Divisão Rodrigo A. de Lamare, Cunha Moreira, etc.

Vemol-o então, desde logo, entre os conspiradores para alcançar de D. Pedro a promessa de permanecer no Brasil, desobedecendo á imposição das jactanciosas côrtes, que não olhavam meios para reconduzirnos á deprimente condições de Colonia. Quando foi da revolta do despeitado General Avilez, servil creatura daquellas côrtes, logo após o "Fico", o Major Costa Barros, dedicada e efficazmente, auxiliou a resistencia dos seus patricios contra a estupida prepotencia da soldadesca metropolitana.

Aos 23 de Maio, quando o Senado da Camara do Rio de Janeiro tomou conhecimento da representação popular para que o Principe regente convocasse uma Assembléa Geral das provincias do Brasil, contrapondo-se assim ao parlamento de Lisboa, Costa Barros é encontrado ao lado de Gonçalves Ledo e outros extremados ultra-liberaes. Nessa occasião tomou elle a palavra, agradecendo ao Principe, em nome de sua provincia natal, ter acceito o titulo de defensor perpetuo do Brasil protestando ao mesmo tempo a D. Pedro "a mais absoluta lealdade".

A 13 de Julho era satisfeita a vontade popular com a convocação de uma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa. A dez do referido mez reunira-se o Senado da Camara do Rio em vereação extraordinaria, resolvendo, acompanhada de grande concurso popular e de militares, agradecer ao Principe a convocação da Assembléa e de novo prestar juramento de manter a regencia. Presente a essa manifestação esteve o nosso biographado, adherente então á facção ultraliberal á cuja testa estavam Gonçalves Ledo, o astuto portuguez José Clemente Pereira, e

outros. A circular de 17 de Setembro, enviada pelos dois ultimos á provincia do Rio de Janeiro, para que se exigisse o juramento prévio do futuro imperador á constituição que a Assembléa constituinte deveria elaborar, determinou grande irritação em José Bonifacio, já estomagado, desde Agosto, com as manobras de Ledo e seus partidarios. "O juramento imperial era — segundo Oliveira Lima — a pedra de toque, do ponto de vista politico, do novo regime, que se ia inaugurar". A 10 de Outubro, José Bonifacio fazia dispersar os maçons que se encaminhavam para o Senado da Camara, afim de deliberarem sobre o juramento prévio de Dom Pedro. Apezar disso, houve vereança e nella o Major Costa Barros "como tradicionalista", propoz e ficou assentado que o juramento se realizasse no dia da coroação do Imperador, que teve logar, como sabemos, a 1.º de Dezembro em vez de 12 de Outubro, quando foi acclamado. Nesta ultima data o Major Costa Barros foi graduado em Tenente-Coronel.

No dia 25 de Outubro, D. Pedro mandava fechar o "Grande Oriente", dando logar tal resolução á crise ministerial do dia 28, com a retirada dos Andradas e de Pereira da Nobrega. A demissão do Ministro amado do povo" foi recebida com desagrado geral, vendo-se D. Pedro obrigado a reintegral-o no dia 30.

Houve nesse dia varios disturbios. Medidas diversas foram tomadas, sendo um bom numero de maçons recolhido a varias fortalezas. Nesse numero encontrava-se o Tenente-Coronel Costa Barros, apontado como um dos instigadores da bernarda. Esteve por isso recolhido durante doze dias á fortaleza de Santa Cruz; e outros tantos mashorqueiros á fortaleza da Conceição. Por fim alcançou a cidade por menagem. Diz o Dr. Fleiuss que, a 20 de Dezembro, foi elle deportado juntamente com Januario da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, Alves Branco e outros para o Havre. Entretanto, o governo mandara abrir rigorosa devassa para conhecer os verdadeiros responsaveis pelos desatinos commetidos.

Nesse interim realizavam-se as eleições para a Constituinte, alcançando Costa Barros ser escolhido, por 130 votos, representante de sua terra natal.

Munido do seu diploma, tratou logo de encaminhal-o ao Governo. Installada que foi a Assembléa, em 3 de Maio de 1823, no processo de verificação dos poderes suscitaram-se duvidas a respeito do seu reconhecimento. A sua eleição, todavia, fôra liquida. Envolvido, porém, na devassa já referida, não lhe foi possivel comparecer ás sessões por encontrar-se preso. O padre José Martiniano de Alencar, seu amigo, patricio e collega de bancada, em a sessão de 8 de Maio apresentou uma indicação, afim de que Costa Barros fôsse solto e assim pudesse tomar parte nos trabalhos parlamentares, caso sua prisão fôsse apenas pre-

ventiva e no caso de se achar pronunciado, fôsse seu processo julgado sem perda do tempo, "por ministros habeis e imparciaes".

Em torno a indicação abriu-se longo e acalorado debate. A 7 de Maio era elle reconhecido deputado e convidado a tomar assento na Camara. No dia 10 respondia que não tendo sido ainda julgado, "não ousava apresentar-se entre os seus irmãos para aprender delles a fazer a felicidade do Imperio", e, ao mesmo tempo, communicava estar soffrendo injusta delonga no julgamento.

Afinal, foi absolvido, tomando posse da sua cadeira a 9 de Julho. "Defendeu-se da accusação constante da devassa — informa-nos A. de Roure — lembrando que não podia conspirar quem fôra o primeiro na Côrte, a felicitar D. Pedro pelo "Fico" e a communicar-lhe que se abstinha de exercer o mandato de deputados ás côrtes de Lisbôa para ficar tambem no Brasil".

Tomou parte saliente nos debates sobre o projecto da Constituição. A Assembléa, a 7 de Setembro, primeiro anniversario do grito do Ypiranga, mandou ao Paço uma commissão para felicitar o Imperador. "O orador da commissão, deputado Costa Barros — diz A. de Roure — fez um verdadeiro bestialogico declarando que "o grito que S. Majestade soltou nas margens do Ypiranga retumbou como o estampido do trovão nos dous rios por excellencia Prata e Amazonas, feriu os ouvidos dos nossos oppressores e encheu-os de torpôr e confusão como se ouvissem a trombeta do Anjo da morte"...

Em uma das sessões da Constituinte, como o deputado Silva Lisbôa fizesse veladas insinuações á Maçonaria, Costa Barros tomou a carapuça, retrucando-lhe com petulancia:... "respeito a cabeça do Sr. Silva Lisboa, mas não sou hypocrita, não ajoelho diante dos homens, nem por esse meio pretendo conseguir cousa alguma.

"Torno a repetil-o: cedo ao Sr. Lisboa em cabeça, mas nunca compararei com o delle o meu coração"...

Ao tratar-se da União das Provincias pelo laço federativo, Costa Barros viu nisso grave perigo, pois que "á similhança do ambicioso que se levantou nas aguas do Mediterraneo para perturbar a paz do mundo, outro não podia surgir para aproveitar-se da nossa separação e mais facilmente fazer-nos em pedaços".

Sem causa justificada, deixou de comparecer á sessão de 11 de Novembro de 1823, a chamada *noite de agonia*. Provavelmente encontrava-se entre os facciosos portuguezes comparsas de D. Pedro para desmoralizar a Assembléa. O Imperador no dia seguinte por um inqualificavel acto de prepotencia dissolvia a Constituinte, arrimado ás bayonetas dos mercenarios reinicolas.

"A dissolução da Assembléa — explica-nos perfeitamente A. de Roure — foi a reacção contra o accentuado espirito nativista dos irmãos

Andradas, promovida por elementos portuguezes existentes na tropa". "O partido portuguez — confirma R. Pombo — é um partido radical que só tratava de turvar as coisas para impedir que se implantasse a monarchia, cercando com o seu enthusiasmo e assanhos a pessoa do principe desencaminhado".

E dizer-se que brasileiros natos houve como Villela Barbosa, Nogueira da Gama e outros que em troca de um lugar no Ministerio, serviram de mesquinhos instrumentos á vesga e torpe vingança!

A 14 de Novembro, Costa Barros, brasileiro tambem, que como deputado recebera o brutal ponta-pé do Imperador, não se pejou de servir de tapa-buraco no ministerio e fomentar com os seus collegas de gabinete o decreto do dia 15, deportando os Andradas e outros ex-companheiros da Constituinte...

Prestado o serviço á vingança imperial e aos portuguezes, foi dispensado do cargo de Ministro da Marinha cinco dias depois. Largou a pasta allegando *incompetencia* por elle reconhecida... Como premio ao seu lealismo obteve, a 1º de Dezembro, o titulo de cavalheiro da ordem imperial do Cruzeiro e, pouco depois, a nomeação para Presidente da Provincia do Ceará.

Costa Barros seguiu para o norte a bordo do charrua *Gentil-Americana*, chegando á Fortaleza aos 14 de Abril de 1824. Em a noite desse mesmo dia empossava-se da administração provincial perante o Conselho presidido pelo Coronel Manuel J. Martins Ribeiro, acto que foi notificado no dia 17, como nos informa o Dr. Studart, profundo conhecedor da historia cearense. Toda a provincia, entretanto, encontrava-se em tremenda effervescencia politica, determinada em grande parte pela dissolução da Assembléa Constituinte.

"O descontentamento nas provincias do norte — confessa Cochrane em sua "Narrativa" — tinha origem unicamente *no systema de governo anti-brasileiro que no Rio se proseguia*". "Para affastar a revolução requeriam-se *Presidentes habeis, bem versados nos manejos dos negocios publicos;* mas em vez disso a administração havia escolhido, em sua maioria, *homens de um caracter opposto*....

Costa Barros, embora brasileiro nato, identificara-se com o sentimento luzitano, seguindo a facção reinicola chefiada pelo astuto e manhoso J. Clemente Pereira; e, dessa maneira, por um desvio lamentavel de perspectiva politica, consequencia de sua ambição, se havia afastado da rota nacionalista para apoiar D. Pedro e ser amparado ingloriamente pela camarilha cupida, interesseira, derrotista que, então assediava o throno periclitante.

Nessas condições seus comprovincianos, que não lhe haviam negado apoio e sympathias sufragando seu nome á representação das côrtes lisboetas e á Constituinte, receberam-no com natural frieza, reserva e des-

confiança. Era um enviado do throno, creatura de um partido hostil, que trahia a causa e as aspirações liberaes da Nação.

O Commandante das Armas, Coronel José P. Filgueiras, o Tenente-Coronel Tristão G. Alencar Araripe e outros briosos brasileiros, estomagados com o governo central, não acceitaram a autoridade do Tenente-Coronel Costa Barros e, na villa de Aquiraz, hastearam a bandeira da rebeldia. O descontentamento, dia a dia, maior incremento tomava, sentindo o Presidente fugir-lhe o terreno aos pés.

A situação era grave e elle, vendo-se isolado, abandonado, sem prestigio, não poude manter-se mais do que quinze dias á frente do governo de sua provincia natal. Magnifica licção para esses politicos cupidos e interesseiros que se divorciam dos anscios e aspirações do povo que representam!...

Aos 29 de Abril, Costa Barros resignava o poder, retirando-se para o Rio em companhia do pequeno grupo de correligionario. Chegou a côrte no brigue inglez "Mathilde", com 56 dias de viagem, a 10 de Julho de 1824. Vê-se que era, afinal umaôca e pretenciosa entidade politica que suppunha ter prestigio, quando apenas valia pelo encosto vacillante, precário, em que se escorava.

Triste exemplo para esses militares, desvirtuados em politicos de fancaria, divorciados por completo de sua classe e, afinal, ludibriados titeres dessas *societas sceleris* que ephemera e periodicamente empolgam o poder e sevam-se impudentemente no thezouro.

Rebentára a guerra civil no Ceará. Em grande reunião popular foi, então, acclamado presidente da provincia o prestimoso patriota Tenente-Coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe.

O Almirante Cochrane, a 18 de Outubro, chegava á Fortaleza, encontrando á frente do governo "o companheiro e preposto do chefe republicano Araripe, o Tenente-Coronel José Felix de Azevedo e Sá. Em poucos dias, graças a uma amnistia que concedeu, alcançou modificar e normalizar a situação da capital da provincia e municipios vizinhos e vêr de novo o pavilhão do Imperio fluctuar sobre a cidade.

Araujo e Sá, atrahido de novo aos arraiaes da legalidade, continuou no governo. No dia 31 de Outubro, Araripe, o bravo chefe republicano, era morto no combate de Santa Rosa. Voltou á provincia relativa tranquillidade.

Cochrane seguiu para o norte, chegando ao Maranhão a 9 de Novembro, onde encontrou á frente do governo Miguel Bruce, outra creatura do partido portuguez, contra o qual se achavam em armas os nacionalistas. Reinava completa anarchia. Ambos os partidos declaravam sustentar o regime imperial, accusando-se mutuamente de quererem implantar a republica.

Diante de tal estado de coisas, o Almirante assumiu o commando militar da provincia e determinou a deposição das armas. Só os na-

cionalistas obedeceram, não acontecendo o mesmo com os partidarios de Bruce, que se aproveitaram disso para tomar vinganças. Os patriotas appelaram para Cochrane, afim de fugirem áquella situação afflictiva. A melhor solução, no parecer do Almirante, seria a suspensão de Miguel Bruce. Este, a 25 de Dezembro, retirava-se do governo e seguia para o Rio, sendo substituido por Manuel Telles da Silva Lobo.

Nesse tempo o Tenente-Coronel Costa Barros regressava da côrte, onde embarcara no brigue "Guarany", commandante Ch. Nicoll, a 11 de Outubro, para assumir de novo o governo do Ceará, que recebeu das mãos de Azevedo e Sá, transmutado em "optimo imperialista graças a Cochrane", aos 17 de Dezembro. Não demorou longo tempo na administração, entregando-a a Azevedo e Sá a 13 de Janeiro de 1825.

Aos 5 de Fevereiro apresentava-se elle no Maranhão para onde fôra removido. Dois dias após, officiava Costa Barros ao Almirante Cochrane sobre suas tenções de assumir o governo. Estava o Almirante disposto a acceder quando recebeu cartas de Azevedo e Sá prevenindo-o das intenções de Costa Barros e ter tido noticias de que elle não vinha munido de nomeação official. Depois de varias conferencias entre elle e o Almirante ficou combinado que a posse se daria logo que do Rio chegasse a nomeação. "Barros pareceu acquiescer neste arranjo — informa-nos Cochrane — porém, *sendo bem conhecido partidario da facção portugueza*, em breve se achou rodeado pelos adherentes desse partido no Maranhão. Em 10 de Março, — continua — foi-me remettida pelo partido de Bruce uma serie de allegações contra o presidente interino, mas eram de natureza a mais insignificante e sem apoio de prova recusei dar-lhe attenção".

Aproveitando-se da ausencia do Almirante a bordo da nau *Pedro I*, os partidarios de Costa Barros pretenderam nessa mesma noite, por um golpe de audacia, mudar o presidente interino e empolgar o governo. Sendo Cochrane sabedor do trama baixou á terra com um destacamento, declarou a lei marcial, intimando Costa Barros a retirar-se da provincia. Nessas condições embarcou elle, ao meio dia de 13 de Março, a bordo do brigue *Cacique* com destino ao Pará.

Respondendo a carta de Azevedo e Sá, dizia Cochrane: — "Tenho a dar a V. Ex. muitos agradecimentos por sua obrigante carta, informando-me, de antemão, sobre o caracter de um individuo cujos principios e planos eu não tardei a descobrir. "Apenas elle tinha posto pé em terra no Maranhão foi cercado por todos os portuguezes da cidade, exprimiram de maneira não equivoca sua alegria ao vel-o chegar..."

Em outra carta ao governo do Pará, explicava o Almirante: "Os portuguezes e alguns outros tinham combinado collocar a Barros na presidencia, intento que eu, felizmente, frustrei chegando ao Maranhão..."

Aos 18 de Maio de 1825 o Almirante Cochrane deixava para sempre o Brasil. Em Agosto desse anno o "Diario Fluminense" transcrevia uma carta em que explicava a seu modo as prepotencias do Almirante contra o nosso biographado.

O Tenente-Coronel Costa Barros voltou, então, ao Maranhão, a bordo da charrua "Animo Grande", assumindo as redeas do governo provincial aos 13 do referido mez, no qual se manteve durante dezoito mezes. "Nem por isso melhoraram as coisas no Maranhão — diz-nos Godois — pois Costa Barros era homem violento e apaixonado e de caracter em que se não podia confiar... e até, segundo alguns, republicano exaltado, depois se convertendo ao culto imperial chegando a sustentar que o imperador é a fonte de todo o poder... "A consequencia foi o seu governo assignalar-se por violencias de todo genero, no prurido de combater fantasticas revoltas..."

Escreve o historiador Vieira da Silva: — "Posto que Pedro José da Costa Barros, tomando posse da presidencia do Maranhão, logo que o abandonou o famigerado Lord Cochrane, iniciasse uma administração justa e rasoavel, logo porém, ao depois ou assustado com fundamento, ou illudido por falsas denuncias de que se pretendia commetter uma revolução republicana na provincia, na occasião de se celebrar a festa do Corpo de Deus em 1825, certo é que perseguindo com rigor desusado, tratando os com dureza nos carceres, deportando outros, depositando-os quantos suspeitou de adherentes ao plano sedicioso, prendendo uns e a bordo dos navios, onde recommendava fossem privados de communicações e vigiados com severidade, persuadido assim que cumpria com zelo a missão que pelo Governo Imperial lhe fôra confiada". Sobre sua administração no Maranhão assim se refere Rocha Pombo: — "Na antiga provincia de léste, o presidente Pedro José da Costa Barros reproduzia os desatinos que se praticavam no Pará. Vendo inimigos em toda parte, e temeroso de conspirações imaginarias, applicava todo o seu esforço em perseguir todo mundo que não era dos *ficis como elle*. Via inconfidentes e republicanos em quantos não se lhe recommendassem por expressões e formaes protestos de culto pelo Imperador. As mais innocentes festas de familia para elle, tomavama ás vezes proporções de sacrilegas tramas. Criou assim na provincia um estado de angustia e pavor tão intoleravel que os povos começaram a bradar para a côrte; e não se sabe dizer que mais graves successos ali se apressasse a deixar o governo".

Ao assumir o governo do Maranhão, diz um dos seus defensores, Costa Barros encontrou no Thesouro provincial apenas réis 200$000. Durante sua gestão, com referencia ao serviço naval, "procurou cuidar que os trabalhos do Arsenal de Marinha não parassem". Nunca o Arsenal foi tão bem fornido nem trabalhou tanto. Fez reparar o brigue *Cacique*, cujas obras importaram em treze contos. Quanto á ins-

trucção publica proveu varios professores, criando aulas de geographia, rhetorica, francez e mathematica. Augmentou o Batalhão de Caçadores estacionado na capital, bem como a policia local. Reformou o Theatro de S. Luiz.

Em razão de seus temores e do agudo lealismo que o empolgavam, prendeu a bordo do brigue *Cacique* e da escuna *Leopoldina*, no que fez muito bem, varios conspiradores republicanos e alguns militares que assoalhavam noticias derrotistas, a respeito do levante da Cisplatina e da guerra do Rio da Prata, e pregavam doutrinas subversivas e favoraveis aos argentinos.

Em 1826 a despesa da provincia foi orçada em 358 contos; entretanto, muito pouco poude fazer. Tendo sido eleito, nesse mesmo anno, Senador pelo Ceará, entregou o governo do Maranhão ao Vice-Presidente Bernardo Franco de Sá e o commando das armas ao Conde de Escragnolle.

Atacado por ter recebido de amigos e correligionarios um crachá de Commendador da Ordem de Aviz cravejado de brilhantes, procurou defender-se, dizendo que Lord Cochrane tambem havia recebido do Coronel Simplicio, da Parahyba, uma espada cravejada de pedras preciosas no valor de 15.000 cruzados.

Em Abril do mesmo anno apresentou-se á Imperial Brigada de Artilharia de Marinha. A 3 de Maio de 1827 apparecia na imprensa do Rio um outro artigo contra os desmandos do nosso biographado, "ex-Presidente, Senador e eloquente poeta".

Em carta do Maranhão de 25 de Julho do referido anno, publicada na "Astréa" lê-se: — "Desde que poz pé nesta Provincia o execrando Barros, parece que o céo o amaldiçoou, e permittiu que elle trouxesse para cá todos os flagellos que feriam o infeliz Ceará: a fome, a secca e o despotismo ali aprendido com as Commissões militares, tem sido a partilha do Maranhão". Atacava ainda a mesma carta o "Presidente, nascido no Brasil para damno do Brasil..." e do "partido formado por Barros, de guerra declarada contra todos que têm sentimentos brasileiros..." Em 1828 appareceu um folheto defendendo a sua administração, escripto por um cavalheiro T. C. de R. (de Rocca?), sob o titulo "Acontecimento memoravel ou defensa do ilustre Senador Pedro José da Costa Barros, ex-Presidente da Provincia do Maranhão" — impresso na typographia imperial de P. Plancher. A Bibliotheca Nacional possue delle um exemplar, e quem tiver a curiosidade de consultal-o vel-o-ha catalogado sob as seguintes indicações: 318, 5, 2, n. 16.

A 8 de Abril de 1828 o nosso biographado passou a aggregado ao Estado Maior do Corpo de Artilharia de Marinha.

Em 1831, com a abdicação, appareceu uma petição de varios patriotas ao Governo afim de que fôssem expulsos do territorio nacional como inimigos da Patria cerca de 80 individuos entre portuguezes e brasileiros. No numero destes figurava Costa Barros, que sempre vimos muito apegado ao throno e ao partido portuguez. Por aviso do Ministerio da Guerra de 13 de Fevereiro de 1832 passou elle para a terceira classe do Exercito no posto de Tenente Coronel.

Desejando Costa Barros adquirir um nobre predio na rua da Ajuda, o proprietario delle procurou tomar informações "aonde teria havido o comprador tão avultada somma (attento á sua carreira militar e o posto que tinha)", lemos em um periodico da época.

O Tenente-Coronel Pedro José da Costa Barros, Senador do Imperio, falleceu nesta cidade do Rio de Janeiro, contando 60 annos de idade, a 20 de Outubro de 1839, sendo sepultado na igreja da Santa Cruz dos Militares.

Tenho procurado em vão o seu retrato, que não figura na galeria dos Ministros da Marinha do nosso Museu Naval.

Coronel

FRANCISCO VILLELA BARBOSA

1º Marquez de Paranaguá

(M. Naval)

XII, XVIII, XX, XXXVII e XXXIX

Coronel

FRANCISCO VILLELA BARBOSA

1.º Marquez de Paranaguá

Nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, aos 20 de Novembro de 1769, nasceu o titular cujo nome nos serve de epigraphe e que foi o 3.º Ministro e Secretario dos Negocios da Marinha do Brasil independente.

Foram seus paes o portuguez Francisco Joaquim Villela Barbosa, natural do Arcebispado de Braga, e D. Anna Maria da Conceição, do Rio de Janeiro.

Em tenra idade o nosso biographado viu-se privado pela sorte adversa dos carinhos paternos; e, pobre e só, foi acolhido por duas tias idosas, uma das quaes era a sua madrinha, e, á custa de grandes sacrificios, alcançaram proporcionar-lhe discreta educação e sufficiente instrucção primaria e secundaria.

Aos 18 annos, completados seus estudos de humanidades, Villela Barbosa, sempre auxiliado por suas dedicadas tias, conseguia embarcar-se para a metropole e lá matricular-se na então assaz famosa Universidade de Coimbra.

Ainda estudante, rendido de amores por uma captivante moçoila coimbrã, viu-se na contingencia de fazel-a sua esposa, sem ter obtido o consentimento das velhas tias, que esperavam delle todo o amparo á sua senectude.

Tão desastrado passo acarretou-lhe fundo dissabor, pois não só perdeu a amizade das parentas como a mesada que dellas desfrutava.

Era nesse tempo reitor da Universidade um illustre brasileiro, D. Francisco de Lemos, bispo de Coimbra e conde de Arganil, grande amigo do marquez de Pombal e dos raros que nunca desampararam o egregio estadista na desgraça. Ao ter conhecimento do acontecido e da situação afflictiva em que luctava o seu jovem compatricio para terminar o curso academico, delle condoeu-se o bondoso prelado, passando a auxilial-o até 1796, anno em que Villela Barbosa se formou em sciencias mathematicas.

O estudante brasileiro, graças aos seus naturaes talentos e grande applicação, lograra alcançar no 1.º e 2.º annos do curso os primeiros

premios. Em 1797 partiu para Lisboa e ainda graças á protecção do nobre bispo, foi admittido na Armada real com a graduação de 2.º Tenente. Embarcado, seguiu na esquadra destinada ao bloqueio de Tunis, distinguindo-se na campanha contra os piratas argelinos, que infestavam o Mediterraneo. Passou depois a servir a bordo da fragata *Medusa* (1800) e nella fez uma viagem e longa commissão aos Açores, portos d'Africa e Rio de Janeiro, revendo então, com prazer mas sem saudade, o berço do seu nascimento.

Completamente identificado já se encontrava com o meio, o sentimento e a vida da velha metropole.

A vida do mar, no entanto, não tinha para elle grandes e fortes attractivos; abraçara-a, talvez, mais por interesse de momento do que por decidida vocação. Nessas condições, nella não poderia vencer... Em 1801, sempre arrimado ao baculo episcopal, logrou ser transferido para o Exercito como 1.º Tenente de Engenharia. Foi, então, nomeado lente substituto das cadeiras de Astronomia e Navegação da Real Academia de Marinha. Um pouco mais tarde alcançou a cadeira de Geometria, disciplina que leccionou até 1822, data em que foi jubilado a pedido.

Em 1815 a Academia deu publicidade aos "Elementos de Geometria", trabalho de sua lavra, e, em 1817, fez elle estampar o "Breve tratado de Geometria espherica"; pouco depois, uma "Memoria sobre a correcção das derrotas da estima", que foi premiada pelo governo. Esses trabalhos, que tiveram sua epoca, firmaram sua reputação de mathematico.

Não só as sciencias exactas o attrahiam; em suas horas de lazer soube escandir versos com rara maestria e grande sentimento, logrando justo renome de "poeta distincto, de inspirações suaves e meigas". Ao genero erotico tambem não foi estranha sua polychroma musa, rezam as chronicas. De seu inspirado estro nos deixou como prova distincta dous preciosos livros "Poemas" e "Primavera".

Scientista e litterato, abriram-se-lhe facilmente as portas da "Academia de sciencias" e da "Sociedade real maritima e geographica de Lisboa".

Tão apegado sentia-se, entretanto, á terra portugueza que nem a fuga da familia real para o Brasil, arrastando comsigo a Academia de Marinha de que era lente, nem a invasão do reino pelas tropas francezas, resolveram-no a volver ao berço natal.

Temeria, o ingrato, o encontro com as velhas tias?...

A revolução liberal, que estourara no Porto em 1820, veio, no entanto, arrancal-o de sua modorrenta cathedra de professor para lançal-o á agitada vida publica.

Haviam sido convocadas as côrtes. No Rio de Janeiro, fria e quasi indifferente, correra a eleição para os seus representantes ao referido parlamento. Não havia mesmo quem quizesse, espontaneamente, ser deputado (como mudaram os tempos!) para evitar incommodos e não arcar com as despesas de viagem, estadia, etc.

Todavia, o eleitorado fazia questão fechada de ter brasileiros natos como seus representantes no parlamento portuguez. O espirito e o sentimento nativistas vinham abrolhando já, viçosos e fortes. Houve, por isso, necessidade de completar a lista com alguns nomes de brasileiros residentes na metropole.

Entre esses encontrava-se o nosso conhecido D. Francisco de Lemos, então bispo d'Elvas, com a avançada idade de 86 anos, que foi escolhido para representar a provincia do Rio de Janeiro. Para supplente foi feito por treze votos o seu protegido Villela Barbosa.

Vê-se que seus patricios delles mais se lembravam do que elle proprio da terra natal. O venerando antistite, em razão de sua provecta idade, declinou da insigne honra de que o haviam investido seus concidadãos, sendo então chamado para substituil-o o nosso biographado. A 16 de Outubro de 1821 tomava elle posse da cadeira no parlamento. Contava, então, 51 annos. "Era, segundo Gomes de Carvalho, incontestavelmente o mais notavel membro da representação fluminense, e a despeito de se achar ausente do Brasil desde 1787 concebeu as suas necessidades, participou da febre das suas aspirações na crise proxima", e... "vae trazer aos debates ardor juvenil e enthusiasmo que se fundiram maravilhosamente com a paixão de agravo desengano, que inflamma os compatriotas do norte".

"Prestou juramento no mesmo dia em que preoccupava Lisbôa a chegada do brigue *Intriga* com 42 presos politicos remettidos por Luiz do Rego ao poder judiciario da metropole, com o fundamento de promoverem a separação do Brazil. O povo apinhava-se nas galerias e os olhares se não desviavam da representação pernambucana. Ferreira da Silva, Muniz Tavares, Borges Carneiro (portuguez) defendem os presos e pedem o seu livramento. Villela Barbosa pede a palavra. A sua oração "é audaz e eloquente" — diz o autor citado. "Participa das angustias dos pernambucanos e propugna os interesses da patria com calor tal que não deixa de surpreender quando se considera que ha tantos se achava longe do Brasil".

Terminou assim o seu discurso: — "Quero conceder que naquella provincia alguns opprimidos levantassem na sua desesperação o grito de independencia. Acaso suas supplicas foram ouvidas e satisfeitas? Acaso se lhes arrancou o jugo de ferro Não, certamente. Luiz do Rego ainda lá existe. A liberdade comprimida reage em todos os sentidos e estoura, e todos os caminhos que trilha para se restituir ao seu devido estado são justos e quando menos desculpaveis. Removam-se do

do Brasil os despotas e oppressores, e, então, a voz da independencia, a menor voz será crime, e crime atrocissimo, com ingratidão para Portugal a quem devem aquelle favor, o ser, e ora o maior de todos os bens — a liberdade".

Villela Barbosa, apezar de sua "eloquencia nervosa", nunca se manifestou partidario franco, desisteressado da independencia nacional. Por herança e educação demonstrava sentimentos retrogrados, egoistas, tradicionalistas, diametralmente oppostos ao espirito americanista. "Tomando assento no parlamento — mostra-nos Mello Moraes — Villela Barbosa não se distinguiu nas côrtes pela opposição que fez ao projecto da separação do Brasil é pela defesa da justiça com que Portugal pretendia tyrannizar o Brasil com a recolonização".

Na sessão de 18 de Outubro de 1821, o unico da bancada fluminense, bateu-se todavia, contra o envio de tropas para o Brasil, tropa que se deslustraram no Rio, atacando eleitores inermes reunidos na Bolsa. "Renovarão a proeza — dizia — porque batalhões fóra de seu paiz reputam sempre inimigo o territorio em que pisam". Bateu-se tambem pelo direito da igualdade dos brasileiros e portuguezes nos empregos publicos. "Os povos do Brasil — expunha — são tão portuguezes como os povos de Portugal e por isso hão de ter iguaes direitos. Emquanto a força dura, dura a obrigação de obedecer. A força de Portugal ha de durar muito pouco, cada dia ha de ser menor, uma vez que não adoptem medidas proficuas e os brasileiros não tenham commodidades".

Da mesma fórma se oppoz que se tirassem do exercito de Portugal officiaes para o governo militar do Brasil. Achava desnecessario, porque "ali temos officiaes benemeritos; prejudicial pela avultada despesa que faz o thesouro com a ida daquelles governadores; injurioso, porque póde parecer que se duvide da aptidão ou fidelidade dos militares brasileiros; e impolitica, porque arrisca de os desgostar". Em outro discurso atacava ainda o systema recolonizador: — "Que quer dizer, a Junta da provincia sujeita só ao governo de Portugal, a Junta de fazenda sujeita ao governo de Portugal, o Commandante das armas sujeito só ao governo de Portugal, e ultimamente os magistrados só sujeitos ao governo de Portugal. Falemos claro: não vejo nisto senão aquella celebre maxima de Machiavel — *divide et impera*". Entretanto, em a sessão (numero 251) de 7 de Janeiro de 1822, exclamava: — "Eu sou filho do Brasil e se acaso os meus patricios se esquecerem do que devem á mãe patria, do que devem a Portugal, onde têm seus paes, seus parentes, e até os seus bens *eu seria o primeiro a embarcar e a ir combatel-os até que fôssem vencidos e entrarem de novo nos seus primeiros deveres...*" (!!).

Em outro discurso assim se manifestou: — ... *tinha vergonha de ter nascido no Brasil* e que tal era a sua raiva, que estava prompto,

posto que velho, a marchar, ainda que fôsse com a espada na bocca, para castigar os degenerados brasileiros, que queriam separação e obriga-los a voltar á salutar união com Portugal...."

O sordido interesse desse velho retrogrado, resinguento e sovina, o ligava á metropole; os empregos que occupava, as proprinas que recebia do erario, eis tudo!

Não seria capaz de abandonar desinteressadamente os empregos, deixar os seus commodos, para vir batalhar ao lado dos seus patricios em prol da liberdade da patria! O indulgente historiador Macedo faz, apenas, esta ligeira referencia á antipatriotica senão criminosa attitude do Villela Barbosa no parlamento de Lisbôa: — "Não foi denodado campeão da causa do Brasil na constituinte portugueza".

Foi accusado por isso e com justissima razão; e, em outro qualquer paiz que não o Brasil, teria sido declarado para sempre traidor á Patria. Entre nós assim não aconteceu, alcançou todas as honras e posições politicas e administrativas, como veremos. Os verdadeiros patriotas, estes acabaram banidos, encarcerados na forca ou á boca fumegante dos fuzis governamentaes.

E a nossa historia está cheia desses tristes exemplos. Ella tem sido escripta ao sabor, ao interesse e de accordo com a mentalidade portugueza até bem pouco tempo; por isso continua a apontar como prohomens, como proceres da nossa nacionalidade, como exemplo ás gerações de hoje, typos como Anadia, José Clemente Pereira, Luiz Paulino, Villela Barbosa e tantos outros, e a esquecer e a encobrir as figuras masculas dos verdadeiros batalhadores e fundadores da nossa liberdadee i ndependencia. Precisamos, pois já é tempo, escrevel-a sob o verdadeiro ponto de vista brasileiro, nacionalista, como o têm feito todas as nações dignas, pujantes, viris.

Declara um escriptor que Villela Barbosa provou, afinal, a sua lealdade, assignando requerimento de annulação do seu mandato como deputado ás côrtes portuguezas; todavia, permaneceu no parlamento até o seu encerramento quando muito antes já se haviam retirado quasi todos os deputados brasileiros, e quando já a nossa independencia estava realizada. Só se demittiu do Exercito portuguez, no qual gozava do posto de Major de engenharia, em Abril ou Maio de 1823!...

Ainda ao serviço portuguez embarcou para o Brasil como o celebre Luiz Paulino. Veio, então, no desempenho do triste papel de emmissario secreto das côrtes portuguezas afim de tratar da *união dos dois reinos*. Chegou ao Rio em Julho de 1823, sendo muito bem recebido pelo imperador (pudera)!... Refere-nos Vasconcellos Drummond que "á chegada de Villela Barbosa, que se havia celebrizado nas côrtes portuguezas por sua *desabrida hostilidade á causa da independencia;* sabendo-se que o imperador o havia recebido affectuosamente, os zangões absolutistas o rodearam com admiração".

D. Pedro mandou incorporal-o logo ao nosso Exercito no posto de Coronel e encarregou-o de um serviço de estatistica.

A 10 de Novembro de 1823 foi chamado a occupar as pastas do imperio e dos extrangeiros. Villela Barbosa, que trahira os interesses do seu paiz, acompanhando os deputados portuguezes que desejavam ver o Brasil de novo voltado a simples colonia — diz-nos o Dr. Luciano da da Silva — foi chamado ao ministerio para prestar-se, como servo subserviente do Imperador, a servir de carrasco no sacrificio da Assembléa legislativa nacional. Pedro I, pois, não podia ter batido a melhor porta... era o homem talhado para tal emprehendimento". Triste papel... Viera de encommenda! Foi elle o autor do perfido officio sobre a representação dos officiaes portuguezes contra os Andrada e os jornaes nacionalistas, "obra prima de capciosidade e cuja leitura foi ouvida com assombro", na Assembléa no dia 1 de Novembro. Ao receber o referido officio, que deu margem a tempestuoso largo debate, resolveu o parlamento convidar o Ministro do imperio a vir prestar as indispensaveis informações. A's 11 horas da manhã do dia 12 chegava Villela Barbosa á Assembléa fardado e com sua espada á cinta. Scientificaram-lhe que devia entrar na sala das sessões desarmado. Villela Barbosa, creatura servil do partido recolonizador, animado pelo imperador que se encontrava capitaneando a matilha de assalariados que marchava já contra a Assembléa nacionalista, retrucou com estudada empafia: — "Esta espada é para defender a minha patria (qual dellas?...) e não para offender os membros desta augusta Assembléa".

"Mesmo assim, armado, penetrou no recinto e abancou-se ao lado do primeiro secretario. Ao tomar a palavra para as explicações pedidas, pretendeu, accintosamente, fazel-o sentado como se achava. "Apezar de tudo — diz A. de Roure — a Assembléa não se havia *avacalhado*". O presidente observou-lhe que devia fallar de pé. E o ministro reaccionario, estomagado e contrafeito, ergueu-se e começou sua arenga desculpando-se e confessando "não ter podido em tão curto espaço de tempo (assumira, como vimos, o cargo na vespera) prevenir acontecimentos que causas anteriores haviam preparado". Mas, o facto é que os justificava e os patrocinava... "*Chegára a pedir demissão* logo que teve conhecimento dos successos"... mas que D. Pedro achara que os seus serviços eram necessarios... (!!!).

Prestadas outras declarações, o ministro passou a ser interrogado pelo presidente e a todas "as perguntas respondendo como réo a juiz"... — informa-nos o citado historiador. Por fim, assediado de perguntas, foi-se exaltando, com evidente irritação.

Diante disso declarou o Presidente achar-se a Assembléa satisfeita e, voltando-se para o titular, o despediu com um curto e desnorteador — "póde retirar-se".

Villela Barbosa sahiu pisando em brasas e vendendo azeite ás canadas. Dahi a pouco marchava a soldadesca contra a Assembléa e o General Moraes, entregava á mesa o decreto de sua dissolução. Diante da força bruta e sem meios de reacção a Assembléa capitulou. "A prepotencia imperial impulsionada pelo espirito portuguez — explica-nos o Dr. Rodrigo Octavio, — haviam conseguido reaccender no animo do principe, que vai mal a altivez e dignidade com que a Assembléa tinha sabio manter o principio da nacionalidade, a prepotencia imperial consumou-se".

Ao sahirem do recinto do parlamento, os tres egregios Andradas e mais doze collegas seus foram presos, levados para o Arsenal de Marinha e de lá recolhidos ao forte da Lage. No dia seguinte (13) creava o Imperador o Conselho de Estado.

E Villela Barbosa, "o principal aconselhador do golpe d'Estado impolitico e fatal", recebia então o primeiro premio do triste papel que representára: era nomeado Conselheiro e designado para a pasta dos extrangeiros.

No dia 14 assumia, interinamente, a pasta da guerra, que occupou até o dia 19, quando começou a gerir a pasta da Marinha para que fôra nomeado por decreto de 17 do referido mez.

Venciam desse modo os detestados reaccionarios lusitanos, auxiliados, desgraçadamente, por meia duzia de brasileiros desnaturados, interesseiros, aulicos e servis. Julgavam com isso ter dado mais um passo para a suspirada união. "Que se tramava a união do Brasil a Portugal novamente, é fóra de duvida — esclarece-nos A. de Roure — pois "até ao chefe dos nativistas, Antonio Carlos, mandára o rei de Portugal convidar para trabalhar naquelle sentido, recebendo a resposta que merecia de um tão nobre espirito e tão puro coração de patriota". Mandavam-se fazer prisões, abrir devassas sómente para satisfazer a gentalha portugueza, que planejava a recolonização, que tambem exigia "uma lei infame" de restricção á liberdade da imprensa afim de que esta não denunciasse e profligasse seus tenebrosos planos.

E o ministerio, com Villela Barbosa á frente, prestava-se subservientemente a estes tristes e degradantes papeis. Mostravam que nenhum sentimento nobre de civismo se aninhava em seus corações encouraçados pelo interesse e a bajulação ao throno.

No dia 15 havia sido assignado o decreto de deportação dos "desgraçados" Andradas e de seus briosos companheiros. Bem conhecido e o coluio havido entre Villela Barbosa e seus collegas de gabinete com o inveterado enophilo 2.º Tenente d'Armada J. Estanislau Barbosa, commandante da charrua *Luconia* onde embarcaram os deportados, para a entrega dos dignos e illustres brasileiros ao governo portuguez... "José Bonifacio de Andrada e Silva e seus companheiros — narra-nos Theophilo Ottoni — foram entregues á fé unica de um piloto de Gôa

arvorado *ad hoc* em official da marinha brasileira. E a historia ha de consignar um dia, que do navio do piloto de Gôa o patriarcha da nossa independencia teria sido transferido para os calabouços portuguezes, onde lhe teria talvez a sorte de Tiradentes, se perante o governo espanhol não lhe viesse a intervenção diplomatica. Dir-se-ha que essa criminosa tentativa é sómente imputavel aos ministros de 1823. Apelar-se-ha para o inviolabilidade imperial. Responderei que a irresponsabilidade e inviolabilidade são prescripções da constituição que então não existia. Responderei que de 13 de Novembro de 1823 a 25 de Março de 1824 a dictadura foi a mais completa e absoluta. E que os dictadores respondem moralmente, ao menos, por tudo que fazem os seus governos. Proseguirei, pois. A dissolução da Constituinte, attribuida cavilosamente nas proclamações imperiaes ao desejo da abafar projectos que os deputados tinham contra a nossa santa religião, fôra ainda hoje um mysterio, se da bitacula da *Luconia* um archote de luz não aclarasse os notaveis incidentes, que em Vigo, de Fevereiro a Abril de 24 occorreram, seria ainda hoje um mysterio, se as posteriores negociações do Conde de Subserva, de D. Antonio de Saldanha e de Francisco José Vieira não demonstrassem que effectivamente pretendeu descrever o Brasil em inventario do Sr. Rei D. João VI. E se um bello dia o Conselho d'Estado brasileiro não tivesse recebido aviso de convocação, com esta ordem do dia extraordinaria: *"Convirá que novamente se reunam sob o mesmo sceptro os estados do Brasil e Portugal"?*

Completa-nos o tenebroso quadro, Araujo Porto Alegre: — "Os acontecimentos occorridos naquella deportação a bordo do navio que os conduzia, eu tremo de os narrar. A historia ainda não divulgou esse horrivel acontecimento, essa especie de odysséa, esse naufragio *sui-generis*, essas revoltas, essas traições, essa fome; e a energia de José Bonifacio e as representações ao governo da Espanha. Mas quando o divulgar, a posterioridade ha de tremer, como eu estremecia ao ouvil-o da propria bocca das victimas, com uma serenidade patriarchal, e com aquelle amor com que narramos os perigos passados.

Quem desejar maiores esclarecimentos sobre essa pagina da nossa historia, urdida por Villela Barbosa e seus companheiros de ministerio com a conivencia do Imperador, procure lêr os "Textos e pretextos" de Alberto Rangel.

Pois bem: emquanto os egregios patriotas soffriam os tremendos precalços do horrivel banimento, o principal autor de sua desgraça, Villela Barbosa, o empedernido e reaccionario ministro, era designado para a commissão nomeada pelo Imperador para elaborar a Constituição do Imperio, da qual foi um dos dez signatarios.

E' preciso que se diga, todavia, que a referida commissão nada mais fez do que calcar o seu trabalho no projecto apresentado por um dos banidos, Antonio Carlos.

Ainda para galardoar seus serviços á causa portugueza, D. Pedro entregava-lhe a Gran-Cruz da Ordem do Cruzeiro e fazia-lhe mercê do titulo de Visconde de Paranaguá.

Dissolvida a Constituinte, apeado do poder o partido nacionalista, banidos seus chefes e principaes membros, a nefasta camarinha de D. Pedro, perfeitamente esclarecida, em conciabulos secretos, dos propositos e intensões lusitanos pelos successivos emissarios encaminhados da ex-metropole, demonstrava, pela directriz politic aentão seguida de hostilidade ferroz aos sentimentos e aos proselitos do nacionalismo, estar acorde ou, pelo menos, inclinada ao plano scelerado do machiavelico Palmella que — segundo nos informa Cochrane — consistia em "fraccionar o Brasil em pequenos Estados, faceis de *aterrar e controlar*".

Nesse presupposto seriam estes, em pouco tempo, facil presa das garras ganaciosas de Portugal, volvendo o Brasil ao anterior e miserando estado de colonia da então mais atrazada, retrograda, ignorante nação européa, para gaudio dos Villelas Barbosa, dos Inhambuque de cima e de baixo, dos Baependi, dos Zé Clemente, dos Oliveira Alvares, de toda uma casta, emfim, de desfibrados aulicos e interesseiros, servis creaturas da politica abjecta de Portugal e da côrte e da camarilha que a explorava... E rematando o quadro, o refinado, voluvel e luxurioso D. Pedro, herdeiro como era da corôa, continuaria empoleirado no throno a nos espesinhar a seu bel prazer e a distribuir todas as graças e favores aos seus patricios, aos aulicos e cortezãos.

Havia, no entanto, um grave impeço a vencer; talvez o unico e poderoso entrave ao tenebroso plano do gabinete secreto portuguez. Era a nossa forte, brilhante e victoriosa Marinha militar, que déra á patria sua liberdade e integridade, tripulada por um manipulo de Officiaes dedicados em consorcio com distinctos e bravos profissionaes estrangeiros e uma maruja firme e devotada. Fazia-se mistér, pois, abatel-a, aniquilal-a, desgostal-a, se para tanto fôsse preciso.

"Politica — explica-nos Cochrane — em que se perserverava com o objecto de aniquilar a Força Naval sem outro motivo mais que o de ter-se tornado por seus feitos odiosa á facção portugueza". O governo, para não sacrificar os interesses vis dos traficantes lusos, não havia pago á maruja da esquadra as quotas devidas e as que fazia jus pelos apresamentos feitos ao comboio e frota inimigos.

Nomeára o governo um Tribunal de presas de treze membros dos quaes só quatro eram brasileiros, cuja vergonhosa parcialidade tornou-se logo evidente aos primeiros arestos e sentenças. Cochrane, Grenfell e e Taylor, a trindade galharda que, com o intemerato João das Bottas, havia abatido o poder naval portuguez e firmado a integridade da patria com a sua independencia, foram as primeiras victimas do despudorado

e vingativo tribunal. Começaram por ser duramente castigados. Contra Cochrane sentenciaram ser elle passivel de *pena corporal;* ao Commandante Grenfell, mandaram submetter a Conselho de Guerra; e a Taylor condemnaram a seis mezes de reclusão em fortaleza e a perda em dobro do seu quinhão nas presas...

"A esquadra — explica Cochrane — por falta de gente, achava-se ociosamente fundeada no porto da capital".

Villela Barbosa, tomando a si a defesa dos interesses reinicolas, procurou em principio captar as sympathias de Cochrane, e, por fim, diante da resistencia deste tentou coagil-o a "restituir a propriedade portugueza apresada na guerra e pertencente de direito aos tomadores". Cochrane, que já era odiado pela facção lusa, mais detestado se tornou quando, a 14 de Novembro de 1823, em carta ao Imperador, o aconselhava a "afastar de sua pessoa por algum tempo, dando-lhes emprego honrado em missões no exterior, aquelles individuos portuguezes de quem os brasileiros tem ciumes"... Villela Barbosa no dia 24 foi visitar o Almirante e prometteu-lhe em nome do Imperador, que "havia de fazer quanto estivesse em seu poder" por elle Cochrane, pessoalmente. Dessa inesperada visita, da conversação que tiveram, inferiu o atilado Almirante "que os taes favores pessoaes implicavam em sacrificar elle por sua parte, os direitos da esquadra, fechando os olhos á restituição aos *amigos e adherentes ao ministro* dos navios propriedades portuguezes apresados, para o fim de conciliar o partido portuguez".

Agradecendo, no emtanto, as honras que o Imperador lhe havia proporcionado, declarava Cochrane ao ministro que "o maior favor pessoal que podia elle (Villela Barbosa) fazer-lhe era o de instar pela rapida adjudicação das presas, de sorte que os officiaes e marinhagem pudessem gosar da recompensa decretada pela propria autoridade do Imperador".

"A politica da facção lusitana no poder, era — agora que a esquadra havia expulso a armada e o exercito da mãe patria — conciliar seus compatriotas que haviam ficado no Brasil, e assim criar e manter uma influencia que reduzisse a autonomia imperial á expressão mais simples. O principal objecto — desde que alcançassem a acquiescencia de Cochrane — era a restituição da propriedade portugueza tomada por ordem imperial, e então pertencente de direito aos apresadores, julgando elles alcançar a annuencia de Cochrane com offertas de enriquecimento.

Falhou, todavia, a tentativa. Cochrane instou para que a esquadra, que até então não recebera os vencimentos, fôsse paga. Marcou o ministro o dia 7 de Novembro para o pagamento. Nesse dia, porém, quizeram sómente pagar tres mezes; a maruja rejeitou, e com razão.

Como vemos, emquanto o Imperador distinguia Cochrane, nomeando-o a 19 de Dezembro membro do seu Conselho privado, "estavam

seus ministros *anti-brasileiros*, praticando com elle e a esquadra toda sorte de vexações, mais especialmente no negocio das presas, a cuja condemnação obstinadamente se oppunham".

Permittia-se até que os navios apresados fôssem despudoradamente saqueados, embora entregues como estavam á guarda do Arsenal, sendo retirados de bordo delles os officiaes de marinha que os guarneciam.

Após uma serie de pecuinhas intoleraveis, que Cochrane com seu genio altaneiro não supportava e sabia repellir, os ministros recorreram a grosseiro processo para deprimir o Almirante e diminuir-lhe a popularidade.

"Esquecendo — diz Cochrane — os ministros a tal ponto o decoro de sua posição escreveram ou fizeram escrever contra mim uma serie de artigos chocarreiros nas gazetas debaixo da assignatura de "Curioso", contendo cousas que não podiam ter sahido senão da Secretaria do Ministro da Marinha"... O Almirante, por sua vez, fez publicar, em represalia, algumas duras verdades que obrigaram Villela Barbosa a metter a viola no sacco... Nada conseguindo de Cochrane em favor das descahidas pretensões da commandita portugueza, de que se arvorára em patrono, Villela Barbosa não dava ouvidos ás reclamações do almirante, procurando por todos os modos desgostal-o e aos seus companheiros, contrariando muitas vezes as proprias ordens do Imperador.

A dissolução violenta, intempestiva, da Constituinte repercutiu dolorosamente em Pernambuco, onde o espirito revolucionario de 1817 mal abafado fôra nas cinzas dos seus martyres. Frei Caneca, inflammado tribuno, interpretando o sentir dos seus concidadãos, declarava: — "Do Rio, nada, nada, não queremos nada"!

Em Janeiro de 1824, Cochrane recebia de Recife avisos de que se tramava um movimento revolucionario. Immediatamente deu o Almirante communicação ao governo. A 12 de Fevereiro, Villela Barbosa com elle conferenciava sobre o equipamento da esquadra, que estava quasi desguarnecida em vista de terem os marujos abandonados os navios á falta de pagamento das soldadas e da parte que lhes cabia nas presas feitas ao inimigo portuguez. Cochrane tambem reclamava seus vencimentos e da officialidade da esquadra, pois conhecendo a directriz politica seguida pelo ministerio anti-brasilico e reaccionario, procurava garantir seus interesses e dos seus subordinados, antes que as coisas mudassem de aspecto. Não obstante — diz-nos Cochrane — o cariz ameaçador dos negocios do Norte, não se tomava nenhuma medida para satisfazer a marinhagem. Em vez disso recebia ordem para empregar minha influencia para que tornassem os homens a entrar no serviço sem serem pagos".

Entretanto, uma pequena divisão naval sob as ordens do sympathico João Taylor, foi possivel mandar-se ao Recife. E o governo imperial, no dizer de Justiniano da Rocha, teve occasião e pretexto para desenvolver o apparato militar, criando as celebres commissões militares que, sem processo, summariamente, foi executando os revolucionarios que lhes iam cahindo nas garras sanguinarias".

Villela Barbosa, do mesmo modo officiava para Recife.. "que não admitisse convenção ou capitulação, pois que *se não devia dar quartel a rebeldes*".

"A anciedade — conta-nos Cochrane — que a revolta em Pernambuco causava ao Imperador era todavia nulla tanto para Severiano (Maciel da Costa) como para o seu collega Barbosa (Villela) — se bem que agora começasse a se assustar, não demonstrando disposição alguma de cumprir as ordens de S. Magestade de interferirem entre Officiaes e marinhagem, afim de poder tripular a esquadra".

Afinal, por Decreto de 11 de Junho, mandou-se dar aos marujos estrangeiros, que continuassem no serviço mais meio soldo e, por Decreto de 22 do referido mez, determinou-se ao Ministro da Fazenda "que entregasse á disposição do 1.º Almirante, lord Cochrane, 200 contos por conta das presas.

A esquadra, entretanto, não merecera todos os cuidados a que fazia jus. O Almirante queixando-se ao Imperador da má vontade existente contra as forças navaes, dizia-lhe com a maxima franqueza: "... é só *pela remoção de funccionarios portuguezes* — mais especialmente da repartição naval — e pela nomeação de *brasileiros natos em seus logares*, que V. M. I. póde razoavelmente alcançar a plena confiança seu povo. Tal proceder seria muito mais effectivo para supprimir a rebelião ao norte do que o mal equipado destacamento naval empregado naquelle serviço".

De 26 de Julho a 3 de Agosto de 1824 Villela Barbosa esteve, interinamente, á testa da pasta da Guerra. De sua curta pasagem por essa secretaria d'Estado não tivemos conhecimento de qualquer acto administrativo que o recommendasse.

Todavia, na Marinha, durante o seu primeiro anno de administração, procurou, com muita deligencia e bastante energia cohibir vicios e abusos inveterados, acabar com os furtos a bordo, corrigir a escripturação e pôr um paradeiro aos descaminhos de material "que eram já feitos em terra". Tratou de mudar a Cordoaria para a ilha das Cobras, pois tal officina, dirigida por um Capitão de Mar e Guerra reformado, produzira em outros tempos 17.607 varas de algodão. Propunha a fusão dos cargos de Intendente e Inspector do Arsenal, e o mesmo desejava fazer com a Intendencia. Lembrára a terminação dos Quarteis da Artilharia de Marinha e a edificação do local da velha Intendencia de um predio adequado á Academia de Marinha, que occupava então tres mi-

seraveis cubiculos do Mosteiro de São Bento, cobertos de telha vã e sem capacidade. O Observatorio maritimo só dispunha de uma janella "donde apenas se descobre pequena parte do céo". Villela Barbosa fez levantar a planta das Marinhas da cidade do Rio de Janeiro, tendo ficado concluida a parte que ia do Flamengo ao Aterrado. Interessou-se pelo balisamento dos portos do Pará e Rio Grande.

"Sendo os trabalhos estatisticos, — dizia elle — principalmente na parte que considera a população, agricultura, commercio e industria, estas grandes fontes da força e da riqueza das nações, de uma reconhecida importancia e necessidade para os Legisladores e Governos como meios, que podem ministrar-lhes todas as informações e dados precisos e indispensaveis para a resolução de grandes problemas da publica administração, exigiu o Ministerio em 1824 dos presidentes das Provincias do Imperio aquellas noções necessarias para formar uma estatistica maritima, que habilitasse o Governo, nesta parte, com o conhecimento da possibilidade dos recursos do Brasil, para dar á Repartição de Marinha o impulso conveniente".

Infelizmente, porém, sómente alguns presidentes o fizeram; outros não atenderam á solicitação do ministro. A mais importante obra que nos legou Villela Barbosa, data da sua primeira âdministração naval, foi o dique secco da ilha das Cobras, chamado "Santa Cruz", que só foi de novo atacada em 1851 no Ministerio do Visconde do Rio Branco.

Mas, prosigamos. A 2 de Agosto de 1824, a esquadra, ás ordens de Cochrane, fazia-se de vela para o norte afim de abafar o movimento revolucionario. A 17 de Setembro as tropas de Lima e Silva, transportadas na esquadra e desembarcadas em Jarágua, após varias encontros com os sublevados, assenhoreavam-se do Recife.

"O descontentamento nas provincias do norte só tinha origem no systema de governo anti-brasileiro que no Rio de Janeiro se proseguia, o qual avaliado por todos de longe mais parecia portuguez que brasileiro" — demonstra Cochrane.

Para afastar a revolução, aconselhava o Almirante, requeriam-se presidentes habeis, bem versados no manejo dos negocios publicos; mas, em vez disso, homens de um caracter opposto haviam sido, na maioria, escolhidos pela administração. Os Commandantes das armas "usavam sua autoridade da maneira a mais arbitraria e reprovavel. Era dificil, não ha duvida, encontrar homens capazes; ou, se os havia entre brasileiros, o *ciume do partido portuguez na administração impedia a sua elevação ao poder;* sendo o objecto daquella facção a desordem como auxiliar de suas vistas anti-imperiaes".

A 4 de Novembro proseguia Cochrane para o norte na gloriosa faina de apaziguar as provincias. Emquanto o Almirante, um estrangeiro, "assegurava aos revolucionarios a promessa de amnistia, um aviso ministerial declarava que dadas todas as ordens para o julgamento e

castigo dos réos da abominavel revolução", de nenhum modo podia valer-lhes o perdão offerecido pelo Sr. Almirante, que para isso não estava autorizado"...

Aos 4 de Outubro de 1825 Villela Barbosa assumia, interinamente, a pasta dos Estranjeiros. No pouco tempo que esteve á testa deste importante departamento teve occasião de tentar junto ao Ministerio do Exterior das Provincias Unidas do Rio da Prata um accordo politico sobre a situação da Provincia Cisplatina, que, estimulada por demagogos argentinos, se havia levantado contra a incorporação ao Brasil. Infelizmente os acontecimentos se precipitaram e a guerra entre os dois vizinhos foi declarada, cabendo a Villela Barbosa, como titular da Marinha, preparar os elementos para impor a nossa vontade naquella região. Merece louvores seus esforços e sua infatigavel energia em o desenvolvimento que deu á parte material da nossa Armada. O mesmo não podemos dizer quanto á escolha dos commandantes em chefe da esquadra em operações de guerra e seus subordinados.

Creatura da facção anti-brasilica, foi procurar entre os adhesistas portuguezes, sem talentos militares nem escola, Rodrigo Lobo, Pinto Guedes, etc., deixando de parte Cochrane, Taylor e outros, para dirigir, os nossos lenhos naquella rude e cruenta campanha. O resultado da bisonhice, inexperiencia e falta de escrupulos daquellas duas fatuas figuras, sem o menor conhecimento da arte da guerra e despidas de affeição pelo Brasil, juntamente com as asneiras e as negociatas de Lecor, Magessi, Rosado, os dirigentes da guerra terrestre, foi a lamentavel perda da Cisplatina e o fracasso de algumas emprezas, com desprestigio para as nossas armas. "Mantinha-se a Marinha em pé ostensivamente respeitavel, diz-nos Pereira da Silva. Contava para cima de sessenta embarcações de guerra de todos os tamanhos; grande parte, fragatas e corvetas, além de uma nau de linha, causando crescidas despezas quando tinha mais aparato, que de força real effectiva, pois o que não devendo o Brasil temer guerras com nações poderosas em Marinha (?!), bastavam-lhe navios veleiros, bem tripulados e de pequeno calado dagua, para lhe prestarem mais valiosos serviços que fragatas e corvetas pesadas como as que se dispunha, como a experiencia se encarregou de demonstral-o posteriormente".

De facto, era uma esquadra de 96 vasos armados com 690 canhões. Estas informações com maiores detalhes, mappas do pessoal e material, etc., haviam sido enviadas á Camara, pelo Ministro, a 30 de Junho. A commissão de Marinha, não se satisfazendo com ellas, pediu a 25 de Agosto novos esclarecimentos ao Ministro. Villela Barbosa, estomagado com a opposição que lhe fazia o parlamento pela sua attitude e politica anti-nacionalistas, cingiu-se a responder que achava ser o nu-

mero dos vasos "muito diminuto em proporção do que importa a posição geographica deste imperio e a extensão de seus littoral. Quanto á fixação das forças navaes externava-se assim: — "... nem, é admissivel fixar menor numero de forças navaes do que as actualmente empregadas e das que para isso se preparam; attento particularmente a guerra em que se acha empenhada a honra do pavilhão brasileiro, nem tão pouco é possivel fixar maior numero, como aliás muito conviria, e se requerera, se coubesse na faculdade do corpo legislativo levantar de improviso forças desta natureza de um para outro anno, desvelando-se por isso o governo em promover o augmento da Armada pelo modo possivel, a ponto que existindo em Novembro de 1823 quarenta e oito embarcações armadas, em Agosto de 1826 existiam 104 além das que estavam no estaleiro e de duas fragatas esperadas da America do Norte"...

Entretanto "a Camara dos Deputados confeccionou um projecto reformando a organização militar existente, quer nos estabelecimentos e arsenaes, quer nos estabelecimentos e arsenaes, quer nos serviços dos navios". Além do mais, determinou que emquanto durasse a guerra se conservasse o numero das tripulações dos navios existentes; concluida, porém, a paz se reduzisse a esquadra ao numero fixado, vendendo-se as embarcações excedentes.

O Senado, apezar da contestação do Ministro e de varios senadores, approvou essas medidas.

O historiador inglez J. Armitage critica a politica naval do Ministro Villela Barbosa no seguinte trecho: — "O Brasil, por motivos de ostentação, querendo infundir ás nações estranjeiras uma idéa avantajada de uma força naval, havia seguido o systema de compôr e fazer construir sua esquadra de modo a não se prestar á guerra do Rio da Prata nem para proteger o seu commercio de cabotagem. Embarcações pequenas e veleiras seriam mais proprias para o serviço do paiz; a ambição de D. Pedro e a mesma judiciosa politica do Marquez de Paranaguá, Ministro da Marinha, só cuidaram em compôr a esquadra de fragatas, corvetas e outros navios de alto bordo".

O Deputado Calmon, entretanto, em discurso proferido a 8 de Outubro de 1827, defende o velho titular chamando-o "Ministro honrado a quem devemos o augmento rapido e brilhante da nossa Marinha... bom servidor do Estado levou nossas forças navaes a mais de cem vasos, no mais curto espaço de tempo. As *idéas gigantescas*, que se lhe quizerem attribuir em desabono fazem-lhe honra como homem de Estado. Nenhum ha ou haverá que mereça tal nome que não se tenha apartado de idéas mesquinhas e ordinarias, e não tenha concebido planos arduos e mesmo gigantescos"...

Contestando as palavras de Calmon, respondeu o Deputado May: "... nunca confundi cousas gigantescas com sonhos e absurdos gigantescos... as extravagancias gigantescas daquelles que vieram aconse-

lhar a perda da força moral do Brasil, zombando dos fieis primitivos servidores do mesmo Brasil, nunca mereceram a minha approvação, e nos meus golpes de vista constantes ao Brasil inteiro pela imprensa sempre annunciei como é que eu encarava estes sonhos de força physica, que tinham por objecto a força moral da parte dos que vieram depois ser espectadores das nossas causas do Brasil; talvez, para acabar, mais depressa com o Brasil. "Ainda o Sr. Marquez de Paranaguá não estava cá, já eu o temia, Sr. Presidente; tenta-o politicamente, não de outra fórma; e quando o Sr. José Bonifacio apparecer em scena, se é que as desgraças desse pobre e honrado velho tiverem de findar; ou quando pela sua morte apparecem seus escriptos, tavez nas suas ineditas se ache alguma pagina avulsa, que me faça justiça, ao menos, Sr. Presidente, as minhas intenções, e ao meu modo de ver ao longe, e mesmo na parte relativa ao Senador Marquez de Paranaguá..."

Em nova organização ministerial de 20 de Janeiro de 1826, continuou Villela Barbosa á testa da administração naval. Dois dias após, era escolhido pelo Imperador para representante da provincia do Rio de Janeiro, na Camara Alta.

A 21 de Maio houve nova modificação no gabinete. Villela Barbosa era considerado necessario á politica anti-brasileira que o governo seguia, por isso continuou á frente da pasta da Marinha.

Na sessão de 1° de Junho apresentou um projecto de lei sobre construcção naval e navegação, em o qual se nota a sua preoccupação em affastar de bordo dos nossos navios os bons elementos inglezes e norte-americanos para enchel-os com chusmas portuguezes infensas aos elementos nacionaes e á independencia. Sempre que se lhe deparava occasião trazia como exemplos em seus discursos medidas tomadas pelas nefarias côrtes da ex-metropole.

Como é sabido, a Imperatriz D. Leopoldina falleceu durante a ausencia do D. Pedro, em viagem para o Rio Grande do Sul. Tendo a Marqueza de Santos, amante ostentiva do Imperador, procurado penetrar nos aposentos em que agonizava D. Leopoldina, a isso se oppuzeram varios Ministros presentes, destacando-se Villela Barbosa, que se acercou da Marqueza e mostrou-lhe a inconveniencia de tal visita.

Offendida e irritada, a concubina imperial ameaçou-os com vingança certa. Ao espalhar-se a noticia desse gesto digno de Villela Barbosa, o povo, applaudiu-o e victoriou o Ministro. O facto é que o Imperador, horas após a sua chegada, mandava lavrar a demissão do Ministerio (16 de Janeiro de 1827), com a excepção, porém, do Ministro da Guerra, general portuguez adhesista, que se mostrára em desaccordo com a attitude dos collegas e era visitante assíduo da Marqueza de Santos.

Villela Barbosa tomou conta, então, da cadeira de Senador que, em 1826, os fluminenses lhe haviam offerecido.

Quando José Clemente Pereira, obedecendo subservientemente á vontade do Imperador, passava carta de Senador pelo Ceará ao seu patricio e sequaz, General João Vieira de Carvalho, Marquez de Lages, baseando-se em actas parciaes da eleição, ao ser a referida carta apresentada ao Senado, o Marquez de Paranaguá impugnou-a com vehemencia, protestando contra as violencias praticadas nas eleições. Conta-nos Pereira da Silva, que a opposição de Villela Barbosa causou extranheza, como era natural, passando a ser violentamente atacado pelo "Diario Fluminense", orgam governamental. Esquece o nosso historiador que o Conde de Lages, collega de ministerio do Marques de Paranaguá, fôra o unico a discordar da medida tomada contra a Marqueza de Santos; e, portanto, tinha contas a ajustar com o nosso biographado, que sempre foi homem rancoroso e vingativo. Continuou Villela Barbosa no Senado até que, afastada a funesta marqueza da côrte pelo novo casamento do Imperador, foi chamado mais uma vez ao Ministerio da Marinha aos 3 de Dezembro de 1829. O gabinete de que fazia parte não encontrou, todavia, nenhum apoio no parlamento. Como ministro, nessa occasião, deu mostras mais uma vez do seu espirito retrogrado e vingativo. O 2.º Tenente Theophilo Christiano Ottoni, brasileiro nato, bello talento e illustrado espirito liberal, interviera na politica opposta ao governo. Villela Barbosa, seu emulo em conhecimentos mathematicos, procurou castigal-o, nomeando-o para servir no clima malsão do Alto-Amazonas e depois na "Divisão Naval de Léste", que não mantinhamos na Costa d'Africa, verdadeiro cemiterio das nossas guarnições. Ottoni, brioso e altaneiro, não se submetteu á prepotencia do ministro, ao reconhecer no acto dessa autoridade a iva de uma perseguição estupida. Pediu, pois, demissão da Armada. Perdeu a Marinha um bello ornamento, mas ganhou a engenharia e o magisterio nacionaes um notavel profissional. Não só Ottoni como Cochrane, Taylor, Magalhães Calvet, Marques Lisbôa, depois Marquez de Tamandaré, e muitos outros distinctos officiaes soffreram a má vontade e a perseguição desse titular retrogrado, atrabillario e vingativo.

Do seu "Relatorio", apresentado á Assembléa geral em 25 de Maio de 1830, vamos respigar alguns trechos que nso mostram o estado geral da Marinha de então e o espirito administrativo e os projectos do titular da pasta. Começando pela Secretaria de Estado, dizia que "mettida em um antigo edificio ou antes pardieiro", pelo aluguel de um conto de réis por anno, encontrava-a sobrecarregada com a "excessiva correspondencia e extraordinaria expedição de ordens de toda a natureza, ainda sobre objectos mais triviaes". Pedia a organização de uma Ordenança, ampliando as disposições da portaria de 26 de Maio de 1826 que nomeara uma commissão para tal fim. Propunha a criação de

Escolas de nautica nos portos de maior commercio, como Bahia, Maranhão, "afim de que, pela falta consequente de Pilotos, não seja" a nossa navegação mercantil entregue á direcção de estranjeiros a individuos sem habilitações". Mostrava a intenção de nomear uma Junta de Officiaes para coordenar uma projecto de reforma dos Estabelecimentos navaes.

Referindo-se ao Arsenal de Marinha da Côrte, dizia que apresentava melhoras introduzidas pelo Inspector de então. Com a excepção da ferraria, as demais officinas estavam distribuidas por edificios velhos, acanhados, sem instrumentos e machinas modernas. Faltava uma carreira de construcção; entretanto já existia o risco de uma capaz de receber de naus até escunas. Nos trabalhos do Arsenal eram empregados 100 escravos da nação, mas era de opinião que deviam ser vendidos, pois a despeza annual com sua manutenção era de dez contos. Chamava a attenção para o pequeno salario do operariado. "Economia essa — dizia — os antes desleixo, levaram aqui a total perda, no tempo do governo portuguez, oito naus de linha e grande parte de outros vazos da sua Marinha de Guerra".

Com os réditos do Arsenal, a venda de pedras do desmonte, barca d'agua, cavallos e barcaça de querenar, determinara elle o inicio de uma Casa forte proxima do mar e as obras para o Quartel dos presos.

Não havia Casa do risco, de modelar, nem Casa de armas; o armamento fôra recolhido á ilhas das Pombas.

O Arsenal do Rio, embora vagarosamente, continuava a produzir. Em Outubro de 1829 fôra lançada ao mar uma corveta de 22 peças, tendo custado 145.895$290, e encontrava-se no estaleiro uma barca e uma bombardeira.

Do Arsenal da Bahia, apto para construcção pelas suas mattas e qualidade de operarios, fôra lançada uma náu de 80 peças (*a Pedro II*); e no estaleiro de Itapagipe apromptava-se uma fragata de 50 peças, existindo madeiras promptas e galivadas para uma outra.

O de Pernambuco devia estar provido do indispensavel para supprimentos; pelo pouco espaço que apresentava tornava-se nelle quasi impossivel a construcção naval. Apontava o mau estado do porto do Recife, pedindo para elle melhoramentos e a dragagem do Mosqueiro, pois tinha o fundeadouro muito acanhado.

O Arsenal dò Pará, que era de 3ª ordem, estava em decadencia. Dizia delle: "... não foi possivel acabar-se, antes está muito atrazada, a fragata que na mesma época ou ainda anteriormente se mandou construir. Verdade seja que cumpre declarar que para a falta da construcção desta obra não tem só concorrido a da intriga, filha da inveja e da ignorancia de uma *partido* (?) que ha ali".

Deviam-se aos operarios 29:822$044. Lembrava a conveniencia de reorganizar-se a Escola de Praticos daquella provincia.

Nos estaleiros de Santos continuava parada a construcção de uma corveta e um brigue; no de Paranaguá cahira ao mar uma corveta (*Santa-Cruz*) no valor de 38 contos. As provincias de Santa Catharina, Espirito-Santo, Alagôas e Parahyba forneciam madeiras. "Entretanto — explicava — a de Santa Catharina se recommenda á consideração do Corpo legislativo e do Governo por sua posição geographica e militar, não sendo mistér muito, para em pouco tempo poder ser um estabelecimento maritimo, pois, segundo me informa o Presidente (Mello Alvim) a Armação da Piedade, collocada na situação a mais commoda para prestar quaesquer soccorros aos navios de guerra que ali aportam, apresenta já em seus vasios edificios todas as casas, armazens, telheiros e officinas proprias de um grande Arsenal tendo, ao mesmo tempo, seu porto disposição conveniente, para ali se assentarem estaleiros de construcção não de embarcações miudas para os serviços dos navios d'Armada, mas ainda de brigues e pequenas corveta,. Uma consignação mensal de 200$ a 300$ pelo cofre da Intendencia de Marinha desta côrte, seria por ora bastante para dar impulso a este projecto". A divida da Intendencia da referida provincia era de 1:380$307.

No Rio, proseguiam lentamente as obras do dique. De Setembro de 1824, inicio das obras do dique, até Abril de 1830 a pedra vendida importara em 57:119$670 e, tendo-se pago aos cabouqueiros havia um saldo de 6,724$810.

Era intenção do governo manter armados, durante o anno financeiro de 1831-32, duas fragatas, 6 corvetas ou brigues, 6 escunas e 6 transportes (21 embarcações) com uma guarnição de 2.000 praças. "Por essa fórma se persuade o governo — explicava — de poder satisfazer a protecção, que deve ao commercio e ás necessidades da politica, conseguindo ao mesmo tempo, não só adestrar a joven officialidade brasileira nos exercicios praticos navaes, como tambem conservar as tripulações naquelle estado de instrucção e disciplina, de que tanto dependem os successos maritimos militares, prestando entretanto, senão outros serviços, o de afastar a occasião em que poderia ser util, mostrando que, em caso de necessidade, saberá sustentar a honra e direitos do pavilhão brasileiro".

A 5 de Outubro de 1830 o Ministerio demittia-se; Villela Barbosa, entretanto, considerado homem necessario, foi conservado. Encontrou forte opposição no parlamento, sendo o orçamento da Marinha reduzido de cerca de 1.8000 contos.

Aos 9 de Março de 1831 retirou-se do Ministerio, para, no dia 5 do mez seguinte ser de novo chamado para gerir a pasta da Marinha, propondo, então, na sua furia de vingança, medidas extraordinarias e

os tormentos do seu coração leal e dedicado o maior erro de sua vida politica: a parte consideravel que teve na dissolução da Constituinte brasileira". No dia seguinte, quando D. Pedro entregou ao Major Frias e Vasconcellos a declaração de sua abdicação, Villela Barbosa, procurando uma taboa salvadora, acercou-se daquelle official tendendo dissuadil-o de levar a nota ao conhecimento das tropas e do povo. Devido á grande exaltação popular, o marquez de Paranaguá foi obrigado a esconder-se para não soffrer insultos e desacatos.

A muito custo conseguiu apresentar-se a bordo da nau *Warspite*, onde o ex-imperador se refugiara, e pôr-se á disposição deste, abandonando a patria que infelicitara, mercê de sua intolerancia e de seu portuguezismo impenitente.

D. Pedro, com a brutalidade que o caracterizava, disse-lhe francamente que delle se não podia encarregar, pois já trazia muita gente ás costas. Retrucou-lhe Villela Barbosa, que — "nesse caso só lhe restava *tornar a Portugal*, onde tinha direito (?) a uma pequena aposentadoria como professor". Disse-lhe D. Pedro: — "Espero que não irá para Portugal antes de minha filha estar estabelecida no throno: prohibo-lhe" — "Mas, meu senhor, tornou, lamuriento, o cortezão, que quer que eu faça? Não tenho fortuna, só tenho meu subsidio..." — "Faça o que quizer; não é da minha conta... Por que, não roubou como o Barbacena? Estaria bem agora..."

E assim cheio de magoa e resentimento pelo amo cruel a cujo aceno não se pejara, fazer os papeis mais tristes... volvia, cabisbaixo, ao seio dos seus concidadãos, assás benevolentes, que haviam de perdoar-lhe as fraquezas, os desmandos, as injustiças, as vinganças pequeninas e... até sua falta de patriotismo.

O historiador Macedo, que foi um dos seus biographos, com uma indulgencia demasiada, diz: — "O Marquez de Paranaguá commetteu graves erros; mas a elles levado por seus principios e por suas convicções. Ou pelo costume do antigo systema politico, sob o qual vivera meio seculo, ou por caracter natural e convicções profundas, era no governo o homem da autoridade forte e intransigente, parecendo ver condemnavel resistencia na opposição, por isso em alguns dos seus actos levou a severidade até a intolerancia! Desejava o bem e a liberdade do povo; mas como a temer-se das expansões dos principios liberaes contrariou este por vezes". "Foi sempre um conservador severo e intransigente e preconizador da imposição da autoridade legitima".

Em 1840, como presidente do Senado, ligou-se aos liberaes, apoiando a decretação da Maioridade, mas "alcançada a victoria — conta-nos Macedo — distanciou-se dos companheiros de occasião". Em a cerimonia da Sagração do Imperador D. Pedro II serviu de Condestavel.

Filiado, como dissemos, ao partido conservador, foi chamado a 23 de Março de 1841 para por-se mais uma vez á testa da pasta da Ma

rinha, cargo que exerceu até 26 de Agosto de 1846. Estavamos, então, a braços com a revolução da provincia do Rio Grande do Sul, conhecida pela "Guerra dos Farrapos".

Do seu "Relatorio" sobre os negocios da Marinha, apresentado em 1841, vamos algo respigar. Começou por elogiar os serviços da Secretaria de Estado. Em seguida, lançando os olhos para o Corpo da Armada, pedia fosse melhorada a sua sorte, pois os soldos e comedorias eram ainda os de 50 annos atraz; "não são de modo algum sufficientes — declarava — para manter a descencia do official de tão distincta corporação e nem mesmo para acudir as precisões ordinarias da vida". Comparai os seus vencimentos com os que cidadãos de outras classes hoje percebem e vereis quão inferior é a este respeito a condição daquelles cuja vida anda continuamente arriscada em serviço de bordo. Por certo a qualidade de um tal serviço não póde ter valor menor na vossa estimativa". Apontava, então, os seus serviços. Chamava a attenção do parlamento para a falta de marinheiros, fazendo-se mistér lançar mão do recrutamento e augmentar o tempo de serviço, pois o corpo de marinheiros estava reduzido a 500 praças. Era de opinião navegação e pilotagem.

Lembrava a criação de um Corpo de Engenheiros Navaes, mandando brasileiros estudar na Europa. Pedia a construcção de corvetas, não esquecendo de mostrar as vantagens de navios de guerra a vapor, "prompto e efficaz", abandonando o antigo systema, criando uma força naval "cuja mobilidade esteja á disposição de quem a commanda, e não a mercê dos ventos e correntes". Citava, como exemplo, a campanha dos inglezes na Syria. Mostrava, ainda, a necessidade da reforma da artilharia dos navios, pesadissima, de calibre mui reduzido (1|32) e servida segundo a velha rotina. Pedia machinas para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Fez suspender varias obras: a do observatorio na ilha das Cobras; a nova fundição na fazenda da Estrela sob a direcção do allemão Beng; a Cordoaria do Arsenal foi transferida para a Armação; foi abolida a Companhia de Artifices destinada a dar guarda no Arsenal, voltando tal serviço a ser feitos pelos Guardas Nacionaes.

A construcção naval, apesar de tudo, ia em progresso. Em Junho de 1840 era lançado ao mar do Arsenal do Rio um patacho de 12 peças; do arsenal de Santos uma corveta de 110 pés de quilha; do da Bahia cahira ao mar a corveta *União* de 18 peças; no de Pernambuco havia um brigue no estaleiro; no do Pará mandara proseguir a construcção de uma fragata; o de Matto-Grosso sob a a direcção de Leverger, ia em andamento. Todavia, todos esses arsenaes estavam carecendo de reparos. Pedia a cobertura dos estaleiros. As obras do dique, começadas em sua primeira administração, em 1824, continuavam paradas.

Por Decreto de 13 de Novembro de 1840 havia sido criada a Repartição da Contabilidade. Villela Barbosa mostrava-se contrario ao estabelecimento da Academia de Marinha em navio fundeado. Externava-se assim sobre o assumpto: — "Talvez este meu juizo seja filho de preoccupação; os velhos são ordinariamente avessos a novidades, achando sempre melhor o antigo, e tanto mais quando aquella transferencia tem em seu abono ser lembrança e obra de um conspicuo Almirante (Sena Pereira) cujas luzes e talento merecem geral consideração". Chamava a attenção para o Hospital de Marinha que tinha apenas cinco enfermarias, comportando 160 doentes e não havendo logar para officiaes. Por Decreto de 14 de Dezembro de 1840 mandara estabelecer nelle uma botica. Fala dos hospitaes de Pernambuco e Bahia e mostra a necessidade de serem criados outros nas demais provincias maritimas. Da mesma fórma não esqueceu de chamar a attenção para o estabelecimento de um Asylo de invalidos. Referindo-se ás obras dos portos dizia ter mandado para Pernambuco, sob a direcção do Capitão de Fragata Felippe Alves de Oliveira, uma draga. Se voltarmos, agora, nossas vistas para o "Relatorio" de 1843, vemos que, pelo Decreto n. 260, de 1 de Dezembro de 1841, fóra organizado o Quadro d'Armada. Referindo-se á officialidade, dizia Villela Barbosa: — "esta briosa corporação de servidores do Estado (permitti, senhores, que na vossa presença, na presença da Nação representada, eu pague á lealdade a devida homenagem; que eu lhe tribute o merecido elogio); esta briosa corporação, digo, de defensores da Patria, tem tido a gloria de atravessar illesa da vertigem revolucionaria todo o espaço decorrido até hoje desde a época da nossa memoravel independencia; portando-se sempre em todas as occasiões com a maior galhardia e denodo na sustentação da ordem e integridade do Imperio. Honra pois e louvores á Marinha brasileira".

Chamando a attenção para o pouco tirocinio a só terem empregado sua actividade em rios e lagoas, lembrava e pedia viagens á Europa, e ao Pacifico. Tratando da Academia de Marinha, mostrava ter ella earealizado, com seu commandante, em 1841, uma viagem de instrucção. Pedia uma pequena corveta para bordejos. Referia-se á divisão naval mandada a Napoles para transportar ao Rio a Imperatriz D. Thereza Christina.

Villela Barbosa criara, a 17 de Novembro de 1840, o Laboratorio das balas ôcas a direcção do Tenente-Coronel graduado da Brigada de Marinha, Luiz Manuel Gonçalves. Nelle se preparavam, além dos referidos projectis, espoletas fulminantes, novos reparos de artilharia e fechos de percurssão, com os melhoramentos introduzidos por aquelle prozfissional. Informava que os vasos *Euterpe* e *Constituição* haviam sido dotados de taes melhoramentos e que, a 6 de Dezembro de 1841 o Imperador se havia dignado assistir as experiencias dos novos artefactos.

Mostrava a conveniencia do augmento de navios a vapor, pois taes navios haviam prestado excelentes serviços no transporte de tropas para

abafar as revoluções de S. Paulo e Minas. Dizia que os marujos nacionaes haviam sido applicados no abafamento dos referidos movimentos subversivos; e que, á falta de gente, determinara o Governo o engajamento de marujos no estranjeiro. Referindo-se aos Arsenaes, mostrava que se havia montado uma fundição e "um annel dagua para os serviços de aguada" no do Rio, de onde, a 24 de Maio de 1842, fôra lançada ao mar uma corveta de 20 caronadas de calibre 32, tendo custado 163:410$896. Em construcção, encontrava-se uma Barca a vapor de 70 cavallos com machina ingleza, um hiate para o serviço da ilha Raza e uma pequena galeota para o Imperador. A cordoaria ia caminhando bem e a guarda do Arsenal continuava a ser feita por Artifices. Voltava a mostrar a conveniencia da criação de um Corpo de Engenheiros navaes e chamava a attenção para o melhoramento das florestas, reclamando contra os abusos existentes.

Os demais Arsenaes do Imperio careciam de reparos. Do da Bahia fôra lançada em 1842, uma corveta de 2 canhões de calibre 18 e 22 de 32; logo outra a substituira na carreira; no de Pernambuco cahira um brigue, que custara 50:936$782, e no estaleiro encontrava-se um brigue-escuna. No Arsenal do Pará havia *dezoito* annos encontrava-se no estaleiro a fragata *Dois de Dezembro...*; em Matto-Grosso — informava — existiam tres canhoneiras e treze canôas e que, em Janeiro de 1842, fôra posta no estaleiro do pequeno Arsenal uma canhoneira. Nessas condições o Presidente da provincia solicitava a organização de um batalhão de artilharia para guarnecer a flotilha.

O edificio do Arsenal de Marinha de Santos fôra reedificado. Villela Barbosa nomeou uma commissão de fiscalização e outra para as obras dos portos e reformou a Secretaria de Marinha. Mandou fazer uma nova enfermaria no Hospital e encommendou uma nova draga para o porto do Maranhão, por se achar a antiga, para lá mandada em 1823, abandonada por inutil. Mostrava ainda em seu Relatorio a necessidade de um Codigo Penal e Processual e um Regulamento de policia dos portos. Durante essa gestão, Villela Barbosa esteve algum tempo impedido, reassumindo o cargo em 20 de Janeiro de 1843.

O Marquez de Paranaguá, muito embora sem a necessaria educação politica e falta dessa habilidade, dessa finura, dessa psychologi de consumado estadista, que seus bajuladores teimavam nelle encontrar, teve, incontestavelmente, uma clara e larga visão sobre os destinos navaes do Brasil. Tal descortino nasceu, naturalmente, de haver militado na classe do botão d'ancora. Foi, talvez, o unico Ministro da Marinha do primeiro imperio a procurar com energia e tenacidade firmar o nosso poderio naval. Conta-nos Moreira de Azevedo que Villela Barbosa era o proprio a asseverar "que, emquanto não tivesse o paiz uma numerosa Armada não poderia progredir e marchar firme e forte entre as outras nações"; e por isso "tratou de activar a construcção naval nos Arsenaes do Imperio e abrir um dique onde fossem reparados e con-

certados os que soffressem avarias ou estivessem deteriorados". No "Correio Mercantil", de 1855, um escritor naval, que se escondia sob as iniciaes de A. T., ao estudar a personalidade de alguns ministros da marinha, assim se manifestava a respeito de Villela Barbosa: — "O Marquez de Paranaguá, verdadeiro Richelieu da nossa Armada (!!)... lutou com todas as difficuldades de um estado quasi de barbaria, espedaçando entre seus braços herculeos circumstancias e abusos que alquebrariam as forças de um athleta menos esforçado. Para seu elogio basta dizer-se que mesmo entre os seus desaffectos deixou a reputação de Ministro mais militar que temos possuido".

Foi vice-secretario da Academia de Sciencias de Lisboa e membro nosso Instituto Historico, etc.

Este retrogrado titular "um dos chefes mais intelligentes do partido reaccionario", no dizer de Raiol, falleceu nesta cidade do Rio de Janeiro aos 11 de Setembro de 1846, sendo sepultado no dia seguinte em uma das catacumbas da igreja de S. Francisco de Paula. Sua viuva, D. Maria de Nazareth de Carvalho Villela, que era portugueza, logo após a morte do marquez, retirou-se para sua terra natal. Não deixou descendencia.

Encontra-se o retrato do Marquez de Paranaguá em a galeria dos Ministros da Marinha do nosso Museu Naval.

XIII

Capitão de Fragata

D. FRANCISCO MAURICIO DE SOUZA COUTINHO

1.º Marquez de Maceió

A morte prematura da excelsa paladina da nossa independencia, a desditosa imperatriz D. Leopoldina, determinara o rapido regresso de D. Pedro da provincia do Rio Grande do Sul, para onde havia partido com o deliberado fito de estimular as energias amolentadas dos Chefes militares e impulsionar com o requerido rigor a frouxa e delongada guerra que sustentavamos contra as Provincias Unidas do Rio da Prata, hoje Republica Argentina.

O Imperador desembarcára no Rio a 14 de Janeiro de 1827 e, poucas horas depois, escrevia do proprio punho uma carta a Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo, Ministro que o havia acompanhado ao sul, determinando-lhe lavrasse a demissão de seus collegas de gabinete, os Marquezes de Paranaguá, Caravellas, Baependy e Inhambupe. Desse modo abrupto, inesperado, vingava-se D. Pedro de seus ministros por se haverem dignamente opposto á entrada da Marqueza de Santos, sua luxuriosa e prepotente amante, na camara onde se extinguia, ardendo em febre e ralada de desgostos, a desventurada D. Leopoldina, victima, dizem, de um pontapé do seu imperial esposo.

Do Ministerio demittido, o unico a conservar a pasta foi o General João Vieira de Carvalho, Conde de Lages, aulico portuguez, que se manifestára contrario á attitude digna de seus collegas e era assiduo frequentador do palacete da combôrça imperial, de cujas graças e valimento muito se ufanava.

Reorganizado o Ministerio, assumia a 16 de Janeiro a pasta da Marinha o joven Capitão de Fragata D. Francisco Mauricio de Souza Coutinho, Marquez de Maceió, elevado a esse alto cargo devido "metade ao favor de D. Domitila, cujos caprichos, juntamente com a "intriga de portuguezes", aujourdhui dominent principalement les affaires" — segundo o agente francez do Rio de Janeiro, citado por Alberto Rangel.

Não só o mero *acaso*, diga-se de passagem, mas os seus ascendentes de familia e suas intimas ligações com a camarilha palaciana, guindaram Souza Coutinho ao elevado posto de Ministro e Secretario de Estado. Como profissional, sua fé de officio não era das mais brilhantes em confronto á dos seus companheiros.

Nascera o novo titular na cidade de Turim, na Italia, aos 3 de Fevereiro de 1796, quando seu pae, o famoso Ministro de D. João VI, D. Rodrigo Domingos de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa, 1º Conde de Linhares e 1º Senhor de Payalo, era representante de Portugal junto á corôa dos Estados Sardos. Sua progenitora, D. Gabriela Maria Ignacia Azinari Glingli di San Marsan, filha terceira dos Marquezes de Caraglio e S. Marsan, Felippe Francisco Valentim Azinari di S. Marsan e D. Ursula G. Maria Teresa, Condessa de Cisterna. Eram da primeira nobreza do Piemonte.

D. Francisco Mauricio, sendo já cavalleiro da Ordem de Malta, teve ingresso na Armada real portugueza, no posto de 2º Tenente (então Tenente de Mar) a 30 de Junho de 1808, quando seu pae era Ministro da Guerra e dos Estranjeiros no Brazil.

Cinco annos volvidos, a 6 de Julho de 1813, obteve os galões de 1º Tenente, e logo em seguida, foi chamado para ter exercicio no Paço como Moço-Fidalgo.

Fez parte da officialidade da nau *D. Sebastião* que, sob o commando do Capitão de Mar e Guerra Manuel Antonio Farinha levou, em 1815, á Europa duas infantas portuguezas, filhas de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, promettidas esposas aos principes espanhões, D. Fernando e D. Carlos.

A Condessa de Linhares, progenitora de D. Francisco Mauricio, tambem ia a bordo como Dama de Honra das princezas. No anno seguinte, 1816, El-Rey d'Espanha distinguia o nosso biographado com a ordem de Isabel, a Catholica.

Entre 1817 e 18, D. Francisco tomou parte na campanha do Rio da Prata commandando o brigue *Infante D. Miguel*. Em 1818 foi nomeado Veador da Princeza real D. Leopoldina. A 8 de Janeiro de 1821 foi promovido ao posto de Capitão-Tenente.

Tendo o Principe-regente D. Pedro resolvido permanecer no Brazil, rebelando-se contra as côrtes propotentes de Portugal, satisfazendo assim os anhelos dos brazileiros, Souza Coutinho decidiu-se a acompanhal-o.

Afim de expugnar "as forças parlamentares portuguezas (!) estacionadas na Bahia, foi mandada organizar uma divisão naval sob as ordens do Chefe de divisão Rodrigo Antonio de Lamare. A ella foi incorporado o brigue *Reino-Unido* do commando de D. Luiz Mauricio. Fez-se de vela a divisão em 14 de Julho de 1822. Após uma viagem tormentosa, chegou a força naval ás aguas da Bahia, onde encontrou solertes, activos e muito superiores os elementos infestos. O espirito das guarnições manifestara-se decididamente antagonico aos sentimentos brasileiros: entre a officialidade se não reinava a má vontade, campeava, todavia, a desconfiança, a intriga, o descontentamento, a va-

cillação. O chefe de Lamare, apegado muito fortemente ás capciosas instrucções que trazia, mostrava-se irresoluto, pouco disposto a tomar uma decisão firme, energica. Aos 18 de Agosto, após improficuo cruzeiro nas costas bahianas, forçado pelas exigencias do General Labatut, resolveu o chefe naval dirigir-se para Jaraguá, onde deu desembarque ás forças terrestres que transportava.

Dahi rumou para Pernambuco, afim de abastecer-se de mantimentos e aguada. Chegados ao Recife, Souza Coutinho requereu vistoria para o seu navio, "cujo apparelho estava em misero estado e tinha o trincaniz tão podre que pelos olhaes, que nelle trabalhavam, já não se podia içar coisa alguma".

Mal se haviam iniciado os recebimentos do indispensavel e os mais urgentes reparos dos navios, correu a alarmante noticia da vinda de novas e poderosas forças inimigas contra o Brazil. Diante disso o chefe de Lamare reuniu um conselho de officiaes no qual a maioria dos presentes propendeu pelo prompto regresso ao Rio. O chefe, entretanto, mostrava-se resolvido a ir á Bahia "verificar se as forças são, como se diz, superiores ás desta divisão, para então nesse caso, ir para o Rio de Janeiro".

"Esta opinião do Chefe — informa o Capitão-Tenente A. P. de Carvalho — fez com que eu pretendesse dirigir-lhe um protesto, em que o tornava responsavel pelos resultados funestos de sua teima em se aproximar da Bahia, mas o Capitão-Tenente commandante do brigue *Reino-Unido* (o nosso biographado) o foi logo communicar ao mesmo Chefe, que no dia 12 de Outubro (aliás Setembro) nos reuniu de novo a bordo da Capitanea, onde o informei circumstanciadamente do estado sedicioso da guarnição, e principalmente de sua fragata e da corveta *Liberal*, onde já tinha havido um principio de sublevação por ter-se imposto o castigo da perda da ração de aguardante". De facto; no dia 12 de Setembro, quando os navios se aprestavam já para a partida, o commandante Souza Coutinho, pelo dever de lealdade ao seu Chefe officiou-lhe nestes termos: — E' do meu dever prevenir a V. Ex. que, geralmente, tenho ouvido os officiaes dos navios desta esquadra, principalmente aos da corveta *Maria da Gloria*, falar da má vontade com que as tripulações vão encontrar-se com as forças européas, assegurando até que na *Maria da Gloria* já ha partido formado para deporem o commandante. Sobre este objecto muito particularmente poderá informar o Capitão-Tenente Augusto. Tambem me consta que a tripulação da fragata de V. Ex. não está bem disposta; como tudo isto é fundado em conversas que ultimamente tenho ouvido, espero que V. Ex. queira averiguar o estado de sua esquadra, pois que não asseguro ser ou não verdade o que acima digo haver. No voto que deu o Capitão-Tenente Fernando diz que vota na ida para o Rio de Janeiro por particulares razões; talvez tenha alguma razão para isso. Eu, por

minha parte, votei pela ida ao Rio, porque acho ser mais vantajoso entrarmos com a esquadra no Rio de Janeiro do que sem ella, coisa muito provavel pela disposição contraria das guarnições".

Essa grave e franca communicação sobresaltou o Chefe de Lamare, que reuniu novo conselho em que ficou de certo modo esclarecida a situação assaz precaria da força naval brasileira. Fez-se de vela a divisão; mas, na altura dos Abrolhos, a 17 de Setembro, deu-se um principio de sublevação a bordo da capitanea e, a 21, outro a bordo da corveta *Liberal*. Souza Coutinho conseguiu manter a pequena guarnição do seu barco, pelo menos apparentemente, dentro das normas da ordem e da disciplina.

A 29 de Setembro a divisão chegava ao Rio, já encontrando proclamada a independencia. Pouco depois da chegada, o Capitão de Mar e Guerra Cunha Moreira, Commandante da corveta *Maria da Gloria*, "magoado pela communicação feita" por Souza Coutinho sobre o "comportamento e intenções da guarnição do seu navio, sem, entretanto apresentar provas, tanto mais que depositava plena confiança nella", dirigiu uma representação ao Ministro da Marinha "estranhando o procedimento de sua officialidade que o mantinha na ignorancia do espirito revel de seus subordinados, e pedia a abertura de uma devassa a bordo do seu navio" antes que a sua guarnição tivesse outro destino, para ficar apurado do que haviam jurado os mesmos officiaes".

Ao que parece, resultou de tudo isso um estremecimento bem accentuado nas relações de camaradagem entre Cunha Moreira e Souza Coutinho, pois este, apezar de ter adherido á causa nacional respondendo a affirmativamente ao officio que lhe fôra enviado pelo Quartel General de Marinha em cumprimento do decreto de 5 de Dezembro de 1822, não foi aproveitado na esquadra que, sob as ordens de Lord Cochrane, varreu dos nossos mares as tropas portuguezas e firmou a nossa independencia.

E' apenas, uma supposição que fazemos, por se encontrar nessa occasião no Ministerio Cunha Moreira e não figurar Souza Coutinho entre os batalhadores da nossa emancipação politica.

Deixando o commando do brigue *Reino-Unido*, que passou a chamar-se *Cucique*, D. Francisco foi nomeado, a 1 de Dezembro de 1822, gentil-homem da Camara do Imperador, continuando, porém, como Veador da Imperatriz. Em 14 de Abril de 1823 foi-lhe concedido o habito do Cruzeiro, e a 12 de Outubro do mesmo anno foi promovido a Capitão de Fragata. No anno seguinte, a 5 de Abril, jurou a Constituição, entrando no gozo da cidadania brazileira.

No dia 14 de Agosto do mesmo anno desposava, no Rio, D. Guilhermina Adelaide Carneiro Leão, natural de Lisbôa, onde nascera a 2 de Janeiro de 1803. Era filha do Brigadeiro commandante da Guarda Imperial, Fernando Carneiro Leão, Conde da Villa-Nova de São José.

e de D. Gertrudes Angelica Pedra, senhora que foi assassinada a 8 de Outubro de 1820, com um tiro de bacamarte, a mando, dizem as chronicas, da Rainha D. Carlota Joaquina. Carneiro Leão foi quem patrocinou a nomeação do 2º Tenente J. Estanislau Barbosa para commandante da charrua *Luconia*, que levou os egregios Andradas ao exilio, e que devia manobrar para entregal-os á furia dos lisboetas.

Souza Coutinho, por decreto de 25 de Março de 1825, foi galardoado com o officialato da Ordem do Cruzeiro e, a 12 de Outubro do mesmo anno, obteve o titulo nobiliarchico de visconde de Maceió, com grandeza. A 3 de Abril de 1826 foi-lhe concedido o habito de Christo e, a 22 do referido mez, a commenda da mesma ordem. Alcançou, pouco depois, o titulo de Conselho, e a 12 de Outubro, era elevado a marquez do mesmo titulo. Vemos assim o nosso biographado receber continuas e variadas honras, mercês e previlegios sem, entretanto, alcançarmos saber e enumerar os valiosos serviços que por ventura houvesse prestado á sua patria de adopção e ao throno que o tinha em tão grande merecimento...

A guerra do Rio da Prata estava em plena actividade, reclamando o esforço de todos os patriotas. Assim como não havia prestado seus serviços profissionaes na campanha da independencia, do mesmo modo Souza Coutinho se manteve retrahido em face da guerra Cisplatina.

De familia fidalga, tradicionalmente ligada á Côrte (muito embora seu progenitor se tivesse envenenado por ter recebido algumas bastonadas do *magnanimo* D. João VI, segundo indiscretas chronicas), vivendo sempre á sombra dos favores reaes e imperiaes, preoccupava-se Souza Coutinho, unicamente, em bem servir ao monarcha para não lhe perder o valimento. Aulico e cortezão muito pouco interesse demonstrava pela causa publica, ainda menos de um paiz a que se não sentia fundamente radicado pelo coração. Como vimos, até para companheira dos seus destinos fôra buscar uma lisboeta.

Com a subita e inesperada reorganização ministerial coubé a Souza Coutinho, graças á influencia da famigerada Marqueza de Santos, a quem não se pejava de cortejar, a pasta dos Estranjeiros, interinamente, e de modo effectivo a da Marinha em substituição ao velho, rabugento e reaccionario Marquez de Paranaguá.

* *

Como dissemos, empenhados nos encontravamos em uma guerra impopular contra a actual Argentina, que nos disputava a posse da provincia Cisplatina.

A nossa esquadra, apesar de senhora do mar, devido aos naturaes impeços do estuario platino e aos elementos inadequados ao theatro das operações, não havia ainda alcançado anniquilar o poder naval adverso,

nem se oppôr vantajosamente á sahida e ás arriadas dos corsarios, na maioria norte-americanos, acobertados com a bandeira argentina. A grita era geral contra a depredação praticada pelos estrelopos.

Como a guerra tivesse sido declarada mais para satisfazer ao capricho imperial do que pela vontade do povo, os adversarios politicos da situação, agitados pelo espirito liberal e americanista que percorria o paiz, não se cansavam, quer na imprensa, quer no parlamento, de profilgar e increpar o governo a má direcção das operações militares, cujos chefes eram portuguezes adhesistas.

A mudança ministerial não melhorou a situação geral, composto como era o gabinete de cortezãos e politicos da velha escola de D. João VI, sem a menor ligação com o parlamento, como nos informa Pereira da Silva. O Imperador não encontrava auxilio nos ministros, que subscreviam "suas vontades, apenas manifestadas, sem ousarem reflectir, e menos objectar, ou por se não acharem na altura das cicumstancias. Eram meros instrumentos da vontade do chefe da nação, visto que este os mudava a capricho, e os conselheiros da côroa por falta de funccionarem as Camaras legislativas não encontravam apoio parlamentar, com que se fortalecessem perante a corôa e a contivessem nos seus desaccertos".

Na Camara dos deputados, perguntava o fogoso Bernardo de Vasconcellos: — "E o que serão os ministros na presente sessão? Deus nos livre que insistam no seu procedimento anti-nacional". A imprensa, apezar de amordaçada pela prepotencia governamental, dirigia "murmurios e lamentações do povo contra o modo de proceder-se a guerra..." e contra o desleixo da Repartição de Marinha, que deixava desembaraçado contra os corsarios para exercerem suas tropelias e prejudicarem e roubarem o commercio brazileiro indefeso e abandonado".

"O Vice-Almirante Pinto Guedes — diz Pereira da Silva — dirigia as operações da frota encerrado na camara da fragata em que embarcara, e sem communicar-se ou entender-se com os officiaes, que tinham de executar suas resoluções".

O deputado Vergueiro clamava, "que quaesquer que tivessem sido as mudanças ministeriaes, perseverava sempre a mesma direcção, o que provava a existencia do governo "pessoal", e não do regime representativo; de secretarios de estado e não de ministros responsaveis; não havia liberdade consignada na Constituição, que não houvesse sido velada; não se apontava direito, de que o governo não tivesse zombado. "Resultava dahi, em sua opinião, a *incapacidade provada dos ministros* e portanto os grandes desastres da guerra por mar e por terra". E com a emphase natural que o caracterizava, e assaz apaixonado exclamava: — "Como é possivel que este Imperio, que dispõe de recursos muito superiores a Buenos-Aires, quer em numero de soldados, quer

em dinheiro, já em navios de guerra, já emfim em adiantamento e progressos, não conte senão derrotas, quando seus inimigos se gloriam com victorias repetidas por mar e terra? As fragatas e corvetas brazileiras, passando pelos mares e pelo Rio da Prata não sabem bater o inimigo muito mais fraco; sabem só fazer presas em navios de commercio neutro; não sabem exterminar os corsarios e piratas; sabem só agarrar embarcações socegadas, e que se não defendem por não terem armas e artilharia"...

Bernardo de Vasconcellos, por sua vez, não perdoava o ministerio: — "Os ministros — dizia — têm confessado sua ignorancia ainda nas coisas mais triviaes das suas repartições e como saberão mesmo o que convem para guiar-nos! Devem suas altas posições a favores e patronatos, e estas altas posições só se devem conferir aos *talentos parlamentares* (!!!) no systema representativo, como postos que se ganham nos campos de batalha".

Em 1827 ficára o paiz privado da lei de fixação das Forças navaes. Diante deste tropeço iniciava o marquez de Maceió a gestão do departamento posto sob sua experiencia. Novas contrariedades vieram, dentro em pouco, aggravar ainda mais tal situação assaz embaraçosa. Em Fevereiro a nossa flotilha do Uruguay, depois de uma arrancada victoriosa em Yaguari, soffria em Juncal dolorosa derrota e, no mez seguinte, uma expedição naval enviada ao Rio Negro de Patagones fracassava lamentavelmente. O combate de Quilmes, embora vantajoso ás nossas armas, não tivera o brilho e a importancia para offuscar os citados insuccessos.

Apesar desse contratempo continuavamos senhores do mar e com a supremacia naval. A nossa esquadra contava então: 1 náo, 9 fragatas, 3 corvetas, 1 lugre, 4 brigue-escunas, 16 escunas, 1 cutter, 10 barcas-canhoneiras, 8 lanchas armadas, 14 transportes e 8 correios; um total de 87 vasos, artilhados com 982 bocas de fogo e guarnecidos por 7.813 praças. Em construcção nos diversos Arsenaes do Imperio existiam: 1 náo, 3 fragatas, 1 corveta e 8 canhoneiras.

O sangrento mas victorioso e decisivo combate dos bancos de Santiago, ferido em 7 e 8 de Abril de 1827, que anniquilou os melhores elementos navaes das Provincias Unidas do Rio da Prata, veio não só atenuar a impressão acabrunhadora dos passados revezes, mas tambem dissuadir completamente a nossa ferrenha rival de uma projectada arriada ás nossas costas com o fito de depredar o commercio e centros mercantis do ribamar. Sentindo-se impotente para nos impôr a sua vontade, o Governo argentino, assoberbado já com tremendas difficuldades decorrentes do bloqueio e da dolorosa derrota que acabava de soffrer, resolveu enviar ao Rio de Janeiro o diplomata D. José Manuel Garcia, Ministro do Exterior, a pedir a paz.

Em principio de Maio o plenipotenciario argentino chegava ao Rio e, a 24 do referido mez, graças á interferencia do Ministro inglez Roberto Gordon, assignava-se o pacto da paz.

No dia 26, o Marquez, de Maceió havia enviado ao parlamento a communicação da ordem dada, pela Repartição da Guerra, ao Presidente de Matto Grosso para a construcção de algumas canhoneiras (6 no maximo) para a defesa do Rio Paraguay e, juntamente, os officios de 18 de Julho de 1826 e de 3 de Maio de 1827 do referido presidente sobre a criação de um pequeno Arsenal e o regulamento do alludido estabelecimento. Essa medida, após ligeiro debate, foi approvada.

Ainda no mesmo dia 26, o Ministro enviava uma informação sobre o estado da esquadra, numero de vasos que a constituiam, etc; sobre a Brigada de Artilharia de Marinha e sobre os vencimentos della. Terminava assim a informação, "... devendo eu desde já ponderar a V. Ex. pelo que respeita a este objecto que, durante a guerra com Buenos Aires as forças existentes, e as em construcção não bastam ainda para occorrerem ás differentes commissões em que tenham de empregar-se, sendo portanto necessario augmental-as convenientemente, ao menos com mais brigues e corvetas no que o governo cuida, com a maior actividade, não sendo admissivel menor numero de força do que as actuaes, dado mesmo o caso de se fazer a paz, attento á posição geographica do Imperio e a vasta extensão do seu litoral".

Pedia além disso o Ministro mais um batalhão para a Brigada de Artilharia de Marinha, afim de guarnecer convenientemente os navios. Communicava tambem achar-se em elaboração um novo Regulamento para a Marinha.

A 30 de Maio, a Camara pedida com urgencia ao Governo copia authentica das instrucções dadas pelo mesmo ao Almirante chefe da esquadra do sul acerca do bloqueio de Buenos Aires e das que se tinham dado sobre o juizo das presas.

Fugindo á praxe adoptada, o Marquez de Maceió, como vimos, em vez de, pessoalmente, fazer a apresentação ao parlamento das propostas para a fixação da Força Naval fel-o por meio de simples officio. Tal deliberação sobremodo desagradou a Camara. O Deputado Odorico Mendes opinou para que a proposta ministerial fosse mandada á commissão de constituição para dar parecer, pois achava-a fóra dos moldes constitucionaes. Bernardo de Vasconcellos, dizia "que o caso era novo". Teixeira de Gouveia era de opinião que se devia acceital-a. Lino Coutinho, por sua vez, declarava "não querer gastar cera com mau defunto". Como vemos, a mal encaminhada proposta foi recebida na ponta de faca... Em a sessão de 11 de Junho, Clemente Pereira ao referir-se á direcção que leva a guerra dizia: — "Se olharmos para o mar a coisa não tem sido melhor que em terra"... Havia, como temos mostrado, manifesta má vontade contra a Marinha, mercê da inhabilidade dos seus dirigentes.

Nessa mesma sessão, Bernardo de Vasconcellos apresentava uma indicação á Camara, convidando a Commissão de Marinha, Guerra e Justiça a apresentar medidas legislativas "que acabem com a legislação actual, da parte em que confere *empregos ao nascimento*, sem attender á Constituição. Atacava elle um acto do Ministro da Marinha, assim: "A dor que sinto, Sr. Presidente por ver que a despeito da Constituição do Imperio, continuam os empregos a serem dados ao nascimento, sem attenção ao talentos e as virtudes. Não ha muitos mezes (creio que haverá quatro), sahiram despachados guardas-marinha dois filhos do Visconde de Alcantara (João Ignacio da Cunha), com licença de irem para a França educar-se; ora, Sr. Presidente, será isso justiça? Será o que manda a Constituição? Pois um joven brazileiro entra para a Academia de Marinha, estuda o primeiro anno, e, tendo approvações plenas, sahe Aspirante; estuda o segundo anno, para ser Guarda-marinha; e umas crianças que mal saberão ler, apparecem já como se tivessem frequentado aquelle estabelecimento com distincção? Que lei é esta? Onde viu o Ministro da Marinha e os mais nas suas repartições (note-se) semelhante costume? Assim é que se estimulam os brasileiros para, com gosto, applicarem-se as sciencias"?

Em Julho, entrando em debate assumptos de Marinha, foi o Ministro convidado a assistir as sessões. No dia 17 o Marquez de Maceió compareceu; mas na sessão do dia 20 desculpou-se de não poder comparecer. Lino Coutinho propoz, então, que daquella data em diante, não se tomasse votação alguma quando o Ministro presente não fosse Senador ou Deputado.

A 13 de Agosto a Mesa convidou o titular da Marinha para assistir os debates em torno á sua proposta de reorganização da Brigada de Artilharia de Marinha. O Marquez de Maceió fez-se demorar. O Presidente propoz que se não iniciasse a discussão e se esperasse pelo Ministro. O Deputado Xavier de Carvalho protestou dizendo: "nós não havemos de interromper os trabalhos da Camara, nem estar á espera do Ministro".

Diante das arriadas dos corsarios norte-americanos, acobertados com a bandeira argentina, que dia a dia se tornavam mais audazes e depredadores, a Camara, a 29 de Agosto, solicitava do Governo um activo cruzeiro na costa norte. O Imperador não tendo ficado satisfeito com a lei da fixação da Força Naval para 1828, determinou ao Marquez de Maceió que officiasse á Camara pedindo-lhe dia e hora para apresentação de uma proposta importante. "Como a lei não tivesse concedido meios para defender a cabotagem do ataque dos corsarios, o Ministro apresentava, a 16 de Setembro, a proposta para que o Governo ficasse autorizado a comprar, construir e armar as embarcações que achasse necessarias. Pedia 400 contos para a acquisição de embarcações, além de um accrescimo de 25 °|° sobre o credito votado para

a Marinha e mais 8.000 homens além dos Officiaes e do Batalhão de Artilharia.

"Pela primeira vez isso acontecia", informa-nos Pereira da Silva. A Mesa enviou a proposta á Commissão de Fazenda e Marinha, para que interpuzesse parecer. No dia 17 esteve o Marquez de Maceió na Camara, e a 8 de Outubro, voltava elle ao parlamento, não havendo, entretanto, debate, por ter findado a hora.

"A Camara, em 8 de Novembro, rejeitou a proposta ministerial. O Marquez, no dia 10, convidado para assistir o debate, ouviu impassivel — conta-nos Pereira da Silva — censuras e accusações gravissimas dirigidas ao Governo por alguns oradores que tomaram a palavra".

D. Francisco Mauricio, defendendo-se, disse: — "Eu não acho necessario dar os esclarecimentos; e, primeiro que tudo, sou obrigado a dizer, que como Ministro de Estado, vim a esta Camara para discutir na boa fé de não ser atacado. Aquelle Sr. Deputado (que parece que é o Sr. Vergueiro), diz que se o projecto não fosse fundado na urgencia, seria extravagante; a mim não me soou bem esta palavra; outro Sr. Deputado (parece que é o Sr. José Custodio), disse que tinha muito que se me descontar; declaro que não sei em que, e se os mesmos senhores não fizerem uma explicação, retiro-me e não continuarei a discutir, porque pela Constituição eu, como Ministro, não sou obrigado a vir á Camara, muito principalmente quando ouvir palavras que me não agradem" (*apoiados*). Por consequencia peço uma satisfação, e não se me dando me retiro"...

O Deputado Custodio Dias respondeu-lhe logo: — "Estou certo que o Exmo. Ministro nunca será isento das boas acções que tiver feito, assim como das más, bem como está estabelecido pela Constituição a sua responsabilidade; por isso digo que está responsavel pelo que tem feito e ha de fazer. Quando disse que temos muito a descontar, quero dizer que está responsavel, e nós não satisfeito com a direcção da guerra, de mar e terra... — "Vozes: — "A' ordem, á ordem... "O meu voto — proseguiu — é este porque não estou satisfeito; isto não serve de offensa, porque o voto de um Deputado é livre; eu direi sempre o que minha razão me dictar e a minha razão me dicta que vote pelo adiamento; assim, cumpro com o meu dever e não posso persuadir-me que nisto haja motivo de escandalo; eu nunca me arrependerei emquanto se me não convencer".

O Deputado Vergueiro, por sua vez, explicou a accepção em que applicara o termo *extravagante*. Lino Coutinho, declarou: — "Se isto fôr indo com tantos melindres, adeus liberdade de fallar; adeus linguagem de consciencia".

Tambem participou do debate Hollanda Cavalcanti. O Marquez de Maceió acabou por declarar que era homem que entendia da sua

profissão", pois ha vinte annos que sou Official de Marinha e tenho estudado este officio".

Não se dando por terminada a discussão no primeiro dia, o Ministro, sob o pretexto de muitos affazeres, não voltou á Camara, conta-nos Pereira da Silva.

Do debate parlamentar resultou a desmoralização do Ministerio, que d. Pedro sustentou para não dizerem que elle cedia ás Camaras.

Desgostoso e desilludido da policia o Marquez de Maceió retira-se do Ministerio a 20 de Novembro.

Descrente e já sem enthusiasmo pela carreira que abraçára, conseguiu ser transferido para o Exercito no posto de Tenente-Coronel. Nessa corporação, ao que parece, sentiu-se completamente deslocado. Os horizontes politicos, no entanto, começavam a toldar-se. A reacção dos brazileiros contra a prepotencia do Imperador e sua politica retrograda e portugueza, começava já a mostrar-se vigorosa e audaz.

O aulico e palaciano d. Francisco Mauricio, farejou no ar a tempestade que se avizinhava e começou a tomar suas precauções. Graças ao valimento que desfructava na côrte alcançou, então, ser aproveitado na carreira diplomatica. Foi designado para servir em S. Petersburgo; o ministerio, no entanto, mostrou-se contrario á essa nomeação. O Imperador nomeou-o, então, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do Brazil em Vienna d'Austria. Nesse cargo conservou-se até a abdicação do seu amo, em 1831.

Sem mais voltar ao paiz que as suas conveniencias fizeram abraçar como patria, fixou residencia em Paris onde, bem moço ainda, a morte o colheu em 4 (a 14, segundo outros) de Agosto de 1834.

Sua viuva regressou, tempos depois, ao Rio de Janeiro, sendo nomeada Camareira-mór da Imperatriz d. Thereza Christina. Para isso seguiu para Napoles afim de acompanhar essa princeza italiana ao Brazil. Falleceu a marqueza de Maceió, sem descendencia, em Lisbôa, sua terra natal, aos 18 de Agosto de 1856.

Do Marquez de Maceió, o Capitão de Fragata d. Francisco Mauricio de Souza Coutinho, não conhecemos o retrato, pois na galeria dos Ministros da Marinha do nosso desfalcado Museu Naval elle não figura.

Almirante

DIOGO JORGE DE BRITO

(M. Naval)

XIV e XVI

Almirante

DIOGO JORGE DE BRITO

Entre os noventa e oito officiaes, em actividade, da Marinha de guerra portugueza que, ao fazermos a nossa gloriosa emancipação politica, acceitaram de bom grado a nova nacionalidade, sobresahe pelos dotes moraes, distincção, caracter, proficiencia e dedicação á patria de adopção o Almirante Diogo Jorge de Brito, nascido na ex-metropole no ultimo quartel do seculo XVIII e chamado a occupar o alto cargo de Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha na organização ministerial de 20 de Novembro de 1827.

Abraçando a carreira militar por innata vocação, assentou praça de Aspirante de Marinha a 7 de Maio de 1796, sendo, no anno seguinte, a 8 de Abril, promovido a Guarda-Marinha.

Com decidido pendor para a vida do mar, dedicou-se com notavel affinco aos estudos, pelo que, desde os bancos academicos, começou a figurar em destaque entre seus collegas de turma. Assim é que, em 19 de Dezembro de 1798, era distinguido com o lugar de Sub-brigadeiro da Companhia de Guardas-Marinha; e, no anno seguinte, a 6 de Agosto, passou a occupar o posto de Brigadeiro da referida companhia.

Um anno após (1800), na mesma data, alcançou o suspirado galão de 2º Tenente da Armada, passando a servir, por aviso de 12 de Setembro, a bordo da náu *D. Maria I.* Neste navio se manteve até 6 de Julho de 1805, quando foi designado para embarcar em a náu *Affonso de Albuquerque*. Aos 26 de Julho de 1806 passou para o brigue *Voador* e, no anno seguinte, aos 18 de Maio, alcançou a promoção ao posto de 1º Tenente. Teve embarque a 9 de Setembro do mesmo anno em a náu *D. João de Castro.*

Napoleão I, imperador dos francezes, trazia, então, os governos da velha Europa em verdadeiro reboliço. O de Portugal, premido entre a espada do corso audaz e a parede do bloqueio inglez, não sabia como sahir-se de tão perigosa entaladela. Afinal, na muralha que lhe antepunha o alliado antigo, sempre encontrou uma porta travessa, que lhe desafogou o coração transido. Deu-se assim a escapada ignominosa da familia real para o arredado Brasil.

Da esquadra que a transportou fazia parte a náu acima referida, então commandada pelo Capitão de Mar e Guerra D. Manoel João de Lossio. Tendo partido de Lisboa a 29 de Novembro de 1807, dois dias

após, devido ao mau tempo, desarvorou a náu e abriu agua. Continuou a viagem arrastando-se, sendo obrigada a arribar á Parahyba do Norte afim de fazer os indispensaveis e urgentes reparos. A 10 de Fevereiro de 1808 dava fundo na Bahia, onde foi desarmada para entrar em fabrico. Sua officialidade, guarnição e passageiros foram baldeados para a charrua *Activa* e o transporte *Imperador Adriano*, seguindo para o Rio de Janeiro onde chegaram em principio de Março.

Diogo de Brito com os demais officiaes da esquadra foi galardoado com um posto de accesso. Assim é que, a 8 de Março, recebeu as divisas de Capitão-Tenente. Em Maio foi mandado embarcar em a náu *Minerva* que devia sahir em commissão para a Europa. O estado de ruina do navio, entretanto, era de tal ordem, que não permittiu o desempenho da commissão.

A 20 de Outubro teve ordem de desembarque afim de assumir o commando do bergantim *Condessa de Rezende;* desembarcou, porém, logo depois para seguir, a bordo do brigue *Santo Antonio Rei*, para a Bahia em busca da náu *D. João de Castro*. Regressando ao Rio nesse vaso, foi designado, a 24 de Abril de 1809, para embarcar no brigue *Mercurio*.

Determinando o governo o levantamento de uma planta da bahia do Rio de Janeiro foi escolhido o Capitão-Tenente Diogo de Brito para chefiar a commissão encarregada desse serviço. O trabalho apresentado, que foi lithographado no anno seguinte (1811), obteve francos elogios dos competentes e, sessenta annos decorridos, só nelle foi encontrada, como é natural, differença nas sondagens. "Não se limitou Diogo de Brito — diz o seu consciencioso biographo, o Almirante H. Boiteux — ao levantamento da planta da bahia do Rio de Janeiro; de accordo com os seus auxiliares apresentou um projecto de melhoramento do porto, propondo a construcção de um marachão sobre o banco de areia que ainda hoje se estende desde a actual ilha Fiscal (antes dos Ratos) á ponta do Calabouço para fazer uma doca para cabotagem, ideia essa que ultimamente surgiu como nova".

Nesse tempo tambem escreveu uma descripção do "Methodo que se seguiu no trabalho hydrographico da planta do porto do Rio de Janeiro, em 1810", trabalho este manuscripto em sete folhas e que deve existir no Archivo-militar. Apresentou tambem os planos das ilhas de Paquetá e Brocoió. A 9 de Maio de 1810 deu por finda a sua campanha hydrographica e, em 23 de Novembro, teve embarque na corveta *Aurora* em cujo bordo se conservou até 19 de Janeiro de 1813.

Em razão do quasi total abandono em que se encontrava a Marinha militar, entregue á administração de velhos empróados, enfermiços e incapazes e, além do mais, sem futuro promissor e com uma tabella de vencimentos sordida e redicula, resolveu Diogo de Brito applicar sua actividade na marinha mercante onde, tinha certeza, seus serviços e com-

petencia alcançariam remuneração condigna. Para isso alcançou uma licença de dezoito mezes, sem contar tempo nem vencer soldo, assumindo o commando da galera *Dido* que, em Abril de 1813, se fazia de vela para os portos indiaticos. Nesse interim, carecendo o porto de Recife de varios melhoramentos, foi nomeado o Capitão de Fragata João Felix Pereira de Campos para chefiar a commissão nomeada para tal encargo. Diogo de Brito, de volta de sua commissão, assumiu o commando do brigue *Jupiter*, fazendo-se de vela a 25 de Janeiro de 1813 e regressando ao Rio a 29 de Março de 1814. Felix de Campos, reconhecendo a capacidade de trabalho e os meritos profissionaes do seu distincto camarada, requisitou seus serviços para os trabalhos que se executavam no porto de Recife. Foi então Diogo de Brito nomeado para elle a 25 de Abril de 1814 e, por aviso de 2 de Maio do referido anno, mandou-se-lhe cassar o resto da licença, ficando prompto na escala. Assumiu o commando do brigue *Gavião*, percebendo a gratificação mensal de 20$000, e, por determinação de 25 de Novembro do mesmo anno, mandou-se-lhe abonar as comedorias a que tinha direito como commandante. Na commissão do levantamento e melhoramento do porto de Recife conservou-se até 20 de Maio de 1816, quando se recolheu ao Rio. No mesmo anno apresentou a "Planta hydrographica do porto de Recife", a "Planta do porto de Tamandaré" e o "Roteiro do porto de Pernambuco" trabalhos estes que mais uma vez vieram confirmar sua capacidade profissional.

Por decreto de 12 de Outubro de 1817 foi graduado no posto de Capitão de Fragata. A 12 de Novembro do alludido anno foi designado para embarcar na fragata *Thetis*, seguindo nella para o Rio da Prata afim de tomar parte nas operações de guerra. Passou a commandar a escuna *Leopoldina* fazendo nella varios cruzeiros alternados com outros vasos da esquadra.

Em fins de Abril de 1818 encontrava-se no bloqueio do porto da Colonia do Sacramento, quando naquella praça se deu a 2 de Maio o sublevamento do povo a favor do dominio portuguez. Diogo de Brito foi mandado com um destacamento de marinheiros amparar a tentativa dos sublevados. No dia 22 do referido mez, auxiliou com seus bravos a repellir uma investida feita contra a praça pelas froças de Artigas. A 24 de Outubro do mesmo anno passou a commandar o brigue *Reino-Unido*.

A 13 de Maio do anno seguinte alcançou a effectividade do posto e, a 11 de Setembro, passou a commandar a corveta *Maria da Gloria*.

Com a guerra do Rio da Prata, contra as pretenções de Artigas, encheram-se os nossos mares de corsarios norte-americanos, munidos de cartas de marca fornecidas por aquelle caudilho oriental. Ao navio de Brito foi dada a tarefa de perseguil-os, varrendo-os de nossas aguas. A 13 de Julho de 1819 avistava o nosso biographado o corsario *General Rivera* com dois brigues portuguezes que havia aprisionado. Contra elles investiu em brava arrancada, conseguindo repellir o entrelopo e

arrebatar-lhe as presas, com ellas entrando no Rio de Janeiro em meiados de Agosto. Este bello feito d'armas valeu-lhe o galardão de ser promovido a Capitão de Mar e Guerra por decreto de 29 do referido mez e anno. Pouco depois foi-lhe ainda concedida uma pensão.

Rebentando a revolução liberal do Porto, em 1820, D. João VI, após grande vacillação, resolveu regressar a Lisboa e para communicar essa sua resolução fez apparelhar a corveta *Maria da Gloria*. A 28 de Fevereiro fez-se Diogo de Brito de vela, chegando a 26 de Março á altura do Recife. Dava fundo no Tejo a 27 de Abril.

De regresso ao Rio de Janeiro, sahiu a 1° de Janeiro de 1822 para um cruzeiro de quarenta dias; em meio delle teve Diogo de Brito noticia dos graves successos passados no Rio, com a declaração de D. Pedro de ficar entre nós, desobedecendo ás determinações das côrtes de Lisboa. De volta do cruzeiro encontrou as forças portuguezas do General Avilez bloqueadas por uma Força Naval adherente ao Principe.

A ella promptamente se incorporou, aguardando ordens do governo. Coube, dentro em pouco, ao seu navio a tarefa de escoltar os transportes com as referidas tropas, que eram recambiadas a Portugal. Fez-se de vela a 15 de Fevereiro, regressando ao Rio de Janeiro em Maio da sua assás espinhosa commissão. Foi nomeado então commandante da fragata *Real-Carolina* e, a 25 do referido mez, fez-se de vela para o norte com a auspiciosa noticia de ter sido o Principe D. Pedro acclamado defensor perpetuo do Brasil, bem como para levar ao Recife 80 soldados e munições de guerra. Desempenhada essa commissão, desembarcou a 15 de Julho por ter sido nomeado 1° Ajudante do Inspector do Arsenal de Marinha em 10 de Outubro de 1822, tendo adherido com enthusiasmo á Independencia nacional.

Foi, então, nomeado para a Commissão destinada a tratar dos assumptos referentes á Marinha e incumbida de conhecer e investigar da adherencia e aptidão da officialidade, por decreto de 5 de Dezembro do mesmo anno.

Aos 12 de Outubro de 1823 foi, graças aos seus dedicados serviços á causa nacional, galardoado com os bordados de Chefe de Divisão, e, dias decorridos, a 29, distinguido com a nomeação para Commandante da Companhia de Guardas-Marinha. Deixou para isso o cargo que vinha occupando no Arsenal. Aos 7 de Abril de 1824, á frente da Academia jurava a Constituição do Imperio. No anno seguinte, a bordo da corveta *Itaparica*, acompanhando a turma de Guardas-Marinha, fez um cruzeiro até a ilha da Trindade. O "Relatorio" dessa viagem foi publicado na importante "Revista" do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Rebentára, como sabemos, em 1825, em consequencia da rebelião da Cisplatina, a guerra contra as Provincias Unidas do Rio da Prata. O governo tendo em muita conta os conhecimentos technicos e profissionaes do illustrado Official e General, de que nos occupamos, pediu sua opinião sobre o material fluctuante mais conveniente ás condições hydrographicas do novo theatro de operações. Diogo de Brito não se fez esperar, apresentando uma exposição clara e precisa das condições locaes e do material a ser applicado. Aos 24 de Dezembro do referido anno foi, então, nomeado 2º Commandante da Esquadra em operações de guerra. Afim de tomar posse de um cargo de tanta responsabilidade embarcou-se para Montevidéo, içando sua insignia a bordo do brigue *Caboclo*, a 13 de Janeiro de 1826. Tomou conta do seu posto, desfraldando seu pavilhão a bordo da corveta *Itaparica*. Nos encontros de Corales, a 9 de Fevereiro, portou-se com grande bravura, tendo recebido grave ferimento na perna esquerda, que o faria manquejar o resto da vida. Afim de tratar-se seguiu para Montevidéo, de onde escreveu ao Ministro da Marinha, explicando-lhe com grande clareza, absoluta lealdade e nobre franqueza a situação critica da nossa esquadra, a pouca opinião em que era tido o Almirante Lobo. Lembrava a substituição deste por um official estranjeiro. Ao ter conhecimento do ataque da Colonia do Sacramento levado pelo Almirante inimigo, apressou-se em se fazer de vela ao encontro do Almirante Lobo, mostrando-lhe a urgente necessidade de ser soccorrida aquella praça de guerra, e offerecendo-se para o serviço, embora ainda enfermo.

A 16 de Março, tendo o inimigo se recolhido a Buenos Aires, Diogo de Brito pediu para baixar ao hospital de Montevidéo; mas o Almirante achou melhor fazel-o recolher ao Rio, pelo que poz a sua disposição a escuna *Alcantara*. Dias após a sua partida chegava-lhe a nomeação para substituir Lobo no commando da esquadra. Aos 6 de Abril foi dispensado do commando que exercia, voltando a assumir a direcção da Academia de Marinha. A 2 de Agosto de 1826 teve as honras da dignataria da Ordem do Cruzeiro.

Tendo resolvido o Imperador ir ao sul estimular a inergia dos nossos generaes, embarcou em a náu *Pedro I*, cujo comando foi dado ao Chefe de Divisão Diogo de Brito. Fez-se de vela a 23 de Novembro para Santa Catharina de onde regressou em Janeiro de 1827. Desembarcou a 18 do alludido mez. Deixando o commando da Companhia de Guardas-Marinha, foi nomeado, a 17 de Julho, para chefiar a Divisão Naval do porto do Rio de Janeiro, içando seu pavilhão a bordo da fragata *D. Paula*. Nella fez um cruzeiro ao Rio da Prata. Deixou o cargo a 30 de Setembro do referido anno. Pouco depois, a referida fragata, commandada então pelo Capitão de Mar e Guerra Brito Victoria, naufragou nas costas do Rio de Janeiro. Ao ter conhecimento do lamentavel accidente que vinha desfalcar o material fluctuante de um excellente navio, Diogo de Brito, a 9 de Outubro, officiava ao governo "offertando expontanea e gratuitamente para auxiliar a Renda nacional, não só emquanto durar a

presente guerra, mas até para adiante, emquanto a despeza publica fôr sobranceira á sua receita, a quantia de dez mil réis mensaes. Attendendo igualmente ao infeliz e recente naufragio da fragata *D. Paula*, e achar-se neste porto á venda uma corveta dos Estados Unidos prompta e artilhada, concorrerei tambem gratuitamente com uma milesima parte do que ella custar no caso em que o estado a compre". Pedia fosse supprimida toda a publicidade a tal respeito. Aos 12 de Outubro do referido anno foi promovido a Chefe de Esquadra.

Em a organização ministerial de 20 de Novembro do mesmo anno, foi Diogo de Brito chamado a occupar o elevado cargo de Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha. Aos 3 de Maio de 1828 apresentava á Assembléa Geral o "Relatorio" da sua pasta. Vamos delle respigar alguns dos mais interessantes topicos.

A nossa Força Naval constava então dos seguintes vasos: 1 náu, 9 fragatas, 4 corvetas, 13 brigues, 7 brigues-escunas, 1 lugar, 25 escunas e barcas-canhoneiras, e 16 transportes.

A respeito desse material fluctuante assim se manifestava o Ministro: — "Com quanto á primeira vista pareça avultado o numero de vasos em acção, com tudo reflectindo-se ser de absoluta necessidade não diminuir a esquadra do Rio da Prata, conservar uma Divisão naval na Costa d'Africa, e rendendo-se de seis em seis mezes, o que importa quasi o emprego de duas divisões; manter outra Divisão Naval na Bahia, não só para guarda-costa, mas até por ser um lugar accessivel a qualquer surpreza do inimigo; destacar algumas embarcações para soccorro das provincias de Pernambuco, Ceará, Maranhão e Pará; proseguir nos regulares comboyos para Campos e portos do sul e, finalmente, sustentar effectivo cruzeiro sobre os principaes pontos demandados pelos navegantes, para verificação de suas derrotas, desvanecer-se-ha a illusão e ficará obvio a todos de luzes o quão diminuta é ainda a nossa força naval para poder desempenhar tão numerosos e urgentes serviços".

"D'aqui se collige não só a summa carencia de manter em perfeito pé todos os referidos vasos, mas até o de proceder a prompta acquisição de outros, dando aliás activo impulso aos que actualmente se acham em construcção, e designando os necessarios fundos para este objecto; porquanto quem quer os fins applica os meios, e o violento estado de guerra não admitte reducção ou reformas".

Com referencia ao Pessoal, assim se manifestava: — "...não obstante a heterogeneidade dos membros componentes da corporação da Marinha Brasileira todos os Officiaes, com pequenas excepções, tem a necessaria energia, intelligencia e valor para fazer realçar a dignidade do pavilhão imperial brasileiro".

A respeito do Ensino, declarava ser "urgente necessidade de curar desde já de um systema de educação proprio para formar officiaes, que se reputem verdadeiros homens do mar".

Pedia protecção ao commercio e á Marinha Mercante e "o augmento da classe de pescadores, principalmente os de alto mar, como naturaes viveiros, donde a Marinha de guerra poderá pela serie haver a necessaria marinheiragem". Solicitava tambem uma lei de pensões vitalicias aos Officiaes-marinheiros, artilheiros mutilados ou aleijados na campanha. Nesse tempo a metade dos Officiaes e mais de dous terços da marinhagem eram estranjeiros, e a medida que propunha, tinha em vista a "conveniencia e politica para attrahir a boa vontade de taes individuos".

Entre outras medidas uteis que pôz em pratica destaca-se a de ter mandado inventariar e classificar todos os generos do Almoxarifado.

Em seu "Relatorio" pedia ainda a creação de um Asylo para inferiores e praças "aonde os filhos de taes individuos sejam igualmente admittidos e onde cursem primeiras letras e algum officio mecanico ou adquiram o desejo de seguir a carreira paterna... mantido por uma modica contribuição mensal de todos os empregados navaes militares, sobre presas e um pequeno onus a cada marinheiro matriculado". Diogo de Brito tambem providenciára para que "as embarcações de guerra, ao sahirem do porto, fôssem em tal estado de arranjo e exercicio que pudessem entrar em acção sem compromettimento da gloria do Imperio". Fizera estabelcer para isso na ilha das Cobras uma bateria com as diversas armas usadas a bordo e montadas em reparos de todas as classes, para escola do Corpo de Artilharia, "conseguindo que os destacamentos de tropas que guarnecem os navios, fôssem do Quartel já com sufficiente conhecimento e exercicio da arma a que pertenciam".

Sobre as operações de guerra no Rio da Prata, explicava: — "Procurei reduzir a termos precisos, claros e que não admittissem amphibologia, as instrucções que serviam de regulamento ao Commandante das forças navaes no Rio da Prata, não devendo deixar em silencio que esta esquadra já em tempo da minha administração, tem destruido ou aprisionado dez embarcações de guerra inimigas... além da queima de outros barcos, mesmo debaixo de suas baterias".

Demonstrava que os fundos destinados á Marinha pela lei de 14 de Novembro de 1827 eram defficientes. A despeza em 1827 tinha sido de 2.546:985$488; que outros gastos importaram em 461:915$822; que se deviam ao pessoal da esquadra do Rio da Prata sete mezes de soldo na importancia de 16 contos de réis; e que a despeza total alcançava a somma de 3.194:648$186 réis.

Havia necessidade de reparar as fragatas *Imperatriz* e *Piranga*, além de outros vasos. Os preços dos generos haviam augmentado, como havia crescido o numero de "grandes premios para se adquirir marinhagem". E terminava: "... tudo isso combinado com o maior im-

pulso que se deve dar ao progresso e conclusão dos vasos em actual construcção e maior energia, que é mistér desenvolver nas operações de guerra me induz a julgar impraticavel fazer face as despezas navaes, no corrente anno, com menos de 3.400 contos, isto subentendendo a mais apurada fiscalização".

A Camara havia votado apenas a verba de 2.061 contos, o que o levou, aos 29 de Maio, fazer a proposta acima.

Continuava a guerra contra as Provincias Unidas do Rio da Prata. Chefiava as nossas forças navaes em operações o Almirante Rodrigo Pinto Guedes, contra quem o commercio e a imprensa clamavam em razão das depredações dos corsarios em nossos mares, e reclamavam os representantes estranjeiros contra a medidas postas em pratica pelo almirante em relação ao bloqueio dos portos inimigos.

"Posto que a esquadra brasileira operasse livremente no Rio da Prata e mais ou menos effectivamente bloqueasse os portos da Republica inimiga continuava todavia o commercio do Imperio a soffrer depredações de corsarios, que se espalhavam pelos mares territoriaes; os navios de cabotagem não podiam navegar com segurança por toda a costa maritima, senão em comboios, sustentados por vasos de guerra".

"O resultado do bloqueio — diz-nos Pereira da Silva — foi apenas a aprehensão das embarcações do commercio neutras, que ou procuravam violal-o penetrando o porto de Buenos Aires ou se suspeitavam destinadas a esse fim eram apanhadas no rio ou mesmo nos mares adjacentes".

Esforçava-se o illustre Ministro, com grande insistencia junto ao Almirante para modificar esse triste estado de coisas, que muito compromettia o bom nome da Marinha. Interesses os mais variados entravam, todavia, em jogo, contrariando as medidas e os planos mais bem urdidos. Apezar dessas resistencias iam as nossas forças navaes destruindo e queimando os corsarios e diminuindo paulatinamente o poder naval inimigo. Assim é que de Novembro de 1827 a Abril de 1828 haviam tomado nove embarcações; queimado o brigue de guerra *Congresso* e tomado os corsarios *General Mancilla, Esperanza, Oriental-Argentino* e *Federal-Argentino*. Tinhamos ainda incorporado á esquadra duas canhoneiras fugidas de Buenos Aires e outra do rio Salado, todas armadas.

Afinal, acceitou o Imperador a mediação ingleza e fez-se a paz com a independencia da Cisplatina.

O Almirante Diogo Jorge de Brito deixou, por doença, a pasta da Marinha a 30 de Maio de 1828. Em a nova organização ministerial de 6 de Junho, voltou a gerir a mesma pasta, para dez dias depois entregal-a ao seu substituto o chefe de divisão Mello e Alvim. Na sua administração tomou posse do cargo de Ajudante de Ordens encarregado do

expediente, recentemente creado, a 19 de Maio de 1828, o Capitão de Mar e Guerra Francisco Bibiano de Castro.

Por decreto de 12 de Outubro do mesmo anno foi o nosso biographo nomeado Vogal do Conselho Supremo Militar, conservando-se no exercicio deste elevado cargo até Abril do anno seguinte quando foi nomeado Director Geral dos Correios.

Pouco, porém, durou o provecto Almirante que ao Brasil com toda a alma deu o concurso de sua intelligencia, operosidade e valor" — diz o Almirante H. Boiteux, seu primeiro biographo.

Falleceu o illustre official-general aos 2 de Novembro de 1830, sendo sepultado na igreja de S. Francisco de Paula desta cidade do Rio de Janeiro. Diversas condecorações nacionaes e estranjeiras constellavam o peito de sua honrada farda.

Diogo de Brito era casado com uma filha do Chefe de Divisão Santa Rita e deixou os seguintes filhos: Capitão de Mar e Guerra Theotonio Raymundo de Brito, o bravo commandante da fragata *Amazonas* na batalha do Riachuelo; José de Miranda Brito; Diogo de Santa Rita Brito; e Anna Luiza de Brito.

O decreto n. 108 de 3 de Novembro de 1835 approvou a pensão annual de 600$000 dada repartidamente aos filhos acima do bravo Almirante pelo decreto de 25 de Abril de 1833.

O decreto n. 117 da mesma data approvou a tença de 300$000 concedida a D. Anna Luiza, filha do Almirante (resolução da Consulta de 24 de Setembro e Alvará de 26 de Outubro de 1827) em remuneração aos serviços de seu pae.

Na galeria dos Ministros da Marinha do nosso Museu Naval figura o retrato do nosso biographado. Consta a existencia de um retrato a oleo do illustre marinheiro entre os seus descendentes domiciliados no Pará.

Marechal de Campo

JOÃO CARLOS A. U. DE OEYENHAUSEN E GREVENBERG

Marquez de Aracaty

(M. Naval)

XV

Marechal de Campo

JOÃO CARLOS A. U. DE OEYENHAUSEN E GREVENBERG

Marquez de Aracaty

Em Avignon, cidade franceza, antiga e famosa residencia, dos Papas, que o Rhodano banha e acaricia, nasceu, ao correr de 1781, João Carlos Augusto Ulrico de Oeyenhausen e Grevenberg, que sobraçou a pasta da Marinha, interinamente, de 30 de Maio a 6 de Junho de 1828.

Pretextato Maciel, em "Os Generaes do Exercito Brasileiro", chama-o *Grevenbourg* e o dá como nascido em Lisboa.

Seu pae, o Conde D. Carlos Augusto de Oeyenhausen, encontrava-se ali, então, ao serviço do governo portuguez. Esse fidalgo allemão contrahira nupcias em Lisboa, em 1779, com D. Leonor de Almeida Lorena e Lencastre, 4ª Marqueza de Alorna, a celebrada *Alcippe dos* poetas da Arcadia, nascida em 1750, descendente dos Tavoras e poetisa de grande merecimento.

Dignou-se ser madrinha do nosso biographado a rainha de Portugal, D. Maria I, a que mandou enforcar Tiradentes e veiu acabar louca aqui no Rio de Janeiro.

Em 1793, aós 13 de Abril (a 15, diz Pretextato) completos seus estudos de humanidades, obteve o joven João Carlos praça de Aspirante na Armada-real, tendo sido despachado Guarda-Marinha a 5 de Junho do mesmo anno.

Concluido o curso da Academia Real de Marinha, foi promovido a Tenente de Mar em 10 de Novembro de 1796. A vida de mar, no entanto, não apresentava ao mancebo fidalgo e palaciano os attractivos e as fascinações encontradas na corte futil e ridicula de D. Maria I è de D. Carlota Joaquina. Era agreste em demasia para uma compleição assaz delicada e para um adolescente de educação por demais pretenciosa e rebuscada.

Nessas condições conseguiu, pois, por decreto de 9 de Outubro do anno seguinte, ser transferido par ao Exercito no posto de Capitão de Infantaria.

Afilhado e protegido da rainha, com grande valimento entre os cortezãos, não lhe foi difficil alcançar a nomeação de Governador da capitania brasileira do Grão-Pará e Rio Negro. Nada conhecemos da sua administração nessa circumscripção septentrional do Brasil. Com o fallecimento do 1° Governador do Ceará, chefe de divisão Bernardo Manuel de Vasconcellos, foi o nosso biographado, por decreto de 14 de Novembro de 1802, nomeado para substituil-o.

Partiu de Lisboa a 7 de Agosto do anno seguinte e, com 59 dias de navegação aportava ao Recife, onde teve a demora de um mez, retemperando-se das fadigas e do enjoô da longa e incommoda travessia. Segui por terra para a sua capitania. Do Recife a Mocuripe levou cinco dias, chegando a Fortaleeza a 11 de Novembro do referido anno, assumindo o governo no dia 13.

A sua principal preoccupação na governança da terra de Iracema foi expugnar o sertão de terriveis salteadores e bandoleiros. Assim é que, por processo que muito pouco o abonam (salve-se a intenção...) alcançou aprisionar o celebre cangaceiro, Coronel Feitosa, terror daquelles sertões; e em São Pedro de Ibiapina, de outro famigerado potentado, Manuel Martins Chaves, Coronel de Cavallaria da Villa Nova d'El Rey e que ,enviado para Lisboa, lá morreu nas prisões do Limoeiro em 27 de Março de 1808, segundo nos informa o erudito e profundo mestre Dr. Studart.

Em sua administração foi introduzida a lympha vaccinica do Ceará

Pela carta-regia de 9 de Julho de 1806 foi transferido para o governo da Capitania de Matto Grosso. Chegou a Cuyabá a 7 de Outubro do anno seguinte, tendo sido recebido á entrada da vil'a com grande mnaifestação popular, pelas noticias que tinham "de sua grande affabilidade e distinctas qualidades, recta justiça e bom acerto com que se soube conduzir no seu governo no Ceará".

Vinha acompanhado de varios piquetes de cavalleiros que haviam marchado ao seu encontro. Formaram as tropas, deram-se salvas e, sob o pallio, foi conduzido á igreja, onde foi cantada solenne "Te Deum". Durante tres dias illuminou-se a villa, havendo musicas, bailes, touradas, carros allegoricos, espectaculos etc. No dia 29 seguiu para Villa Bella, onde foi empossado no governo aos 18 de Novembro de 1807. Um formidavel engrossamento, afinal.

Em 1811 foi elle nomeado novamente governador e Capitão General do Grão Pará, ficando, porém, logo depois, esse acto governamental sem effeito. Sua administração em Matto Grosso foi energica, trabalhosa, progressista. Promoveu a plantação do algodão e iniciou varias explorações (1812); estabeleceu uma ponte de 325 metros sobre o rio Barreiros (1814); criou um Corpo de Artilheiros para guarnição das barcas canhoneiras (1816) i criou em Cuyabá uma aula de cirurgia e anatonomia, "como preliminar para a fundação de uma Escola de Medicina" e fundou dois hospitaes, o de São João dos

Lazaros e o de N. S. da Conceição (1817); estabeleceu uma Escola de Marinheiros e incrementou a construcção naval, criou um Horto botanico e determinou varios e uteis levantamentos topo-hydrographicos em varios pontos da Capitania.

Sua carreira militar corria pari-passo com a politica. D. João, então principe regente, levando em consideração os reaes serviços prestados por Oeyenhausen no Pará, Ceará e Matto-Grosso, e "attendendo que pelo exercicio desses cargos, se achava prejudicado na sua carreira militar, houve por bem, em carta regia de 24 de Junho, de 1813, promovel-o ao posto de Sargento mór com a graduação de Tenente Coronel, ficando addido ao Etado maior do Exercito".

Aos 30 de Dezembro do mesmo anno alcançou os galões de Coronel, e pela carta regia de 6 de Fevereiro de 1818 foi graduado no posto de Brigadeiro. O systema de se chegar a official general sem nunca ter commandado um pelotão é, como vemos, bem antigo e inveterado entre nós...

Tendo sido exonerado, a pedido, do cargo de governador e Capitão General de Matto Grosso a 27 de Janeiro de 1818, participou ao governo central que em seu regresso para São Paulo levaria comsigo dois naturaes da Capitania para fazel-os estudar metallurgia na fabrica de ferro de Sorocaba, para onde tambem remetteria amostras do mesmo mineral, que existe em diversas paragens desta capitania" — o que "bem reflecte o seu tino administrativo não deixando passar despercebidos os problemas economicos tendentes ao desenvolvimento da Capitania" — mostra-nos Estevam de Mendonça em suas preciosas "Datas Matogrossenses".

Oeyenhausen esteve á testa da administração até 6 de Janeiro de 1819.

"Designado para governador de São Paulo — diz-nos Pretextato Maciel — tomou posse deste cargo na respectiva capital a 25 de Abril de 1818, cabendo-lhe logo depois determinar fossem dadas as necessarias providencias para tranquilidade dos moradores do districto de Itapeva, que se achavam atemorizados pelo apparecimento de numerosa horda de bugres" pelas suas circumvizinhanças. O brigadeiro Oeyenhausen, supppondo que esses indigenas seriam capazes das atrocidades commettidas pelos de Mtto Grosso, ordenou, em Outubro desse mesmo anno, fossem elles perseguidos pela tropa, que não lhes devia dar quartel "a ser que se entregassem, vassallos obedientes a Sua Majestade, quando não *deveriam ser exterminados ou reduzidos a captiveiro*, como dispõem as reaes" (!!!) Que mentalidade!...

"Com a noticia — continua o referido escriptor — de que a Espanha alimentava a idéa de reconquistar suas antigas colonias na America do Sul e que tambem se havia pronunciado hostilment ecntra o

Reino Unido de Portugal, foi ordenado pelo governo da corte ao governador Oeyenhausen providenciass eno sentido de ser repellida qualquer tentativa de invasão pelo seu então extenso littoral. Foi assim que determinou a divisão da provincia em quatro districtos militares, comprehendendo os tres primeiros o territorio, desde a parte banhada pelo oceano até a *Cordilheira maritima*, o qual ficou assim discriminado: — Primeira divisão: desde S. Sebastião até os limites com o Rio de Janeiro e zona correspondente, sob o commando do marechal de campo José Arouche de Toledo Rendon, que estabeleceu o seu quartel em Villa Bella. Segunda divisão desde S. Sebastião a S. Vicente, comprehendendo a zona do littoral á serra de Paranapiacaba, sob o commando do coronel de engenharia Daniel Pedro Muller, com o seu quartel na Villa de Santos.

"Terceira divisão: desde S. Vicente para o sul da provincia foi commetido o commando ao Marechal de campo Candido Xavier de Almeida e Souza, que fixou o seu quartel general em Cananéa. Ao Governador Oeyenhausen ficou o privativo commando da quarta divisão, comprehendendo a zona entre a cordilheira maritima e os confins de provincia, para bem poder attender, em qualquer emergencia a todos os pontos, inclusive auxilios a qualquer das tres primeiras divisões. Em seguida determinou a mobilização do Regimento de Cavallaria Miliciana de Curytiba, que devia seguir, á primeira voz, para a provincia de Santa Catharina, como reforço á sua guarnição e defesa. Todos esses preparativos bellicos, — explica-nos o alludido autor — tiveram seu termo no anno seguinte (1820), conforme determinou o Governo Central, em aviso de 28 de Fevereiro, por ter-se convencido que as taes noticias assustadoras não passavam de *ballelas*."

Pela carta régia de 25 de Novembro desse anno El-Rey concedeu ao nosso biographado a effectividade do posto de Brigadeiro de infantaria em que era graduado.

Com a revolução liberal portugueza e a modificação da machina governativa colonial, a 23 de Junho de 1821, constituiu-se em S. Paulo um Governo Provisorio.

O povo desejava a destituição do Governador Capitão-General Oeyenhausen. Graças unicamente á influencia e á habil insinuação do grande e popular brasileiro, José Bonifacio de Andrada e Silva, foi Oeyenhausen acclamado presidente do referido governo, de que fizeram parte brasileiros e portuguezes mais em evidencia no scenario politico daquella capital.

A Camara Municipal de Itu', por esse tempo, com o grande patriota Paula Souza á frente, pediu á Comara de S. Paulo para que outorgasse os seus representantes ás côrtes portuguezas o necessario poder para tratarem da nossa emancipação. Esta suggestão, abraçada com enthusiasmo pelos brasileiros patriotas, poz pulgas nas orelhas dos reinicolas.

"Os portuguezes residentes em S. Paulo — diz-nos escriptor patricio — com a eleição do Governo Provisorio não tinham perdido de todo a esperança de ver-se livre de D. Pedro, de ver o Brasil submetido ás côrtes e dessa maneira restabelecida a sua preponderancia na administração da provincia. Parecia-lhes coisa possivel, senão certa, um desembarque em Santos de forças remetidas de Lisboa, as quaes poderiam facilmente apoderar-se da capital· dominar depois a provincia e obrigar finalmente o principe a abandonar o Brasil e seguir para Portugal. Oeyenhausen, com o fito de auxiliar o plano acima exposto, conseguiu a nomeação para Governador da praça de Santos do seu antigo ajudante de ordens e amigo dedicado, o Capitão José A. da Silva Valente, com instrucções para proteger qualquer tentativa portugueza de desembarque naquella cidade. A primeira medida que tomou Valente, foi mandar encravar a artilharia dos fortes da barra. Ao mesmo tempo formou-se uma conspiração, chefiada por Oeyenhausen, constituida dos portuguezes que compunham o Governo Provisorio e dois ambiciosos e desfibrados brasileiros· Costa Carvalho, e Francisco Ignacio, afim de derrocar os Andradas, chefes ostensivos do partido da independencia.

As rivalidades que se deram em Janeiro de 1822, depois da partida de José Bonifacio para o Rio de Janeiro, a occupar uma pasta no novo Ministerio, determinaram a ecclosão da celebre bernarda de Francisco Ignacio "promovida — diz-nos M. de Oliveira Lima — pelo proprio Presidente (Oeyenhausen) a quem faltava fortaleza de animo e precisa resignação para acatar a magoa da grande decepção que havia passado com a inesperada quéda do antigo e ferrenho dominio portuguez".

Pretendendo neutralizar a influencia dos Andradas, aproveitou-se do Coronel Francisco Ignacio, paulista de nascimento, de largos haveres, mas criado e educado em Portugal no mais atrazado obscurantismo. Era, então, o commandante da tropa e inimigo declarado de Martim Francisco. Juntou-se a elle um bahiano ambicioso, o ouvidor Costa Carvalho, espirito trefego, que invejava o prestigio dos seus patricios e pretendia, estultamente sobrepôr-se a elles. "Da Bahia, de onde era filho, trouxera muita blandicie, muita astucia, armas poderosas par aquem tinha de lutar com gente séria"· e a primeira coisa que fez, ao chegar á Paulicéa, foi procurar uma viuva rica com quem casou. Fazia, assim, a sua independencia pecuniaria e nessas condições estava apto a alcançar a sua independencia politica...

Amigo intimo de Oeyenhausen e mentor de Francisco Ignacio, o o futuro marquez de Monte-Alegre, com o espirito de intriga que lhe era peculiar, insuflou o plano da bernarda. Rebentou o movimento a 25 de Maio, sendo Martim Francisco deposto, ficando o governo nas mãos da portuguezada. José Bonifacio, ao conhecer a traição de Oeynhausen e de seus sequazes, procurou logo annullar o golpe perfido atirado contra o movimento nacionalista.

Em fins de Maio chegava um officio do governo central determinando a partida de Oeyenhausen e de Costa Carvalho para a côrte "no intuito de evitar lutas e conflitos no seio do Governo pro-vincial".

Estomagados com isso procuraram os dois ambiciosos açular o povo contra os patriotas brasileiros Martim Francisco e brigadeiro Jordão, afim de alijal-os do governo, ao mesmo tempo que classificavam o acto do principe "altamente arbitrario".

A Camara de São Paulo, insinuada pelos partidarios de Oeyenhausen, requereu ao Governo providencial a conservação do seu presidente e a deposição de Martim Francisco e do brigadeiro Jordão. Respondeu o governo, na mesma data, (23 de Maio) que "é um verdadeiro acto de desobediencia o deixar de cumprir as ordens de S. A. Real, assim como não é da sua competencia demittir os dois membros eleitos pelo povo, e sanccionados pelo mesmo Augusto Senhor; mas os referidos membros, sabendo da vontade *denominada* do povo e tropas e desejando em tudo concorrer para o socego da provincia e para que nenhuma vergonha ou macula sobre ella recahia, deram immediata e voluntariamente sua demissão; *e para obter-se o mesmo fim o Exmo. Sr. Presidente se obriga a ficar*".

Martim Francisco seguiu logo para o Rio e lá expoz a D. Pedro a situação da politica paulista. Foram logo tomadas providencias energicas "a respeito dos negocios da provincia. Foi expedido "um energico aviso em resposta ao que recebera da Junta sobre os acontecimentos supra referidos, em o qual, estranhando o seu modo de proceder, reiterava-lhe a deliberação do governo do principe — "para que immediatamente, a executasse, não só em relação á retirada do brigadeiro João Carlos d'Oeyenhausen e ouvidor Costa Carvalho, como tambem para que se procedesse a uma severa e escrupulosa investigação seguida de um processo regularmente feito contra os miseraveis e faciosos que haviam levantado o povo e a tropa, e reclamando daquella junta o não cumprimento das resoluções do poder competente e superior, a que todos deviam obedecer".

E' de imaginar-se o effeito que a leitura do referido officio deveria ter produzido no espirito do pretencioso fidalgo reinol.

Chegando-lhe ás mãos a "categorica determinação de deixar a presidencia do governo, pondo-lhe o respectivo — *cumpra-se* — escreveu em seguida: — "Recebi a intimação, que muito fielmente cumprirei, e me dou por demittido da autoridade, que só conservei até saber a real vontade do Serenissimo Senhor Principe Regente, que desta carta régia consta. São Paulo, 16 de Julho de 1822".

No dia seguinte o nosso biographado e o seu fallacioso comparsa rumaram deconcertados para o Rio de Janeiro. Em caminho na fazenda de Santa Cruz, encontrou Oeyenhausen o Principe D. Pedro, que se encaminhava para S. Paulo. Desejando fallar a D. Pedro, este

negou-se a recebel-o. Patricios ambos, *arcades ambo*... não tardou muito que fizessem as pazes e Oyenhausen alcançasse o titulo nobiliarchico de Visconde de Aracaty. Em Março de 1824 jurou a Constituição brasileira, pelo que alcançou os fóros de cidadão do Imperio. A 22 de Janeiro de 1826 foi escolhido Senador pela provincia do Ceará, tomando assento em 4 de Maio do mesmo anno. Aos 12 de Outubro, anniversario do Imperador, foi-lhe concedido o titulo nobiliarchico de Marquez de Aracaty. Na cerimonia que se realizou nessa data para festejar o natalicio do Imperador, serviu como Estribeiro-mór. Por Decreto de 7 de Fevereiro de 1827 foi reformado no posto de Marechal de Campo.

Em o gabinete ministerial, organizado por Araujo Lima, futuro Marquez de Olinda, em 20 de Novembro de 1827, o Marquez de Aracaty foi escolhido para gerir a pasta dos estranjeiros. "Esse gabinete, moderado e tolerante, revestia-se de todas as qualidades de parlamentar, e foi o primeiro desta feição organizado por D. Pedro" — explica-nos Pereira da Silva. Foi elle bem recebido pela opinião publica e pela imprensa. "Os liberaes, segundo o mesmo autor, pediam ao Imperador que lhes consentisse liberdade de governar e aos membros do gabinete, que resistissem influencias externas, praticassem suas idéas proprias, e instaurassem no paiz o verdadeiro regime representativo". Afinal, rebentando no Rio a revolta dos batalhões allemães (a que não era estranho o dedo argentino com quem andavam em guerra), D. Pedro mostrou-se assaz estomagado com o caso, e, sem ouvir o ministerio, demittia o detentor da pasta da guerra, Brigadeiro Bento Barroso Pereira.

Araujo Lima, diante dessa desconsideração do monarcha, deixou o ministerio, sendo acompanhado por T. Gouvêa e Calmon, futuro Marquez de Abrantes.

Oeyenhausen, sempre muito aulico e cortezão, não se deu por achado e continuou a sobraçar a pasta do exterior. Foram, então, aquelles dignos brasileiros substituidos pelos portuguezes José Clemente Pereira, na pasta do Imperio, e Oliveira Alvares, na da guerra, "individuos despidos de importancia politica, e alheios de todo ao meneio da administração publica" — diz-nos o historiador citado.

Tal mudança determinou fundo descontentamento na Camara.

Oeyenhausen, por se encontrar enfermo o Ministro da Marinha, o substituiu, interinamente, de 30 de Maio a 6 de Junho de 1828. Durante uma semana, pois, foi Ministro da Marinha. Teve como ajudante de ordens encarregado do expediente o distinto Capitão de Mar e Guerra Francisco Bibiano de Castro, nomeado a 19 do referido mez e anno. Estavamos, como dissemos, em guerra com as Provincias Unidas do Rio da Prata, hoje Republica Argentina.

"Em consequencia das reiteradas queixas dos subditos do Rei de França, pelo aprisionamento dos seus navios pela esquadra brasileira, em operações de guerra e bloqueio do Rio da Prata, deliberou o seu go-

verno que fosse compellido o do Brasil a pagar-lhes a indemnização reclamada, antes de ser o assumpto submettido á decisão do tribunal competente, e, para apoiar tão intempestivo alvitre, como é sabido, surgiu a 6 de Julho de 1828 na barra do Rio de Janeiro a esquadra franceza, composta de doze possantes navios de guerra, sob o commando do Almirante Roussin, com apparatosas e grosseiras demonstrações de hostilidade, pois além de não corresponder ás saudações da pragmatica, entrou sem o menor aviso na bahia, tomando posição em ordem de combate em frente á esta cidade" — escreve Pretextato Maciel.

"O General Oeyenhausen, na qualidade de Ministro dos Estranjeiros, pressuroso, reclamou as necessarias explicações do Marquez Gabriac, diplomata residente da França, e ao responder-lhe este que o Almirante trazia instrucções para que fossem dadas immediatas satisfações das indemnizações exigidas pelos subditos francezes, as quaes deviam ser apoiadas com a força maritima de que dispunha, estabeleceu elle, como preliminar a todo e qualquer ajuste, que a dita esquadra abandonar devia a attitude hostil e ameaçadora que ostentava, o que foi acceito pelo mencionado diplomata. concluindo-se assim o accordo e lavrado o competente documento, assignado a 21 de Agosto de 1828, ficando nelle assentado que se liquidariam as indemnizações até o fim do anno seguinte".

Continuava a guerra contra a Argentina. Diante da decidida pressão do gabinete inglez, resolveu-se, afinal, o governo imperial a a fazer a paz com as Provincias Unidas do Rio da Prata, acceitando a independencia da provincia Cisplatina.

Nessas condições, a 27 de Agosto de 1828, Oeyenhausen, Oliveira Alvares e José Clemente Pereira, a trindade portugueza de fatidica memoria, como plenipotenciarios, ajustavam a convenção de paz estipulada a 27 de Agosto de 1828.

O marquez de Aracaty deixou o Ministerio aos 13 de Abril de 1829.

"A 19 de Março de 1831" — diz-nos João Ribeiro — D. Pedro, cuja maior pecha era a de haver nascido portuguez, e que já não tinha a popularidade de outro tempo, procurou governar com um ministerio liberal (F. Carneiro de Campos); os rancores entre brasileiros e portuguezes eram ainda demasiado vivos para restabelecer a concordia; e quando estes ultimos fizeram manifestações imperialistas, não houve evitar sanguinolentos conflictos nas ruas. Formou então o Imperador um gabinete exclusivamente composto de senadores (Ministerio Paranaguá). Este ministerio, todo tirado da facção aulica, e composto de homens (marquezes e de Inhambupe, de Baependy, do Aracaty, de Paranaguá. Conde de Lage e Visconde de Alcantara), que passavam por servos humilissimos da vontade imperial, antes que representantes de qualquer opinião, muito desagradou ao povo".

Desse estado de coisas resultou, afinal, a abdicação de D. Pedro I.

O Marquez de Aracaty, dedicado, apenas, á pessoa do imperante, quando este abdicou, acompanhou-o á Europa não mais regressando ao Brasil. "Havendo-se ausentado do Imperio sem licença da Assembléa e do Governo foi considerada vaga a sua cadeira de senador e suspenso o seu soldo do Marechal de campo.

Em 1836, com permissão das cortes de Lisboa, readquiriu a nacionalidade portugueza. D. Maria II, de Portugal nomeou-o, então, governador da sua colonia de Moçambique, a 22 de Dezembro do referido anno.

Nesse posto lá falleceu aos 28 de Maio de 1838.

"O Marechal Marquez de Aracaty — escreve Pretextato Maciel — durante os 30 annos que serviu no Brasil como governador de quatro das suas antigas capitanias, demonstrou elevados dotes administrativos, exercendo os ditos cargos "com probidade e reconhecida illustração; procurando sempre attingir o justo e honesto, desenvolvendo-se com zelo, bem acceito no cumprimento dos seus deveres, qualidades estas que foram visivelmente modificadas, quando em São Paulo teve de exercer um governo partilhado", o que deu logar aos acontecimentos de Maio e Junho de 1822, e dos quaes resultou a sua retirada, quasi forçada, do mesmo governo".

Seu retrato figura na galeria dos nossos Ministros do Exterior no Itamaraty e na dos da Marinha em o Museu Naval.

Almirante

MIGUEL DE SOUZA MELLO E ALVIM

(M. Naval)

XVII

Chefe de Esquadra

MIGUEL DE SOUZA MELLO E ALVIM

Em a organização ministerial, que teve lugar a 20 de Novembro de 1827, foi distinguido com a pasta da Marinha o illustrado Chefe de esquadra Miguel de Souza Mello e Alvim. Achava-se, então, o provecto administrador á testa da Intendencia de Marinha do Rio de Janeiro, para cujo cargo fôra nomeado por Decreto de 25 de Abril do mesmo anno.

Foi o novo ministerio — escreve Rocha Pombo — bem recebido pela imprensa e aproveitou D. Pedro aquelle ensejo de refazer a antiga popularidade com outros actos que o recommendassem a estima de todos".

"Não se póde contestar — commenta Pereira da Silva — que o novo ministerio se revestia de todas as qualidades de parlamentar, e foi o primeiro desta feição organizado por D. Pedro".

O novo titular da Marinha, como a maioria dos seus antecessores, tivera por berço o velho Portugal. Na quinta de Olaia, aros da villa de Ourem, em a provincia da Extremadura, vira elle a luz aos 9 de Março de 1784.

Era filho de Antonio de Souza Mello e Alvim, morgado d'Olaia, e de D. Maria Barbara Anacleta Ignacia Henriques da Silva Torres, das mais nobres familias do Morgado de Sanguichal. Entre seus mais remotos e illustres ascendentes, contava o nosso biographado as notaveis figuras do Condestavel, D. Nuno Alvares Pereira, Conde de Ourem, que foi casado com D. Joanna Alvim, e ainda el-rei D. Fernando, o grande apaixonado de Leonor Telles, a "Flor de altura", de olhos rasgados, do verde-escuro das aguas do mar, fundos bellos e enigmaticos, na sombra das olheiras de bistre, que os aureolam de miterio..." como a descreve Antero de Figueiredo, e que havia de morrer esquecida em uma cela "gelada e tristissima" de um convento de Tordesilhas, lá em Espanha.

Desde cedo o joven Mello e Alvim manifestou decidido pendor pelas cousas navaes e guerreiras; e, assim sendo, muito se esforçou por alcançar matricula na Academia de Marinha de Lisbôa. Teve praça de Aspirante a 24 de Março de 1798.

Graças aos seus dotes intellectuaes, a 21 de Julho do mesmo anno as divisas d'ouro de Guarda-marinha vieram adornar-lhe os punhos da jaqueta de panno piloto do seu uniforme; e, quatro dias volvidos recebia ordem de embarque na fragata "Cysne". Após proveitoso mas aspero cruzeiro, em que largo tirocinio de mar e de navegação alcançou, tempe-

rando o caracter e refinando avitas qualidades, obteve, a 25 de Agosto de 1801, o cargo de Chefe de Brigada da Companhia de Guardas-marinha.

No anno seguinte foi designado para embarcar em a nau "Princeza da Beira", passando, a 23 de Maio de 1804, a servir a bordo da nau "Vasco da Gama", capitanea da Força Naval que, sob as ordens do fraco é falho Chefe de divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, operava no Mediterraneo, sem pelejar com fé, contra os Estados barbarescos. Nessa commissão Mello e Alvim destacou-se sempre pela sua disciplina, dedicação ao estudo e exacta comprehensão de seus deveres e occupações militares.

Foi promovido a 2° Tenente em 15 de Agosto de 1806; e, um anno justo volvido, passou a exercer a sua actividade a bordo da nau "D. Henrique". Em 1807, a 18 de Setembro, foi designado para servir a bordo da fragata "Urania" do commando do Capitão de Fragata D. José Manuel de Menezes, Marquez de Vianna.

Diante da pressão das tropas napoleonicas, a familia real portugueza encheu-se de pavor e, a bordo de uma esquadra, organizada e apparelhada de tropel, fugiu para o Brasil. Dessa esquadra fez parte o navio em que se encontrava embarcado Mello Alvim. Com elle vieram para o Rio de Janeiro mais tres irmãos: José, João e Francisco; este, que foi engenheiro militar de grande relevo, alcançou o posto de Marechal de Campo e o titulo de Visconde de Jerumirim.

El Rei, desejoso de mostrar aos seus subditos de mar a magnanimidade que lhe transbordava do coração e ao mesmo tempo dar uma prova publica de seu reconhecimento pela corporação que acabava de livral-o com a familia das garras do Corso audaz, deu um posto de accesso a todos os Officiaes que o acompanharam na frota.

Mello e Alvim, foi, pois promovido, a 8 de Março de 1808, ao posto de 1° Tenente, e, logo em seguida, embarcado em a nau "Martim de Freitas" que, posteriormente, passou a chamar-se "Pedro I" e foi a capitanea da nossa esquadra na campanha da Independencia. Muito embora a esquadra vinda de Portugal fosse atirada, criminosamente, a apodrecer no ancoradouro de sotavento ou de S. Bento, não ficou inactivo o joven e prestante official como fizeram muitos dos seus camaradas ao aportar ao Rio de Janeiro. Em Dezembro de 1808 foi nomeado Commandante do brigue "Real-João", passando posteriormente a commandar o brigue "Mercurio".

Juntamente com o seu distincto collega Diogo de Britto foi encarregado do levantamento da planta da bahia de Guanabara, serviço que foi escrupulosamente desempenhado pelos dois provectos officiaes. No fim da commissão, além da referida planta, apresentaram o projecto de um ancoradouro, calmo e seguro, para os navios de cabotagem, e que consistia em ligar-se á então ilha dos Ratos (hoje Fiscal) á ponta do Calabouço por meio de um quebra-mar (1810).

A 23 de Novembro desse mesmo anno embarcou na corveta "Aurora", de onde foi designado para o commando do brigue "Previdente" construido na ilha de S. Thomé (Maio de 1811). Partiu para a commissão designada, com escala pela Bahia, assumindo o commando do referido brigue a 24 de Julho de 1811.

Mello e Alvim, que nas horas vagas se entretinha com as Musas, das quaes Polymnia era a sua predilecta, escreveu nesse mesmo anno uma "Ode pindarica", que offereceu ao Principe-regente D. João.

Aos 7 de Março de 1812, já de volta ao Rio, Mello e Alvim assumiu o commando da escuna "Maria Theresa"; e, no anno seguinte, a 17 de Dezembro, foi promovido a Capitão-Tenente. Nesse anno tambem alcançára o habito de cavalleiro de Aviz.

Passou a commandar o bergantim "Ballão" a 18 de Fevereiro de 1814, nelle desempenhando varias commissões aos mares e portos do sul. A 15 de Abril do anno seguinte foi-lhe dado o commando do brigue "Gaivota", que veio a ser a nossa corveta "Liberal" na campanha da independencia.

* * *

Resolvida a intervenção portugueza no Rio da Prata, foi mandada vir de Lisboa uma luzida e experimentada divisão do Exercito portuguez, á cuja testa estava o Tenente-General Carlos Frederico de Lecór, posteriormente Visconde da Laguna.

Aqui no Rio passou-se a organizar uma esquadra, á qual foi incorporado o navio do nosso biographado. A 12 de Junho de 1816 partia elle para o Rio da Prata com escala por Santa Catharina.

Aos 22 de Novembro bateu-se em Maldonado, onde sua guarnição tomou parte em um desembarque. Em Abril do anno seguinte auxiliou a tomada de S. Fernando, tendo estado antes no bloqueio de Montevidéo. Pelos serviços prestados nessa occasião, foi Mello e Alvim agraciado com a graduação ao posto de Capitão de Fragata.

Voltou ao Rio no commando do brigue "Ballão".

Por Decreto de 4 de Julho do mesmo anno (1817), o nosso biographado foi designado para servir como Ajudante de ordens do Governador de Santa Catharina, Coronel João Vieira Tovar e Albuquerque, appellidado o *Maneta*, pois havia perdido um braço na batalha da India Muerta, na Banda Oriental. O nosso atilado diplomata, Vasconcellos Drummond, em notas á sua biographia, explica-nos a razão da nomeação de Mello e Alvim para o cargo referido: — "Tão ignorante, estouvado e brutal era o governador, como circumspecto e polido o Intendente (Mello e Alvim). A Tovar, porque era incapaz, se lhe ajuntou Miguel de Souza, Intendente da Marinha e ajudante de ordens do governo, e deu-se instrucções a Tovar para que nada fizesse sem o conselho e approvação de Miguel de Souza. Tovar era limpo de mãos, no exercicio do governo alguns despropositos praticou, mas Miguel de Souza evitou muitos outros e deu uma fórma regular ao governo da provincia".

Por despacho de 12 de Outubro de 1817 foi Mello e Alvim effectivado no posto de Capitão de Fragata: e no dia 28 deixando o commando do brigue "Ballão" partiu para assumir o novo cargo de Ajudante de Ordens e exercer na Capitania Catharinense as funcções em que occasionalmente tivesse de ser empregado como official de Marinha. Por Decreto de 14 de Dezembro do mesmo anno foi nomeado Intendente de Marinha de Santa Catharina. Esta repartição fôra creada por Decreto de 24 de Abril do alludido anno, com os seguintes serventuarios: um almoxarife com 400$000 annuaes; um escrivão com 200$000; um Amanuense com 100$000; um praticante com 80$000; um porteiro com 150$000 e um Meirinho com 100$000.

O Ministro Thomaz Antonio de Villanova Portugal, segundo nos informa Vasconcellos Drummond "tinha em vista elevar aquella provincia (Santa Catharina) a um grao de grande prosperidade. Santa Catharina — dizia — é o porto avançado do Rio de Janeiro no Rio da Prata"... por isto "tinha em vista fazer daquella provincia um grande Arsenal maritimo. A provincia de Santa Catharina — continua o mesmo autor — pela sua posição geographica, pelos seus portos, rios, lagos e matas e pela fertilidade de seu terreno, deve merecer amplos cuidados do governo. A enseada das Garoupas (hoje Porto-Bello) é um dos melhores portos do mundo. A *Caixa d'aço* póde conter innumeros navios abrigados de todos os ventos. Os catharinenses amam a vida do mar e são bons marinheiros. Deve-se criar alli e fazer prosperar uma boa povoação maritima. Para isso é preciso proteger a pesca em grande. A pesca é viveiro de marinheiros e produz alimento barato".

Levado por essa ordem de considerações, o referido Ministro, por Decreto de 18 de Março de 1818, mandava fundar na enseada das Garoupas uma Colonia de pescadores com a denominação de Nova-Ericeira; e para dirigir os trabalhos da installação da mesma foi nomeado o Capitão de Fragata Mello e Alvim. No anno seguinte vieram para a referida colonia 101 povoadores de ambos os sexos na charrua "Conde de Peniche". Foram dispendidos em compra de terras, edificações, etc., 5:383$458 réis.

*
* *

"Durante dez annos em que serviu em Santa Catharina — escreve o Almirante H. Boiteux — não descançou Miguel Alvim em manifestar o seu zelo pela administração. Ao governo dirigiu Memorias sobre a pesca da baleia, cujas ruinas das Armações de Itapocoroy, Piedade, Lagoinha, Garopaba e Graça mostram ainda hoje o grao de prosperidade a que havia chegado a halieutica em Santa Catharina, onde se registravam pescas annuaes de 524 cetaceos, e ainda sobre o aproveitamento dos edificios existentes na Armação da Piedade para nelles serem estabelecidas officinas de um Arsenal de Marinha".

Aos 6 de Junho de 1820, consorciou-se Mello e Alvim com D. Mauricia Elisa de Proença e Menezes, nascida no Desterro a 18 e baptisada a 20 de Abril de 1802, filha legitima de Hyppolito José de Menezes, natural do Rio de Janeiro, e D. Anna Januaria de Proença, natural do Desterro. Foram padrinhos o Capitão Bernardo José Pereira e sua senhora D. Elisa Antonia de Oliveira. D. Mauricia Elisa era irmã de José Feliciano de Proença, que foi pae do illustrado Almirante João Justino de Proença, que desempenhou com realce innumeras commissões

A 20 de Julho de 1821 deixava o Coronel Tovar o Governo da Capitania, continuando Mello e Alvim á testa da Intendencia de Marinha.

Proclamada a nossa independencia, foi elle consultado se desejava continuar no Brasil, fazendo parte do Corpo da Armada Imperial. A 10 de Janeiro de 1823 respondia elle ao Ministro nestes termos: — "Havendo recebido ordem para responder por escripto se quero ou não adherir á Causa do Brasil ao serviço deste Imperio... etc. "Cumpre-me, em satisfação áquella ordem, levar ao conhecimento de V. Ex. a minha resposta, e a minha maneira de pensar a tal respeito. Eu sou militar, e desta profissão vivo; como tal occupo um emprego que me foi conferido pelo Sr. Rei Dom João VI, e confirmado por Sua Magestade Imperial seu legitimo successor a quem o dito Senhor Rei mandou que eu obedecesse quando se retirou para a Europa; na qualidade de militar entendo que não me compete deliberar sobre a maneira, o como, e aonde me convenha servir; e muito menos ingerir-me a discutir questões politicas; estou persuadido que só me cumpre desempenhar exactamente os deveres do posto em que sirvo ao Estado, e obedecer sem hesitação ás ordens dos meus superiores; o que farei sempre com fidelidade e honra como constantemente o tenho praticado. Além de militar sou tambem cidadão, nesta qualidade posso asseverar a V. Ex. que desde que a ordem dos acontecimentos da minha vida me conduziu a tomar estado no Brasil, casando-me com uma senhora brasileira; e que o Ente Supremo tem abençoado esta união com uma fecundidade tal que em quatro annos me tem dado quatro filhos; eu desejei firmemente permanecer no Brasil o resto dos meus dias, e de subir com elle a sorte que a Providencia lhe deparar.

Emquanto á condição de ficar sujeito ás reformas que houverem de fazer-se no Corpo de Marinha; como estou persuadido que alias não serão indecorosas á Corporação, nem derrogatorias daquella consideração e vantagens que a minha patente, e vinte e cinco annos de serviço sem nota, devem conferi-me; eu me sujeito a ellas com plena franqueza Não devo porém occultar a V. Ex. que eu me vejo em um estado valetudinario por causa de uma terrivel molestia incuravel que padeço no figado, ha bastantes annos, e que se vae aggravando com a idade, sinto-me portanto inhabilitado para exercer a profissão activa de Official de Marinha sobre o mar; e apenas poderei occupar em terra algum emprego analogo á mesma profissão, bem como este em que estou ser-

vindo ha cinco para seis annos; visto que as minhas molestias já me não permittem desenvolver aquella energia e actividade que eu desejo, e que o serviço da Nação e de Sua Magestade Imperial exige. Tenho declarado a V. Ex. os meus sentimentos com a mais franca sinceridade.

"Digne-se V. Ex. leval-os ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador, que determinará o que houver por bem".

Continuou Mello e Alvim em Santa Catharina, sendo promovido ao posto de Capitão de Mar e Guerra aos 12 de Outubro de 1823. Durante a campanha de Independencia manteve-se elle, como muitos dos seus patricios, arredado da actividade guerreira. Sobreveio, mal haviamos conquistado a emancipação, a guerra contra as Provincias Unidas do Rio da Prata. Mello e Avim, que ainda servia em Santa Catharina, muito se esforçou por impulsionar a construcção de varias canhoneiras, apparelhal-as e equipal-as convenientemente e envial-as ao theatro da guerra, afim de reforçar os nossos inadequados elementos navaes.

O Governo levando muito em consideração as "providencias que tomara não só em attender aos pedidos feitos pelo commandante das forças navaes em operações no Rio da Prata, como nas exigencias dos navios que ali aportavam na carencia de reparos e mantimentos e na conducção de tropas" — diz-nos o Almirante H. Boiteux, um dos seus biographos — promoveu a 1 de Outubro de 1827 ao posto de Chefe de Divisão. "Em vista de seus predicados como administrador foi lembrado para em maior campo desenvolver seus talentos e por essa razão foi nomeado Intendente de Marinha do Rio de Janeiro". Desse cargo, como vimos, ascendeu ao ministerio.

*
* *

O gabinete ministerial de que faz parte foi, como dissemos, bem recebido pela opinião publica e pela imprensa. Entretanto, "a effervescencia politica da época não deixava logar a que pudessem os verdadeiros administradores emprehender qualquer reforma no sentido do bem geral. A luta entre o poder pessoal do Imperador e o elemento liberal approximava-se do fim".

Eis senão quando subleva-se a soldadesca estrangeira aquartelada no Rio, insuflada por agentes platinos. Com o motim dos soldados, o Imperador "não poude conter os impulsos de irritação que lhe causou tão funesto acontecimento".

"Attribuindo ao Ministro da Guerra (Barroso Pereira) falta de habilitações — conta-nos Pereira da Silva — por não ter prevenido a tempo o evento desastrado que se verificara, mandou-lhe a demissão sem haver com antecedencia ouvido a respeito outros Ministros. O Chefe do Gabinete, Araujo Lima, entendeu que lhe tinha sido retirada a confiança da corôa, e retirou-se sendo acompanhado por Miguel Calmon

: Teixeira de Gouveia". Mello e Alvim e Oeyenhausen, ambos portuguezes e apegados ao throno bragantino, não se mostraram solidarios com os seus collegas de gabinete e continuaram com suas pastas. Valeu-lhes tal attitude severas criticas e alguns ataques assaz violentos, mas, afinal, justos.

Diz Macedo: — "Nos motivos das aggressões que elle soffreu um só subsiste real incontestavel, e que nunca o illustre cidadão procurou disfarçar, e muito menos negar; foi a sua lealdade, foi a sua dedicação ao primeiro Imperador".

Desenhou-se descontentamento geral na Camara dos Deputados pela sahida de Araujo Lima e pela maneira por que fôra demittido o Ministro da Guerra.

Em a discussão da fixação das Forças de mar a Camara manteve nessas condições o mesmo criterio do anno anterior.

Aos 30 de Maio de 1829 apresentava Mello e Alvim o "Relatorio" dos serviços de sua pasta. Façamos um ligeiro apanhado desse documento official afim de nos capacitarmos do estado da nossa Marinha Militar de então, das ideias e projectos do titular e das medidas por elle postas em pratica para o seu desenvolvimento e eficiencia. Começando pela Secretaria d'Estado, não achava demasiado o pessoal que tinha que attender ao expediente della, do Almirantado e da Junta de Fazenda. Taes funccionarios trabalhavam com boa disposição, e nesse numero eram contemplados os da Mesa do despacho maritimo.

Ao Corpo d'Armada referia-se com estas palavras: — "Os officiaes da Armada podem chamar-se propriamente a alma ou a vida da Marinha de Guerra, por serem elles que dão o impulso, a direcção, á Força Naval. Assim, nunca serão sobejos quaesquer esforços que a Nação fizer por obter uma corporação dos mais perfeitos Officiaes de Marinha. Eu sinto a maior satisfação em poder affirmar que a Nação possue actualmente, com pequenas excepções, um Corpo de excellentes Officiaes de Marinha, os quaes, tanto pela sua pericia em tudo o que respeita a profissão naval, como pelo seu valor e pratica da guerra, adquirida no meio do fogo e dos combates, se acham habilitados a prestar os mais relevantes serviços á Nação".

Existiam então 40 Segundos Tenente de commissão, exigencia da guerra que findara, classe que devia ser eliminada, aproveitando-se apenas os prestimos provados e os serviços. Discordava dos que achavam o Quadro d'Armada exorbitante, mostrando que seria até "insufficiente, quando uma repentina guerra exigisse o rapido armamento de todas as forças maritimas do Imperio".

Apontava a necessidade de se mandar certo numero de officiaes praticar em varias Marinhas do mundo, como a da Inglaterra e França, pois "a pequena despesa que a Nação houvesse de fazer com esta medida, viria a ser ampla e incalculavelmente compensada com acquisição, em poucos annos de uma porção de officiaes abalizados, que ao muito

de volverem perfeitamente instruidos e habilitados com a pratica a servirem genuinamente a Nação, a qual viriam libertar da dependencia, a que por este ramo se tem visto compellida a recorrer para seu serviço a administração sempre perigosa de estranjeiros".

Referindo-se ao Corpo de Artilharia de Marinha, com elogios, diz que fôra organizado pela Carta de lei de 15 de Novembro de 1827; que compunha-se de 2.784 praças distribuidas em dois batalhões, mas que na occasião só existiam nas fileiras 1.965 praças. Os officiaes aggregados haviam tido o destino apontado pela carta de lei de 23 de Setembro de 1828.

Ao tratar dos Arsenaes mostrava que á requisição da Camara, se mandára inspeccionar os arsenaes do Rio, Bahia, Pernambuco e Pará, afm de propôr um plano de melhoramentos. Dera elle, Ministro, providencias afim de augmentar o trabalho com reducção das despesas. Mostrava que os carpinteiros e calafates eram tenazmente perseguidos e obrigados a trabalhar no Arsenal, e que tal processo "odioso e repugnante e infeliz nos seus resultados", attentava contra a Constituição.

Mandára fixar os jornaes do operariado e estabelecer em cada officina seis classes de operarios para dar logar ao accesso, de accordo com os artigos ns. 52 e 53 do alvará de 26 de Outubro de 1796. Despedira os jornaleiros inuteis, cujo numero ascendia a 300 e, com outras medidas, melhorara as condições do operariado. O resultado correspondera ás esperanças; a sobras andaram mais rapidas; cessaram desse modo as perseguições e violencias praticadas "até então diariamente contra uma classe industriosa, digna da mais alta protecção nacional", e a despesa decresceu notavelmente.

Sobre a Contabilidade e Fazenda expunha haver uma commissão de exame e fiscalização do serviço. Na escripturação, que já se encontrava atrazada, estabeleceu melhor ordem e clareza; aposentou funccionarios incapazes; criou livros de matriculas, etc.

Passando a tratar do Material fluctuante dizia que tinhamos doze embarcações empregadas como correios (serviço de paquetes) das quaes mandara desarmar algumas e reparar outras. "Quanto á sua conservação — explicava — tem sido até agora entregue ao maior desprezo, por effeito de uma rotina absurda, da qual não só resultava a ruina dos mesmos vasos e seus pertences que se desejavam conservar, mas tambem delapidação da Fazenda Publica". Déra ordem e providencias para arrecadação, conservação em armazens destinados a esse fim, estabelecendo a bordo methodo regular de serviço de segurança, conservação e asseio, e obviar descaminhos.

Queixava-se que dentro do Arsenal, com excepção da Intendencia de Marinha, Contadoria, Thesouraria, Pagadoria e os armazens do Almoxarifado não havia officina digna de menção; "tudo são telheiros sobre pilares e officinas summariamente acanhadas; o extremo sul do Arsenal está cahindo em ruinas..." E isso ao terminar uma guerra externa!?...

Impulsionára elle as obras de uma nova Ferraria; continuando-se a guarnecer de cantaria o caes do litoral e da ilha das Cobras. As obras do dique tiveram regular avanço, tendo chegado á profundidade que deveria ficar. O serviço era feito por sentenciados e a pedra retirada era vendida.

O Ministro Mello Alvim era de opinião que o Arsenal do Rio de Janeiro, devido á falta de madeiras e a importada ficar por alto preço, merecia ser transformado em arsenal de reparações. Apesar dos dispendios de uma longa guerra, qual a que acabavamos de sustentar com a Argentina, os Armazens, criados por alvará de 4 de Fevereiro de 1803, estavam abastecidos dos generos essenciaes, declarava o Ministro.

Referindo-se á Academia de Marinha, chamava a attenção para o seu officio de 2 de Agosto de 1828. O edificio occupava, então um dos angulos do Mosteiro de S. Bento. Os 29 guardas-marinha matriculados haviam realizado, de Dezembro de 1828 a Fevereiro do anno seguinte, um cruzeiro a bordo da fragata "D. Francisca" juntamente com o commandante, o lente do 3º anno e o mestre de apparelho ,tendo com isso grande aproveitamento.

Quanto á Escola de praticagem no Amazonas e baixios do Pará, fizera poucos porgressos em razão da insignificancia dos soldos e gratificações. O Capitão de Mar e Guerra reformado José da Silva, antigo mestre e o melhor pratico daquelles mares havia apresentado um plano de reorganização, que o ministro submetera á consideração da Camara.

Mello Alvim propunha a construcção de um grande edificio na parte sul do Arsenal afim de nelle installar, no andar terreo armazens, ao primeiro andar a Academia de Marinha, e no segundo as Secretarias de Marinha, Guerra e Estranjeiros. Esse edificio foi começado em sua administração; é onde se acha hoje installado o Ministerio, o Estado Maior, etc. Pedia tambem a conclusão do quartel da ilha das Cobras destinado á Artilharia de Marinha, obra começada na administração Paranaguá e suspensa durante a guerra.

Lançando um golpe de vista geral sobre os nossos Arsenaes, mostrava que no da Bahia se encontrava em construcção uma nau de 80 peças, a "Imperador do Brasil", depois "Pedro II", uma fragata de 60 peças, navios que seriam lançados em fins de 1829.

O de Pernambuco, no estado em que se encontrava, "só poderá servir — dizia — para alguns fabricos nos vasos de menos força": o do Maranhão, igual ao anterior, "porém, susceptivel de mais amplo serviço, pela abundancia de boas madeiras". O do Pará encontrava-se "na maior decadencia" á falta de prestações pecuniarias. "Esta falta — explicava o ministro — é muito de sentir, porquanto é naquelle Arsenal que as construcções sahem mais baratas no Estado "tanto pela abundancia de optimas madeiras, como pela modicidade dos jornaes". Encontrava-se no estaleiro uma grande fragata, cuja construcção proseguia lentamente, e uma canhoneira prompta a ser lançada ao mar.

O Arsenal de Santos, cuja administração dependia da do Rio de Janeiro, tinha um estaleiro onde se contruia uma corveta e um brigue; o de Paranaguá apresentava uma corveta ou, antes, um brigue-barca, que devia ser lançado ao mar em 1829.

Referindo-se a Santa Catharina ,dizia: — "O porto de Santa Catharina, tanto por sua posição geographica, como por suas excellentes localidades e abundancia de boas madeiras, parece ser destinado a um importante estabelecimento de Marinha. A esta vantagem da Natureza reune a especialidade de estar já auxiliado pela arte, pois que os edificios e officinas da Armação da Piedade, situados dentro daquelle porto, constituem já um perfeito Arsenal de Marinha no qual se podem não só fabricar as embarcações carecidas de concerto, mas até construir novas classes de corvetas e brigues. Só falta organização legislativa para criar aquelle estabelecimento e applicação dos fundos necessarios para seu custeio, para o que a Provincia não tem por ora meios, pelo estado de tutela, em que permanece".

No de Alagôas, em o porto de Paraguassú, fôra lançado ao mar, no anno de 1828 a brigue-barca "S. Christovão", já no Rio de Janeiro; era uma solida construcção e mostrava bôas qualidades nauticas promettendo ser uma excellente embarcação de guerra. O Arsenal de Porto Alegre era mais do Exercito do que da Marinha; lá existiam em desarmamento doze escunas e barcas da frotilha da Lagôa Mirim.

O Ministro providenciára para a sua conservação e para o estacionamento de uma escuna no Rio Grande em meio armamento para evitar o contrabando; aboliu o córte de madeiras de Cabo Frio, e melhorou os de Campos e de Santos.

Além dessas medidas não descurou o titular da pasta naval de desenvolver varios serviços como o dos pharóes, balisamento, pesca e soccorro aos navegantes.

Explicava á Camara a razão de ser de certas despesas, apezar da guerra terminada; havia dez a doze mezes de soldadas em atrazo aos marujos; fazia-se mistér recolher petrechos, forças dispersas, licenciar pessoal e desarmar o material.

Conservara-se no Prata, durante um semestre, uma divisão naval; nas costas africanas mantinhamos outra, a "Divisão de Léste", contra os piratas que atacavam o nosso "expirante commercio". Da mesma fórma, a viagem de D. Maria II, de Portugal, empregava duas fragatas de primeira classe, cujas despezas não eram pequenas.

Declarava o ministro que o desarmamento dos nossos vasos iria sendo feito até que a Força Naval ficasse reduzida aos termos de "proteger o commercio, cruzar as costas, sustentar a ligação entre as provincias, fazer respeitar o pavilhão e conservar sempre em exercicio activo um casco de Officiaes, artilheiros e marinheiros, capaz de disciplinar e instruir promptamente as guarnições bisonhas que no caso (que sempre devemos ter precavido), de novas hostilidades, teremos

de meter a bordo dos nossos navios de guerra". Precisavamos tambem de navios para o transporte de madeiras para os Arsenaes.

Propunha que a Força naval para aquelle anno (1829) se compuzesse do pessoal seguinte: 2.500 praças, sendo 92 Officiaes e Guardas-Marinha, 424 inferiores e soldados de Artilharia de Marinha, 182 officiaes civis e artistas e 1.800 marinheiros e grumetes. Pedia pensões vitalicias para os invalidos da guerra e o augmento de vencimentos para os funccionarios civis.

Communicava o naufragio na barra da Victoria do brigue "Pampeiro", cuja perda fôra compensada pela captura, pela corveta "Bertioga", do vaso de guerra argentino "General Dorrego".

Suggeria a extincção do lugar de Almoxarife e a criação de seis Commissarios para encarregados das seis classes de Armazens.

Terminava o Ministro Mello e Alvim o seu relatorio declarando que o Imperio do Brasil não podia prescindir de ser uma Potencia essencialmente maritima, sem quebra da sua gloria, da sua dignidade e dos mais caros interesses. "Esta verdade — dizia — é de primeira intuição; basta lançar os olhos sobre uma carta geographica do Brasil". "Segundo, que tendo a Nação conseguido, através dos males produzidos pela guerra argentina, o grande bem de possuir actualmente uma Marinha respeitavel, tanto pelo numero e qualidade dos vasos que a compõem como pela quantidade de marinheiros e soldados aguerridos, e mais que tudo pela benemerita cooperação de Officiaes de Marinha, todos, segundo já disse, com pequenas excepções, habeis, energicos, valorosos e principalmente inhabalaveis na lealdade á Nação e ao Imperador, seria não só solapar os fundamentos da grandeza nacional e destruir o mais vigoroso elemento de prosperidade publica, mas tambem um exemplo terrivel de injustiça e ingratidão para com os relevantes serviços, com tanta constancia e denodo, prestados á Nação pelos nossos bravos marinheiros, durante a ultima guerra, que se delles só dependesse, outra fôra o resultado daquella fatal contenda; seria, digo, um terrivel exemplo de ingratidão nacional, entregar ao desprezo, ao abandono um tão benemerito, tão necessario e poderoso agente da Força publica..."

Appellava ainda o Ministro para o Parlamento, pois a Marinha havia de fazer tremular "ainda respeitado e glorioso sobre todos os mares, o pavilhão imperial brasileiro".

O Chefe de divisão Mello e Alvim, a 4 de Dezembro de 1829, exonerava-se do Ministerio, sendo substituido pelo Marquez de Paranaguá. "Uma das causas que levaram Mello e Alvim a deixar a pasta da Marinha — informa-nos o seu biographo — foi a de não possuir bens de fortuna para poder, elle que dispunha de numerosa familia, dar cumprimento ás exigencias da côrte". Da mesma fórma declinou da honra de um titulo nobiliarchico, que o Imperador desejava conceder-lhe apegando-se ao brocardo popular de que — "honras sem dinheiro mais vale ser marinheiro".

"O Conselheiro Alvim — escreve Macedo — nunca pretendera glorias de influencia politica; estranho ás lutas dos partidos, se limitava a ser activo e escrupuloso administrador; pagou, porém, as culpas do Ministerio a que pertenceu, e em tempo da infancia, do novo systema representativo em que nem se observava a theoria das solidariedade dos gabinetes· a ardente opposição liberal não lhe perdoou a companhia ministerial, e atacou-o de envolto com os collegas..."

Pelo decreto de 12 de Outubro de 1829, foi Mello e Alvim nomeado Presidente da Provincia de Santa Catharina, a terra da sua predilecção e berço de sua esposa e de seus filhos, assumindo a administração aos 14 de Janeiro de 1830, que lhe foi passada pelo Brigadeiro Francisco de Albuquerque Mello.

Uma das suas primeiras preoccupações ao iniciar a administração catharinense foi a do estabelecimento de grande numero de colonos allemães, alojados em criminoso abandono por quarteis e armações de baleias da ilha de Santa Catharina.

Os cofres provinciaes, entretanto, não dispunham de numerario muito menos para attender ao serviço extraordinario de localização daquella pobre gente. Mello e Alvim reclamou do centro as providencias necessarias. Louvou-lhe o governo imperial o interesse demonstrado sem lhe mandar, todavia, o remedio reclamado. O Presidende estomagado, agradeceu o louvor pelos seus *estereis desejos.*

Durante sua gestão em Santa Catharina, estabeleceu a Administração dos Correios do Desterro e uma agencia na Laguna, criou a freguezia de S. Joaquim de Garopaba e teve que arcar com os estragos produzidos pelo temporal de Abril de 1830, em a lavoura e viação da provincia.

Eis, senão quando veio a abdicação de Pedro I, e com ella completa mudança no scenario politico do paiz.

Mello e Alvim, como Presidente, o Brigadeiro Araujo Barreto, como Commandante das Armas, e Duarte Silva, como Deputado Geral e Director Politico, formavam a trindade portugueza, apegada aos velhos systemas, detestada e combatida pelos patriotas e pelos espiritos liberaes da Provincia. Logo que chegou ao Desterro a noticia da abdicação, reuniram-se os brasileiros, civis e militares, combinando derribar a situação politica existente e abrir os verdadeiros horizontes nacionalistas á pequena e abandonada provincia. A 24 de Abril de 1831, a guarnição militar do Desterro levantou-se e, acompanhada de elementos civis, exigiu a deposição do Presidente, do Commandante das Armas e outras autoridades, portuguezas de nascimento.

Mello e Alvim, deposto, retirou-se com os seus para o Rio de Janeiro. Acalmados os animos em Santa Catharina, obteve elle, por aviso de 11 de Agosto, um anno de licença, para residir naquella provincia, licença que lhe foi prorogada até 1833.

De accôrdo com a resolução da consulta do Conselho Supremo Militar, de 28 de Julho de 1834, foi reformado no posto de Chefe de Esquadra. Nesse mesmo anno foi eleito Deputado Provincial por Santa Catharina.

O decreto de 17 de Setembro de 1835 approvou a tença de 300$000 concedida pela Resolução de consulta de 18 de Julho de 1809, a D. Mauricia Elisa de Mello e Alvim.

Com a revolução dos *Farrapos* e a invasão da provicia, foi Mello e Alvim, na presidencia Pardal, nomeado interinamente encarregado da defesa maritima da provincia. Em Agosto de 1838 deixou o cargo que com grande competencia e dedicação exercera, sendo por aviso de 16 de Setembro da Regencia louvado, agradecendo-se-lhe os serviços prestados.

Apesar de reformado foi Mello e Alvim, por aviso de 2' de Fevereiro de 1840, encarregado do expediente do Quartel General da Marinha; e, em 2 de Julho de 1841, nomeado para o Conselho Supremo Militar. O decreto de Junho de 1844 designou-o para o cargo de Intendente da Marinha do Rio de Janeiro, cujo cargo exerceu até 14 de Junho, quando partiu para S. Paulo como presidente daquella provincia.

De sua administração pouco sabemos. "Teve occasião de protestar contra o procedimento dos cruzadores inglezes que desrespeitaram a nossa soberania na caça aos navios negreiros, chegando a ousadia a arrancal-os de dentro dos ancoradouros".

Deixando o governo de S. Paulo voltou ao posto de vogal do Conselho Supremo Militar. Com algumas intermittencias occupou ainda o cargo de Chefe do Quartel General de Marinha, entre 3 de Outubro de 1848 a 2 de Novembro de 1855.

Aos 18 de Setembro de 1851 foi nomeado Conselheiro d'Estado extraordinario, passando a ordinario em Agosto de 1855. "A importancia e o peso das funcções tão consideraveis não absorvem todas as vigilias e todas as facilidades do velho servidor da Nação, que ainda acha tempo e forças para desempenhar a tarefa de inspector das fabricas do municipio da Côrte, protegidas por concessões de loterias ou subvencionadas pelo governo.

O peito de sua honrada farda era constellado pelas seguintes condecorações: habito de cavalleiro de Aviz, de N. S. da Villa Viçosa, commenda de S. Bento de Aviz, com a dignataria da Rosa e tambem com a grande dignitaria da mesma, com a commenda da Torre e Espada, Valor, Lealdade e Merito de Portugal.

Deixou o Almirante Mello e Alvim distincta descendencia, de que destacaremos os seguintes membros, alguns dos quaes deram grande lustre á corporação do botão d'ancora: 1º Tenente Miguel de Souza Mello e Alvim, Almirante Francisco Cordeiro Torres e Alvim, Barão de Iguatemy, Coronel João de Souza Mello e Alvim, Capitão de Mar e

Guerra José Maximiano Mello e Alvim, 1º Tenente Emilio Augusto de Mello e Alvim, Dr. Julio de Mello e Alvim, diplomata, e Frei Antonio Alvim.

"Versado em sciencias mathematicas — diz o Almirante H. Boiteux em "Os nossos Almirantes" — deixou estudos sobre o melhoramento do porto do Rio de Janeiro, escreveu memorias sobre a pesca da baleia em Santa Catharina, sobre a construcção de um Arsenal de Marinha na Armação da Piedade. Era além disso cultor das bellas letras; compoz lindas poesias, a maior parte das quaes não chegou á publicidade.

Aos 8 de Outubro de 1855 expirou o illustre Almirante cercado dos carinhos dos seus, do respeito do paiz e das saudades da classe que elle tanto soube elevar. Figura o seu retrato na galeria dos Ministros da Marinha do nosso Museu Naval.

XIX e XXI

Marechal de Campo

JOSÉ MANUEL DE ALMEIDA

Desde a dissolução da Assembléa Constituinte, perdera D. Pedro I todas as sympathias populares e a dedicação dos verdadeiros brazileiros e patriotas.

Andava completamente divorciado da Nação. Ligado ao elemento portuguez e assaz preoccupado com a politica do reino europeu, abandonava os interesses nacionaes e fazia crua guerra a qualquer manifestação de brasilidade.

O ministerio, já de si impopular, julgando impôr-se com as medidas tomadas de vexação e terror, dia a dia mais desprestigio alcançava diante da resistencia do povo estimulado pelos sentimentos liberaes. Chegára o momento em que "só o facto de ser ministro já era sufficiente para comprometter com a opinião publica os homens mais notaveis".

Com a abertura do Parlamento, em Maio de 1830, accentuou-se não só na Camara como em todo o paiz o espirito liberal. Pelos fins do anno era já o governo "olhado com aversão".

A agitação lavrava por toda a parte, insuflada pela imprensa e pelos patriotas. O partido portuguez e uma camarilha que cercava D. Pedro eram os unicos esteios com que contavam os retrogados do governo. Densos bulcões entenebreciam a atmosphera politica do Brasil. A irritação dominava todos os espiritos. "O perigo tornára-se para todos igual, e os brios nacionaes não podiam supportar os insultos, as violencias e a audacia dos portuguezes".

Afinal, D. Pedro, "arrastado sempre, por suas paixões e despeitos, e pelo capricho de não parecer que fraqueava", não quiz ainda procurar o apoio e concurso dos liberaes preponderantes. Deliberou modificar o ministerio com elementos extra-parlamentares, com a mostra "que os ministros são seus simples prepostos e auxiliares sem nenhuma dependencia do parlamento".

Conservando na pasta dos estrangeiros a F. Carneiro de Campos, e na da fazenda a Hollanda Cavalcanti, chamou, para completar o Ministerio, á pasta da Justiça a Manuel José de Souza França, á do imperio, Bernardo José da Gama, visconde de Goyana, para a da guerra o general José Manuel de Moraes e, finalmente, para a da Marinha o Marechal de Campo José Manuel de Almeida que, a 19 de Março de 1831, substituia o rabugento e reaccionario marquez de Paranaguá.

O novo titular da pasta da Marinha, segundo varios autores, era brasileiro nato; até agora não descubrimos qual das nossas provincias foi o seu berço, nem qual a data do seu nascimento que, provavelmente, teve lugar em o ultimo quartel do seculo XVIII, como nos diz Pretextato Maciel.

Em 23 de Junho de 1800, depois de seu curso de humanidades assentou praça na Armada real portugueza, obtendo, em seguida, matricula na Academia de Marinha. Pela carta-régia de 16 de Novembro de 1803, foi promovido ao posto de 2° Tenente, passando, então, a servir na Brigada real de Marinha, o que demonstra que a vida activa do mar a vela o não enfeitiçara. Concluidos seus estudos profissionaes, em 1806, recebeu pela carta-régia de 17 de Dezembro os galões de 1° Tenente. Acompanhou, ao que parece, em 1807, a familia real portugueza em sua fuga para o Brasil..

No anno de 1815, pelo Decreto de 13 de Maio, foi elevado ao posto de Capitão-Tenente; e, pela carta régia de 6 de Fevereiro de 1818, alcançou ser transferido para o Estado-Maior do Exercito no posto de Tenente-Coronel. Por esse tempo exerceu o cargo de Ajudante d'ordens do Governador da Capitania de Goyaz. Em 1819, posto á disposição do General Lecór, Barão da Laguna, seguiu para Montevidéo onde alcançou a graduação de Coronel por despacho de 13 de Maio daquelle anno. Ainda por Decreto de 8 de Setembro do mesmo anno foi effectivado no posto e classificado na arma de Infanteria.

Manteve-se na Banda Oriental, tomando parte mais ou menos activa em todos os successos militares lá desenrolados até 1822, quando se fez a nossa emancipação politica. Valeram-lhe os serviços lá prestados a graduação a Brigadeiro em 29 de Outubro de 1822, posto em que foi confirmado por Decreto de 12 de Outubro de 1824. Durante esse tempo continuou "a prestar os seus serviços ao referido Tenente-General Lecor, como chefe das forças que sitiaram Montevidéo, então sob o dominio do General portuguez D. Alvaro da Costa" — diz-nos P. Maciel.

Em 1825 foi chamado ao Rio de Janeiro e designado, por Decreto de 22 de Setembro, para desempenhar o cargo de Commandante das Armas da Bahia, lugar que deixou em 1827 para de novo regressar á Cisplatina. Em 18 de Agosto do alludido anno substituiu o brigadeiro Daniel Pedro Muller no commando da praça de Montevidéo.

Aos 12 de Outubro do mesmo anno, dia natalicio do Imperador, teve como galardão dos seus serviços os bordados de Marechal de campo graduado.

Commandava a nossa esquadra no Rio da Prata o Almirante Rodrigo Pinto Guedes que, ao que parece, teve com o nosso biographado funda desinteligencia, pois, em officio numero 440, de 11 de Junho de 1828, classifica-o rudemente de *imbecil*... (fallo assim — escrevia o Almirante — "porque tendo servido debaixo das minhas ordens na

Brigada de Marinha, conheço-o, e não fico com escrupulo de assim fallar").

Após a retirada das tropas brasileiras da Cisplatina regressou elle, em 1829, ao Rio de Janeiro. Por acto de 12 de Agosto do mesmo anno foi nomeado Vogal do Conselho Superior militar. No anno seguinte, em data que não consegui fixar, foi nomeado presidente de Minas Geraes, onde foi substituido, em Dezembro, por José Antonio Galvão. Veio, então, occupar a cargo de Commandante das Armas da côrte.

Em 1831 — informa-nos Pretextato Maciel — depois dos tumulos occorridos nesta capital na noite de 12 para 13 de Março, mais conhecidos pela *noite das garrafadas*, os quaes devido á impunidade dos seus autores, se repetiram nos dias subsequentes, foi resolvido, apenas, por D. Pedro, a modificação ministerial na noite de 18, "julgando melhor confiar as pastas a *brasileiros natos e de prestigio*, afim de dominarem as circumstancias"; e, realizadas no dia seguinte essas nomeações coube a pasta da Marinha ao Marechal de campo José Manuel de Almeida"...

Aos 19 de Março de 1831 assumia elle o seu novo cargo.

O ministerio ficou constituido, no dizer de R. Pombo, de "homens muito conhecidos pelas suas ideias adiantadas, mas inteiramente estranhos á politica, e sem nenhum prestigio, de semelhante natureza" "Apezar disso — continua — foram bem recebidas aquellas alterações no governo: pois, quando menos pareciam indicar que o Imperador tinha resolvido ceder alguma cousa ás injuncções da opinião publica".

Varias medidas postas em pratica pelo ministerio não tiveram força, todavia, para modificar a situação geral. "A anarchia, prosegue o historiador citado, já reinava no tumultuar das ruas e praças, onde oradores, dia e noite, insuflavam o povo e o Exercito, sem que as autoridades tivessem meios de contel-os".

No dia 4 de Abril a princeza Maria da Gloria fazia annos e o paço festejava a venturosa ephemeride. Como vimos, os animos da populaça andavam sobremodo exaltados, esperando-se por isso disturbios. O Ministro da Guerra declarava estar preparado para evital-os; no entanto, durante a recepção em S. Christovão veio a saber o Imperador que se faziam ajuntamentos na cidade com propositos turbulentos. Diz-se que nessa occasião, estando presentes o detentor da pasta da guerra e o nosso biographado, D. Pedro "dirigiu-lhes censuras pelo que estava occorrendo"...

Afinal, o Imperador, "desesperado com a desidia ou incapacidade de seus conselheiros tão irresolutos como faltos do necessario prestigio, resolveu despedil-os substituindo-os, nos dias 5 e 6 de Abril, por "fidalgos da aristocracia titular", (ministerio dos *marquezes, medalhões* ou *ephemeros*), homens já conhecidos, e entre os quaes se encontravam alguns daquelles que o tinham levado aos desazos de 1823.

Ora, nessas condições, o marechal de campo José Manuel de Almeida foi substituido, no dia 5 de Abril, pelo indefectivel Marquez de Paranaguá, sempre prompto a satisfazer os caprichos de D. Pedro. Dezesete dias, apenas, sobraçara a pasta!...

Publicada que foi a noticia da organização do novo gabinete ministerial, toda a cidade do Rio de Janeiro vibrou de indignação, percorrendo grande massa popular as principaes ruas, "rugindo em colera ameaçadora", tangida pela palavra inflammada dos demagogos, bradando pela demissão do novo ministerio composto de aulicos e cortezãos.

Antes de "fazer a vontade dos brazileiros" preferiu D. Pedro I abdicar; e, assim o fez a 7 de Abril, para felicidade geral da Nação.

Para satisfazer a vontade popular, a Regencia chamou novamente ao poder o ministerio de 18 de Março. O Marechal J. Manuel d'Almeida, nessas condições, voltou ao seu antigo posto, na mesma data. Aos 13 de Maio apresentava á Assembléa Legislativa o "Relatorio" de uma "administração — dizia elle — tão laboriosa como intrincada". Muito pouco se poderá respigar em tal seára. Vejamos algo.

Informava que a Meza do despacho maritimo fôra abolida pela carta de lei de 10 de Setembro de 1830. Passando a tratar do Corpo d'Armada, assim se manifestava: "... reconhecido o serviço que elle presta, tanto em tempos ordinarios como extraordinarios, fica evidente a possibilidade de uma reducção, podendo-se logo determinar um numero fixo de officiaes por classe". Mostrava ainda a necessidade de uma promoção para os Segundos-Tenentes. Criticava a organização da Intendencia, Contadoria, Almoxarifado e Corpo de Fazenda, "repartições — dizia — montadas por um systema de tempos em que só dominavam *idéas gigantescas* (era uma piada ao seu antecessor, Villela Barbosa...) *pois só por ostentação se armavam e conservavam armadas náos e fragatas de grande porte*". Pedia, por isso, reducções no material fluctuante. Era de opinião que se devia entreter os operarios do Arsenal na construcção de pequenas embarcações. Pelo que se vê, era o Marechal Ministro infenso aos navios de grande porte e ao estabelecimento e manutenção de um poder naval preponderante em os mares sul americanos. Nota-se que a sua mentalidade era assás apoucada. Entre as reduções que fez no material fluctuante está a alienação de varias canhoneiras da flotilha do Rio Grande do Sul, cuja venda importou em réis 12:199$000. De facto, fez uma grande economia!... De accordo com a portaria de 9 de Junho de 1830 mandou organizar uma Ordenança para o serviço d'Armada. Como Ajudante de ordens encarregado do expediente teve elle durante sua administração o Capitão de Mar e Guerra Frederico Mariath. Finalmente, sem explicar as razões, communicava á Assembléa a expulsão de um Guarda-Marinha e de um Aspirante.

Foi já durante a sua administração que o governo mandou apparelhar a corveta "D. Amelia", sob o commando do Capitão de Fragata Guilherme Eyre, afim de escoltar as corvetas "Volage" e "La Seyne", onde se embarcaram o ex-Imperador e seu sequito.

Aos 13 de Abril faziam-se de vela a caminho da Europa. Apezar das ordens recebidas para escoltar os dous vasos estrangeiros até que deixassem as aguas do Brazil, a corveta nacional regressou ao porto cinco dias depois, sob o pretexto de tel-as perdido de vista. Seu commandante foi mandado desembarcar preso, a 21 de Abril, para responder a conselho de guerra pelo não cumprimento da commissão que lhe fôra ordenada. Foi condemnado por sentença do Conselho Supremo Militar e de Justiça á pena de não commandar por espaço de um anno, e em outro tempo não entrar em promoção. A corveta passou a chamar-se "Sete de Abril".

O marechal José Manuel de Almeida, como vimos, começará a sua vida militar no Corpo de Artilharia da Marinha e, nessas condições, como Ministro por elle demonstrou certo interesse, tanto assim que o fez passar por nova reforma; e, para elle, pedia ao parlamento a terminação do Quartel iniciado na ilha das Cobras. Ao que parece, só da disciplina do Corpo é que não curou como devia. O certo é que a 6 de Outubro de 1831 a Imperial Brigada de Artilharia da Marinha, aquartelada na ilha das Cobras, alliciada por alguns officiaes e sargentos, amotinou-se e pretendeu desembarcar no cáes da cidade.

"Immediatamente — diz Garcez Palha — toca-se a rebate, os Guardas Municipaes guarnecem o Arsenal e as praias, e puderam repellir os soldados, que regressaram para a fortaleza da ilha."

José Lino Coutinho, á uma hora da madrugada de 7 de Outubro, escrevia do Paço ao Ministro da Marinha: — "Em consequencia de avizos ultimamente recebidos de que se acham por detraz da ilha das Cobras embarcações pequenas promptas e bem assim notando-se que dalli se fazem signaes com luzes para parte que se ignora, manda a Regencia em nome do Imperador, que V. Ex. tome as medidas de cautela, e de todas as providencias ao seu alcance, para baldar os intentos dos facciosos, e evitar que elles desembarquem ou que recebam soccorros".

"Resultou, todavia, do evento verificado a perda da confiança do publico e do governo na pessôa e qualidade do Ministro da Marinha José Manuel de Almeida, que ignorante das tendencias dos seus subordinados nem uma medida preventiva tomará para manter a illibada disciplina militar" — diz Pereira da Silva.

Abafada que foi a sublevação, o marechal Almeida pediu exoneração do cargo de ministro, sendo substituido na pasta, a 28 de Outubro de 1831, pelo Capitão Joaquim José Rodrigues Torres.

Pelo decreto n. 23 de 17 de Setembro de 1835 foi approvada a tença de 300$000 que lhe fôra concedida pela resolução de Consulta de 7 de Agosto de 1830, em remuneração aos seus serviços.

Retirado á vida privada, falleceu quasi obscuramente em data que ainda não consegui descobrir. Da mesma fórma nunca vi seu retrato, nem sei se existe.

Capitão

JOAQUIM JOSÉ RODRIGUES TORRES

Visconde de Itaborahy

(M. Naval)

XXII, XXV, XXXIII, XXXV, XL e XLII

Capitão

JOAQUIM JOSÉ RODRIGUES TORRES

Visconde de Itaborahy

Em o incipiente povoado, depois progressista freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Porto das Caixas, termo de S. João de Itaborahy, Estado do Rio de Janeiro, veio á luz, aos 13 de Dezembro de 1802, o illustre titular cujo nome exorna estas columnas e que, por seis vezes e com grande brilho, esteve á testa do Ministerio e Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha.

Foram seus progenitores Manuel José Rodrigues Torres e D. Emerenciana Mathilde Torres, das principaes familias daquella localidade. Na escola régia de seu berço natal fez as primeiras letras, demonstrando sempre grande aproveitamento. Dalli foi logo encaminhado para a côrte, matriculando-se no afamado Seminario de S. José, e nelle com notavel applicação fez todo o curso de humanidades.

Em 1821 embarcou para o ultramar afim de cursar a conhecida Universidade de Coimbra, onde se destacou pelo seu robusto talento e grande amor aos estudos.

Os extraordinarios acontecimentos politicos que determinaram a separação do Brasil da velha e rabugenta metropole, ao que parece, se abalaram o coração do joven patriota, não tiveram força bastante para perturbar o placido curso do estudante brasileiro. Só em 1825, após ter alcançado a laurea de Bacharel em mathematicas em Paris, para onde se transferira, regressou ao Rio de Janeiro.

No anno seguinte, graças ao seu solido preparo e reconhecidos meritos, foi distinguido com a nomeação para Lente substituto da cadeira de mathematicas na Academia militar. Alcançou com isso as honras de Capitão. Não encontrou, entretanto, na vida calma e monotona do magisterio a attracção que, por certo, seu espirito vivaz esperava, pois, entre os annos de 1827 e 29 esteve perlustrando alguns paizes da Europa, no aperfeiçoamento de seus conhecimentos scientificos e litterarios

De volta ao Brasil, foi logo atrahido pela politica, que, afinal, o empolgou para sempre. Tornou-se, pois, politico profissional, alcançando desde logo grande evidencia nessa esphera de actividade, tanto na imprensa partidaria, como no governo. Principiou estreando no jornalismo, diz-nos Macido, escrevendo no periodo *Independente* por

elle fundado, sustentando com elevação de vistas, apurada linguagem e escorreito estylo, principios liberaes moderados. Não foi longa a existencia do jornal á cuja testa esteve militando ao lado de Evaristo da Veiga, de Vieira Souto, na mesma frente da *Aurora Fluminense* e da *Astréa*. Não o vemos, no entanto, figurar na primeira plana entre os lidadores de 1830 e 31, que determinaram o movimento liberal, que deu por terra com o primeiro Imperador.

"Na administração publica — explica ainda o seu biographo — Rodrigues Torres começou por onde os outros acabam". Entrou para o Ministerio de 16 de Julho, tomando a pasta da Marinha a 28 de Outubro, tendo como collegas Lino Coutinho, Bernardo de Vasconcellos, o Padre Feijó, Manuel da Fonseca Lima e Silva. Contava então o nosso biographado 29 annos de idade incompletos; até então nenhum titular tão moço havia empolgado as redas da administração naval. A mentalidade politica da epoca, diga-se aqui de passagem, entendia que as pastas militares, principalmente a da Marinha, eram de valor secundario senão insignificante e, como tal, serviam de escola de administração e primeiro degrau aos apaniguados felizes que, de longe em longe, os partidos lançavam na carreira... Ai! da Marinha se não estivesse amparada por officiaes experimentados e encanecidos na profissão que, como Ajudantes de ordens, encarregados do expediente e do Quartel General da Marinha, como Ajudantes-Generaes da Armada e, afinal, como Chefes do Estado Maior-General, guiavam modestos e solicitos, as empavonadas entidades politicas entre a emaranhada senda dos assumptos technicos e administrativos. E' preciso que se diga, no entanto, que houve excepções e bom honrosa, na verdade, de que trataremos a seguir.

Aos 7 de Maio de 1832 apresentava Rodrigues Torres á Assembléa Geral o primeiro "Relatorio" da sua repartição. Passemos sobre elle uma vista d'olhos afim de assignalarmos as medidas por elle postas em pratica e as suggestões apresentadas ao parlamento em beneficio da Marinha. Informava que estacionavam em aguas de Fernando Noronha tres brigues e uma escuna na guarda dos presos communs e politicos; que, em obediencia á lei de 25 de Outubro de 1830 haviam sido despedidos do serviço naval os Officiaes estrangeiros nelle admittidos, exceptuando-se, de accordo com o § 4°, os que se haviam batido pela Independencia, e que outros se encontravam sem soldo: que, o Corpo de Artilharia de Marinha fôra reduzido a 600 praças e o Governo achára prudente não elevar o numero dellas, "porque o espirito de rebeldia e sedição, manifestado entre os soldados d'aquelle Corpo, é um fóco de infecção, que *pegaria o cantagio* (sic) a todos os que se lhes reunissem".

Tinha em vista o governo preservar melhor o material fluctuante, escolhendo para fundeadouro um local entre a Ilha das Cobras e a Praia-Grande (Nictheroy), o *Poço actual*. Referia-se como causa da pouca conservação dos navios a ausencia de escrupulo na escolha das

madeiras, á falta de cobertura dos estaleiros e ao defeituoso processo de construcção, e, para o caso, pedia providencias. "Isto, porém, não basta, — dizia elle — para darmos á nossa Marinha a importancia que, para o futuro, deve ella ter. *Dos estrangeiros dependemos* inteiramente para fornecer as nossas embarcações de todos os objectos necessarios ao seu armamento; a elles compramos cabos, lonas, amarras, fateixas, mil outros objectos dos quaes alguns, ao menos, poderiamos fabricar entre nós, *se um pouco menos de desleixo, e desamor tivera havido para as nossas cousas*". Após algumas reflexões sobre a Cordoaria do Arsenal e o canhamo nacional, cujo cultivo preconizava para feitura de lonas, depois de lembrar a necessidade do desenvolvimento das fabricas de ferro de Minas e São Paulo, que poderiam supprir a Marinha de amarras, etc, mostrava quanto nos convinha tornarmo-nos *independentes do estrangeiro* naquelles objectos, que são de immediata precisão para a construcção e armamento dos nossos navios de guerra.

Lembrava a adopção (que poz em pratica) dos tanques de ferro para a aguada dos navios, afim de prevenir molestias e apresentar a vantagem de espaço, substituindo os antigos e incommodos toneis.

A necessidade de mudar as officinas do Arsenal, doptando-as de mechanismos modernos e proporcionando maior commodidade aos operarios, não foi extranha ás suas suggestões e cogitações. Com refefencia ás construcções nos differentes Arsenaes do Imperio dizia, que no do Pará estava uma fragata no estaleiro; no da Bahia fôra posta na carreira, recentemente, uma corveta; no de Santos estaria prompta dentro de 8 a 10 mezes outra corveta; em Cuyabá, de seis barcas mandadas construir, duas estavam promptas e as outras paradas á falta de verba. Mandára construir um casco para receber a draga que se encontrava em Pernambuco afim de ataear as obras dos portos de Campos e do Rio Grande do Sul. Informava que ia em progresso a construcção dos novos edificios da Casa do trôço e da Casa forte, e que haviam sido introduzidos melhoramentos nas prisões da ilha das Cobras afim de receberem os presos recolhidos á Presiganga. As obras do dique, entretanto, continuavam paradas e luctava-se com falta de braços. Pedia elementos para proseguir na edificação do novo Quartel destinado á Artilharia da Marinha.

Com a extincção do Hospital Militar, pedia a creação de um outro destinado á Marinha, aproveitando-se para isso de algumas casas existentes na ilha das Cobras. Pedia tambem o augmento de vencimentos para os Cirurgiões e Mestres. Solicitava providencias para os abusos encontrados na Intendencia de Marinha, que se regia ainda por um regulamento "informe e omisso" de 1674, e merecedores de prompta extirpação. Chamava a attenção dos congressistas para a Escola expontaneamente estabelecida no Arsenal de Marinha por um filho de um empregado delle, onde se ministravam as primeiras lettras, leitura e escripta, noções de arithmetica e rudimentos de desenho. Chamava a attenção

para a falta que tinhamos de constructores navaes e, explicava que, de accordo com uma autorização legislativa, estabelecera um Curso daquella especialidade. Communicava, outro tanto, que dera cumprimento á lei que mandára extinguir todas as Intendencias de Marinha, exceptuada a da Bahia, e aos Presidentes das provincias fôra entregue o serviço a ellas attinente.

Sobre a marinhagem assim se externava: — "A heterogeneidade da tripolação dos nossos navios de guerra, que infelizmente não podemos ainda destruir, é talvez causa de não poucos males que tenhamos soffrido. Qualquer que seja a habilidade dos marinheiros estrangeiros, é claro que não tomarão, como nós, tanto interesse pelo paiz a que servem, e ninguem ignora os prodigios de que é capaz o enthusiasmo pela gloria nacional, e quanto muitas vezes delle depende a sorte dos combates. O *desleixo* e *insubordinação* tem-se tambem, desgraçadamente, insinuado na nossa Marinha militar; a causa disso ninguem ignora, assim como tambem não se ignora quanto cumpre que esse espirito desidioso seja completamente estirpado de bordo de nossos navios, se quizermos evitar para sempre os opprobrios que em uma época desgraçada soffreu o pavilhão brasileiro... Assim que, é mistér manter ali a mais rigorosa disciplina, é mistér que desde o mais graduado Official até o mesmo simples grumete se conserve sempre tensa a cadeia da subordinação; sem isso as sommas immensas, que com tantos sacrificios para a Nação para manter uma Marinha militar, só lhe servirão de comprar vergonha e ignominia".

Pedia para isso uma Ordenança, pois o Regimento provisional em uso era "vago e incompleto", uma Legislação penal e uma Lei de promoções. Lembrava a necessidade de um Asylo para os marinheiros e sobre o assumpto assim se manifestava: — "Mas se isto é preciso, se é tambem necessario ter sempre os nossos Marinheiros occupados para conservar-lhes a energia e vigor de que carecem e preserval-os de uma chusma de vicios e de males, é tambem fóra de duvida que devemos ser mais solicitos em promover sem bem-estar, cuidadosos de sua saude e compadecidos daquelles que no serviço da Nação perdem os meios de prover ás necessidades da vida".

Referindo-se á Officialidade naval, dizia: — "... é preciso offerecer á exactidão e ao merito maiores estimulos dos que actualmente tem. Emquanto eu esteja persuadido que *a antiguidade deve ser a unica regra para as promoções*, creio tambem que seria muito conveniente estabelecer para as mesmas patentes differentes vencimentos, que crescessem proporcionalmente á medida que o mesmo official passasse para embarcações de maior importancia. A simples mudança de um brigue para uma corveta ou desta para uma fragata de 2ª ordem, etc., fôra uma remuneração ao individuo que se houvesse distinguido no cumprimento de seus deveres".

Quanto á Instrucção opinava para que fosse ministrada a bordo. A Academia de Marinha, pela Lei de 9 de Março de 1832, havia sido incorporada á Militar. Nesta, segundo seu parecer, seria dada a instrucção scientifica; mas achava que, annualmente, se deveria proporcionar aos alumnos uma viagem de instrucção aos mares da Europa ou Pacifico para pratica de navegação, "mais longa e penivel", pois assim se suppriria a falta "que temos de verdadeira escola de navegação".

Informava ainda que nomeara Officiaes para estudar e estabelecer o balisamento entre o Ceará e o Amazonas e dirigir a dragagem da barra do Cabo-frio. Mostrava que se encontravam estacionados em Porto-Alegre duas canhoneiras armadas; mas que, "parece inteiramente inutil que alli existam estes dois pequenos vasos". Propunha, finalmente, que a Força Naval do Imperio, no exercicio de 1833-34 se compuzesse de 1 fragata, 8 ou 9 brigues e corvetas e 4 a 6 escunas.

A 24 de Maio apresentava elle ao Parlamento uma Lei sobre Promoções e, a 28, uma proposta para reforma da Administração dos arsenaes.

Tendo se retirado do Ministerio Bernardo de Vasconcellos em 10 de Maio de 1832, Rodrigues Torres sobraçou então, interinamente, a pasta da Fazenda estréando assim no ramo em que se tornaria mestre acatado. Exonerou-se do Ministerio a 29 ou 30 de Julho do alludido anno, fazendo entrega da pasta da Marinha, ao seu substituto, brigadeiro Bento Barroso Pereira no dia 3 de Agosto. Tal resolução — suppõe Macedo,, — não foi extranha a tentativa do golpe de Estado naquelle ultimo dia".

Desde começo de 1832, mostra-nos R. Pombo, o espirito publico continuava desassocegado com os insistentes rumores de proxima revolução. O movimento commercial declinava, o cambio dia a dia baixava. Deante das energicas medidas do Governo e da movimentação de tropas todo o mundo se retrahia ou fugia. Em Janeiro, Pinto Madeira punha o Ceará em alvoroto; no mez seguinte em Cachoeira, na Bahia, proclamavam a Independencia da provincia. Em Março, corria o boato no Rio que a revolução rebentaria no principio do mez seguinte. O ministro da Justiça recebia denuncia de uma conspiração; reune seus collegas militares e com elles combina medidas e planos para supplantar e suffocar qualquer movimento subversivo. Aos 3 de Abril revoltam-se as fortalezas de Villegagnon e Santa Cruz. O Coronel Miguel de Frias desembarca em Botafogo á frente dos sublevados e marcha para o Campo da Honra, hoje Praça da Republica, mas é batido pelo futuro Duque de Caxias. No dia 4 a fortaleza de Villegagnon, bloqueada pelos vasos de guerra, rende-se.

A 14 de Abril rebenta no Recife grave sedição, que foi abafada graças ao poderoso auxilio das forças navaes lá estacionadas.

"Nunca o Brasil atravessou periodo tão difficil e calamitoso", confessa o historiador citado. "Os processos da revolução em geral, com seus lances de arbitrio e de força, não comportando a prudencia dos homens experimentados, expontaneamente caem nas mãos dos *homens novos* sem ligação com o passado. E a um regimen novo tanto mal fazem os reacionarios como os exaltados". E diga-se, depois, que a historia não se repete... Noventa e poucos annos nos separam de um scenario que muitos pontos de semelhança tem com o de hoje... O que nos resta a apurar é se o drama de nosso tempo terá interpretes comparaveis ás empolgantes figuras de um Feijó, de um Olinda, de um Lima e Silva...

Mas, prosigamos. Os exaltados, em 1832, tinham visto na côrte fracassar os seus projectos, com a entrada em campo do partido restaurador. A Regencia pôz-se de sobreaviso. O commando das forças navaes foi entregue ao Chefe de Divisão João Taylor e as terrestres ao General Pinto Peixoto. No dia 16 de Abril rebentou na côrte um movimento restaurador, tendo-se apontado a José Bonifacio, tutor do Imperador, como um dos chefes. A Regencia exigiu que elle fosse suspenso daquella tutoria, mas a Camara foi contraria. Em consequecia dessa crise politica demitiu-se o ministerio. O novo gabinete só esteve no poder 40 dias apenas

Na organização ministerial que teve lugar em Novembro do mesmo anno, Rodrigues Torres, que acabára de sentar-se nos conselhos da corôa, voltou a reger, no dia 8 do referido mez e anno, o departamento de Marinha. Como ajudante de ordens encarregado do expediente encontrou e manteve o Capitão de Mar e Guerra Francisco Bibiano de Castro, official de grande capacidade e um auxiliar de primeira ordem.

Aos 8 de Maio de 1833 apresentava Rodrigues Torres á Assembléa o "Relatorio" da pasta que pela segunda vez geria. Façamos delle um apanhado geral. A respeito da organização do Ministerio da Marinha achava que era viciada; "tudo está por crear, deve ser reformado: artes maritimas, instrucção, estabelecimento de necessarias manufacturas, organização do pessoal". "O Ministerio da Marinha — dizia — conforme a actual organização administrativa, é o centro donde partem os impulsos, que cumpre communicar ás diversas molas da sua repartição; e como os planos, como as vistas dos differentes homens, que de continuo se succedem na suprema administração, de necessidades varias, varia tambem com elles a direcção da marcha dos negocios... Assim impossivel se torna essa uniformidade de vistas, essa experiencia, e perseverança de que só podem resultar os melhoramentos reclamados pelo estado da nossa Marinha militar".

Quanto á instrucção dos Officiaes, pedia para estabelecer a bordo de um navio armado a Escola de Marinha como ensaio, pois era de

parecer que a reforma da Academia "não surtirá o effeito que se teve em vista". No attinente ás promoções, manifestava-se deste modo: — "E' preciso achar o que mais obste os *abusos de favor*, e que ao mesmo tempo offereça conveniente incentivo áquelles que se dão a esta ardua profissão". Sobre o assumpto ia apresentar uma projecto de lei.

Mostrava a composição defeituosa das nossas equipagens, os meios empregados para obtel-as; o engajamento e o recrutamento, este só permittido quando falhava o primeiro. Taes processos, dizia, "lançam em nossas embarcações um germe de desharmonias fatal ao serviço publico. Considerando a sorte diversa dos individuos, que compõem as nossas equipagens, nota-se que uns, além do premio que recebem quando assentam praça, deixam o serviço, findado que seja, um certo espaço de tempo; e que os outros, trazidos, em que lhe pese, para bordo, não gozam da mesma vantagem. "Dahi, explica, as continuas deserções dos recrutados, ao que reputam uma iniquidade". O pessoal que se engajava era quasi todo extrangeiro. Mostrava a necessidade de dar-se ás equipagens uma organização militar, mantendo-se a permanencia do pessoal e sua disciplina. "A insubordinação, — accentuava, — é forçoso que pela segunda vez eu diga neste augusto recinto, tem desgraçadamente feito progressos na nossa Marinha militar. Este espirito vertiginoso, e de rebeldia, que em geral se tem entre nós manifestado, até alli levou seu funesto contagio, nem de outro modo podia ser, quando tão poucos meios se empregam para evital-o, ou antes, para fallar com franqueza, quando tão fortemente se tem, por via de uma mais que escandalosa impunidade, promovido sua rapida propagação". "Uma verdade, de que se não póde duvidar, é que da exacta observancia da disciplina militar tira todo corpo de tropas á sua principal energia; mas a disciplina militar perde-se inteiramente e a força armada vem a ser o flagello do povo, que a sustenta, quando aquelles que devem vigiar escrupulosamente na conservação della concorrem para seu quebrantamento. Estes, senhores, não só fazem-se culpados perante a Nação mas nocivos á classe mesmo, que parecem lisongear, porque, na realidade, aviltam-a adulterando o nobre fim da profissão das armas". Pedia o augmento de mais 1.200 praças.

Com a revolta da Artilharia de Marinha haviam sido presos e processados 300 soldados; entretanto, extranhava o Ministro que se lhes pagassem soldo integral e mais vantagens.

Chamava a attenção para os Officiaes extrangeiros, cuja situação, havia anno e meio, que estava sem solução.

Sobre o trafico d'escravos lembrava a necessidade de armar-se numero sufficiente de pequenas embarcações para embaraçal-o; com este fito se haviam adquirido duas escunas, que foram armadas e empregadas nesse serviço

Informava que o Arsenal de Marinha começara a fabricar tanques de ferro. "E' assim — explicava — que o talento dos nossos artifices,

e o zelo de alguns bons servidores da Nação nos vão livrando dos habitos de céga rotina, que até agora acanhavam nossas faculdades intellectuaes". Existiam esquecidas na Armação duas machinas a vapor, uma de encurvar e outra de serrar, sem applicação; mandára construir um edificio para montal-as, como fizera estabelecer teares na Cordoaria para o fabrico de lona de algodão. "Apezar, porém, destes indubitaveis melhoramentos, — explanava — o Arsenal está ainda muito aquem, não digo do que exigirão nossas futuras necessidades, senão mesmo das que ora temos". Faltavam, principalmente, machinas ferramentas. Mandára fazer um plano geral para a edificação de predios destinados ás officinas, sendo estimadas as despezas com 48 contos. Pedia a verba de 17 contos para a terminação do Quartel da Ilha das Cobras, em cuja ilha se havia reedificado duas casas para o Hospital, com a despesa annual de tres contos de réis. As obras do dique continuavam paradas. Procurava-se continuar as construcções navaes. Informava que o Arsenal de marinha da Bahia iniciara a construcção de uma escuna; no de Santos ia ser lançada ao mar a corveta "Paula" e iniciada a construcção de um brigue. Solicitava medidas contra a destruição das madeiras de lei proprias á construcção naval. Continuavam os trabalhos da barra do Cabo-frio e do balisamente da costa do norte.

A carta de lei de 24 de Outubro de 1832 concedera verba destinada aos pharoes do Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul, sendo o orçamento para o da barra desta provincia de 46 contos, outro para Itapuan e 12 contos para o balisamento das lagôas. Dizia que, pela carta de lei de 15 de Novembro de 1831, autorizara-se a venda da Barca de Vapor, mas que não apparecera comprador; achava, porém, que se devia aproveitar a machina. Fallecera o machinista e só existiam dous aprendizes. Chamava ainda a attenção do parlamento para a mesquinhez dos vencimentos dos Officiaes de fazenda.

Entre as medidas administrativas postas em pratica em o primeiro anno da sua laboriosa gestão, destacaremos: a collocação de boias entre o pharol da ilha de Sant'Anna e a barra do Maranhão; a fixação das Forças navaes, sendo 1.800 praças de marinhagem e 600 soldados da Artilharia de Marinha: o contracto para a navegação a vapor nas bahias, portos, etc. do Brasil; fixação do numero de peças de uniforme que cada marinheiro, de qualquer classe de navio, devia estar sempre prevenido; a organização do Espolio das praças desertadas ou fallecidas e o Leilão das mesmas; creando um Mestre-escola a bordo dos navios, podendo o padre Capellão ser empregado neste serviço; nomeação de uma commissão para estudo das novas Ordenanças dando e mandando observar o Regulamento para o Hospital de Marinha e do Corpo de Artilharia; restabelecimento, no pé em que se achava dantes, da Academia de Marinha e nomeação de uma commissão de lentes para apresentar um projecto de reforma do referido estabelecimento.

Em 1833 Rodrigues Torres pediu demissão de lente da Escola de Marinha, afim de, com maior liberdade, entregar-se á actividade politica e administrativa. Continuava á testa da pasta da Marinha. Quem se dér ao trabalho de percorrer a nossa collecção de leis referentes ao anno acima, encontrará bôa cópia de actos que concorreram sobremodo para uniformizar serviços, cohibir abusos, levantar a disciplina, concorrendo, emfim, para o apparelhamento do nossa ramo militar-naval.

Diz o Dr. Ramiz Galvão, orador do Instituto Historico, ao fazer o necrologio do nosso biographado: — "O primeiro destes gabinetes, é geralmente sabido, que prestou incalculaveis serviços a bem da ordem e da organização de todos os ramos do serviço publico; delle e de sua influencia partiram essas joias da legislação."

A 30 de Julho de 1834 retirou-se Rodrigues Torres do ministerio, sendo substituido, interinamente, na pasta da Marinha pelo brigadeiro Antéro de Brito.

Rodrigues Torres, escreveu Macedo, foi Ministro da Marinha (salvo o intervallo de 4 mezes e 6 dias) desde 16 de Julho (aliás 28 de Outubro, quando substituiu no cargo ao marechal de campo José Manuel de Almeida) de 1831 a 30 de Julho de 1834, isto é, nos annos trabalhosos e afflictivos de sedições militares, de revoltas de partido e de grandes crises. Elle provou sua actividade e energia sempre que a Marinha teve de concorrer para que se mantivesse ou se restabelecesse a ordem na capital, ou levando auxilios desta e de algumas provincias para as outras onde a anarchia alçava o collo, e ainda poude occupar-se muito da Academia de Marinha, do Arsenal da côrte que recebeu melhoramentos importantes, e que por sua ordem foi arborizado."

Rodrigues Torres, eleito deputado á 2ª legislatura pela côrte e Provincia do Rio de Janeiro, tomou assento na Camara em 1834, concorrendo para as reformas da Constituição do Imperio (Acto addicional).

Promulgado este, aos 12 de Agosto, e entrando logo em execução, foi o nosso illustre biographado, nomeado a 20 de Agosto do alludido anno primeiro Presidente da provincia do Rio de Janeiro, de que foi separado o Municipio da côrte.

A sua posse teve lugar a 14 de Outubro do referido anno, "cabendo-lhe a gloria de inaugurar o governo e crear toda a administração da provincia que lhe serviu de berço". Durante dous annos geriu os negocios da provincia, "merecendo a confiança plena da Assembléa" (que funccionou pela primeira vez a 1º de Fevereiro de 1835), e o apoio e os applausos dos seus comprovincianos.

Deixou a administração da provincia a 30 de Abril de 1836, sendo substituido pelo grande estadista conselheiro Paulino José Soares de Souza, visconde de Uruguay.

Em 1836, Bernardo de Vasconcellos rompia em opposição ao Regente Feijó, determinando a scisão no partido liberal moderado e o has-

teamento da bandeira do partido conservador, constituido da fusão dos elementos reaccionarios com os liberaes moderados. Com a existencia dos dous partidos em presença estabeleceu-se entre nós o regime parlamentar. Rodrigues Torres filiou-se, então, aos conservadores.

"Na lucta parlamentar e politica o facto de maior amplitude — mostra-nos João Ribeiro — foi a creação do partido *conservador*, formado pela alliança dos restauradores reaccinarios com os liberaes moderados, e que foi obra de Bernardo de Vasconcellos e Araujo Lima (Marquez de Olinda). O novo partido triumphou nas eleições de 1836, e Feijó demittindo-se chamou ao governo o chefe da opposição Araujo Lima. A renuncia do grande estadista originara-se das agruras da lucta parlamentar. A guerra civil do Rio Grande, as leis da limitação da liberdade da imprensa e a opposição do parlamento haviam abalado profundamente a sua popularidade. A Nação evolvia para o parlamentarismo e Feijó oppunha-se ao que lhe parecia expressiva usurpação do parlamento. Não querendo formar ministerio tirado da Camara, nem podendo formal-o fóra della sem impopularisar-se, preferiu quebrar a ceder, e ir-se embora antes de transigir. Já nesse momento fallecera Evaristo da Veiga, o espirito conciliador, e a fuga de Bento Gonçalves (o chefe da Revolução rio-grandense do sul) do *Forte do Mar* excitava as paixões dos monarchistas. Todavia, o acto da renuncia explodiu no meio das luctas politicas com espaventosa surpreza, conhecida como era a energia indomavel de Feijó, afinal abatida. Desde então regularizaram-se duas correntes politicas, *conservadora* e *liberal*, que após incertesas, vieram dar ao governo parlamentar do segundo reinado a belleza e esplendor da opinião livre, como ella existe nos paizes mais cultos. A Camara torna-se então preponderante, segundo as praxes inglezas que ficam sendo o modelo de nossa vida constitucional"". Em Setembro de 1837, na reorganização ministerial que teve logar com a subida de Araujo Lima, foi chamado pela terceira vez a sobraçar a pasta da Marinha o nosso biographado e, interinamente, a da Guerra.

"Mas o posto da Marinha — escreve o Dr. Ramiz Galvão — não foi, nem podia ser, então, o theatro de suas maiores glorias. *Decadente e esteril* (?) a Armada naquella época não podia passar por modificações radicaes, nem tomar o desenvolvimento que fôra conveniente imprimir-lhe, porque tudo dependia de dispendios enormes, e o estado das finanças do paiz não esteve nunca tão precario e assustador... "Todavia, Rodrigues Torres iniciou melhoramentos de organização, e entre outras cousas propoz a creação do Conselho Naval em 1838, que só se veiu a discutir e approvar mais tarde, em 1856".

Muito embora o Ministerio procurasse afastar-se dos enredos politicos para dedicar-se com mais afinco á solução de innumeros problemas administrativos, "os successos subversivos, desgraçadamente, absorviam-lhe todas as solicitudes e esforços". A guerra dos *Farrapos*, transforma a florescente provincia do Rio Grande em verdadeiro bra-

zido. Na Bahia rebentára a *Sabinada*, no Maranhão a *Balaiada* e em Pernambuco outros movimentos sediciosos. E era com a Marinha, sempre fiel e disciplinada, que o governo contava para attender com presteza relativa e com elementos de força e de ordem aos desvarios continuos manifestados em varios pontos do paiz nesse periodo effervescente da nossa historia.

"Parecia, pois, o novo governo inclinado a fortalecer-se na confiança publica, antes de tudo por uma compreensão creadora naquelle momento". A opposição, no entanto, não demorou em romper no parlamento. No proprio seio do governo appareceram, dentro em pouco, varias divergencias. Em Janeiro de 1839, o Regente, devido ao preenchimento da vaga de senador em que concorreriam em lista triplice o portuguez José Clemente Pereira e os brasileiros Lopes Gama e Miguel Calmon, o primeiro desses antigo aliado dos restauradores, que representavam "a influencia das posições e a riqueza do capital" e o segundo, proeminente do partido, bahiano de alto valimento ministro d'estado, escolheu Lopes Gama. O ministerio, que dava todo o seu appoio a Calmon, demittiu-se logo a 15 de Abril. No dia seguinte Rodrigues Torres entregava o seu cargo ao portuguez adhesista Chefe de divisão reformado Jacinto Roque de Sena Pereira.

"Em 1840, escreve João Ribeiro, o partido liberal pediu a declaração da maioridade do Imperador. O governo da Regencia ainda era bastante forte para resistir a essa violação constitucional ainda que a guerra civil do sul e as agitações proprias dos governos electivos o impopularizassem. D. Pedro tinha apenas quinze annos de edade, mas demonstrava madureza de animo e qualidades excepcionaes, e queria de facto assumir as redeas do governo. Aproveitando essas disposições os liberaes conseguiram fazer passar nas duas Camaras reunidas a declaração da *Maioridade* (23 de Julho de 1840)".

O golpe d'estado de 23 de Julho, elevando ao throno o Imperador D. Pedro II, deu por terra com o Ministerio.

Na vespera, Rodrigues Torres fora substituido na pasta do Imperio por Bernardo Pereira de Vasconcellos e, no dia 28, após 65 dias de proficua gestão, teve por substituto na pasta da Marinha o Coronel Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, futuro Visconde de Albuquerque.

Na organização do 3° gabinete ministerial do segundo Imperio a 20 de Janeiro de 1843 coube ao nosso illustre biographado novamente a pasta da Marinha. Pela penultima vez lhe caberia estar á testa de um dos departamentos da alta administração do paiz, que lhe devia já innumeros e assignalados serviços e que até hoje encontra na sua legislação os traços fortes de um administrador severo, progressista e patriota. No seu impedimento, de 21 deJaneiro a 2 de Fevereiro do alludido anno, substituiu-o o Marechal de Campo Salvador José Maciel.

Em 1843, na abertura da 2ª sessão da 5ª legislatura da Assembléa Geral legislativa, apresentava Rodrigues Torres o relatorio de sua repartição. Vejamos quaes as principaes medidas postas em pratica pelo experimentado administrador e quaes as providencias pedidas ao parlamento em beneficio da nobre corporação do botão d'ancora.

Dizia que a Secretaria d'Estado estava com nova organizaçuo, ainda não approvada pelo congresso. A contabilidade, servida com 5 empregados apenas não satisfazia aos seus fins. Comparava as nossas despesas navaes com as de outros paizes e achava-se exaggeradas devido ao preço da mão de obra, impericia do operariado e á falta de machinas. "Cumpre-me pois — dizia — estabelecer unidade, centralizar a administração da Marinha e dar ao Ministro encarregado della a acção indispensavel para não só fazer tomar effectivamente contas aos distribuidores dos dinheiros publicos, senão tambem (o que me parece ainda mais necessario) conhecer e examinar as despesas á medida que se lhes forem realizando". Dizia que a 15 de Março de 1842 havia sido nomeada uma Commissão para modificar a tabella de promoções. Falava sobre a falta de perseverança e uniformidade de planos e vistas administrativas nos differentes Ministros "que se succedem..." variados objectos que exigem conhecimentos tão extensos e multiplicados, que quasi impossivel é que um só homem a tudo satisfaça, veja tudo por seus proprios olhos, e não seja illudido muitas vezes por informações inexactas ou capciosas".

Lembrava um Conselho convenientemente organizado, d'onde emanasse todas as decisões e ordens, em nome todavia do Ministro respectivo, que deveria ter voto preponderante, pois dessa maneira se ficaria mais "ao abrigo de caprichos e vacillações".

Por Decreto de 9 de Março de 1843 fôra extincto o Arsenal de Marinha do Maranhão, estabelecido pelo de 3 de Novembro de 1838.

Lançando um golpe de vista sobre a nossa organização naval, dizia: — "A Marinha de Guerra, senhores, não se compõe só da Esquadra propriamente dita, senão de tudo o que concorre para organizal-a; assim os Arsenaes fazem parte essencial della.

"Ora os Arsenaes precisam de estaleiros, de officinas de differentes generos, de armazens e casas de arrecadação proporcionados a sua importancia, de materias primas e de um pessoal numeroso e intelligente, assim para dirigir, como para reduzir á obra essas materias primas. O estabelecimento pois de uma Marinha de Guerra suppõe a organização de todos estes elementos indispensaveis; e se nos cumpre, como me parece incontestavel, não digo já ter uma Força Naval consideravel mas crear os elementos de uma boa Marinha, preciso é tratarmos, desde agora, de construir officinas, estabelecer fabricas, produzir materias primas, e formar operarios; o que quasi tudo nos falta, quasi tudo é preciso; mas nem é obra de um dia, não demanda poucas despesas, nem se póde levar a effeito, sem muita ordem, muita perse-

verança, muito assiduo trabalho". Deixa, pois de insistir sobre as necessidades do Arsenal de Marinha. Pedia providencia sobre o corte de madeiras, sobre o linho para cabos e velas, propondo auxilio aos plantadores, fomentar a industria e protegel-os contra a concurrencia estrangeira. Referia-se a accumular munições para a occasião precisa. Pedia meios para continuar a excavação do dique. Estava-se a aproveitar o madeiramento dos navios antigos. Mostrava a falta de Engenheiros constructores, para uniformizar modelos e typos e processos de construcção, pois a uniformidade de modelos para todos os navios da mesma classe era de grande importancia, pois "considerando-a unicamente como medida economica, não ha ahi Nação maritima, que a não tenha adoptado".

Sobre as vantagens da navegação a vapor "tem feito preconizal-os altamente no nosso paiz, e decidido alguns homens instruidos e graves a propôr um augmento consideravel destas embarcações para o serviço d'Armada".

"Sem pretender examinar até que ponto devemos empenhar-nos em despesas, que podem de um dia para outro, senão inutilizar-se, ao menos perderem muito de sua importancia com qualquer invenção, que modifique essencialmente as machinas até agora empregadas, sou tambem da opinião daquelles que enxergam grandes vantagens em possuirmos alguns (ainda que poucos) barcos de vapor de grande força, que em caso urgente possam transportar para outras provincias os soccorros de que qualquer dellas tiver necessidade, bem que cumpre não escurecer que o custeio e conservação dos barcos de vapor custa mais do que o dos navios ordinarios das mesmas dimensões, que aliás podem montar muito maior numero de boccas de fogo".

"Se assim quizermos dotar o Brasil é preciso montar officinas proprias para construcção e reparos e mantel-as ao par do progresso dos estrangeiros".

Explicava que o seu antecessor mandára estabelecer no Arsenal uma officina de construcção e reparo, com um engenho para isso. Duvida de seu resultado em razão dos gastos.

Referindo-se á artilharia da esquadra, fazia as seguintes considerações: "Para fazer a guerra maritima é condição essencial ter bôa artilharia, e sem fazer grandes despezas, não podemos melhorar esta importante parte do serviço naval". Não basta comprar no estranjeiro; cumpria estabelecer fundições e officinas.

"Nestas materias, conservar-se estacionario, equivale a retrogradar; e para chegarmos ao estado de fazer algum dia a guerra, com vantagem nossa é preciso apercebermo-nos muito de espaço, creando todos os elementos indispensaveis para nos collocarmos ao par, senão avantajarnos ás outras nações, embora exijam elles pesados sacrificios". "E' esta uma condição inseparavel da existencia de uma Marinha militar;

e bem que de ordinario os inconvenientes e males, que se não podem sentir senão em um futuro remoto, produzem pouca impressão sobre os individuos, não deve o mesmo acontecer a respeito dos poderes publicos, a quem cumpre ter muito em attenção todas as necessidades do Paiz, cujos destinos lhe são confiados".

Mostrava a falta de operarios e operarios intelligentes, um dos nossos grandes males e causa do entorpecimento do Arsenal. Chamava a attenção para os meninos pobres, que desde que se lhes désse educação e instrucção, disciplina regular e uniformes, poderiam ser aproveitados como operarios. Pedia autorização para organizar 6 ou 5 Companhias de Aprendizes artifices, aquarteladas, educadas e sustentadas pela Nação, que viriam a ser futuros viveiros de mestres e contramestres.

A respeito da Marinhagem assim se manifestava: "Para ter Marinha militar é preciso não só construir, apparelhar e armar os navios, que formam o material della, mas ainda ter homens que os guarneçam. Cumpre, pois, que procuremos tambem criar, organizar e disciplinar convenientemente o pessoal da nossa Armada".

Quanto aos officiaes assim se externava: ...acostumal-os emfim, desde a mais tenra infancia, a considerar o mar como o seu elemento a amarem e apaixonarem-se mesmo por esse genero de vida, porque só assim dedicarão exclusivamente a elle todas as suas faculdades, e poderão fazer todos os progressos de que é capaz a intelligencia humana, quando se dedica exclusivamente a um objecto".

Precisava-se acabar com a relaxação da Academia de Marinha..." pois é uma verdade incontestavel, que o effeito real de uma Marinha de guerra não depende tanto de sua força numerica, como da energia e efficacia dos elementos que a compõem, e entre estes elementos é o de maior importancia a Officialidade, que dirige as operações da navegação e dos combates"..

Lembrava a incrementação da pesca e da navegação mercante, vastos mananciaes de riqueza e de força. Mostrava a grande vantagem da criação das Companhias de Aprendizes de Marinheiros, como a necessidade de melhorar a educação dos Officiaes-marinheiros, organizando tambem para elles uma escola.

Durante sua administração mandára apparelhar madeiras para uma corveta de 24 peças a ser construida no Arsenal do Rio, de onde fôra lançado ao mar o vapor de guerra *Thetis*. Como estivesse completamente arruinada no Arsenal do Pará a fragata *Dous de Dezembro* determinou que ella fosse desmanchada.

Ainda nesse Relatorio chamava a attenção para os vencimentos dos Cirurgiões da Armada, e que organizara um projecto de Regulamento para o Corpo de Imperias Marinheiros. O nosso material fluctuante

nesse tempo constava de 2 fragatas, 6 corvetas, 1 brigue-barca, 4 brigues, 6 brigues-escunas, 3 patachos, 11 escunas, 9 hiates, 2 cutters, 12 lanchões, 3 canhoneiras e 5 vapores, artilhados com 509 canhões de varios calibres e equipados com 3.925 marujos.

A 2 de Fevereiro de 1844 deixava Rodrigues Torres, pela ultima vez, a pasta da Marinha, depois de um anno justo de proficua administração. Vinte dias após era nomeado Senador pela provincia do Rio de Janeiro, tomando assento a 6 de Maio do alludido anno. Em 1848 foi chamada a gerir a pasta da Fazenda; constituiu-se um dos membros mais proeminentes no gabinete de 29 de Setembro. Esteve no governo durante cinco annos. Organizou o Banco do Brasil, cohibindo serios abusos inveterados e moralizando todos os mais serviços.

Deixou saldo no Thezouro, coisa que se não via desde 1822, confessa um dos seus biographos. Foi esse ministerio que teve a gloria de libertar a Confederação Argentina da tôrva tyrannia de Rosas, cobrindo-se de gloria as nossas armas em Tonelero e Monte Caceros. Em 11 de Maio de 1852 organizava Rodrigues Torres o 11° gabinete ministerial, cabendo-lhe a presidencia do conselho e a pasta da Fazenda, que era, afinal, a sua especialidade. Essa organização ministerial durou apenas dezeseis mezes. Afastado do governo foi chamado para presidir o Banco do Brasil, sendo galardoado então pelo Imperador com o titulo de Conselho.

A corôa tendo em muita consideração os relevantes serviços do illustrado estadista agraciou-o, a 2 de Dezembro de 1854, com o titulo nobiliarchico de visconde de Itaborahy com honras de grandeza.

Complicavam-se de novo os nossos negocios no Rio da Prata. Voltavam as nossas tropas de mar e terra a operar no taboleiro platino. A situação com o governo uruguayo modificára-se favoravelmente, não acontecendo o mesmo com o Paraguay, cujo hediondo tyranno nos arrastára a uma lucta sangrenta e prolongada.

Em 1867 o nosso biographado seguia para a Europa, afim de tratar de sua saude assaz abalada. De passagem por Pernambuco lá recebeu uma estrondosa manifestação popular, que muito o sensibilizou. Regressou do velho mundo no anno seguinte.

Dava-se nesse tempo uma crise no ministerio, retirando-se o gabinete progressista; Rodrigues Torres foi então novamente chamado pela corôa para organizar o ministerio (o 13°) do qual, a 16 de Julho, tomou a presidencia do conselho e a pasta da Fazenda. Deu-se então completa mutação no scenario politico. Conservador puro era o ministerio. O seu primeiro acto foi dissolver, dous dias depois, a Camara "que o recebera com ostentoso e formal voto de opposição dado nominalmente

por muito grande maioria", escreve Macedo. Essa reacção partidaria, confessa o referido autor, foi exaggerada e muito mais do que era preciso ao novo gabinete conservador. Deram-se abusos nas eleições, violencias foram commettidas, dando a maioria de votos ao governo na Camara. Devido a isso a imprensa e o senado liberaes atacaram com desusada furia o ministerio. O ministerio *saquarema* (nome de uma fazenda de propriedade de Rodrigues Torres da provincia do Rio de Janeiro) e o seu chefe foram fustigados com virulencia. Teve a gloria o seu ministerio de ver terminada a longa e cruenta campanha do Paraguay com o triumpho de nossas armas.

O visconde de Itaborahy retirou-se da alta administração do paiz em 28 de Setembro de 1870, por ser contrario e se ter opposto á lei do ventre livre, pois receava sobremodo da consequencia da libertação da escravatura.

Pelas seis e meia horas da tarde de 8 de Janeiro de 1872 fallecia o illustre estadista, "um dos vultos mais proeminentes" da politica do Imperio e chefe do partido conservador. Como vimos, era official da Ordem do Cruzeiro desde 1841, grande do Imperio, do Conselho de Sua Magestade, gran-cruz da real e distincta ordem espanhola de Carlos III e tinha o titulo de visconde de Itaborahy com honras de grandeza. Era casado com D. Maria Alvares de Azevedo Macedo, filha do Major João Alvares de Azevedo e de sua mulher e prima D. Maria de Macedo Freire de Azevedo Coutinho, e que falleceu em Saquarema aos 13 de Maio de 1877.

O "Jornal do Commercio", noticiando o trespasse do illustre brasileiro, disse — "Repetidas vezes Ministro da Marinha, foi, comtudo, na pasta da Fazenda que prestou mais assignalados serviços ao paiz, merecendo fóros de um dos nossos mais profundos economistas. O seu nome era conhecido e respeitado na Europa".

Era socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, desde 1839, do Instituto Agricola e de muitas outras Sociedades scientificas.

"A Marinha Brasileira — escreve um dos seus biographos — deveu-lhe importantes serviços, a administração financeira do Estado ainda maiores; em finanças propendia muito para a escola restrictiva e severa, preferia ser mais pratico do que idealista; era seu empenho avançar; caminhando porém por terreno solido e seguro.

"No parlamento frequentou a tribuna, e soube honral-a com a sua illustrada palavra; tinha defeito organico que lhe desengraçava a pronuncia, não se distinguia por brilhante imaginação, nem por arrebatamentos de vulcanica eloquencia; era porém orador simples, severo e rigido, tendo por arma de ataque e por couraça de defesa a logica, e

com a logica argumentação sempre forte e muitas vezes indestructivel. Tomando a palavra, fitava o seu objecto, e ninguem era capaz de desvial-o delle. Reunia a clareza de idéas, correcção de palavra e de estilo e fórma sempre urbana e de perfeito cavalheiro. Mas acima de seus dotes e de seu alto merecimento como administrador e estadista resplendem no visconde de Itaborahy a luz suavissima e bella de sua honestidade. Em 42 anos de vida publica e de luctas politicas nunca se ouviu uma voz de adversario que puzesse em duvida sua probidade. Em sua vida particular deixou preclaro exemplo de costumes puros, de moralidade sem quebra e de admiradas virtudes".

XXIII

Brigadeiro

BENTO BARROSO PEREIRA

(Galeria do Senado)

XXIII

Brigadeiro

BENTO BARROSO PEREIRA

Em o populoso Estado de Minas Geraes, na cidade de Diamantina, então cabeça do antigo districto do Tijuco, famoso pelo ouro e gemmas de suas minas, nasceu, aos 2 de Outubro de 1785, o illustrado brigadeiro Bento Barroso Pereira, que foi, inteiramente, o 23º Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha.

Foi seu pae o Desembargador Antonio Barroso Pereira. Em pinturesco valle, orlado de verdejantes e alterosas montanhas, elevava-se em amphitheatro irregular o villorio em que o nosso biographado viu a luz e que, no gozo de um clima temperado e restaurador, passara a parte mais feliz de sua infancia trefega e descuidosa.

Ainda em tenra idade, quando ensaiava com grande proveito e segurança os primeiros passos nas letras primarias com o mestre régio do seu berço natal, teve que acompanhar os progenitores á velha metropole. Lá, nos mais completos e escolhidos estabelecimentos de instrucção, recebeu o joven brasileiro esmerados conhecimentos de humanidades e uma educação compativel á posição social de seus paes.

Apesar de filho de um magistrado togado e, ainda, de uma provincia em que maior valor se dava á sotaina de um tonsurado do que o uniforme militar, sentiu-se o adolescente mineiro fortemente attrahido pela nobre e penosa profissão das armas.

O mesmo aconteceu ao seu distincto e valoroso irmão Luiz, que, abraçando a carreira maritima, viria a ser o impavido immediato de João Taylor, a bordo da "Nictheroy", na famosa perseguição, em 1823, da esquadra portugueza até a boca do Tejo; e, que havia de morrer como um heroe, tal qual Nelson, trespassado por uma bala argentina, ao repellir, em 1826, uma abordagem levada ao seu navio no porto de Montevidéo.

Nessas condições, Bento Barroso assentou voluntariamente praça de Cadete na Companhia de Caçadores do Regimento de Vieira Telles, depois 16º Regimento de Infantaria, então de guarnição á cidade de Lisbôa, aos 22 de Junho de 1803. Dahi passou a servir no Rio de Janeiro como alferes aggregado ao 2º Regimento de Infantaria de 1ª linha, de accôrdo com o decreto de 26 de Maio de 1804, apresentando-se nelle, com patente regia, em 6 de Novembro do mesmo anno.

Continuando a residir no Rio, foi, por decreto de 17 de Dezembro de 1806, promovido ao posto de 1º Ajudante e designado para a mesma

unidade em que vinha servindo. Eis que aporta ao Rio a familia real portugueza enxotada pelas hostes napoleonicas, que haviam invadido a peninsula. Por decreto de 13 de Maio de 1808 o nosso biographado logrou ser promovido a Capitão aggregado ao 2º Regimento de Infantaria da côrte. Alcançou a effectividade do posto acima e a classificação na 3ª Companhia do referido Corpo, por Decreto de 12 de Outubro do alludido anno.

Em Maio de 1809, por determinação do Supremo Conselho Militar, passou a servir de Auditor no seu regimento e, em seguida, em outros corpos, sem prejuizo de suas funcções militares.

Informando um dos requerimentos de Barroso Pereira, em 16 de Junho de 1810, dizia o brigadeiro Domingos de Azeredo Coutinho Mello Chichorro, chefe do 2º Regimento de linha, "que passando do 1º Regimento a servir no 2º encontrara Bento Barroso como Alferes em que tinha vindo despachado do Exercito de Portugal e fôra elle quem o propuzera para 1º Ajudante, "como o mais habil e esperar delle que se distinguiria, e sendo confirmado mostrou no exercicio desse posto toda a actividade, intelligencia e subordinação em tudo o que foi encarregado". Certificava ainda que, como Capitão da 3ª Companhia do referido Regimento, "tem igualmente mostrado muita honra e zelo tanto no serviço geral do batalhão para o que tem muita aptidão, como no particular economico de sua Companhia, na qual á sua custa reformou muitos objectos que se achavam arruinados".

Toda a preoccupação de Bento Barroso era galgar postos; por isso não se cançava em fazer requerimentos ao principe-regente Dom João pedindo promoção.

A 26 de Novembro de 1810, o commandante do seu Regimento, Coronel Antonio Lopes de Barros dava, nos termos abaixo, informação favoravel a um novo requerimento do nosso biographado pedindo ser promovido a Major. Dizia que, em antiguidade, era Barroso Pereira o 4º Capitão do Regimento, porém tinha muito merecimento pela sua intelligencia e agilidade; he muito prompto e zeloso no Real serviço; distingue-se no commando de sua Companhia e presta-se de boa vontade e com toda a subordinação atudo aquillo de que he encarregado do mesmo real serviço", Mostrava além disso o serviço de anno e meio de Auditor que o requerente servia.

O Governador das Armas, marquez de Angeja, no entanto, encaminhando os papeis ao Ministro da Guerra, em 4 de Dezembro do referido anno, escrevia: "o supplicante não está nas circumstancias de merecer a graça que pede, por ser o 4º Capitão em antiguidade e fazer preterição aos mais antigos; mas attendendo ás informações do Coronel acha que devia ser recommendado para a occasião da proposta, segundo a sua justiça e merecimento".

Barroso Pereira não era homem para desanimar e, dentro em pouco, voltava á carga em Fevereiro de 1812, alcançando o seguinte despacho: "Requeira na fórma das ordens". Mostrava-se elle tenaz, para não dizermos importuno, nas suas pretenções. Assim é que novo requerimento fazia a 8 de Julho do mesmo anno, explicando, que o supplicante desempenha as obrigações de Auditor cujo espaço de tempo sendo julgado em Magistratura hum lugar ordinario daria segundo a ley a qualquer bacharel que o tivesse servido o jus de requerer melhoramento de lugar e mesmo em certos casos postos e graduações militares". Contentava-se, afinal, no caso "a mercê fôsse oneroza á Fazenda real", com a graduação de Sargento mór para entrar na primeira vaga...

Em Novembro do mesmo anno outra feroz investida fazia elle, citando velhos alvarás desencantados da massuda e bolorenta legislação militar para escorar a sua incontida pretenção. Nesse tempo, já era, em antiguidade de posto, o 3º Capitão do seu Regimento. O commandante informou-lhe favoravelmente o requerimento, que o ministro indefferiu no dia 26 do referido mez e anno.

No anno seguinte, foi encarregado pelo Principe-regente D João, de certas diligencias, que não alcançamos descobrir, e em razão do seu comportamento, distincção, actividade, zelo e bom acerto com que as executou, foi-lhe mandado agradecer e louvar em 6 de Outubro.

Tendo rebentado em 1817 o movimento revolucionario de Pernambuco, Barroso Pereira, diz elle proprio em requerimento, foi um dos primeiros a offerecer-se voluntariamente para combater os seus patricios nortistas. Seus serviços foram logo acceitos e teve como recompensa ser mandado, a 16 de Abril, destacar do seu Regimento para o recem-creado Batalhão de Granadeiros com o posto de Major graduado.

Seguiu nessa unidade para o Recife, nas forças commandadas pelo famigerado brigadeiro Luiz do Rego Barreto, um dos tyrannos de que o governo metropolitano lançou mão para espésinhar os brazileiros.

A 19 de Janeiro de 1818 o citado general mandava passar ao nosso biographado um attestado em que se lê que "se comportou tanto militar como civilmente de huma maneira que lhe faz honra, e o que no desempenho dos seus deveres mostrou sempre muita intelligencia, actividade e zelo". O brigadeiro Virissimo Antonio Cardoso, Quartel-mestre general da 1ª Divisão dos Voluntarios Reaes d'El-Rei, attestava tambem que Barroso Pereira servira "com muito distincção e zelo no desempenho de suas obrigações e que tendo sido nomeado para me acompanhar nas diligencias do Recrutamento nos districtos de Goyanna, Limoeiro e outros lugares desta capitania para a formatura de novos Corpos de guarnição de Pernambuco, mostrou nestas diligencias e em tudo o mais do que tem sido encarregado, a actividade, honra e decidido prestimo com que se emprega no Real-serviço, o que lhe tem adquirido os bem merecidos creditos de goza pelos seus bons serviços". A 1º de Fevereiro retornava elle ao Rio.

De pósse desses attestados graciosos, o nosso biographado tomou logo da penna e novo requerimento encaminhou ao governo, pedindo a graduação no posto de Tenente-Coronel, muito embora já tivesse, aos 14 de Maio do mesmo anno alcançado a effectividade no posto de Major para o 1º Batalhão de Granadeiros.

Apezar do seu commandante, como de costume, delle houvesse dado bôa informação, o Tenente General Governador das armas da côrte, Vicente Antonio de Oliveira, assim se manifestou ao encaminhar ao ministro o requerimento de Barroso Pereira: "...sou a dizer a V. Ex. que são pelos mesmos serviços que o supplicante allega no seu presente requerimento, que elle no tempo de quatorze annos que unicamente tem de praça se acha já no posto de Major effectivo; mas não satisfeita ainda a sua ambição com este muito feliz (?) da sua sorte, pede a graduação de Tenente-Coronel afim de surmontar (sic) assim a todos os mais Majores do Exercito; do que tudo salta logo á primeira vista o quanto é inattendivel a pretenção do supplicante pois que os serviços que tem feito estão mais que remunerados".

No anno seguinte iniciava elle novas investidas ao throno para galgar outro posto na hierarchia militar. Baseando-se em se achar ainda no mesmo posto, apesar de seus serviços na expedição de Pernambuco, "humildemente implorava a real piedade" para a promoção a tenente-coronel aggregado e commandante do seu regimento quando vagasse o logar".

Dizia uma das informações que "*o rapido vôo* com que o supplicante teria subido aos postos inclusive o de major effectivo... era sufficiente recompensa qualquer que seja o merito do supplicante".

A 27 de Abril de 1820 o seu commandante informava que "pelo bom serviço deste official, pelos seus conhecimentos militares e mais circustancias que nelle concorrem e que lhe tem grangeado creditos publicos, como bem fundada razão em que se estabelece a sua supplica... julgo do meu dever como seu commandante recommendal-o como sempre tinha feito á Justiça e Munificencia de S. M., como hum official por todas as razões digno de ser attendido para a graça que supplica, pois estou intimamente convencido que elle preencherá dignamente e com distincção qualquer posto ou commissão que lhe fôr conferida". Afinal, em virtude da carta-régia de 24 de Novembro do referido anno, alcançou as divisas de tenente-coronel para o mesmo 1º Batalhão de Granadeiros.

Rebentara a revolução do Porto. El-Rei D. João com a familia regressaram á metropole, deixando entre nós o Principe D. Pedro como regente. A rajada revolucionaria varrera o Brasil de norte a sul, espalhando a semente da emancipação.

As côrtes portuguezas, como a vingar-se dos treze annos que a nossa patria gosara das prerogativas da velha metropole, encanzinava-se em nos reduzir á triste humilhação do estado em que viviamos antes

da fuga d'El-Rei. Nas capitaes das varias provincias brasileiras eram as tropas metropolitanas de guarnição ferozes instrumentos da vontade do Governo lisboeta. Em Janeiro de 1822, o Principe D. Pedro, abraçando o partido da nossa independencia, resolveu permanecer no Brasil, contrariando as determinações das côrtes. As tropas portuguezas pretenderam contrapôr-se á determinação do Principe, tomando a attitude hostil nas eminencias do morro do Castello. Tropas nacionais, sob as ordens do distincto brasileiro Tenente-General J. Xavier Curado, Governador das armas, puzeram-se em armas no campo do Brandão e assediaram a divisão lusitana. Entre estas forças perfilou-se o 1° Batalhão de granadeiros, commandado pelo Tenente-Coronel Bento Barroso Pereira.

Em Julho de 1822 conseguiu do Principe-regente ser o seu batalhão dotado de bandeira e de uma banda de musica que não tinha, de conformidade com o estabelecido para os regimentos de infantaria, pois o corpo do seu commando dava guardas de honra e no Paço. Ainda por esse tempo conseguiu de D. Pedro fosse entregue á Irmandade, que fundara com outros officiaes, sob o patrocinio de S. Pedro de Alcantara, as alfaias e vasos sagrados da antiga capella do Hospicio dos Barbonos, onde se encontrava aquartelado o seu batalhão.

Por aviso de 8 de Agosto de 1824 foi mandado servir interinamente e como deputado do Ajudante General, em substituição ao Tenente-Coronel Santos Barreto.

Em o despacho de 12 de Outubro do referido anno, anniversario do Imperador, alcançou elle o posto de coronel. "Deixou aquelle exercicio, bem como o commando do seu batalhão a 15 deste ultimo mez e anno, por ter sido graduado no posto de "Brigadeiro". A 18 de Novembro, tendo o Imperador dado outra commissão ao Brigadeiro Egydio Barbuda, Chefe da "Divisão militar da guarda de policia", nomeou para substituil-o, interinamente, o nosso biographado que além disso, foi nomeado commandante da 4ª Brigada do Exercito. Como eram esperadas novas hostilidades por parte de Portugal, que ainda não se resignara com a perda do Brasil, o Governo imperial tinha reorganizado o Exercito, fazendo concentrar em Nictheroy a brigada commandada por Barroso Pereira. Foi dispensado dos cargos acima aos 17 de Dezembro do mesmo anno de 1824, por ter de seguir para a provincia de Pernambuco no desempenho de "uma commissão especial de caracter reservado" — escreve Pretextato Maciel. O certo é que, no dia 18, embarcava no brigue "Falcão" com destino ao Recife. Foi, ao que parece, substituir o General Lima e Silva. "Como sabemos, commenta o referido autor — a 28 do mez anterior haviam sido completamente derrotadas as forças republicanas da mallograda — Confederação do Equador — e, capturados os seus principaes chefes, tiveram de ser julgados pela celebre commissão militar presidida pelo Brigadeiro graduado

Francisco Lima e Silva, commandante em chefe da Divisão cooperadora da boa ordem e que humanitariamente *ousára* impetrar a clemencia de D. Pedro I em favor desses abnegados patriotas por elle vencidos no campo da honra."

Durante sua estadia em Pernambuco preoccupou-se sobremodo em captar as sympathias dos mais prestigiosos chefes politicos locaes, preparando assim o caminho ás suas aspirações politicas. Por decreto de 23 de Março de 1825 alcançou a effectividade do posto de Brigadeiro. Regressando de Pernambuco aos 13 de Setembro do alludido anno, reassumiu o commando da 4ª Brigada. Deixou essa commissão a 27 de Outubro por ter sido empossado no cargo de Ajudante-General do Governo das armas da côrte e provincia do Rio de Janeiro.

Na eleição para representante de Pernambuco da Camara Alta do Imperio alcançou 150 votos; foi escolhido e nomeado pela corôa a 22 de Janeiro de 1826, tomando assento no Senado aos 4 de Maio.

O Brigadeiro Barroso Pereira, a 25 de Novembro desse mesmo anno, contrahiu nupcias na capela de Nossa Senhora do Livramento, da freguezia de Sant.Anna, desta cidade, com D. Maria José de Mendonça, viuva do Desembargador Joaquim José de Mendonça Cardoso, sendo o acto testemunhado pelo Sargento-Mór Pedro Francisco Guerino Drago e D. Anna Theresa Angelica da Cunha e Souza. Julgo que dessa união não houve filhos. A viuva, entretanto, tinha, pelo menos, um filho do primeiro leito, o Alferes Joaquim José de Mendonça, que ficou demente e foi por isso reformado, recebendo sua progenitora os seus escassos vencimentos.

Em a 8ª organização ministerial do primeiro Imperio foi o Brigadeiro Bento Barroso Pereira chamado a occupar o cargo de Ministro e Secretario dos Negocios da Guerra, por Decreto de 21 de Novembro de 1827.

Essa composição ministerial, chefiada por Araujo Lima, futuro Marquez de Olinda, encontrou bom acolhimento entre o povo e a Camara.

Continuavamos em guerra com as provincias Unidas do Rio da Prata (hoje Argentina), disputando a posse da Banda Oriental do Uruguay. O nosso Exercito, em operações no sul, não havia sido feliz nas suas empresas. Grande descontentamento reinava entre a tropa. A situação politica geral não era das melhores.

O Governo tivera a triste idéa de contractar alguns batalhões estrangeiros, allemães e irlandezes, para reforçar o nosso Exercito. Tendo certo major mandado castigar corporalmente, a 11 de Junho de 1828, uma praça do 2º Batalhão de Granadeiros, tal medida determinou o protesto de um grupo de soldados, que chegou a ir a S. Christovão queixar-se ao Imperador. Sabedor do facto, o Conde do Rio Pardo, Ajudante-General do Exercito, procurou acalmar os soldados, que se recolheram a quarteis, mas na mesma attitude insubordinada. No dia seguinte, pela manhã, sahiram os soldados e, espalhando-se pela cidade,

passaram a espancar varios officiaes e arrombaram e depredaram a residencia de um major. A' noite, o 28° Batalhão de Caçadores, aquartelado na Praia Vermelha,mobilizou-se. Na madrugada seguinte (11) continuaram os disturbios dentro e fóra dos quarteis, que se prolongaram até ás 5 horas da tarde, quando o Conde do Rio Pardo (Thomaz J. Pereira Valente), á frente de tropas fieis atacou os amotinados. "Os irlandezes oppuzeram tenaz resistencia, e só depois de mortos 26 e feridos 50, tendo soffrido além do fogo de artilharia, uma carga de bayoneta, recolheram-se ao quartel, fechando o portão". Abateram as armas na madrugada do dia 12.

Suffocado o movimento sedicioso, que muito sobresaltou a cidade, o Imperador, sem ouvir o ministerio, por Decreto de 15 de Junho do mesmo anno, demittiu o Brigadeiro Barroso Pereira do cargo de Ministro da Guerra "por ter deixado chegarem as coisas áquelle ponto".

Tal medida deu em resultado uma crise ministerial. Aos 18 de Julho do mesmo anno o nosso biographado declarando que "tendo servido a V. Magestade na carreira militar e até o presente com o maior zelo e assiduidade emquanto lhe permittiram suas forças, que reconhecendo-se actualmente em estado de não poder continuar no serviço activo pelo estado de molestia que consta do documento junto", requeria reforma do serviço do Exercito. Por Derreto de 3 de Outubro foi lavrado o respectivo decreto. Pretextato Maciel diz que a reforma foi-lhe dada por Decreto de 13 de Novembro do citado anno.

Continuou Barroso Pereira no Senado como representante de Pernambuco. Durante os successos que tiveram logar em 1831, determinando a abdicação do primeiro Imperador, manteve-se elle retrahido, como Vice-Presidente da nossa Camara Alta. Nas sessões de 1832 a 36 presidiu o Senado.

A Regencia permanente teve-o como membro do seu 2° gabinete ministerial. Constrangido, acceitou o cargo", diz um dos nossos chronistas, assumindo a pasta da Guerra, pela segunda vez, e, interinamente, a da Marinha, aos 3 de Agosto de 1832.

Foi um Ministerio de transição, pois só havia tres membros para as seis pastas.

Em razão do Ministro da Fazenda não alcançar approvação da Camara para a sua proposta sobre emissão de apolices, pediu exoneração, no que foi acompanhado pelo nosso biographado. No curto periodo administrativo que esteve á testa das pastas militares poucos medidas foram tomadas para o progresso de ambas.

Resumem-se nos seguintes os actos, por elle referendados, relativamente á Marinha: — o Aviso de 29 de Agosto approvando a criação de uma Enfermaria para praças da Armada em o Arsenal de Marinha da Bahia; o de 30 do mesmo e o de 5 de Setembro dando providencias sobre o ponto dos operarios do Arsenal; o de 3 de Setembro estabelecendo re-

gras para supprir a falta de operarios; e, finalmente, o de 10 ainda de Setembro, mandando fornecer rações aos escravos da nação em serviço na Armada.

Desapparecia, "depois de 40 dias de existencia ingloria, um gabinete que não representava idéas assentadas e nem politica franca, voltando a governar o paiz o partido moderado". Aos 13 de Setembro do mesmo anno, Barroso Pereira passava a pasta da Marinha, interinamente, ao brigadeiro Antéro J. Ferreira de Brito.

Por Decreto de 3 de Novembro de 1835 era approvada a pensão de 800$000 que lhe fôra concedida.

Aos 10 de Fevereiro de 1837, noticiava o "Jornal do Commercio": — "Succumbiu ante-hontem (8), de tarde, a hum ataque de apoplexia, na cidade de Nictheroy, e foi sepultado hontem, na Igreja da Conceição, o Brigadeiro Bento Barroso Pereira, Senador do Imperio, pela provincia de Pernambuco."

Seu corpo foi amortalhado nas vestes de Cavalleiro da Ordem de Christo e, depois de encommendado, foi sepultado em uma das catacumbas e Nª Sª da Praia, freguezia de São João Baptista de Icarahy. No "Livro de obitos" (n. ?), fls. 272 da referida freguezia, encontra-se o termo de sua defuncção. Na galeria dos presidentes do antigo Senado figurava o seu retrato em trajo civil.

XXIV e XXVI

Tenente-General

ANTÉRO JOSÉ FERREIRA DE BRITO

Barão de Tramandahy

(M. Naval)

XXIV e XXVI

Tenente General

ANTERO JOSÉ FERREIRA DE BRITO

Barão de Tramandahy

Quem compulsar as folhas de serviços militares, politicos e administrativos dos nossos antigos officiaes-generaes, poucas, bem poucas mesmo, ser-lhe-ha dado encontrar tão opulentas, brilhantes e comparaveis á do distincto e rispido brasileiro, o afamado Tenente-general Antéro José Ferreira de Brito, Barão de Tramandahy, chamado por duas vezes a gerir, embora interinamente, o alto cargo de Ministro e Secretario d'Estado, dos Negocios da Marinha, no periodo agitado, tormentoso da Regencia: a primeira, entre 14 de Setembro e 8 de Novembro de 1832 e, a segunda, no periodo que decorre de 30 de Julho de 1834 a 16 de Janeiro de 1835.

Vamos, pois, traçar baseados em bôa copia de documentos que nos chegaram ás mãos, um largo, embora descolorido, esboço biographico do prestante cidadão cuja longa vida publica se enquadra na época mais turbilhonante da nossa Patria, desde os rumores longinquos da Independencia á consolidação do regime monarchico, sob o reinado liberal de D. Pedro II.

Nasceu o illustre militar na freguezia da Madre de Deus da então villa de Porto Alegre, capital do actual Estado do Rio Grande do Sul, aos 11 de Janeiro de 1787 quatro dias depois da morte do seu progenitor.

Seu pae, o Dr. Antéro José Ferreira de Brito, foi um notavel jurista. Natural da cidade do Rio de Janeiro e baptisado na freguezia na Candelaria, bacharelou-se em leis na Universidade de Coimbra, serviu como Juiz de fóra de Torres Vedras e fez parte do gabinete do Marquez de Pombal e, "no serviço publico soffreu, como outros homens distinctos, os dissabores e amarguras provenientes das revoluções politicas e das chronicas do seu tempo". Conta-se que o poderoso ministro de D. José I, (tramando contra os direitos de successão de D. Maria I) procurou ouvir e, effectivamente ouviu, o Dr. Antéro de Brito sobre seu plano. Uma simples phrase — "o homem é o demo" — ouvida por um espião, custou ao Dr. Antéro sete annos de reclusão, que terminou com a quéda de Pombal e a exaltação de D. Maria I".

Voltou elle á terra natal e, fixando-se no Rio Grande do Sul, lá contrahiu nupcias, em 1772, na Freguezia da Madre de Deus, de Porto Alegre, com D. Bernardina de Azevedo Lima (1765-1835) baptisada em

Viamão e fallecida no Rio de Janeiro, filha de Domingos de Lima Veiga, (1723-1804), natural da cidade do Porto e fallecido em Porto Alegre, Capitão da 3ª companhia de ordenanças, Escrivão da Provedoria, Escrivão da Fazenda Real e da matricula da gente de guerra na Capitania de S. Pedro do Rio Grande e Guarda-Mór das terras mineraes, casado em Sorocaba, em 1744, com D. Gertrudes Paes de Araujo natural desta cidade e fallecida em Porto Alegre. Era o Dr. Antéro de Brito cavalleiro professo na ordem de Christo.

Seu progenitor, José Ferreira de Brito (1699-1766), natural de Barcellos e fallecido em Santarém, Portugal, foi Capitão de infantaria, posto em que serviu nas guerras da Colonia do Sacramento, Cavalleiro profésso na Ordem de Christo e Familiar do Santo Officio, e casou no Rio de Janeiro, em 1739 com D. Bernarda Antonio do Espirito Santo, natural desta cidade e fallecida em Santarém, filha de Antonio Rodrigues Carneiro, natural de Alfandega da Fé, que serviu em praça de soldado até Capitão, tendo tomado parte nas acções militares, desenroladas em Portugal, entre 1704 e 1712; foi Sargento-Mór e povoador da praça da Colonia do Sacramento tendo casado, em S. Miguel de Felgar, com D. Clara Pinto de Azevedo, natural daquella localidade.

Fallecido o Dr. Antero de Brito, sua viuva D. Bernardina de Azevedo Lima contrahiu segundas nupcias, em Porto Alegre, em 1790, com Antonio Soares de Paiva, natural da referida Colonia, filho do Capitão Joaquim de Souza e de D. Maria Joaquina da Conceição.

Do primeiro leito nasceram-lhe uma filha D. Maria Bernarda, que casou com o Tenente-general Bento Corrêa da Camara, filho do marechal Patricio José Corrêa da Camara, 1° Visconde de Pelotas e de sua mulher, D. Joaquina Leocadia da Fontoura, e o nosso biographado.

D. Bernardina, senhora mui religiosa, dotada de raras virtudes e de um temperamento voluntarioso e inflexivel, destinara o joven Antero á carreira ecclesiastica, com a qual, seja dito de passagem, o mancebo não se mostrava muito de accôrdo.

Para não contrariar os desejos e aspirações maternos, manteve-se obediente e, apparentemente, conformado, até alcançar os 21 annos: mal sentiu-se emancipado, pôz de parte a batina de seminarista, verificando, voluntariamente praça de soldado na 2ª companhia da famosa "Legião de cavallaria ligeira de voluntarios de 1ª linha do Rio Grande de São Pedro", de que era commandante seu illustre tio o valoroso brigadeiro Manoel Marques de Souza, em 22 de Novembro de 1808.

Desde o inicio de sua carreira militar, demonstrou logo "esperanças de sua actividade e vontade de servir". Aos 30 de Maio de 1809 foi promovido a Cabo d'esquadra e, um anno após, em 24 de Novembro de 1810, lhe foram impostas as divisas de Furriel da 3ª companhia "cujos empregos soube bem desempenhar com acceitação não só dos Officiaes

da companhia, mas de toda a corporação delles, conhecendo-se o seu prestimo, intelligencia promptidão e obediencia...", conforme certificado, que temos á vista.

Sendo ainda Inferior, abrindo-se uma aula de Mathematica, "foi um dos alumnos que ia mais adiantado dos outros, dando grandes esperanças..."

Graças, pois, aos muitos predicados demonstrados, "foi elegido e proposto para Secretario afim de escripturar o Livro Mestre, que até ahi não o tinha tido o Corpo, nem havia outro com igual intelligencia". "E' certo que acceitou a patente pela segurança que lhe deu o Exmo. Conde do Rio Pardo, quando governador desta Capitania, affirmando que não teria tropeços para seguir os postos pela sua antiguidade".

Por esse tempo reunia-se no Rio Grande o exercito que, sob as ordens do referido titular, devia invadir a Banda Oriental. Uma de suas columnas, sob a chefia do brigadeiro Manoel Marques de Souza, recebeu ordem de pôr-se em marcha, em Dezembro de 1810. Della fazia parte o nosso biographado, como artilheiro do parque de quatro peças de campanha que guarneciam a dita Legião de cavallaria. Em Janeiro do anno seguinte acampava a referida columna nas proximidades da serra de Bagé; d'ahi adiantou-se, occupando Cerro-largo, sustentando na sua passagem pela lagôa de Castilhos e sitio do Rocha ligeiro combate com os inimigos, fazendo prisioneiros e arrebatando excellente cavalhada.

A 24 de Junho, ainda em campanha, foi Antero commissionado em Tenente-secretario e, dias depois, assumio o commando do referido Parque de artilharia volante, á frente do qual conservou-se durante oito mezes mantendo-o sempre "em muito bom estado e promptidão". O exercito foi levando tudo de vencida, entrando em principio de Outubro em Maldonado. Levantou acampamento a 16 de Março de 1812 e a 2 de Maio fazia alto nas immediações de Paysandú, efectuando uma memoravel marcha de 97 leguas por caminhos horrorosos. Devido ao impolitico armisticio de 27 de Junho, assignado pelo celeberrimo Rademaker, recolheu-se o Exercito ao Rio Grande, dessolvendo-se em Fevereiro de 1813, na cidade do Rio Grande, a columna da direita commandada por Marques de Souza.

Pela carta régia de 20 de Janeiro do dito anno. Antéro foi confirmado no posto acima, cabendo-lhe ainda a medalha militar da referida campanha, conferida por decreto do mesmo mez e anno.

Deixando o commando do alludido Parque de artilharia, passou, por ordem do Governador e Capitão-general da Capitania, a fazer parte do Estado-maior do general Marques de Souza commandante da Fronteira e Porto do Rio Grande, trabalhoso cargo que "desempenhou por espaço de tres annos á minha satisfação mas tambem das corporações dos officiaes dos differentes corpos que tem guarnecido a dita fronteira, dos commandantes dos districtos e immenso povo que tem effectivamente muita dependencia do commandante della".

Pelo decreto de 4 de Setembro de 1816, quando foi promovido a Capitão de cavallaria, passou addido para o Estado-maior do Exercito, voltando, a 1 de Otubro do mesmo anno, a servir como Ajudante d'ordens do brigadeiro Marques de Souza.

Tomou parte muito activa e com distincção na longa e cruenta campanha de 1816-1820 na Banda Oriental sendo graduado no posto de Sargento-Mór, em 6 de Fevereireiro de 1818.

Vejamos o que nos diz o attestado honroso dos relevantes serviços prestados pelo nosso biographado, na citada campanha. Começou sendo empregado na promptificação dos transportes destinados á columna do centro do commando do Tenente-general Bernardo da Silveira Pinto. Seguindo para o Cerrito, com tal promptidão e actividade se houve Antéro no arranjo de toda a impedimenta, que o brigadeiro Marques de Souza muito lisongeado se mostrou com os agradecimentos e louvores do referido Tenente-general e do brigadeiro A. T. de Castro Apparicio.

Designado para instructor de artilharia das Ordenanças do Rio Grande, ficaram estas, em pouco tempo, aptas para o serviço. Voltou depois, por tres vezes, á Guarda do Serrito afim de reunir gente para repellir os inimigos que estavam proximos e ameaçavam aquelle ponto, e para pôr em defesa aquella povoação. D'alli foi enviado á villa do Rio Grande a conter o povo que, desordenadamente, passava á povoação de S. José do Norte, com receio da invasão inimiga que se pronunciara no Chuy. Foi, depois, encarregado da compra de 3.000 cavallos, por conta do governo, para a Divisão ligeira do Tenente-general Sebastião Pereira Pinto, no que andou tres mezes.

Aos 10 de Maio de 1817, o General M. Marques de Souza, de accôrdo com as informações recebidas do Coronel A. Pinto da Costa de haver o chefe artiguenho Otorguez, depois de reunir suas partidas, e deixado as familias no acampamento, marchado á testa de 356 homens em direcção ao potreiro de Aceguá ou fronteira de Bagé, e possivelmente, visando o Rio Grande, incumbiu o Capitão Antero de Brito de, sem perda de tempo, avisar ao Coronel Bento Gonçalves da Silva para reunir o maior numero possivel de homens e marchar para a costa do Jaguarão. As providencias dadas por Antero, de passagem por Piratiny, e a rapidez com que transmittiu as ordens do seu chefe, mereceram rasgados elogios.

Em Março de 1818, marchou Antéro para o Chuy, onde executou com promptidão e exito todo o serviço que lhe fôra determinado. Marchou, então, para Castilhos, á frente de uma partida de 200 homens e de tal modo manobrou, que surprehendeu a guarda inimiga, aprisionando o Coronel Agostinho Latorre, o Tenente Pancho e 15 soldados. orientaes. Encabeçando nova partida de igual força, seguiu ao encalço do inimigo, tiroteando sempre, fazendo-lhe muitas baixas e alguns prisioneiros, sem a perda de um só homem. Poz-se á frente de 30 praças e marchou até além de Castilhos, afim de informar-se, de accôrdo com

as instrucções recebidas, si por alli desembarcavam munições de bocca para o inimigo, "o que cumpriu com muito acerto as ordens que recebeu". Foi louvado, juntamente com seus bravos camaradas, por esta acção.

Ainda, chefiando outra partida, tiroteando sempre o inimigo e pondo-o em fuga, chegou até o povoado do Rocha, colhendo todas as informações necessarias ao proseguimento da marcha da columna de que fazia parte.

Do Chuy, seguiu para Bagé, encarregado de passar em revista todo o armamento e munições da Divisão do Brigadeiro Felix J. de Mattos e do General Bento Corrêa da Camara, afim de partir a 1ª columna para a Ponta das Cañas, como lhe estava determinada, "cuja diligencia executou da maneira que lhe foi ordenada".

Dalli passou para o cargo de instructor de dous esquadrões de cavallaria miliciana, "pondo-os em estado de bem servirem".

Como premio aos seus serviços, pelos decretos de 25 de Julho e 14 de Outubro de 1820, foi promovido a Coronel de 2ª linha e aggregado ao 2º Regimento de Milicias do Rio Grande, deixando por isso o cargo de ajudante de ordens do General Manoel Marques de Souza.

Coube-lhe a Commenda da Ordem de Aviz, pelo Decreto de 30 de Dezembro daquelle anno. Aos 13 de Fevereiro de 1821, foi reconduzido no cargo de Ajudante de ordens do referido general e, até 20 de Agosto deste anno, nelle se manteve.

Ao Rio Grande do Sul chegavam as primeiras lufadas do movimento liberal, que agitára a metropole e se propagára ás Capitanias septentrionais do Brasil.

O Conde da Figueira havia deixado o governo da Capitania Sul riograndense e substituido fôra por uma junta interina, cuja presidencia coubera ao brigadeiro M. Marques de Souza.

O Coronel Antéro de Brito passou a occupar a secretaria do governo. Logo que ao Rio Grande chegou a noticia dos successos desenrolados na Côrte, em Fevereiro de 1821, appareceram as primeiras agitações populares e graves symptomas de rebeldia entre a tropa. Em Porto Alegre, a classe commercial "organizou-se no silencio das casernas para um tumulto, que só na apparencia era liberal" — escreve A. Varella.

Em 26 de Abril, rompeu o movimento militar, forçando a junta, a Camara municipal e o Clero a jurar as bases da Constituição, que as Côrtes elaboravam em Lisbôa. Serenados os animos, procurou o governo annullar as reivindicações populares.

Nesse interim, era nomeado Governador e Capitão-General da Capitania o brigadeiro João Carlos N. de Saldanha Oliveira e Daun. Era um militar bem nascido, de apreciaveis virtudes civicas e militares, mas não tantas nem tão apreciaveis, quantas o citado historiador tomou para condecorar o neto de Pombal, desfazendo, com grave injustiça, nos seus patricios e coestadoanos.

A 1º de Agosto, punha-se em marcha Saldanha, da Banda Oriental onde servia, afim de assumir seu alto cargo. Ao mesmo tempo, em Porto Alegre, reproduzia-se golpe identico ao de 26 de Abril "infeliz, tambem — diz Varella — porque faltava ao mais recente como ao anterior o apoio do *braço popular*".

"Pode-se dizer — affirma o historiador das "Duas grandes mentiras" — que era o da *nobreza*, que toda unida, alfim se movia, para resguardar os antigos privilegios. Aquella casta de gente, que desde muito se habituara a admittir como unica lei, a do *Matheus, primeiro os teus*; o corrilho egoista, que entrevira na creação de uma republica *sui-generis*, o segredo do eterno predominio dos orgulhosos da Colonia e do Reino com o extremo sul, opulento de honras e posses geradas com as continuas guerras; as sobrevivencias americanas do antigo senhor de pendão e caldeira, que "formavam uma especie de aristocracia" incommoda aos Capitães-generaes e perigosa para o repouso dos cidadãos; aquella inquieta e soberba gente punha-se em campo determinada a mallograr a investidura do recem-nomeado".

Ora, o coronel Antero de Brito, espirito "dominador e impetuoso, ainda que desprovido dos predicados que justificam as pretenções á supremacia, assim como fazem perdoar os excessos do temperamento, em mais de um caso" — segundo o juizo apaixonado da autor acima — ligado por estreitos laços de sangue á aristocracia local (Soares de Paiva, Marques de Souza, etc.), "achado o mais apto para tomar a dianteira dos demais e assumir as responsabilidades do que se ideava", foi posto á testa do movimento projectado.

"A verdade é que o tentamen de Antéro (e não Anthero, como escreve o autor citado) não correspondia senão a um impeto revél de poucos militares de Porto-Alegre, que tinha ramificações, como a facção de Abril, na villa do Rio Grande, onde os combinados se agitaram com igual má sorte, tudo isto fazendo "parte integrante do mesmo plano".

"O circulo retrogrado promovia, por detraz da cortina, a creação de uma Junta governativa, pretexto de que se soccorreu para ter por si o que seguramente iria ter ás mãos de outrem, estancando-se o manadeiro de fructuosas sinecuras".

"Com o fito de attrahir elementos bastantes, para a composição do *inconfessavel* projecto, Antéro buscou envolver a meio mundo numa rêde de *traiçoeiros enganos*" — informa o historiador citado, com uma parcialidade surprehendente.

Afinal, "todos os individuos alheios ao *negro conchavo* — diz ainda A. Varella — na capital, abandonaram o *inescrupuloso* coronel ou lhe negaram o seu concurso, francamente apoiando a autoridade constituida segundo as nórmas legitimas". O brigadeiro Saldanha, em face do intentado, procurou premunir-se "mas não se mostrou infenso em nada ao espirito liberal, de que o coronel riograndense se procurava servir, consoante aos seus interesses e aos de sua familia, e o circulo em que imperava a mesma".

"Levado pelos dictames de sua consciencia como brasileiro e politico — escreve, referindo-se a esses factos. Pretextato Maciel — na manhã do dia 16 de Outubro de 1821, se dirigiu Antéro de Brito a diversas notabilidades e commandantes de tropas participando-lhes que a Camara e o Vigario geral de Porto-Alegre e bem assim todos os Corpos-militares e civis estavam promptos para na madrugada seguinte proclamarem na praça publica um novo Governo; idéas a que muitos adheriram, deixando porém de ser posta em pratica por terem sido denunciados os projectos do Coronel Antéro ao referido governador". "Preso, no dia 26, submettido a conselho de investigações, em que funccionou como auditor o futuro Visconde de S. Leopoldo, ficou provado "que havia tentado mudar o governo, assumindo a si uma autoridade que só reside nas Côrtes geraes, etc., tornando-se réo de lesa-magestade nacional". Os sequazes do governador portuguez, em numero de 186, fizeram uma representação, em principio de Novembro, em que apontavam Manoel Marques e seus partidarios como planejando "um governo republicano"... "talvez aconselhado por alguns individuos extrangeiros que têm por patria as limitrophes republicanas".

Foi, então, o nosso biographado, encaminhado preso ao Rio de Janeiro sob a guarda do Coronel Manoel Carneiro da Silva Fontoura. O brigadeiro Saldanha, em apaixonado officio, descarregou toda a sua atrabilis sobre o brioso militar brasileiro, declarando que Antero, além do mais era muito conhecido entre os povos da fronteira "pelos seus vicios, pelas atrocidades que tem praticado, e pela sua perversa moral". No entanto, quasi na mesma occasião, outro portuguez, o Brigadeiro Pedro da Silva Gomes, chefe do Regimento de Infantaria de linha de Santa Catharina, attestava que o Coronel Antero, "em cujo expediente (o de Secretario do Governo) sempre o conheci e achei muito activo, zeloso e honrado, tratando a todos com affabilidade e carinho, dando provas de bem servir, circumstancias estas que dá da bôa educação e probidade de que é dotado e conceito que sempre me mereceu fazendo-se portanto este Coronel digno de todas as mercês e graças que se costumam dar aos que se empregam no real serviço".

Chegado ao Rio de Janeiro, "ali se reabriu o caminho das honras e lugares a quem andava na conta de suspeito" — diz Varella — "e no momento em que se desenrolava a conjura que ergueu ao throno de

um imperio independente o Principe herdeiro do Reino Unido". "Em vez de castigo, achou favor, sabido como se tornou que o Capitão-General do Rio Grande permanecia fiel á metropole".

"Em virtude da nova face que assumuiam as cousas internas, com a decisoria attitude do filho de el-rei em favor da independencia, Antero, que com os seus pretendia conservar uma situação primacial na provincia, verificou alegre que a partida ainda se não perdera de todo".

Mercê de uma revira-volta da sorte, viu-se recebido por D. Pedro: apoiade e solto por quem o devia repellir e castigar" — diz o despeitado historiador, tantas vezes já citado. "Tanto elle como o seu collega Manoel Carneiro, intervieram — aliás sem mandado expresso — na jornada de 9 de Janeiro (o Fico) falando o ultimo em nome do Rio Grande do Sul, e unindo os votos da Provincia, ao da população fluminense no appello ao Principe para que ficasse no Brasil".

Alistado logo, com grande enthusiasmo, no partido da independencia, se-lhe offereceu ensejo de "tomar parte activa nos acontecimentos que tiveram logar, comparecendo ás reuniões dos campos da Acclamação e do Brandão, quando se tratava de fazer frente ás tropas da divisão luzitana do commando do General Avilez" entrincheiradas no morro do Castello.

Em 4 de Março e 18 de Setembro do mesmo anno, foi designado para seguir em diligencia a Montevidéo a entender-se com as tropas brasileiras commandadas pelo General Lecór.

Foi compreendido no Decreto de 25 de Setembro, que transferiu para o peito a Medalho do braço, concedida em 1813. Por esse tempo, era o Brigadeiro Saldanha deposto do governo do Rio Grande e despachado para o Rio de Janeiro "acompanhado sempre do Coronel Manoel Carneiro da Silva Fontoura, ajudante d'ordens do governo provisorio, que seguira para a côrte com guarda de Antero "preso por quem n'essa hora jornadeava, a seu turno, sob as vistas do mesmo official rio-grandense — *tão mutavel é a fortuna em epochas revolucionarias!* — exclama o referido autor.

Os desinteressados serviços do brioso militar foram galardeados, a 1º de Dezembro, com a nomeação de Cavalleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, creada para commemorar a coroação e sagração do Imperador, e aos 24 de Fevereiro de 1823, foi Antero elevado ao posto effectivo de Coronel de 2ª linha e designado para commandar o Regimento de Cavallaria daquella categoria e ao qual estava aggregado.

Havendo necessidade de um Official de absoluta confiança para ir levar á Bahia novas instrucções ao General Pedro Labatut, commandante em Chefe do Exercito Nacional em operações de guerra contra os Portuguezes, foi para isso escolhido o nosso biographado. Embarcou elle na náu Pedro I, capitanea da esquadra entregue ao

valor e competencia de Lord Cochrane. Fizeram-se de vela os navios, em principio de Abril. Um mez decorrido, chocavam-se em aguas de Itapoan com a esquadra de Felix de Campos, tomando parte nessa acção o Coronel Antero, com a sua calma proverbial e sua nunca desmentida bravura. Ao desembarcar, no dia 8 de Maio no morro de S. Paulo, dirigiu-lhe o famoso Almirante honrosa carta, agradecendo-lhe "o zelo e actividade demonstrados" no referido ataque, como tambem, "pela satisfacção que me deu a sua companhia durante sua passagem desde o Rio de Janeiro".

Seguindo para á Ilha de Itaparica, lá teve a surpresa de encontrar o General Labatut, a quem confiou as instrucções secretas de que era portador. Foi então distinguido com o elevado cargo de Quartel-Mestre-General do Exercito em operações, no qual soube prestar á Nação os mais relevantes serviços.

Aos 15 de Maio de 1823, passou o Coronel Antero á Feira de Capuame afim de transferir o Arsenal de Guerra, alli estabelecido para o Engenho da Passagem, "lugar mais commodo a satisfazer as precisões que occorressem" explica-nos Ignacio Accioli..

O General Labatut, aos 20 de Maio, levando muito em conta "a honra, capacidade militar e exemplar conducta" do Coronel Antero, nomeou-o commandante da Brigada da esquerda, acampada na armação do Gregorio, quando teve necessidade de determinar a prisão e destituição do Coronel Felisberto Gomes Caldeira, rebelado contra a sua autoridade de Commandante em Chefe.

Seguio o ponderado Official a assumir o seu novo e delicado posto, quando foi, no dia seguinte, "não obstante o seu circumspecto caracter", impedido de fazel-o por interferencia de tres majores da Brigada amotinada que, em anteriores conciliabulos, haviam resolvido ficasse á frente d'aquella unidade o Official mais antigo.

Na reorganisação do Exercito Pacificador, de accôrdo com o estabelecido em Ordem do dia de 28 de Maio, permaneceu o Coronel Antero no cargo que anteriormente occupava, de Quartel-Mestre-General.

Encontravam-se os dois Exercitos, entrincheirados, em continuos tiroteios e em assaltos quasi diarios. No ataque do dia 3 de Junho, Antero commadava as avançadas; e tal foram a sua bravura, intrepidez e denodo, presença de espirito e sangue frio, com que se conduziu na acção e arrostou com suas tropas o inimigo, que o General Lima e Silva, que succedera a Labatut no commando, enthusiasmado, em Ordem do Dia, o colloca "a par dos maiores cabos de guerra". "A honra, a actividade, o zelo, a habilidade, o desinteresse deste honrado e benemerito Official no cumprimento de seus deveres, o fizeram merecer da estima e louvor de todo o Exercito. Seu comoprtamento e a

sua conducta civil são exemplarissimos; e a sua adhesão á causa do Brasil, da Independencia e do Imperador é innegavel" confirma o referido General em Chefe.

A 2 de Julho, o Exercito inimigo, incapaz de impor sua vontade ás nossas aguerridas tropas, abandonou a cidade do Salvador, embarcando-se na sua esquadra. Foi o Coronel Antero de Brito, á frente de um Corpo de exploradores, o primeiro a preceder o Exercito e a occupar os pontos em que o inimigo se fizera forte.

Festejando-se, aos 12 de Outubro, o anniversario natalicio do Imperador com uma grande parada na praça da Piedade, coube ao nosso biographado commandar uma luzida Divisão, proceder á leitura de uma Portaria do Governo e recitar "uma famosa bem que extensa arenga".

Pelo Decreto de 20 do referido mez, obteve elle, em remuneração dos seus assignalados serviços a nomeação de Moço da Imperial Camara.

Recolheu-se o Coronel Antero á Côrte, onde jurou a Constituição do Imperio.

Em um attestado que lhe passou o Brigadeiro José Manoel de Moraes, reconhecendo-lhe "nobres sentimentos, que bem se identificavam com a regular conducta que era geralmente constante ter sempre tido no Reconcavo, e mesmo depois na cidade, onde gozava a melhor reputação pela sua decida adhesão á causa da nossa Independencia, pelo amor que consagrou sempre ao nosso Augusto Soberano, pela sua probidade, rectidão e inteireza, cujas virtudes sempre o caracterizavam, fazendo-o por isso gozar de todo estima e muito bôa opinião".

Rebentára, por esse tempo em Pernambuco, a "Confederação do Equador", serio movimento revolucionario. Organizou-se logo no Rio um "Exercito Cooperador da Bôa Ordem", sob a chefia do Coronel Francisco de Lima e Silva, afim de bater os insurgentes. Dessa força foi o Coronel Antero nomeado Quartel-Mestre-General. Embarcada na Esquadra de Lord Cochrane, partiu do Rio a referida expedição, a 2 de Agosto de 1824, chegando a Jaraguá, em Alagôas, no dia 13, onde poz pé em terra. Depois de reunirem-se a outros contigentes marcharam os Imperialistas sobre Recife, onde entraram após varios e sangrentos choques, pela manhã de 17 de Setembro. Por Decreto de 20 de Outubro, foi o Coronel Antero condecorando com a medalha da referida campanha e com a dos "mais bravos".

Cinco dias após, explodindo na Bahia um grave motim militar, em que foi victimado o Coronel Felisberto Gomes Caldeira, Commandante das Armas, recebeu ordens o nosso biographado do Brigadeiro Lima e Silva, para passar-se á cidade do Salvador, afim de abafar o movimento subversivo. Sem perda de tempo, partiu o Coronel Antero e logo de chegada (28 de Novembro) pôz-se á testa das tropas fieis.

acampadas em Abrantes. "Os principaes factores da publica trepidação, conhecendo que nada mais lhes restava fazer, trataram de evadir-se; e o Presidente, considerando segura a cidade por taes providencias, prefixou o dia 4 de Dezembro para o embarque dos amotinados (3º Batalhão), ordenando a approximação do Coronel Antero, que occupou a capital immediatamente" e restabeleceu a ordem. Nesse mesmo dia, foi elle empossado do cargo de Commandante das Armas. Como premio aos serviços, foi, por Decreto de 16 de Dezembro, transferido no mesmo posto para o quadro do Exercito e nomeado Commandante das Armas de Pernambuco. Passando exercicio do cargo que occupava, no dia 1º de Janeiro de 1825, ao General Gordilho de Barbuda, seguiu para o Recife, assumindo as novas funcções, a 23 de Maio.

Por Decreto de 9 de Janeiro, havia sido condecorado com o Officialato da Ordem Imperial do Cruzeiro. Em Julho, por Decreto do dia 2, foi-lhe conferida a medalha de ouro da Campanha da Independencia. No anno seguinte (1826) foi distinguido com o cargo de Guarda Roupa Honorario da Casa Imperial. Foi comprehendido no Decreto ed 8 de Agosto de 1828, que fez extensivo aos individuos do Exercito Pacificador a medalha da Campanha Cisplatina. Pelo Decreto de 12 de Outubro, foi graduado no posto de Brigadeiro, e effectivado nelle, aos 27 de Fevereiro do anno seguinte (1829). A 2 de Maio recebeu a Dignataria da Imperial Ordem do Cruzeiro.

"Os serviços relevantes do Barão Tramandahy — diz um dos seus biographos — não eram só reconhecidos e galardoados pelo Chefe da Nação. Os cidadãos tambem expotaneamente se prestavam a dar publicas manifestações pelos serviços do prestante General". O commercio de Pernambuco solicitou permissão ao Governo para offerecer-lhe uma riquissima espada de ouro, cravejada de pedras preciosas, como lembrança de seus serviços em pról da ordem e da tranquillidade publica.

Pelo Decreto de 30 de Janeiro de 1830, após seis annos ininterruptos de exercicio, foi dispensado do cargo, que entregou ao seu substituto, em 5 de Maio.

O commercio do Recife, desejando prestar-lhe significativa homenagem, comprára um brigue, a quem dera o nome do General, especialmente, destinado a transportal-o com sua familia á Côrte. De facto; no dia 5 de Junho de 1830 chegava ao Rio o bergantim "General Antero", procedente de Pernambuco, com 21 dias de viagem, transportando como passageiros, o Brigadeiro Antero Ferreira de Brito, sua mulher, um Capitão do Estado Maior e um civil. Noticiava o "Jornal do Commercio", n. 126 do dia 9: "O Exm. Brigadeiro Antero Ferreira de Brito, ex-Commandante das Armas de Pernambuco, chegou ante-hontem a este porto no brigue "General Antero". O nome deste honrado compatriota tornou-se mui popular n'aquella provincia,

onde adquiriu a estima geral pela sua conducta firme, sem jámais querer alistar-se debaixo da bandeira de outro partido, que o da patria, si se póde chamar *partido* o dever de todo o brasileiro".

Dias depois, o mesmo Jornal tomava a defesa do General, atacado por um periodico da capital, com estas palavras: "nem hum brasileiro, nem huma pessoa bem educada, póde ler, sem huma especie de indignação, e horror, os virulentos artigos de alguns jornaes daquella cidade (Recife) contra o benemerito Brigadeiro Antero. "Qual he o crime deste patriota? o ter-se conservado inflexivel na execução de seus deveres, e não querer bandear-se para o partido da columna ou da calumnia. "O Sr. Antero não precisa appelar para a posteridade, os seus conterraneos fazem justiça aos sens sentimentos honrados. O que nos admira he que um periodico desta capital, que milita debaixo de duas bandeiras, que se propôz a falar a todos a *linguagem da razão* oppõe de certo modo ás anarchicas doutrinas daquelles jornaes, cujo exaltamento tantas vezes tem censurado: assim vão as cousas neste melhor dos mundos posiveis!!!".

Aos 13 de Dezembro de 1830 foi o General Anthero nomeado Commandante das Armas de Goyaz, commissão que ficou sem effeito por ter sido, por despacho de 2 de Abril de 1831, nomeado para igual cargo na Bahia. Embarcou a 10 do referido mez no paquete de vela "Imperial Pedro" e com doze dias de viagem alcançou a Bahia de Todos os Santos. Sua chegada coincidiu com a diffusão da noticia da abdicação do Imperador. Formaram-se logo dous grandes partidos, que tomaram armas e transformaram os Fortes de São Pedro e da Palma em baluartes das suas opiniões. Após varias reuniões e confabulações no Palacio do Governo, foi escolhido para mediador o Arcebispo Marquez de Santa Cruz que, com grande habilidade, alcançou que o 1º vice-presidente da provincia fosse substituido pelo 2º e o Brigadeiro Antero assumisse seu cargo, a 15 de Maio, em substituição ao Visconde de Pirajá.

Foi exonerado desse cargo por Decreto de 30 de Setembro, transferindo-o ao seu substituto no dia 13 de Outubro, recolhendo-se então ao Rio .

Foi nomeado Commandante das Armas da Côrte, e provincia do Rio de Janeiro, por Decreto de 25 de Novembro de 1831.

No exercicio se encontrava do cargo acima, quando foi convidade para sobraçar a pasta da Guerra e, interinamente, a da Marinha, assumindo suas novas e altas funcções aos 14 de Setembro de 1832, que lhe foram transmittidas pelo seu collega, Brigadeiro Bento Barroso Pereira, Senador por Pernambuco.

Se não fôra alongarmos sobremodo esta pallida noticia biographica do honrado e inflexivel militar, passariamos a enumerar todos os actos emanados de sua trabalhosa e assaz fecunda administração á testa da

pasta da Guerra. Quem desejar certificar-se do que dizemos, basta folhear as nossas collecções de leis, decisões, etc., no periodo que decorre de 1832 a 1835.

Muito embora a sua passagem pela alta administração naval tenha sido assaz rapida, pois, a primeira vez a sua gestão foi de 55 dias e a segunda, de 170, mesmo assim, deixou accentuado traço della, demonstrando a sua capacidade de trabalho, seu espirito de justiça, seus methodos de execução e fiscalização dos serviços publicos, dentro dos moldes de uma moralidade inatacavel e de uma sensata economia.

Não nos furtaremos a patentear aqui as principaes medidas postas em pratica durante sua gestão, em proveito dos serviços navaes. Comecemos pela maruja.

Afim de nacionalizal-a, prohibiu o serviço de marujos estrangeiros, que não fossem voluntarios, e o recebimento de recrutas da mesma procedencia, autorizando o ajuste de marinheiros a premio, de preferencia, nacionaes.

Como entre a officialidade e as guarnições, existissem ainda muitos estrangeiros, determinou que as "manobras e exercicios a bordo fossem dirigidos no *idioma brazileiro*, praticando-se o mesmo nas embarcações onde houvesse guarnição estrangeira, que deverá ser instruida naquelle idioma".

Para preencher os claros, sem lançar mão do recrutamento, autorizado por lei, mandou restabelecer a ordem de virem da Bahia para o serviço da Armada e da Artilharia de Marinha rapazes de 16 a 20 annos, "robustos, solteiros e que não sejam pretos", pois, anteriormente, vinham "velhos, casados e aleijados".

Estabeleceu o numero de grumetes que deviam ter embarque de accordo com o porte dos navios, e prohibiu receber-se a bordo, para cumprimento de penas, os presos enviados pelo Juiz de Paz.

Mandou estabelecer um typo de uniforme para as praças; abonar uma ração de aguardente, por occasião de grandes fainas; distribuir pão fresco, em vez de bolacha, onde fosse possivel, ás guarnições dos navios ancorados, bem como quantitativo em dinheiro para carne e peixe frescos ás embarcações pequenas que saissem a cruzar; municiar com almoço de café, pão ou bolacha as equipagens dos navios desarmados e abonar ração de marinheiro aos Grumetes de menor idade, aos Praticantes, aos criados e presos.

Deu varias providencias sobre os meninos brasileiros que a bordo aprendiam primeiras letras e a arte de marinheiro.

Determinou que a gratificação dada pela apresentação de desertor seria descontada dos futuros vencimentos deste.

Com referencia á officialidade e aos subalternos, vejamos os seus principaes actos.

Determinou que, só com autorização da Secretaria de Estado podia qualquer Official da guarnição de um navio ser mudado, desembarcado ou licenciado — esta medida veio acabar com a praxe introduzida dos Presidentes de provincia se intrometterem na disciplina interna dos navios.

Prohibiu aos Segundos-Tenentes o commando de navio e aos Commandantes arrancharem com os Officiaes.

Mandou contar como embarque o tempo de commando em navio desarmado, e abonar comedorias aos Mestres de apparelho e aos Pilotos embarcados.

Mandou dar uma gratificação addicional aos Officiaes da Artilharia de Marinha, quando estivessem empregados, e elevou o soldo dos Praticantes de piloto.

Reduzio a lotação dos paquetes, fazendo substituir por Pilotos os Officiaes de Marinha, que os commandavam.

Mandou embarcar nos pequenos navios um Piloto com o encargo tambem de Escrivão.

Determinou que os officiaes doentes, que não se apresentassem á inspecção de saude, fossem considerados promptos, e prohibiu a entrada de requerimentos de inspecção de saude..

Mandou descontar meio soldo aos officiaes que respondessem a Conselho de Guerra.

Determinou que o official encarregado da pilotagem désse aulas de navegação e apparelho aos praticantes; para estes, que deviam ser brasileiros, marcou a idade de 11 a 15 annos.

Submetteu ao Commandante do Corpo de Artilharia de Marinha o Laboratorio dos fogos de artificio, pertencente áquella unidade e da mesma fórma, os praticos, ao Inspector do Arsenal.

Determinou que os Commandantes dos navios recebessem as malas postaes, e prohibiu o transporte de generos de commercio a bordo e corrigiu outras irregularidades.

Determinou que nos navios pequenos, que não tivessem cirurgião, houvesse uma botica, etc.

Varias providencias, de longo tempo requeridas, foram dadas a respeito do córte, encommenda e remessas de madeiras e sobre os nossos Arsenaes da Bahia, Pará e Maranhão, afim de apresentarem maior rendimento.

Durante a sua administração, constava a nossa Esquadra de 32 navios armados, dos quaes um naufragou, de 25 desarmados e de 3 em construcção. De accôrdo com a lei de fixação da Força Naval, dispunha a Esquadra de 2.000 marinheiros, que podiam ser elevados, caso houvesse necessidade, a 3.000, e de 600 soldados de Artilharia de Marinha que, da mesma fórma, podiam ser reforçados com mais 400.

Para fecho deste ligeiro escorço da administração naval do brigadeiro Antéro de Brito e pelo grão de opportunidade que apresenta, não quero deixar no olvido o Aviso que fez baixar, a 6 de Outubro de 1834, sobre a apresentação de requerimentos militares. Eil-o:

"Convindo pôr termo á pratica aviltante e indigna de Militares, que despresando a honra, esquecidos da nobreza de sua profissão, ousam recorrer a empenhos quando solicitam despachos, empregos e bom exito em suas quasi sempre injustas pretenções; Ordena a Regencia, em nome do Imperador, que por esse Quartel General se faça constar ao Corpo da Armada, e ao da Artilharia de Marinha, que taes empenhos serão sempre repellidos e advertir, não só que os individuos de um e outro Corpo, que tiverem requerimentos, os poderão entregar na competente Secretaria de Estado, ou na residencia do Ministro da Repartição, o qual jámais se nega a falar aos que o procuram mas ainda que, se a despeito desta advertencia houver algum que recorra e empenhos, atrazará a sua pretenção, porá em duvida a sua justiça e terá a punição correspondente á falta de cumprimento das ordens. Deus guarde a Vm. — Paço, em 6 de Outubro de 1834. — *Antéro José Ferreira de Brito.* — Sr. Francisco Bibiano de Castro".

Sobre o mesmo objecto e com a mesma data, dirigiu-se ao Exercito.

Aos 16 de Janeiro de 1835, deixava o brigadeiro Antero o cargo de Ministro da Guerra e, interino, da Marinha e, aos 22 do referido mez, obtinha licença para residir na Provincia do Rio Grande do Sul, seu berço natalico e aonde ainda tinha grande parentela.

Todavia, rebentando a revolução dos *Farrapos,* recolheu-se apressadamente ao Rio, sendo nomeado, pela segunda vez, por Decreeto de 15 de Outubro do mesmo anno, Commandante das Armas da Côrte, cargo que exerceu com grande actividade e firmeza até 14 de Dezembro, quando foi dispensado, em razão do seu estado de saude.

Na mesma data, obteve nova licença para residir em qualquer das provincias meridionaes do Imperio, e que não chegou a gozar.

O Decreto 118 de 3 de Novembro de 1835 approvou a tença de 300$000, que lhe havia sido concedida pelo Decreto de 22 de Julho de 1832.

Encontrava-se o Rio Grande do Sul envolto nas labaredas sinistras da guerra civil.

A Regencia não se mostrava satisfeita com o rumo tomado pelos acontecimentos politicos e militares daquella provincia, entregue á administração civil do Dr. Araujo Ribeiro, e á mliitar do amigo e proximo parente deste, o Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, muito embora se restringisse, dia a dia o ambito dominado pelos insurgentes.

Na esperança de terminar em pouco tempo com a terrivel e sangrenta contenda, resolveu o governo imperial fazer entrega da admi-

nistração e do commando em chefe das forças em operações de guerra naquella circunscripção conflagrada a um militar "experimentado e astuto, capaz, de reprimir onde já se estava desilludido de concilliar".

Assim é que, pela carta imperial de 21 de Novembro de 1836, foi nomeado presidente do Rio Grande do Sul o Brigadeiro Antero de Brito.

Chegou elle a Porto Alegre, a 5 de Fevereiro de 1837, assumindo logo as redeas governamentaes, que lhe foram transferidas pelo futuro Barão do Rio Grande.

Gaucho de nascimento, como este, mas portador de genio, idéas, processos e programma completamente antagonicos aos do seu antecessor, o Brigadeiro Antero, muito embora viesse possuido das mais honestas intenções, iniciou sua administração — escreve Alfredo Rodrigues, erudito historiador da Guerra farroupilha — "pelas mais odiosas perseguições a todos do partido moderado, militares e civis, que haviam prestado auxilio a Araujo Ribeiro", não escapando este mesmo de ser violentamente deportado em uma escuna de guerra sem as commodidades necessarias.

Esta "conduta impolitica do Brigadeiro Antero — diz outro autor — deu ganho de causa aos rebeldes".

Logo de chegada, lançara elle um manifesto, em que appelava para os seus patricios a reunirem-se em torno á sua autoridade, coadjuvando-o a por fim a tão devastadora guerra.

Foi logo agindo — escreve Rocha Pombo — como quem sabe direito o seu officio e tem rumo traçado". Adiou a abertura da Assembléa Provincial, afim de não ter pela frente os impecilhos creados pela loquacidade dos politiqueiros impenitentes. Tendo encontrado tudo em más condições "começou em grandes ancias a corrigir o que se tinha feito, convencido de que só agora é que se estabelece um plano de guerra e se organiza e dirige efficazmente a reacção". Dividiu a provincia em quatro districtos militares (Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande e Missões) pondo á testa de cada um chefe experimentado e de sua inteira confiança.

Preparou-se, pois, "para entrar em campanha contra os revolucionarios, procurando assim aproveitar a estação então a mais propicia para a mobilização das tropas".

O Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, commandante das Armas, em face da exoneração de Araujo Ribeiro, seu proximo parente e amigo, encheu-se de resentimentos e, nessas condições, desinteressou-se sobre modo das operações de guerra. O General Antero passou a observal-o de longe com certa desconfiança. Aos 27 de Fevereiro, escrevia elle ao seu parente, o Conde de Lages, então Ministro da Guerra, mostrando-lhe a necessidade de substituir Bento Manoel. "Este homem — dizia

Antero — declara até ao seu amigo que desejava que os anarchistas tornassem a entrar em Porto Alegre *para se vingar dos gallegos!...*"

Antes de entrar em campanha, escreveu o General Antero a Bento Manoel, que se encontrava em Bagé, uma "carta amistosa" determinando-lhe "debellar os sediciosos e atacar-lhes como *féras indomitas e devastadoras*"...

Respondeu-lhe Bento Manoel mui seccamente, pedindo-lhe exoneração do cargo. Diante da resposta do seu subordinado, o Brigadeiro Antero, em "aspera contestação" ordenou-lhe que passasse o cargo ao seu immediato até novas ordens, e "no intuito de fiscalizar por si o estado das forças, que estacionavam em Alegrete, communicou-lhe que se dirigia pessoalmente para ali, aproventando a opportunidade para com elle entender-se". Tudo faz suppôr que o Brigadeiro Antero se preparava para prender o manhoso veterano da campanha Cisplatina. Este, ao que parece, por palpite ou avisado em tempo das intenções do presidente Antero, passou o commando ao seu substituto legal, licenciou parte da tropa e retirou-se, matreiramente, para Alegrete architectando seu plano de vingança.

Entregando a defesa de Porto Alegre ao velho General Chagas Santos, partiu o Brigadeiro Antero, em principio de Março, "acompanhado de vistoso Estado-Maior de militares e empregados publicos" a caminho do Rio Pardo. No dia 18, alcançava Cachoeira, de onde deu aviso a Bento Manoel para que o esperasse em Alegrete. Proseguindo em sua marcha, alcançava o presidente Antero o passo de Tapevy, ás 11 horas da noite do dia 23, quando foi abrupta e traiçoeiramente cercado e feito prisioneiro por uma escolta de proposito mandada por Bento Manoel.

Por este acto inaudito de deslealdade— diz Abreu e Lima — viu-se Bento Manoel obrigado a abraçar de novo a causa da rebelião, resultando dahi a conseequente perda de Caçapava e de toda a força que commandava o Coronel João Chrysostomo da Silva, no dia 8 de Abril".

Dali foi o General Antero levado para Alegrete, de onde passou á costa do Quarahim e depois encaminhado para Piratiny e finalmente para Viamão. Os farrapos propuzeram a sua troca com o Coronel Sarmento Mena, prisioneiro dos legaes, a qual foi acceita, recuperando o Brigadeiro Antero a liberdade a 9 de Janeiro de 1838. De Viamão passou a Porto Alegre de lá, á Côrte. "O prisioneiro legal foi sempre tratado com a devida consideração; não soffreu senão os encommondos e vexames proprios de sua infeliz situação de prisioneiro" — informa-nos A. Araripe. Recolheu-se á Côrte em Julho do referido anno e a 2 de Dezembro do anno seguinte foi Antero nomeado Vogal do Conselho Supremo Militar.

Em substituição ao seu não menos afamado, severo e energico camarada de armas, o Marechal Soares de Andréa, assumia o Brigadeiro

Antero a presidencia da provincia de Santa Catharina, ao 26 de Junho de 1840, dezeseis dias após a sua nomeação. Coube-lhe ao mesmo tempo, por nomeação de 14 de Junho do mesmo anno, o encargo de Commandante das Armas da provincia.

Foi recebido "com muita sympathia pelo povo que via na partida do seu antecessor um verdadeiro allivio, isso devido aos processos administrativos a elle peculiares; em pouco tempo confirmou as esperanças nelle depositadas" — diz o Almirante Henrique Boiteux, em "A Republica Catharinense.

Acabava a formosa terra Carijó, a verde Erin brazileira", de passar pelos tremendos percalços e vicissitudes da guerra civil, pois todo o sul e o altiplano da provincia tinham soffrido por varias vezes as incursões das tropas insurgentes do Rio Grande e varios pontos do seu teritorio haviam servido de arena a sangrentos e memoraveis prelios.

Começou o probo e austero General, como bom administrador que era, por cuidar das vias de communicação de sua circumscripção, não só como factor do desenvolvimento commercial da região, como para facilitar o escoamento de tropas e impedimenta no caso de novas invasões dos farroupilhas. Em seguida, procurou debellar um forte surto epidemico de febres malignas que irrompera na capital e seus arredores. Defendeu com energia e fortes argumentos, junto ao governo de São Paulo, os direitos de Santa Catharina sobre os campos recem-descobertos de Palmas, invadidos por agrupamentos de intruzos da provincia vizinha.

Quando a colonização estrangeira, que se iniciara com discreto auspicios na provincia, tratou o infatigavel militar de estabelecer novos nucleos, como o do Sahy, no municipio de S. Francisco, com elementos francezes, e os de S. Miguel e S. José, com allemães; e garantir os já implatandos, do Belchior e Nova Italia, contra as terriveis incursões dos selvicolas.

Fez elevar á categoria de cidade a villa da Laguna, e á de freguezia os povoados de S. Pedro de Alcantara, Garopaba, Tijucas e Araranguá.

Em Outubro de 1845, coube-lhe a honra de receber e agasalhar Suas Majestades Imperiaes, que visitavam pela primeira vez a provincia, proporcionando-lhes festejos e passeios a varias localidades, como á freguezia do Ribeirão, na ilha, e ás aguas thermaes do Cubatão, cujo Hospital passou a chamar-se das "Caldas da Imperatriz".

Nessa occasião, foi lançada a primeira pedra do novo edificio do Hospital de Caridade do Desterro.

O General Antero, com os minguados rendimentos da provincia e os parcos auxilios do centro, alcançou dotar a capital com varios edificios publicos, impulsionar o referido Hospital das Caldas e retirar o cemterio publico da capital, do centro da cidade, para sitio mais adequado, além de melhorar bastante a viação da provincia.

Havendo rebentado um movimento revolucionario em São Paulo (1842) o General Antero, dentro de pouco tempo, apresentava um luzido Corpo de voluntarios, de 726 praças, o "Batalhão Catharinense", constituido da mocidade *barriga-verde*, prompto a marchar á primeira voz, em defeza da legalidade.

Como temos visto, foi o Brigadeiro Antero de Brito um dos mais habeis administradores que teve Santa Catharina e, tambem, um dos que, por mais tempo, estiveram á testa dos seus destinos. No seu governo fecundo, justiceiro e progressista, houve uma das mais renhidas eleições, de que ha noticia em Santa Catharina. Vejamos o que diz sobre a actuação do presidente no referido pleito, um artigo publicado no "Jornal do Commercio": — ... os tempos corriam difficeis, pleiteava-se entre *christãos e judeus* (assim apellidados os conservadores e liberaes) essa eleição tão disputada, cujos brados repercutiam por toda a parte e por algum tempo fixaram sobre aquella provincia a attenção de todo o Imperio. Sabe-se a que grau de exaltação attingiram as paixões nessa luta que difficilmente se poderia conceber em tão limitado theatro. Esforços inauditos, incriveis, foram empregados de parte a parte, como se se tratasse de uma questão de vida e de morte; expediram-se embarcações a esta côrte e a varias provincias em busca de votantes; organizaram-se *meetings;* as populações acompanhavam os oradores nas suas excursões pelo continente, destinadas a excitar proselytos nos velhos, nas mulheres, nas crianças lavraram as mesmas paixões que nos homens feitos; ninguem era idifferente, todos estavam comprometidos.. Um só homem havia calmo e sereno, sobranceiro aos perigos da luta e ás allucinações do enthusiasmo, fitando sem pestenejar a borrasca que parecia formar-se no horizonte. Este homem era o General Antero. As pessoas de sua intimidade, quasi todos os funcionarios publicos em relação mais directa com a presidencia, pertenciam a uma das parcialidades, a que foi vencida. Receiosos do exito da luta e de suas consequencias quanto a tranquillidade publica solicitaram e talvez de muito boa fé, a intervenção da autoridade como um meio de segurança e de ordem. Concebe-se facilmente quantas suggestões não seriam empregoadas para leval-o a dar esse passo; quantas instancias em nome de antigas relações das pessoas da situação, da paz publica prestes a ser compromettida, da responsabilidade que elle tomaria sobre seus hombros. Pois bem. Todas essas seducções, tão poderosas sobre o coração humano e sobre os brios da autoridade foram improficuas e tiveram de recuar ante a energia do homem forte, como a onda de encontra á rocha que se ergue do seio dos abysmos. Um dia, pessoa muito conspicua e com elle relacionada, havia longo tempo, procurou convencel-o, se não da conveniencia de intervir na eleição, ao menos da necessidade de requisitar ao Governo Imperial a força precisa para fazer respeitar a autoridade, visto como nenhuma havia disponivel. Desenganado, depois de muito instar, de não poder conseguir o que desejava, perguntou

por fim: — "E se no acto da eleição occorrer algum motim armado. com que conta V. Ex., para o supplantar? — Com aquelles que o não fizerem, respondeu o General".

Tendo sido extincto o cargo de Commandantes das Armas da provincia, deixou-o a 1 de Agosto de 1845.

Entregou as redeas da administração catharinense, cercado do maior respeito e veneração dos *barrigas verdes*, aos 26 de Dezembro de 1848, ao 3° Vice-Presidente Dr. Severo Amorim do Valle.

Durante sua longa permanencia em Santa Catharina, foi pelos seus relevantes serviços galardoado, por Decreto de 2 de Agosto de 1840, com a nomeação de Veador de S. M. a Imperatriz; com a promoção, em 18 de Julho de 1841, a Marechal de Campo graduado, recebendo na mesma data o Titulo de Conselho, e depois a effectividade do posto, em 7 de Setembro de 1842; por Decreto Imperial de 3 de Novembro de 1843 a gran-cruz da Ordem de Aviz e, finalmente, em Março de 1845, a dignataria da Ordem da Rosa. Recolheu-se á Côrte, em principio de 1849.

No anno seguinte, a 2 de Setembro, foi nomeado Commandante das Armas da Côrte e cinco dias após, foi distinguido com a nomeação para membro de uma Commissão especial para propôr a distribuição dos Officiaes existentes pelos differentes corpos e armas do Exercito.

A 3 de Março de 1852, alcançava o distinto brasileiro o posto de Tenente-General e, a 13 de Junho do mesmo anno, era escolhido para Conselheiro de Guerra, culminando assim a sua movimentada e brilhante carreira militar. Por esse tempo, recebeu da Officialidade do 1° Batalhão de Infanteria, uma valiosa espada de ouro.

O Imperador, levando em conta os grandes serviços prestados á Patria e ao Soberano pelo Tenente-General Antero de Brito, condecorou-o, aos 14 de Março de 1855, com o titulo nobiliarchico de Barão de Tramandahy, com honras de grandeza.

Cercado do carinho dos seus, do respeito e veneração dos seus camadas e das bençõe da Patria agradecida falleceu, de uma lesão interna da bexiga, o Tenente-General Antero, ás 12 horas e 5 minutos, de 5 para 6 de Fevereiro de 1856, contando 48 annos de bons serviços.

Presentindo o seu proximo desenlace, dizia o austero militar: — "O serviço do Exercito não pode parar. As interinidades são logares de emprestimo que pesam em favor de outro. Nunca gostei d'ellas. Quero a minha demissão do Commando das Armas. Communiquem ao Imperador...

"Com esses escrupulos de honra — retrucou o Imperador, ao ser informado dos desejos do illustre militar — cumpre o General Antero um dever que lhe é habitual. Resta curprir o meu: não quero". E assim, o impoluto servidor manteve-se na effectividade do seu cargo, até a morte.

O Jornal do Commercio" de 7 de do referido mez, assim noticiou o seu trespasse: — "O Sr. tenente-general e conselheiro de guerra barão de Tramandahy, commandante das armas da côrte, falleceu na noite de terça para quarta-feira na sua casa do largo da Ajuda. S. Exa. foi sepultado hontem a tarde no cemiterio de S. João Baptista com todas as honras devidas ao seu elevado posto".

Um escriptor da epocha, segundo Pretextato Maciel, traçou-lhe o seguinte necrologio: — Rigido na disciplina militar, cumpridor austero de seus deveres, e exigindo de seus companheiros d'armas a mesma exactidão, o Sr. Tenente-general Barão de Tramandahy, era no entanto geralmente estimado pelo Exercito, porque alliava á severidade de chefe a dedicação de pae. Suas opiniões liberaes, em quadras difficies e arriscadas, deram-lhe uma posição politica no paiz até certo tempo. A essa circumstancia foi devida a sua entrada em um gabinete da Regencia, na epocha da Menoridade, e a sua nomeação depois para a presidencia do Rio Grande do Sul. Mas ou por desgosto, ou porque não tivesse propriamente aspiração politica, o Sr. Tenente-general Antero não tomou uma parte activa nas luctas dos partidos. Presidente por muitos annos da provincia de Santa Catharina, mereceu ali sempre a consideração que lhe era devida. Retirando-se para a côrte foi aproveitado pelo governo imperial para o elevado cargo de Commandante das Armas, que exerceu até fallecer. O Exercito perdeu nelle um chefe dedicado, e o paiz um servidor fiel".

Outro escriptor dizia pelo "Correio Mercantil" do Rio de Janeiro, poucos dias depois de seu fallecimento: — "Era o primeiro general da 1ª classe do quadro do exercito, e o mais condecorado.

Pendiam do seu peito a commenda de ordem de S. Bento de Aviz, o habito da Ordem do Cruzeiro e o do officialato da mesma ordem; a commenda da Rosa; as dignitarias do Cruzeiro, da Rosa e a grã-cruz da ordem de Aviz.

Pendiam mais as medalhas concedidas aos que fizeram as campanhas de 1811 e 1820, aos que serviram no exercito que expelliu as tropas luzitanias da Bahia; aos serviram no exercito contra os sublevados de Pernambuco em 1824, e aos mais bravos do mesmo exercito.

Nada menos de sete condecorações e quatro medalhas honravam essa farda que cobria um coração dedicado, nobre e valente.

Pode dizer-se que cada uma dellas marcava o logar onde uma bala procurou por vezes o fio da vida, só e sempre resguardada pelo azar da guerra.

Subiu dez postos no exercito, tres nos empregos do Paço Imperial e dous nos do Conselho supremo militar.

Exerceu por duas vezes o cargo de presidente de provincia, e uma o de ministro da corôa.

Cingiu ás duas espadas de honra; a que lhe offertou o commercio de Pernambuco, e a que, em signal de respeito e gratidão, lhe foi doada pela oficialidade do 1.º Batalhão de infantaria sob o commando do coronel Martinho Baptista Ferreira Tamarindo.

Gosou do titulo de conselho e foi ultimamente titular com grandeza.

Tantos titulos, premios de outros tantos foram a conquista de 48 annos de sacrificios no serviço militar e de administração.

A morte colheu-o com 69 annos de idade no desempenho ainda de suas tarefas, pesadas já para sua saude arruinada no serviço da Patria.

Sua vida foi um tecido de façanhas nos campos do pleito.

Montevidéo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, são theatros de sua pericia, actividade e valor militares.

A rapidez e opportunidade de seus expedientes no campo da acção erão proverbiaes no exercito, e o recommendaram a seus superiores desde os postos subalternos.

Exercitado na pratica, ao mesmo tempo espirito de união e de detalhe, era proprio para todo o genero de desempenhos no serviço militar.

Homem de guerra, era a alma e o pharol de todas as commissões."

Do seu consorcio, realizado no Recife, em 17 de Setembro de 1826, com sua prima D. Candida Ferreira de Brito, que foi Baroneza de Tramandahy, natural da Bahia e fallecida em Buenos Aires (Republica Argentina) em 25 de Setembro de 1875, teve os seguintes filhos:

1. *D. Maria José* (1827-1881), que casou no Rio de Janeiro em 1853, com Benito Carrasco, advogado, natural de Buenos Aires, onde ambos falleceram. Com descendencia.

2. *D. Maria Joaquina* (1828-1906), que casou no Rio de Janeiro, em 1854, com seu primo João José de Andrade Pinto (1823-1896). Moço fidalgo com exercicio na Casa Imperial; 4.º e ultimo Administrador do Morgado da Quinta do Inferno, em Lisboa; Bacharel em Sciencias Sociaes e Juridicas, tendo seguido a carreira de Magistratura, attingiu os elevados cargos de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal; foi Vice-Presidente da Provincia de Santa Catharina, tendo assumido a Presidencia da mesma, e Chefe de Policia de S. Paulo; filho de João José de Andrade Pinto, fidalgo da Casa Real, Guarda Roupa e Mantieiro de D. João VI e de D. Pedro I, Gentilhomem da Imperial Camara dos dous Imperadores do Brasil; Commandante da Imperial Guarda de Honra, e de sua mulher D. Maria José de Paiva e Andrade. Dama das Imperatrizes D. Leopoldina, D. Amelia e D. Thereza Christina. Com descendencia.

3. *Domingos de Lima Ferreira Brito* (1829-1908), Moço Fidalgo com exercicio na Casa Imperial, Doutor em Medicina, que casou em 1864, no Rio de Janeiro, com sua prima D. Maria Leopoldina de Andrade Pinto (1832-1908), filha do Gentilhomem João José do Andrade

Pinto e de sua mulher D. Maria José de Paiva e Andrade (acima referidos). Com descendencia. Tendo fallecido em Junho de 1930 e sem prole, seu filho João José Ferreira de Brito, Official do Exercito da Arma de Artilharia, Bacharel em Mathematicas e Sciencias Physicas e Engenheiro Militar, com elle extinguiu-se a varonia da familia Ferreira de Brito, no Brasil.

4. *D. Maria Bernardina* (1830-1902), fallecida solteira.

Do Barão Tramandahy, existe, apenas, um precioso daguerreotypo, hoje em poder de um dos seus parentes, do qual foram reproduzidos os retratos que delle se conhecem.

O Brazão d'Armas do Barão de Tramandahy era o seguinte: Escudo esquartelado — no primeiro quartel as armas dos *Ferreiras*, em campo vermelho, quatro faixas de ouro; no segundo, as dos *Britos*, cortado: o primeiro, em campo vermelho, um torreão de ouro, ladeado de seis besantes de prata, em pala, tres á direita e tres á esquerda; o segundo de azul, aguado de prata; no terceiro, as dos *Limas*, esquartelado, o primeiro e o quarto, em campo de prata, um leão de purpura, armado de azul; o segundo e o terceiro, em campo de prata, tres faixas xadrezadas de ouro e vermelho; o esquartelado, flanqueado em pala, á direita, em campo de ouro, quatro palas vermelhas; no quarto, as dos *Veigas*, em campo vermelho, uma aguia de ouro estendida, armada de prata. Coroa de Conde, por ser Grande do Imperio. Timbre, o dos *Ferreiras*, uma ema de sua cor, com uma ferradura de ouro no bico.

XXVII, XLVI e XLVIII

Marechal

JOÃO PAULO DOS SANTOS BARRETO

(M. Naval)

XXVII, XLVI e XLVIII

Tenente-General

JOÃO PAULO DOS SANTOS BARRETO

Dentre o selecto grupo de officiaes do Exercito, que, no antigo regime, foram, nas frequentes organizações ministeriaes, embora interinamente, detentores da pasta da Marinha, destaca-se pelos seus talentos naturaes, conhecimentos technicos e profissionaes e actuação pronunciada no scenario politico do paiz o Tenente-General João Paulo dos Santos Barreto.

Nasceu o illustre militar nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro aos 30 (a 28 diz Macedo, S. Blake e "Jornal do Commercio") de Abril de 1788.

Seu progenitor, João Paulo dos Santos, um desses estrenuos e infatigaveis lutadores, alcançara reunir discretos bens de fortuna que lhe deram margem a proporcionar ao filho além de esmerada educação uma instrucção variada e solida, a que a afincada applicação e as brilhantes qualidades intellectuaes do joven carioca souberam dar redobrado lustre.

Após as primeiras lettras, passou a estudar grammatica latina com o substituto da cadeira, João Baptista Soares de Meirelles, que lhe passou um atestado de frequencia, applicação e bom comportamento, achando-se em fins de 1803, "com capacidade de passar a estudos maiores" — dizia o mestre.

Em 1805 foi Santos Barreto, por espaço de um anno, um dos discipulos e explicandos de Logica, Metaphysica e Ethica do presbytero Luiz Gonçalves dos Santos, professor substituto da cadeira de Philosophia Racional e Moral. No estudo dessas disciplinas demonstrou sempre grande applicação e proveito, "dando provas dos seus talentos, amor pelos estudos e cumprindo sempre os seus deveres com toda a exactidão".

Além das materias mencionadas, estudou Santos Barreto as linguas franceza, italiana e ingleza, preparando-se assim para seguir para a Europa, como era o seu maximo empenho, afim de cursar a afamada Universidade de Coimbra. Todo o seu pendor era, então, para a carreira da magistratura juridica.

Entretanto, em razão das fundas e continuadas desordens politicas e sociaes em que se engolfara a Europa naquella época, viu-se constrangido o joven brasileiro a prolongar *sine die* a sua ida ao Velho Mundo. Difficultando-se-lhe assim os meios de preencher sua carreira literaria, e vendo que em nenhuma outra poderia mais honrosamente servir a sua Patria, resolveu seguir a das armas" — escreve Pretextato Maciel.

Assim é que assentou, voluntariamente, praça e jurou bandeira na 3ª Companhia do antigo Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro, aos 21 de Dezembro de 1807. Contava, nessa occasião, o nosso biographado a idade de 19 annos.

Era nesse tempo Vice-Rei e Capitão-General do Rio de Janeiro o Conde dos Arcos, que levava muito a peito a organização militar da da capital do Brasil.

Santos Barreto, dois dias depois de verificar praça, graças ás habilitações demonstradas, foi promovido a 1º Sargento.

Applicou-se então com decidido afinco aos estudos mathematicos, fazendo o curso de Mr. Bellidor, que era o adoptado no Regimento, merecendo pela "sua assiduidade e applicação" ser promovido ao posto de 2º Tenente, por Decreto de 12 de Dezembro de 1808, e classificado na 5ª Companhia do referido Corpo.

Frequentou tambem, já como official, as aulas do professor régio de Rhetorica e Poetica, Bacharel Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, "com grande adiantamento e cumprindo as obrigações de que foi encarregado".

Vagando o posto de 1º Tenente da 3ª Companhia do Corpo em que servia, "foi elle proposto e approvado, em 13 de Maio de 1811, em consequencia da opposição que fez em concurso aos demais segundos tenentes".

Com o estabelecimento do throno portuguez em nossas plagas, foi para o Rio de Janeiro transplantada a Academia Militar pela Carta de de 4 de Dezembro de 1810. Graças aos seus estudos anteriores e os attestados que apresentou, Santos Barreto "se fez digno de ser recebido na Aula Militar".

Fez os cursos de mathematica, fortificação e engenharia, galgando dois annos sempre com grande "capacidade, applicação e aproveitamento", merecendo além das aprovaçpões plenas cinco dos partidos (premios instituidos pelo rei) destinados aos academicos mais distinctos. Em 1813 recebeu o 2º partido (72$000) e em 1814 o primeiro (96$000).

Apesar da distincção com que fazia o curso, fôra preterido por duas vezes. Requereu então passagem para o Corpo de Engenheiros, pois, como dizia, estava no 5º anno com aprovações plenas e, de accôrdo com o Titulo IV do Regulamento da Academia o alumno nessas condições seria promovido na arma a que maior inclinação votasse. O seu capitão de companhia informava "que os seus successos foram devidos á sua applicação e á sua regular conducta ornada de uma constante subordinação". Seu commandante attestava que taes predicados "o fazem digno dessa contemplação". Completava a informação o Governador das

Armas da Côrte com estas palavras: "pela sua grande applicação e seu raro talento... e estar nos casos de ser, logo que acabe o seu curso militar, promovido a lente substituto da mesma Academia, os fazem merecedor e digno".

O governo, no emtanto, mostrou-se indifferente ao justo pedido do intelligente e applicado official brasileiro.

Completado o curso de engenharia militar, passou Santos Barreto, no mesmo posto, para a Companhia de Mineiros por Decreto de 17 de Dezembro de 1815.

Em 1817 rebentou em Pernambuco um movimento revolucionario e com caracter republicano. O brilhante official foi designado para fazer parte da expedição contra os insurgentes, mandada sob o commando em chefe do Brigadeiro Luiz do Rego.

Embarcou Santos Barreto aos 18 de Abril de 1817 e, depois de varios serviços praticados na curta e victoriosa campanha, regressou ao Rio de Janeiro em 1º de Fevereiro do anno seguinte.

O Conde da Barca, então Ministro da Guerra, assignava no dia 6 do referido mez a graduação de Santos Barreto ao posto de Capitão e nomeava-o para Lente Substituto da Academia Militar com a gratificação annual de 200$000.

A 31 de Março do mesmo anno alcançava a effectividade do posto. No anno seguinte (1819) acompanhou o Tenente-General Francisco de Borja, Garção Stockler no reconhecimento militar praticado na provincia do Rio de Janeiro, afim de projectar-se varias fortificações necessarias á defesa maritima e central da referida circumscripção.

Baseando-se nos serviços prestados á nação, requereu a promoção a Major, mas teve o desgosto de ver a sua petição indeferida. Só dois annos depois, por Decreto de 22 de Janeiro de 1821, foi promovido a Major.

Fazendo-se mister examinar e reformar os estudos mathematicos e militares da Academia Militar da Ilha Terceira, nos Açores, foi designado, no mesmo mez e anno, Santos Barreto para essa honrosa commissão.

Por Aviso de 5 de Abril do mesmo anno foi-lhe passada Carta-geral do curso da Academia Militar.

Dando cabal desempenho á commissão acima, seguiu daquella ilha em diligencia para Lisboa por ordem do governo, a 10 de Agosto (a 12 diz Pretextato). Penso que essa missão era tambem politica e se prendia ao regresso do rei á Europa.

Por ordem da secretaria da guerra da metropole foi, em Outubro do mesmo anno, em commissão á França afim de estudar a pratica de trabalhos hydraulicos, diques, pontes, calçadas canaes, e canalisações de rios.

Encontrava-se ainda no novo mundo quando lhe chegou a alviçareira noticia do nosso movimento emancipador. Sem mais demora o extremado patriota tratou de embarcar para o Brasil afim de pôr a sua espada e a sua brilhante intelligencia ao serviço da nação e do throno. Em Fevereiro de 1823 aportava elle ao Rio de Janeiro e, por Decreto de 1 de Março, era nomeado Diretor da "Escola de Ensino Mutuo Militar", cujo methodo e programma estabeleceu. Por Decreto de 5 do mesmo mez e anno alcançou a nomeação de Lente Proprietario do 7º anno da Academia Militar. Escreveu por esse tempo uma "Memoria de trigonometria", que lhe valeu elogiosa critica e reputação alta entre seus pares. Em o despacho de 12 de Outubro do mesmo anno, anniversario do Imperador, alcançou a graduação de Tenente-Coronel.

Por outro despacho de 21 de Fevereiro de 1824 foi Santos Barreto nomeado Deputado do Ajudante-general do Exercito.

Em junho, por despacho do dia 11, passou a exercer o cargo de membro do Conselho Militar privado do Imperado, que se reunia no paço da Boa-Vista. Nelle exercia o cargo de Secretario.

Sob as ordens directas do Imperador e em companhia de outros officiaes superiores fez, nesse mesmo anno, o reconhecimento militar da parte sul da provincia do Rio de Janeiro. Por despacho de 24 de Março do mesmo anno mandou-se-lhe abonar a gratificação de residencia.

No anno seguinte (1825), por decreto de 22 de Janeiro, alcançou effectividade no posto de Tenente-Coronel. Por esse tempo contrahiu nupcias com d. Maria Gertrudes Barreto.

Em 1826, por decreto de 6 de Agosto, Santos Barreto foi distinguido com a nomeação de Governador das Armas da provincia do Pará. Antes de partir requereu para passar para o Estado Maior de primeira classe do Exercito no posto de Coronel. Alcançou despacho favoravel a 12 de Outubro do mesmo anno.

Quando se preparava para embarcar para a longinqua provincia septentrional do Imperio, grave enfermidade o reteve no leito cerca de um mez (de 15 de Julho a fins de Agosto).

Chegou a Belem em Dezembro do alludido anno, asumindo o cargo no dia 18.

"Nesta commissão — diz-nos P. Maciel — sobrevieram ao Coronel João Paulo os maiores dissabores pela má vontade que gratuitamente lhe tinha o presidente da provincia, o barão de Bagé (José da Silva Gama), por intrigas politicas proprias da época, convindo notar que o mesmo brigadeiro, que no posto de Capitão de Fragata passou para o Exercito, era nascido em Portugal, e que na capital do Pará existiam odios latentes entre brasileiros natos e adoptivos." Um dos intrigantes,

de que Santos Barreto se queixava, era o capitão Raymundo de Moraes e Seixas, irmão do não menos máu brasileiro d. Romualdo de Seixas, arcebispo da Bahia.

Com as costas quentes, graças ao prestigio do irmão, o referido capitão commetteu longa série de dispauterios, de intrigas e escandalos, arrastando ao pelourinho a reputação de homens dignos do maior apreço e consideração, como o nosso biographado, que teve necessidade de agir com a necessaria energia.

"Taes desavenças, prosegue o referido autor, que cada vez mais se accentuaram, deram logar a que mais tarde chegasse ás mãos do coronel João Paulo a provisão do Conselho Supremo Militar, lavrada em consequencia da resolução do sr. D. Pedro I, de 19 de Fevereiro de 1829, pela qual se mandava fôsse elle admoestado para que não seguisse os instinctos de suas paixões; e depois desta, outras reprimendas que, brioso como era, o levaram a endereçar ao Ministro da Guerra, em 16 de Junho do mesmo anno, uma longa e criteriosa exposição bem fundamentada e baseada em documentos, que assim terminava: — "Muito caro me custa a honra de servir a Patria, quando me seja tolerar tantas affrontas, e aquelle que tiver a constancia e a resignação para tal soffrimento tambem não é digno da confiança do soberano; porque mal defende a causa publica quem não preza a sua honra e a sua bôa reputação. A autoridade que fôr uma vez insultada publicamente sem a immediata satisfacção, não tem outro caminho a seguir senão obter a demissão do seu emprego. E' isto o que dicta a razão, e o que convem á dignidade dos cargos conferidos pelo soberano; e de que tenho a lisongeira e bem fundada esperança de obter da soberana justiça e paternal munificencia de S. M. o Imperador".

Um dos seus illustres biographos, o Dr. Joaquim Manoel de Macedo, referindo-se a esses desagradaveis acontecimentos fructos da inveja a mais pequenina e da falha de educação politica dos nossos homens, commenta: "O sargento de 1807 tinha subido depressa; a muitos espantára tanta fortuna, e o Coronel de 1826 não escapou aos botes da inveja. A escala do merecimento não póde agradar áquelles que, pouco em si confiando, preferem a escala material dos annos, que premeia a quem a tempo vive e não a qeum melhor tenha servido. A mediocridade, que avança, rastejando, se o patronato não lhe empresta azas, é caracol que não tolera os vôos da aguia... João Paulo dos Santos Barreto subira com efeito, depressa; tinha, porém, merecido muito. Era entre os seus contemporaneos um dos primeiros na applicação, no trabalho e na vastidão e brilhantismo da intelligencia".

Em 16 de Junho de 1829 pedia elle demissão do cargo que exercia no Pará. "Se eu Exmo. Sr. — officiava elle ao Ministro da Guerra — tivesse afrouxado um só ponto nestes meus solidos principios, eu já teria succumbido ao peso das mesmas desgraças em que a achei abysmada, e de que a tenho indubitavelmente salvado".

Regressou do Pará aos 8 de Março de 1831, tendo feito entrega do cargo ao General Francisco José de Souza Soares de Andréa aos 27 de Novembro do anno anterior.

Santos Barreto, por decreto de 27 de Julho de 1829, havia recebido o habito de S. Bento de Aviz.

"Em 1831 — escreve Macedo — o Exercito recebera o germe da indisciplina no campo da revolução, de elemento de ordem tornára-se um perigo para a sociedade".

"Como sabemos, completa P. Maciel, depois do golpe d'estado de 7 de Abril de 1831, diversos Corpos do Exercito insuflados pelos adversarios do governo da Regencia, taes actos de indisciplina commetteram que necessario foi a dissolução de alguns delles, recebendo as instituições do paiz o patriotico apoio dos brasileiros ordeiros, que se fizeram soldados notando-se entre elles os que compunham o chamado "Batalhão Sagrado" ou de "Officiaes Soldados". A' frente dessa unidade de escol foi collocado com o concenso geral o Coronel Santos Barreto.

Não demoraria muito que sua dedicação á ordem legal e á tranquillidade publica seria posta á dura prova.

Preso na ilha das Cobras encontrava-se um dos proceres da independencia e desabusado revolucionario, o Dr. Cypriano José Barata de Almeida, que a Regencia não soubera ou não quizera amnistiar. "Ardente e exaltado em suas opiniões politicas, redactor do periodico "Sentinella", ateou esse cidadão mais de uma vez o fogo das paixões, e a vehemencia dos odios nas lutas dos partidos." Barata, segundo se diz, insinuára-se no animo de varios officiaes do Corpo de Artilharia de Marinha e em seguida no das praças, conseguindo preparal-os para um movimento subversivo.

O caso é que, apesar de se propalar certos rumores de rebellião entre praças do referido corpo, o Ministra da Marinha, só demasiadamente tarde começou o tomar providencias para fazer abortar a tentativa. Fôra preso o Segundo Tenente Camillo J. Ribeiro e recolhido a bordo de um vaso de guerra; mas, dando parte de doente, baixou ao Hospital de Marinha, voltando assim a ter facil contacto com seus amigos e camaradas na ilha das Cobras. O Capitão do mesmo corpo, José Custodio Rodrigues da Silva, um dos conjurados, fôra nomeado para outra commissão fóra da côrte e muitos soldados foram distribuidos pelos navios.

Eis senão quando, na noite de 6 de Outubro de 1831, levantou-se o referido Corpo de Artilharia de Marinha. Foram soltos os presos e grupos de soldados embarcados em escaleres, canôas, etc., tentaram praticar um desembarque na cidade. O governo procurou tomar todas as providencias ao seu alcance. "Ao amanhecer — diz Garcez Palha — mandou a Regencia guarnecer o morro de São Bento com seis peças de artilharia tendo reunido 600 guardas municipaes e o Batalhão de Offi-

ciaes soldados, sob o mando do Marechal José Maria Pinto Peixoto, enviou, por tres vezes emissarios aos revoltosos, intimando-lhes a rendição e que depostas as armas esperassem embarcados ou indulgencia ou castigo, conforme a decisão dos poderes competentes".

Diz a parte official do referido Marechal: "Ordenei então ao Coronel João Paulo dos Santos Barreto que organizasse as columnas que deviam dar assalto á fortaleza, e com effeito foram dispostas do modo seguinte: a 1 columna compunha-se de meio batalhão de officiaes e 186 guardas municipaes; a 2.ª de outro meio batalhão e 180 guardas; a 3.ª de 200 guardas e uma reserva de 150 praças". A primeira columna era commandada pelo Coronel Santos Barreto, a segunda pelo Major Luiz Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias) e a terceira pelo civil Manoel Antonio Ayrosa.

"Postadas estas columnas junto ao portão do Arsenal, ordenou-se ás 5 1|2 horas da tarde, que a bateria assestada no adro do Mosteiro de S. Bento despejasse fogo contra os sublevados, e tambem os navios de guerra dispostos convenientemente e commandados pelo Chefe de Divisão João Taylor".

"Ao som dos primeiros tiros dos canhões embarcou em lanchas a primeira columna, e abicou á ilha sem a menor resistencia; postada na ponte do desembarque que deitára a guarda dos sediciosos uma descarga sobre as lanchas, mas respondendo-se ao fogo, fugiram apressadamente.

"Na frente da columna estendeu o Coronel João Paulo uma linha de atiradores, mandou os officiaes soldados protegerem a rectaguarda, e, com velocidade e intrepidez, ganharam elle e os seus a esplanada da fortaleza pela frente do porto.

"Os sublevados, no emtanto, apezar da posição vantajosa que occupavam não sabiam della tirar todo o partido, acabando por afastarem-se dos parapeitos que defendiam. A segunda columna legal, contornando a ilha, procurava atacar a fortaleza pelo nordeste.

Nesse tempo o Coronel Barreto intimava a varios rebelados que se rendessem. Approximaram-se então "do portão da fortaleza o Coronel Barreto e varios officiaes, e tentaram arrombal-o a couce d'armas, mas, por impossivel tal operações, resolveu-se trazer do Arsenal um obuz para romper e despedaçar o portão da praça..." O Tenente-Coronel Jacinto Pinto de Araujo Corrêa alcançou escalar as muralhas e chegar ao parapeito; o Coronel Santos Barreto, servindo-se de uma escada de mão secundou a façanha do seu bravo companheiro. Dentro em pouco outros officiaes e o proprio Marechal Pinto Peixoto alcançavam o parapeito da fortaleza e intimavam os revoltosos a rendição...

Mais um esforço e estava a praça tomada e aprisionados os rebeldes. Guarnecendo-a ficou o Batalhão de Officiaes soldados sob as ordens do nosso biographado encarregado de rondar a fortaleza e capturar os rebeldes que se haviam occultado nas casas e matos das suas redondezas.

De 8 de Outubro de 1831 até 20 de Fevereiro do anno seguinte o Coronel Santos Barreto esteve, interinamente, á testa do Arsenal da Côrte. Passou para a primeira classe dos Officiaes avulsos por occasião da organização da mesma em virtude do decreto de 31 de Janeiro e Ordem do dia do Quartel-General da Côrte de 6 de Fevereiro de 1832.

Por decreto de 22 do referido mez e anno foi nomeado Inspector effectivo do referido Arsenal, cargo que occupou até Abril de 1832, vencendo, apenas, o ordenado (400$000) de lente da Academia, quando o de Inspector era de 1.600$000. Pediu exoneração de tal cargo por achar que não eram compativeis exercidos conjuntamente por interferirem as horas de expediente "e não podendo o supplicante sem mingua de sua propria dignidade perceber dois vencimentos que não póde exercer".

"Lavrado o decreto de sua demissão — diz P. Maciel — foi louvado o zelo e bom desempenho de todos os seus deveres, que mostrou, durante o tempo que teve no referido emprego de Director do Arsenal de guerra".

Passou então a reger a cadeira do 2.º anno da Academia Militar, que correspondia ás disciplinas de pontes e calçadas. De accôrdo com a proposta do brigadeiro Cunha Mattos, director da referida Academia e "por concorrerem nelle a maior graduação militar, vastidão de conhecimentos, serviços relevantes e patriotismo acrysolado", foi, por decreto de 13 de Janeiro de 1834, nomeado ajudante do commandante da Academia.

Por decreto de 18 de Abril do mesmo anno havia sido nomeado Commandante interino da Guarda Nacional do municipio da Côrte no impedimento do Marechal Pinto Peixoto.

Ao organizar-se o 5.º gabinete ministerial da Regencia foi, por decreto de 16 de Janeiro de 1835, o Coronel Santos Barreto nomeado Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra e, interinamente, da Marinha. Tomou posse desta pasta aos 30 do referido mez.
Esteve durante quarenta e dois dias superintendendo os negocios da Marinha, pois foi substituido aos 14 de Março do alludido anno.

Um unico acto, subscripto por elle, enfeixa a nossa legislação, assignalando a sua passagem pelo departamento naval. E' o aviso de 26 de Fevereiro de 1835 ordenando o emprego de maior vigilancia possivel na verificação do numero de operarios que diariamente fossem apontados nas officinas do Arsenal de Marinha.

Mesmo na pasta da guerra poucos foram os actos por elle assignados no curto periodo de sua administração.

Foi na vigencia de sua gestão que chegou ao governo a noticia de haver rebentado em Pernambuco um movimento subversivo. Um grupo de facciosos, emcabeçados por Francisco Carneiro Machado Rios, a 21 de Janeiro, tentara depor o Presidente da Provincia.

Este, cercou-se logo das forças do Exercito e pedio reforços aos vasos de guerra estacionados no porto do Recife. De bordo do briguebarca "S. Christovão" (depois "Sete de Setembro"), do commando do Capitão-Tenente Agnello Petra de Bittencourt, e da escuna "Victoria"

desembarcaram contingentes de marujos. Reunindo-se ás tropas do Exercito marcharam contra os amotinados, obrigando-os a abandonar o bairro de Santo Antonio. Os sublevados entrincheiraram-se, porém, no bairro da Bôa-Vista, onde, no dia seguinte, as forças legaes, reorganizadas durante a noite, os atacaram bravamente, fazendo-os abandonar as posições. A derrota foi completa. Mas uma vez a Marinha de Guerra com a sua força e o seu incontestavel prestigio concorria para a manutenção da ordem legal e do respeito ás autoridades.

Os reaes serviços do nosso biographado tiveram como premio mais um accesso na hierarchia militar, pois, por decreto de 12 de Setembro de 1837, vinham-lhe ornar os punhos os bordados de Brigadeiro. Tinha, então, de magisterio mais de vinte annos. Era lente da cadeira de pontos e calçadas do primeiro anno da Academia Militar. Nessas condições, a 23 de Janeiro de 1839, requereu aposentadoria, que lhe foi concedida por decreto de 6 de Julho do mesmo anno.

Foi designado então para commandar, interinamente, a fortaleza de SantaCruz aos 2 de Fevereiro de 1840, e, por decreto de 15 de Junho do mesmo anno, passou a commandante effectivo da alludida praça de guerra.

Esforçava-se o Governo por abafar a grande fogueira revolucionaria que envolvendo toda a Provincia do Rio Grande do Sul havia invadido já as raias catharinenses. Fazia-se mister entregar as operações de guerra a um habil militar, que alliasse tambem grande tino politico. Foi lembrada para essa difficil missão a figura energica e sympathica do nosso biographado.

Por decreto de 9 de Novembro de 1840 era, então, nomeado o Brigadeiro Santos Barreto Commandante em chefe do Exercito do Sul em operações de guerra contra as hostes da Republica de Piratiny. "para onde seguiu com recommendações especiaes, sendo tambem portador da Carta Imperial de 7 de Novembro, que nomeou Presidente da mesma Provincia o doutor em medicina Francisco Alvares Machado, então Deputado Provincial por S. Paulo.

Emquanto o Brigadeiro Barreto se inteirava da verdadeira situação do Exercito em campanha, tomava uma série de medidas para dar-lhe o maximo de mobilidade e efficiencia, o Presidente da Provincia "procurava entabolar negociações de paz com os principaes caudilhos da revolução..."

"Convencido o presidente de que os rebeldes não procediam com sinceridade quanto á terminação da luta, como era de seu desejo, cortou as relações encetadas com o chefe Bento Gonçalves, combinando em seguida com o Brigadeiro João Paulo sobre os meios de continuar a guerra, de modo que, escrevendo para o governo da Côrte em 9 de Dezembro, disse: "o General em chefe do Exercito já tem hoje em movimento as forças imperiaes para fazer com que cedam ás bayonetas, os que não quizeram ceder á razão e á summa bondade de V. M. I."

O Brigadeiro João Paulo estabeleceu o seu quartel general na villa do Rio Pardo. Seu plano era confiar os insurgentes na capella do Viamão e alli esmagal-os com os 8.000 homens que alcançara reunir. Para isso fez guarnecer convenientemente a cidade do Rio Grande e a villa de S. José do Norte; do policiamento e defesa das lagôas dos Patos e Merim e do rio Guahyba estava encarregada a força naval do Imperio, que alcançara varrer daquellas aguas todos os elementos maritimos que os revolucionarios haviam tentado reunir; os passos dos rios Jacuhy e Taquary estavam perfeitamente defendidos e vigiados, bem como a linha que se extendia entre Porto Alegre e Rio Pardo e entre Porto Alegre e Taquary.

Diante dessas medidas e da posse de todas as communicações maritimas e terrestres por parte dos legalistas, sentiram os republicanos que a sua situação era por demais critica, pois estavam na imminencia de ficarem encurralados.

"Em tão difficil emergencia — diz Pretextato — não desanimaram os chefes riograndenses e, achando-se David Canabarro com a sua columna, em busca da serra da Vaccaria, conservando-se Bento Gonçalves no Viamão, cobrindo este movimento, acontece que, a 23 de Novembro uma força legal approxima-se do Viamão e reconhece assim o estratagema posto em pratica pelos ditos chefes."

Bento Gonçalves sahiu em principio de Dezembro com o resto do seu exercito a caminho de Torres e, depois de vinte dias, vencendo toda sorte de tropeços, privações e fadigas, consegue incorporar-se ás forças de Canabarro, transpõe o Passo Fundo, "vencendo assim o principal obstaculo que se lhe podia oppôr para assenhorear-se da campanha, ficando portanto mallogrado o plano principal do Chefe dos legalistas".

Em Março de 1841 o general Bento Gonçalves, já senhor da campanha, reassumia a presidencia da Republica de Piratiny. Emquanto isso o Brigadeiro João dos Santos Barreto, livre a capital da provincia do apertado assedio a que estivera sujeita, congionava no Rio Pardo todas as forças disponiveis, cerca de 5.200 homens, e com ellas investiu a campanha á cata das tropas insurgentes, "convencido de leval-as de vencida, com que de antemão se vangloriava". Diante do seu exercito, que ia sendo reforçado pelo caminho, as forças rebeldes "como sombras errantes" se esvaneciam á sua aproximação, e, assim, desapontado, chegou até as nossas linhas fronteiriças sem ter encontrado nenhum exercito a combater.

* * *

"Emquanto pela campanha do Rio Grande, desenvolvendo admiravel actividade, — continúa o seu biographo — procurava o brigadeiro João Paulo enfrentar-se com o exercito inimigo no campo da honra, eram os seus planos de guerra motivo de dissenções no seio do Governo im-

perial, opinando um dos ministros ser necessaria a sua demissão, por lhe parecer que estava sacrificando a causa da integridade nacional, opinião esta repellida pelos demais membros do gabinete, o que deu logar a ser elle dissolvido, retirando-se tambem do poder o partido dominante, assumindo-o os do chamado — conservador".

Por Decreto de 24 de Março de 1841 foi o brigadeiro João Paulo exonerado do cargo de commandante em chefe do Exercito do Sul, sendo-lhe dado por substituto o General Conde do Rio Pardo (portuguez) nomeado pelo novo ministro da guerra, outro portuguez, José Clemente Pereira.

Em Agosto do mesmo anno entregava o nosso biographado o commando do exercito e regressava á Côrte.

Da sua acção no Rio Grande diz um dos seus biographos: "O distincto general mostrou-se digno da alta confiança que merecera, deixou as cidades e pontos fortificados e avançou pelos campos no encalço das columnas rebeldes, tomou-lhes artilharia, materiaes de guerra e cavalhadas, rechaçou-os até as fronteiras e, se não foi o pacificador, foi o grande preparador da pacificação da heroica provincia do sul".

Ainda sobre o mesmo assumpto assim se manifesta o autor das "Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias": "Elle foi o primeiro general, depois de Bento Manuel Ribeiro, que se atreveu a marchar pelo terreno occupado pelas forças rebeldes. "Convêm dizer mais que a sua campanha, se não foi fertil em grandes resultados, pelo menos concorreu para o desanimo dos dissidentes, que até então se persuadiam e propalavam, que as nossas forças nunca se atreviam a mostrar-se no litoral por elles occupado; porque, se tal tentassem, seriam destruidas de um só golpe".

Apresentou-se a 10 de Outubro de 41. Pelo Decreto de 13 de Julho do mesmo anno tinha alcançado a mercê do titulo de Conselho. Tendo-se dado um vaga de vogal do Conselho Supremo Militar, o brigadeiro João Paulo requereu o referido logar, baseando-se em se achar havia tres annos sem emprego e ter que "educar seus numerosos filhos". Por Decreto de 10 de Maio de 1844 obteve a graça que pedia; e, dias depois, era escolhido para exercer a Presidencia e o Commando das Armas da provincia de Minaes Geraes. A 10 de Julho do mesmo assumia seus novos cargos. São accordes seus biographos em dizer que no governo das "alterosas" mostrou-se "justo, brando e illustrado".

Foi por duas vezes deputado provincial pela provincia do Rio de Janeiro, e, em 1845, seu nome foi suffragado nas eleições que se procederam na mesma provincia para seu representante na Asembléa geral e legislativa do Imperio. Assim continuou até 1847. Mostrou-se orador fluente, muito erudito e de apreciavel eloquencia.

Pelo Decreto de 25 de Março de 1845 foi graduado no posto de Marechal de Campo.

Em a organização ministerial (6º gabinete do 2º Imperio) de 5 de Maio de 1846 foi o nosso biographado escolhido para reger a pasta da Guerra. Prestou revelantes serviços na organização do Exercito. No anno seguinte esteve por duas vezes, interinamente, á testa da pasta da Marinha, de 20 de Março a 20 de Abril, e de 17 a 22 de Maio (1847). De sua passagem pela administração naval colhemos, apenas, tres actos: estabelecendo a maneira de organizar nas provincias a escripturação sobre o córte de madeiras; a concessão do privilegio da navegação do rio Mucury a Theophilo e Honorio Benedicto Ottoni; e mais um outro sobre arsenaes.

A 7 de Novembro de 1847 foi-lhe concedida a carta de doutor em mathematicas e sciencias naturaes.

Exonerado do cargo de Ministro da Guerra e, interinamente, da Marinha por Decreto de 22 de Maio de 1847, voltou a 31 de Maio do anno seguinte a sobraçar a pasta da Guerra, até 29 de Setembro do mesmo anno. No dia 11 de Outubro o Imperador assignava o Decreto promovendo-o á effectividade do posto de Marechal de Campo. Por Aviso de 17 de Agosto de 1849 foi encarregado, em commissão, de examinar a Fabrica de Polvora da Estrella, e, por outro de 1º de Outubro do mesmo anno, foi escolhido para presidir a commissão da pratica da arma de artilharia.

Em Janeiro de 1850 foi nomeado presidente da Commissão de melhoramentos do material do Exercito. Por Decreto de 2 de Dezembro do mesmo anno recebeu a Gran Cruz de Aviz. No anno seguinte, por Aviso de 28 de Janeiro, mandou-se-lhe agradecer a parte que teve na organização do Exercito. A 12 de Abril foi assignado o decreto que o nomeava membro da Commissão de Promoções; e, por Aviso de 25 de Agosto desse mesmo anno de 1851, para fazer parte da commissão encarregada da revisão da legislação do Conselho Supremo Militar. Por Aviso de 22 de Março de 1852 foi nomeado membro da Commissão de revisão das Instruções para uso dos corpos de artilharia a cavallo.

"Era incontestavelmente uma das nossas illustrações, e summidade no Exercito por sua profundeza nas materias profissionaes e rico de conhecimentos variados" — escreve Macedo; era, nessas condições, quem "entre seus pares destacava-se pela applicação, trabalho, vastidão e brilhantismo da intelligencia" não podia deixar de ser aproveitado pelo governo nas mais variadas commissões não só technicas como politicas.

Galardoando os seus meritos, o governo, por Decreto de 1 de Maio de 1852, deu-lhe a graduação de Tenente-General; e, por Aviso de 21 de Agosto do mesmo anno, nomeou-o presidente da Commissão de Exame dos Arsenaes.

Por Aviso de 4 de Fevereiro de 1853 obteve uma licença de favor com todos os vencimentos que lhe foi depois prorogada, para ir a S. Paulo matricular um filho na Academia de Direito.

Por Decreto de 13 de Junho de 1853, culminava o nosso biographado em sua carreira militar, com a effectividade que alcançava ao posto de Tenente-General do Exercito.

Havia sido nomeado Conselheiro de Guerra por Decreto de 3 de Julho do anno anterior; por Decreto de 24 de Outubro de 1855 obteve as honras de Conselheiro d'Estado.

Além de outros titulos era o nosso illustre biographado fidalgo cavalleiro da Casa Imperial, veador da Imperatriz, Official do Cruzeiro, etc. Distincto litterato e poeta, além de muitas poesias ineditas ou publicadas em revistas, e artigos em prosa sobre variados assumptos, deixou-nos um "Elogio a D. Pedro I em seu regresso da Bahia, em 1826", em versos soltos, e uma traducção da tragedia *Bajazet* de Racine, e, ainda, um "Parecer" da commissão sobre Arsenaes de Marinha. Além de socio de varias sociedades scientificas e litterarias era o Tenente-General João Paulo dos Santos Barreto figura proeminente do nosso Instituto Historico e Geographico.

Falleceu o illustre brasileiro, nesta capital, a 1° de Novembro de 1864, ás 11 e meia horas da manhã, sendo sepultado em o cemiterio de S. João Baptista.

O "Jornal do Commercio", n. 305, de 2 e 3 de Novembro, termina assim o pequeno necrologio do nosso biographado: — "Tendo por tantos annos e com tanta dedicação prestado ao seu paiz o contingente de suas luzes e do seu patriotismo, o Marechal Santos Barreto morreu pobre, legando á sua familia apenas o seu nome honroso".

Julgo que o Tenente-General Santos Barreto foi casado segunda vez, pois em o annuncio da missa vejo figurar como sua esposa D. Anna Luiza de Mello Barreto. Deixou dois filhos, o Dr. João Paulo dos Santos Barreto e o 1° Tenente Antonio Paulo de Mello Barreto, e uma filha casada com Manoel Gomes Pereira. Eram seus cunhados, Diocleciano Bruce e o Capitão-Tenente Manoel Benicio Furtado de Mendonça.

XXVIII

Desembargador

JOAQUIM VIEIRA DA SILVA E SOUZA

(M. Naval)

XXVIII

Conselheiro

JOAQUIM VIEIRA DA SILVA E SOUZA

Na Marinha, quando se rompe um cabo, uma amarreta e mesmo uma amarra, lançamos logo mão, para reparal-os momentaneamente e não termos que suspender a faina em que estamos empenhados, de dispositivo especial chamado *unhão*, para os cabos, e *manilha* e *elo patente* para as amarras.

Assim, na administração publica, para que não soffra o serviço e não haja solução de continuidade na cadêia burocratica quando falha ou se ausenta um serventuario, lança-se mão bastas vezes de um elemento de emergencia, até, em varios casos, extranho ao mistér.

Quem se der ao fatigante trabalho de acompanhar o estudo, falho, perfunctorio e canhestro, que venho desenvolvendo sobre os nossos Ministros da Marinha, terá notado, muito naturalmente, que varios dos personagens biographados não passaram na serie natural dos titulares da pasta naval, de simples élos de ligação, analogos aos acima descriptos.

O Conselheiro Joaquim Vieira da Silva e Souza foi, afinal de contas, na alta administração naval, um desses élos de emergencia, pois só esteve a sobraçar a pasta da Marinha durante tres dias, de 14 a 17 de Março de 1835. Nenhum acto conhecemos de sua administração interina e fugaz.

Era elle natural da provincia do Maranhão, em cuja capital nasceu, e foi baptisado na freguezia do Rosario, ao 12 de Janeiro de 1800. Faram seus progenitores o Coronel de milicias Luiz Antonio Vieira e D. Maria Clara Gomes de Souza.

Aos dezeseis annos de idade, desfructando de esmerada educação e imbuido dos "mais santos preceitos de moral e religião", partiu o joven maranhense para a velha metropole em busca da "carreira scientifica de sua eleição".

Embarcado na galera "Imperador da America", com 57 dias de um cruzeiro fatigante, chegou a Lisboa a 7 de Agosto de 1816. Dalli se passou á cidade de Coimbra. Como lhe faltassem alguns preparatorios para o ingresso na universidade, matriculou-se no "Collegio das Artes". "Com tanto aproveitamento e occupada devoção" se entregou aos estudos que, em Novembro de 1817, abriam-se para elle as portas da afamada universidade.

Intelligente e assaz estudioso, facil lhe foi completar o curso academico com approvações plenas, recebendo grau em leis a 21 de Junho de 1822.

Escreveu o seu illustre biographo, Dr. Antonio Henriques Leal, no "Pantheon Maranhense": — "Madrugaram em Joaquim Vieira ideias de liberdade e emancipação da patria; não era só nos soliloquios do mancebo enthusiasta que nos passeios solitarios pelas margens e campinas do formisissimo Mondego, scismava na autonomia e engradecimento do Brasil; como tambem nas palestras intimas e nas discussões da sociedade *Jardineira*, fundada por alguns estudantes brasileiros com o fim apparente de promoverem entre si o gosto e cultivo de flôres, para assim desviarem della e illudirem a incessante e desconfiada espionagem dos verdiaes e das autoridades de Coimbra".

Não era, pois, o nosso biographado, membro menos devoto e crente daquella sociedade clandestina e revolucionaria.

De volta á terra natal não se descuidou "de apostolar seus conterraneos iniciando-os na boa nova..."

Eis que rebenta no Porto a revolução liberal de 1820, cujas lufadas, dentro em pouco fariam estimular o sentimento civico dos brasileiros o correr para a independencia de nossa Patria. A Junta Governativa do Maranhão, que substituira a prepotencia militar de um preboste da metropole, não modificará os processos repressivos contra as menores manifestações de brasilidade. Vieira da Silva que, entre os membros della contava amigos, reprovava abertamente taes medidas de compressão.

Commenta o seu biographo: — "Tinha parentes e amigos ao serviço das côrtes, mas não foi isso impedimento para que desistisse ou mingoasse no seu empenho patriotico de promover a independencia de sua provincia, senão que afrontou com muita hombridade e denodo as iras e perseguições que seu procedimento foi despertar nos zelosos adeptos do absolutismo e da escravidão". Matinha correspondencia secreta com os patriotas do Rosario, Alcantara, etc. Sua attitude, suas reuniões e palestras com outros extremados brasileiros tornaram-no suspeito. Foi espionado e acabou sendo preso, é verdade que por poúco tempo. Diz o seu biographo: — ".. e se, por não ser affeito ás armas (não era muito difficil manejar uma pederneira, dizemos nós) não correu para ir enfileirar-se nas phalanges do movimento nacional, que tomava incremento no Brejo, em Caxias, em Itapecurumirim, com mais ou menos felix exito, não deixou comtudo de trabalhar no desbravamento do terreno onde cedo havia de germinar viçosa a semente da liberdade".

Afinal, "no dia 26 de Julho de 1823 entrou á bahia de S. Marcos a esquadra do victorioso e feliz Almirante lord Cochrane com o estan-

darte auri-verde desfraldado com galhardia, annunciando aos povos que eram cidadãos livres, e veiu ovante afferrar na nosso ancoradouro. Dous dias depois já estava proclamada a independencia, sem que da parte do almirante houvesse mistér empregar outros meios que não fossem a presença dessa pequena força para que as autoridades portuguezas se submettessem e deixassem os habitantes do Maranhão desoppressos para fazerem explosão dos sentimentos que já mal podiam soffrear em seus peitos; a adhesão á causa da independencia era pois um facto para cuja consummação aguardava só o impulso externo, que lhe chegaria dentro em breve de Itapecuru-mirim, se não o houvesse antecipado a esquadra brasileira".

Aos 13 de Agosto passava Vieira da Silva a fazer parte da municipalidade da capital e, pouco depois, passou ás funcções de secretario do Commmandante das Armas, Rodrigo Salgado.

No anno seguinte foi nomeado Juiz dos ausentes da comarca de S. Luiz. Quando lord Cochrane voltou ao Maranhão, em 1825, e requisitou numerario para pagar a esquadra e indemnizar-se do que lhe era devido, o dr. Vieira da Silva protestou e não fez entrega do dinheiro que tinha sob sua guarda e que lhe fôra requisitado pelo governo da provincia.

Em Maio de 1826 foi despachado para Juiz de fóra de Fortaleza, no Ceará. Aos 16 de Julho do anno seguinte desposou sua prima, d. Colomba de Santo Antonio Gayoso Vieira da Silva, de cujo matrimonio nasceram tres filhos: o dr. Luiz Antonio Vieira da Silva visconde do mesmo nome e um dos ultimos ministros da Marinha do Imperio; d. Colomba, casada com o seu primo José Gomes de Souza; e, d. Rita, casada com o seu primo coronel da Guarda nacional, José Vieira da Silva Gayoso.

Em 1829 teve provimento de Ouvidor da comarca de Fortaleza. Por decreto imperial de 2 de Setembro de 1831 foi nomeado presidente do Rio Grande do Norte, tomando posse do cargo a 22 de Fevereiro do anno seguinte. Durante a revolta de Pinto Madeira tomou Vieira da Silva varias medidas defensivas, que muito o recommendaram ao governo central. Passou a presidir a sua provincia natal em 13 de Outubro de 1832. Tomou posse do cargo a 20 de Novembro do mesmo anno. Existiam ainda nesse tempo vestigios bem pronunciados da lucta entre nacionaes e portuguezes. Como sabemos estes, no tempo da Regencia, tiveram a estulta presumpção de empolgarem de novo o poder; d'ahi essas continuadas explosões revolucionarias fomentadas ou determinadas pelo elemento reinol em lucta com os nacionaes. Vieira da Silva, espirito conciliador, servindo-se da Maçonaria, de que era conspicua figura, alcançou harmonizar os espiritos e congraçar a familia maranhense. Esteve á testa da administração de sua provincia durante dezesete mezes, que deixou para represental-a na Camara dos deputados

do Imperio na legislatura de 1834 a 1837. Na ultima organização ministerial (5ª) da Regencia permanente foi convidado para a pasta do Imperio. No principio, não acceitou, alegando mau estado de saúde; accedeu afinal, diante da instancia de amigos. Fez parte, pois, do gabinete de 20 de Janeiro de 1835, tendo por collegas, nas pastas militares, o general João Paulo dos Santos Barreto e o almirante José Pereira Pinto. Assumiu, interinamente, a pasta da Guerra, a 14 de Março de 35 para entregal-a no dia 16. O mesmo se deu com a da Marinha, como vimos. O maior titulo de benemerencia que alcançou como titular da pasta do Imperio foi a creação da Academia Imperial de Medicina, por decreto de 8 de Maio de 1835.

Deixando a pasta não logrou ser reeleito representante do Maranhão. Seu nome foi, por esse tempo incluido na lista triplice de Senador pelo Espirito Santo; não foi escolhido pelo Imperador porque não tinha ainda a idade legal. Em 1836 recolheu-se á sua fazenda em Piranguy, de onde foi arrancal-o a eleição para deputado geral na legislatura de 1838-41.

Muito propugnou na côrte para o restabelecimento da paz em sua terra natal, completamente convulsionada pela guerra dos praieiros.

Reassumiu as funcções de magistrado, aceitando a nomeação de Desembargador da Relação do Maranhão, a 2 de Dezembro de 1839. Desde então abandonou por completo a politica.

Passou a applicar a sua actividade entre os seus deveres de magistrado, as reuniões da "Sociedade philomatica" e as obras de benemerencia da Santa Casa de Misericordia.

Era cultor das bóas letras e mostrava-se sempre muito empenhado no desenvolvimento de associações literarias, artisticas e technicas. Em 1854 foi elevado á Presidencia do Tribunal de Justiça da provincia. Foi escolhido Senador do Imperio em 1859 e, em 1864, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Imperio. Sentindo-se doente embarcou para sua terra natal em busca de melhoras. Lá seus males se agravaram vindo a fallecer de uma hypertrophia do coração, após agonia lenta e demorada, a 23 de Junho de 1864, sendo sssistido nos seus ultimos momentos pelo Dr. Antonio Henrique Leal, cuja penna magistral lhe traçou a biographia em o "Pantheon Maranhense". Como cidadão e magistrado era um typo de probidade e inteireza — dizia, estampando o seu necrologio, o "Publicador Maranhense", periodico que não encontramos entre as preciosas collecções da Bibliotheca Nacional.

Dos antigos senadores era o mais moderno e foi o que por ultimo deixou vaga a cadeira da Camara vitalicia na qual por poucos annos se assentou. Emquanto senador nunca subiu á tribuna. A Assembléa legislativa da provincia, por indicação do deputado da opposição, Joaquim Mariano de Souza, nomeou uma commissão para apresentar pezames á familia do morto.

Além dos titulos já nomeados era o desembargador Vieira da Silva Souza, commendador da Ordem de Christo e membro honorario da Academia de Medicina. Contava ao fallecer 64 annos e meio.

Diz o "Paiz" de S. Luiz do Maranhão, de 25 de Junho de 1864: "Falleceu ante-hontem o Exmo. Sr. Conselheiro Joaquim Vieira da Silva e Souza, senador do Imperio e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. O illustre finado era um varão de principios rigidos e dotado das mais distinctas qualidades que podem ornar o cidadão e o homem particular. As suas virtudes civicas cercavam o seu nome de tal prestigio, que os seus adversarios politicos, nem mesmo no ardor das lutas, descobriam-lhe nodoas.

"Na historia do paiz, de cuja suprema administração fez parte, e principalmente na desta provincia o nome do conselheiro Vieira ha de ser sempre citado com a homenagem devida a illustração e ao mais puro patriotismo. Seu corpo foi levado ao Cemiterio da Santa Casa de Misericordia, de que era Vice-provedor ha longos annos, cercado das honras devidas á sua alta posição, e com um concurso de cidadãos correspondente á grande estima de que gozava".

Deixou o conselheiro Vieira da Silva um irmão, o Tenente-Coronel João Victor Vieira da Silva, que foi quem communicou ao Senado o seu trespasse.

Para fecho destas despretenciosas notas biographicas do illustre maranhense, tomemos ainda dous trechos do Dr. Henriques Leal, relativamente á sua actuação no ministerio: — "Como ministro foi reputado sempre um dos mais independentes, verdadeiro amigo do throno; se procurou cercar o monarcha com todo o prestigio devido á realeza, julgou tambem necessario dar accesso até elle a seus semanarios e a todas as pessoas que o quizessem vêr e cumprimentar, seguindo o pensamento do eximio e illustre Marquez de Caravellas, que tinha por verdadeiro prejuizo a opinião erronea daquelles que consideravam o trhono totalmente separado da communhão do povo, e que por isso acreditava vel-o baquear ao menor sacrificio do poder, ainda dahi resulte o maior bem da sociedade".

"O seu ministerio — diz o elogio que lhe fizeram na Academia de Medicina — foi o ultimo da Regencia permanente; pela sua prudencia, imparcialidade e desinteresse soube chamar ao gremio social os animos desvairados, fixando a ordem e creando a estabilidade, e empregando tambem inauditos esforços para que o illustre Padre Jeijó não recusasse o logar de primiero magistrado do paiz para o qual tinha sido eleito, e assim tirando todo o pretexto a uma premeditada conflagração geral".

Figura o seu retrato na galeria dos ministros da Marinha do nosso Museu Naval.

XXIX

Almirante

JOSÉ PEREIRA PINTO

(M. Naval)

XXIX

Chefe de Esquadra

JOSÉ PEREIRA PINTO

Nesta heroica cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, em dia e mez, que não alcançamos fixar, do anno de 1781, nasceu José Pereira Pinto, que veio a ser o 29º na serie continua dos nossos Ministros e Secretarios de Estado dos Negocios da Marinha, a começar do estabelecimento do throno bragantino em nossas plagas.

Foram seus progenitores: o illustrado brasileiro Tenente-Coronel de artilharia José Pereira Pinto, "official muito capaz", segundo informação do Marquez do Lavradio, e D. Anna Maria Joaquina Pereira Pinto.

Tinha o nosso biographado apenas cinco annos de idade, quando seu pae foi nomeado Governador da Capitania de Santa Catharina, cargo que assumiu aos 7 de Junho de 1786.

O novo administrador da bella terra catharineta, muito embora de saude assás precaria, demonstrou uma actividade e uma visão administrativa dignas de nota. Preoccupou-o sobremodo o desenvolvimento maritimo da circumscripção politica que superintendia. A construção naval alcançou delle grande animação; varios estaleiros, aproveitando as preciosas madeiras de lei de que as matas da capitania offereciam, estabeleceram-se no entretalhado litoral. Pereira Pinto estimulava aquellas iniciativas mandando construir para a Armada-real o brigue "S. Luiz Gonzaga" e boa cópia de embarcações miudas. Essas pequenas tercenas eram vantajosas escolas de carpinteiros de machado, de calafates, de mestres da ribeira, emquanto as Armações de baleias e a navegação de cabotagem iam formando apreciavel chusma de marinheiros peritos. "Das florestas da sua capitania — escreve o Almirante H. Boiteux — obteve os pinheiros para a mastreação de navios, como para os da celebre nau "S. Sebastião" e das mesmas arvores ordenou experiencias para extracção de *breu* e *alcatrão*, do mesmo modo que aproveitou os *nos* dellas para confecção de roldanas para poleame. Não satisfeito, desenvolveu o cultivo do linho canhamo não só para tecidos, como para cabos e estopa".

Ora, num ambiente de grande actividade e trabalho, entre gente morigerada, boa e ordeira, toda ella dedicada ao mar, ora na pesca littoranea, ora em viagens de aventurosos cruzeiros, ora na arriscada pesca das baleias; ouvindo a celeuma alegre dos embarcadiços, o mar-

telar nervoso dos calafates e o azafama dos carpinteiros e polleeiros; respirando a largos pulmões a brisa iodada do largo e a fumaça evolada dos tachos de alcatrão fervente; curioso das narrativas dos velhos mestres reformados de suas penosas viagens a costa d'Africa e aos mares indiaticos, o joven Pereira Pinto foi criando e avigorando a vocação maritima que o havia de empolgar.

"Criado no meio de tanta actividade maritima, dia a dia se lhe ia desenvolvendo o gosto pela vida do mar, e na ilha catharinense tinha o meio para completa fascinação. Tendo seu pae tanto trabalhado para o desenvolvimento naval, justo era que sahisse de sua progenie quem no mar illustrasse o seu nome — escreve o erudito autor dos "Os nossos Almirantes", preciosa obra cujos quatro tomos apparecidos já se acham esgotados.

Em 1791, aos dez annos de idade, regressou a esta capital em companhia dos paes, com a instrucção primaria bem adiantada.

Aqui chegando, com a vocação maritima perfeitamente assente, procurou desde logo aprefeiçoar-se nas materias e disciplinas que a carreira naval mais exigia, esperando occasião propicia para realizar seus sonhos de menino. Quasi ao entrar na adolescencia (1794) a fatalidade o privava dos carinhos, dos conselhos e do arrimo do seu nobre progenitor.

O desanimo, entretanto, não o empolgou; auxiliado pela coragem e solicitude de uma matrona de costumes severos e de uma tempera privilegiada, como era sua progenitora, o joven Pereira Pinto, afincando-se aos estudos, que uma intelligencia vivaz aprimorava, logrou preparar-se para as luctas academicas.

Difficil se tornava então sua ida para a metropole afim de matricular-se na Academia Real de Marinha.

Eis senão quando aportava em 1797 ao Rio de Janeiro uma imponente força naval, denominada Esquadra da America, sob as ordens do Vice-Almirante Antonio Januario do Valle.

Era nesse tempo vice-rei do Brasil o famigerado Conde de Rezende, fidalgo "de temperamento iracundo, prepotente, frio e vingativo", em cujo governo Tiradente soffreu o supplicio da forca e esquartejamento, presenciado, possivelmente, por P. Pinto.

Ao que parece, graças á interferencia do vice-rei, foi o moço brasileiro embarcado na referida esquadra, com praça de Aspirante, em 1 de Outubro de 1792.

Ao chegar a Lisboa foi elle submettido aos exames das materias que constituiam o primeiro anno do curso da Academia de Guardas-marinha. Foi approvado e, nessas condições, alcançou a confirmação da praça de Aspirante. Um anno volvido, pela portaria de 19 de Outubro do Conselho de Almirantado, foi mandado matricular na 2ª Brigada da Companhia de Guardas-marinha.

Graças á sua applicação, disciplina e enthusiasmo pela carreira que abraçara foi, a 9 de Setembro de 1800, promovido ao posto de guarda-marinha para a 3ª Brigada.

Terminados seus estudos academicos, sempre com apreciavel destaque, mandaram-no embarcar na fragata "Carlota" em 12 de Junho de 1804. Começara assim o seu trabalhoso e movimentado tirocinio de mar á vela, realizando consecutivas viagens e cruzeiros que, alem de lhe enrijarem o corpo, lhe temperarem o coracter, lhe refinarem qualidades de mando, proporcionaram-lhe farta messe de conhecimentos technicos e profissionaes.

Em 1807, aos 13 de Maio, vieram ornar-lhe os punhos os galões de 2.º Tenente, como galardão á sua crença, aos seus esforços.

Napoleão, imperador dos francezes, a seu bel talante, retalhava o mappa da Europa. Pelo tratado de Fontainebleau, de 27 de Outubro de 1807, tripartia os reinos de Portugal e Algarves entre principes amigos e alliados.

A mesquinha familia portugueza para não servir de triste joguete aos caprichos do corso irreverente e audacioso, resolvera, a conselho de amigos, procurar refugio seguro no Brasil.

Uma imponente esquadra de dezeseis vasos, ultima manifestação do antigo poder naval portuguez, foi apparelhada a trouxe-mouxe, para o transporte de quinze mil fugitivos... Della fazia parte a nau "Martins de Freitas" (que veio a ser a capitanea da esquadra da independencia com o nome de "Pedro I", onde embarcado se encontrava, desde 4 de Novembro do mesmo anno, o Tenente Pereira Pinto. A armada real se fez de vela aos 29 de Novembro, aferrando ao Rio de Janeiro aos 17 de Janeiro de 1808 após varios accidentes tragi-comicos.

O nosso biographado, cheio de enthusiasmo e alegria, voltava a revêr, após saudosa ausencia de dez annos, a terra do seu berço, parentes chegados, amigos de infancia.

O Principe-Regente D. João, satisfeito com a segurança e pericia com que fôra realisada a longa travessia, e desejoso de dar uma publica demonstração de seu reconhecimento á corporação do botão d'ancora, que o livrára das garras napoleonicas, resolveu conceder um posto de accesso á Officialidade que vieir guarnecendo a esquadra. Nessas condições, contando antiguidade do dia 8 de Maio, foi por Decreto de 13 do mesmo mez promovido Pereira Pinto ao posto de 1º Tenente d'Armada.

Em 2 de Novembro do alludido anno desembarcava da referida náu, ficando, ao que parece, sem commissão até que, por nomeação de 24 de Abril de 1809 foi designado para embarcar em a nau "Affonso

de Albuquerque". Pouco se demorou nessa commissão; pois a 25 de Maio passou para a fragata "Minerva" afim de desempenhar uma commissão a Moçambique. Nesse porto africano cabia-lhe embarcar na galera "Aurora", o que realizou aos 16 de Agosto do mesmo anno. De accordo com uma portaria do Governador e Capitão-General daquella Provincia africana, de 27 de Novembro do citado anno, assumiu o commando da galera, passando a apparelhal-a para trazel-a até o Rio de Janeiro. A 9 de Abril de 1810, com apreciavel viagem, lançava ancoras no quadro destinado ao fundeadouro neste porto.

Em 7 de Julho de 1810 embarcava elle na charrua "Princeza Real", passando no anno seguinte, a 8 de Maio, para o brigue "Invencivel", nelle se conservando até 27 de Agosto. Teve ordem de embarque na charrua "S. João Magnanimo" em 18 de Janeiro de 1812, passando a commandar o brigue "Falcão", cujo cargo exerceu até 30 de Janeiro de 1813. Por nomeação de 13 de Dezembro do mesmo anno, assumiu o commando do brigue "Real-João", delle desembarcando por desarmamento em 14 de Setembro de 1814. Em Dezembro embarcava em a náu "Rainha de Portugal", de onde passou para a corveta "Calypso" em 29 de Junho de 1816.

O governo portuguez accumulava fortes elementos de mar e terra em Santa Catharina, Rio Grande do Sul e estuario do Prata afim de abrir nova campanha contra o irrequieto Artigas e seus sequazes, que não deixavam em socego as nossas raias meridionaes. O General Lecór, á frente de aguerridas tropas metropolitanas, marchava vagarosamente para a invasão da Banda Oriental, emquanto o Capitão de Mar e Guerra D. José Manuel de Menezes, futuro marquez de Vianna, á testa de elementos navaes, velejava em Agosto de 1816 para o bloqueio dos portos do Prata, ninhos de corsarios audazes.

A corveta "Calypso", a cujo bordo se encontrava o nosso biographado, fazia parte das forças acima referidas. Seguiu para o Sul com escala por Santa Catharina. Pereira Pinto, após vinte e cinco annos de ausencia, vinha rever, cheio de saudade, a terra, a gente, os panoramas, os quadros praieiros emmodurados pela suavidade dos diluculos e o esplendor dos crepusculos raros, onde sua vocação maritima despontára como fagueira esperança.

Ao chegar ao Rio da Prata foi a "Calypso" destacada para Buenos Ayres afim de acalmar "o prurido bellicoso que se apoderou dos proceres daquelle governo ao saber do intento do governo portuguez de apoderar-se da Banda Oriental" — informa o illustrado autor dos "Os nossos Almirantes".

Em diversas incursões militares tomou parte nas cercanias da Colonia do Sacramento.

Aos 21 de Outubro de 1817 foram seus serviços galardoados com a promoção ao posto de Capitão-Tenente, passando a commandar a

charrua "Orestes". No anno seguinte, a 16 de Fevereiro passou a commandar a escuna "Leopoldina". Aos 22 de Abril do mesmo anno foi designado pelo Capitão-General da Banda Oriental Brigadeiro Lecór, para servir como Capitão do Porto de Montevidéo.

Com a ecclosão do movimento liberal de 1820 no metropole que se irradiou, detro em pouco, por todo o Brasil, desenhou-se claramente entre nós o partido da emancipação, Pereira Pinto, como Cunha Moreira, Barroso Pereira e outros Officiaes brasileiros que serviam na Esquadra do Rio da Prata, passou logo a fórmar, com grande enthusiasmo, entre os batalhadores da Independencia. Em Montevidéo deu-se o rompimento entre as tropas de occupação; as forças brasileiras e bôa parte das nativas, chefiadas pelo General Lecór, tomaram o partido brasileiro; as demais encabeçadas pelo Brigadeiro D. Alvaro de Macedo mantiveram-se fieis ás côrtes portuguezas. A esquadra, commandada pelo Vice-Almirante Rodrigo Lobo, apesar deste ter protestado ao governo de D. Pedro obediencia e fidelidade, ficou numa situação duvidosa, pois seus estados maior e menor e equipagem eram na maioria de lusitanos. Como D. Alvaro, apesar de assediado pelas tropas de Lecór não se resolvesse embarcar para a metropole, foi enviada uma divisão naval á Montevidéo com os transportes necessarios.

A 29 de Novembro chegou a nossa divisão áquelle porto. — diz-nos o escriptor naval acima citado — e não encontrando apoio da parte do Almirante Rodrigo Lobo e do Capitão-General Brigadeiro Lecór, nas medidas que julgava necessarias pôr em pratica (o Chefe Jewett) afim de apossar-se da fragata "Thetis", isto é, arrebatal-a do porto ou deitar-lhe fogo, de accordo com as instrucções que levára, entregou os transportes ao Almirante Rodrigo Lobo e velejou novamente para o Rio de Janeiro, depois de vinte dias de estada naquelle porto".

Nessa occasião o nosso biographado deixou o cargo que exercia e recolheu-se ao Rio de Janeiro.

Organizavam-se e apparelhavam-se as forças navaes que deviam seguir para a Bahia afim de expugnar as portuguezas que lá esperavam perpetuar-se. Chegara Cochrane do Chile e fôra posto á testa da nossa esquadra. Desta fazia parte a fragata "Piranga" ("Ex-União") e, a 29 de Março de 1823, era Pereira Pinto nomeado seu segundo commandante. Chefiava-a o Capitão de Mar e Guerra David Jewett, que o conhecera em Montevidéo e delle ficára fazendo o melhor conceito. A 3 de Abril fazia-se ao mar a esquadra e, com 22 dias de viagem, alcançaria as costas da Bahia, e tomava contacto com os elementos infestos. No dia 4 de Maio trava-se a batalha, alcançando os nossos, apezar das traições de elementos portuguezes que tinhamos a bordo, impôr a sua vontade ao inimigo, fazendo-o recolher ao porto e impondo-lhe cerrado bloqueio. A "Piranga", muito embora contasse com uma guarnição brava e de confiança, era navio assaz ronceiro; nestas condições o Almirante Cochrane, ao dar nova reorganização á

sua esquadra, reservou para o referido navio a incumbencia de transportar para o Rio de Janeiro o pessoal suspeito da força naval e em seguida o serviço de sondagem e balisamento do porto da Bahia. Devido a essas circumstancias não tomou parte o nosso biographado no galhardo cruzeiro, que foi a perseguição da esquadra portugueza e o arrebatamento de debaixo de suas baterias de duas terças partes do numeroso trem que escoltava.

A 17 de Julho aportava a "Piranga" ao Rio, della desembarcando Pereira Pinto a 6 de Agosto, e dois dias após era nomeado novamente Capitão do Porto de Montevidéo.

Como premio de seus serviços de guerra foi Pereira Pinto promovido ao posto de Capitão de Fragata por despacho de 12 de Outubro de 1823.

Continuava D. Alvaro de Macedo com uma divisão portugueza senhor de Montevidéo, apezar de assediado pelas tropas de Lecór : bloqueado por uma pequena divisão naval sob o mando do Capitão de Mar e Guerra Pedro A. Nunes. O chefe lusitano armara alguns navios e procurava romper o bloqueio. A 21 de Outubro chocaram-se as duas divisões navaes, cabendo todas as vantagens á força brasileira, que bateu galhardamente a antagonista e obrigou-a a recolher-se precipitadamente ao porto.

Nesse combate tomou parte expontaneamente o nosso biographado. Diz a parte Official do Commandante Nunes: — "He tambem de meu dever levar ao conhecimento de V. Ex., que os commandantes de todos os navios mostrarão muito valor e pericia, tanto na rapidez das manobras como nt bôa direcção e actividade do fogo, tendo igual parte o commandante e officiaes desta corveta, *assim como o Capitão-Tenente José Pereira Pinto que se achava ás minhas ordens para supprir a minha falta e por ser o official mais antigo da Esquadra...*"

Passou logo depois para a Colonia do Sacramento a occupar o seu cargo e dar força aos aprestos que se faziam para o embarque da divisão portugueza que, afinal, capitulara. "Muito apreciados foram seus serviços pela actividade que nelles empregou", — diz seu biographo.

Aos 14 de Dezembro recebia elle o habito de cavalleiro da Ordem de S. Bento de Aviz.

"No exercicio do cargo de Capitão do Porto de Montevidéo se conservou até 1825, quando, por Decreto de 7 de Abril, foi nomeado Intendente de Marinha de Pernambuco| Os serviços da Intendencia de Marinha em Pernambuco, completamente desorganizados pela revolução de 1824 (Confederação do Equador), exigiam a direcção de um homem de acção, de tino e probidade comprovados para restabelecel-a no pé eem que se achava, e não foi em vão a lembrança do nome de Pereira Pinto".

Por Decreto de 17 de Agosto do meesmo anno foi condecorado com a medalha de *Restauração da Bahia;* por Decreto de 20 do mesmo mez

e anno, recebeu a *Cruz de distincção* por seis annos de effectivos serviços em Montevidéo; e, por Decreto de 22 de Outubro, ainda de 1825, foram-lhe concedidas as honras de cavalleiro do Cruzeiro.

De tres longos annos foi a sua permanencia na Intendencia de Pernambuco. Seus serviços não foram aproveitados na campanha da Cisplatina. Por Decreto de 26 de Abril de 1828 foi transferido para identico cargo na Bahia, que estava a pedir tambem um administrador energico e incansavel como o nosso biographado.

Por Decreto de 18 de Outubro de 1829 recebeu os galões de Capitão de Mar Guerra e, na mesma data, era nomeado commendador da ordem do Cruzeiro.

"Continuava na Bahia, quasi como esquecido, o illustre brasileiro. — diz o Almirante H. Boiteux — cujo recto caracter não se amoldava á politica dominante, completamente favoravel aos adhesistas. Seus sentimentos nativistas collocavam-no em fóco e por isso era arredado de commissões que podiam contribuir para salientar-se. A lucta do poder pessoal contra o nacional ia ter seu fim; havia abdicado D. Pedro e com elle cahia a facção dominadora. Logo que teve sciencia do facto, ao Ministro da Marinha, que era então o Marechal de Campo José Manuel de Almeida que o havia assumido no dia 7 de Abril, em substituição ao marquez de Paranaguá, dirigiu José Pereira Pinto o seguinte officio, que bem revela a sua sastifação pelo que se havia dado no paiz: — Illm. e Exm. Sr. Tenho a honra de accusar a recepção dos officios de V. Ex. sob numeeros 1 e 2 de 21 de Março e 6 de Abril do presente anno. Por esta occasião, vou com distincta satisfação congratular-se com V. Ex. pelos felizes acontecimentos que tiverão lugar na côrte no dia 7 do corrente mez, dia memoravel, em que foi reconheecido, por abdicação de Seo Augusto Pae, o Senhor D. Pedro Segundo Imperador Constitucional por toda a Grande Familia Brazileira. E posto que não tivesse a fortuna de pessoalmente, com os meus compatriotas, concorrer com o meo contigente para hum acontecimento de tanta gloria ao Brazil, eu rogo a V. Ex. se sirva depositar nas Mãos do joven Monarcha os meos devidos protesto de fidelidade, amor e respeito á Sua Augusta Pessôa. Deus guarde a V. Ex. — Intendencia da Bahia, 23 de Abril de 1831."

Aos 5 de Novembro do mesmo anno alcançou uma licença de trez mezes para vir ao Rio de Janeiro, licença que lhe foi prorogada por mais cinco mezes. Por aviso de 0 de Agosto do mesmo anno tinha sido nomeado Ajudante de Ordens e Encarregado do Expediente do Quartel General, cargo que não exerceu, sendo delle dispensado pela aviso de 14 de Dezembro de 1832.

Pelo Decreto de 29 de Julho de 1834 foi nomeado Commandante da Campanhia de Guardas Marinha e Director da respectiva Academia.

Aos 17 de Março de 1835 formava-se o 5° e ultimo Ministerio da Regencia permanente sendo convidado para reger a pasta da Marinha

o nosso biographado. Após a Independencia era elle o quinto Official de Marinha posto á testa da administração da sua classe; e, depois da abdicação, o primeiro, pois os seus antecessores tinham sido civis e Officiaes do Exercito, estes em sua maioria.

Pereira Pinto esteve ao leme do departamento naval 210 dias, de 17 de Março a 14 de Outubro de 1835.

Durante sua gestão teve o desgosto de ver rebentar no Pará o movimento sedicioso da *Vinagrada* e no Rio Grande do Sul a malfadada guerra dos *Farrapos*, que encheram o paiz de luto e sangue; partiram delle as providencias navaes para abafar aquellas explosões de liberalismo exaltado, para não dizer-mos justos e necessarios desabafos contra o lusitanismo impenitente que tentava por todos os meios empolgar a nação.

Quem percorrer a nossa legislação nesse periodo encontrará bom numero de actos referendados por elle, visando todos elles melhorar certos ramos da administração naval.

Vemos, assim, dando providencias sobre a applicação de madeira de louro no convez da corveta "Regeneração"; determinando as comedorias, que deviam competir aos Officiaes da Armada, quando commandassem navios de guerra que não estivessem em completo desarmamento; determinando que os commandantes e todas as outras praças da guarnição de navios de guerra estacionados nas provincias ou que a ellas aportassem, não pernoitassem em terra sob pretexto algum; ordenando que só se applicasse taboado de cedro nas pequenas embarcações; determinando que as praças do Corpo de Artilharia de Marinha destinadas a servirem a bordo dos navios aprendessem exercicios de sua arma a bordo da náu "Pedro II" e não na ilha das Cobras como propuzera o commandante do referido corpo; que os commandantes de navios chegados á corte ou ás provincias se apresentassem á primeira autoridade; determinava ao Presidente da Bahia que fizesse sahir em cruzeiro os navios lá estacionados, e a todos os Presidentes que mandassem pelos navios de guerra a correspondencia e outras noticias que pudessem interessar o governo; pelo Decreto de 31 de Julho estabelecia uma nova Tabella de mantimentos para a Marinha (as medidas eram as usadas em Lisbôa), e que em vez de uma só qualidade de legumes se distribuissem diversas; autorizava ao commandante de qualquer navio a dispender 4$000 como premio ao engajador de qualquer marinheiro, levando-se essa despeza em conta a Contadoria de Marinha; determinava que a visita aos navios entrados pelo Official de registro fosse feita após a visita da Alfandega e da Saude; determinou que nos dias de festa nacional os navios embandeirassem em arco; deu providencias sobre o corte das madeiras que eram prohibidas por lei; foram marcadas as penas que deviam ser impostas aos Officiaes do Exercito e Armada no caso de deserção; finalmente, pela lei de 27 de Agosto, era fixada a Força Naval para o anno seguinte.

Durante a sua administração perdeu a Marinha de Guerra Nacional um dos seus bellos ornamentos, o bravo Chefe de Divisão James Norton (29 de Agosto) ao regressar da Nova-Zelandia onde fôra em commissão do governo; foi lançada ao mar, do Arsenal de Marinha da Bahia, a corveta "Dous de Julho"; e appareceu o primeiro Almanack da Marinha.

No dia 9 de Outubro de 1835 era proclamado Regente o "homem de maior energia do tempo, o senador Diogo Antonio Feijó".

No dia 12 prestava o compromisso legal, recebendo grande acclamação popular ao retirar-se do Senado. Organizou-se novo Ministerio no dia 14. Nesse dia Pereira Pinto descia as escadas da Secretaria de Estado tendo entregue a administração naval ao seu substituto interino, Coronel Manuel da Fonseca Lima e Silva, futuro Barão de Suruhy, detentor da pasta da Guerra.

Voltou a dirigir a Academia de Marinha, cargo que assumiu, após ligeira enfermidade, a 4 de Novembro do referido anno.

Em 1839, aos 21 de Julho, os bordados do Chefe de Divisão, tinham vindo ornar os punhos de seu uniforme, e, por aviso de 20 de Novembro do mesmo anno era nomeado commandante do porto do Rio de Janeiro, desfraldando seu pavilhão em a náu "Pedro II". Por aviso de 2 de Julho de 1841, o referido navio foi considerado armado e transformado em Quartel da Companhia de Aspirantes a Guardas Marinha.

Aos 18 de Julho foi o Almirante Pereira Pinto nomeado para exercer o cargo de Vogal do Conselho Supremo Militar, sendo, então, agraciado com o Titulo de Conselho. Em virtude dessa nomeação foi transferido para a 3ª classe por Decreto de 20 de Julho de 1842. Conforme communicou a Secretaria do Conselho Supremo Militar em 22 de Julho de 1844 serviu interinamente de Secretario da Guerra. Nesse mesmo anno, diz o illustrado autor dos "Os nossos Amirantes", por aviso de 25 de Julho, foi nomeado para exercer, interinamente, o cargo de Encarregado do Expediente do Quartel General da Marinha, e effectivado no cargo por aviso de 30 do mesmo mez.

Pelo Decreto de 21 de Agosto de 1845 voltou elle á primeira classe. Por Imperial resolução de 23 de Maio de 1846, tomada em consulta do Conselho Supremo Militar de 27 de Outubro de 1845, foi Pereira Pinto graduado em Chefe de Esquadra contando antiguidade de 2 de Dezembro de 1842.

Resolvendo o Imperador visitar as cidades de Macahé e Campos afim de nellas inaugurar varios melhoramentos, Pereira Pinto foi, por aviso de 11 de Março de 1847, nomeado para commandar a esquadra que devia acompanhar o Imperante. Por Decreto de 14 do referido mez era promovido a Chefe de Esquadra effectivo e içando a sua insignia a bordo da corveta "Bertioga" fez-se de vela. A 2 de Maio arriava o seu pavilhão, voltando ao exercicio do cargo que antes occupava e

do qual foi dispensado por aviso de 16 de Dezembro de 1847. Em Março do anno seguinte teve uma licença para ir a Pernambuco, de onde regressou em Junho de 1849.

Em 2 de Março de 1850 falleceu este illustre, digno e respeitado Official da nossa Armada, sendo sepultado na igreja de S. Francisco de Paula, onde já descansavam os despojos de seu digno progenitor.

O "Jornal do Commercio", do dia 7 de Março, publicava o necrologio abaixo tendo por epigraphe o versiculo XXXVIII do Esclesiastes — *In mortuum produc lacrymas et fac planctum secundum meritum*: — Em o dia 2 de Março de 1850 morreu com 69 annos de idade o Chefe de Esquadra José Pereira Pinto; finalisou uma honrosa carreira, e ora existe em seu derradeiro jazigo na igreja de S. Francisco de Paula. Assim roubou a morte á Marinha brasileira um de seus ornamentos. E o que lhe resta agora? O olvido. Não. Seu nome, suas virtudes, os serviços que prestou jámais serão esquecidos; para perpetual-os ahi ficam tradições, que serão transmittidas nos annaes da Marinha como exemplos áquelles que ambicionarem distinguir-se; e ahi estão recordações, hoje tão vivas, e que não podem morrer no futuro. "O illustre General da Armada brasileira atravessou por entre os tropeços de uma vida afanosa, sempre nobre, sempre distincto e coberto de louvores. Nascido nesta cidade de uma familia cujo appellido é recommendado na Historia do Brasil, jámais desmentiu a nobresa de sua origem, que constantemente honrou com a nobreza de suas acções. Desde tenra idade destinado ao serviço naval, completou seus estudos e embarcou na qualidade de Guarda Marinha. Arriscou-se então nesta vida, activa e laboriosa, que dando aos moços a experiencia dos velhos, guia ao renome atravéz dos perigos; e o que viu e aprendeu, ainda em seus ultimos dias dava assumpto a interessantes conversações.

"Até que chegou uma epocha assignalada: luctou-se pela Independencia nacional; e, como era de esperar, nesse grande empenho revelou-se o intrepido Official e mereceu ser condecorado, havendo já nas guerras de Artigas alcançado a cruz de distincção; feita a nossa separação politica adheriu a ella com as sympathias do coração, a lealdade das acções. Dessa epoca em diante, reconhecido e proclamado o seu merito, foi constantemente chamado aos mais honrosos empregos, desde o de Intendente de Marinha, Engarregado do Quartel-General, Director da Academia, Vogal do Conselho Supremo Militar, até o de Ministro d'Estado, exerceu com muito criterio e manifesta utilidade para sua repartição. E, em consequencia do bom desempenho de variados deveres civis e militares, mereceu desde a primeira praça constantes elogios maior dos Titulos sua morte foi tão vivamente sentida pelos companheiros de armas como pranteada por aquelles infelizes, a quem com mysterio amparava sua caridade; pois verdadeiro christão, seu coração era a marca, da dos mais sublimes pensamentos religiosos. E o que mais dizer para exaltar seus merecimentos? "Eis um modelo que se offerece

a quantos almejem bem merecer do seu Rei e do seu Deus: imital-o é seguir o caminho da honra e respeitar a sua memoria pagar um tributo á verdade. Sobre sua sepultura choramos nós que gozamos da sua intimidade, este o unico lenitivo para as grandes dores e atormentados de saudades resignemo-nos com a triste consolação de que goza de socego eterno".

Do Chefe d'Esquadra José Pereira Pinto existe um retrato dadiva da familia, em o nosso Museu Naval, além daquelle que figura na galeria dos Ministros da Marinha, cuja copia illustra a sua biographia em "Os nossos Almirantes", vol. III, pag. 157, do Almirante Henrique Boiteux.

Com o impiedoso, para não dizer criminoso despojamento do nosso Museu Naval, com a connivencia daquelles que deviam ser os guardas irreductiveis das tradicções e dos trophéos de sua corporação, passou o referido retrato com outras muitas preciosidades, pacientemente reunidas por meia duzia de esforçados garimpeiros do nosso passado heroico, para o Museu Historico onde figura com o nome que não é o delle ...

XXX

Tenente-General

MANUEL DA FONSECA LIMA E SILVA

Barão de Suruhy

(M. Naval)

XXX

Marechal de Exercito

MANUEL DA FONSECA LIMA E SILVA

Barão de Suruhy

No dia 12 de Outubro de 1835 o Padre Diogo Antonio Feijó enfeixava em suas mãos de ferro o governo do Brasil.

Na organização do seu primeiro gabinete ministerial, coube a pasta da Guerra e, interinamente, a da Marinha ao distinto Coronel Manuel da Fonseca Lima e Silva, que assumiu o espinhoso cargo (o da Guerra pela segunda vez) no dia 14 do mesmo mez e anno. O novo titular da pasta da Marinha era natural desta capital onde nascera aos 10 de Junho de 1793, fructo do consorcio do Marechal de campo José Joaquim de Lima e Silva, portuguez, natural de Lagos, no Algarves, fidalgo da Casa real, condecorado com a commenda de Aviz por tres vidas, com D. Joanna Maria da Fonseca Costa. Foram seus irmãos: Francisco de Lima e Silva, marechal de campo, agraciado com o titulo de barão da Barra-grande, que não acceitou; José Joaquim de Lima e Silva, Marechal de campo e visconde de Magé; Luiz Manuel de Lima e Silva, Marechal; e João Manuel de Lima e Silva, general, um dos proceres da Republica de Piratiny.

Contando apenas treze annos de idade, aos 25 de Novembro de 1806 (1805, diz erradamente Macedo) assentou praça, voluntariamente, como 1° Cadete, em o 1° Regimento de infanteria de linha desta cidade. Com a chegada do principe-regente D. João e na data natalicia deste, aos 13 de Maio de 1808, foi o nosso biographado promovido ao posto de Alferes.

Apenas foi estabelecida aqui no Rio a Real-Academica militar, em 1811, o Alferes Lima e Silva teve nella matricula em os primeiro e quinto annos do curso. Foi approvado plenamente nas materias do primeiro anno em 10 de Janeiro de 1812, e nas do 5° em 25 de Janeiro de 1814. Deste modo completava elle o curso de estudos que a carta de lei de 4 de Dezembro de 1810 descriminava para a Arma de infanteria, a que Lima e Silva pertencia.

Por despacho de 17 de Dezembro de 1811 tinha sido promovido a Tenente-ajudante.

Em fins de Abril de 1815 fazia elle um requerimento ao Imperador pendindo-lhe a graduação de Capitão e sua classificação no mesmo Cor-

po em que servia, commandado, então, pelo seu proprio pae. Este, a 2 de Maio, encaminhando a petição do filho, assim a informava: — "Respeito á sua conducta civil e militar nada mais devo informar porque sou suspeito, pois que este Official é meu filho; só devo dizer que os genios com a applicação se devem aproveitar a tempo, pois que nisso utiliza o serviço". O Commandante das armas informava que o supplicante "na ordem dos Tenentes é dos mais modernos do Regimento, porém he o unico do Regimento de Infanteria desta guarnição que mostra ter completado os estudos da Real-Academia Militar proprios de sua arma; e como S. A. R. no alvará de 4 de Dezembro de 1810 manda excluir estes individuos da formalidade das antiguidades para terem accesso, e promette premiar os que satisfizerem as condições do referido alvará, achava que, por isso, o supplicante está nos casos de S. A. R. ter com elle a sua Real contemplação na graça que pede, para servir de estimulo aos mais Officiaes afim de se dedicarem a um fim tão vantajoso ao real serviço".

Pela carta-régia de 17 de Dezembro de 1815 foi levado ao posto de Capitão para a 1ª companhia do alludido regimento.

Rebentando o movimento revolucionario de Pernambuco, em 1817, foi a unidade acima incorporada ás tropas que, ao mando do famigerado brigadeiro Luiz do Rego Barreto, deviam seguir para o Recife, afim de abafar a fogueira da revolução republicana.

O Capitão Manoel de Lima e Silva foi commandando a 7ª companhia do batalhão de caçadores. Foi o organizador do Livro-mestre desse batalhão, pondo em dia toda a sua escripturação, demonstrando sempre merecimento distincto, grande actividade, intelligencia e boa vontade além do mais muita honra e grande caracter. Na rapida campanha de Pernambuco prestou bons serviços, sendo galardoado, ao regressar á côrte, com o habito de cavalleiro da Ordem de Christo.

Lê-se em um dos seus attestados: na "expedição de Pernambuco, aonde se comportou com muita honra, e servio com actividade, zelo e interesse pelo bem do Real-serviço."

Em Maio de 1822 encontrava-se o nosso biographado como capitão-mandante da 4ª companhia do 13º batalhão de caçadores. Fez então um requerimento pedindo promoção pela vaga do posto de major do seu batalhão, visto ser elle o mais antigo de sua classe. Teve por despacho, a 11 de Junho, que "subindo as propostas de Infanteria seria attendido". De facto, por decreto de 24 do referido mez e anno foi elle promovido a major.

Em Janeiro de 1823 organizava-se aqui no Rio o celebre "Batalhão do Imperador", corpo de élite, destinado especialmente a ir combater na Bahia, ao lado dos grandes patriotas do Reconcavo, de Itaparica,

da Torre, etc., as tropas portuguezas encabeçadas pelo descaroavel brigadeiro Madeira de Mello. O seu commando coube ao Coronel José Joaquim de Lima e Silva, futuro visconde de Magé, irmão, como dissemos, do nosso biographado. Este, da mesma fórma, não podia sopitar os anseios de fazer-se digno da patria nos compos de batalha; nestas condições, foi escolhido para fiscalizar a referida unidade. Seguiu para a Bahia com o seu corpo, onde tomou parte na campanha da independencia: "commandando o batalhão — diz Pretextato Maciel — e depois a 1ª Brigada do "Exercito Pacificador", distinguiu-se pela sua pericia e bravura nos principaes ataques e combates até 12 de Julho de 1823, data em que embarcaram para a Europa as tropas lusitanas que, sob o commando do General Madeira, occupavam a cidade do Salvador".

Ao regressar a côrte, foi galardoado a 20 de Outubro (o autor citado diz Novembro) com o titulo de moço fidalgo da Imperial Camara.

Em 1824, a 17 de Fevereiro, foi condecorado com a venera de official da Ordem do Cruzeiro; e aos 9 de Agosto do mesmo anno foi promovido a tenente-coronel e nomeado commandante do Batalhão do Imperador.

Tendo rebentado em Pernambuco o movimento insurreccional conhecido por "Confederação do Equador", para lá marchou o nosso biographado na esquadra de Lord Cochrane, que desembarcou em Jaraguá as tropas enviadas do Rio. Mal chegara do norte, onde se portara com muita bravura, eis que rebenta no sul o movimento revolucionario da Cisplatina, insuflado e auxiliado pelo refalsado governo de Buenos Aires. A desoladora noticia chegara ao Rio a 17 de Maio de 1825. Com o maximo afan, nessa hora de aperturas, começou o governo imperial a tomar todas as medidas ao seu alcance. Entre os elementos com que podia contar, de momento, encontrava-se o Batalhão do Imperador constituido de 677 praças escolhidas e perfeitamente exercitadas sob o commando do nosso biographado. Embarcado com outros corpos partiu para Montevidéo a 25 de Maio e lá chegou na primeira quinzena de Junho. O referido corpo ficou, de accôrdo com as ordens do Visconde da Laguna, de guarnição a praça. O Tenente-Coronel Lima e Silva lá experimentou a satisfação de receber a Medalha dos bravos da Independencia da Bahia e, no anno seguinte (1826), a honrosa nomeação de guarda-roupa honorario do Imperador.

Em Novembro de 1827, seu procurador na côrte, encaminhava ao governo um requerimento pedindo para o seu constituinte a graduação de coronel, allegando ser elle o mais antigo de sua classe e em attenção aos serviços que prestara e estava prestando na campanha do sul. O Imperador, por decreto de 8 de Fevereiro de 1828, concedeu-lhe a graduação pedida.

Publicada a convenção preliminar de paz entre as Provincias Unidas do Rio da Prata (hoje Argentina) e o Brasil, celebrada aqui no Rio sob a mediação do ministro inglez, em 27 de Agosto do anno referido, foi determinada logo a evacuação do Estado Oriental do Uruguay pelas tropas brasileiras. A' frente do seu brilhante corpo recolheu-se á côrte o Coronel Lima e Silva. Em o anno seguinte (1829) recebeu o habito da Rosa e alcançou a effectividade do posto de coronel. Em 1830 passou a exercer o cargo de Veador de S. M. a Imperatriz.

"A 6 de Abril de 1831, diz um dos seus bigraphos, o Coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva, cujas ideas liberaes eram conhecidas, tomou parte no pronunciamento do Campo de Sant'Anna, e tendo D. Pedro I abdicado a corôa, prestou todo o seu apoio ao governo e ao partido liberal moderado".

Na organização ministerial de 16 de Julho de 1831 foi chamado a assumir a pasta da Guerra, "deixando o poder a 3 de Agosto de 1832, depois de baldar-se o golpe de Estado de 30 de Julho" — escreve P. Maciel.

Em remuneração aos seus serviços foi-lhe concedida, por decreto de 11 de Outubro de 1832, uma tença de 220$000, que foi approvada pelo decreto n. 31, de 15 de Setembro de 1834.

Ao deixar o Ministerio foi nomeado Governador das Armas da Côrte, cargo que desempenhou até 14 de Outubro de 1835. Nesse dia, em razão da nova organização ministerial, era o nosso illustre biographado empossado na pasta da Guerra e, interinamente na da Marinha. A' frente dessa repartição esteve até 2 de Fevereiro do anno seguinte. A sua situação á testa das pastas militares era assaz delicada, em face da attitude de seu irmão, o Coronel João Manoel de Lima e Silva, um dos cabeças da revolução republicana, que havia rebentado no Rio Grande do Sul, conhecida em nossa historia pela "Guerra dos Farrapos".

Da sua passagem pela administração naval encontramos em nossa legislação uma serie de actos e medidas de relevancia. Passemos a enumerar os principaes: — A 16 de Outubro mandou o Presidente de Pernambuco pôr em execução o regulamento para a policia do porto organizado pelo Inspector do Arsenal de Marinha daquella provincia, desde que estivesse em harmonia com o da Alfandega e Posturas municipaes; pelo decreto de 20 do mesmo mez marcava aos lentes da Academia Militar e de Marhnia o ordenado annual de 1:200$, salvo os soldos simples de suas patentes, se as tivessem; pelo decreto de 2 de Novembro mandava proceder ao recrutamento de 4.040 homens nas provincias do Imperio; 520 em Pernambuco e Bahia, 800 em Minas, 360 em São Paulo, 320 no Ceará e Rio de Janeiro, 200 em Alagôas,

e Piauhy, 160 no Maranhão, 130 no Rio Grande do Sul, 120 no Pará, 80 na Parahyba, Sergipe e Goyaz, e 40 no Rio Grande do Norte, Espirito Santo,, Santa Catharina e Matto-Grasso; ao 12 de Novembro nomeava o Capitão de Mar e Guerra Frederico Mariath para commandar a divisão naval que devia seguir para o Pará afim de bater os insurgentes; pelo decreto de 7 de Novembro dissolvia a Guarda-Nacional do Pará e organizava uma força de 600 praças, nomeado officiaes, etc.; pelo decreto de 20 de Dezembro autorizava o Presidente do Pará a admittir, além das forças que tocassem á provincia, mais duzentos voluntarios; a 15 de Janeiro de 1836 determinava que os cirurgiões daArmada, quando doentes,. não ficassem privados da gratificação addicional; a 16 do mesmo, ordenava que os contractos para fornecimento de carne verde ás guarnições dos navios fossem feitos de accôrdo com as bases estabelecidas pelo modelo que fazia juntar; a 22, mandava incorporar ao rol dos navios da esquadra uma escuna encontrada fóra da barra pelo vapor "Correio Brasileiro"; a 23 baixava um regulamento sobre vencimentos de individuos que serviam em corpos militares; a 30, mandava segurar os objectos enviados ás provincias pelas repartições de Marinha. Aos 5 de Fevereiro de 1836 deixava elle a pasta naval continuando a sobraçar a da Guerra.

Aos 3 de Maio de 1836 abria-se a Assembléa Geral Legislativa. Entraram logo a apparecer censuras ao Governo relativamente a arbitrariedades praticadas contra pessoas e persiguições a jornalistas, "e principalmente de se haver conduzido mal em relação ao Rio Grande, condescendendo demais com os rebeldes, e conservando como Ministro o irmão de um dos chefes revolucionarios (Lima e Silva).

Nesse mesmo anno teve o Coronel Lima e Silva, como ministro da guerra, de se preoccupar com um levante que se deu no Sergipe. Na reogarnização ministerial que se deu em 1 de Novembro deixou elle a pasta da Guerra para tomar a da Justiça"

Aos 24 de Abril do anno de 1837 pediu demissão do cargo, recebendo nessa occasião rasgados louvores pelos seus distinctos serviços á causa publica. Por este tempo foi eleito deputado pela provincia do Rio de Janeiro e nomeado vice-presidente da mesma circumscripção politica e administrativa do Imperio. Em 16 de Agosto do mesmo anno, o Regente em nome do Imperador, assignava o decreto que o promovia a brigadeiro e o que o nomeava vogal do Conselho Supremo Militar.

Em 1838 foi nomeado membro da commissão encarregada de concluir o projecto da Ordenança do Exercito. Ao dar por finda essa commissão recebeu os agradecimentos da Regencia.

Em Janeiro seguinte determinou-lhe o Governo "que désse parecer a respeito dos acontecimentos que haviam perturbado a tranquilidade da provincia do Rio Grande do Sul,o que cumpriu em Fevereiro".

Por decreto de 18 de Julho do mesmo anno foi-lhe concedido o titulo de Conselho pelos serviços prestados a menoridade de D. Pedro II.

Em 1842 foi nomeado secretario interino do Conselho Supremo; e, em 1843, membro da commissão encarregada de estabelecer o manejo das differentes armas do Exercito, manobras e evoluções militares. No anno seguinte, por decreto de 9 de Maio, foi nomeado presidente e commandante das armas da provincia de S. Paulo. Por decreto de 25 de Maio de 1845 obteve a graduação de Marechal de campo passando a secretario effectivo do Conselho Supremo. Dispensado do commando das armas de S. Paulo, pelo decreto de 29 de Julho do mesmo anno; e pelo decreto de 15 de Novembro de 1846 foi effectivado no posto de marechal de campo. Nesse mesmo anno, por decreto de 14 de Março, havia recebido a Gran Cruz da Ordem de S. Bento de Aviz.

Foi exonerado da presidencia de S. Paulo a 30 de Outubro de 1847. Tendo regressado á côrte foi, no anno seguinte, posto á disposição do Ministerio da Justiça por ter sido, por decreto de 21 de Dezembro, nomeado commandante superior da Guarda-Nacional do municipio da côrte. Por aviso de 29 de julho de 1850 passou a exercer tambem o cargo de inspector dos corpos da guarnição da Côrte. Por aviso de 27 de Setembro do mesmo anno foi nomeado para a commissão sobre instrucções para as manobras do Exercito, sendo louvado pelo trabalho que apresentou, em aviso de 23 de Outubro do mesmo anno.

Pelo decreto de 3 de Março de 1852 foram os seus continuados serviços recompensados com a promoção ou posto de tenente-general. Por outro decreto do mesmo anno, de 3 de Julho, foi nomeado conselheiro de guerra, sendo por isso exonerado do cargo de secretario do Conselho Supremo Militar, que havia dez annos vinha desempenhando.

Em 1854, pela carta-imperial de 2 de Dezembro, anniversario do Imperador, foi o nosso biographado contemplado com o titulo nobiliarchico de — Barão de Suruhy — com honras de grandeza. Pela lei n. 862 de 30 de Julho de 1856, autorizando a supressão do Commando das Armas da Côrte, foi criada a Repartição do Ajudante-General do Exercito, cujo regulamente foi approvado pelo decreto n. 1.881, de 31 de Janeiro de 1857. Nesta mesma data assumia a sua direcção o Tenente-General Manoel da Fonseca Lima e Silva. Deixou por isso o commando superior da Guarda-Nacional da Côrte, sendo, por aviso de 9 de Fevereiro do mesmo anno, mandado louvar pelo Imperador pelos serviços que prestara no referido cargo. Em 1860 foi nomeado director geral da 2ª Directoria da Secretaria do Estado da Guerra. Por decreto de 7 de Novembro do mesmo anno obteve a exoneração do cargo de ajudante-general, passando a presidir a commissão encarregada do exame do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

Achando-se o Governo imperial, pela lei da fixação das forças de terra, empenhando em criar o E. Maior de Artilharia para se harmonizar o respectivo quadro com o Corpo de Engenheiros e Estado-Maior de 1ª e 2ª classes, o Ministro da Guerra, por aviso de 30 de Julho de 1865, mandou, confidencialmente, ao Barão de Suruhy, o plano organizado, afim de dar sobre elle o seu parecer. Depois de conscienCioso estudo, deu parecer favoravel, achando o trabalho perfeitamente elaborado e em condições de ser publicado. Pelo decreto de 22 de Novembro de 1865, em vista do estado de saude apresentado como motivo, foi elle reformado no posto de Marechal do Exercito, continuando, no entanto, a exercer as funcções de Conselheiro de Guerra. Presidiu ainda a commissão de organização de um projecto de reforma dos Arsenaes de Guerra das provincias. Por aviso da Secretaria de Estado de Guerra de 19 de Novembro de 1866 foi nomeado para inspeccionar os corpos especiaes de Engenheiros, do Estado-maior de 1ª e 2ª classes, e de Saúde. No mesmo anno, por aviso de 15 de Maio, passou a presidir a commissão de exame da legislação militar.

O Marechal do Exercito Manoel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruhy, falleceu de uma lesão organica do figado, pelas dez horas da manhã de 1 de Abril de 1869, sahindo o seu enterro no dia seguinte, da praia do Flamengo n. 14 para o cemiterio de S. João Baptista.

O "Jornal do Commercio" de segunda-feira, 2 de Abril, dava sobre o trespasse do illustre brasileiro a seguinte noticia:

— "Falleceu hontem e sepulta-se hoje, ás 10 horas da manhã, o Marechal do Exercito reformado Barão de Suruhy, Manoel da Fonseca Lima e Silva. Era Conselheiro de Guerra, veador de S. M. a Imperatriz, e gran-cruz da Ordem de Aviz, official da do Cruzeiro, cavaleiro da de Christo e da Rosa, e tinha a medalha da Independencia". Era casado com D. Carlota Guilhermina de Lima e Silva, Baroneza de Suruhy, irmã do Duque de Caxias e do Conde de Tocantins, e dama de honor da Imperatriz.

O brazão d'armas dos Lima e Silva consta de um escudo partido em seis quarteis: No primeiro as armas dos Silvas — de prata um leão rompente de purpura, armado de azul; No segundo, de ouro cinco estrellas de goles, com cinco pontas em aspa; No terceiro, as armas dos Lima, de ouro, quatro palas de goles; No quarto de azul, cinco flores de liz de ouro postas em aspa; No quinto, de prata, uma pereira de sinople, entre um crescente de ouro e uma flor de liz do mesmo metal; No sexto, as armas dos Ferreiras, de goles, quatro faxas de ouro, e por differença, uma brica de prata com um farpão de sable.

Na galeria dos Ministros da Marinha do nosso Museu Naval figura o seu retrato.

XXXII

Vice-Almirante

TRISTÃO PIO DOS SANTOS

(Retrato suppositicio)

XXXII

Vice-Almirante

TRISTÃO PIO DOS SANTOS

O vasto e volumoso caudal do Prata era razão geographica poderosa para servir de limite naquelle sentido, á natural expansão dos portuguezes na America do Sul.

D. Pedro II de Portugal, cognominado o *Pacifico*, resolvera "criar um posto militar extremo no rio da Prata, sentinela avançada que devia guardar a fronteira portugueza da America", — diz-nos J. Ribeiro. "Foi assim fundada em 1680 na margem esquerda do Prata a *Colonia do Sacramento*, pelo Governador do Rio D. Manoel Lobo". Tornou-se esta colonia em terras, cuja posse ainda não estava regulada, o verdadeiro pomo de discordia, entre portuguezes e hespanhoes".

Pois bem, nessa afamada praça de guerra, arena heroica de inapagaveis e galhardos feitos brasileo-lusitanos, e almenara inextinguivel do valor e audacia de uma raça conquistadora, nos derradeiros annos do dominio portuguez, entre 1773 e 1776, nasceu Tristão Pio dos Santos que, como Vice-Almirante da Armada Brasileira, veio a ser o 32º Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha.

Foram seus progenitores, o Capitão de Mar e Guerra honorario Pio Antonio dos Santos, perito marinheiro feito ao som dos escarceos dos mares alevantadiços a bordo da Armada do Sul, e D. Maria Marciana de Sá.

Tinha mais dois irmãos: Antonio Pio dos Santos, nascido aqui nesta cidade, mas que acabou como Chefe de Divisão da Armada portugueza por amor a D. João VI, e Pio Antonio dos Santos, que começou como Guarda-Marinha e acabou como como Capitão de Cavallaria do nosso Exercito.

Filho de marinheiro, a profissão paterna e o contacto diario com gente do mar influiram poderosamente na escolha da sua carreira. Mostra-nos E. Faguet, ao estudar a vocação para determinadas profissões, que "em certos individuos, que não têm imaginação o habito substitue a vocação e crystaliza em logar della". Assim é que vemos, frequentemente, o filho do advogado, do medico, do militar, sonhar com a farda, com a medicina, com o fôro. "Ha aqui, commenta o mesmo autor, um appelo da profissão ao homem, appelo feito não á imaginação, mas ao habito, ao costume ao amor ao meio, ás emoções domesticas, a

todos os sentimentos tranquillos ao invés de ser aos sentimentos vehementes e aventurosos".

O nosso biographado, após fazer seus estudos primarios e de humanidades aqui no Rio de Janeiro, transferiu-se para Lisbôa, onde assentou praça de Aspirante a Guarda-Marinha em 17 de Junho de 1791. Espirito vivo, intelligencia lucida, bastante affinco aos estudos permittiram ao joven americano fazer um curso academico assás satisfatorio. O galão de Guarda-Marinha veio, a 24 de Julho de 1796, premiar a sua applicação e disciplina mantidas invariaveis durante o tirocinio escolar.

No mesmo anno, a 5 de Novembro, era promovido a 2° Tenente e, a 8 de Dezembro, designado para embarcar em a nau *Princeza da Beira* afim de iniciar seu estagio de embarque. Rapida ia sendo feita sua carreira, graças ao seu *tombo* marinheiro, pois as divisas de 1° Tenente vieram, aos 5 de Junho de 1797, ornar os punhos de sua jaqueta de panno piloto.

A 16 de Outubro do anno seguinte foi transferido para bordo do bergantim *Lebre* e, em seguida a 3 de Dezembro do mesmo anno, para bordo do bergantim *Gavião*. Nesses dois barcos maneiros e bons de vela, desempenhara varias commissões com pleno sucesso o nosso biographado que, dia a dia, mais afiado marinheiro se revelava. Era uma figura galharda, franca, leal, zombeteira.

Alma de pomba, genio assomado. Com a mesma gentileza e desembaraço que num rasgo fidalgo e elegante osculava a mão enluvada de uma dama, esmagava com o punho de ferro ou a ponta de sua espada a insolencia de qualquer janota provocador. Não tinha papas na lingua; com o mesmo sangue-frio com que olhava o aguaceiro a avolumar-se no horizonte, revidava, com sarcasmo brutal, esmagador, a ousadia de uma indirecta, de qualquer falta de acatamento.

"Pelo pouco que sabemos de sua vida particular — diz-nos o Almirante Henrique Boiteux em "Os nossos almirantes" — temos que era Tristão Pio dos Santos de genio extremamente expansivo e folgazão, predicado esse da familia, pois deixou seu irmão (Antonio Pio) larga mésse de suas facecias com o proprio D. João VI, de quem era amigo pessoal. Sempre prompto a metter a bulha, não admittia, no emtanto, a menor offensa. Leal e cavalheiro para com todos não permettia a menor falta ao cumprimento de deveres, nem tão pouco a menor desconsideração para com a sua pessoa". Era calmo, bravo, destemido, imperturbavel. Conta-nos o seu erudito biographo que, certa vez, fôra Tristão dos Santos accommettido de um ataque cataleptico. Dado por morto, foi amortalhado e levado ao cemiterio. Como fosse, porém, já muito tarde para proceder-se ao sepultamento, ficou resolvido fosse o caixão mortuario recolhido á capela do campo-santo afim de ser inhumado no dia seguinte. Durante a noite, Tristão dos Santos voltou a si e, pelo apparato funebre de que estava cercado, comprehendeu o que

se havia passado. Não se perturbou, resolvendo continuar deitado á espera que rompesse o dia pois, áquella hora não poderia encontrar vivalma nem seriam ouvidos e, talvez, attendidos os seus appellos. "Fleugmaticamente collocou o chapeo armado sobre o peito e poz-se a dormir". Despertou já manhã alta com o rumor que fazia o sacristão a abrir as portas da capela. Tristão dos Santos, muito de proposito e prelibando já o effeito da pilheria, ergueu-se a meio e com longo *psiu acenou* com o chapeo armado para o distrahido sacrista. Bem podemos avaliar do pavoroso susto daquelle homem, "que deitou em desabalada corrida a gritar por soccorro", acudindo o pessoal do cemiterio que, attonito, contemplou o morto já de pé, compondo sua farda e espada". "Explicou elle que não estava morto: e que chamassem um medico para disso se certificarem, o que foi feito". "Avisada a familia do que se se havia passado, foi elle pouco depois levar a alegria onde reinava a tristeza".

Conta-se tambem que, sahindo elle certa vez do theatro, em companhia de uma filha, ao passar por uma pouco illuminada rua do antigo Rio de Janeiro, teve seus passos tomados por um ladrão que, armado, lhe exigia a bolsa ou a vida. Tristão dos Santos não se perturbou e, ágil como um felino, atirou-se ao assaltante e tamanha lição lhe deu, que o deixou de rastro e descadeirado para sempre.

Dos nossos marujos antigos, dos heroicos e galhardos dias do mar a vela, em que pululavam os *patescas, os lobos ao mar*, os *engole-vagas*, com sua indumentaria adequada, sua linguagem expressiva e desaçaimada, seus gestos e attitudes cheios de audacia, de petulancia, de attractivo, que enciumavam os casquilhos com o encantar as mulheres, nenhum, penso eu, nenhum ultrapassou o nosso biographado. Foi elle o typo perfeito do nosso Official de Marinha do seculo passado. Bella e interessante figura de um d'Artagnan naval, digna de um romance de costumes maritimos.

* * *

O raiar do novo seculo encontrou ainda Tristão dos Santos no mesmo posto a lavrar o oceano em continuados e fadigosos cruzeiros, apurando cada vez mais as qualidades marinheiras que o atavismo lhe emprestára. Aos 12 de Março de 1803 teve embarque em a nau "Vasco da Gama", onde gozou da companhia do seu patricio Luiz da Cunha Moreira e de Rodrigo Antonio de Lamare, ambos batalhadores da independencia brasileira.

Passou depois a servir, a 20 de Abril de 1804, a bordo da nau "Rainha de Portugal". A vida do porto era para Tristão dos Santos assás monotona; o seu genio, a sua natureza vibratil só pediam a vida agitada e kaleidoscopica dos largos cruzeiros sobre as ondas voluveis do verde e tredo oceano. Passou, pois, a commandar o bergantim *Vingança*,

veleiro barco que, em suas mãos experimentadas, se tornou verdadeiro brinco em asseio e correcção e arma temivel pela efficiencia de sua equipagem.

Aos 29 de Março do anno seguinte deixou o referido commando. Na *Princeza-Real*, navio classificado como charrua, embarcou como commandante Tristão dos Santos, a 28 de Maio de 1806, após pequeno descanço em uma commissão de terra. Foi promovido ao posto de Capitão-Tenente (correspondente, hoje, a Capitão de Corveta) em 17 de Dezembro do referido anno e, logo após, designado para servir como immediato da nau *Méduza* commandada pelo Capitão de Mar e Guerra Henrique da Fonseca Souza Prego.

Recebera ordem a esquadra portugueza de se apparelhar afim de transportar a Familia Real para o Brasil. Dessa força fazia parte o navio referido em que estava embarcado o nosso biographado. A 29 de Novembro de 1807 toda a esquadra velejava.

Após varios temporaes, avistaram o ribamar brasileiro, na altura do cabo Santo Agostinho. A Pernambuco arribou a *Méduza* com algumas avarias. Nessa altura veio ao encontro da esquadra fugitiva o brigue *Tres-corações* que, a mandado do Governador de Pernambuco, Caetano de Mirando Montenegro, já sabedor da vinda da Familia Real, levava fructos e vitualhas aos augustos personagens. A bordo dessa embarcação ia o illustrado brasileiro Antonio de Moraes e Silva, autor do "Diccionario portuguez" a cumprimnetar o Principe Regente. Vendo as fivelas de ouro que Moraes carregava nos sapatos, perguntou-lhe um dos cobardes fidalgos, que fugiam com D. João, em tom de motejo. — "Quanto pesam estas fivelas?..." — "Mais que a vossa cabeça..." — retorquiu o lexicographo com malicioso sorriso.

Mas, vamos ao nosso desempenado marujo. Ao chegar a esquadra ao Rio de Janeiro, em paz e salvamento, o regente premiou a efficiencia e mestria de sua officialidade naval embarcada na esquadra, com um posto de accesso. Nessas condições, a 13 de Março de 1808, Tristão dos Santos foi elevado ao posto de Capitão de Fragata. Depois dessa façanha, a esquadra portugueza, atirada ao encoradouro de tras de São Bento, cahiu em verdadeiro marasmo, qual o convalescente que cae prostrado após inconsiderado excesso. Assim sendo, a maioria da officialidade, desilludida de fazer carreira, procurou em empregos ,mais rendosos em terra, applicar sua actividade. Tristão dos Santos procurou tambem uma sinecura e passou assim alguns annos arredado do serviço activo. Afinal, a 17 de Setembro de 1814, foi nomeado commandante da fragata *Principe D. Pedro*, que recebeu ordem para se apparelhar afim de desempenhar uma commissão de representação ao ultramar. Assim é que, a 3 de Julho de 1815, seguiu para a Europa comboiando a nau *D. Sebastião* onde iam de passagem duas filhas de D. João, noivas de dois Principes d'Espanha.

Os negocios do Rio da Prata não corriam muito bem. O irrequieto caudilho oriental José Artigas trazia as nossas fronteiras meridionaes em verdadeiro sobresalto. Resolvera o governo acabar com o nefasto predominio do illetrado e sanguinario gaucho, intervindo na Banda Oriental. A Armada e o Exercito foram mobilizados. Aos 14 de Janeiro de 1816 partira para o sul, a estacionar em Santa Catharina, uma divisão naval de que fazia parte o navio commandado por Tristão dos Santos. Seus serviços nessa campanha foram levados na devida conta, pois foi graduado em Capitão de Mar e Guerra a 15 de Novembro de 1817.

Não nos consta que tivesse tomado parte na suffocação do movimento nacionalista irrompido em Pernambuco nesse anno, em que Luiz do Rego e o Almirante Lobo (que havia de figurar no quadro da nossa officialidade de mar...) cevaram nos patriotas brasileiros sua crueldade sanguinaria.

Após seus serviços nos mares do sul, foi Tristão dos Santos nomeado para servir na Bahia, a *Mulata-velha* por quem se afeiçoou sobremodo, desenvolvendo no Arsenal a sua proverbial actividade.

———

.....

As labaredas da revolução do Porto, começaram, ao raiar de 1821, a incender os animos brasileiros de norte a sul. A Bahia foi a segunda capitania brasileira a inflammar-se, apeando do governo o representante do absolutismo e organizando uma Junta governativa, composta em sua minoria de elementos nativos.

A idéa da independencia abrolhava já como rubra papoula ao contacto dos primeiros raios do lume liberal que se accendia nesta parte da America.

E, El-Rei, premido pelas circumstancias, abandonava o Brasil e no commando de um dos navios que o levaram de torna-viagem aos patrios lares via Tristão dos Santos com tristeza o seu mano Antonio Pio, sem saudades, abandonar a patria pelo apego ao soberano. Mal suppunha elle que, dentro em breve, as Côrtes dar-lhe-iam o pago, desfazendo a promoção a official General que Dom João galardoara sua amizade.

"Fóra do Brasil a familia real — diz seu illustrado biographo, proseguiu com mais intensidade a obra da nossa regeneração politica; e como bom filho do Brasil, Tristão dos Santos a ella se dedicou, muito especialmente depois que o Principe-regente se poz abertamente contra o determinado pelas Côrtes portuguezas, de novo empenhadas em transformar a parte fructuosa do reino em colonia".

Os animos na Bahia cada vez mais se exaltavam, começando as hostilidades entre brasileiros e portuguezes. Tristão dos Santos, graças á sua alta patente, assumiu o commando da pequena força naval estacio-

nada no porto. Sua attitude, porém, não agradava aos rudes dominadores que, por meio de intrigas e falsas informações enviadas a metropole, tudo faziam para afastar dos postos de maior representação os naturaes do paiz.

De accordo com as determinações da Junta governativa passou pouco depois o nosso biographado a dirigir a Intendencia de Marinha da Bahia. Nesse interim, o General Madeira de Mello por ordem das Côrtes assumiu a chefia militar da capitania e, insuflado por espiritos perversos, começou a praticar toda sorte de perseguições contra os elementos patrioticos não só da cidade, mas da ilha de Itaparica e de todo o reconcvo, onde o espirito vevolucionrio era geral.

A Junta de Fazenda, influenciada por Madeira, allegando ser de sua competencia a nomeação do Intendente, impugnou a designação de Tristão Pio dos Santos; o governo provisorio, no emtanto, determinou que elle assumisse o cargo até que as Côrtes resolvessem o caso. Nessas condições, a 31 de Julho de 1822, entregava elle a Força naval e assumia seu novo cargo.

Dia a dia iam as côrtes accumulando elementos militares na cidade do Salvador, afim de abafar cruelmente as aspirações dos patriotas que, diante disso, mais rebeldes se mostravam.

"No exercicio do cargo de Intendente, cooperando com os patriotas, estando prompta a ser lançada ao mar dos estaleiros do Arsenal de Marinha a fragata que acabou em Lisboa com o nome de *Duqueza de Bragança*, resolveu Tristão dos Santos de combinação com João das Bottas e outros operarios brasileiros inutiliza-la para o serviço". O constructor do Arsenal, sabedor do intento dos patriotas, denunciou-os ao General Madeira. Tristão dos Santos, para fugir á furia do tyranno, embarcou em um navio inglez e veio ao Rio de Janeiro pôr-se ás ordens de D. Pedro, emquanto João das Bottas escapava para Itaparica, onde se poria á frente da frotilha patriota.

A 5 de Dezembro de 1822 criava-se no Rio uma commissão, presidida pelo Ministro da Marinha, afim de tratar de todos os assumptos attinentes á organização naval e incumbida ao mesmo tempo de conhecer escrupulosamente, investigar e informar ao Imperador da conducta, adherencia á causa do Brasil e de todas as commissões desempenhadas pelos officiaes que voluntariamente haviam ficado ao serviço da Armada nacional e Imperial.

Dessa commissão foi o nosso biographado nomeado vogal. Reuniu-se ella no dia 14 do referido mez e resolveu enviar um officio circular a todos os officiaes da Armada, desde 2.º Tenente até Capitão de Mar e Guerra, consultando-os se adheriam ou não á causa do Brasil.

"Embora membro da commissão, enviou Tristão Pio dos Santos a seguinte communicação: — "Illm. Exmo. Sr. Sirva-se V. S. levar ao

conhecimento da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha de onde emanaram as ordens a que V. S. se refere no officio que me dirigiu com data de 20 do corrente mez e anno, que havendo abandonado a causa portugueza, que ainda hoje opprime a cidade da Bahia, para buscar o serviço deste Imperio, tenho por este facto dado as mais evidentes provas de adherir á causa do Brasil e de Sua Majestade Imperial — Rua das Marrecas, 24 de Dezembro de 1822".

Em principio de 1823 apparelhava-se no porto desta cidade uma esquadra nacional que, sob as ordens de Lord Cochrane, deveria expugnar os elementos inimigos que pretendiam perpetuar-se na Bahia. Na fragata *Nictheroy*, commandada por João Taylor, seguiu como passageiro o nosso biographado, "afim de ser empregado na commissão que melhor parecesse a Lord Cochrane, ao chegar á Bahia".

Fez-se de vela a esquadra a 2 de Abril, menos a *Nictheroy* que carecia ainda de alguns retoques. A 30 de Abril incorporava-se ella á nossa força e a 4 de Maio, á vista de Itapoan, chocavam-se os nossos com os elementos navaes portuguezes.

Com a calma, bravura e sangue frio, que lhe eram peculiares, tomou parte Tristão dos Santos no memoravel embate em que, apesar da felonia de um grupo de marujos infames, alcançou a incipiente Armada portugueza o dominio do Atlantico, dominio este que após setenta e poucos annos de real efficiencia e de valor incontrastavel, de feitos gloriosos e ammarcesciveis, desfibrados estadistas, para ludibrio e vergonha nossa, permittiram criminosamente, que vizinho-zoilo delle se apossasse...

Rumou a nossa esquadra para o morro de S. Paulo, base de emergencia de ante-mão escolhida. Ali, desde logo, "poz-se Tristão dos Santos em actividade, fazendo os reparos necessarios nos navios, substituindo a artilharia de uns e preparando os brulotes ordenados pelo Almirante", emquanto este se occupava do bloqueio da bahia de Todos os Santos, onde fôra encurralada a esquadra portugueza.

No dia 5 de Maio o nosso biographado apresentou a Lord Cochrane a sua "Parte official" do combate em que se haviam empenhado, interessante documento que muito esclarece aquella pagina gloriosa dos nossos fastos navaes.

Dias após resolveu o Almirante "mandar para Itaparica o Capitão de Mar e Guerra Tristão Pio dos Santos, para melhor organizar a Frotilha de barcas que, ao mando de João das Bottas, nomeado pelo governo da Cachoeira 1.º Tenente da Armada, com extraordinaria galhardia operava no Reconcavo contra as forças portuguezas. Levando em sua companhia — escreve o Almirante H. Boiteaux em "Os nossos Almirantes" — o Primeiro Tenente de Engenheiros John Bloem, partiu Tristão Pio dos Santos, não só para dispôr tanto as barcas, como os brulotes preparados em numero de tres."

O nosso biographado conseguiu sem demora "elementos não só para a Frotilha, como soube despertar o animo e enthusiasmo dos itaparicanos e manter activa correspondencia entre o Almirantes e as tropas de Labatut, informando-o de tudo que se passava na capital".

A situação das tropas de mar e terra portuguezas de accupação aggrava-se dia a dia, diante da continuda e cada vez mais forte pressão dos nossos elementos aggressivos. O tyrannico General Madeira, impotente para conter a indomita e insoffrida onda brasileira que, dentro em breve, se abateria, subvertendo, sobre a bastilha execranda de um colonato aviltante.

A 2 de Julho de 1823, finalmente, o comboio portuguez composto de 84 velas, pejadas de tropas, funccionarios publicos, argentarios, familias, grandes haveres, fazia-se ao mar, abandonando para sempre as plagas brasileiras. Ao largo pairavam os minguados vasos da nossa esquadra que, enfrentando galhardamente a escolta lusitana, havia de reduzir de tres quartos o comboio inimigo e levar á boca do Tejo a bandeira triumphante do novo Imperio. A' frente da Frotilha patriota, que João das Bottas illustrara, Tristão dos Santos, velejando de Itaparica, após picar a rectaguarda aos ronceiros e retardatarios, fez hastear o nosso pavilhão victorioso no Forte do Mar e assumiu o commando do porto e das repartições navaes como Intendente de Marinha.

"Começou, então, com verdadeiro ardor e actividade a reorganizar os serviços completamente anarchizados, e cuidar dos meios de garantir o porto." Dizia elle em uma de suas communicações ao Governo: — "Tomei conhecimento do Arsenal de Marinha e achei que os inimigos o deixaram em estado lastimoso, porque, depois de embarcarem quanto puderam, não esquecendo a ferramenta com que trabalhavam os operarios das diversas repartições, quebraram e arruinaram o resto que ficou, de maneira que estas coisas jámais servirão. Metteram a pique todas as embarcações do serviço do Arsenal, e assim tambem a barca de registro, artilhada com 9 peças de 24, e quatro de 12, e o bergantim *Ave-Maria* que em outro tempo conduzia madeira de construcção".

"Passado este primeito periodo — diz o seu illustrado biographo — teve Tristão Pio dos Santos de attender á remessa das tropas portuguezas para o reino e as auxiliadoras pertencentes ao exercito Pacificador, para as respectivas provincias".

Como galardão aos seus desinteressados e relevantes servioç á Patria foi effectivado no posto de Capitão de mar e guerra por decreto de 12 de Outubro de 1823.

Não foram menores a sua actividade e dedicação no preparo do material fluctuante da Armada durante o movimento revolucionario de Pernambuco em 1824. O governo reconhecendo os dotes intellectuaes e profissionaes do incançavel servidor levou-o ao generalato. Por decreto de 9 de Agosto do mesmo anno foi graduado em Chefe de Divisão.

A provincia Cisplatina, arrastada pela demagigia argentina, tomara armas contra o governo imperial, procurando emancipar-se.

Novos sacrificios iamos fazer para manter pelas armas uma conquista sobremodo inconveniente e difficil no momnto.

O Arsenal da Bahia, sob a direcção do infatigavel marinheiro, excellentes serviços prestou á efficiencia dos nossos elementos navaes em operações de guerra.

Tristão dos Santos, em 28 de Julho, "por seu procurador Luiz Antonio Barbosa de Oliveira, requereu ao Governo que por intermedio da nossa Legação em Paris, por não ter elle relação naquelle paiz, fosse pago a seu filho Antonio Rodrigues Pio — "que lá se achava a estudo de sciencias naturaes a habilitar-se para o serviço nacional e imperial" — a quantia de quinhentos mil réis annuaes até o final de seus estudos, quantia essa que lhe seria descontada de seus vencimentos".

Era elle nessa occasião o mais antigo na classe dos chefes de Divisão, como graduado, "havendo servido ha mais de 35 annos todos na carreira da Marinha em continuas commissões, e porque para manter sua numerosa familia, e um filho em França a estudar mathematica á custo delle e de mais um outro que para o mesmo effeito pretende fazer largar breve, afim de se tornarem uteis ao serviço imperial e aos seus, por meio de uma instrucção regular, e como "não podem chegar os vencimentos de soldo e avanços que não percebe", recorria á graça do Imperador para ser effectivado no posto, em requerimento que fez a 31 de Outubro de 1826. O Imperador, levando em conta os serviços e meritos do dedicado official, deferiu-lhe a supplica por decreto de 15 de Novembro do mesmo anno.

Em virtude de uma determinação do Ministro da Marinha de 27 de Fevereiro de 1828, o nosso biographado como Intendente de Marinha da Bahia apresentou um plano de alterações na organização e serviços do Arsenal de Marinha do Salvador que muito abonam seus meritos de administrador sensato, probo e esclarecido.

Com sua larga experiencia e competencia profissional explanou perfeitamente os quesitos propostos pelo titular da pasta, fazendo suggestões e propostas muito adequadas e vantajosas.

"Muitas outras reflexões — diz o seu biographo — fazia na sua exposição o digno official, todas ellas dictadas com elevado espirito de justiça e verdadeiro senso administrativo. Muitas dessas medidas ainda hoje fazem parta da legislação da Marinha e que muito contribuiram para o progresso dos serviços, tanto na fiscalização, como para a boa marcha delles".

Aos 26 de Abril de 1827 foi nomeado Tristão dos Santos para o cargo de Inspector do Arsenal de Marinha do Rio de aneiro. Foi com funda saudade que se afastou daquelle rincão, por quem se afeiçoára, o velho e provecto marinheiro.

No exercicio do cargo, onde vinha prestando inestimaveis serviços, foi promovido a Chefe d'Esquadra graduado por decreto de 18 de Outubro de 1829.

No anno seguinte, aos 4 de Janeiro, sendo Ministro da Marinha o futuro Marquez de Paranaguá, assumia o nosso biographado o cargo de Ajudante de ordens e encarregado do expediente do Quartel-General de Marinha. A' testa dessa repartição esteve até 14 de Dezembro do mesmo anno. Voltou ao seu antigo encargo, de que foi dispensado por Decreto de 29 de Agosto de 1831 em consequencia dos successos politicos que se desenrolaram nesse anno e que levaram D. Pedro a abdicar.

Sentindo-se fatigado da actividade militar, requereu sua reforma, que lhe foi concedida de conformidade com a lei, com o posto e soldo de Vice-Almirante, de acordo com a resolução do Conselho Supremo Militar de 23 de Outubro de 1832.

"O que a profissão tem de mais contrariante — diz-nos Emilio Faguet — é que nos abandona. Chega o momento da *aposentadoria, da reforma* aos militares), essa primeira morte para os que fazem, alguma cousa (os outros podemos consideral-os mortos desde sempre) e é sabido até que ponto apressa muitas vezes a segunda.

"E' necessario ter um segundo officio, na previsão do momento em que teremos de abandonar o primeiro, e nunca deveriamos desprezar o segundo, afim de que, chegado esse momento, elle seja sufficientemente forte para se estender naturalmente, para passar facilmente além dos limites dentro dos quaes o mantinhamos e apoderar-se, sem que para isso façamos esforços de toda a nossa vida e preenchel-a".

O Almirante Tristão Pio dos Santos era um desses homens de grande actividade; não podia estar parado. Habituado desde os tenros anno á á vida agitada de bordo, ao reformar-se experimentou formidavel abalo pois não havia meios de conformar-se com uma ociosidade que lhe agitava os nervos e o punha de mau humor. Precisava um derivativo poderoso para contrabalançar a pasmaceira em que então vivia. Fez-se politico.

Escreve Faguet: — "Muitos tomam a politica para segunda profissão... Quando estiverem velhos, dizem comsigo, hão de consagrar-se á politica. Isto é conhecer mal a vida. A politica é dura para os velhos. Exige uma força, uma actividade de lutador, batalhas contra concurrentes que, se forem moços, têm sobre elles uma superioridade difficil de vencer..."

Tristão dos Santos, apezar de andar beirando a casa dos 60 a 63 annos, era ainda um sympathico typo de homem e lutador: sadio, vigoroso, esbelto, bem falante, sagaz, zombeteiro e caustico. Era imaginoso polemista mas como todo marinheiro, homem de boa fé e assaz

bisonho em tricas e chicanas, armas predilectas dos politicos profissionaes Faria bem? faria mal? Veremos...

"Como primeiro officio, a politica convem áquelles se gostam della; como segundo officio não convem a ninguem porque, durante o curso da vida reclama o homem todo; e, no fim della, excede-o" — observa com grande justeza o autor citado.

Atravessavamos um dos periodos mais agitados da nossa historia politica. Os dois extremos do Brasil, Pará e Rio Grande do Sul, eram duas formidaveis fogueiras que a guerra civil alimentava com seus odios, seus despeitos, suas ambições mal contidas. O elemento reinol, perdida a inexgotavel colonia, vingava-se machiavelicamente atiçando os odios, espalhando a felonia...

Da fuzão dos elementos reaccionarios com os liberaes moderados, mercê dos esforços e habilidade politica do famigerado mineiro, filho de um bispo portuguez, Bernardo de Vasconcellos e de Pedro de Araujo Lima, futuro marquez de Olinda, nasceu a agremiação partidaria que ficou conhecida por *Partido conservador*. Com a existencia de dois partidos com programmas mais ou menos definidos, estabeleceu-se entre nós o regime parlamentar. Nas eleições de 1836 foi o partido conservador que alcançou a victoria.

Na terceira organização ministerial da regencia do Padre Feijó foi o nosso biographado chamado a occupar a pasta da Marinha. Assumiu o novo cargo, em substituição ao brigadeiro Maciel, a 16 de Maio de 1837.

Em a sessão de 1 de Junho, apresentou-se o Almirante Tristão dos Santos á Camara dos Deputados, afim de assistir á discussão do projecto de fixação das forças navaes.

Escreve Pereira da Silva, referindo-se ao titular da Marinha".... velho soldado (aliás, marinheiro) astuto e manhoso, mas bisonho em coisas politicas e sobretudo em estilo parlamentar.

"Homem de espada e guerra, desconhecia os ardis parlamentares e não tinha a maleabilidade dos verdadeiros politicos" — completa o "Diario do Rio".

Foi um desastre a sua estreia na Camara na defesa da proposta da fixação das Forças navaes e do orçamento da Marinha.

Tristão dos Santos com uma franqueza rude, destemeroso e pugnaz, muito assomado, ia com a sua linguagem espera e pitoresca de marinheiro, rebatendo as investidas e zombarias dos politicos profissionaes opposicionistas ao governo de Feijó e, principalmente, porque o titular da Marinha não tinha sahido do gremio parlamentar...

Fazendo um parallelo entre o *Tristão marujo* ou o *Alegrão Impio dos Diabos*, como o appelidara a imprensa irreverente e opposicionista, e o seu antecessor no Ministerio da Marinha dizia um deputado que o Al-

mirante sempre que entrava na Camara, e com atmosphera serena, provocava a tempestade.

Assédiado e ferretoado por um grupo de parlamentares do jaez de Diogo de Vasconcellos Rodrigues Torres, H. de Rezende, R. de Carvalho etc., o velho almirante inflammava-se e então... adeus compostura, descobria as baterias e chovia metralha...

"E' necessario que o nobre deputado fique sabendo que a *paciencia tambem se esgota*" — disse elle a certo parlamentar com o braço ameaçador.

Em outra sessão a scena terminou como vamos ver. O Almirante Tristão começou a falar: — "No principio da discussão desta proposta *eu fui aqui assaltado como o são os navegantes pelos piratas* sem me deixar tomar alento sem me deixar respirar.

Alguns membros — "A' ordem! A ordem"!

Tristão: — "Não posso falar; vejo que os senhores querem estabelecer para si o direito de insultar impunemente..."

Vozes: — "A' ordem! A' ordem!"

Tristão: — "O direito natural permitte-me repellir a força com a força..."

Alguns membros. A' ordem! A' ordem!"

Tristão: — "Os Senhores deputados não estão aqui para insultar nem offender ninguem."

Muitas vozes: — "Nem o Sr. Ministro!..."

Tristão: — "Não insulto, respondo aos insultos que se me dirigem; defendo-me; uso de um direito natural...

Serenados por momentos os animos, assomou á tribuna Rodrigues Torres que, como ex-titular da pasta, achou-se com o direito de verberar com acrimonia a attitude e a linguagem do velho marinheiro. — "O Sr. Ministro diz palavras que, estou persuadido, não sabe o que significam mas que offendem a Camara...

"Eu não dou, pela minha parte, importancia a certas palavras que sahem da bocca do Sr. Ministro; mas nem todos podem ouvir a sangue frio que se nos comparem a piratas..."

Tristão dos Santos, com ganas de fazer o mesmo áquelles deputados que o atacavam o que havia feito ao gatuno que o assaltára certa vez, achou preferivel retirar-se.

Bernardo de Vasconcellos, aproveitando-se de sua ausencia, tomou a palavra e, com a mordacidade que lhe era arma poderosa zurziu o nosso biographado: "A sua ausencia ha de contribuir para o progresso dos nossos trabalhos, visto que a sua missão não era informar, mas provocar a Camara dos Deputados (numerosos applausos) que estava incumbido de insultar. Ora, este facto, o que tem elle de importante?

O Sr. Ministro não tem a habilidade necessaria para ser ministro. Sem considerar que se não póde sentar nos bancos ministeriaes, sem as precisas qualidades tomou sobre si esta tarefa..."

Mas, deixemos de parte essas amostras das luctas aridas, improficuas e anti-patrioticas, que só redundavam em prejuizo geral. Quem veio a ser profundamente prejudicada com o ridiculo bate-boca parlamentar foi a Marinha de Guerra, tão necessitada naquelle momento de elementos para bem cumprir a sua missão de attender aos dois extremos do Brasil, devorados pela guerra civil.

Tristão dos Santos, entretanto, não desanimou. Com os minguados meios que poude alcançar conseguiu manter as nossas forças navaes em apreciavel estado de efficiencia e disciplina. A nossa legislação guarda varios actos e outras medidas administrativas que trouxeram vantagens, e facilidades e aperfeiçoamentos ao nosso ainda modesto apparelhamento naval militar. Entre outros actos destacaremos: Pela resolução de 23 de Maio de 1837 regulou o pagamento dos vencimentos dos officiaes da Armada, que fossem nomeados para embarque; pela decisão de 14 de Junho determinou o estabelecimento no Arsenal de Marinha desta cidade de uma officina para construcção de embarcações miudas; por outra de 21 do mesmo mez, estabeleceu regras para a applicação das madeiras na construcção naval; a 1 de Julho mandou observar com força de Regulamento, o plano da nova organização, serviço, disciplina e instrucção que deviam ter ás quatro Companhias fixas de Marinheiros (Corpo de Imperiaes Marinheiros); pela de 3 do mesmo mez equiparou os vencimentos dos operarios de 1ª e 2ª classes calafates aos dos carpinteiros de machado; pela decisão de 6 de Julho determinou ao Presidente de Mato Grosso que activasse a construcção de quatro canhoneiras destinadas a completar a Força naval para terminar o programma estabelecido; estas canhoneiras deviam ser apparelhadas com mastro curto, com uma vela latina, dotadas de remos e podendo navegar á sirga. O Arsenal de Mato Grosso era á margem do rio Cuyabá e constava de um telheiro aberto onde se abrigavam duas canhoneiras.

Tristão dos Santos determinou a construcção de um outro armazem para deposito de madeira e o estabelecimento de uma pequena cordoaria onde fossem cochados cabos de couro e de imbé. Incentivou a cultura do linho canhamo naquella região. Para dirigir o referido Arsenal e commandar a pequena Força naval nomeou o Commandante Augusto Leverger, futuro Almirante e Barão do Melgaço, cujos serviços á corporação e á patria lhe são muito agradecidas.

Tristão dos Santos olhou sempre com muito carinho para a situação dos nossos operarios, principalmente para os do Arsenal da Bahia. Mandou restabelecer a Cordoaria nacional, criada em 1808, transferindo-a da ilha das Cobras para a Armção, em Nictheroy. Poz em execução uma tabela de fardamento para as praças das Companhias fixas de Ma-

rinheiros; modificou alguns artigos do Regulamento do Hospital de Marinha e determinou ao Cirurgião-mór que fossem recebidos doentes a qualquer hora e logo medicados. Autorizou ao Presidente do Rio de Janeiro a enviar para o Arsenal todos os meninos orphãos e desoccupados afim de serem instruidos e empregados na Armada.

Emfim, o velho servidor, sempre alegre e prazenteiro, olhando com superioridade para aquelles que, sobrepondo aos verdadeiros interesses da patria sua empafia e ridiculos melindres, procuravam pôr-lhes impeços á administração, ia, com muita segurança, encaminhando a nossa Armada para a brilhante florescencia que alcançou no segundo Imperio.

E dizer-se que esta Armada que nos deu as paginas gloriosas da Independencia, que nos deu a unidade e integridade nas lutas da Regencia, que, em Tonelero, Paysandú e Riachuelo mostrou á America o nosso vigor e poderio: esta Armada que no penol da lendaria *Nictheroy*, da *Bahiana*, do *Almirante Barroso*, do *Benjamin Constante*, levou a todos os recantos do mundo as dobras triumphantes do nosso pavilhão, chega hoje ao extremo (miseria das miserias!...), mercé do abandono em que a lançaram homens sem fé nem coração, a não ter um mesquinho navio-escola para os seus officiaes, para os seus marujos!...

No emtanto, bem perto de nós, não nos commove o exemplo. A *Sarmiento*, navio-escola argentino, iniciou ha pouco a sua 32.ª viagem de instrucção. Se dermos para equipagem desse navio 40 officiaes e 350 praças, veremos que 1.280 officiaes e 11.200 inferiores e praças daquella nacionalidade ficaram conhecendo os principaes portos do mundo, e além de outras vantagens, alcançaram um tirocinio de mar bem apreciavel. Quanto não tem lucrado a Argentina fazendo passear a sua bandeira pelo mundo, fazendo a propaganda de seus productos, mostrando a cultura de seu filhos?! E nós? O que diremos de nós?...

O Padre Diogo Feijó, diante da tremenda opposição, que experimentava o seu governo, resolveu exonerar-se do alto cargo que occupava. Foi chamado para a pasta do Imperio Pedro de Araujo Lima, posteriormente Marquez de Olinda. A 18 de Setembro de 1837 assumia elle, interinamente, a regencia do Imperio.

Os ministros, por sua vez, solicitaram igualmente exoneração dos seus cargos.

O nosso illustre biographado no dia 19, descia as escadas da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, tendo feito entrega do alto cargo ao Dr. J. Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaborahy, com quem, pouco antes esgrimia fogosamente na Camara ao discutir-se a fixação das Forças navaes.

O "Sete de Abril", não perdoava ao velho almirante. Dizia elle que Tristão voltava para o "seu Vice-Almirantado de Nictheroy". E parodiando a linguagem applicada pelo sympathico marinheiro em suas discussões no Parlamento: — "Lésto a virar! — Está dito! não ha gostos perfeitos nesta vida (disse o Exmo. Marujo, indo de passagem para Nictheroy na barca (a vapor) depois de me haver feito *á capa* e beirando costa á costa, dei fundo para aproveitar a pesca; mas, veio o *pampeiro*, e por mais ferros que deitei para o fundo fui á garra e larguei a amarra pelo chicote com trezentas pipas!... Paciencia; isto succede ao mais habil Almirante, nem sei como me safei assim tal e qual..."

O decreto 123 de 12 de Junho de 1840 aprovou a pensão de 240$000 que lhe fôra concedida na pessoa de sua filha D. Henriqueta Adelaide Pio dos Santos.

O Imperador, nesse mesmo anno nomeou-o presidente da provincia do Grão Pará.

Seu nome, em Março de 1841, foi incluido na lista triplice da eleição que se procedeu ao Pará para Senador na vaga aberta pela morte do Barão de Itapoan em 20 de Abril do anno anterior.

Foi o primeiro eleito, alcançando Tristão dos Santos 152 votos, mas infelizmente veio a fallecer antes da escolha. O governo, por sua vez achou a eleição irregular e mandou proceder nova em Novembro do referido anno. A respeito dessa eleição encontramos uma carta de Belem, de 22 de Fevereiro de 1841, transcripta pelo "Jornal do Commercio" Dizia: — Cabanos todos soltos, presidente muito doente e em risco de vida; eleições em que a farça e a trapaça predominaram; são factos notaveis e que não annunciam muito bom futuro; as eleições foram feitas *militarmente* nas freguezias da cidade e sahiram eleitos os que o governo quiz: na sé votaram cento e noventa e tantos *marinheiros de todas as idades*, trezentos e vinte e tantos soldados, e apenas cento e sessenta e tantos paizanos: em Sant'Anna votou o batalhão 4 de Artilharia e as mesas foram compostas de militares: e com todas estas violencias com terem deixado de votar os cidadãos da cidade, não puderam impedir que o Dr. Franco fosse o mais votado neste colegio que é o principal da provincia, e que tivesse muitos votos o Dr. Miranda contra quem muito trabalhou o presidente e os seus..."

Este jornal, em seu n. 168 de 28 de Abril de 1841, transcreveu outra carta particular, de 25 de Fevereiro, do Pará, em que lemos a noticia do passamento do illustre marinheiro.

"O Exmo. Sr. Vice-Almirante Tristão Pio dos Santos, esse ornamento da nossa Marinha de Guerra, esse distinto cidadão que tantos serviços prestou á independencia do Brasil, falleceu hontem (24) nesta cidade com todos os seus sentidos, tendo na noite antecedente assignado todo o expediente. Perguntando-se-lhe porque se dava áquelle trabalho, respondeu que naquelle dia ainda vencia o ordenado de presidente. Depois

da sua morte, achou-se-lhe um bilhete de 20$000 para o enterro; mas os officiaes de Marinha, sabendo disso, fizeram-lhe um rico funeral á sua custa, sendo acompanhado por muita gente que voluntariamente quiz honrar tão tristes cerimonias.

O sentimento foi geral: elle, *sem ter praticado o menor escandalo*, era o mais votado para senador e deputado. A enfermidade foi um ataque na bexiga, erradamente tratada pelos seis mais acreditados curandeiros do logar." O seu trespasse deu-se pelas 9 horas da manhã. Foi substituido pelo Dr. Souza Franco.

Diz uma noticia da época que Tristão dos Santos "legou uma administração desmontada, povo desgostoso em parte, e em parte exagerado e já alteroso (os que foram amnistiados, recusa de fazer serviço parte do governo policial..."

Ornavam-lhe o peito varias condecorações.

Ao que sabemos, o illustrado e bravo almirante deixou dois filhos, um dos quaes com o seu nome, e uma filha. Na Marinha actual figuram tres descendentes seus, os Capitães de Corveta Mario e Edgard Hecksher e o Capitão-Tenente Alvaro Hesher.

Não conheço nenhum retrato do nosso biographado, pois a galeria

Do retrato do nosso biographado, a galeria dos Ministros da Marinha do nosso Museu Naval é deserta. E' possivel que entre os seus descendentes se encontre algum retrato a oleo ou preciosa miniatura.

XXXI e XLI

Marechal de Campo

SALVADOR JOSÉ MACIEL

(M. Naval)

XXXI E XLI

Marechal de Campo

SALVADOR JOSÉ MACIEL

O illustrado general do nosso Exercito, cujo nome nos serve hoje de epigraphe, sobraçou por duas vezes a pasta da Marinha: a primeira, na Regencia do Padre Diogo Antonio Feijó, de 5 de Fevereiro de 1836 aos 16 de Maio de 1873; e, a segunda, já no reinado de D. Pedro II, interinamente, de 24 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1843.

Desse titular, o erudito Sr. Coronel Laurenio Lago, Director da Secretaria da Guerra, organizou, com grande cuidado, e publicou nesta folha, em Novembro de 1928, uma excellente biographia que, no anno passado, foi editada em sympathica brochura.

Com a devida venia, passarei a aproveital-a nestas columnas com mais alguns accrescimos e achegas, em parte fornecidos pelo seu muito amavel e douto autor.

Portuguez de nascimento, pois, veiu á luz em Lisboa aos 27 de Novembro de 1781, era o Marechal de Campo graduado Salvador José Maciel filho legitimo de João Teixeira Pinto e de D. Magdalena da Cunha.

Com vocação innata pela nobre carreira militar, ainda em tenra idade, pois contava quinze annos, assentou, voluntariamente, praça de soldado na arma de infantaria, em Junho de 1796.

Intelligente e afincado aos livros fez seus estudos especializados, alcançando com isso a promoção a 2° Tenente de Artilharia por Decreto de 24 de Junho de 1807.

Com a invasão de Portugal pelas tropas francezas de Junot, e, diante dellas, a debandada da Familia-real e cerca de quinze mil dos seus mais assustadiços subditos, não sabemos se o Tenente Maciel acompanhou a côrte ou quedou-se na metropole a enfrentar a usurpação estranjeira. O certo é que no anno seguinte, por Decreto de 25 de Novembro, tinha como galardão os galões de 1° Tenente de engenheiros.

Pela carta patente de 5 de Agosto de 1811 foi promovido ao posto de Sargento-mór e designado para servir na capitania da Bahia, onde ainda se encontrava em 1813.

Rebentando a revolução republicana de 1817 em Pernambuco, o Capitão-General da Bahia, Conde dos Arcos, organizou logo elementos de mar e terra para auxiliar a sufocação daquelle movimento patriotico.

Seguiu a ellas incorporado o Major Maciel como Ajudante-General da Divisão do Marechal Joaquim de Mello Leite Cogominho e, em attenção aos serviços lá prestados, obteve, pelo Decreto de 26 de Outubro, a promoção a Tenente-Coronel e bem assim o habito de cavalleiro da Ordem de Christo pelo Decreto de 5 de Novembro, tudo do mesmo anno.

Em 1818, por Decreto de 11 de Setembro, alcançou a mercê de uma pensão de 250$000 annuaes, naturalmente como recompensa de serviços prestados sem sabermos, entretanto, de que caracter; e por outro, de 10 de Dezembro do mesmo anno, foi nomeado Director interino do Arsenal de Guerra da Bahia. Do exposto vemos que o nosso biographado gosava das sympathias do Conde dos Arcos.

No anno seguinte, 1819, por Decreto de 13 de Maio, foi graduado no posto de Coronel.

Em Julho de 1820, foi designado para servir nas capitanias da Bahia e Rio Grande de S. Pedro como delegado do Tenente-General Inspector das fortalezas e postos de guerra.

Em 1820, na cidade do Porto, rebentava uma revolução constitucional. "Ao chegar a noticia ao Brasil — diz-nos João Ribeiro — por toda a parte a impressão foi profunda. Dom João VI, em cuja vida não faltavam desgostos e temores de conspirações no lar e na praça publica, não fazia senão relembrar a situação miseravel de Luiz XVI que parecia igual á sua. O movimento era por sua natureza irresistivel". O rei, depois de muitas vacillações, regressou para Portugal em Abril de 1821, deixando á testa da administração do Brasil o Principe D. Pedro.

Este, por Decreto de 9 de Maio do alludido anno, effectivou no posto o nosso biographado e designou-o para servir na Bahia. Estamos vendo ainda nessas resoluções a influencia do Conde dos Arcos, titular das pastas do reino e estranjeiros em o novo governo e que desfructava o maior valimento junto ao Principe.

As idéas revoluncionarias iam avassallando o Brasil de norte a sul. Na Bahia, a tropa e o povo deram por terra com o governador e constituiram uma Junta provisoria. Estabelecidas as côrtes portuguezas, iniciaram ellas um insidioso trabalho de recolonização do nosso paiz, contando para isso com as execradas tropas metropolitanas espalhadas pelas nossas capitaes. "O amadornado Brasil, como disse o formidavel tribuno Antonio Carlos (o prócer), já encarava a independencia como o unico antidoto contra a violencia portugueza". Na Bahia os animos se extremavam e o nosso biographado não deixava de manter-se fiel ás determinações das côrtes. O brigadeiro Luiz Ignacio Madeira de Mlleo fôra nomeado commandante das armas da Bahia, preterindo o brasileiro nato General Freitas Guimarães. A indignação dos nacionaes subiu ao auge e varios preparativos se iniciaram para repellir

as violencias que os emissarios das côrtes praticavam contra os patriotas. Varias villas do reconcavo haviam tomado o partido de D. Pedro, que se declarára abertamente a nosso favor.

O brigadeiro Madeira preparava já contra ellas uma expedição, quando a timorata Junta da capital propoz se mandasse uma deputação afim de apaziguar-se os animos. Entre os membros da delegação que, afinal, nada conseguiu dos patriotas do reconcavo, figurava o Coronel Salvador Maciel.

Nos lamentaveis successos de Fevereiro de 1822, em que a maruja e a soldadesca portuguezas, espraiando-se pela cidade do Salvador, commetteram toda a sorte de villanias e attentados selvagens, enchendo de luto e opprobio innumeras familias, o Coronel Salvador Maciel apresentou-se ao General Madeira e no estado-maior deste se manteve durante quasi todo o tempo que se enfrentaram na Bahia, brasileiros e portuguezes, na luta gloriosa da nossa emancipação politica. Em principios de 1823, quando já claramente se evidenciava que a victoria final caberia ao novo imperio, resolveu o Coronel Maciel abraçar a nossa sympathia causa. Evadiu-se da Bahia e veio ao Rio de Janeiro pedir ao Imperador a graça de incorporal-o ao Exercito do Brasil. Sua petição, que se acha archivada na Secretaria da Guerra, é do seguinte theôr: — "Diz Salvador José Maciel, coronel effectivo do Corpo de engenheiros, que mandado por V. M. para a cidade da Bahia em Maio de 1821, *poude evadir-se*, chegando a esta côrte em 17 de Janeiro do presente anno com sua familia *para abrigar-se junto ao Imperial throno de V. M. dos males que soffreu e dos horrores que o emeaçavam naquella cidade*, como tambem para *merecer a graça de continuar a servir o Brasil*, em qualquer logar que a seus interesses convenha portanto pede a V. M. a graça de mandar abonar-lhe seus soldos onde competir". Sua petição alcançou o seguinte despacho: "Pague-se-lhe desde o dia que entrou neste porto vindo da Bahia e fique-se-lhe pagando quando receberem os de sua classe".

Que elle mérecia as bôas graças do Imperador está que, apezar da actuação que tivera na Bahia contra os sentimentos nacionaes foi, por Decreto de 14 de Maio de 1823, nomeado Inspector do Arsenal de Guerra do Exercito nestes termos. "Achando-se vago o logar de Inspector do Arsenal do Exercito pela demissão que havia concedido ao que o exercia e convindo ao bem do serviço e a melhor administração e direcção dos trabalhos das officinas do mesmo Arsenal, que seja provido o referido logar. Hei por bem por este respeito, e tendo attenção ás circumstancias que reune em si para bem desempenhar aquelle emprego. Salvador José Maciel Coronel do Corpo de Engenharia, de o nomear para Inspector do sobredito Arsenal. E considerando-se que não se achavam ainda marcadas as attribuições e encargos do mencionado logar de Inspector, como muito convíria. Hei de outrosim por bem, que, provisoriamente e emquanto se não dão

ulteriores providencias sobre aquelles estabelecimentos em geral, o Inspector nomeado tenha os mesmos encargos incumbencias e attribuições que foram designadas para o deputado vice-inspector das officinas, pelo Alvará de 1 de Março de 1811, da criação da Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, Fabricas e Fundições. A mesma Junta o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. — Paço, em 14 de Mai de 1823, 2º da Independencia do Imperio. — Com a rubrica de M. M. I. — (a) *João Vieira de Carvalho*". (Transcripção da Legislação Brazileira, livro n. 4 — 1823 a 1824, pag. 63).

Aos 24 de Fevereiro de 1824 o Coronel Maciel, ainda como Inspector do Arsenal de Guerra, foi nomeado para chefiar uma Commissão destinada a dar parecer sobre um lote de 8.300 armas de infantaria e 100 Rifles, que o governo adquirira.

Devido á arbitraria dissolução da Asembléa Geral da Constituinte e Legislativa pelo Imperador, rebentou, em 1824, na capitania de Pernambuco o movimento republicano conhecido por "Confederação do Equador". Uma das primeiras providencias do governo foi a criação, a 26 de Julho do mesmo anno, de uma Commissão Militar para Pernambuco, tendo como presidente o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, com um relator e quatro vogaes, que seriam os officiaes de maior patente da Brigada.

Por aviso da mesma data foi o nosso biographado mandado incorporar á Brigada expedicionaria (3ª), commandada pelo referido general, como engenheiro da mesma. Essa Brigada formou no dia 27 de manhã no Campo da Acclamação afim do Imperador passar-lhe revista. Constava dos 2º, 3º e 4º batalhões de caçadores e da 1ª divisão de artilharia. No dia 31 foi embarcada no Arsenal de Marinha em os navios de esquadra do commando do Almirante Lord Cochrane. O Coronel Maciel com o Estado-Maior da Brigada seguiu a bordo da náo *Pedro 1*, que zarpou no dia 2 de Agosto. A expedição foi desembarcada no porto de Jaraguá, em Alagôas, no dia 13.

De accordo com a organização dada á Brigada expedicionaria, que passou a chamar-se "Exercito cooperador da bôa ordem", ao chegar a Maceió, o brigadeiro-general Lima e Silva, em Ordem do Dia de 17 de Agosto, determinou que o Coronel Salvador José Maciel assumisse o cargo de Chefe do Corpo de Engenheiros, "tendo a seu cargo todos os serviços que são annexos a esta repartição".

Depois de varios e sangrentos encontros o movimento republicano-separatista foi julgado pelas hostes imperiaes.

A 13 de Outubro de 1824, aportava elle ao Rio procedente de Pernambuco, de passagem na escuna de guerra *Leopoldina*, em missão

reservada ao governo. Regressou áquella provincia a bordo do brigue *Bomfim* no dia 25 do referido mez.

O Coronel Salvador Maciel, como um dos officiaes mais antigos passou a fazer parte, como Vogal, da celebre Commissão militar, presidida pelo General Lima e Silva, que transformada em "alçada de sangue" e para satisfazer os caprichos tyrannicos de um bragança, cuja vontade era mesquinho brinco abandonado aos caprichos de ambiciosa comborça, adulada a festejada por uma camarilha despudorada, despida de civismo.

E assim foram mandados ao patibulo Frei Caneca e tantos outros patriotas nortistas. Mais uma vez se confirmava a observação de um grande pensador de que "a justiça nas revoluções vencidas é mais vingança que justiça".

Pela ordem do dia de 2 de Dezembro do mesmo anno, foi o Coronel Maciel designado para inspeccionar e organizar os Corpos milicianos de Pernambuco e as fortificações da provincia.

A 17 de Dezembro era convidado pelo General Lima e Silva, para a primeira reunião da Commissão militar, por terem chegado "a esta cidade varios individuos, que pelos factos praticados durante o tempo da proxima revolução estão no caso de serem julgados militarmente em observancia das preceitadas ordens". O Coronel Maciel subscreveu varias ordens de fuzilamentos.

Pelos serviços prestados á legalidade, nessa ultima commissão, foi o nosso biographado investido da dignataria da ordem imperial do Cruzeiro, por Decreto de 9 de Janeiro de 1825.

De regresso ao Rio foi, por Decreto de 6 de Outubro do alludido anno, "determinado que o Coronel Salvador José Maciel continue no seu exercicio de Inspector dos Arsenaes do Exercito", sendo dispensado desse cargo o Coronel Francisco de Paula Vasconcellos.

Em 1826, por Decreto de 22 de Janeiro, foi nomeado Intendente do Arsenal do Exercito.

Para substituir o brigadeiro José Egydio Gordilho de Barbuda, Visconde de Camamú, na presidencia do Rio Grande do Sul, foi designado, por Decreto de 13 de Setembro do mesmo anno, o nosso biographado, que, por Decreto de 22 do referido mez e anno, obteve dispensa de prestar juramento ás mãos do Imperador.

Encontravamos então, ás voltas com a guerra contra as Provincias Unidas do Rio da Prata. A situação no sul era de summa gravidade. As nossas tropas estavam contaminadas pelo espirito ultra-liberal. Por este tempo manifestara-se em todo o paiz um sentimento novo de reacção á politica portugueza de Dom Pedro. Desenhavam-se duas correntes bem caracterizadas.

A sua administração no Rio Grande foi assaz fadigosa, cheia de lutas, de contratempos, de incertezas. Tropas inimigas talaram o ter-

riterio da patria; negros bulcões de desanimo, de vergonha e de cobardia ensombravam os paramos rio-grandenses.

Salvador Maciel sofria grande opposição no governo da provincia convulsionada. "Assacavam-lhe com isto o aleive de nutrir o secreto intento de proclamar o absolutismo, multiplicando-se as calumnias, e sendo elle atacado com alegorias, de todas as maneiras, que a maldade, e o espirito anarchico podem suggerir" — diz-nos A. Varella em as "Duas grandes intrigas".

Foi durante a sua administração que appareceu, a 1º de Junho de 1827, o primeiro jornal que se publicou na provincia do Rio Grande do Sul, o "Diario de Porto Alegre".

Por Decreto de 10 de Maio de 1829 foi elle exonerado da presidencia, passando o cargo ao seu successor a 2 de Agosto do citado anno.

Eleito deputado geral pela provincia do Rio Grande do Sul á segunda legislatura, 1830-33, na Camara impugnaram o seu diploma e pretenderam annullar-lhe a eleição. "Seus adversarios negavam-lhe a qualidade de cidadão brasileiro, e portanto o direito de ser eleito deputado da nação". "Servira Maciel — diz o historiador Pereira da Silva — como militar, sob as ordens do General Madeira de Mello, durante o cerco da cidade da Bahia. Combatera sempre nas fileiras do exercito portuguez contra a independencia. Como poderia ser considerado cidadão brasileiro?" Seus defensores declaravam que "*logo que Madeira de Mello abandonara a Bahia com as tropas lusitanas*, Maciel se declara pela causa do Brasil e jurara a independencia e a Constituição, entrara para o Exercito imperial, e, como cidadão adoptivo se prestara sempre aos serviços de que fôra encarregado". Não só elle, mas tambem os famigerados José Clemente Pereira e Oliveira Alvares, seus patricios, experimentavam a justa opposição dos brasileiros natos.

Afinal, "uma pequena maioria de votos decidiu igualmente em favor de Maciel, validando-lhe a eleição de deputado pela provincia do Rio Grande do Sul".

Requereu aos 3 de Novembro de 1831 a sua reforma no posto de Brigadeiro que lhe foi concedida por Decreto do dia 8 do referido mez e anno. "Em petição de 18 de Outubro de 1832 requereu guia pela Pagadoria das tropas para o pagamento de seus soldos na Villa de Campos, onde passou a residir. O despacho foi favoravel e feito o expediente necessario em 18 do dito mez pelo Ministerio da Fazenda e Pagadoria".

Em o segundo gabinete ministerial organizado na Regencia do Padre Feijó foi o Brigadeiro Maciel posto á testa da administração da Marinha tomando posse do cargo a 5 de Fevereiro de 1836,. A nação ainda estava a braços com as terriveis guerras dos farrapos, no Rio Grande.

e da cabanada, no Pará. A nossa Marinha de Guerra, com um espirito de ordem e disciplina muito accentuado e digno de todos os encomios multiplicava-se para poder levar a todos os pontos do nosso alongado ribamar os elementos indispensaveis á implantação da obediencia ás autoridades legalmente constituidas.

Por esse tempo, em manifesto ao povo, promettia o Regente reorganizar a Marinha. Em missão diplomatica enviou á Europa o General Barbacena e, entre outras incumbencias determinava-lhe o ajuste "de um machinista para barcas a vapor" e, posteriormente, solicitava-se-lhe a remessa de 500 mercenarios destinados á Marinha de Guerra, advertindo-se que só mandasse gente *bôa*, e que essa primeira remessa viesse em direitura ao Pará.

O Brigadeiro Maciel demonstrou á testa da nossa Marinha militar apreciaveis qualidades na gestão dos multiplos e variados ramos do serviço naval. Trabalhou com afinco e dedicação, auxiliado pela proficiencia dos seus Ajudantes de Ordens e encarregados do expediente, Capitão de Mar e Guerra Francisco Bibiano de Castro e Chefe de Divisão graduado Francisco de Assis Cabral e Telve.

Em a nossa Legislação naval encontra-se bôa cópia de actos e medidas por elle subscriptos e que trouxeram vantagens e facilidades ao serviço. Vejamos, rapidamente, as principaes: A 8 de Fevereiro estabelecia o proceder dos Almoxarifes quando tivessem que ausentar-se para assistir ás sessões do jury, melhor esclarecendo o assumpto pelo Aviso de 17 do mesmo mez; no dia 12 determinava que fôssem depositados com os competentes inventarios na Intendencia de Marinha os espolios dos Officiaes que fallecessem a bordo dos navios da Armada; a 18 do mesmo mez determinava sobre o recebimento de generos a bordo, a 24, sobre embarque de praças do Corpo de Artilharia, preferindo a qualquer outro serviço, a 29, determinando que no principio de cada mez fosse remettida uma relação circumstanciada de todas as despezas feitas no mez anterior por conta do Ministerio, um mappa dos jornaleiros e mais empregados nos Arsenaes e no serviço da Marinha (nas provincias); a 3 de Março, equiparando o vencimento do medico do Hospital de Marinha da Bahia ao dos primeiros Cirurgiões de numero da côrte, quando encarregados de tratamento medico-cirurgico: a 9, annexando ao commando das Barcas de soccorro a administração do pharol da Ilha Raza, fixando os vencimentos e dando outras providencias; por outro da mesma data, mandando dar uma gratificação de 4$000 ao enfermeiro encarregado da arrecadação dos doentes; a 10 elevando a 30 o numero de Escrivães extraordinarios e a 40 o numero de Dispenseiros; a 11, mandava criar no Quartel-Genenral de Marinha um Livro de registro de todos os officiaes, com as commissões que desempenhavam, o modo pelo qual as desempenharam, partes de doente, etc., e, por outro Aviso da mesma data, mandando a Intendencia organizar o Livro mestre dos oficiaes marinheiros; a 15 exigindo uma relação circumstanciada de

todas as despezas feitas no mez antecedente; a 16, determinando que os officiaes de detalhe acompanhados dos cirurgiões assistissem a entrega dos mantimentos que se destinassem aos navios; a 17, mandava abonar ao pharoleiro da Raza mais 5$000 e, no dia seguinte, mandava destacar do referido pharol um pharoleiro para Cabo-Frio, percebendo mais 6$000; a 21, dava varias providencias sobre fiscalização dos trabalhos no Arsenal de Marinha; a 23, determinava aos commandantes dos navios a entrega das derrotas; a 29, providenciava sobre os vencimentos de praças reformadas do Corpo de Artilharia de Marinha; a 30, mandava soccorrer com rações de porão aos operarios que trabalhavam nos armazens da Armada; a 2 de Abril, declarava que os officiaes embarcados e no exercicio de suas funcções tinham direito ás vantagens de embarcados até a data do desarmamento, e, da mesma fórma, quando Mestres de aparelho; a 6, mandava remetter, no principio de cada mez, á Secretaria um extracto dos pontos dos empregados civis; outro da mesma data mandava admittir no Arsenal o numero possivel de Aprendizes livre sabonando-se aos da officina de ferreiro e serralheiro 120 réis de jornal e aos de outras officinas 80 réis; a 6, determinando que fosse enviado no principio de cada mez a relação de pagamentos feitos na Intendencia no mez anterior; a 8, determinando que os recrutas para a Artilharia de Marinha fossem separados do exercito; mandando que o Contador percebesse durante a serventia interina do lugar de Intendente o ordenado desse lugar; elevando a 50$000 mensaes os vencimentos de William Rice machinista do vapor "Correio Brasileiro"; a 20, determinando a maneira que deviam ser feitos os pedidos de sobresalentes pelas embarcações estacionadas em Santa Catharina e Rio Grande do Sul; a 4 de Maio determinava o não preenchimento das vagas de Almoxarife; mandava só admittir como Praticantes os approvados no 1º e 2º annos da Academia de Marinha; a 9 mandava que no fornecimento de cabos aos navios, uma certa porção fosse de cabo usado, e que se fornecesse uniforme aos marinheiros do escaler do Ministro da Marinha; a 11, encarregava o presidente de S. Paulo de contratar alli carpinteiros de machado a 1$200 diarios os de 1ª classe, e a 1$000 os de 2ª; a 14 nomeava o carpinteiro do Arsenal de Marinha, José Joaquim Ribeiro Pereira, para embarcar na corveta *Dous de Julho* afim de visitar os estaleiros da Europa e instruir-se no uso das machinas mais proprias á sua arte; a 16, mandando juntar a relação dos Menores-aprendizes aos mappas semanaes; a 17, explicava que não era vedado aos Intendentes de Marinha propor as alterações que julgassem convenientes; a 19, determinava um balanço mensal nos paioes de mantimentos, enviando-se mappas, e dava providencias sobre inuteis; a 27, prohibia o abuso de se fazerem Praticantes; a 31, dava instruções sobre recrutamento; ainda a 31, sanccionava o decreto reintegrando na Armada o Capitão de Mar e Guerra Matheus Welch; a 6 de Junho exigindo dos Presidentes de provincia a remessa de recrutas e rapazes de dez annos completos para

a *Escola de Aprendizes de Marinheiros;* a 7, designando o numero de praças que deviam existir a bordo dos navios desarmados; a 7, mandava despedir os Praticantes sem idoneidade; a 8, elevando de mais 4$000 a gratificação do Contra-mestre da officina de velas; a 15, dando uma gratificação de 10$000 aos officiaes encarregados do ensino dos menores e uma de 6$000 aos Padres-capelães encarregados do ensino religioso e educação moral, de 6$000 ao Mestre-escola e de réis 4$000 ao Inferior encarregado dos exercicios militares; na mesma data mandava buscar nas provincias uma colleção das medidas de peso e capacidade nellas usadas; a 20, determinava que os recrutas que fossem mandados directamente ao Arsenal se destinavam aos Corpos de Artilharia: a 22, fixava em 12$000 a gratificação do professor de desenho do Arsenal; a 22, dava providencias sobre a polvora necessaria ao dique, que devia ser fornecida pelos navios ou pelo Ministerio da Guerra; a 23, mandava que nos dias feriados, na Semana Santa, Domingos e dias santos, pela manhã, os Guardas-marinha fizessem bordejos no brigue *Niger;* a 25, mandou estabelecer a *Escola de marinhagem* a bordo da fragata *Principe Imperial;* enviou uma circular aos presidentes das provincias pedindo a remessa de rapazes de 14 annos para praças da Armada; a 28, permittiu a venda de sobras; a 1 de Julho, mandou admittir na Academia de Marinha um Mestre d'armas com a gratificação mensal de 24$000; a 20, determinou o abono aos Cirurgiões de numero, em conselho de guerra ou em tratamento, de metade da gratificação (que lhe seria restituida em caso de absolvição); a 21, mandava que pagamento ás guarnições se fizesse em acto de mostra; a 22, determinava que só aos officiaes da Armada, commandantes de navios, se deviam abonar as comedorias concernentes á essa funcção; a 26, chamava a attenção para o abuso do atrazo e pouco exactidão na escripturação dos navios; a 29, mandava admittir a bordo o numero conveniente de cozinheiros; a 5 de Agosto, resolvendo sobre o numero de praças e o abono da ração de porão ao commandante da Barca de soccorro; a 8, tomava resoluções sobre os individuos do Corpo de Artilharia de Marinha matriculados na Academia militar e de marinha; a 8, mandava compreender na lotação dos navios os criados dos officiaes; a 11 determinava que todos os commandantes de navios que trouxessem presos a bordo se communicassem logo com o Chefe de policia; a 11, requisitava do Presidente da provincia do Rio de Janeiro e remessa de recrutas; a 13, determinava que os officiaes que não comparecessem ás inspeções de saúde fossem considerados como promptos.

No ligeiro "Relatorio" e na "Proposta" para fixação das Forças de Mar que apresentou á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 5 de Maio de 1836, dizia que a Marinha era o "grande elemento de Força Publica, á qual se acham intimamente ligadas a integridade do Imperio, a manutenção da Lei da ordem, e a esperança e refugio dos cidadãos em toda a parte em que, por desgraça nossa, a

publica segurança tem sido alterada". Referindo-se aos Officiaes, assim se externava: "Os serviços, que os mesmos tem prestado na provincia do Pará, são patentes á Nação inteira; muitos deramaram seu sangue, sustentando a Lei, e todos hão soffrido asperas privações, e contagiosas doenças partilhando a sorte das briosas guarnições de seus navios. O comportamento da Maruja e Tropa é igualmente digno dos maiores elogios, porque a despeito de grandes faltas, innumeraveis soffrimentos e aturado trabalho e quando rodeadas de elementos oppostos á disciplina militar, ellas têm sido constantemente subordinadas a seus Superiores e fieis aos seus deveres". Diante disso pedia uma Lei de recompensas, pugnava pela concessão de comedorias aos Officiaes e o augmento de 50 % sobre os vencimentos ou uma gratificação proporcional addicional como haviam alcançado os officiaes do Exercito pela Lei de 1º de Outubro de 1834. Da mesma fórma pedia para os Officiaes Marinheiros e praças uma lei de reforma como existia no Exercito. Pedia tambem para que fosse modificada a Lei de promoção existente, afim de que "o direito de antiguidade tenha a precedencia, quando haja igualdade de serviços, embarques e trabalhos equivalentes".

"Talvez, senhores, continuava elle, eu pareça abusar da vossa paciencia, reclamando providencias, que julgo merecerem os Militares da Armada, mas não é somente a justiça individual, que a isso me impelle, é tambem a firme persuação em que estou, de que a rigorosa disciplina é indispensavel em todos os Corpos militares, e de que ella será mais facil de manter-se e aperfeiçoar-se *quando a lei, que castiga, se combina com a que premeia*.

"A disciplina, sendo o principal elemento de uma Força maritima bem organizada não é o unico; a economia é tambem essencial. Pedia, por isso, para equiparar os vencimentos dos Commissarios e Escrivães aos dos empregados da Contadoria de Marinha.

Mostrava a necessidade de completar o corpo da Artilharia de Marinha. Sobre a carencia de marinheiros assim se manifestava: "A experiencia de quatorze annos tem cabalmente demonstrado que a Navegação costeira, e a pesca mananciaes muito escaços para fornecerem á nossa Marinha o numero de homens necessarios para guarnecer os Navios de guerra, ainda quando reduzidos ao numero minimo, que se tem julgado mister; recorrendo-se sempre a dispendiosos engajamentos, e o recrutamento oppressivo destruidores dessa mesma esbotagem que tanto interessa ampliar e estender. Cumpre, pois, criar, quanto antes, *Companhias fixas de marinheiros*, onde se obriguem a servir, como *Aprendizes Marinheiros* todos os que se não applicarem assiduamente a algum officio ou occupação; estes Corpos devem ser organizados de tal fórma, que se tornem aptos para todo o serviço do mar, e aprendam conjunctamente o manejo da Artilharia, do Fuzil e de todas as Armas, que se usam nos combates navaes e nos de terra. Deste modo conseguiremos formar uma Marinha numerosa, e respeitavel pela qualidade das

tripulações, e converter em habeis navegadores e bravos defensores da patria individuos que, pelas desgraçadas circumstancias em que se acham na sociedade, seriam impellidos a viver na ociosidade e no crime. Neste sentido se começou já um bello Estabelecimento que, á engrandecer-se em maior local, pode dar os mais felizes resultado: consiste elle em recolher ali educados, ensinando-lhes a lêr, escrever e contar, assim como o manejo o jogo das differentes armas, a modo que vão crescendo em forças e augmentando em destreza. Empregando cuidadosamente todos os meios, que havemos exposto, se poderão conseguir com o andar do tempo numerosas e boas Equipagens para a Marinha de Guerra e vasos mercantes, criando-se um viveiro de excellentes Officiaes-marinheiros e Praticos instituidos".

Na proposta apresentada achava que as forças votadas para o exercicio de 37-38 eram sufficientes, bastando para isso que o governo as mantivesse em estado completo. No Art. 9º ficava o Governo autorizado a formar successivamente quatro *Companhias fixas de Marinheiros*, de cem praças cada uma.

Ao entrar em discussão a proposta acima, tomaram parte nos debates, combatendo-a ou criticando-a Bernardo de Vasconcellos, Rego Barros, Rodrigues Torres, H. de Rezende, Figueira de Mello. Este e Raphael de Carvalho mostram-lhe muito hostis á criação das referidas Companhias. Explicava o titular da pasta, defendendo a proposta: "... com essas companhias procura-se aperfeiçoar o ensaio que já se começou a fazer, e está se fazendo a bordo da fragata *Principe Imperial*. Declaro que são essas companhias fixas organizadas da nossa mocidade indigente, que, vagando pelas ruas das cidades e que a acabar desgraçada ou a fazer a desgraça dos outros, pode tornar-se aproveitavel; convindo por esta occasião a alguns senhores deputados a visitar esse estabelecimento, onde verão moços de pouca idade aprendendo, além dos exercicios de Marinharia e de Artilharia, outras doutrinas que os podem tornar homens intelligentes no serviço da nação, uteis a si; demais esta providencia vai cortar o mal que já principia a sentir-se da falta de officiaes-marinheiros".

Rodrigues Torres, naturalmente, porque já fôra Ministro da Marinha e era conhecedor das difficuldades no recrutamento de equiparagens para os navios militares, mostrou-se favoravel, a titulo de experiencia, da criação das taes companhias, contanto que o titular da pasta baixasse um regulamento embora provisorio. Da mesma fórma propoz que fosse augmentado o numero das praças pedidas. Após varios debates foi approvada a proposta ministerial. Assim, pelo Decreto n. 42, de 15 de Outubro de 1836, fixando as Forças navaes, ficava o governo autorizado a formar as quatro companhias fixas de cem Marinheiros cada uma. Deram ellas origem ao famigerado *Corpo de Imperiaes Marinheiros*. "Este corpo, dizia um jornalista de 1852, tem prestado os relevantes serviços que ninguem ignora, e é um garante de existencia

para a nossa Marinha, pela difficuldade que tem havido e continuará por muito tempo de obter tripulação para o vaso de guerra. Semelhante criação é um titulo glorioso para o habil e previdente ministro". Na legislatura seguinte soffreu o Brigadeiro Maciel forte ataque do deputado Raphael de Carvalho que o accusou de haver promovido "a dous individuos, um F. Ferraz, e outro, cunhado do ministro, dous homens que não eram officiaes da Armada e ambos eram estranjeiros. "O cunhado do Sr. Maciel, dizia chegou em 1826 ao Brasil, vindo por marinheiro; saltou no Rio Grande do Sul, e alli esteve empregado em fazer sabão; o Sr. Maciel, nesse tempo presidente do Rio Grande deu a seu cunhado a commissão de 2° Tenente para commandar uma das barcas da Lagôa dos Patos. O outro, F. Ferraz, retirou-se para Portugal, de onde voltou depois da independencia; sem ser Official de Marinha, deram-lhe uma commissão de 2° Tenente; estes dous individuos podiam de segundos tenentes de commissão serem promovidos a primeiros tenentes effectivos, quando nunca foram officiaes de Marinha?" — perguntava o referido deputado.

Não encontramos, infelizmente, nenhuma contestação desses actos produzida pelo nosso biographado.

Durante ainda o anno de 1836 foi inaugurado, graças aos seus esforços, o pharol de Cabo-Frio que, infelizmente, teve que soffrer modificações em razão de seu pouco alcance. Foi tambem restabelecido o Arsenal de Marinha do Pará, afim de attender aos reparos dos navios que lá se encontravam estacionados.

Muitas outras medidas e providencias foram por elle tomadas sobre vencimentos, distribuição de rações, conservação do material, fiscalização dos dinheiros publicos, systema de escripturação, recrutamento de marinhagem, etc., que grandes resultados praticos trouxeram á movimentação e rendimento do complicado apparelhamento naval do tempo.

Na proposta que apresentou á Assembléa legislativa, na sessão ordinaria de 1837, para as Forças navaes, dizia: — "A grande extenção do nosso littoral, a immensa quantidade dos valiosos productos da nossa agricultura, que a navegação de cabotagem conduz a seus mercados, e a defeza desses emporios do commercio são motivos bastantes para se cuidar no successivo augmento da nossa Marinha; mas á estas razões geraes, ainda que ponderosas sejão, accrescem outros de maior importancia, como são conservar a integridade do Imperio, sustentar inabalavel o throno Imperial, e manter a ordem, a tranquillidade e a obediencia ás leis, tudo actualmente compromettido, a vista do funestissimo exemplo da tenaz e sanginosa rebelião, que tem assolado as providencias do Pará e Rio Grande do Sul; e não é só alli que as leis têm sido calcadas pelo direito da ambição; em outras provincias ellas fora escandalosamente postergadas, com mais ou menos risco dos seus habitantes, e ruina da sua industria e fortuna. E' para acautelar estes males, que alguns Presidentes desejado o augmento das Forças de mar, que existem

ás suas ordens e que a maior parte do sque não têm, reclamarão algumas embarcações de guerra como indispensaveis para impedir o contrabando e manter o socego das provincias que lhes são confiadas. A utilidade de uma Marinha respeitavel sempre foi reconhecida; mas as ronsideraveis despezas, que ella exigia, e a difficuldade de haver Marinheiros, sem perseguir o commercio, erão dous poderosos motivos que impedirão, o progressivo augmento da Força naval; ora, quanto ao primeiro: é evidente que melhor será fazer despezas para prevenir desordens, do que empregar enormes somas para as reprimir e, a respeito do segundo, a nova organização das Equipagens não só evitará toda a perseguição, durante a paz, como produzirá (com tempo) notaveis recursos á navegação mercante. A' vista do exposto, e por ordem da Regencia em Nome do Imperador, venho perante esta Augusta Camara fazer a seguinte proposta: As Forças navaes activas para 1838-39 compor-se-hiam das embarcações que o governo achasse necessarias, não devendo as tripulações ultrapassar de 2.500 praças de todas as classes. A Artilharia de Marinha compor-se-hia de 800 homens. Em condições extraordinarias podiam ser elevadas a 4.000, as praças d'Armada e as do Corpo de Artilharia de Marinha a 1.200. O governo ficava autorizado a elevar successivamente a dez o numero de Companhias de Imperiaes Marinheiros.

Ainda nesse anno muitas medidas e providencias uteis foram tomadas pelo esforçado titular que, com certa habilidade, conseguia do parlamento e approvação de suas propostas.

O Sr. Maciel — dizia o deputado Raphael de Carvalho — quando entrava nesta casa, se estava armada uma trovoada, elle por sua delicada e bôas maneiras applacava tudo".

As 15 de Maio de 1837 deixou a administração naval e com ella a da Guerra.

Em virtude do Decreto de 2 de Dezembro de 1839 assumiu o Brigadeiro Maciel a direcção da Academia Militar. Deixou este cargo para sobraçar a pasta da guerra no 4° gabinete da Regencia do Padre Feijó, de 18 de Maio a 24 de Julho de 1840. Voltou neste mesmo mez e anno á direcção da Academia Militar. Por Alvará de 30 de Junho de 1841 foi-lhe concedido o fôro de Fidalgo cavalheiro, sendo então declarado reformado no posto de Marechal de campo, graduado. Foi-lhe concedido o titulo de Conselheiro por Decreto de 16 de Novembro de 1841.

De 20 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1844, em o 3° gabinete ministerial do 2° Imperio, superintendeu a pasta da guerra, cabendo-lhe approvar o Regulamento sobre as atribuições dos Commandantes das Armadas e o novo Plano da Organização dos Corpos do Exercito. Substituindo o deputado Rodrigues Torres, esteve inteiramente, regendo a pasta da Marinha de 24 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1843.

Por Decreto de 5 de Fevereiro do alludido anno, voltou á dirigir a Academia militar, aos 17 de Abril de 1847. Sentindo-se doente requereu dispensa mas, o Governo, levando em consideração os seus serviços, resolveu dar-lhe uma licença de favor de seis mezes. Seus padecimentos, entretanto, se aggravaram; uma paralysia geral o retinha ao leito. A 7 de Outubro do mesmo anno cummunicava não lhe ser possivel, em vista do seu estado de saúde, apresentar-se da licença de que se encontrava em goso. O Governo imperial resolveu prolongar-lhe ainda por mais seis mezes a licença que desfrutava no seu leito de soffrimentos. Afinal, diante da situação de impossibilidade de locomover-se do velho servidor, exonerou-o do cargo que occupava na Academia Militar por Decreto de 17 de Junho de 1848.

O marechal do campo Salvador José Maciel deixou de existir na cidade de Campos, estado do Rio de Janeiro, aos 6 de Julho e 1853, sendo sepultado na igreja e Nossa Senhora Mãe dos Homens "onde estão seus restos mortaes depositados em uma urna, que têm gravados o seu nome e datas de nascimento e fallecimento, escreve o coronel Lago".

O "Monitor Campista" fez-lhe o seguinte necrologico que o "Jornal do Commercio" de 17 daquelle mez e anno transcreveu: — "Falleceu no dia 6 do corrente mez o Exmo. Sr. Marechal de campo Salvador José Maciel, com 73 annos de idade, e sepultou-se na igreja de N. S. Mãe dos Homens. Acommettido de uma paralysia geral, jazia ha annos em uma cama, aggravando-se mais o seu estado depois do fallecimento de sua esposa. Aquelle prestante cidadão desceu ao tumulo deixando a sua patria adoptiva reconhecida dos relevantes serviços que prestara em epochas bem criticas. E' para sentir que o seu modesto enterro, acompanhado de numerosos amigos, não correspondesse á sua elevada categoria militar, constando apenas de uma guarda de honra do esquadrão e do batalhão da guarda nacional, além do destacamento de policiaes. O feretro foi conduzido por officiaes da Guarda Nacional e pelo commandante dos policiaes".

Foi casado com d. Felicidade Perpetua Maciel, fallecida em Campos, sem deixar testamento, aos 27 de Dezembro de 1850. Do casal nasceram quatro filhos, dos quaes dous, Bernardino José Maciel e Salvador José Maciel (este falleceu em 1870 como Capitão de Exercito) sobreviveram aos paes, o primeiro, ao que sei, com descendencia.

São descendentes do velho marechal, nesta cidade, o Sr. City Maciel e, em Campos, vive o seu bisneto, o tabellião do 5º officio, Sr. Euclydes Maciel da Silva.

A 16 de Dezembro de 1876, a Armada nacional erigia na ilha de Villegagnon um sobrio nunumento em que se perpetuava a memoria

do nosso biographado, creador, havia 40 annos, do Corpo de *Imperiaes Marinheiros*, e do visconde Albuquerque o organizador da primeira Escola de Aprendizes Marinheiros.

Diz Garcez Palha — Mandado construir á custa de uma subscripção iniciada pelo Chefe d'Esquadra barão de Iguatemy (Francisco Cordeiro Torres e Alvim), então Ajudante-general da Armada, mede esse monumento quarenta e oito palmos de altura tres e meio de diametro, é de ferro fundido e assenta sobre uma columna de granito, de ordem corinthia. Em uma das faces, lê-se: — "*Ao General José Maciel, creador do Corpo de Imperiaes Marinheiros, em* 1836 *e na outra*: "*Ao Visconde de Albuquerque, creador da* 1ª *Companhia de Aprendizes Marinheiros em* 1840; *na terceira*: — *Tributo de reconhecimento da Corporação da Armada*; e no quarto e ultima: — *Inaugurado no anno de* 1876".

Assistiram a inauguração a Princeza-regente, d. Izabel, a officialidade da corveta norte-americana *Richmond* e grande numero de officiaes de mar e terra. Em 1883, com a revolução, foi o monumento damnificado por um tiro de uma das fortalezas da barra. Do nosso biographado figura o retrato em a galeria de Ministros da Marinha do Museu Naval. Sei da existencia, entre os seus descendentes, de soberbo trabalho a oleo digno do nosso Museu Historico, representando a figura marcial um tanto obesa, do illustrado marechal de campo.

Chefe de Divisão

JACINTO ROQUE DE SENA PEREIRA

(M. Naval)

XXXIV

Chefe de Divisão

JACINTO ROQUE DE SENA PEREIRA

O Illustrado e bravo General da nossa Armada, cujo nome encabeça esta columna, foi o 34º Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e o penultimo do periodo regencial.

Nasceu elle em Portugal, em dia e mez que não alcancei fixar do anno de 1784. De sua filiação tambem, infelizmente, nada consegui saber.

Em os primordios do seculo XIX, após excellentes estudos de humanidades, matriculou-se na Real-Academia de Marinha de Lisbôa, onde completou com destaque o curso de mathematicas.

Como Voluntario d'Armada, classe crêada em 1796, e tendo sido approvado nos exames praticos de observatorio, embarcou, juntamente com outros companheiros, em o bergantim "Real-João" afim de servir na Esquadra do Extreito, em operações no Mediterraneo. Para esse fim, fez-se de vela aos 30 de Março de 1802.

Serviu em a referida esquadra desde 5 de Junho do mesmo anno até 4 de Maio de 1803, dia em que passou a fazer embarque na fragata "S. João do Principe".

Aos 23 do mesmo mez e anno foi designado para servir a bordo da náu "Vasco da Gama", capitanea da alludida esquadra. Desembarcou em 11 de Maio para regressar ao referido navio em 28 de Julho, do qual, no mesmo dia, foi transferido para o brigue "Vingança". Retornou á náu "Vasco da Gama" aos 3 de Setembro e della, finalmente, desembarcou a 25 de Novembro de 1807, nas vesperas da vergonhosa fuga da Familia-Real para o Brasil.

Em o dia 27 do citado mez regressou aquella náu que, após os reparos requeridos, seguiu novamente para o Mediterraneo. Nesse navio, em que desfraldou seu pavilhão o Chefe de Divisão Rodrigo José Ferreira Lobo que, por desgraça, veio a ser Official General da nossa Armada, o nosso biographado teve o fundo desgosto de presenciar, em Maio de 1810, "a vergonha que soffreu o pavilhão portuguez em consentir o dito chefe livre passagem a duas fragatas argelinas que se apresentaram a disputal-a á sua esquadra, muito mais forte"!...

Sena Pereira, em 9 de Novembro do mesmo anno, teve embarque no brigue "Gaivota", que veio a ser a nossa corveta "Liberal".

Aos 18 de Março de 1811 foi promovido a 2º Tenente, após ter prestado com brilho os exames exigidos pelos regulamentos em vigor. Desembarcou a 1º de Julho, sendo transferido para bordo do brigue "Infante D. Pedro" a 27 de Agosto, tudo de 1812. No anno seguinte, aos 15 de Janeiro, passou a servir a bordo do brigue "Principesinho", delle desembarcando a 31 de Janeiro de 1813. Em todas essas commissões exerceu sempre, com grande dedicação e proficiencia, o papel de official subalterno, gozando de excellente conceito entre seus superiores e seus pares. Aos 2 de Agosto de 1814 alcançou o seu primeiro commando: o brigue "Falcão", cargo que desempenhou com louvor até 15 de Janeiro de 1815.

Nesse anno os percalços de sua vida de embarcadiço, impelliram-no para as plagas brazileiras. Aos 15 de Março do anno seguinte passou a servir a bordo da náu "D. Sebastião", que, sob o commando do Capitão de Mar e Guerra Manuel Antonio Farinha, futuro Conde de Souzel, transportou para Cadiz as princezas-reaes, filhas de D. João VI e D. Carlota Joaquina, noivas de Fernando VII e D. Carlos d'Espanha. A 5 de Agosto daquelle anno passou para a corveta "Benjamin" e, a 28 de Novembro para a fragata "Principe D. Pedro".

Arvorado petulantemente em "protector dos povos livres", o bronco e sanguinario caudilho oriental José Artigas, trazia as nossas raias meridionaes em constante desasocego.

Fazia-se mistér pôr um paradeiro definitivo ás correrias do incommodo e feroz vizinho. Para isso, D. João fez vir de Portugal uma Divisão assaz experimentada na guerra da peninsula, afim de operar juntamente com as nossas tropas na Banda Oriental do Uruguay. Forças navaes foram mobilizadas concomitantemente. Em fins de Julho de 1816 iniciou-se a movimentação dos elementos de mar e terra. Emquanto no oceano se estabelecia o bloqueio dos portos da margem septentrional do Prata, o exercito invasor, em duas columnas, apezar da resistencia inimiga, ia galhardamente assenhoreando-se das principaes posições estrategicas do seu territorio.

Houve necessidade, então, de organizar-se uma Frotilha de navios adequados a operarem nas aguas do rio Uruguay, afim de servir de ligação entre as duas columnas invasoras.

Por esse tempo, a 17 de Março de 1817, Sena Pereira era nomeado commandante da escuna "Oriental" e, pouco depois, posto á testa da referida Frotilha.

Promovido a 1º Tenente em 12 de Outubro de 1817, começou elle os preparativos para enfrentar, nas aguas do Uruguay, as partidas artiguenhas, que dominavam suas numerosas margens.

Os argentinos, apezar de, intimamente, se regosijarem com a guerra que iamos levar a Artigas, não deixaram de pôr certos entraves á

nossa acção fluvial. Foi necessario formal ameaça para que não oppuzessem obices á entrada da frotilha no rio Uruguay. Assim é que, só a 2 de Maio de 1818 poude Sena Pereira rumar aguas acima, abrindo communicação entre a columna do General brasileiro J Xavier Curado e o Exercito de Tenente-General Carlos Frederico Lecór.

No dia 5 do referido mez e anno entrava nelle em fogo contra uma bateria inimiga assestada no Passo de Véra, soffrendo a sua escuna varias avarias e a perda de um homem. No dia 13 tomava contacto com as avançadas da columna do General Curado; e, dias depois, trocavam os navios da frotilha novos tiros com uma segunda bateria artiguenha montada no sitio conhecido por Perucho-Verna que, levadas a effeito com presteza e precisão, permittiram a posse de toda aquella região até então disputada tenazmente pelas guerrilhas de Artigas.

O Commandante Sena Pereira, com sua rapida, efficiente e manobreira força naval passou desde logo a prestar relevantes serviços á columna invasora, transportando e deslocando tropas, batendo com seus fogos os pontos fortificados do inimigo, praticando desembarques, recolhendo e escôando levas de prisioneiros, policiando as aguas e as ribas do volumoso caudal, avitando, por fim, todo o contrabando de guerra.

Quando as ultimas guerrilhas artiguenhas depunham as armas e todo o rincão feracissimo da Banda Oriental ia entrar em novo periodo de tranquillidade, de trabalho e de abastança, sob as dobras do pavilhão portuguez, eis que rebenta o movimento liberal do Porto (1820), que abalou todo o Brazil e veio mudar por completo o scenario politico e administrativo do reino lusitano.

Antes de partir de torna-viagem para a Europa, a côrte luzitana ascultára por intermedio do seu loco-tenente as aspirações dos habitantes da Banda-Oriental do Uruguay que, a 31 de Julho de 1821, pela voz autorizada dos seus representantes, declararam voluntariamente acceitar a incorporação aos destinos de Portugal.

O nosso biographado continuava á testa da Frotilha do Uruguay, sempre vigilante e attento, fiscalizando e controlando as aguas dos extensos e meandrosos caudaes: Paraná, Uruguay e Negro.

Unindo seus destinos aos de uma distinctissima senhorinha da sociedade uruguaya, D. Eugenia Gadêa de Sena Pereira, mais fortemente cerrou os vinculos que prendiam seu coração á terra sul-americana.

Com a proclamação da independencia nacional, formou elle, expontaneamente, ao lado dos paladinos abnegados que por ella se batiam; e, graças á sua dedicação, prespicacia e notavel energia devemos, incontestavelmente, o não ter tido effeito a conjura architectada pelo

espirito machiavelico do general D. Alvaro de Macedo para sublevar a Frotilha e assim poder esmagar os parcos elementos navaes que se mantinham fieis aos brazileiros naquellas paragens.

A Ordem do general portuguez era terminante: "... sublevar a flotilha, prender o Commandante (Sena Pereira) *eliminando-o violentamente se preciso fôsse*".

Afinal, aos 18 de Novembro de 1823 as tropas portuguezas de occupação a Montevidéo, diante do apertado cerco dos brazileiros, capitularam; e, em principio de Março do anno seguinte, embarcavam para a antiga metropole.

Sena Pereira não gozou, todavia, por longo tempo o remanço de uma tranquilidade assaz cubiçada. Eis que, estimulada e alimentada pelos argentinos, irrompe, em Abril de 1825, a rebelião dos orientaes contra a incorporação de Cisplatina aos destinos brazileiros. As mais vis traições, as defecções as mais vergonhosas determinam as primeiras vantagens e os fugaces triumphos dos insurgentes.

O nosso biographado, que se encontrava ainda á testa da Frotilha do Uruguay, após as primeiras incertezas e vacillações do Tenente-General Lecór, Visconde da Laguna, entrou a hostilizar o inimigo e a facilitar a movimentação das tropas nacionaes. Promovido a Capitão-Tenente (posto correspondente ao actual Capitão de Corveta), pelos serviços prestados na campanha anterior, e galardoado com a medalha de merito militar, apresentou-se, em Novembro de 1825, em som de guerra, em frente do villorio de Payssandú. Alli se encontrava o carniceiro Juan Lavalleja, o caudilho chefe da rebelião, que ameaçou de *degolla* os prisioneiros brazileiros, caso Sena Pereira tentasse qualquer acto hostil contra o povoado. Conhecendo de sobra o instincto sanguinario do prócer uruguayo, o digno Official brazileiro absteve-se de concorrer para o sacrificio de seus desditosos patricios, prisioneiros de guerra.

Não se lembrava Lavalleja que elle proprio, sua genitora, sua esposa e uma irmã tinham sido prisioneiros de Sena Pereira e á camara da escuna "Oriental", capitanea da Frotilha do Uruguay, os agasalhára com conforto e fidalguia...

No mez seguinte, Dezembro de 1825, rompe a guerra entre o Brazil e as Provincias Unidas do Rio da Prata (assim se chamava a Argentina actual). Continuou Sena Pereira a chefiar a referida força fluvial brazileira. Logo em seguida teve ordem de baixar o rio e vir estacionar nas aguas de Martim Garcia.

Em Março de 1826 forças navaes argentinas levaram um encarniçado ataque á praça da Colonia do Sacramento, sendo repellidas com gravissimas perdas. O Almirante Rodrigo Lobo, temendo que o inimigo voltasse a hostilizar a referida praça, excellente ponto estrategico

daquella região, determinou a Sena Pereira que viesse estacionar no porto da Colonia. Ficou assim, em completo abandono a referida ilha, chave da navegação do Paraná e Uruguay e portanto das principaes linhas de communicação fluvial do inimigo.

Diante da má direcção impressa á guerra pelo Almirante Lobo, o Governo Imperial o substituiu pelo Almirante Pinto Guedes, posteriormente Barão do Rio da Prata, que deu nova organização aos elementos navaes em operações no Prata, e os levou com mór empenho e decisão a enfrentar o inimigo.

A Frotilha do Uruguay, reforçado com outros pequenos barcos, passou a constituir a 3ª Divisão de Esquadra. Sena Pereira, promovido a Capitão de Fragata, continuou á testa della pelo seu saber profissional e pelos conhecimentos detalhados que tinha do facies topo-hydrographico da região fluvial do taboleiro estrategico platino.

Tendo o Almirante inimigo, o irlandez Guilherme Brown, a 6 de Junho de 1826 sahido de Buenos-Ayres a escoltar pequeno trem com tropas destinadas á Banda Oriental, pairou no dia seguinte nas aguas da Colonia á vista da nossa 3ª Divisão. Sena Pereira, mal percebeu a approximação do inimigo, apparelhou sua disciplinada força e velejou ao seu encontro. O vento, todavia, lhe era contrario; mas, mesmo assim, bordejando e castigando, de longe em longe, os argentinos com certeiro fogo, alcançou obrigal-os a recolher-se ao porto de partida.

No dia 11 do referido mez, á frente de seus pequenos barcos, compartilhou, com a 2ª Divisão da Esquadra Imperial, da galharda investida levada a effeito contra os Pozos, o fundeadouro da força naval adversa.

Em o mez seguinte, a 29 e 30 de Julho, tomou parte em sangrenta acção em que os nossos bravos se cobriram de gloria, destroçando completamente a "25 de Mayo" capitanea da Esquadra argentina.

Jacinto Roque trazia sua insignia a bordo da canhoneira "Leal-Paulistana", e, durante a sanguinosa acção, tendo o brigue "29 de Agosto", perdido seu valente, commandante, passou-se para seu bordo afim de guial-o ao fogo e á gloria.

Graças a esse feito foi galardoado com o Officialato do Cruzeiro, por Decreto de 12 de Outubro.

Fazendo-se mistér obstar ou, pelo menos, perturbar o quanto possivel a passagem do rio Uruguay pelo exercito inimigo, o Marquez de Barbacena, Commandante em Chefe do Exercito Imperial, oolicitou do nosso Almirante o apparelhamento de uma força naval fluvial capaz de tal incumbencia.

A 3ª Divisão Naval, reforçada com mais alguns barcos, foi designada para o referido serviço. Sena Pereira era, de facto o Official

talhado para tão fadigosa como difficil missão. Os elementos que lhe foram entregues, todavia, não correspondiam de nenhum modo pela sua fraqueza, heterogeneidade e apparelhamento á tarefa a que se destinava, pois era um agrupado exotico de dezesete pequenas escunas, lanchões e hiates, fragilissimos de casco, ronceiros, de fraca artilharia, mal commandados e equipados, e, para cobrir o desmantelo, rotulados com o pomposo titulo de barcas-canhoneiras.

Sena Pereira, apezar de tudo, mostrava-se muito animado e confiante, acalentando grande esperança no exito de sua nova commissão, tanto assim que, antes de partir, escrevia ao Almirante Pinto Guedes: — "Se cumprirmos com o nosso dever só uma fatalidade nos occasionará revezes".

Fazia-se de vela a 3ª Divisão nos primordios de Dezembro de 1826, tendo entrado uma fracção della pelo Uruguay e outra pelo Paraná-guassú. Nesse entre-tempo andava o navarca argentino a fazer uma arriada pelos mares do Brazil.

Iniciava-se sob bons auspicios a tarefa de Sena Pereira, pois, no dia 21 do referido mez, capturava elle, depois de uma resistencia muito apreciavel, a escuna inimiga "Rio de la Plata", que levava um engenheiro militar, gente e petrechos para o artilhamento da ilha Martim Garcia, criminosamente abandonada pelos nossos. De volta do cruzeiro ás costas brazileiras, o governo argentino mandou o seu Almirante com uma bem apparelhada frotilha, ao encalço da nossa, que remontava calmamente o Uruguay, esmerilhando todos os seus meandros e hostilizando todos os agrupamentos inféstos encontrados ás suas ribas.

A 29 de Dezembro encontravam-se os nossos na bocca do Yaguári, quando delles se approximou a força inimiga. Chocaram-se bravamente as duas frotilhas, sendo a argentina repellida, com perdas e avarias, em toda a linha. No dia seguinte, Brown pretendeu ainda desalojar os nossos da soberba posição que occupavam, mas novamente foi repulsado com bravura e heroismo. Desenganado rtrocedeu sem ser perseguido. Na parte mais estreita do rio, na ponta do Chaparro, á juzante dos nossos, montou uma bateria e, deixando na esquadrilha em Martim Garcia, rumou a todo panno para Buenos-Ayres em busca de elementos para fortificar o pequeno ilhote, afim de barrar o passo aos brazileiros.

O Almirante Pinto Guedes, logo que soube da partida de Brown nas pegadas da 3ª Divisão, fez apparelhar, sob as ordens do Capitão de Fragata Frederico Mariath, uma Divisão de navios inadequados ás operações fluviaes, com o fito de metter a esquadrilha adversa entre dous fogos. Mariath, luctando contra o mau tempo que sobreviera e outros impeços naturaes, repeliu vantajosamente uma investida inimiga sobre os bancos de Playa-Honda, em meiados de Janeiro de 1827.

Sena Pereira, nesse interim, tendo dado cumprimento á missão que lhe fóra confiada, começou a descer o rio. De passagem arrazou a ba-

teria inimiga, que pretendeu tolhr-lhe o passo. Afinal, no dia 8 de Fevereiro, chegava elle com a 3ª Divisão á altura da ilha do Juncal onde se bateu bravamente contra a esquadrilha de Brown, e, se não fôra um rijo pampeiro que desabara, teria concluido com gloria aquella sangrenta jornada. Mariath, entretanto, mantinha-se inexplicavelmente quasi inactivo, a trotar improficuos tiros com uma bateria levantada em Martim Garcia e procurando desencalhar seu navio.

No dia seguinte voltaram a combater as duas forças rivaes; mas, apezar da bravura de Sena Pereira, secundado pela decisão de pequeno numero dos seus commandados, o nucleo de maior resistencia da 3ª Divisão foi dominado, tresmalhando-se as demais embarcações, sendo incendiadas umas, fugindo outras e cahindo prisioneiras algumas...

E tudo isso á vista da Divisão de Mariath, que não soube trazer aos companheiros o seu precioso concurso.

Sena Pereira, depois de uma resistencia heroica, ferido gravemente, foi obrigado a entregar a sua espada, vencido. Feito prisioneiro, foi mandado para Buenos-Ayres onde, apezar das recommendações do Almirante Brown, que elogiou sua bravura, não recebeu o conforto material que merecia.

Saudoso da patria de adopção e da familia, farto de soffrer toda sorte de privações, evadiu-se de Buenos-Ayres em dias de Natal de 1827, apresentando-se a 4 de Janeiro do anno seguinte ao commandante em Chefe da Esquadra.

Apezar do grande desastre que experimentou a Esquadra Nacional, com a perda quasi total da 3ª Divisão sob seu commando, a não ser um simples conselho de guerra, *pro formula*, nada mais aconteceu, ao que sabemos, a Sena Pereira, pois não desmereceu da confiança do Governo Imperial e muito menos do conceito do Chefe da Esquadra (portuguezes os dous, *arcades ambo*...) o principal responsavel pelo fracasso da expedição.

Graças aos seus bons amigos, dentro em pouco era nomeado commandante da Divisão Naval que operava nas aguas do rio Salado, içando a 1º de Fevereiro a sua insignia a bordo do brigue "Constança". Desse navio passou, aos 22 de Abril, a commandar effectivamente o brigue "Maranhão", conservando ainda a direcção da referida força que, com grande actividade e proveito, se applicava na perseguição, apresamento e destruição dos corsarios inimigos que demandavam aquellas aguas e procuravam refugio naquelle sitio.

Em Agosto de 1828 fazia-se a paz com as Provincias-Unidas do Rio da Prata, resultando della a independencia da Cisplatina como Estado Oriental do Uruguay.

Nas aguas do estuario e com séde em Montevidéo devia permanecer uma Divisão Naval da Marinha Imperial.

Muito ligado ao throno e portanto ao partido portuguez, casado na Cisplatina, onde contava com innumeras e fundas amizades, cortejador do Marquez de Paranaguá, Ministro da Marinha varias vezes, facil foi a Sena Pereira alcançar o commando da Estação Naval Brazileira, preterindo varios camaradas brazileiros, que bons e iguaes serviços contavam em sua fé de officio na guerra que terminára.

Além do commando da força, foi encarregado do escôamento e embarque das nossas tropas de occupação.

Cabia-lhe ao mesmo tempo exercer severa vigilancia sobre o exaltado movimento politico resultante da desagregação do Estado Oriental da tutela brazileira.

Tinha Sena Pereira a sua insignia desfraldada, a 14 de Fevereiro de 1829, a bordo do brigue "Pirajá". A 3 de Abril a praça de Montevidéo era evacuada das tropas brazileiras, desapparecendo de suas ameias a bandeira Imperial.

O Chefe da nossa Divisão Naval voltou então a observar as directrizes politicas das duas facções conglobadas em torno das duas figuras mais prestigiosas do scenario Uruguayo: Fructuoso Rivera e Juan Lavalleja. Nesses agrupamentos politicos que se degladiavam, figuravam personalidades brazileiras entrelaçadas por laços de sangue e de velha amizade a militares e fazendeiros prestigiosos da nossa raia fronteiriça. Não se descuidava, pois, Sena Pereira em enviar ao Governo Imperial e ao Presidente do Rio Grande do Sul detalhadas informações do que se passava naquelle agitado meio, onde fervilhavam todas as más paixões excitadas pelas competições pessoaes e sêde incontida de poderio e de mando.

E na sua correspondencia official, como é triste dizel-o! encontram-se referencias bem precisas ás confabulações e entendimentos de rio-grandenses desnaturados com os depreziveis caudilhos citados, visando o fraccionamento da grande patria brazileira, unicamente para satisfação de suas criminosas ambições pessoaes. E levamos nós a levantar estatuas a essa casta de demolidores da nossa grandeza e integridade! Não vemos, nos dias de hoje, a Bahia, esquecida do seu passado heroico, admittir em sua capital a estatua do execrado Conde dos Arcos, o fuzilador do grande patriota Padre Roma, o carcereiro ferroz, descarnavel de Antonio Carlos e de seus companheiros que, em 1817, no Recife, haviam combatido pela Independencia e pela Republica!!!...

O Governo Imperial levando na devida consideração os serviços prestados por Sena Pereira promoveu-o ao posto de Capitão de Mar e Guerra a 5 de Outubro do referido anno. Fazendo-se mistér em aguas argentinas de uma manifestação de força, o Commandante da Divisão brazileira fez-se de vela a 27 de Fevereiro de 1830 para Buenos-Ayres e lá chegou a 1 de Março, onde, além de outras medidas de caracter politico, teve occasião de ver attendida uma reclamação

sua a respeito do modo por que fôra tratado o nosso pavilhão por uma autoridade naval portenha. Terminada a contento sua commissão, regressou a Montevidéo. Em Abril, tendo de entrar em gozo de uma licença registrada, passou o commando da Divisão ao Capitão de Mar e Guerra F. Bibiano de Castro e recolheu-se ao Rio de Janeiro em o brigue "Pirajá". Este navio, a 10 de Junho, fundeado junto á ilha das Cobras, foi presa de um voraz incendio, voando pelos ares a coberta e os mastros.

Por Aviso de 20 de Julho do mesmo anno foi Sena Pereira requisitado pelo Ministro das Relações Exteriores para fazer parte da commissão de convenção de limites com o Estado Oriental do Uruguay. Não demorou muito nessa commissão pois, por Aviso de 14 de Dezembro, foi designado para exercer o cargo de Ajudante d'Ordens do Ministro da Marinha, Marquez de Paranaguá, e Encarregado do Expediente do referido Ministerio.

A 7 de Abril de 1831 mudava-se inesperadamente a situação politica do Brazil. Davamos mais um passo para a verdadeira Independencia, que, afinal, só a gozamos no reinado do Sr. D. Pedro II. Com a recomposição Ministerial que se deu, Sena Pereira deixou o cargo no dia 26, sendo substituido por aquelle Official a quem elle attribuia em grande parte a sua derrota em Juncal, Frederico Mariath.

"Os successos que se desenvolveram no Brazil depois da abdicação de D. Pedro I — commenta o Almirante H. Boiteux, em "Os nossos Almirantes" — perturbaram de tal fórma a marcha dos negocios publicos que, muitos delles, pode-se dizer, paralyzaram completamente e outros se anarchisaram, como os referentes ao Exercito e Marinha. Debatiam-se as duas correntes, nacionalistas e adhesistas, em accesa lucta. Preferiram muitos Officiaes, para se alhearem della, pedir licença, á espera de melhores tempos".

Ora, o commandante Sena Pereira era adhesista e, como tal, muito ligado esteve sempre á politica seguida pelo Marquez de Paranaguá, de quem era muito amigo. A situação mudára completamente e, provavelmente, tão cedo não se modificaria. Nessas condições Sena Pereira ,que já tinha uma corrente contra si não mui sympathica, em razão de suas ligações partidarias, achou prudente retrahir-se. Como tivesse parentes e interesses na Republica Oriental alcançou uma licença de um anno com o respectivo soldo sob pretexto de tratamento de saude, que lhe foi concedida por Aviso de 24 de Dezembro do mesmo anno.

Terminada a licença, a situação politica não se modificára. Vendo as coisas mal paradas, Sena Pereira resolveu retirar-se da actividade

e, por isso, requereu sua reforma que, pela Provisão de 25 de Setembro de 1832, lhe foi concedida no posto de Chefe de Divisão.

Em a segunda reorganização Ministerial da Regencia de Araujo Lima, foi o nosso illustre biographado chamado a gerir a pasta da Marinha e, interinamente, a da Guerra. A 16 de Abril de 1839 era elle empossado com as formalidades d'estylo na Secretaria de Marinha. Muito pouco tempo esteve á testa da pasta da Guerra, pois foi substituido, precisamente um mez depois, pelo famigerado Conde de Lages, seu patricio e correligionario.

Como vemos, as pastas militares ficavam dessa maneira entregues a dous portuguezes natos; e, era assim que a Regencia se propunha abafar as naturaes manifestações liberaes e nacionalistas que, a todo momento, irrompiam, ora ao norte, ora ao centro, ora ao sul do paiz. A situação politica brazileira tornava-se dia a dia mais anuveada. Não queriam os nossos obsecados politicos comprehender que o povo brazileiro se agitava pela emancipação completa, que o primeiro Imperio não lhe proporcionára com o seu egoismo dynastico.

Reinava indignação geral; os Ministerios frouxos, impopulares não tinham estabilidade. Seus programmas com ser aparatosos eram de prompto esquecidos ou desfeitos pela opposição parlamentar. A inquietação do espirito publico, diante do estado de anarchia de todo o paiz era patente. Entre as individualidades de mais eminencia cavava-se a discordia, "tudo isto — escreve Rocha Pombo — parecendo desenganar os mais ficis de que a Nação vinha vencer aquella phase dolorosa. "Sentia-se que alguma cousa faltava naquelle apparelho, tanto mais trefego e ronceiro quanto mais afanosos querem todos reformal-o".

Nesse anno de 1839 a opposição manifestava-se temerosa no parlamento. O Governo tinha o appoio de um grande partido; mas, no entanto, a força dos liberaes, que se batia pela *maioridade*, augmentava continuamente.

Ao norte, os francezes invadem a Amapá, aggravando sobremodo a nossa situação internacional, emquanto ao sul, os *Farrapos*, os rebeldes rio-grandenses, alcançam novas energias e se espraiam pelo sul de Santa Catharina, assenhoreando-se de um porto oceanico, de onde lançam corsarios a depredar a navegação mercante do Imperio. "Os Ministros procuram esquivar-se de comparecer ás sessões, pois, não sendo grandes oradores receiam encontrar quem possa compromettel-os" — diz-nos Pereira da Silva. O Diario do Rio", de 1854-55, referindo-se ao nosso biographado e ao seu collega Tristão dos Santos, que tambem, como vimos, occupou o cargo de Ministro da Marinha, dizia: — "Homens de espada e guerra, elles desconheciam os ardis parlamentares, e não tinham a maleabilidade de verdadeiros politicos".

Tinha-se, por isso, alli na Camara a impressão de que não havia Ministerio, commenta um dos nossos historiadores. A gravidade da situação do paiz era tão apavorante que senadores e deputados crearam commissões para indicar medidas tendentes "a restabelecer a paz e a tranquillidade nos diversos pontos do Imperio, que se achavam em anarchia".

Cerca de um mez decorrido de sua pósse, coube ao Chefe de Divisão Sena Pereira apresentar á Assembléa legislativa o "Relatorio" referente aos serviços da pasta que sobraçava.

Começava elle por pedir "a conservação da Força Naval no mesmo pé em que se encontrava, tendo, entretanto, *em vista a mais judiciosa economia*. Sempre esta malfadada *economia*, que tem reduzido o nosso poder naval a verdadeiro escarneo!

Pedia para a náu "Pedro II, para a qual o seu antecessor, Rodrigues Torres, pelo decreto de 31 de Janeiro, fizera transferir a Academia de Marinha até então instalada em uma das alas do Mosteiro de S. Bento, varios melhoramentos.

Solicitava a creação de uma Escola de pilotagem e mostrava a necessidade que havia de um "Codigo criminal" para a Armada.

Com referencia aos Arsenaes, dizia que o operariado era muito mal pago, e que mandára contractar artistas habeis e adquirir machinismos aperfeiçoados. As construcções navaes eram imperfeitas e improficuas, a ponto de ficarem inutilizadas embarcações novas, antes de prestarem serviço algum. "Quem não ve nisso — exclamava o Ministro — o abandono e a impunidade!... Mostrava a necessidade de se cuidar melhor das mattas nacionaes, e que, por Aviso de 26 de Novembro de 1838, tinha-se mandado continuar o cultivo do pinheiro de Flandres no rio dos Sinos no Rio Grande do Sul, e que se haviam mandado sementes para Santa Catharina. Com referencia ao material fluctuante explicava que ia ser lançado ao mar do Arsenal do Rio o brigue-escuna "Caliope", achando-se quasi prompto um patacho e que, logo em seguida, seria batida a quilha de uma corveta de 24 peças.

No da Bahia, dentro em pouco, seria lançada a corveta "União" e entrariam para o estaleiro uma corveta e uma escuna. Para aquelle Arsenal se havia mandado um Constructor extrangeiro, tendo-o feito o orçamento para a cobertura do estaleiro e se determinára o aterro do Arsenal. Do de Pernambuco fôra lançado o brigue-escuna "Guararapes", então em serviço. No do Pará continuavam no estaleiro uma fragata e um brigue.

Cerca de quatro annos havia que o Governo Central luctava em vão contra os revolucionarios do Rio Grande do Sul. Escreve o Almirante Boiteux, um dos biographos de Sena Pereira:—".. ia bastante accesa a lucta civil no Rio Grande do Sul e em Santa Catharina,

onde triumphava o elemento republicano. Coube-lhe (a Sena Pereira) organizar as Forças Navaes que na ultima das Provincias operavam na Laguna e que, a 15 de Novembro daquelle anno (1839) fez terminar a ephemera "Republica Catharinense".

Suas relações, todavia, com os *farrapos* e tambem com os nossos inimigos do Prata, são mui diversamente observadas pelo Dr. Alfredo Varella em dous dos seus documentados trabalhos historicos: "Politica brazileira, interna e externa" e "Revoluções Cisplatinas". Cita no primeiro desses trabalhos um officio de nosso Ministro Lisbôa, de 1838, em que diz que Arana "se mostrou muito interessado em saber porque fôra chamado á côrte J. Roque de Sena Pereira, como interessado em dispôr o Governo Imperial a favor de Lavalleja". E commenta: "A curiosidade que revelou o Ministro Rosas, com relação a aquelle Official de Marinha, deu que pensar ao diplomata, sciente como estava, das relações deste com os rebeldes".

"Desconfio que foi elle quem conseguiu que o governo argentino recebesse ha tempos um agente de Piratiny, disse Lisbôa para a côrte. Convem, pois que o ouça, additou: por sua experiencia, annos passados nestas republicas, assim como por sua amizade com Lavalleja, muito Roque poderia adiantar".

"Patente fica — escreve ainda Varella em "Revoluções Cisplatinas", I, 297, — com quanto fundamento os directores do Imperio afastaram do Prata este Chefe Naval". Eis o que Varella explana no trabalho que cita: — "De quantas excavações hei tentado para assignalar os liames dos *farrapos* com ocultos protectores, nas outras provincias e alhures, nada apurei a não ser quanto a dous: o Almirante Jacinto Roque de Sena Pereira e José Joaquim Machado de Oliveira... "O concurso daquelle (J. Roque) parece que tinha, como *unico e exclusivo motor, a vil cubiça, havendo elle recebido algum dinheiro dos sublevados talvez em troca de munições ou armas* (o grypho é nosso), pois não comprehendo que outro serviço lhes pudesse prestar". E para prova dessa gravissima asserção, baseia-se o Dr. Varella numa simples carta, existente no seu precioso archivo, de José Carlos Pinto a Almeida, datada de 1837, acompanhada de outra de Sena Pereira, "recommendando o *conveniente sigillo*".

Não tenho, infelizmente, de momento, qualquer documentação que possa derrocar essa triste, senão dolorosa, imputação ao illustre Official cuja biographia mal alinhavamos. O caso é que Sena Pereira sempre foi tido e considerado em sua corporação como Chefe de illibado caracter e alta envergadura moral.

Diz o "Monarchista", ao annuciar o seu trespasse: — "A honradez do benemerito e virtuoso Chefe de Divisão Jacinto Roque de Sena Pereira era tal, que servindo ao Brazil por espaço de 42 annos, impor-

tantes commissões e elevados lugares, morreu pobrissimo, deixando sem meios de subsistencia a sua virtuosa e numerosissima familia..." E para comprovar o seu escrupulo, citava o seguinte facto: "Como Ministro da corôa em 1839, nós o vimos marchar com intelligencia, honra e um amor stoico pela justiça, a ponto de querer um seu collega lhe referendar o Decreto de passagem para a 1ª classe e elle não acceitar tão instadà offerta, sómente por pensar em sua elevada virtude, que similhante e justo acto o podia de alguma maneira nodoar."

Morreu pobre! — exclamava um tribuno do tempo — e á sua familia legou mais que o ouro: deixou um nome sem mancha, e uma vida de virtudes... o Governo do Paiz jamais tem deixado em esquecimento os bons servidores que á Nação se tem feito; a infeliz consorte e os oito desventurados filhos do ex-Ministro da Marinha não terão por unico recurso da vida o minguado montepio de 33$360 mensaes, que é tudo que possuem na terra!.

De facto, Sena Pereira foi muito combatido em vida, teve terriveis inimigos e grande numero de zoilos, mas esses ataques, essas inimizades nunca chegaram, ao que sabemos, a fazer allusão a ferir sua honestidade.

No meio da anarchia reinante, a Marinha, só a Marinha de guerra nacional, para orgulho nosso, mantinha-se unida, cohesa como um bloco e nterno ao sagrado principio da cega disciplina ás autoridades legalmente constituidas. O Brazil sem Marinha Militar seria (como ainda hoje será, queiram ou não queiram caricatos estadistas...) naquelle momento angustioso da nossa existencia politica, um paiz desarticulado. Sena Pereira assim o comprehendia. "Delle é esse dito que se tem tornado quasi proverbial: — *quem diz Brazil, diz Marinha*". Nessas condições o Ministro mostrava-se incansavel, multiplicava-se, para poder attender com presteza, efficiencia e accerto a todos os pontos que demandavam prompto remedio.

A nossa Força naval andava em verdadeira dobadoura. Em 1839 encontravam-se no Rio Grande do Sul, operando nas duas lagôas, dos Patos e Merim, e nos rios navegaveis que nellas desemboccavam, sob ordens do Chefe João P. Grenfell, 3 brigues, 1 lugre, 1 escuna, 1 cutter e 15 barcas-canhoneiras; em Santa Catharina, chefiadas por Frederico Mariath, 3 brigues e um bom numero de lanchões e canhoneiras; em Montevidéo, de estação, uma corveta e um brigue; todos esses navios occupados em vigiar, controlar e annullar os movimentos dos insurgentes.

Mas não era só ao sul que cabia á Marinha policiar o littoral e aguas territoriaes e combater pelo restabelecimento da ordem e da tranquilidade publicas. No Pará, onde ainda existiam graves fermentos da

vinagrada, tinhamos concentrados em varios pontos, 2 corvetas, 2 brigues, 7 escunas, 4 patachos, 1 cutter e 5 lanchões, todos armados; em Pernambuco, 1 brigue, 1 patacho e 1 escuna; na Bahia, uma fragata, 1 patacho e uma barca-canhoneira. Na ilha Grande, para fiscalizar o trafico de escravos, estacionava uma escuna. No Rio, alem dos navios desarmados e em reparos, tinhamos a fazer as honras do porto, uma fragata e duas corvetas e mais duas ou tres barcas a vâpor, que faziam o serviço de correio entre as diversas provincias do Imperio.

No Maranhão, fervia a *cabanada*, ensanguentando o sertão. Tres brigues e algumas canhoneiras sustentavam as autoridades legaes e a ordem civil. Batiam-se os nossos bravos marujos em Icatú sob as ordens do 1° Tenente Jesuino Lamego Costa, futuro almirante, senador e barão da Laguna.

Em Alagôas tambem irrompera grave movimento subversivo, sendo deposto o presidente. Estavam em lucta aberta Sinimbú e Tavares Bastos. E á Marinha cabia atender com a maxima presteza a todos esses pontos a pôr agua na fervura...

Um seculo depois, a historia se vae repetindo; e os nossos homens não sabem abrir um manual da nossa historia para não incidirem nos mesmos erros. E o facto é que não se lembram que Cicero já dizia que a "historia era a mestra da vida"...

A situação politica do Brazil não tendia a melhorar. Procuravam-se remedios hercicos. O deputado Montezuma, em Agosto de 1839, lembrava a declaração da maioridade do Imperador. Encontrava-se o Regente desprestigiado e o seu governo despido de toda a força moral. A 1° de Setembro deu-se nova mudança no ministerio; ao contrario do que seria natural, mantiveram-se nos seus postos os dous militares e adhesistas: Sena Pereira e o conde de Lages.

O Congresso, pela lei n. 86 de 26 de Setembro fixou as nossas Forças navaes para o exercicio de 1840-41, sendo votados 2.876.667$757 para as despezas da Marinha. Foram votadas dez Companhias fixas de marinheiros.

Pelo Decreto n. 45 de 26 de Março de 1840, por Sena Pereira referendado, determinava-se que "D'ora em diante as Companhias fixas de Marinheiros, creadas por decreto de 22 de Outubro de 1836, tenham a denominação de *Corpo de Imperiaes Marinheiros*, e o respectivo commandante a de Commandante superior".

A 6 de Maio do referido anno apresentava a proposta da fixação da naval, fixando em 200 os Aprendizes Marinheiros.

Ao abrir-se o Parlamento, em 1840, apresentou elle o "Relatorio" dos serviços de sua repartição. Passemos sobre elle um rapido lance d'olhos. Achava o illustrado official que a Secretaria de Marinha merecia ser reformada e que as repartições fiscaes eram defeituosas e não

forneciam as informações indispensaveis. Quanto á Força naval havia "necessidade de elevarmos a Marinha de Guerra Brazileira ao ponto de grandeza e força, que exigem as nossas particulares circumstancias". Requeria "melhoramento de augmento progressivo". "Attentai senhores, que qualquer demora intempestiva — escrevia elle — ou mal entendida economia podem occasionar graves prejuizos ao Brazil, pelo aniquilamento do material, e que sem um material bem organizado, além da falta de consideração externa que disso é consequencia necessaria, debalde o pessoal procurariamos aperfeiçoar". Quanto ao pessoal que "ninguem hoje ignora os serviço que tem prestado e o brio e a bizarria e denodo com que se tem comportado em diversos pontos do Imperio", achava ser sufficiente com excepção dos 2ºs Tenente. Referindo-se ás leis de promoção de 15 de Outubro de 1836 e de 16 de Agosto de 1838, dizia que "precisos são estimulos de outro quilate". Os variados ramos da sciencia maritima, de que deve ter verdadeiro conhecimento o Official de mar e guerra, não se aprendem de salto, e nenhum valor tem se não é acompanhado de uma pratica constante e dilatada; e si por qualquer accidente o Official sóbe aos postos antes de ter adquirido as habilitações precisas nos subalternos, torna-se de nenhum prestimo para si e para a Nação que o tení recompensado. O verdadero Official de Marinha de guerra — explicava — não tem só por objecto a direcção em todos os sentidos dos vasos de guerra; seu destino é mais amplo e elevado, abrange muitas vezes as variadas questões de politica, e quasi sempre envolvidas com o direito das gentes e maritimos. Taes reflexões devem merecer todo o peso, e o Governo considerando-os como convem, tem em vista organizar o pessoal da nossa Armada como o Brazil actualmente precisa e póde; o tempo fará o resto". Fallava em preparar-se um navio para a pratica da officialidade.

Passando a examinar a situação dos imperiaes marinheiros, dizia: — "A opinião de grandes homens e a mais corrente é, que sem Marinha mercante se não póde obter Marinha de guerra; isto em these póde ser verdade, porem não ha regra sem excepção, e no Brazil falha o preceito". Referia-se á natural inclinação assaz reconhecida dos habitantes da borda d'agua e a summa agilidade para a vida do mar do indigenas do Brazil... "julgo, pois, com tal gente, previamente disciplinada, os vasos de guerra completamente se poderão tripular".

Luctavamos, na occasião, com falta de tripulações para os nossos navios. Dizia a este respeito Sena Pereira: — "Podeis estar certos, senhores, que emquanto o homem do mar não tiver um melhoramento de sorte, emquanto elle tiver presente o terrivel horizonte da miseria que o espera em sua velhice, não póde por fórma alguma abraçar com prazer uma vida que apresentando-lhe graves perigos não põe sua futura existencia em segurança". E, em seguida, passava a fazer um parallelo entre o soldado e o marinheiro, mostrando que aquelle tinha uma reforma e este não. Pedia, pois, para os marujes um Asylo. Achava

que um dos defeitos da falta de marujos era estar desmembrada da Marinha a matricula da gente de mar.

Elogiando a acção dos Imperiaes Marinheiros no abafamento do movimento insurreccional do norte, dizia: — "Foram os jovens brazileiros deste Corpo, que incorporados ás forças legaes, formavam os 150 individuos, que corajosamente dominaram a mais de mil facciosos nos campos do Maranhão".

Continuava o Ministro a interessar-se pela creação de escolas de nautica. Com referencia á especialidade de construcção naval, inclinando-se mais ás praticas inglezas que norte-americanas, dizia que fôra enviado á Europa o major de Engenheiros Ricardo J. Gomes Jardim, a aperfeiçoar-se nessa especialidade. Pedia a creação de um Corpo de Engenheiros-navaes, explicava que se haviam dado serviços aos Artifices para que adquirissem a pratica necessaria. Mostrava-se contrario á moradia do pessoal no recinto do Arsenal de Marinha, cuja área aos poucos se ia alargando. Nelle se haviam levantado telheiros para officinas de velas. Na ilha das Cobras, onde estavam suspensos os serviços da excavação do dique, fizera incorporar ao patrimonio nacional alguns predios particulares para alojar officinas e preparar o estaleiro e carreira para corvetas. Levantára-se tambem a casa do risco e estabelecera-se uma serraria a vapor para o preparo de madeiras. Sob a direcção de um profissional inglez iniciára-se a construcção de caldeiras a vapor. Chamava a attenção do parlamento para o abandono em que se encontrava o corte de madeiras e o excessivo dos preços pela difficuldade de transporte e falta de estradas.

Elogiava sobremodo a navegação a vapor e o resultado alcançado em sua applicação entre nós, levando promptos soccorros a variados pontos do littoral, fazendo, como dizia, "de diversas provincias uma só provincia". Com a verba de 130 contos concedida pela assembléa o Ministro encommendará uma nova barca a vapor e adquirira outra, cujo casco fôra construido entre nós. Solicitava meios para adquirir nova artilharia (systema Paixhans) e machinismos modernos afim de armar e apparelhar melhor os barcos construidos no Arsenal do Rio, e atacar o serviço do tão necessario dique da ilha das Cobras. Chamava tambem a attenção para a navegação fluvial, pois cabia á Marinha dar o necessario impulso, principalmente á de Matto-Grosso. Sobre a illuminação da costa, informava Sena Pereira o andamento dos pharoes da Atalaia, no Rio Grande do Sul, o da Moella, em a costa de S. Paulo, os da Rasa e Cabo Frio, na provincia do Rio de Janeiro, e a inauguração do de Santo Antonio, na entrada da Bahia. Noticiava que no Arsenal do Recife, para cujos operarios pedia melhoria de vencimentos, fôra inaugurada uma Enfermaria.

Quatorze mezes esteve, apenas, o Chefe de Divisão Sena Pereira á testa da administração naval, pois, a 23 de Maio de 1840, depositava a

pasta ás mãos de Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaborahy, de quem a havia recebido.

"Seus conhecimentos e sua educação militar, e litteraria — informa-nos o Almirante H. Boiteux — fizeram-no lembrado para dirigir a Academia de Marinha, para cujo lugar foi nomeado por decreto de 2 de Junho de 1841. Como Director da Academia teve occasião de sahir em viagem de instrucção com os Aspirantes e Guardas-Marinha".

Esse novo cargo lhe fez tragar grandes dissabôres. "promovidos — diz o "Monarchista", jornal de 2 de Julho de 1850, pelos seus gratuitos inimigos, que se serviam de meios reprovados pela honra, para perderem a sua victima... e... com a mira nesse lugar que elle por nove annos dirigiu com honra e extrema dedicação pois era a dedicação do verdadeiro pae de familia no meio de seus queridos filhos a que elle tinha pelos jovens Aspirantes de Marinha, como com a maior ternura lhe mostraram em sua retirada da Academia"...

Um outro testemunha. dizia: "E quando delle não restasse outra lembrança, a organização da Companhia dos Guardas-Marinha seria um padrão de gloria para a sua memoria".

De 16 de Dezembro de 1847 a 3 de Outubro do anno seguinte esteve Sena Pereira exercendo a sua actividade no cargo de Ajudante de ordens do Ministro da Marinha e encarregado do expediente da respectiva secretaria d'Estado.

"O Sr. Jacinto R. de Sena Pereira — escreve a "Revista Maritima" de 1852, essa heroica victima das mais infames calumnias, que teve a incrivel coragem de arrostar durante toda a vida a guerra encarniçada de mãos occultas e traiçoeiras, que sempre o feriam por detraz sem uma só vez voltar-se e procurar o assassino, o Sr. Jacinto Roque teria sido o que não poude ser. se o ajudasse uma epocha como a de hoje. Mas os tempos da menoridade, de lugubres recordações, os tropeços e embaraços de todo genero, sobrepujando a tudo a guerra civil, impediram os vôos dessa cabeça tão bellamente organizada". "Homem de tempera dos de Sá de Miranda, quebraram-n'o, porém elle nunca vergou"...

Em 1849 sob o titulo de "Memorias e reflexões sobre o Rio da Prata", o nosso illustrado biographado principiou a escrever interessantes e valiosas reminiscencias das campanhas platinas (1815-1828) de que fôra *magna pars*. A morte, desgraçadamente, veio interromper a serie de folhetos (4, com 128 pgs.) que lançára á publicidade. O jornal "Brazil", que se edictava em 1852 nesta cidade, transcreveu a materia dos referidos folhetos e mais a parte que Sena Pereira deixára inedita. Essas preciosas "Memorias" tiveram, ultimamente. graças aos esforços louvaveis do Sr. Walter Alexander de Azevedo, emerito excavador e cultor do nosso passado militar, nova edicção, publicada pela "Revista

do I. Historico do Rio Grande do Sul", com variadas notas esclarecedoras.

Accommettido repentinamente de um ataque, a 27 de Junho de 1850, pelas dez horas da noite, em poucos instantes era cadaver. Momentos antes achava-se elle alegre e satisfeito no seio de sua extremosa familia e de alguns amigos.

Foi sepultado no dia seguinte com regular acompanhamento. O Almirante Sena Pereira era do Conselho do Imperador, Official das ordens do Cruzeiro e da Rosa e cavalleiro da de Christo. Trazia a medalha da Cisplatina. Era socio effectivo do Instituto Historico Brazileiro.

Com estas simples e laconicas palavras noticiou o "Jornal do Commercio", n. 176, de 29 de Junho, o seu trespasse: Falleceu hontem o Sr. Chefe de Divisão Jacinto Roque de Sena Pereira".

Foi esta a homenagem de um historiador naval argentino ao velho marinheiro, fazendo justiça ás suas altas qualidades de profissional e á sua bravura: — "En nombre de la justicia historica nosotros los herederos de la gloria del Juncal depositamos un gajo de laurel y oliva sobre la lapide de su tumba"!

"Era o typo da honra e da fidelidade, — diz um dos seus panegyristas; e, verdadeiro militar, sua norma era a subordinação, a disciplina, e seu timbre sustentar a dignidade do paiz, defender a monarchia, respeitar as autoridades"...